

Igor José de Renó Machado
Henrique Amorim
Celso Rocha de Barros

SOCIOLOGIA HOJE

Inclui:
**Antropologia e
Ciência Política**

ea
editora ática

SOCIOLOGIA • ENSINO MÉDIO • VOLUME ÚNICO MANUAL DO PROFESSOR

SOCIOLOGIA HOJE

Inclui:
**Antropologia
e Ciência Política**



Igor José de Renó Machado

Mestre em Antropologia (1997) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2003). Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Ufscar. Coordenador do Laboratório de Estudos Migratórios e diretor adjunto do Centro de Estudos de Migração Internacional (Cemi) – Unicamp/Ufscar.

Henrique Amorim

Mestre em Sociologia (2001) e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp (2006). Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp e coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Classes Sociais e Trabalho.

Celso Rocha de Barros

Mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais (modalidade Ciência Política) pela Unicamp e doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford. Trabalha no Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) do Banco Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

1ª edição
São Paulo, 2013

ea
editora ática

Diretoria editorial: Angélica Pizzutto Pozzani
Gerência de produção editorial: Hélia de Jesus Gonsaga
Editoria de Ciências Humanas e suas Tecnologias:
Heloisa Pimentel e Deborah D'Almeida Leanza
Editores: Regina Gomes, André Albert, Deborah D'Almeida Leanza;
Mirna Acras Abed M. Imperatore e Priscila Manfrinati (estag.)
Supervisão de arte e produção: Sérgio Yutaka
Editor de arte: Yong Lee Kim
Diagramadores: Celma Cristina Ronquini e Fábio Cavalcante
Supervisão de criação: Didier Moraes
Design gráfico: Marcelo Rainho (miolo e capa)
Revisão: Rosângela Muricy (coord.), Ana Carolina Nitto,
Ana Paula Chabaribery Malfa, Célia da Silva Carvalho e
Gabriela Macedo de Andrade (estag.)
Supervisão de iconografia: Sílvio Kligin
Pesquisadora iconográfica: Sara Praça
Cartografia: Allmaps, Juliana Medeiros de Albuquerque e
Márcio Santos de Souza
Tratamento de imagem: Cesar Wolf e Fernanda Crevin
Foto da capa: Chris Jackson/Getty Images

Direitos desta edição cedidos à Editora Ática S.A.
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400
6º andar e andar intermediário ala A
Freguesia do Ó – CEP 02909-900 – São Paulo – SP
Tel.: 4003-3061
www.atica.com.br/editora@atica.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sociologia hoje : volume único : ensino médio /
Igor José de Renó Machado... [et al.]. – 1. ed. –
São Paulo : Ática, 2013.
Outros autores : Henrique Amorim, Celso Rocha de
Barros
Bibliografia.
1. Sociologia (Ensino médio) I. Machado, Igor José de
Renó. II. Amorim, Henrique. III. Barros, Celso Rocha de.
13-03562 CDD-301

Índice para catálogo sistemático:
1. Sociologia : Ensino médio 301

2013
ISBN 978 8508 16311-3 (AL)
ISBN 978 8508 16312-0 (PR)
Código da obra CL 712777

Versão digital

Diretoria de tecnologia de educação: Ana Teresa Ralston
Gerência de desenvolvimento digital: Mário Matsukura
Gerência de inovação: Guilherme Molina
Coordenadores de tecnologia de educação: Daniella Barreto e
Luiz Fernando Caprioli Pedroso
Editores de tecnologia de educação: Cristiane Buranello e Juliano Reginato
Editor de conteúdo digital: André Albert
Editores assistentes de tecnologia de educação: Aline Oliveira Bagdanavicius,
Drielly Galvão Sales da Silva, José Victor de Abreu e
Michelle Yara Urcci Gonçalves
Assistentes de produção de tecnologia de educação: Alexandre Marques,
Gabriel Kujawski Japiassu, João Daniel Martins Bueno, Paula Pelisson Petri,
Rodrigo Ferreira Silva e Saulo André Moura Ladeira
Desenvolvimento dos objetos digitais: Agência GR8, Atômica Studio,
Cricket Design, Daccord e Mídias Educativas
Desenvolvimento do livro digital: Digital Pages

APRESENTAÇÃO

O principal objetivo deste livro é aproximar as investigações, reflexões e teorias das Ciências Sociais do seu cotidiano, como um instrumento de reflexão crítica sobre o seu dia a dia, a sociedade em que você vive, sua história e o mundo contemporâneo.

A interação das Ciências Sociais com o seu universo de referências e vivências está presente em vários aspectos do livro: o projeto visual foi criado com base na linguagem do grafite, do estêncil, dos suportes gráficos e artísticos, meios de expressão e comunicação que provavelmente você conhece ou pratica; as seções reflexivas visam dialogar com a realidade ao seu redor e também com a diversidade de práticas sociais e culturais do país e do mundo; a exposição clara dos conceitos pretende aproximá-lo dos processos de construção do conhecimento e de outros campos do saber. As atividades, por fim, foram elaboradas para provocar um estranhamento diante de situações, fatos e atitudes que nos parecem naturais, estabelecidos e, muitas vezes, são aceitos sem qualquer questionamento.

Nossa proposta tem como eixo apresentar os conteúdos fundamentais de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, assim como o pensamento dos estudiosos mais relevantes nessas áreas, tanto em nosso país como no cenário internacional.

Além de fundamentar um aprendizado crítico e participativo em Ciências Sociais, esperamos que este livro possa ajudá-lo a fazer parte da construção de um mundo mais justo e feliz para todos, vivendo plenamente sua cidadania.

Os autores



Tom Thai/Acervo do fotógrafo

CONHEÇA SEU LIVRO



O livro está organizado em uma Introdução e três unidades. Cada unidade está dividida em cinco capítulos

UNIDADES Cores vibrantes caracterizam cada parte da obra. Nas páginas ímpares, uma tarja colorida lateral indica a unidade correspondente. Os temas abordados retratam os três pilares das Ciências Sociais:

- Antropologia (Unidade 1: Cultura);
- Sociologia (Unidade 2: Sociedade);
- Ciência Política (Unidade 3: Poder e cidadania).

ABERTURA DE UNIDADE

Cada unidade é iniciada com um texto síntese dos temas que a compõem, junto a uma imagem provocativa, inspirada na estética do grafite. É um ponto de partida para o que será estudado.

CAPÍTULOS Cada abertura traz uma imagem, um texto introdutório e a lista dos cinco itens que dividem o conteúdo do capítulo. Os três capítulos iniciais de cada unidade (1, 2 e 3; 6, 7 e 8; 11, 12 e 13) apresentam os parâmetros teóricos da obra. O quarto capítulo de cada unidade (4, 9 e 14), sinalizado no Sumário por uma bandeirola verde-amarela, trata da produção científica brasileira de cada área. O quinto capítulo de cada unidade (5, 10 e 15), indicado por uma bandeirola rosa, traz uma abordagem do tema na contemporaneidade.



Diferentes tipos de boxes enriquecem o conteúdo

LÉXICO Um repertório dos termos mais difíceis, explicados na margem lateral da página.

PARA SABER MAIS Boxe que complementa e aprofunda conceitos, contextos e debates abordados no capítulo.

PERFIL Boxe que retrata um pouco da vida e da obra dos principais autores estudados.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO? Esta seção é um tipo de conversa que aproxima os temas estudados do mundo ao seu redor, destacando questões que podem ser observadas e problematizadas em seu cotidiano. Aqui você pode fazer uma relação específica entre passado e presente, entre teoria e prática.

ASSIM FALOU... Trechos de obras dos principais estudiosos abordados no livro.

PROFUNDIZANDO REFERÊNCIAS

LÉXICO

Definição de termos e conceitos importantes para o estudo.

PARA SABER MAIS

Informações adicionais sobre o tema estudado.

ASSIM FALOU...

Fragmentos de textos de autores estudados.

PERFIL

Breve biografia do autor estudado.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Questões para reflexão e debate sobre o conteúdo.

ASSIM FALOU... BENEDETTI

Fragmento de texto de Benedito de Souza e Costa.

PERFIL MARVIN STRATHEN

Breve biografia de Marvin Strathen.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Questões para reflexão e debate sobre o conteúdo.

PARA SABER MAIS

Explicando a sociedade brasileira

Em 1964, a sociedade brasileira foi profundamente afetada pela intervenção militar. O regime autoritário implantado em 1964 trouxe mudanças significativas na estrutura social e econômica do país. A sociedade brasileira passou por um processo de modernização, com o crescimento da indústria e a expansão do setor de serviços. No entanto, a desigualdade social permaneceu elevada, e a população pobre continuou a crescer. A sociedade brasileira é caracterizada por sua diversidade cultural e étnica, refletindo a herança de diferentes povos que habitaram o território brasileiro ao longo da história.

ASSIM FALOU... BENEDETTI

Fragmento de texto de Benedito de Souza e Costa.

...a sociedade brasileira é caracterizada por sua diversidade cultural e étnica, refletindo a herança de diferentes povos que habitaram o território brasileiro ao longo da história. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser preservada e valorizada.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Questões para reflexão e debate sobre o conteúdo.

UNIDADE 3 CONCLUINDO

Atividades de revisão e síntese da unidade.

VOCÊ APRENDEU QUE...

- Qual é o tema central que estruturou e influenciou a formação da sociedade brasileira no Brasil de 1964 a 1968 de acordo com o texto?
- Qual é a importância da sociedade brasileira no contexto econômico e social da época?
- A sociedade no Brasil influenciou o desenvolvimento econômico do Brasil de acordo com o texto?
- Qual é o papel da sociedade brasileira na formação da identidade nacional brasileira?

ATIVIDADES

REVENDO

1. Leia o texto e responda as questões.

2. Faça um resumo do texto.

3. Discuta com seus colegas sobre o conteúdo.

UNIDADE 3 CONCLUINDO

Sugestões de leitura, filmes e internet para aprofundar o estudo.

SUGESTÕES DE LEITURA

- Brasil: 1964-1968** - Benedito de Souza e Costa
- A sociedade brasileira** - Benedito de Souza e Costa
- Brasil: 1964-1968** - Benedito de Souza e Costa

FILMES

- Brasil: 1964-1968** - Benedito de Souza e Costa
- A sociedade brasileira** - Benedito de Souza e Costa

INTERNET

1. [Brasil: 1964-1968](#) - Benedito de Souza e Costa

2. [A sociedade brasileira](#) - Benedito de Souza e Costa

Seções especiais

VOCÊ APRENDEU QUE... Um roteiro de conclusão e síntese, que retoma os principais pontos abordados no capítulo.

ATIVIDADES São variadas e objetivas. Ajudam a organizar seu estudo e a conhecer e observar diferentes linguagens: quadros, charges, fotos, artigos científicos e de jornais, letras de música, etc. Aparecem sempre no final do capítulo, divididas em três seções: *Revendendo*, *Interagindo*, *Contraponto*.

Ao final de cada unidade, uma seção complementar de atividades, *Concluindo*, destaca algumas conexões das Ciências Sociais com outros campos de conhecimento, trabalhados ao longo da unidade.

SUGESTÕES No fim de cada capítulo, indicamos alguns livros, filmes e sites para pesquisa na internet.

No final do livro, seções adicionais para complementar seu estudo

BIOGRAFIAS Breves descrições da vida e obra dos principais estudiosos citados.

BIBLIOGRAFIA Indicação das principais referências bibliográficas da obra, por capítulo.

ÍNDICE REMISSIVO Indicação das páginas que remetem aos principais conceitos e autores citados.

CONTEÚDO DIGITAL

Este ícone indica Objetos Educacionais Digitais relacionados aos conteúdos do livro.

INTRODUÇÃO O QUE É A SOCIEDADE?



A VIDA EM SOCIEDADE

As pessoas vivem juntas, ou seja, em sociedade. E as ciências sociais estão interessadas em entender como acontece essa vida em sociedade. Quais são os fatores de convivência entre as pessoas? Que relações são fundamentais em uma sociedade? Como funciona uma sociedade? Por que é preciso, em geral, fazer sociedades? Por que é que a vida em sociedade produz diferenças tão grandes entre as pessoas? Que fatores do funcionamento social, ou sociais, são que algumas pessoas são exploradas, subjugadas e até mesmo escravizadas? E quais são apenas algumas questões sobre a vida em sociedade que podem ser levantadas sobre a vida em sociedade.



VOCE JA PENSOU NISTO?

Você já se debruçou sobre as Ciências Sociais se dedicando a fazer boas perguntas sobre a vida social, sobre o conjunto de relações que as pessoas estabelecem quando vivem juntas. Se você tem certeza que as respostas são muito variadas, porque as pessoas têm diferentes opiniões, crenças e perspectivas, e portanto, respostas diferentes para as mesmas perguntas. A primeira coisa que precisa saber sobre a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política é que essas ciências, relacionadas com diferentes realidades a partir de diferentes olhares, não sempre apresentam conclusões de ideias e opiniões, este é um trabalho de complexidade de mundo social.

UNIDADE 1 CULTURA



8 **26** **27**

Sumário

Introdução | O que é a sociedade?

- 1. A vida em sociedade 9
- 2. As Ciências Sociais 12
 - Antropologia 14
 - Sociologia 15
 - Ciência Política 15
- 3. Como funcionam as Ciências Sociais? 16
- 4. Ciências Sociais: informações e pensamento crítico 20

Unidade 1 | Cultura 26

- Capítulo 1. Evolucionismo e diferença 28**
 - 1. A construção do pensamento antropológico 29
 - 2. Parentesco e propriedade: modos de organização social 33
 - 3. Sociedades indígenas e o mundo contemporâneo 36
 - 4. Mitos, narrativas e estruturalismo 38
 - 5. Populações indígenas no Brasil 39
- Capítulo 2. Padrões, normas e cultura 46**
 - 1. Civilização x cultura 47
 - 2. Cultura, etnocentrismo e relativismo 48
 - 3. Padrões culturais 50
 - 4. O conceito de cultura no século XX 52
 - 5. O conceito de cultura no século XXI 54
- Capítulo 3. Outras formas de pensar a diferença 60**
 - 1. A perspectiva inglesa 61
 - 2. O olhar dos franceses 63
 - 3. Sociedades simples e sociedades complexas 66
 - 4. O conceito de etnicidade 68
 - 5. O conceito de identidade 71

- Capítulo 4. Antropologia brasileira 76**
 - 1. Os primeiros tempos 77
 - 2. Antropologia e cultura popular 78
 - 3. A consolidação da antropologia brasileira 80
 - 4. Antropologia e relações raciais 83
 - 5. Antropologia urbana 86
- Capítulo 5. Temas contemporâneos da Antropologia 92**
 - 1. O que vimos até aqui 93
 - 2. Gênero e parentesco 94
 - 3. Antropologia e História 97
 - 4. Antropologia como invenção 99
 - 5. A Antropologia e as grandes rupturas 100

Concluindo 108

Unidade 2 | Sociedade 116

- Capítulo 6. Pensando a Sociedade 118**
 - 1. O capitalismo e a formação do pensamento clássico 119
 - 2. Émile Durkheim: coesão e fato social 121
 - 3. Max Weber: ação social e tipos ideais 124
 - 4. Karl Marx: trabalho e classes sociais 127
 - 5. Sociologia: aspectos estruturais e conjunturais 129
- Capítulo 7. O mundo do trabalho 134**
 - 1. O trabalho em Durkheim, Weber e Marx 135
 - 2. Força de trabalho e alienação 138
 - 3. Taylorismo e fordismo 140
 - 4. Toyotismo e neoliberalismo 144
 - 5. Novas modalidades de trabalho 147
- Capítulo 8. Classe e estratificação social 152**
 - 1. A divisão da sociedade em Durkheim: grupos profissionais ou funcionais 153



2. A estratificação social em Weber: classe, estamento e partido 155
3. As classes sociais em Marx: contradição e dialética 157
4. As classes e os estratos sociais no século XX 158
5. A dinâmica das classes médias: ocupação profissional e renda 161

Capítulo 9. Sociologia brasileira 168

1. Interpretações do Brasil 169
2. A geração de 1930 171
3. A escravidão e a questão racial 173
4. Subdesenvolvimento e dependência econômica 175
5. Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo 177

Capítulo 10. Temas contemporâneos da Sociologia 184

1. Tempos de mudança 185
2. A Revolução Informacional 186
3. Valorização e financeirização do capital 188
4. Modernidade e pós-modernidade 189
5. As sociologias de Bourdieu e de Habermas 192

Concluindo 200

Unidade 3 | Poder e cidadania 208

Capítulo 11. Política, poder e Estado 210

1. Política e poder 211
2. O Estado 213
3. Os contratualistas: o que o Estado pode fazer? 216
4. Regimes políticos: a democracia 218
5. Partidos políticos 221

Capítulo 12. Globalização e política 226

1. O conceito de globalização 227
2. A governança global 230
3. A globalização e o Estado 233
4. Movimentos sociais globais 236
5. O Brasil e a globalização 239

Capítulo 13. A sociedade diante do Estado 246

1. A luta pela cidadania 247
2. Os movimentos sociais 249
3. Problemas da ação coletiva 252
4. Capital social e participação cívica 254
5. As revoluções 257

Capítulo 14. A política no Brasil 264

1. Estado e cidadania no Brasil 265
2. A origem da moderna democracia brasileira 268
3. Os partidos políticos 271
4. Uma democracia "normal"? 275
5. O problema da corrupção 277

Capítulo 15. Temas contemporâneos da Ciência Política 282

1. Uma nova visão do poder 283
2. Classe social e voto 285
3. Os valores pós-materialistas 287
4. A nova filosofia política 290
5. Instituições políticas e desenvolvimento econômico 292

Concluindo 300

Biografias 308

Índice remissivo 320

Bibliografia 325



INTRODUÇÃO

O QUE É A SOCIEDADE?



Marco Di Lauro/Getty Images/Agência France-Press

Grafite do artista britânico Banksy, no muro erguido por Israel como barreira aos palestinos da Cisjordânia, em foto de 2005. Famoso por suas intervenções nas ruas de Londres, Banksy grafitou nove imagens no muro durante uma viagem aos territórios palestinos.

Nesta introdução vamos discutir:

- 1 A vida em sociedade
 - 2 As Ciências Sociais
 - Antropologia
 - Sociologia
 - Ciência Política
 - 3 Como funcionam as Ciências Sociais?
 - 4 Ciências Sociais: informações e pensamento crítico
-

Todos nós vivemos em sociedade, e até o mais remoto ermitão é um ser humano que já foi socializado e optou pelo isolamento. Entretanto, isolamento individual não é isolamento da sociedade. O mero ato de pensar é um ato social; aprender uma linguagem é um ato social. Embora qualquer um de nós venha ao mundo com a capacidade de aprender línguas, só as aprendemos em contato com o mundo social. Essa constatação simples, “vivemos em sociedade”, deu origem a muitas reflexões sobre o lugar do indivíduo no mundo.

Desde o fim do século XIX, essas reflexões têm sido sistematizadas em ciências, denominadas Ciências Sociais. A proposta desta introdução é convidar você a conhecer alguns aspectos da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política.

1. A VIDA EM SOCIEDADE

As pessoas vivem juntas, ou seja, em sociedade. E os cientistas sociais estão interessados em entender como acontece essa vida em sociedade. Quais são as formas de convivência entre as pessoas? Que relações são fundamentais em uma sociedade? Como funciona uma sociedade? Por que as pessoas, em geral, fazem coisas muito parecidas? Como as sociedades mudam? Por que a vida em sociedade produz diferenças tão grandes entre seus membros? Quais fatores diferenciam grupos ou sociedades? Por que algumas pessoas são exploradas, subjugadas e até mesmo escravizadas?

Estas são apenas algumas questões entre milhares de outras que podem ser levantadas sobre a vida em sociedade.

Em foto de 2010, cerimônia de casamento tradicional em Chennai, Índia.



Bernardo Soares/JC Imagem



Fotografia/Shutterstock/Glow Images

Aspecto de um casamento coletivo de cinquenta casais em Recife, Pernambuco, 2012.

Nestas imagens percebemos um pouco da enorme diversidade produzida pelos seres humanos nas diferentes sociedades. As Ciências Sociais preocupam-se em refletir sobre esse tema.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você é capaz de formular alguma pergunta sobre a vida em sociedade? Se conseguir, saiba que está começando a pensar sociologicamente. Faça esse exercício de reflexão. Questione-se sobre algo muito trivial, que embora pareça natural pode envolver algo oculto, por exemplo: por que em geral só as mulheres usam saia?

Você vai descobrir que as Ciências Sociais se dedicam a fazer boas perguntas sobre a vida social, sobre o conjunto de relações que as pessoas estabelecem quando vivem juntas. Vai ver também que as respostas são muito variadas, porque as pessoas têm diferentes opiniões, olhares e perspectivas, e portanto, respostas diferentes para as mesmas perguntas. A primeira coisa que importa saber sobre a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política é que essas ciências, elaboradas por diferentes estudiosos a partir de critérios diversos, nem sempre apresentam concordância de ideias e opiniões. Este é um indício da complexidade do mundo social.



Nativo de Madagascar, em gravura alemã do século XIX.

Mas como as Ciências Sociais avançam sem consenso entre seus cientistas? O fato é que elas progridem em diversas “linhagens”: quando um conjunto de estudiosos desenvolve uma perspectiva, nasce uma escola de pensamento, que ganha seguidores e se constitui em uma nova teoria. As novas teorias são testadas por seus seguidores e críticos, e novas perspectivas geram outros conjuntos de seguidores, que compartilham das mesmas tendências no modo de observar o mundo social. Entretanto, as teorias e suas linhagens não são estáticas: elas mudam com o tempo, de acordo com novas críticas e novas perspectivas.

Como você vê, as Ciências Sociais se estruturam de modo tão complexo quanto seu objeto de estudo, a sociedade. Mas esse emaranhado de perspectivas e teorias diferentes pode ser sistematizado. Podemos identificar algumas formas preponderantes de pensar o social, identificar essas linhagens e, assim, chegar a uma ideia geral do que são as Ciências Sociais. O propósito deste livro é justamente levar você para esse mundo, oferecendo um mapa das principais questões e formas de lidar com elas.

Mas então, o que é mesmo a sociedade? A sociedade é um conjunto de pessoas, de tamanho variável, imensamente complexo, mesmo quando é um conjunto pequeno, caracterizado por múltiplas normas, regras e conflitos. As regras e normas nem sempre são explícitas. Muitas vezes as pessoas nem se dão conta de que estão seguindo certas regras. Por exemplo, em nossa sociedade é difícil que os homens usem saias. Entretanto, não há nenhuma regra escrita que os impeça de usar; essa é uma regra implícita.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você se lembra de alguma norma ou regra, explícita ou implícita, que favoreça um grupo próximo de você? Por exemplo, de que maneira o fato de o trabalho doméstico ter sido destinado predominantemente às mulheres (ou visto como uma função feminina) resultou em mais tempo livre para os homens? Por que esse entendimento exemplifica uma questão de poder e de favorecimento de um grupo sobre outro?

Os cientistas sociais sabem que as regras e normas de uma sociedade não são neutras; elas tendem a favorecer determinados grupos. Um dos principais efeitos das regras e normas é a concentração de poder, que gera recursos e benefícios para determinados grupos de pessoas. A Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política têm se dedicado a entender esses processos.

Entretanto, a sociedade vai muito além de normas, regras e concentração de poder. A convivência social dá sentido ao cotidiano das pessoas, criando desejos que muitas vezes tomamos como individuais, mas que na verdade são sociais. O desejo de consumir, por exemplo, é incentivado por uma sociedade organizada para a produção de bens em larga escala, como o capitalismo, que depende de consumidores para seus bens. Ou seja: os membros de uma sociedade capitalista precisam aprender a consumir! Se você levar a sério as Ciências Sociais, passará a ver de outra forma as propagandas comerciais.

Um dos objetivos das Ciências Sociais é justamente desenvolver o **pensamento crítico**. Quando olhamos para a sociedade e fazemos determinados questionamentos, encontramos respostas que revelam aspectos que a princípio não eram evidentes. Podemos chamar essas descobertas de pensamento crítico, ou seja, a capacidade de desvendar mecanismos que, embora operem como se fossem naturais, nada têm de naturais. Você pode achar que seu desejo de comprar aquele par de tênis especial é natural; que esse desejo não precisa de explicação. Mas as perguntas que faz um cientista social desestabilizam essa sensação. Por que uma pessoa deseja alguma coisa? Por que tantas pessoas desejam certas



coisas? Por que todo mundo ao seu redor deseja algum bem? Por que isso é tão fundamental? Perguntas tão simples como essas exigem respostas que podem explicar os fundamentos de uma sociedade.

Esse processo de reflexão, característico das Ciências Sociais, resulta no que chamamos de “desnaturalização” do mundo. Nada é simplesmente natural no mundo social, tudo é construído em sociedade e passível de ser explicado e entendido, desde que as perguntas adequadas sejam feitas. As Ciências Sociais, portanto, se dedicam a desnaturalizar o mundo social e encontrar explicações do porquê de as coisas existirem como tal.

Tomemos o exemplo do trabalho feminino para entender melhor o que significa “desnaturalizar”. Para muitas pessoas, o fato de o trabalho doméstico ser feito principalmente pelas mulheres parecia natural. Essas pessoas acreditavam que era da ordem das coisas que as mulheres trabalhassem enquanto os homens assistiam ao futebol na televisão. Ou que as mulheres cuidassem da casa e das crianças enquanto os homens trabalhavam fora para sustentar a família. Muitas mulheres, entretanto, insatisfeitas com essas diferenças, começaram a se perguntar por que as coisas eram assim. Esse questionamento levou à constatação de que a sociedade tem se organizado em termos que favorecem os homens (maiores salários, mais tempo livre, menos compromisso com a educação dos filhos, etc.). Assim, a pergunta levou à desnaturalização do trabalho feminino: é uma desigualdade de poder que estabelece essas diferenças, não uma realidade “natural”. As perguntas certas provocaram um olhar crítico sobre aquilo que parecia natural. Desde fins do século XIX, o movimento feminista tem levantado essas e outras questões, buscando mudar relações desiguais.

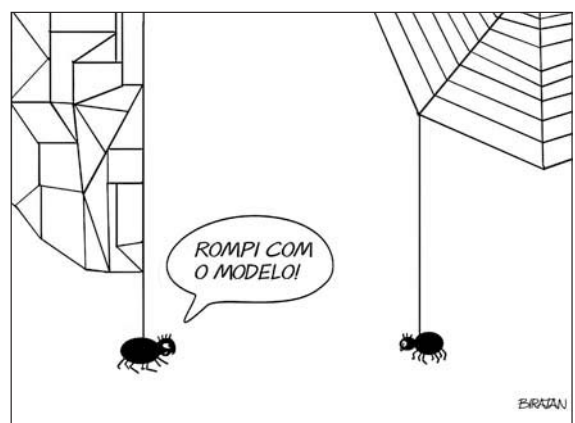


Esta tirinha comenta com ironia a exploração do trabalho feminino.

Vimos, assim, que a sociedade é produtora de desejos, vontades, aspirações. As Ciências Sociais buscam entender como se dá esse processo, como ele opera e como diferentes sociedades produzem diferentes conjuntos de necessidades entre seus membros.

Muito mais do que um conjunto de normas e regras, a sociedade é também espaço de conflitos, tensões e desavenças. Grupos em busca de privilégios, grupos que lutam contra a opressão, disputas religiosas, tudo isso faz parte da vida em sociedade. De um lado, massacres, discriminações sistemáticas, falta de liberdade, pobreza extrema, escravidão. De outro, o talento de um músico, a destreza de um esportista, a genialidade de um pintor, a sensibilidade de um poeta, a imaginação de um cientista, entre tantas outras manifestações do espírito humano. Essa incrível variedade da experiência humana em sociedade é alvo da atenção dos cientistas sociais.

A vida social produz padrões que nem sequer percebemos. A charge ao lado indica a presença de padrões ao ironizá-los com novas ideias.



Biraian/Arquivo do cartunista



A ciência social é uma ferramenta para entender melhor o mundo, mas exige de quem quer conhecê-la disposição para escutar o que as pessoas dizem. Um cientista social deve estar preparado para enfrentar questões polêmicas, sobre as quais pode ter opiniões muito diversas daquelas das pessoas com quem lida ou mesmo das de outros intelectuais. Com suas perguntas e métodos, o cientista social busca dar sentido a experiências distintas e dialogar com ideias e fatos dos quais muitas vezes discorda. Um exemplo: muitos intelectuais tentam entender como funcionam facções criminosas sem que isso signifique apoiar as ações desses grupos.

O meio para alcançar essa suspensão temporária de julgamento é recorrer ao método e também à teoria. Com esses instrumentos, o cientista social pode “olhar por cima” de seus valores pessoais e fazer uma análise o mais imparcial possível dos fenômenos sociais. Embora subjetiva, uma boa análise social precisa superar as dificuldades que os próprios valores do cientista impõem. Esse processo é fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico.

Ônibus incendiado pelo PCC (Primeiro Comando da Capital), em Suzano, SP, em maio de 2006. Nesta foto vemos uma expressão política de uma organização ligada ao crime. Muitos cientistas sociais, apesar de não concordarem com facções criminosas, procuram entender o sentido das suas ações.

2. AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Embora este seja um livro de Sociologia, falaremos constantemente de Ciências Sociais. Por quê? Essa explicação exige um pouco de História, mais especificamente no contexto brasileiro.

Definir ciência não é tarefa fácil, há até um campo do conhecimento, a Epistemologia, cujo objeto é o próprio conhecimento científico. Para nosso objetivo, basta entender o conceito moderno de ciência como o conhecimento do mundo marcado por regras e métodos compartilhados e que resulta em um “desvendamento” de realidades desconhecidas.

O conhecimento científico é separado do senso comum e de outros saberes, como o religioso, por exemplo. A ciência exige objetividade e universalidade. Talvez seja difícil imaginar como as Ciências Sociais possam ser objetivas e universais, mas foi esse espírito, no final do século XIX, que conduziu a sua formação. As Ciências Sociais se manifestaram inicialmente como o lado científico da análise social: os primeiros cientistas sociais imaginavam poder entender a sociedade do mesmo modo que um físico entendia os fenômenos da gravidade. Hoje já não se imagina que a ciência social seja tão semelhante às ciências exatas ou biológicas. Mas a ideia de que as Ciências Sociais são científicas porque elaboram métodos sistemáticos e testam detalhadamente suas hipóteses ainda é muito importante. Nesse sentido, as Ciências Sociais são distintas da opinião do senso comum.

Nossas opiniões individuais não constituem ciência social, pois não são fruto de um pensamento sistemático, organizado em torno da análise de dados produzidos com métodos reconhecidos. Por mais perspicazes que sejam, nossas opiniões não são testáveis. Já o cientista social lida com hipóteses bem delimitadas, busca ou produz dados sobre essas hipóteses, organiza os resultados e os apresenta de forma sistemática, buscando avançar no conhecimento de algo. Por exemplo: imagine que você esteja interessado em saber como funciona o sistema prisional no Brasil. Para tratar desse tema à luz da ciência social, é preciso definir exatamente o que você pretende saber. Para definir sua questão, é preciso conhecer o que outros estudiosos escreveram sobre o tema, que perguntas fizeram e como as responderam. Depois de tudo isso, você pode querer averiguar, por exemplo, de que maneira o sistema prisional estimula a criação de grupos de crime organizado.

Essa pergunta é a sua hipótese: o sistema prisional brasileiro estimula a criação de facções ou grupos de crime organizado? Para responder a essa pergunta é preciso produzir dados. Há várias possibilidades: dados estatísticos sobre o sistema prisional, entrevistas, formulários, conversas com diretores de penitenciárias, carcereiros e/ou outros profissionais do sistema, detentos e seus familiares, etc. De posse de uma série de informações (dados), o cientista social tenta responder à pergunta, sistematizando e apresentando os resultados da pesquisa, que podem confirmar a hipótese inicial, negá-la ou, ainda, demonstrar que a pergunta (hipótese) estava equivocada, que seria melhor fazer outras perguntas.

Como vimos, esse processo de produção científica do conhecimento sobre a sociedade começou a tomar forma no final do século XIX, com a sistematização das Ciências Sociais. Esse momento inicial pode ser chamado de “surgimento da Sociologia”, que seria o conjunto de perguntas relativas aos fenômenos do mundo social, da vida em sociedade. As Ciências Sociais tenderam a constituir “linhagens”, que resultaram em campos de especialização; as principais deram origem à Antropologia, à Ciência Política e à própria Sociologia.

Esse conjunto de saberes desenvolveu-se de forma diferente, dependendo do contexto social onde emergiu. Em alguns casos, uma dessas ciências teve mais destaque, ofuscando as outras. Não há, portanto, um modelo universal de desenvolvimento das Ciências Sociais, muito menos um equilíbrio entre seus diversos campos de especialização. No Brasil, temos uma história particular de entrelaçamento acadêmico entre Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Na imagem, entrevistadora de um instituto de pesquisas colhe dados para produzir análises sistemáticas. As respostas às perguntas científicas só podem ser adequadamente respondidas com dados — no caso, os formulários respondidos. Foto de 1989.



Seimiy Yassuda/Arquivo da editora

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você é capaz de formular alguma pergunta sobre sua própria realidade? A ciência social começa com boas perguntas. O método científico nos ajuda a respondê-las. Imagine alguma questão sobre sua escola, seu bairro, sua rua. Experimente respondê-la sem nenhuma pesquisa: isso o levará a algo como uma opinião, ou um “chute”. Se qui-

ser uma resposta válida, será preciso se aprofundar na questão. Ainda não é hora de fazer ciência social, apenas de fazer perguntas, mas um bom jeito de começar a responder suas dúvidas é buscar informações mais consistentes. Se a pergunta for sobre sua rua, por exemplo, um morador mais antigo pode ter informações preciosas.

Os cursos superiores de Ciências Sociais no Brasil foram e continuam sendo, em sua maioria, de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Entretanto, só a profissão de sociólogo é reconhecida pelo Estado brasileiro (Decreto nº 89 531, de 5 de abril de 1984), motivo pelo qual todo antropólogo, cientista político ou sociólogo é, legalmente, um sociólogo. Essa regulamentação diz que todo bacharel (quem completou o curso universitário) em Ciências Sociais tem a profissão de sociólogo.

Isso explica por que o ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio tem o nome de “Sociologia”. Entretanto, o conteúdo especificado pelos *Parâmetros curriculares nacionais* — diretrizes elaboradas pelo governo para a educação no Brasil — é um conteúdo de Ciências Sociais, isto é, abrange o conjunto das três disciplinas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Por isso este livro trata dessas três áreas básicas. Vamos ver a seguir quais as diferenças entre elas.

Inuíte pesca halibute na Groenlândia, em foto de 2009.



Jack-Jadson/Robert Harding/Latinstock

Antropologia

A Antropologia é a ciência que busca entender como o ser humano pode levar vidas tão diferentes. Entre um inuíte da Groenlândia e um aborígene do deserto australiano há imensas diferenças e uma coisa em comum: ambos são humanos. Essa diversidade estonteante da experiência humana é o objeto principal da Antropologia. Podemos dizer que a Antropologia se dedica ao estudo da **diferença**, usando como exemplos as várias formas que as sociedades escolheram para viver e organizar sua coletividade.

Inicialmente, a Antropologia se dedicou a entender as sociedades chamadas “primitivas”, sociedades não ocidentais, que hoje os cientistas denominam sociedades de pequena escala ou, ainda, sociedades simples (embora muitos questionem essas classificações). Durante a segunda metade do século XIX, a expansão do sistema capitalista, na forma do colonialismo europeu, levou as sociedades ocidentais a entrar cada vez mais em contato com essas populações nos quatro cantos do mundo.

Desde o começo do século XX, a Antropologia tornou-se fonte de conhecimentos sobre a diferença cultural, desempenhando papel importante na garantia e na defesa dos direitos de diversas populações consideradas “diferentes”. A partir de meados do século XX, a Antropologia passou também a buscar entender o que acontece no interior das sociedades ocidentais, desenvolvendo a Antropologia urbana. Diferenças internas presentes nas sociedades ocidentais passaram a ser objeto de investigação antropológica, ampliando o diálogo com outras ciências sociais.

Aborígenes australianos caçando, em foto de 2009. As imagens ilustram um pouco da diversidade humana, demonstrando a enorme capacidade de adaptação de nossa espécie.

Penny Tweedie/Alamy/Other Images



Sociologia

Já vimos que as Ciências Sociais pretendem entender cientificamente os fenômenos da vida social. A tentativa de entender as transformações causadas pela mudança das formas de trabalho na sociedade ocidental, decorrente do capitalismo, conduziu a Sociologia para uma reflexão sobre a sociedade capitalista.

A Sociologia dedicou-se a entender como a sociedade se estrutura: como produz bens, como os distribui, como essa distribuição implica concentração de poder, como o poder reforça ou combate as injustiças, como a forma de produção

resulta em classes distintas (trabalhadores de um lado e donos de fábricas de outro, por exemplo). Essa estruturação social envolve também estudar as instituições que se combinam para formar uma sociedade: o sistema econômico, a Igreja e o Estado são exemplos dessas instituições.



Reprodução/Arquivo da editora

As grandes transformações pelas quais passou a Europa no final do século XIX, principalmente no mundo do trabalho, concentraram a atenção dos sociólogos. Em fotografia de 1870, cena de trabalho infantil numa fábrica inglesa do século XIX.

Ciência Política

Como indica o nome, a Ciência Política dedica-se ao estudo da política e das formas de poder. Seus métodos são variados, observando a política desde o ponto de vista das instituições, como o Estado, até o de pessoas comuns que interagem entre si buscando maximizar seus interesses.

A política é vista como um conjunto de constrangimentos — sociais, morais ou culturais — com os quais um ator político (um líder comunitário, um político profissional ou qualquer pessoa que interage com outras em um contexto coletivo) tem que lidar. A Ciência Política tem dedicado grande atenção às estratégias e táticas que os atores políticos empregam para conseguir seus objetivos. Descobrir como os objetivos são atingidos, como os constrangimentos operam, de onde eles vêm, são preocupações da Ciência Política. Outro ramo desta ciência se interessa também por motivações que não estão na ordem da racionalidade, como ações regidas por crenças, desejos tidos como “culturais”.



Reprodução/Arquivo da editora

A tira acima, publicada em 2012 pelo cartunista Laerte, toca nos principais assuntos da Ciência Política: a questão do poder e de quem fala por quem, ou seja, quem pode ou não fazer sua vontade valer.

Como a Sociologia e a Antropologia, a Ciência Política também se desenvolveu como campo científico no final do século XIX, tendo sido inserida como disciplina nas universidades ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

3. COMO FUNCIONAM AS CIÊNCIAS SOCIAIS?

A essa altura, algumas perguntas podem estar surgindo: como se faz Sociologia, Antropologia e Ciência Política? Afinal, para que servem essas ciências? Neste item daremos atenção à primeira pergunta.

As Ciências Sociais têm dois instrumentos principais para analisar, explicar o mundo e refletir sobre ele: os **conceitos** e os **métodos**. Intimamente ligados, esses dois instrumentos são ferramentas básicas do cientista social. Os conceitos são a porta de entrada para uma explicação da realidade. Um conjunto de conceitos forma uma teoria, espécie de regra geral de análise para determinados fenômenos.

O tempo todo nós utilizamos conceitos, mesmo sem perceber. Não se pensa sem conceitos. A linguagem é um conjunto de conceitos. As palavras significam coisas, e mesmo palavras que parecem apenas dar nome às coisas são conceitos.

Pense na palavra mesa, por exemplo. Aparentemente ela indica um objeto, um móvel de quatro pés cobertos por um tampo, mas, de fato, denota uma ideia. Porém há uma diferença entre os conceitos do senso comum e aqueles produzidos por cientistas sociais. Quando um cientista elabora um conceito, ou se utiliza de um elaborado por outro autor, ele precisa especificar exatamente o que quer dizer com aquele conceito. Em outras palavras, deve evitar as ambiguidades da linguagem e garantir que apenas aquele sentido que conferiu ao conceito será considerado.



Nas imagens vemos diferentes modelos de mesas, mas não precisamos de um nome para cada uma delas, pois todas podem ser descritas por uma ideia geral do que é uma mesa: um móvel que serve de apoio para comer, estudar, escrever, etc. Uma mesa pode ter vários formatos, mas desde que sirva a esses objetivos é sempre chamada de mesa.



Os conceitos das Ciências Sociais, ao contrário daqueles da vida cotidiana, estão sujeitos a controles: eles pretendem ser precisos. E por que essa precisão é necessária? Porque sem ela os argumentos e explicações do cientista social estão sujeitos a interpretações errôneas.

Por exemplo, pense na palavra “cultura”. O termo é tanto um conceito da vida cotidiana (você certamente tem sua própria ideia do que seja cultura) quanto um conceito sociológico ou antropológico. Se um cientista social pretende entender como funciona, digamos, a cultura dos imigrantes bolivianos no Brasil, antes de tudo precisa definir o que ele entende por cultura. Caso contrário, quem ler seu trabalho sem saber o que significa “cultura” para esse estudioso só pode recorrer a seu próprio conjunto de significados para o termo.

A precisão dos conceitos é fundamental para que um cientista social seja entendido. Na linguagem cotidiana, os conceitos são mais elásticos porque não são controlados por uma comunidade científica. Usamos os conceitos livremente, dando significados novos, alterando, resgatando ideias antigas. Mas é claro que há um limite para essa elasticidade dos conceitos do senso comum: esse limite é justamente a capacidade de comunicar e de ser entendido.

Visitantes percorrem uma casa construída de cabeça para baixo pelos arquitetos poloneses Irek Glowacki e Marek Rozhanski, no vilarejo de Terfens, na Áustria, em maio de 2012. O projeto é uma atração turística da cidade. A casa provoca estranhamento justamente por infringir nossos conceitos, pois uma mesa de cabeça para baixo não pode ser uma mesa! A brincadeira nos ajuda a perceber como os conceitos são o combustível do nosso pensamento.



A tirinha do Chico Bento demonstra a importância de definir com precisão o que queremos dizer: uma interpretação errada pode impedir a comunicação. Os conceitos levam essa necessidade de clareza ao limite.

Você percebeu que existe um trânsito entre os conceitos produzidos pelos cientistas sociais e o senso comum. A palavra “cultura” apareceu como um conceito no século XIX (veremos isso no capítulo 2) e teve um impacto tão grande que seu uso ultrapassou os limites da vida acadêmica e ganhou as ruas. O conceito foi apropriado pelas pessoas, e “cultura” passou a ser algo sobre o qual todo mundo sabe alguma coisa. Esse é um perigo para o cientista social: usar termos que no senso comum têm significados diferentes do conjunto de conceitos utilizados para explicar um fenômeno social.

Os conceitos também definem o que o cientista pode ou não ver em suas pesquisas. Imagine novamente um conjunto de mesas. Suponha que você queira fazer um trabalho sobre as mesas do mundo e que tenha definido a mesa como um móvel de apoio com quatro pés. Seu conceito de mesa define apenas uma parte dos fenômenos que você quer estudar, e qualquer mesa que não tenha quatro pés não será considerada mesa. Ou seja, essa definição pode mudar o resultado do seu trabalho, porque altera o conjunto de coisas que você está estudando. Se você usar outro conceito de mesa, como, por exemplo, qualquer objeto que sirva de apoio para refeições, você estabelece outro conjunto de coisas a ser estudado. Assim, qualquer definição conceitual é um recorte do que vemos ou pensamos sobre o mundo.

É preciso considerar que os conceitos mudam. Eles têm uma história própria, seja na ciência, seja no senso comum. Mudam porque os contextos nos quais foram produzidos também mudam. Por exemplo, pense na palavra “mulher”. No contexto do século XIX, a definição dos papéis femininos seria muito distinta da atual. No século XIX as mulheres não tinham direito a votar, poucas trabalhavam fora de casa e em geral permaneciam na esfera do lar. No século XXI, depois de quase um século de lutas feministas, grande parte das mulheres do mundo ocidental tem participação significativa na sociedade, tanto no trabalho quanto na arte e/ou na política. O conceito dos papéis femininos mudou com o tempo, porque mudaram também os contextos onde esse conceito foi produzido. Os conceitos, portanto, têm história, e muitos cientistas sociais se dedicam a estudar a história dos conceitos, entendendo que essa história pode dizer algo importante sobre as mudanças sociais.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você é capaz de imaginar um conceito que tenha se transformado ao longo do tempo? Tente refletir sobre a mudança de algum conceito. Lembre-se de que praticamente qualquer ideia ou palavra pode ser vista como um conceito, desde o local onde você está lendo este livro até a própria ideia de livro.

E o método? O que tem a ver com o trabalho do cientista social? O método permite ao cientista reunir dados e informações de forma sistemática, a fim de usá-los para chegar a certas conclusões. Cada uma das Ciências Sociais lida com um conjunto de métodos que considera mais adequado a seus objetivos. Uma pesquisa sobre distribuição de renda no Brasil, por exemplo, pode ser feita com base em diferentes métodos.

Um cientista político tenderá a trabalhar com dados produzidos por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza estatísticas sociais, demográficas e econômicas, faz censos e organiza as informações obtidas, que são como retratos da população brasileira. Com o auxílio de alguns modelos matemáticos, o cientista político compara os dados colhidos, verifica os impactos da política de distribuição de renda e, se possível, identifica onde e como esses impactos são mais significativos.



Marco Di Lauro/Getty Images/Agência France-Press


Um sociólogo que trabalhe com o mesmo tema tenderá, além de utilizar os dados existentes, a produzir dados novos sobre a distribuição de renda. Para produzir esses novos dados, pode utilizar métodos como o *survey*, um questionário destinado a recolher informações. Imagine que o sociólogo escolha determinado bairro de uma cidade. Ele dispõe de um conjunto de moradores para o qual estima o número de *surveys* necessário para tirar conclusões sobre os efeitos das políticas naquela população. O questionário conterà perguntas sobre acesso aos serviços de saúde, frequência escolar, qualidade de alimentação das famílias, etc.

Um antropólogo, ao trabalhar sobre o mesmo tema, tenderá a fazer um “trabalho de campo”, isto é, aproximar-se das vivências, do dia a dia das pessoas do bairro. Assim, ele vai participar do cotidiano do lugar durante um bom tempo, tomando notas de tudo o que vê, do que ouve, das conversas que mantém. Ao fim do trabalho de campo, as notas se transformam em dados que o antropólogo sistematiza para produzir, por exemplo, uma reflexão sobre a vida de pessoas que recebem auxílio por meio de políticas de distribuição de renda. Esse método permite conhecer de perto uma política de transmissão de renda, mas não permite uma generalização da análise, pois a experiência se deu com uma pequena parcela da população de apenas um bairro.

Essa é a diferença entre **métodos quantitativos** e **métodos qualitativos**. Ambos têm vantagens e desvantagens: o método quantitativo permite algumas generalizações, mas fica muito distante da realidade vivida pelas pessoas; o método qualitativo produz dados justamente pela proximidade com a vida cotidiana, mas dificulta as generalizações. Evidentemente, são métodos complementares. Em grandes projetos destinados a entender uma realidade específica, é comum que os dois métodos sejam utilizados. E embora na Sociologia e na Ciência Política sejam mais frequentes os métodos quantitativos, isso não é uma regra: há estudos sociológicos e políticos feitos com métodos qualitativos e também estudos antropológicos feitos com métodos quantitativos. Ou, ainda, trabalhos que mesclam as duas opções.

Agora podemos entender que conceito e método são ferramentas básicas para o cientista social porque permitem delimitar um problema de pesquisa, definir exatamente o que o pesquisador pretende mostrar e ainda produzir dados sobre o problema em questão. O passo seguinte, para o cientista social, é analisar os dados e buscar um sentido para aquele conjunto de informações.

Mas, afinal, para que serve tudo isso?



Survey para pesquisa 001278

Pesquisador: _____ código: _____

Data: _____ Cidade (UF): _____ código: _____

Nome (opcional): _____ Idade: _____ sexo: M() F()

Moradia: () própria () alugada Metragem aproximada: _____

Total de cômodos: _____ N° de quartos: _____ N° de banheiros: _____

Número de moradores: _____

Relação de parentesco com os moradores: _____

Moradores não parentes (especificar relação): _____

Valor médio da conta de luz _____ Valor médio da conta de água: _____

Geladeira(s): () Televisor(es): () Computador(es): () Carro(s): ()

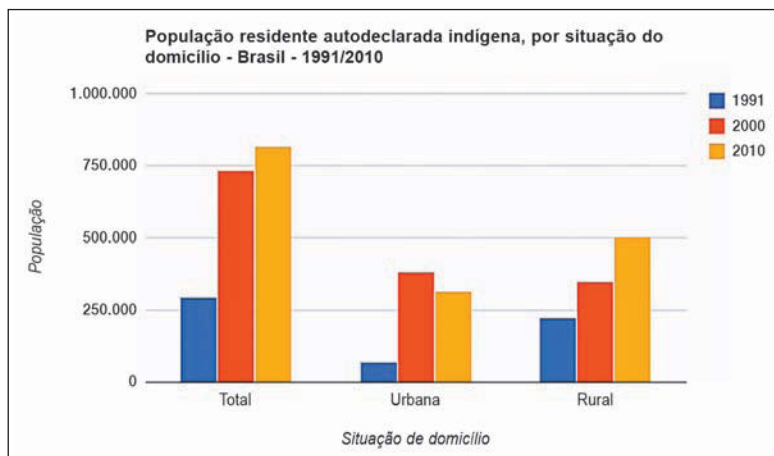
Telefone(s) fixo(s): () Telefone(s) celular(es): ()

Possui TV a cabo? sim () não () Se sim, valor médio do pagamento: _____

Possui internet? sim () não () Se sim, velocidade média _____

Provedores de acesso: _____

Fonte: Elaborado pelos autores para fins didáticos.



Dois ferramentas de pesquisa de um cientista social: primeira página de um *survey*, que produz dados específicos para a pergunta do pesquisador, e uma planilha de dados estatísticos, que, embora não tenham sido produzidos para responder a uma pergunta específica, podem ajudar a explicar muitas coisas diferentes.

4. CIÊNCIAS SOCIAIS: INFORMAÇÕES E PENSAMENTO CRÍTICO

Até aqui vimos um pouco do que faz um cientista social. Mas por que o cientista social faz o que faz? Qual o sentido de produzir pesquisas sobre temas tão variados?

A resposta a essas indagações tem duas linhas principais: a utilidade da informação produzida e a utilidade de aprender a pensar criticamente. A primeira linha diz respeito ao impacto social da pesquisa de um sociólogo, de um antropólogo ou de um cientista político. A segunda se refere ao impacto individual que as Ciências Sociais podem provocar nas pessoas e o desenvolvimento de uma forma de pensar essencialmente crítica.

As pesquisas produzem dados sobre realidades que muitas vezes são pouco conhecidas ou conhecidas apenas por meio de estereótipos. Qualquer política pública necessita desse tipo de informação. Numa discussão sobre mudanças no sistema político do país, por exemplo, são fundamentais as pesquisas comparativas elaboradas por cientistas políticos que contrastam o sistema político brasileiro com o de outros países.

Em foto de 2012, intelectuais e ativistas negros acompanham o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da reserva de vagas em universidades públicas, com base no sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília (UnB).



José Cruz/Abr/Radiobrás

LÉXICO

comunidade

quilombola: grupo de pessoas descendentes de escravos fugidos que, no passado, se estabeleceram em aldeamentos afastados (quilombos) para ter uma vida livre da escravidão. Muitos quilombos deram origem a comunidades que até hoje vivem nos mesmos lugares e enfrentam dificuldades para ter reconhecido seu direito à posse da terra.

O trabalho do cientista social pode melhorar a eficiência das políticas públicas, produzir informações inéditas, trazer à tona questões esquecidas. Tudo isso pode ter impactos significativos na vida dos cidadãos. O conhecimento gerado por um antropólogo que estuda uma **comunidade quilombola**, por exemplo, pode ser essencial para que essa comunidade tenha reconhecido seu direito de permanência na terra.

O conhecimento produzido pelo cientista social pode também ser utilizado pela população para cobrar do Estado determinadas ações. Vejamos um exemplo. Desde o final do século XX o Brasil se transformou em um país de emigração; muitos brasileiros decidiram tentar a sorte fora do país. Esse fenômeno chamou a atenção de cientistas sociais, que se dedicaram a estudar e entender esse movimento. Muito antes de o Estado brasileiro reconhecer essa situação, as Ciências Sociais já dispunham de muitas informações sobre ela. Organizados politicamente em associações no exterior, os brasileiros passaram a pressionar o Estado brasileiro para desenvolver políticas voltadas aos emigrantes, usando como forma de pressão o vasto conhecimento produzido pelas Ciências Sociais, que descrevia claramente as dificuldades e a falta de amparo desses emigrantes. Nesse caso, a sociedade civil, um conjunto organizado de pessoas com objetivos políticos, utilizou-se do conhecimento da ciência social para reivindicar seus direitos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Como funciona um debate intelectual? Nesse tipo de debate, intelectuais se posicionam a favor e contra uma ideia, uma proposta, uma política. Para sustentar suas posições, recorrem a dados e argumentos na tentativa de convencer o maior número possível de pessoas. Ou seja, dados e pesquisas podem ser usados em vários sentidos, con-

forme a intenção de quem os utiliza. Pense em um tema polêmico, como “diminuir a idade mínima para condenar pessoas à cadeia”. Há quem defenda uma diminuição de 18 para 16 anos, há quem seja contra. Tente comparar fatores pró e contra essa proposta e você terá uma ideia do que é um debate intelectual.

Vimos que as Ciências Sociais produzem dados e informações importantes em vários sentidos. Mas vimos também que essas informações podem ser interpretadas de formas diferentes. Como distinguir certo e errado nesse terreno movediço?

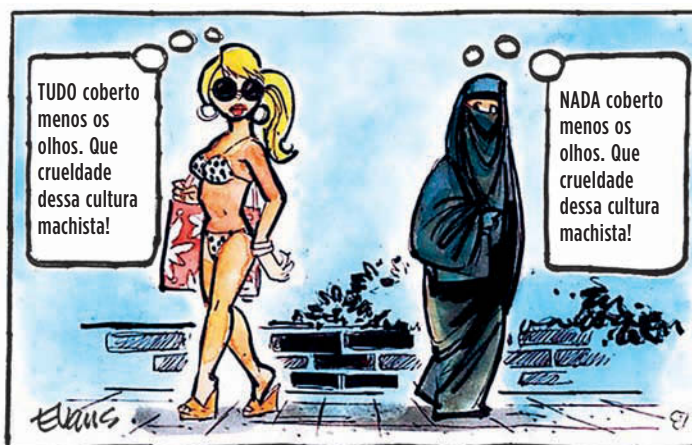
As Ciências Sociais nos ensinam a pensar criticamente, a não aceitar qualquer argumentação. Os critérios exigidos para a realização de uma boa pesquisa também são úteis para analisar argumentos, ideias e debates variados.

Imagine um debate sobre limitação das propagandas de bebidas alcoólicas. De um lado, um intelectual defende a posição de que o Estado não deve interferir na escolha individual, afirmando que, se alguém decide beber, essa é uma escolha pessoal, desde que não viole alguma lei do próprio Estado. Assim, limitar a propaganda seria interferir no direito de escolha das pessoas, uma afronta à liberdade de expressão.

Entretanto, seria possível levantar outros argumentos, como o grande número de mortes causadas pelas bebidas alcoólicas, desde acidentes provocados por motoristas embriagados até doenças crônicas decorrentes do excesso de álcool. Nessa perspectiva, o consumo de bebidas alcoólicas torna-se um problema de saúde pública, legitimando a interferência do Estado, que deve zelar pelo bem-estar dos cidadãos.

Um debate como esse poderia prosseguir indefinidamente, com posições razoáveis de ambos os lados. Então, como saber em quem acreditar? As Ciências Sociais nos ensinam a analisar em lugar de simplesmente acreditar. Podemos levantar questões sobre o debate em si: quais são os interesses em jogo? Quem fala por quem? Os argumentos realmente se sustentam? Há algum truque na argumentação? Qual o resultado de uma ou de outra argumentação? Depois dessa análise cuidadosa, estaremos mais preparados para tomar decisões com base em uma perspectiva crítica, isto é, uma espécie de “filtro” através do qual observamos o mundo. Essa perspectiva crítica nos ajuda a julgar o que é mais ou menos razoável, distinguir um argumento sólido de outro que não passa de enganação.

Para as Ciências Sociais, certo e errado são termos complexos, que sempre dependem de uma reflexão crítica e cuidadosa. A única forma de distinguir bons e maus argumentos, ideias e práticas é pensar criticamente. Exercitar o pensamento crítico prepara você para não se deixar enganar facilmente, e por isso a ciência social pode ser muito útil. É importante decifrar o que muitas vezes está por trás dos discursos políticos, questionar as informações da mídia, contrapor argumentos e deduzir a melhor opção, identificar discursos que só pretendem ganhar você por motivos econômicos, políticos ou outros.



Malcom Evans/Arquivo do artista

Esta charge ilustra como a divergência de interpretações pode ser um problema social, podendo até gerar conflitos. A ciência social é uma forma de pensar essas diferentes interpretações e também de oferecer dados que sustentem posições de vários pontos de vista.

A tirinha abaixo ironiza os paradoxos de uma sociedade de consumo, na qual o esporte serve, por exemplo, para vender bebidas alcoólicas. O pensamento crítico desenvolvido com o auxílio das Ciências Sociais pode nos ajudar a perceber mais claramente esses paradoxos.



Calvin & Hobbes, Bill Watterson © 1990 Watterson/Universal Uclick Dist. by Universal Uclick

Muitos cientistas sociais utilizam o termo “ideologia” para identificar um conjunto de ideias e valores que são expressos por alguns grupos ou classes sociais, como veremos no capítulo 7. Esse conjunto de ideias reflete os interesses de determinado grupo e tende a favorecê-lo dentro da sociedade. Muitos afirmam que o poder só se constitui com o auxílio da ideologia, isto é, criando nas pessoas desejos e valores que facilitam a vida daqueles que controlam o poder. As Ciências Sociais ajudam a identificar ideologias, descobrir quem as produz e por quê. Estimular a capacidade de pensar com autonomia e decifrar o mundo por meio do pensamento crítico é um dos objetivos do ensino das Ciências Sociais.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você consegue pensar em uma ideologia que influencia sua própria vida? Pense no “consumo”. Muitos autores dizem que vivemos em uma era da “ideologia do consumo”. Se você acredita que é preciso possuir certas coisas para ser mais feliz, está respondendo a um conjunto de valores ideológicos do mundo contemporâneo. Mas não se sinta culpado por isso! O que veremos ao longo deste livro é que cada

momento histórico tem suas ideologias dominantes, conjuntos de ideias que estruturam a vida da maioria das pessoas, mas que acabam favorecendo apenas algumas delas. Ao longo desta jornada pelas Ciências Sociais, este livro pretende chamar a atenção para as ideologias naturalizadas no cotidiano, ajudando você a se tornar um cidadão mais crítico e atento ao que acontece ao seu redor.

Mas as ideologias não têm só o lado negativo. Muitos cientistas sociais defendem que “ideologias alternativas”, um conjunto de ideias e crenças, questionam e desestabilizam as ideologias dominantes das quais discordam. Por exemplo, a crítica à ideologia machista deu origem a uma ideologia feminista, que trouxe novos valores e ideias a respeito das relações entre os gêneros. Movimentos de transformação social se baseiam em alternativas ideológicas contrárias àquelas vigentes na ordem social.

Um exemplo claro é o da resistência à ditadura militar no Brasil. Nesse período (1964-1985), a ideologia dominante defendia a “segurança nacional”, ou seja, a ideia de que a nação estava em guerra contra ideologias que queriam mudar a (boa) ordem social vigente. Essa suposta ameaça à ordem justificava a supressão dos direitos individuais, a repressão, a censura, o fim da liberdade de expressão, etc. Vários grupos se manifestaram contra essa ideologia de um Estado policial, contrapondo outras ideologias e, em geral, clamando pela volta de um Estado que reconhecesse os direitos negados pela ditadura. Esses grupos defenderam ideologias que consideravam melhores e mais justas que a ideologia da ditadura. Muitos chegaram a defender a luta armada como única forma de resistência, enquanto outros defendiam mudanças sem recorrer à luta armada.

Embora o parágrafo anterior seja uma enorme simplificação das características de um período histórico extremamente complexo, podemos perceber quão importante é desenvolver um pensamento crítico que permita questionar e avaliar a melhor opinião, ideia ou argumento. Até mesmo esses que você está lendo: nada deve escapar a um pensamento realmente crítico!

Um dos resultados da ciência social é desenvolver a capacidade de um pensamento crítico.



VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ As Ciências Sociais tratam da vida em sociedade e a vida em sociedade gera grande quantidade de perguntas sobre o mundo.
- ✓ As Ciências Sociais são complexas e não convivem com o consenso: sua especificidade é lidar com várias perspectivas contraditórias sobre os mesmos fenômenos.
- ✓ As Ciências Sociais se dedicam a desnaturalizar o mundo: nada aparece como natural e evidente; tudo pode ser questionado e pensado.
- ✓ As Ciências Sociais nasceram no fim do século XIX como ciências similares às Ciências Naturais, embora hoje já não se acredite nessa semelhança.
- ✓ Para fazer ciência social é preciso se distanciar do senso comum, e isso é feito por meio de conceitos e métodos.
- ✓ Conceitos são conjuntos de definições sobre determinados fenômenos; devem ser precisos e não se confundir com o senso comum.
- ✓ Métodos são mecanismos para obter informações a fim de responder às questões, perguntas e hipóteses levantadas. Os métodos podem ser quantitativos e/ou qualitativos.
- ✓ As Ciências Sociais produzem dados importantes sobre a realidade, gerando conhecimentos que são apropriados pelo Estado e pela sociedade civil.
- ✓ As Ciências Sociais podem ajudar você a desenvolver um pensamento crítico, que é um olhar questionador sobre a realidade, buscando explicações para além da aparência imediata dos fenômenos e opiniões.

ATIVIDADES

REVENDO

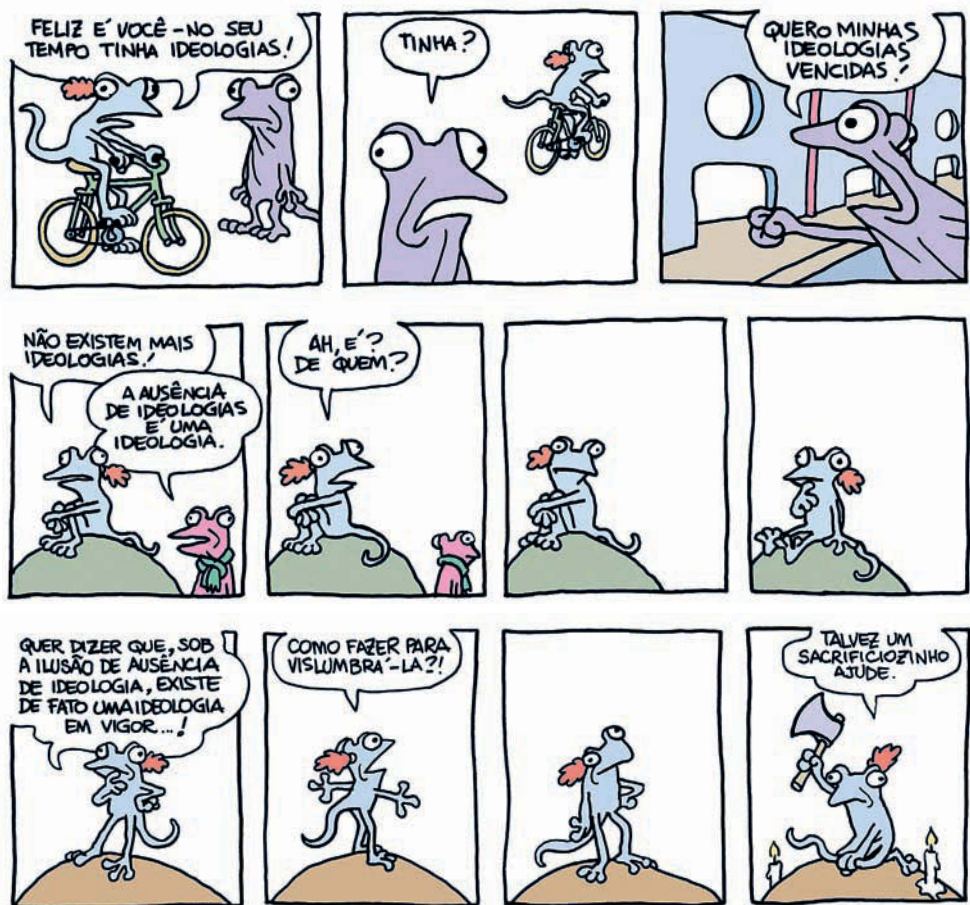
1. A sociedade é o objeto das Ciências Sociais, como vimos no item *A vida em sociedade*. Explique, com suas palavras, por que a sociedade é tão importante para os cientistas sociais.
2. Explique a diferença entre conceito e método a partir da leitura do item *Como funcionam as Ciências Sociais?*
3. Escreva sobre a importância de estudar Ciências Sociais. As duas últimas seções tratam do assunto. É importante que você também dê sua opinião.

INTERAGINDO

1. Faça uma análise crítica da tira a seguir. Do que ela trata? Que crítica está exposta no diálogo entre Calvin e seu pai?



2. Escreva um pequeno texto descrevendo como os quadrinhos abaixo, publicados pelo cartunista Laerte em 2010, lidam com a noção de “ideologia”. Faça uma relação com o que você leu neste capítulo.



CONTRAPONTO

Leia a letra desta canção de Arnaldo Antunes.

E estamos conversados

*Eu não acho mais graça nenhuma nesse ruído constante
que fazem as falas das pessoas falando, cochichando
e reclamando,*

*que eles querem mesmo é reclamar,
como uma risada na minha orelha,
ou como uma abelha,*

*ou qualquer outra coisa pentelha,
sobre as vidas alheias,*

*ou como elas são feias,
ou como estão cheias de tanto esconderem segredos
que todo mundo já sabe,
ou se não sabe desconfia.*

*Eu não vou mais ficar ouvindo distraído eles falarem deles
e do que eles fariam se fosse com eles
e do que eles não fazem de jeito nenhum,
como se interessasse a qualquer um.*

Eles são: As pessoas.

As pessoas todas, fora os mudos.

*Se eles querem falar de mim, de nós, de nós dois,
falem longe da minha janela, por favor,
se for para falar do meu amor.
Eu agora só escuto rádio, vitrola, gravador.
Campainha, telefone, secretária eletrônica
eu não ouço nunca mais, pelo menos por enquanto.
Quem quiser papo comigo tem que calar a boca
enquanto eu fecho o bico.
E estamos conversados.*

ANTUNES, Arnaldo. *E estamos conversados*. In: ANTUNES, Arnaldo.
O silêncio. BMG/Ariola, 1997. 1 CD. Faixa 2.

- **Essa canção fala de uma insatisfação relacionada à vida em sociedade. Tente descobrir do que se trata e escreva um comentário. Não é preciso responder a nenhuma pergunta, apenas escrever sobre o contraste entre o que você aprendeu e o teor dessa letra. Se for o caso, você pode até falar sobre uma sensação parecida que tenha experimentado em algum momento.**

SUGESTÕES DE LEITURA



O nome da rosa, de Umberto Eco. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012.

Em 1327, em um mosteiro franciscano italiano, paira a suspeita de que os monges estejam cometendo heresias. O frei Guilherme de Baskerville é enviado para investigar o caso, mas tem sua missão interrompida por excêntricos assassinatos.



Os Sertões, de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

Obra clássica da literatura brasileira publicada em 1902, continua extremamente atual e necessária para entender o Brasil. Importante para o desenvolvimento das Ciências Sociais nos anos 1930 e 1940, trouxe para o pensamento nacional a indagação das razões do atraso do interior do país.

FILMES

A onda (Alemanha, 2008). Direção: Dennis Gansel.

Baseado em uma história real ocorrida na Califórnia em 1967, o filme conta a história de um professor de Ensino Médio que propõe a seus alunos um experimento para explicar, na prática, os mecanismos do fascismo e do poder.

O enigma de Kaspar Hauser (Alemanha, 1974). Direção: Werner Herzog.

Com base em registros históricos, o filme narra o caso de um jovem encontrado perdido numa praça em 1828. Ele não falava nem conseguia ficar em pé: passara a vida inteira trancado num porão.

O óleo de Lorenzo (Estados Unidos, 1993). Direção: George Miller.

A notícia de que Lorenzo, um garoto de 5 anos, tem uma rara doença terminal marca o início de uma jornada para seus pais, que, a despeito do prognóstico, enfrentam médicos, cientistas e grupos de apoio na busca de uma cura.





UNIDADE 1

CULTURA

Esta unidade trata de um dos assuntos mais relevantes das Ciências Sociais: a forma como as sociedades se veem e são vistas. Ao longo dos últimos 150 anos, as Ciências Sociais desenvolveram várias maneiras de pensar as diferenças nas formas de vida das sociedades humanas.

Como veremos nos capítulos da unidade, a Antropologia tem se dedicado sistematicamente a esse desafio de pensar a diferença, construindo instrumentos teóricos como os conceitos de cultura, identidade e etnicidade. Esses e outros conceitos pretendem observar e compreender a enorme variedade da experiência humana no mundo.

Além de conhecer a origem desses conceitos, veremos a que contextos sociais se referem e também como foram empregados para produzir reflexões sobre o Brasil, sobre as diversas populações presentes no país e sobre o que poderíamos chamar de “cultura brasileira” ou ainda “identidades brasileiras”.

Grafite de Banksy em Londres, Inglaterra. Foto de 2008.

Leeky-boy/Graffiti World

EVOLUCIONISMO E DIFERENÇA



Eddie Dangerous/Acervo do fotógrafo

Grafite de Banksy. Foto de 2008.

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 A construção do pensamento antropológico
- 2 Parentesco e propriedade: modos de organização social
- 3 Sociedades indígenas e o mundo contemporâneo
- 4 Mitos, narrativas e estruturalismo
- 5 Populações indígenas no Brasil

Escolhemos iniciar esta unidade por um fato que marcou a História: o encontro, a partir do século XVI, entre os europeus e as sociedades das Américas, da África e da Ásia, que os europeus até então desconheciam.

Por que escolhemos esse momento? Porque o contato entre essas civilizações possibilitou a construção do sistema social que predomina no mundo atual. Muito mais tarde, no século XIX, o próprio nascimento das Ciências Sociais teve origem na reflexão sobre o encontro entre diferentes culturas e suas consequências.

Inicialmente, vamos tomar como base os modelos que os europeus utilizaram para pensar os nativos daqueles lugares que consideravam “distantes”. A partir dessa visão de mundo, vamos refletir sobre as **diferenças** — sociais, culturais, étnicas, políticas, entre outras —, um tema fundamental para entender as sociedades de um ponto de vista antropológico.

1. A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO

O avanço **colonialista** europeu sobre as Américas, grande parte da África, Ásia e Oceania, empreendido a partir do século XVI, não resultou apenas em dominações. Esses encontros geraram relatos de viagem, narrativas descritivas, investigações e todo tipo de documentos históricos sobre as populações nativas até então desconhecidas pelos dominadores. Essas informações foram produzidas desde o começo das explorações europeias, mas só no século XIX, com o avanço do **imperialismo** europeu, foram sistematizadas por meio de estudos científicos.

Essa documentação sobre populações nativas diversas, somada ao interesse das sociedades colonialistas em ampliar suas formas de dominação, gerou a produção de um conhecimento que hoje chamamos de antropológico. A busca desse conhecimento revela a necessidade de um novo olhar sobre aquelas populações a fim de conhecê-las melhor. E conhecê-las melhor para quê? A resposta a essa questão tem dois lados: um prático e um científico.

De um lado, administradores coloniais, missionários religiosos e comerciantes (agentes das conquistas realizadas entre os séculos XVI e XIX) tinham interesse prático em conhecer melhor os “primitivos”. Para os administradores coloniais, isso ajudava a dominá-los; para os missionários, ajudava a convertê-los; e para os comerciantes, ajudava a produzir riquezas em benefício próprio a partir do encontro com os “selvagens”.

LÉXICO

colonialismo: sistema ou orientação política de que uma nação lança mão para manter sob seu domínio os destinos de outra, procurando submetê-la nos setores econômico, político e cultural.

imperialismo: política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você consegue imaginar como é possível lucrar com o conhecimento sobre populações nativas? Uma forma muito comum de produzir riqueza a partir do encontro é simplesmente obrigar os nativos a trabalhar para o colonizador. A avidez dos colonizadores espanhóis na América produziu o extermínio de milhares de indígenas, que, forçados a trabalhar em minas de prata, não tinham mais como se dedicar a lavouras, o que gerou fome e a morte de milhares de pessoas.

Por outro lado, os cientistas que passaram a estudar essas populações a partir do século XIX pretendiam entender a história da humanidade. Para eles, conhecer as sociedades que chamavam de primitivas funcionava como um laboratório: quando olhavam para o presente daquelas populações, acreditavam estar desvendando o passado da humanidade.

Os cientistas tentaram sistematizar o conhecimento das populações ditas selvagens em narrativas que podem ser consideradas histórias de evolução: imagine uma escada na qual as sociedades são organizadas da “mais simples” para a “mais complexa”. Aqueles intelectuais olhavam para os dados coletados pela empreitada colonial, determinavam quais sociedades consideravam mais simples e quais seriam mais complexas e as distribuíam em uma escada evolutiva. A ilustração da página seguinte mostra uma dessas narrativas de evolução, criada pelo antropólogo norte-americano **Lewis Henry Morgan (1818-1881)**, que divide a história da humanidade em três etapas: selvageria, barbárie e civilização.

Morgan foi um dos principais teóricos desse momento do conhecimento antropológico. Entre outros intelectuais fundamentais, podemos citar o inglês **Edward B. Tylor (1832-1917)** e o escocês **James G. Frazer (1854-1941)**. Cada um narrou à sua maneira a história de evolução, sem chegar a um acordo sobre a posição de cada sociedade nos degraus da escada evolutiva e sobre as linhas evolutivas da humanidade.

Entretanto, apesar das discordâncias, todos esses autores partiam da ideia de progresso. Ou seja, pressupunham que as diferentes sociedades sempre avançavam em direção à civilização.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Lewis Henry Morgan (1818-1881)**, **Edward B. Tylor (1832-1917)** e **James G. Frazer (1854-1941)**.

A evolução da humanidade segundo L. H. Morgan (século XIX)



Reprodução/Arquivo da editora

Fonte: Organizado pelos autores para fins didáticos.

ASSIM FALOU... JAMES FRAZER

[...] um selvagem está para um homem civilizado assim como uma criança está para um adulto; e, exatamente como o crescimento gradual da inteligência de uma criança corresponde ao crescimento gradual da inteligência da espécie [...], assim também um estudo da sociedade selvagem em vários estágios de evolução permite-nos seguir, aproximadamente – embo-

ra, é claro, não exatamente –, o caminho que os ancestrais das raças mais elevadas devem ter trilhado em seu progresso ascendente, através da barbárie até a civilização. Em suma, a selvageria é a condição primitiva da humanidade, e, se quisermos entender o que era o homem primitivo, temos de saber o que é o homem selvagem hoje.¹

¹ FRAZER, James George. O escopo da antropologia social. In: CASTRO, Celso (Org.). *Evolucionismo cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 107-108.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Um estudo das sociedades orientado pela noção de progresso implica diversas conclusões hoje repudiadas pelas Ciências Sociais:

- Se toda sociedade evolui da mesma forma, a diferença entre umas e outras poderia ser explicada pela “dedicação à evolução”. Algumas teriam andado mais rápido, outras teriam preferido, “preguiçosamente”, deixar a evolução seguir mais lentamente.
- Se todas as sociedades seguiram os mesmos passos, olhar para qualquer sociedade diferente da ocidental seria olhar para o passado da humanidade. As sociedades ditas selvagens apareceriam como autênticos “museus vivos”.
- Se todas as sociedades seguirão pelos mesmos caminhos, caberia às “mais avançadas” adiantar o processo das “mais atrasadas”. Isso faz com que o colonialismo seja visto como uma ação de solidariedade aos povos “atrasados”, que poderiam atingir estágios mais adiantados justamente por meio da dominação ocidental.

Aqui surge uma questão que deve nos acompanhar por todo o livro: para que serve o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais? Entre muitas respostas possíveis, vamos começar pela mais dura: para dominar. Veremos, por outro lado, que esse mesmo conhecimento também gerou, por exemplo, defensores dos direitos de populações em risco, como as indígenas.

O evolucionismo social (nome dado às teorias que se apoiam em narrativas de evolução) funcionava ao mesmo tempo como explicação da evolução da humanidade e como justificativa para a dominação exercida pelos europeus. Para muitos, as teorias do evolucionismo social não passam de ironia, como se o dominador dissesse ao dominado: “Não é bem uma dominação; estamos apenas civilizando, e isso é um favor”.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem

é **Herbert Spencer**

(1820-1903).

✦ PARA SABER MAIS • Evolucionismo x darwinismo social

O evolucionismo social é comumente associado ao evolucionismo biológico, proposto por Charles Darwin (1809-1882), que defendia uma evolução pela melhor adaptação ao ambiente. Os evolucionistas sociais defendiam a ideia de progresso, inspirados pelo filósofo inglês **Herbert Spencer (1820-1903)**. Um conjunto de teorias elaboradas na Inglaterra e nos Estados Unidos na década de 1870 se tornou conhecido como darwinismo social. Essas teorias defendiam a existência de diferenças fundamentais nos grupos humanos, que se expressavam em raças distintas.

A noção de raça foi introduzida no século XIX pelo naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), que dividiu a humanidade em três raças: caucasiana, etíope e mongólica (branca, negra e amarela). Outros autores teceram variações dessa teoria, sempre rela-

cionando heranças fisiológicas a distintas capacidades intelectuais e qualidades morais. A miscigenação deveria ser evitada, já que a mistura traria decadência racial e social. Sempre privilegiando a “raça” branca, essas teorias serviram de justificativa para a dominação colonial, da mesma forma que o evolucionismo social.

O darwinismo social também deu origem à eugenia, teoria que busca produzir uma seleção nos grupos humanos, com base em leis genéticas. Essa teoria defende a ideia de separar as raças e até mesmo eliminar aquelas consideradas inferiores. Com base nesses princípios, políticas eugênicas foram instauradas em vários países, incentivando a separação entre as raças, proibindo casamentos inter-raciais e incitando todo tipo de exclusão racial.



Capa da primeira edição brasileira, Editora Record, 1970.



Fotos: Hergé/IPRESS

Nesta imagem da história em quadrinhos *Tintim na África*, do cartunista belga Hergé (1907-1983), vemos o final da narrativa, quando Tintim parte do país africano após “ensinar” muito aos congolezes. Observe que há até um totem ou altar erigido a Tintim e ao seu cão, Milu. A figura é representativa do evolucionismo social, pois coloca no centro aquele que criou essa teoria: o europeu branco.

Os adeptos das teorias evolucionistas estavam convictos de que a escalada para o progresso só poderia se dar em um sentido: os europeus eram os civilizados e todos os demais eram atrasados.

Essa teoria depende da ideia de progresso, mas o que define o progresso? Do ponto de vista dos intelectuais do século XIX, um dos critérios seria o **progresso tecnológico**. Embora pareça justo, esse critério é tão arbitrário como qualquer outro. Foi adotado porque parecia evidente, mas veremos neste livro que nada é “evidente”, sempre podemos questionar supostas evidências.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O progresso tecnológico é central nas teorias evolutivas justamente porque favorece quem as construiu: os intelectuais europeus e norte-americanos. Mas como seria essa escala se fossem adotados outros critérios? Vamos pensar, por exemplo, em uma escala organizada pela ideia de “sustentabilidade”. Nessa escala, sociedade evoluída seria

aquela que se organiza de modo a continuar existindo ao longo do tempo e cujo modo de vida não esgota os recursos naturais necessários para a sobrevivência de gerações futuras. Segundo esse critério, a sociedade ocidental capitalista não ficaria no topo da escada e sociedades consideradas “atrasadas” passariam a ser avançadas.

O encontro com populações não europeias resultou tanto em uma teoria sobre a história da humanidade como em justificativa para a dominação pelos europeus. O que sustenta essa teoria e essa justificativa é uma ideia de progresso que favorece as **sociedades ocidentais**, por colocar no ápice da evolução aquilo que elas próprias consideram mais evoluído. Essa forma de pensar tem um nome: **etnocentrismo**.

2. PARENTESCO E PROPRIEDADE: MODOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Vimos que as sociedades ocidentais construíram uma hierarquia dos povos humanos, colocando-se no topo da escala. Além do progresso tecnológico, outro critério que fundamentou essa hierarquização tem especial importância para as sociedades ocidentais.

Quem primeiro explicitou esse critério foi Lewis Henry Morgan, para quem a passagem da barbárie para a civilização se dava pela adoção da propriedade como modo de organização da vida de uma população. Assim, desde o século XIX (Morgan publicou suas teorias por volta de 1877), o que definia uma sociedade avançada para as sociedades ocidentais era a existência da **propriedade privada**. Mas que organização social possibilitou a propriedade privada?

Ao olhar para as sociedades ditas “primitivas”, os estudiosos europeus e estadunidenses do século XIX observaram que elas não possuíam uma organização burocrática que centralizasse decisões. Em outras palavras, não tinham algo parecido com o Estado. Como veremos na Unidade 3, o Estado é um elemento fundamental na organização moderna do mundo. Para aqueles intelectuais, as sociedades “primitivas” pareciam “desorganizadas”.

Intelectuais como Lewis Henry Morgan e o jurista britânico **Henry Sumner Maine (1822-1888)** elaboraram uma resposta a essa questão: o que possibilitava à sociedade “primitiva” se organizar era o parentesco. Mas o que seria o parentesco? Todas as sociedades humanas estabelecem formas regulares de relações entre seus indivíduos. Tome seu próprio caso como exemplo: faça uma relação dos seus parentes. Eles serão categorizados como “primos”, “tios”, “pais”, “avós”, “cunhados”, “primos distantes”, e assim por diante. Essas são categorias de parentesco, elas traduzem um tipo específico de relação entre as pessoas.

LÉXICO

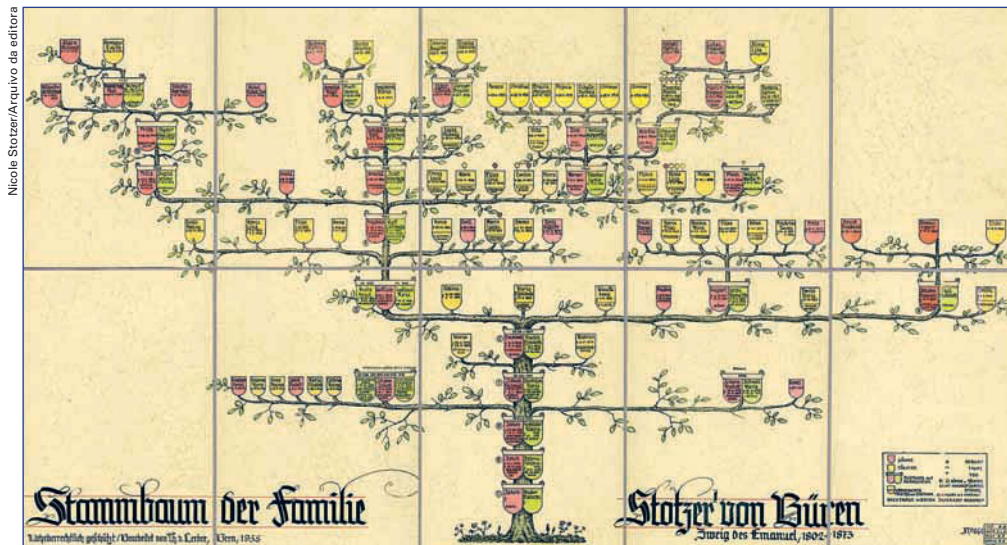
sociedades ocidentais:

denominação geralmente atribuída a um conjunto de sociedades europeias (Inglaterra, França, Alemanha, por exemplo) mais Estados Unidos e Canadá. É um termo muito flexível e sua amplitude depende do contexto histórico. Para muitos, trata-se das sociedades derivadas da colonização europeia (nesse caso, as sociedades latino-americanas seriam ocidentais). Mas quando um intelectual europeu fala de “Ocidente” pode não incluir nessa ideia a América Latina. Em outros momentos, fala-se em Ocidente em termos muito gerais, contrastando-o com países muçulmanos ou do “Oriente”. Neste livro adotamos a concepção referente aos países hegemônicos da Europa desde o século XV somados a Estados Unidos e Canadá.

etnocentrismo: forma de pensar os “outros” (populações, povos, minorias) a partir de normas e valores de nossa própria sociedade ou cultura. Na medida em que esses “outros” não se encaixam em nossos valores, a tendência é rejeitá-los como inferiores, primitivos, selvagens, excêntricos, etc. Ao adotar valores da própria sociedade como parâmetro para medir todas as demais, o pensamento etnocêntrico resulta em racismo e preconceito de várias ordens (de gênero, étnico, etc.).

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Henry Sumner Maine (1822-1888)**.

A árvore genealógica é um recurso utilizado em algumas sociedades para expor um conjunto de relações entre pessoas: pais e filhos, casamentos, irmãos, primos, etc. Uma árvore como esta (de 1955) é um documento das relações e também uma forma de pensar essas relações.



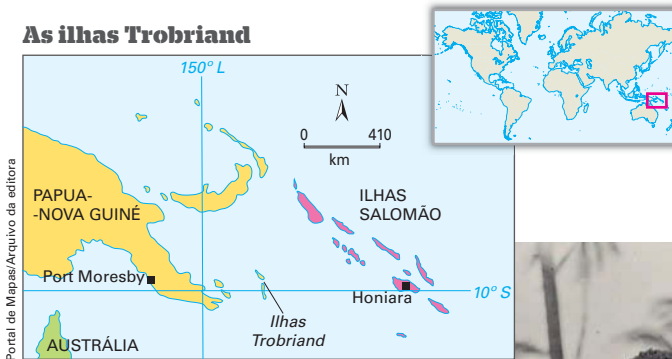
LÉXICO

matrilinear: relativo a, ou que envolve descendência pela linha materna.

O que costumamos chamar de “família” nada mais é que um nome para um **sistema de parentesco**. Nos sistemas de parentesco, além das categorias há também papéis estabelecidos. Quando dizemos “mãe”, não nos referimos só a uma posição em um sistema de relações, mas também a um papel específico. Ou seja, atribuímos uma série de valores, obrigações e sensações a cada categoria de parentesco. Em determinadas sociedades, “mãe” significa não só a progenitora de alguém, mas também uma pessoa a quem se deve respeito e de quem se espera determinado comportamento.

Qualquer sociedade no mundo produz algum tipo de parentesco. Porém, as sociedades constroem o parentesco de formas diferentes entre si — e, portanto, diferentes daquela que a nossa sociedade escolheu (ou *daquelas* que a nossa sociedade escolheu, já que podemos ver vários modelos de família no Brasil). Há, por exemplo, sociedades **matrilineares**, como a trobriandesa, localizada em Trobriand, um conjunto de ilhas próximo à Papua-Nova Guiné. Nessa sociedade, estudada pelo antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (*Perfil* no capítulo 3) na década de 1910, as relações mais importantes se dão entre um filho e o irmão de sua mãe (o que chamamos de tio materno), pois os filhos pertencem à “família” do irmão da mãe. Em sociedades como essa, o pai pode não aparecer como chefe de família, papel que tradicionalmente desempenha em sociedades ocidentais. No capítulo 3 veremos em detalhe o trabalho de Malinowski.

As ilhas Trobriand



Nesta foto de 1918, vemos Malinowski entre os nativos das ilhas Trobriand.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Por que seria importante pensar em parentesco se todo mundo já sabe como é sua família? É simples: quando pensamos em nossas relações familiares como apenas um entre vários tipos possíveis, podemos encarar com menos preconceito

relações que a princípio nos parecem “fugir da normalidade”. Se existem tantos tipos de parentesco, por que seria um problema um arranjo familiar composto de um casal de homossexuais e um filho, por exemplo?

Vimos que todas as sociedades têm algum sistema de parentesco, mas apenas algumas estruturam seu modo de vida a partir desse sistema. Essas sociedades não têm Estado, mas seguem regras estipuladas nos sistemas de parentesco. Em uma sociedade com Estado, diversas questões são resolvidas por um sistema jurídico criado para regular a vida social. O Estado determina leis, as executa e julga os que tentam burlá-las. Em sociedades sem Estado, não há sistemas jurídicos separados; há conjuntos de regras relativas à ordem do parentesco e são elas que permitem a vida em sociedade.

Para os intelectuais do século XIX, as sociedades organizadas pelo parentesco representavam um estágio anterior de desenvolvimento; seriam mais simples, mais primitivas. Para autores como Morgan e Frazer, a presença do Estado seria definidora da passagem para a civilização. E essa passagem seria marcada, antes de tudo, pela invenção da propriedade privada.

Nas sociedades organizadas pelo parentesco, não há a propriedade privada da terra. As terras são de uso coletivo, também regulado pelas regras de parentesco. A distribuição do que é produzido segue essas regras, que determinam com quem se deve compartilhar algo e com quem não se deve. Quando alguém cerca um terreno e afirma que aquele espaço lhe pertence, estabelece outro tipo de relação com a terra e necessita garantir a existência dessa propriedade. Segundo os autores do século XIX, a única forma de garantir a propriedade seria um poder central com força para mantê-la.

Assim, as teorias antropológicas delimitaram a linha de evolução e a noção de progresso a partir da existência da propriedade privada da terra e da presença do Estado.

Para sintetizar o pensamento dos intelectuais do século XIX, as sociedades não ocidentais eram vistas como mais simples, e quanto mais se organizassem pelo parentesco, mais simples seriam consideradas. Essa perspectiva implicava uma série de preconceitos e estereótipos: aquelas populações eram vistas como atrasadas, inferiores e intelectualmente incapazes. Paralelamente a essa sistematização teórica, as práticas colonialistas se basearam em um imaginário sobre as sociedades “primitivas” que legitimava o papel “civilizador” dos europeus. Para grande parte dos agentes coloniais, a distinção entre civilizados e primitivos também era definida pela presença ou não da propriedade e do Estado.

O neocolonialismo estabelecido ao longo do século XIX e início do século XX foi influenciado e legitimado pelas teorias evolutivas. As potências capitalistas (especialmente Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido e Bélgica) avançaram por quase toda a África, por grandes porções da Ásia, como os territórios que hoje chamamos de Índia, Paquistão, Bangladesh, Indonésia, e até por porções da China. O discurso das nações imperialistas baseava-se na crença de uma “missão civilizatória”, adotando desde visões otimistas, que diziam ser possível levar os selvagens diretamente para o estágio da civilização, até as mais pessimistas, que afirmavam ser impossível “eivar” os selvagens, e que portanto a dominação seria sempre necessária a fim de que eles não degenerassem para estágios mais inferiores. Parte dessas teorias adquiriu teor explicitamente racial, atribuindo capacidades cognitivas distintas ao que consideravam raças humanas diferentes.



Nesta charge de 2008, o cartunista Angeli trata com ironia o conceito de propriedade ao representar a terra já toda retalhada em lotes, inacessíveis à família de agricultores que supostamente deveria tirar da terra o seu sustento.

LÉXICO

cultura: conjunto de práticas e hábitos produzido por qualquer sociedade, desde as técnicas de subsistência até as preferências estéticas, passando por religião, economia, medicina, etc. Veremos no capítulo 2 várias definições do conceito de cultura ao longo dos séculos XX e XXI.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Mércio Pereira Gomes (1950-)**.

3. SOCIEDADES INDÍGENAS E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Desde o fim do século XIX, a própria Antropologia se dedicou a questionar os modelos evolucionistas. O principal recurso para a construção dessa crítica foi o conceito de **cultura**. No capítulo 2 veremos como esse conceito possibilitou o combate às hierarquias e preconceitos étnicos originados das teorias evolucionistas. Por ora, vamos conhecer um “mecanismo” intelectual importante no entendimento de experiências de vida muito distintas das nossas: o combate ao etnocentrismo.

A partir do século XX, as teorias evolucionistas passaram a ser vistas pelos antropólogos como etnocêntricas, isto é, construídas com base em critérios válidos para quem as formulou. Afirmar que a evolução tecnológica é um parâmetro para avaliar a evolução das sociedades só poderia ocorrer em uma sociedade cuja evolução tecnológica é muito valorizada. Dificilmente uma sociedade organizada em outros termos escolheria esse critério. Ou seja, quando analisamos outras sociedades por meio de critérios próprios da nossa, estamos sendo etnocêntricos. E isso significa que não estamos realmente olhando para outras sociedades, mas apenas procurando nelas aquilo que reconhecemos em nós como fundamental. Para desfazer a ideia do suposto primitivismo das populações não ocidentais, é necessário um olhar não etnocêntrico, que reconheça uma complexidade que tenha sentido e significado no interior dessas sociedades.

Do final do século XIX até meados do século XX, antropólogos se dedicaram a documentar a vida indígena em vários lugares do mundo com uma preocupação generalizada: a de que os povos indígenas estavam “acabando”. Havia a convicção de que o avanço do sistema capitalista levaria à extinção dessas populações. Alguns acreditavam que isso aconteceria inevitavelmente, como um fator natural da evolução social. Outros simplesmente constatavam que o capitalismo impedia aquelas sociedades de continuar a se reproduzir como vinham fazendo tradicionalmente.

E como isso acontecia? Com a expansão gradual do controle e invasão de terras indígenas. Para tomar um exemplo brasileiro, o interesse pelas terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas levou aos maiores abusos. O antropólogo brasileiro **Mércio Pereira Gomes (1950-)**, em seu livro *Os índios e o Brasil* (Vozes, 1988), cita o caso dos índios Canela Fina, na Vila de Caxias, no sul do Maranhão, que por volta de 1816 receberam como “presente” de fazendeiros interessados em suas terras roupas infectadas com varíola, que causaram o espalhamento do contágio e grande morticínio.

Apesar dos números e relatos que demonstram a dizimação de grupos indígenas durante os séculos pós-conquista colonial, as nações indígenas praticaram ações e estratégias de resistência física e cultural. Ao longo do século XX, muitas

delas se mobilizaram para defender seus direitos. O fim do século XX testemunhou uma revitalização das populações indígenas, embora em muitos lugares do mundo os processos de opressão permaneçam.

Em 6/11/2012, em frente ao Palácio do Planalto, indígenas de nove etnias vindos do Maranhão e do Amazonas pediram a revogação da Portaria 303 da Advocacia-Geral da União. Essa portaria estendeu a todas as terras indígenas do país as condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009, consideradas inconstitucionais por grupos indígenas e vários especialistas.



Antônio Cruz/ABR/Radiobrás

Uma questão crucial para as populações indígenas da atualidade é sua relação com a sociedade capitalista. Essas populações não recusam o que chamamos de tecnologia, e em muitos casos se valem dela para expressar seus pontos de vista. Muitos indígenas produzem vídeos para registrar suas cerimônias, gravar suas narrativas, expressar seus modos de ver o mundo. O uso de tecnologia não os torna menos indígenas, ao contrário do que alguns imaginam.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já ouviu dizer que “índio de verdade” não usa roupas nem tecnologias ou coisas semelhantes? Provavelmente sim, pois esse discurso é muito comum, já que legitima a retirada de direitos desses indígenas. Quando por exemplo um fazendeiro quer desqualificar reivindicações dos indígenas sobre terras que ocupa, afirma que eles não são mais indígenas porque usam roupas, ferramentas, etc. Talvez você não perceba quanto essa afirmação é **ideológica**: as sociedades capitalistas criam imagens dos indígenas como primitivos, se apressam em tentar civilizá-los e, assim que eles adotam práticas ocidentais, argumentam que eles não são mais indígenas e portanto não têm direito à terra, por exemplo.

O uso de tecnologias não impede que os indígenas reproduzam seus modos de viver. Alguns antropólogos, como o norte-americano **Marshall Sahlins (1930-)**, afirmam justamente o contrário: que populações indígenas se utilizam de “coisas” da sociedade ocidental conforme suas próprias regras e de forma a fortalecer seus próprios meios de ver o mundo. Nós também “emprestamos” práticas, hábitos e ideias produzidos em outros lugares do mundo e nem por isso deixamos de ser brasileiros. Quando assistimos a um filme de Hollywood, por exemplo, apreciamos uma série de práticas, hábitos e ideias que são estrangeiros para nós. Mas isso não nos faz menos brasileiros. Quando assistimos a uma partida de futebol, estamos vendo um jogo inventado na Inglaterra, o que não impediu a criação de um futebol brasileiro. Por que, então, usar roupas e motores de popa tornaria os indígenas menos indígenas?

LÉXICO

ideologia: conjunto de ideias próprias de um grupo, de uma época, e que traduzem um contexto histórico. No capítulo 3 estudaremos esse conceito em detalhe.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é **Marshall Sahlins (1930-)**.



Na aldeia Ipatse, no Parque Indígena do Xingu, integrantes do Coletivo Kuikuro de Cinema entrevistam visitante. Foto de 2007.

4. MITOS, NARRATIVAS E ESTRUTURALISMO

Vimos que nossa ideia das sociedades indígenas é bastante deturpada porque elas são diferentes demais da nossa própria sociedade e essa diferença parece uma barreira intransponível. Mas a Antropologia, desde o começo do século XX, vem procurando construir uma ponte, dando sentido à experiência das populações indígenas (e de outras populações, como as camponesas, as tribos urbanas, as elites, os grupos religiosos, os imigrantes, etc.). Quando “atravessamos a ponte”, deparamos com mundos cujas complexidade e sofisticação estavam como que escondidas por nossos preconceitos. Ajudar a enxergar essa complexidade é uma das tarefas da Antropologia, e um dos efeitos dela é desestabilizar aquelas certezas evolutivas produzidas no século XIX e até hoje presentes em nossa vida.

Fotos: Fabio Colombini/Arquivo do fotógrafo



Curare, cipó venenoso para flecha, Floresta Amazônica, Manaus (AM), 2008.

Indígena com zarabatana na Aldeia Rouxinol, habitada por grupos Barasano e Tuiuca, às margens do igarapé Tarumã-Açu. Manaus (AM), 2008.



Invariavelmente, diante da riqueza de uma narrativa mitológica indígena, que nada deve ao pensamento mitológico grego, por exemplo, ou diante da sofisticação artística de muitos artefatos indígenas, ou ainda diante de sistemas de parentesco tão complexos que seria preciso construir algoritmos para entendê-los, chegamos a uma única conclusão: qualquer tentativa de estabelecer uma linha de evolução entre sociedades é equivocada.

Tomemos como exemplo o trabalho do francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), o mais célebre antropólogo do século XX, cuja obra influenciou e continua a influenciar o pensamento social contemporâneo.

Lévi-Strauss desenvolveu um método de análise que chamou de **estruturalista** e fez um mergulho pela enorme complexidade dos mitos provenientes de diversas populações, do sul até o norte das Américas, revelando por meio deles o que denominava **pensamento ameríndio**.

Para esse autor, os mitos demonstram um pensamento sofisticado e complexo. Tratam de oposições recorrentes — entre o nu e o vestido, entre o cru e o cozido, entre discrição e excesso, entre respeito e desrespeito, etc. — e promovem formas de lidar com a passagem de um estado de natureza para o de cultura. Segundo Lévi-Strauss, os mitos traduzem preocupações fundamentais das populações que os criam e fazem uma distinção entre natureza e cultura. Essas populações estariam empenhadas em se separar da natureza, aspecto que o olhar etnocêntrico tem dificuldade de entender.

A essência de uma teoria complexa como o estruturalismo, que pretende demonstrar que o pensamento humano se organiza em torno de oposições (alto e baixo, fora e dentro, quente e frio, etc.) deve muito ao próprio pensamento ameríndio. É como se Lévi-Strauss pensasse o mito a partir do pensamento dos nativos das Américas. O estruturalismo, um método quase matemático, foi aplicado também

Arquivo/UCS/MUN, Canadá. Foto de 1965.



PERFIL

CLAUDE LÉVI-STRAUSS

Nascido em 1908 na Bélgica, de família judia, estudou em Paris, graduando-se em Filosofia em 1931. Depois de lecionar por dois anos na França, integrou a missão francesa na recém-criada Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou Sociologia. Entre 1935 e 1939 viveu no Brasil, realizando expedições etnográficas que viariam a influenciar toda a sua carreira, assim como a de muitos intelectuais brasileiros.

Exilado nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi professor nesse país nos anos 1950, estabelecendo laços com outros antropólogos, entre eles Franz Boas e Robert Lowie. De volta à França, assumiu, em 1959, a cadeira de Antropologia Social no Collège de France, onde permaneceu até se aposentar, em 1982.

Sua obra é considerada de enorme importância, tanto pela criação da chamada **Antropologia estruturalista** quanto pela riqueza e erudição de suas análises. Vários de seus livros são clássicos da Antropologia e das Ciências Humanas, tais como: *Estruturas elementares do parentesco* (1949), *Tristes trópicos* (1955), *Antropologia estrutural* (1958), *O pensamento selvagem* (1962) e *Totemismo hoje* (1962). Lévi-Strauss produziu ainda um trabalho monumental de análise dos mitos das populações indígenas das Américas, dedicando-lhes mais de duas décadas de pesquisa (entre 1964 e 1991). O resultado foi publicado como as “grandes mitológicas” em quatro volumes: *O cru e o cozido*, *Do mel às cinzas*, *Origem dos modos à mesa* e *O homem nu*. Em seguida, publicou as “pequenas mitológicas”: *A via das máscaras*, *Oleira ciumenta* e *Histórias de linco*. Faleceu em Paris, em 2009, alguns meses antes de completar 101 anos.

ao estudo do parentesco, buscando reduzir a multiplicidade de sistemas e chegar a um conjunto de sistemas genéricos, que serviriam de modelos ou padrões para todas as variedades de parentesco.

Também a arte foi objeto da reflexão sistemática de Lévi-Strauss, e, nesse caso, a sensibilidade artística das populações ameríndias foi fundamental para sua análise. Para saber mais sobre a arte indígena, acesse o OED indicado ao lado.



5. POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL

Para concluir este capítulo, dedicado a apresentar um pouco do pensamento sobre as populações consideradas “diferentes”, desde o evolucionismo do século XIX até uma visão antropológica atual, vamos rever um pouco da história dos indígenas no Brasil. Antes da chegada dos portugueses, o que viria a ser o Brasil era uma área densamente povoada por uma enorme diversidade de populações indígenas. Os processos levados a cabo por esse contato resultaram em grandes mudanças, como o avanço da mortalidade, a desestruturação de sociedades e sua dispersão, grandes deslocamentos, que por sua vez produziram também conflitos entre populações indígenas, ajuntamentos de **remanescentes** de diferentes **etnias**.

A história das populações indígenas no Brasil desmente a imagem fantasiosa de povos cujo modo de vida permaneceu o mesmo desde a chegada dos europeus ao continente americano. Estudos antropológicos, arqueológicos e linguísticos indicam intensos processos de transformação, adaptação e mudança entre as populações indígenas, processos dos quais temos apenas alguns vislumbres, já que as fontes para o estudo são raras ou inexistentes. Segundo a antropóloga luso-brasileira **Manuela Carneiro da Cunha (1943-)**, à época da chegada (que podemos qualificar como invasão) dos portugueses ao território que viria a ser o Brasil, havia aqui algo entre 1 e 8,5 milhões de indígenas (as estimativas são muito imprecisas). Em 150 anos, acredita-se que até 95% dessa população tenha sido dizimada, seja por doenças espalhadas pelos europeus, seja pelo confronto direto, seja por guerras decorrentes dos deslocamentos provocados pela colonização ou ainda pelos rigores do trabalho forçado.

LÉXICO

remanescentes: neste contexto, membros de populações indígenas que viram suas sociedades quase completamente dizimadas. O termo também é utilizado para designar os quilombolas, descendentes de africanos escravizados que se refugiaram em quilombos.

etnia: população ou grupo social distinto de outros grupos por sua especificidade cultural e linguística e por compartilhar história e origem comuns.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Manuela Carneiro da Cunha (1943-)**.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é
Nádia Farage (1959-).

LÉXICO

catequizar: instruir em uma doutrina religiosa, ensinar um conjunto de valores relativos a alguma religião.

aldeamento: povoação de indígenas dirigida por missionários ou por autoridades leigas. Em geral, os aldeamentos eram formados por indígenas de etnias diferentes.

Instituto Socioambiental (ISA): organização sem fins lucrativos, fundada em 1994, dedicada a “defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos”.

No início da colonização, os portugueses mantiveram contatos relativamente amigáveis com os indígenas, mas logo passaram a escravizá-los, obrigando-os a trabalhar. Entretanto, os indígenas foram também aliados dos colonizadores nas lutas para conter ou expulsar franceses, holandeses e espanhóis, como uma “fronteira viva”, segundo afirma a antropóloga brasileira **Nádia Farage (1959-)**. Entre os séculos XVII e XVIII, prevaleceu o modelo de **catequização** jesuítica, o que gerou conflitos em torno do trabalho forçado e disputas políticas com a Coroa portuguesa. Após a expulsão dos jesuítas em 1759, não havia vozes em defesa dos indígenas nem contrários à ocupação de suas terras.

No século XIX, com o avanço da escravidão africana, o foco mudou: nesse momento interessavam mais as terras do que o trabalho dos indígenas. Após séculos de opressão, em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que em 1967 foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O Estado implantou uma política indigenista voltada para o “progresso”, pela qual os índios eram vistos como empecilho. Indígenas eram contatados para serem realocados, e a seguir vinha o “progresso” com estradas, tratores, cidades. Ao mesmo tempo, grandes empreendimentos de catequização, como o dos religiosos salesianos no alto Rio Negro, continuaram a atuar, com base em **aldeamentos**, abandono de crenças tradicionais, estudo formal e catequese.

Na década de 1980 consolidou-se um discurso militarista contra os indígenas, vistos como ameaça à segurança nacional por estarem em zonas fronteiriças. Entretanto, a Constituição de 1988 marcou uma virada na percepção dos indígenas: foram deixadas de lado as iniciativas de “civilizá-los” e formulados artigos que reconhecem o direito de suas populações à posse da terra e à conservação de seus costumes e tradições. Hoje, segundo o **Instituto Socioambiental (ISA)**, há no Brasil cerca de 240 povos indígenas, falantes de mais de 180 línguas diferentes. De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, somam 817963 pessoas, das quais 502 783 vivem em áreas rurais. Correspondem a 0,42% da população brasileira.



Solano José/Agência Estado

Em fotografia de 1972, construção da rodovia Transamazônica no trecho iniciado em Altamira, Pará.

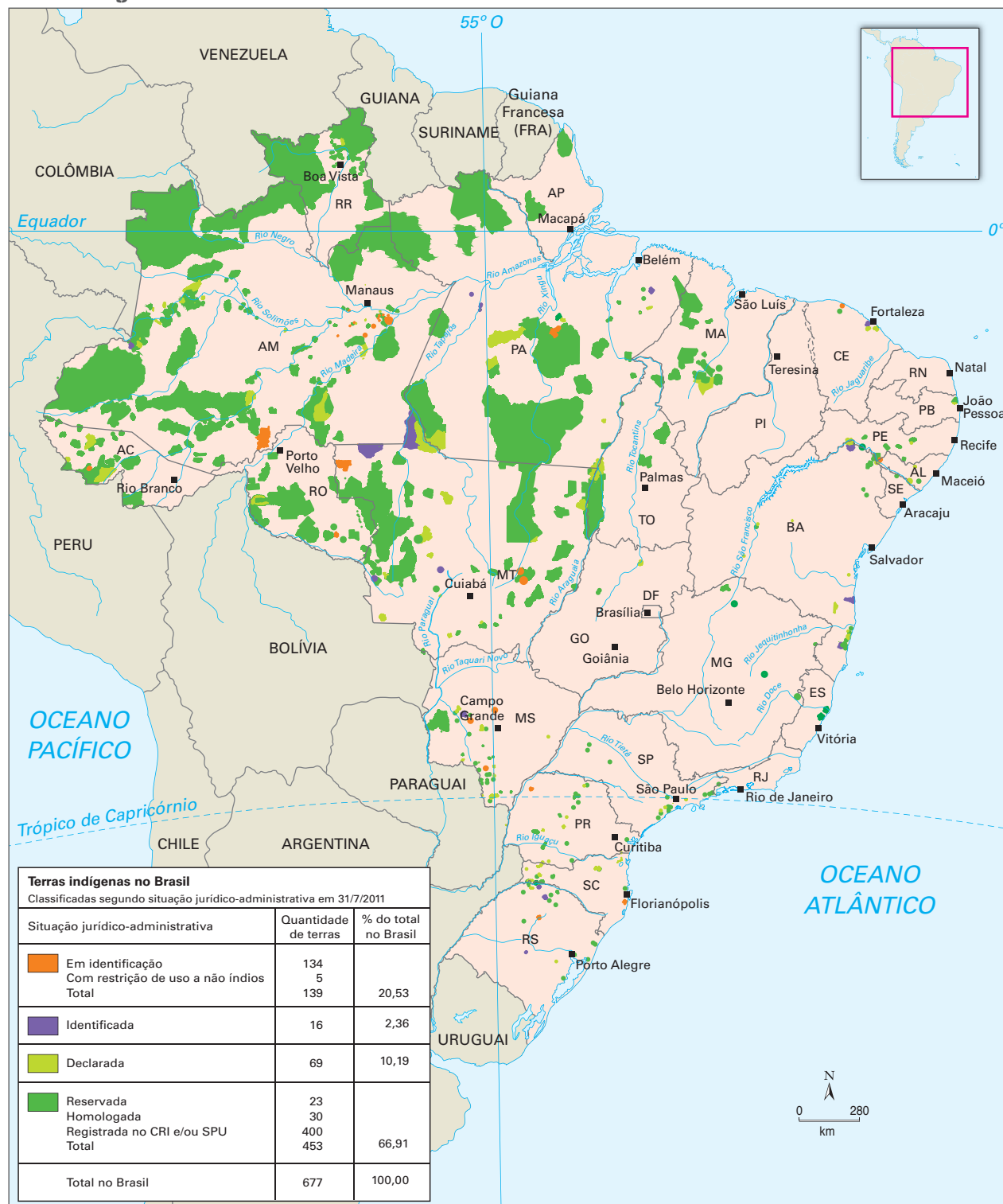
• PARA SABER MAIS • Companhia de Jesus

A história da Companhia de Jesus no Brasil teve início em 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas a Salvador, Bahia, onde fundaram um colégio e iniciaram a catequese dos índios. Na segunda metade do século XVIII, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias pelo

Marquês de Pombal, ministro do rei dom José I. Além de confiscar as propriedades da Igreja na colônia, Pombal pretendia ganhar o controle político-econômico das regiões administradas pelos jesuítas. Hoje, a ordem mantém colégios e universidades em várias regiões do país.

Observe no mapa a seguir a situação das terras indígenas no Brasil atual. Considerando que esse mapa representa apenas as terras pertencentes a um conjunto de fragmentos de toda a diversidade indígena que já povoou o território, podemos ter uma ideia de quanto essas populações sofreram com o processo de modernização da sociedade brasileira. Não é para menos que os indígenas vêm se organizando, reivindicando direitos com base em sua presença ancestral no território que hoje chamamos de Brasil.

Terras indígenas no Brasil



Fonte: Povos indígenas no Brasil: 2006/2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

Portal de Mapas/Arquivo da editora

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ As sociedades ocidentais se preocuparam em estudar as populações não europeias principalmente a partir do avanço do imperialismo do século XIX.
- ✓ Desses estudos resultaram teorias evolucionistas, que tratavam de escalonar as sociedades não europeias em graus de evolução.
- ✓ O ápice dessa escala era sempre ocupado pelos europeus.
- ✓ Os critérios usados para construir as classificações favoreciam os europeus.
- ✓ A existência da propriedade privada da terra era um elemento fundamental para determinar a evolução de um povo, assim como seu grau tecnológico.
- ✓ No século XX, os estudiosos começaram a questionar os pressupostos dessas teorias evolucionistas.
- ✓ As populações indígenas podem ser vistas como muito complexas, dependendo do ponto de vista.
- ✓ As mitologias ameríndias, por exemplo, podem dar uma ideia dessa complexidade.
- ✓ A história das populações indígenas no Brasil demonstra a grande variedade e a riqueza cultural dessas populações.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual é a relação entre o colonialismo e a teoria do evolucionismo social?
2. Por que o conceito de progresso tecnológico é tão importante para os cientistas do século XIX?
3. O conhecimento acumulado sobre sociedades não ocidentais gerou a possibilidade de uma teoria mais abrangente sobre a história da humanidade. Esse objetivo foi atingido pelo evolucionismo social?
4. Nas teorias evolucionistas, qual é o papel da propriedade? Explique por que, segundo essas teorias, é importante a passagem de uma sociedade organizada em parentesco para uma sociedade baseada em propriedade.
5. Neste capítulo procuramos contrapor a imagem das sociedades indígenas como “primitivas” à riqueza de seus mitos e de sua arte. Ao estabelecer esse confronto, podemos fazer certas críticas ao evolucionismo. Você poderia pensar em pelo menos uma crítica?

INTERAGINDO

1. Observe a imagem a seguir.



Sara Plaza/Arquivo da editora

- Você já deve ter visto adesivos como este em veículos. Você consegue imaginar uma explicação para o sucesso desse tipo de adesivos? Pense sobre o que eles dizem a respeito do que entendemos por “família”.

Adesivo de carro representando uma família. Foto de 2012.

2. Uma das consequências do evolucionismo social é o preconceito étnico. Veja o cartum ao lado, publicado por Laerte em 2011.



- Estabeleça uma relação entre o evolucionismo social e o desenvolvimento de preconceitos étnicos ou raciais. Observe o cartum para refletir sobre a relação entre a teoria e a realidade social.

CONTRAPONTO

1. Considere os trechos do poema a seguir, do escritor inglês Rudyard Kipling (1865-1936).

O fardo do homem branco

Tomai o **fardo** do homem branco –
 Envia teus melhores filhos
 Vão, condenem seus filhos ao exílio
 Para servirem aos seus cativos;
 Para esperar, com **arreios**
 Com agitadores e **selváticos**
 Seus cativos, servos obstinados,
 Metade demônio, metade criança.
 [...]
 Tomai o fardo do homem branco –
 As guerras selvagens pela paz –
 Encha a boca dos famintos,
 E proclama, das doenças, o cessar;
 E quando seu objetivo estiver perto
 (O fim que todos procuram)
 Olha a indolência e loucura pagã
 Levando sua esperança ao chão.
 Tomai o fardo do homem branco –
 Sem a mão de ferro dos reis,

Mas, sim, servir e limpar –
 A história dos comuns.
 As portas que não debes entrar
 As estradas que não debes passar
 Vá, construa-as com a sua vida
 E marque-as com a sua morte.
 [...]
 Tomai o fardo do homem branco –
 Vós, não tenteis impedir –
 Não clamem alto pela Liberdade
 Para esconderem sua fadiga
 Porque tudo que desejem ou sussurrem,
 Porque serão levados ou farão,
 Os povos silenciosos e calados
 Seu Deus e tu, medirão.
 [...]

Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco>.
 Acesso em 19 fev. 2013.

LÉXICO

fardo: carga, volume pesado; no contexto do poema, o que custa a suportar, o que impõe responsabilidades.
arreios: conjunto de peças usado para montar o cavalo.
selvático: selvagem.

- Você consegue estabelecer uma relação entre esse poema e o colonialismo? Como a ideia de “civilizar” pode ser relacionada ao que vimos neste capítulo?

2. Leia a letra desta canção dos Titãs:

Família

*Família! Família!
Papai, mamãe, titia
Família! Família!
Almoça junto todo dia
Nunca perde essa mania...*

*Mas quando a filha
Quer fugir de casa
Precisa descolar um ganha-pão
Filha de família se não casa
Papai, mamãe
Não dão nem um tostão...*

Família êh! Família ah!

*Família! Família!
Vovô, vovó, sobrinha
Família! Família!*

*Janta junto todo dia
Nunca perde essa mania...*

*Mas quando o nenê
Fica doente
Procura uma farmácia de plantão
O choro do nenê é estridente
Assim não dá pra ver televisão...*

Família êh! Família ah!

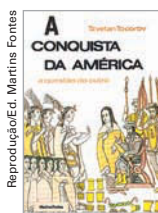
*Família! Família!
Cachorro, gato, galinha
Família! Família!
Vive junto todo dia
Nunca perde essa mania...*

*A mãe morre de medo de barata
O pai vive com medo de ladrão
Jogaram inseticida pela casa
Botaram cadeado no portão...*

TITÃS. *Cabeça Dinossauro*, WEA, 1986.

- Aqui a ideia de família aparece atrelada a alguns comportamentos, que poderíamos chamar de “morais”. Os autores certamente estão criticando alguns desses pressupostos morais que deveriam acompanhar a família. Você consegue identificar um valor criticado? Por outro lado, ao imaginar a família, os autores criam a cena em que “cachorro, gato e galinha” fazem parte do núcleo familiar. O que podemos pensar dessa ideia?

SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução/Ed. Martins Fontes

A conquista da América, a questão do outro, de Tzvetan Todorov. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O encontro entre o “civilizado” velho mundo cristão europeu e o “selvagem” novo mundo pagão é, para Todorov, o fato mais importante de toda a história ocidental. A partir desse paradigma, o autor trabalha a complexa questão do “outro” entre o choque de culturas.



Reprodução/Ed. Companhia de Bolso

Coração das trevas, de Joseph Conrad. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

Um clássico da literatura do século XX narra a viagem do protagonista Marlowe pelo coração da selva africana, com a missão de trazer de volta Kurtz, um mercador de marfim cujos métodos passam a desagradar a companhia que o contratou. Dividido entre o fascínio e a repulsa por Kurtz, Marlowe aos poucos descobre a natureza desses métodos.



Reprodução/Ed. Jorge Zahar

Evolucionismo cultural, de Celso Castro (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Esta coletânea reúne três textos clássicos da Antropologia escritos pelos principais nomes da corrente evolucionista que prevaleceu nos primeiros anos da disciplina. Lewis H. Morgan, Edward B. Tylor e James G. Frazer representam a tradição antropológica contra a qual lutaram autores como Franz Boas, em defesa do relativismo cultural.



Reprodução/Ed. Studio Nobel/ Fapesp/Edusp

Grafismo indígena: estudos de antropologia estética, de Lux Vidal (Org.). São Paulo: Edusp, Studio Nobel e Fapesp, 2007.

Com destaque para o artigo “Iconografia e grafismo indígenas, uma introdução”, este livro mostra a riqueza das artes dos povos indígenas do Brasil, abordando tanto questões gráficas e de forma como simbólicas e teóricas. Trata-se de uma rica iconografia aplicada em vários suportes: pedra, cerâmica, entrecasca, papel e, com maior frequência, corpo humano.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras



História dos índios no Brasil, de Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura e Fapesp, 1992.

Estudos de especialistas brasileiros e do exterior que atuam em diferentes áreas de pesquisa, como Antropologia, História, Arqueologia e Linguística. A obra aborda questões como as novas teorias sobre a origem do homem americano. Ilustrada com rica iconografia, documentos, mapas e vinhetas alusivas à cultura material dos povos indígenas.

FILMES

Reprodução/Chris Menges/Fishstar



A missão (Reino Unido, 1986). Direção: Roland Joffé.

No século XVIII, missionários jesuítas espanhóis tentam proteger indígenas ameaçados de escravização pelos colonizadores portugueses, na região dos Sete Povos das Missões, reivindicada por Portugal e Espanha.

Reprodução/Vittorio Storaro/Pan American Zoetrope



Apocalypse Now (Estados Unidos, 1979). Direção: Francis Ford Coppola.

Durante a Guerra do Vietnã, o capitão Willard é enviado ao Camboja com a missão de encontrar e assassinar o coronel Kurtz, um oficial norte-americano que abandonou seu posto e passou a liderar um grupo de nativos rebeldes.

Reprodução/Lauro Esorel/Condor Filmes



Brincando nos campos do Senhor (Brasil, Estados Unidos, 1991). Direção: Hector Babenco.

Um casal de missionários e seu filho embrenham-se na selva amazônica brasileira para catequizar índios. As intenções religiosas e a harmonia entre brancos e indígenas se tornam instáveis na presença de um mercenário descendente de indígenas norte-americanos.

Reprodução/Vincent Carelli



Corumbiara (Brasil, 2009). Direção: Vincent Carelli.

O documentário retrata a gleba Corumbiara, localizada no sul de Rondônia, que foi leiloada durante o governo militar e se transformou, em 1985, em palco de um massacre de indígenas que viviam, até então, isolados do homem branco.

INTERNET

(Acesso em: 12 set. 2012.)

www.videonasaldeias.org.br

Criado em 1986, o *site* é um projeto precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. Criado para apoiar as lutas dos povos indígenas, fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, apresenta vídeos, notícias, oficinas e outras atividades.

Reprodução/Ed. Editorial Presença



Raça e História, de Claude Lévi-Strauss. Barcarena: Editorial Presença, 2000.

Este texto, de 1952, ganha renovada atualidade devido às mais recentes transformações ocorridas no mundo contemporâneo. Trata-se de uma reflexão em torno de alguns conceitos fundamentais das ciências humanas, para a renovação das quais a contribuição do autor foi sem dúvida uma das mais importantes.

Reprodução/Academia Kuikuro



Kidene — Academia Kuikuro (Brasil, 2009). Direção: Tarumã Kuikuro.

Realizado pelo coletivo de cinema Kuikuro, este vídeo documenta a preparação do homem Kuikuro para a luta. Resultado de oficinas de formação em audiovisual para o povo Kuikuro.

Reprodução/Andrea Tonacchi/Usina Digital



Serras da desordem (Brasil, 2006). Direção: Andrea Tonacchi.

Carapiru é um índio nômade que escapa de um ataque-surpresa de fazendeiros. Durante dez anos, anda sozinho pelas serras do Brasil central, até ser capturado, em novembro de 1988, a 2 mil quilômetros de seu ponto de partida. Levado a Brasília pelo sertanista Sydney Possuelo, Carapiru se torna centro de uma polêmica entre antropólogos e linguistas quanto a sua origem e identidade.

Reprodução/Aldriano Goldmann/Globo Filmes



Xingu (Brasil, 2012). Direção: Cao Hamburger.

O filme conta a trajetória dos irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas desde 1943, quando se alistam para a Expedição Roncador-Xingu, parte da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. Em uma viagem sem paralelo na História, com 1 500 quilômetros de picadas abertas, mil quilômetros de rios percorridos, dezenove campos de pouso abertos, 43 vilas e cidades desbravadas e catorze grupos indígenas contatados, os irmãos Villas Bôas conseguem fundar, em 1961, o Parque Nacional do Xingu.

www.socioambiental.org

O *site* do Instituto Socioambiental (ISA), uma associação sem fins lucrativos fundada em 1994, traz muitas informações atualizadas e confiáveis sobre os povos indígenas do Brasil, seus direitos, a situação das terras indígenas e também das comunidades quilombolas.

2 PADRÕES, NORMAS E CULTURA

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 Civilização × cultura
- 2 Cultura, etnocentrismo e relativismo
- 3 Padrões culturais
- 4 O conceito de cultura no século XX
- 5 O conceito de cultura no século XXI

NÃO INVADIR, grafite de Banksy em São Francisco, Califórnia, Estados Unidos. Foto de 2010.



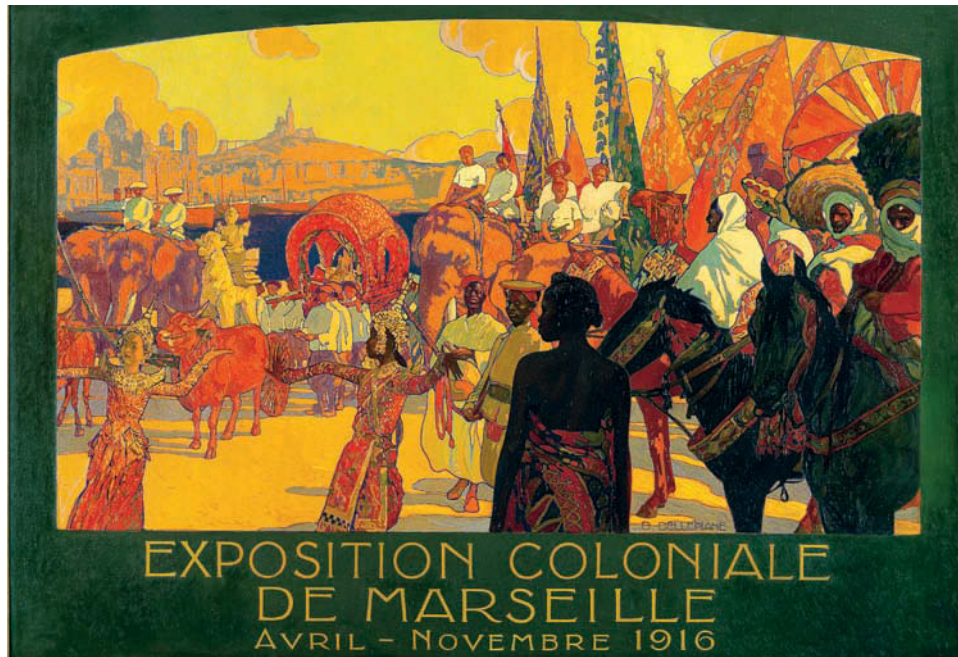
Michael Cuffe/Acervo do fotógrafo

No capítulo 1 vimos que a Antropologia do século XIX pensava a humanidade em uma escala evolutiva. Percebemos as implicações desse tipo de pensamento, principalmente no que se refere ao que pode ser chamado de ideologia do colonialismo. Por outro lado, essas mesmas teorias que deram origem a perspectivas racistas ao longo do século XIX e do século XX trouxeram também algo novo: a ideia de colocar no mesmo barco todas as populações do mundo. Até o século XIX, ainda se discutia se as populações encontradas pelos europeus eram de fato humanas! Apesar de a bula *Sublimis Deus*, promulgada pelo papa Paulo III em 1537, estabelecer o direito à liberdade dos indígenas e a proibição de submetê-los à escravidão, na Espanha do século XVII ainda se discutia se os indígenas tinham ou não alma.

A inclusão de todas as populações em uma única história humana teve como base a hierarquia evolutiva. A Antropologia, porém, não se satisfaz com essa perspectiva e, desde o final do século XIX, passou a criticar a teoria do evolucionismo. O principal instrumento para fundamentar essa crítica foi o conceito de **cultura**.

1. CIVILIZAÇÃO × CULTURA

Já no final do século XIX, o antropólogo alemão Franz Boas construía uma crítica à ideia de civilização das teorias evolutivas descritas no capítulo 1. Vimos que por trás da ideia de **progresso** havia uma ideia de **civilização** que estabelecia uma hierarquia: civilizados eram os europeus (e norte-americanos), enquanto as demais populações eram escalonadas entre mais e menos atrasadas.



David Dellepiane/The Bridgeman Art Library/Keystone

Exposição Colonial de Marselha, Abril-Novembro 1916. Óleo sobre tela (1922) do pintor e litógrafo francês David Dellepiane (1866-1932). Museu da Marinha, Marselha, França.

Essa ideia foi duramente criticada por Franz Boas (ver *Perfil* a seguir), pioneiro da Antropologia estadunidense. Embora não tenha sido o primeiro a utilizar o termo **cultura**, Boas foi o primeiro a empregar a palavra em seu sentido moderno, propriamente antropológico. Antes de Boas, cultura era sinônimo de “civilização” e um atributo dos países tidos como civilizados. Franz Boas inaugurou a utilização do conceito em uma perspectiva pluralista: ele fala em “culturas” e não em “cultura”. Pode parecer uma pequena diferença, mas foi uma grande transformação.



E por que foi uma grande transformação? Porque quando pensamos cultura no plural, torna-se possível desconstruir as hierarquias, tão importantes para o pensamento colonial e racista em geral. Quando pensamos em culturas no plural e não escalonamos as culturas em uma ordem qualquer, cada cultura passa a brilhar com luz própria, em seus próprios termos. Esse brilho individual, singular, é o que interessa à Antropologia desde o final do século XIX, a partir do trabalho de Boas.

Para Boas, as diferentes populações que existem no mundo têm diferentes culturas e é praticamente impossível estabelecer entre elas qualquer tipo de hierarquia. Analisando a história de várias populações indígenas do noroeste norte-americano e do Alasca, o antropólogo chegou à conclusão de que é muito difícil estabelecer entre elas qualquer tipo de hierarquia, pois as histórias são tão particulares, e preenchidas por interesses tão diferentes, que qualquer comparação só seria possível se fosse utilizada uma medida de análise, que seria sempre arbitrária. Ou seja, a comparação para estabelecer uma hierarquia sempre deveria adotar algum critério, tomado de alguma população, e nesse processo a própria comparação já seria injusta.



Rudolf Cronau/Arquivo da editora

Ilustração do artista alemão Rudolf Cronau (1855-1939) mostra um conjunto de máscaras Kwakiutl, população da ilha de Vancouver, estudada pelo antropólogo Franz Boas, especialmente quanto aos aspectos artísticos. Usadas em danças e rituais, as máscaras são consideradas manifestações de espíritos ancestrais e entidades sobrenaturais.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou na diversidade cultural como uma questão de poder? Dependendo da forma como é vista, a diferença cultural pode significar desde um pensamento racista até um pensamento antirracista. A Antropologia adotou o lado antirracista dessa equação. Agora, tente pensar nisso a partir de sua situação particular: Como o bairro em que você mora é visto em sua cidade? Como são descritas as pessoas como você? O que você pensa das pessoas diferentes de você? Tente pensar em que lado da equação estão as pessoas que pensam sobre a sua situação e como você pensa sobre a situação de outras pessoas.



Rudolf Cronau/
Arquivo da editora

Nascido e educado na Alemanha, Boas formou seu conceito de cultura a partir de concepções alemãs de *Kultur*, ou “espírito do povo”. Ele transporta essa ideia para a Antropologia, em uma crítica ao evolucionismo. Para Franz Boas, cultura era um todo integrado, e não apenas um conjunto desagregado de práticas, hábitos, técnicas, relações e pensamentos.

Essa integração de múltiplos elementos, ordenados a partir de um princípio compartilhado por todos os indivíduos de uma sociedade específica, criava a cultura. Por ser única e exclusiva de cada sociedade, inviabilizava qualquer tentativa de comparação a partir de pressupostos arbitrários. Para Boas, qualquer comparação exigiria tanto cuidado e tanta investigação histórica e antropológica que, na prática, seria inviável.

2. CULTURA, ETNOCENTRISMO E RELATIVISMO

Franz Boas inaugurou o que mais tarde ficaria conhecido como **relativismo cultural**: uma tomada de posição perante a diferença cultural, segundo a qual cada cultura deve ser avaliada apenas em seus próprios termos.



MCC/CMG. Foto c. 1915.

PERFIL FRANZ BOAS

Franz Boas nasceu em Minden, Alemanha, em 1858. Filho de judeus liberais relativamente abastados, iniciou sua carreira acadêmica na área da Física e Geografia, ao se doutorar na Universidade de Kiel em 1881, aos 23 anos. Seus interesses giravam em torno da relatividade das percepções físicas, e seu doutorado foi sobre variações no entendimento da cor da água. Em 1883, participou de uma expedição ao Ártico, onde encontrou a população inuíte, o que marcou uma mudança em sua carreira. Passou a se interessar pela Antropologia.

Em 1887, abandonou a carreira de geógrafo e se mudou para os Estados Unidos, onde passou por universidades e museus até se fixar na Universidade de Columbia. Nessa instituição criou um departamento de Antropologia e um curso de doutorado,

formando a primeira geração de antropólogos “acadêmicos” norte-americanos.

Boas teve atuação política marcante, assumindo posição antirracista em um país profundamente marcado pelo preconceito. Fundou a Associação Americana de Antropologia, hoje a maior e mais importante associação antropológica no mundo. Por ter formado antropólogos importantes para a história da disciplina e por sua contribuição teórica, Boas ficou conhecido como “o pai da Antropologia estadunidense”.

A influência de suas ideias fez-se sentir no Brasil, principalmente na obra de Gilberto Freyre, que afirmou, no prefácio do clássico *Casa-grande & senzala*, de 1933, que a obra de Boas o ajudara a se libertar da visão negativa sobre a mestiçagem, então considerada um problema da formação social brasileira.

Franz Boas morreu em 1942, em Nova York, vítima de um infarto durante um jantar entre acadêmicos.

Relativismo cultural, portanto, é uma forma de encarar a diversidade sem impor valores e normas alheios. Podemos considerar o relativismo uma inversão do evolucionismo: se este escala as diferenças a partir de valores específicos das sociedades ocidentais, o relativismo evita qualquer tipo de escala, analisando as diferenças segundo os termos da própria sociedade da qual fazem parte.

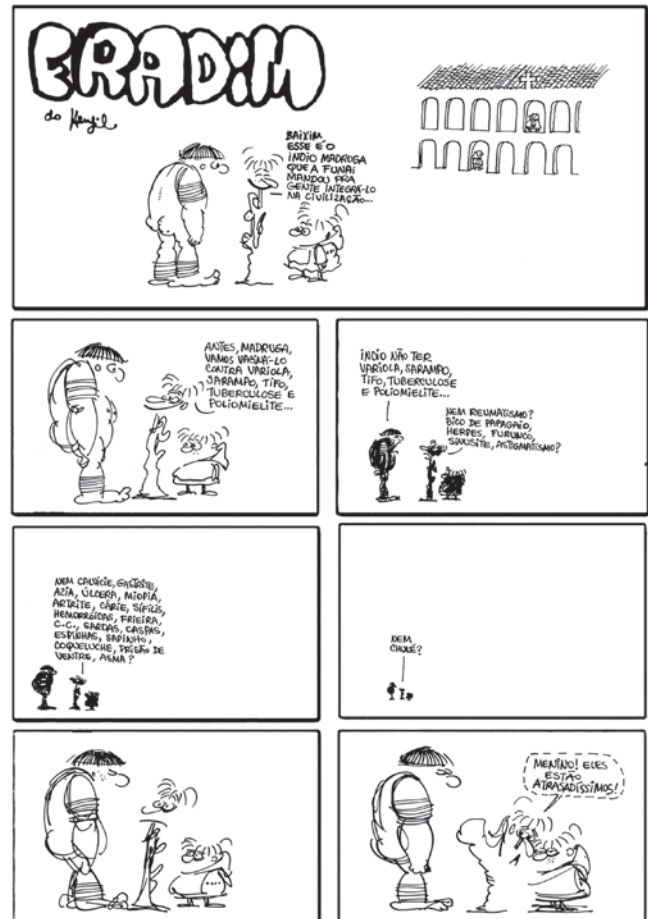
Tendência inversa ao relativismo cultural é o **etnocentrismo**, que estudamos no capítulo 1: estamos sendo etnocêntricos quando julgamos outras culturas segundo nossos próprios parâmetros culturais. Por exemplo: considerar uma população indígena atrasada porque lhe faltam determinadas tecnologias é etnocentrismo. Se adotarmos outros critérios, esse “atraso” pode ser questionado. Levando em conta a capacidade de se manter estável ao longo do tempo (o que hoje chamamos de sustentabilidade), as sociedades que nos pareciam primitivas ganham um estatuto muito mais “civilizado”, já que o nosso modelo de vida, baseado no consumo intenso, não é sustentável a longo prazo.

O etnocentrismo é o mecanismo principal das classificações evolucionistas, enquanto o relativismo cultural é o motor de um pensamento não preconceituoso e preocupado em romper com as classificações hierárquicas. O conceito antropológico de cultura não pode existir sem o relativismo cultural e a crítica ao etnocentrismo.

O relativismo foi uma revolução política no enfrentamento ao racismo e a outros tipos de preconceito, mas gerou um impasse político ao longo do século XX: se a premissa do relativismo é examinar qualquer cultura segundo seus próprios termos, é preciso aceitar tudo o que cada cultura produz. O problema dessa premissa é que alguns costumes nos parecem inaceitáveis, como as mutilações genitais impostas às mulheres em alguns países islâmicos. Longos debates foram travados para superar esse impasse, levando a posicionamentos os mais diversos e até mesmo à recusa do relativismo.

ASSIM FALOU... BOAS

Como ser pensante, o resultado mais importante desta viagem, para mim, está no fortalecimento do meu ponto de vista de que a ideia de um indivíduo “culturado” (culto) é simplesmente relativa: o valor de uma pessoa deve ser atribuído pela sua *Herzenbildung* (cultura do coração). Esta qualidade está presente ou ausente entre os esquimós tanto quanto entre nós.¹



Henfil/Aerovo Ivan Constanza

Tira de 1977 do cartunista brasileiro Henfil (1944-1988).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já tentou relativizar algum comportamento que considera estranho? A forma antropológica de entender comportamentos coletivos que nos pareçam “estranhos” é buscar um sentido para eles. Qual é o sentido do vestuário de um grupo *punk*? Por que o preto é tão impor-

tante para alguns grupos de jovens a ponto de eles só usarem roupas e acessórios dessa cor? Pense em qualquer comportamento coletivo dessa natureza e procure relativizá-lo, buscando compreender que sentido tem para o grupo que o pratica.

¹ BOAS, Franz. Diário de viagem de Franz Boas (23 dez. 1883). In: CASTRO, Celso (Org.). *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 9.



Philippe Desmazes/Agência France Presse



Asif Hassan/Agência France Presse

“A República se vive com o rosto descoberto”, diz o cartaz francês de 2011 que anuncia a proibição de cobrir o rosto nas vias públicas, transportes coletivos, lojas, estabelecimentos de ensino, serviço público, etc. Em foto de 21 de julho de 2010, ativistas paquistanesas do partido fundamentalista Jamaat-i-Islami protestam em Karachi contra a proibição do uso de véu na França. A faixa diz: Liberdade religiosa é direito de todos. “Vergonha à França.”

Uma forma de solucionar esse impasse é pensar em termos de poder dentro de cada cultura. Se determinado costume oprime parcelas de uma sociedade (as mulheres islâmicas, por exemplo), e essas parcelas se sentem oprimidas, é justo criticar esse costume, mas nesse caso teríamos de fazê-lo segundo os próprios termos daquela cultura. Podemos criticar a mutilação genital porque as mulheres da sociedade em que essa prática existe a criticam. Se essas mulheres mutiladas não se sentissem desrespeitadas em seus direitos individuais, não teríamos o direito de criticar esse costume. Ou seja, relativismo cultural não significa aceitar tudo o que qualquer cultura faz ou produz, mas sim entender como e por que cada sociedade faz o que faz, quem é ou não favorecido por determinadas práticas e como diversos tipos de opressão podem surgir dessas práticas.

Diferentes aspectos desse dilema se manifestam intensamente em sociedades pelo mundo inteiro. Na França, por exemplo, o Estado proibiu que estudantes muçulmanas usassem o véu em salas de aula. Esse ato foi visto por muitos como uma agressão à liberdade de expressão religiosa dos muçulmanos na França. Outros, no entanto, consideravam o uso do véu uma afronta à concepção de uma escola laica, isto é, sem influência de nenhuma religião.

O debate em torno desse ato do Estado francês expõe questões profundamente antropológicas, evidenciando que a diferença cultural (racial, étnica, religiosa, econômica) é um dos grandes problemas do mundo contemporâneo. Ainda é muito difícil lidar com a diferença, e isso fica claro quando notamos a expansão de partidos políticos anti-imigração na Europa, por exemplo. O combate ao etnocentrismo continua importante.

Na luta contra o etnocentrismo e o racismo, o conceito de cultura é um instrumento fundamental, que ganhou importância desde que deixou de ser pensado como sinônimo de “civilização” e passou a ter significado em conjunto com o relativismo cultural. Mas o conceito de cultura vai muito além de uma simples defesa do relativismo cultural. Veremos a seguir um pouco da história desse conceito na Antropologia.

3. PADRÕES CULTURAIS

Desde o século XIX, estudiosos começaram a perceber que diferentes culturas produziam realidades diferentes, e essas realidades, por sua vez, davam origem a comportamentos e práticas regulares que se repetiam no tempo e no espaço. Esses comportamentos e práticas regulares foram denominados **padrões culturais**. A partir dos estudos de Boas, em que o conceito de cultura ganhou sua conotação moderna como força unificadora de um povo, que dá sentido e condensa tudo o que acontece, os padrões culturais adquiriram grande centralidade.

Desde o começo do século XX, especialmente com o trabalho de duas alunas de Franz Boas — **Margaret Mead (1901-1978)** e **Ruth Benedict (1887-1947)** —, o conceito de padrão cultural ganhou bastante destaque. Essas antropólogas observaram que, além de expressar comportamentos regulares, os padrões culturais produziam indivíduos com inclinações semelhantes.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Margaret Mead (1901-1978)** e **Ruth Benedict (1887-1947)**.

Para essas antropólogas norte-americanas, a relação entre as personalidades individuais e os padrões culturais era muito significativa. Como se a cultura, de certa forma, moldasse as personalidades individuais em tipos-padrão. Isso significa dizer que certa cultura tenderia a produzir indivíduos mais violentos, enquanto outra tenderia a produzir sujeitos mais contemplativos. Assim, cada cultura modelaria uma personalidade-padrão que, embora sujeita a variações, seria predominante sobre as demais. Ou seja, a força da cultura, ao integrar um conjunto de pessoas produzindo padrões de comportamento, levaria à produção de um “modo de ser” característico de uma sociedade.



Fotos: Marcos Bergamasco/Folhapress

ASSIM FALOU.. BENEDICT

Minha missão era difícil. A América e o Japão estavam em guerra e a tendência em tal circunstância é condenar indiscriminadamente, sendo, portanto, ainda mais difícil descobrir como o inimigo encara a vida. [...] Urgia saber como os japoneses se comportariam, e não como nos comportaríamos se estivéssemos em seu lugar. Procuraria utilizar a conduta japonesa na guerra como uma base para compreendê-los, e não como uma tendência. Teria de observar a maneira como conduziam a guerra e considerá-la, por ora, não como um problema militar, e sim como um problema cultural.²

Para Mead e Benedict, e também para Franz Boas e outros antropólogos norte-americanos, a cultura podia ser comparada a uma lente que filtra tudo o que vemos, percebemos e sentimos. Não há como perceber o mundo a não ser através do filtro de alguma cultura. Um dos elementos centrais desse processo de “percepção do mundo” é a linguagem, um mecanismo de transmissão de valores, ideias e formas de refletir sobre a realidade. Para esses autores, não haveria possibilidade de perceber o mundo fora do mecanismo de transmissão cultural representado pela linguagem.

De acordo com essas ideias, a vida de cada um seria uma acomodação aos padrões culturais transmitidos de geração em geração. A questão é entender o papel do costume na vida do indivíduo, o que, segundo Mead e Benedict, vale tanto para as culturas ditas “primitivas” quanto para as cul-

turas ocidentais. Ao afirmar que também as culturas vistas como “avançadas” são regidas por padrões culturais, as duas antropólogas desafiaram o pensamento comum da época. O que era normal para a maior parte das pessoas, para essas

Indígenas da etnia kalapalo durante o ritual do quarup, cerimônia intertribal de celebração dos mortos. Parque Indígena do Xingu, nordeste de Mato Grosso, 2006.



VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A ideia de padrões culturais pode estar mais próxima do que você imagina. Basta pensar em qualquer grupo social que imediatamente associamos a ele determinados padrões de comportamento. Se, por exemplo, você pensar em um grupo de *rappers* da periferia de uma grande cidade brasileira, provavelmente virá à sua mente alguma imagem sobre comportamento. Faça uma lista de comportamentos, ações, vestuário, modos de falar e outras características de um grupo que você conheça de perto.

² BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 12-13.

autoras era fruto de costumes arbitrários. O papel da mulher direcionada aos cuidados do lar, por exemplo, foi visto por elas como um costume cultural norte-americano, e não como algo “natural”.

Esse movimento intelectual levou ao questionamento de noções que pareciam naturais aos norte-americanos. É o que chamamos hoje de **desnaturalização**: aquilo que parece natural e “normal” é apenas uma entre milhares de formas possíveis. O fato de determinadas práticas prevalecerem não é de modo algum “natural” — nada mais é do que a força do costume. Essa ideia é muito importante para o pensamento antropológico, pois permitiu desnaturalizar

muito do que parecia natural aos membros de culturas ocidentais. Os antropólogos estão entre os grandes críticos da segregação racial, que parecia normal à elite norte-americana do começo do século XX, da opressão da mulher, da discriminação aos imigrantes, das políticas de pilhagem de terras aos indígenas, etc.

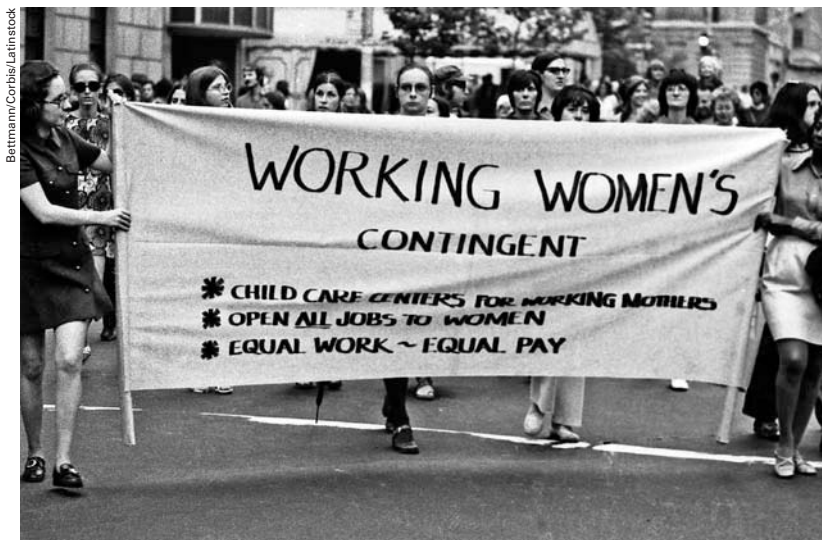
Ruth Benedict e Margaret Mead tiveram grande influência no pensamento feminista, abrindo as portas para o questionamento daquilo que era visto como natural: o papel da mulher exclusivamente como mãe. Para elas, o papel de mãe era consequência do costume, não da

natureza humana. E, sendo fruto do costume, poderia mudar, e a própria carreira acadêmica dessas antropólogas era um exemplo disso: mulheres que trabalhavam e tinham destaque acadêmico em uma sociedade muito restritiva quanto aos papéis femininos.

4. O CONCEITO DE CULTURA NO SÉCULO XX

Ao longo do século XX, o conceito de cultura foi incorporado ao senso comum. Passou além dos discursos acadêmicos e ganhou espaço em discussões públicas, como as lutas por direitos. A ideia de cultura que prevalece hoje no senso comum deve muito ao pensamento de Boas: um conjunto estável de hábitos, práticas, costumes, tecnologias, etc. No campo teórico da Antropologia, entretanto, esse conceito passou por inúmeras revisões. Um antropólogo, quando fala em cultura, está falando de algo diferente daquilo que o senso comum imagina. Nas Ciências Sociais os conceitos parecem ganhar vida própria e são empregados nas mais diversas situações, em perspectivas muito díspares. Muitas vezes, usando um mesmo termo, como cultura, por exemplo, um cientista social e um cientista político podem estar se referindo a coisas extremamente diferentes.

O importante aqui é entender como a Antropologia prosseguiu na reflexão sobre a cultura, a partir dos trabalhos de Boas e seus alunos. Essa continuação ocorreu basicamente nos Estados Unidos, tendo havido algumas reviravoltas e até mesmo críticas severas ao conceito. Logo após a geração dos primeiros alunos de Boas, no pós-Segunda Guerra Mundial, um movimento intelectual liderado por antropólogos como **Marvin Harris (1927-2001)** e **Julian Steward (1902-1972)** resgatou uma teoria da evolução que havia sido criticada por Boas. Essa teoria, entretanto, não seguia os termos dos evolucionistas do século XIX. A partir de uma perspectiva marxista, fundada na evolução dos sistemas econômicos (dos mais simples aos mais complexos), Harris e Steward repudiavam o conceito de cultura de Boas, considerando que o foco exagerado nas especificidades de cada cultura impedia uma reflexão mais abrangente sobre a humanidade.



Em foto de agosto de 1971, trabalhadoras do movimento feminista protestam na Quinta Avenida, em Nova York, Estados Unidos, reivindicando creches nos locais de trabalho, acesso a todos os tipos de trabalho e salário igual para funções iguais.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Marvin Harris (1927-2001)** e **Julian Steward (1902-1972)**.

Na década de 1960, uma nova geração de antropólogos trouxe outros significados ao conceito de cultura. Destacam-se nesse momento os trabalhos dos norte-americanos **David Schneider (1918-1995)**, **Clifford Geertz (1926-2006)** e Marshall Sahlins, que criticaram o conceito de cultura como um todo integrado e estático. A crítica desses intelectuais se referia às grandes transformações ocorridas no mundo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em um contexto que incluía mudanças profundas — desde as lutas pela independência em países antes dominados por potências europeias até as revoluções culturais da década de 1960 —, as sociedades observadas pela Antropologia também passavam por transformações que um conceito estático de cultura não dava conta de explicar.

Para Schneider, Geertz e Sahlins, a cultura continuava a ser um todo integrado, mas era eminentemente dinâmica, sujeita a mudanças. Nessa visão, a cultura deixa de ser um conjunto de práticas observáveis e passa a configurar um conjunto de códigos simbólicos. Ou seja, é mais semelhante a um código do que a um conjunto de comportamentos: pode ser comparada a um conjunto de regras que é internalizado pelas pessoas desde a infância. Para esses autores, cultura não é o que as pessoas fazem, mas sim o que elas pensam: está presente em todos os indivíduos que vivem em comum, é compartilhada e transmitida como um código permeado pela linguagem e por vários conceitos que a linguagem traz consigo.



Carlo Bavegnoli/Time Life Pictures/Getty Images

Estudantes e trabalhadores protestam nas ruas de Paris durante o movimento conhecido como Maio de 68, que começou como uma série de greves estudantis. A tentativa do governo de reprimir os protestos com ações policiais levou a uma escalada do conflito, que culminou numa greve geral de estudantes e ocupações de fábricas em toda a França.

ASSIM FALOU... GEERTZ

Um dos fatos mais significativos a nosso respeito [os humanos] pode ser, finalmente, que todos nós começamos com o equipamento natural para viver milhares de espécies de vidas, mas terminamos por viver apenas uma [...].³

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Que tal refletir um pouco sobre a linguagem e tudo o que está por trás das palavras? Pense na palavra **mulher**, por exemplo. Além de nomear um ser humano do gênero feminino, essa palavra carrega muitos outros significados. Não é meramente a descrição de uma parte da humanidade: expressa uma série de valores, preconceitos, papéis, etc. Para perceber como a linguagem expressa conceitos, faça o mesmo exercício com palavras como esporte, música, automóvel, dinheiro, e outras que você preferir.

A ideia de cultura como um código de regras e ordens que está na cabeça das pessoas e não nos comportamentos permite muitas possibilidades de pensar a dinâmica e a transformação das culturas. Como já vimos, inicialmente os antropólogos observavam apenas os comportamentos e os consideravam cultura.

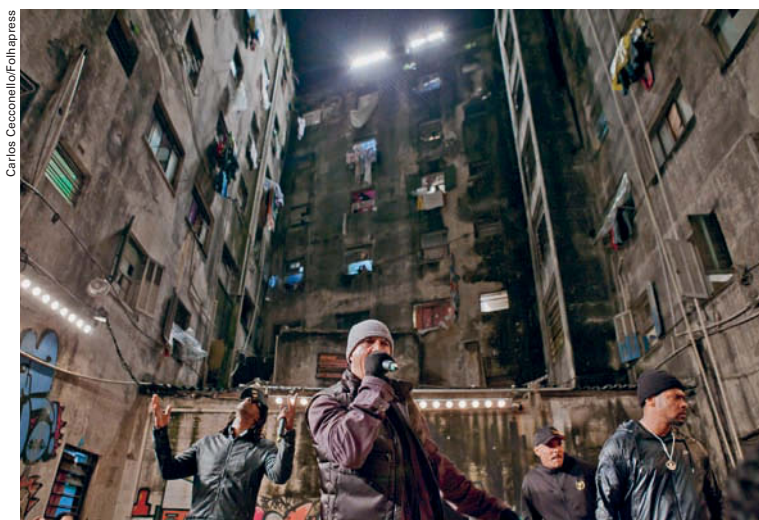
Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **David Schneider (1918-1995)**, e **Clifford Geertz (1926-2006)**.

³ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 57.

Nesse contexto, quando os comportamentos mudavam, a impressão era que a cultura tinha se “perdido”. Na primeira metade do século XX, era comum os antropólogos lamentarem a “perda” de cultura de várias populações pelo mundo. Isso porque o avanço do sistema econômico ocidental produziu grandes transformações entre sociedades antes isoladas: rituais deixaram de ser realizados, técnicas tradicionais foram abandonadas, crenças nativas foram atropeladas por religiões ocidentais.

Tudo isso era considerado pelos antropólogos “perda”, “aculturação” aos valores ocidentais, já que eles entendiam a cultura como a soma dos comportamentos visíveis. Quando a cultura passou a ser vista como um código mental, os comportamentos se tornaram consequência desse sistema. E comportamentos podem mudar, sem comprometer o sistema, organizando novas práticas e inventando novas tradições, embora ainda seguindo certas regras básicas. Resumindo, a cultura não se limita mais a uma série de comportamentos, mas constitui um sistema que organiza a experiência das pessoas na vida, ordenando até mesmo os processos de transformação.

Quando um costume muda ou uma prática nativa de outra cultura é adotada, isso acontece segundo uma lógica cultural. Pense em um conjunto de *rappers* brasileiros: embora produzam uma música que não é original do nosso país, eles a utilizam para expressar suas ideias e uma crítica social que se refere ao seu cotidiano. Será que eles são menos brasileiros por se expressarem por meio do *rap*? Ou será que eles usam o *rap* para expressar um ponto de vista essencialmente brasileiro, e nesse sentido estariam abraçando o *rap*? Os antropólogos do final do século XX tenderiam a preferir a segunda resposta, tornando o conceito de cultura mais dinâmico.



O grupo Racionais MCs em gravação de videoclipe da música em homenagem a Carlos Marighella (1911-1969), um dos principais líderes da luta armada contra a ditadura militar. O clipe foi gravado em prédio ocupado por “sem-teto” na região central da cidade de São Paulo. Foto de maio de 2012.

5. O CONCEITO DE CULTURA NO SÉCULO XXI

Desde o fim do século XX, o conceito de cultura tem recebido muitas críticas, algumas tão radicais que chegam a defender o fim de seu uso. Trata-se de um processo comum nas Ciências Sociais: todos os grandes conceitos passam por revisões, adaptações, críticas fulminantes e renascimentos milagrosos. Embora no senso comum o conceito de cultura ainda esteja associado a ideias do começo do século XX, na Antropologia o conceito já viveu, morreu e renasceu. Vamos a seguir as duas principais críticas ao conceito e também como ele permanece, apesar dessas críticas.

É interessante notar que muitos intelectuais, embora prefiram não usar mais o termo “cultura”, continuam precisando de um conceito para lidar com a diferença entre as sociedades e entre os grupos dentro de uma mesma sociedade. Mas na medida em que se evita o conceito de cultura, outros conceitos que descrevem mais ou menos a mesma coisa são cada vez mais usados. Exemplo disso é o conceito de “identidade”, que guarda semelhanças significativas com o sentido mais contemporâneo de cultura. Embora mais voltado para grupos dentro de sociedades maiores, como grupos étnicos (imigrantes, por exemplo), grupos raciais (populações negras em países ocidentais, por exemplo), grupos sexuais (homossexuais, por exemplo), o conceito de identidade é uma ferramenta teórica para pensar a diversidade. O conceito de cultura tem a mesma função, mas segundo muitos de seus críticos, tende a ser autoritário e impor imagens à revelia dos grupos que se propõe a descrever.

No século XX, as mais duras críticas ao conceito de cultura partiram de um movimento em Antropologia denominado **pós-modernismo**: um conjunto de autores que passou a duvidar da possibilidade de falar sobre a cultura dos outros. Para eles, quando um antropólogo fazia o seu trabalho, que era basicamente descrever outras sociedades, ou grupos dentro de sociedades, ele exercia um poder absoluto: sua descrição passava a ser vista como absoluta e verdadeira.

Para pensar sobre isso, considere o trecho a seguir:

Iracema acendeu o fogo da hospitalidade; e trouxe o que havia de provisões para satisfazer a fome e a sede: trouxe o resto da caça, a farinha-d'água, os frutos silvestres, os favos de mel, o vinho de caju e ananás.

Depois a virgem entrou com a igaçaba, que na fonte próxima encheria de água fresca para lavar o rosto e as mãos do estrangeiro.

Quando o guerreiro terminou a refeição, o velho Pajé apagou o cachimbo e falou:

— Vieste?

— Vim — respondeu o desconhecido.

— Bem-vindo sejam. O estrangeiro é senhor na cabana de Araquém. Os tabajaras têm mil guerreiros para defendê-lo, e mulheres sem conta para servi-lo. Dize, e todos te obedecerão.

— Pajé, eu te agradeço o agasalho que me deste. Logo que o sol nascer, deixarei tua cabana e teus campos aonde vim perdido; mas não devo deixá-los sem dizer-te quem é o guerreiro, que fizeste amigo.

— Foi a Tupã que o Pajé serviu: ele te trouxe, ele te levará. Araquém nada fez pelo seu hóspede; não pergunta donde vem e quando vai. Se queres dormir, desçam sobre ti os sonhos alegres; se queres falar, teu hóspede escuta.

ALENCAR, José de. *Iracema*. 37. ed. São Paulo: Ática, 2009. p. 25.

Nesse trecho do romance *Iracema*, publicado pela primeira vez em 1865, o autor cearense José de Alencar faz uma descrição da população indígena na qual tanto a jovem Iracema como o pajé Araquém são representados como solícitos e servis em relação ao estrangeiro. O escritor desenha uma imagem de submissão incondicional, sem contestação ou mecanismos de resistência. Essa forma de descrever os indígenas gera uma imagem sobre essa população. E essa imagem favorece a elite branca do século XIX, pois representa os indígenas como serviçais.

Do ponto de vista dos críticos do conceito de cultura, o processo sempre se repete: a cada descrição, temos uma representação criada por quem descreve. Aquele que é descrito, por sua vez, nunca tem sua própria voz ouvida. Ou seja, quando alguém o descreve, produz imagens sobre as quais o indivíduo descrito não tem nenhum controle.

Por exemplo, na maior parte das escolas brasileiras a comemoração do Dia do Índio é feita com base em ideias e imagens genéricas, que não se referem a uma etnia ou população específica. Como se sabe, os diversos grupos indígenas do Brasil vivem em sociedades muito distintas entre si, com diferentes visões sobre o mundo e a natureza. Nenhum indígena real é representado no Dia do Índio: comemoramos uma imagem, criada pela sociedade não indígena, que está muito distante da diversidade presente nos grupos indígenas que vivem no Brasil. Veja a imagem ao lado.



Cartaz de trabalho escolar em homenagem ao Dia do Índio. Foto de 2009.

Retomando a crítica dos antropólogos pós-modernistas do final do século XX, eles diziam que as descrições feitas pelos intelectuais eram autoritárias, pois não davam voz aos descritos: sempre alguém falava por eles. E, para esses antropólogos, o conceito de cultura era o veículo dessa descrição autoritária.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Vivemos cercados de representações genéricas e estereotipadas sobre os “outros”. Por exemplo, quando pensamos em pessoas que vivem em lugares da cidade diferentes de onde moramos, a tendência é recorrer a representações genéricas. E muitas vezes, por outro lado, nós é que somos

alvo destas representações. É comum ligar populações de determinadas áreas das grandes cidades à violência, por exemplo. Você consegue pensar e criticar imagens genéricas sobre alguma população ou grupo de pessoas do lugar onde você mora?

A partir da década de 1990, essa crítica foi retomada por uma série de intelectuais chamados de “pós-coloniais”. Originários de várias partes do mundo, principalmente da Índia, e também de grupos minoritários dos países centrais do mundo ocidental, esses estudiosos levaram mais além a crítica pós-modernista. Para eles, não só os “representados” eram impossibilitados de se fazer ouvir, mas a própria descrição levava à construção

de estereótipos.

O alvo principal dessa crítica foi a produção de estereótipos, presentes tanto nas descrições em si como nas teorias produzidas na Europa e nos Estados Unidos. Para esses autores, o conceito de cultura resultaria necessariamente em uma prisão para os grupos descritos desse ponto de vista: a descrição produziria um estereótipo do qual os descritos não poderiam fugir, assim como os grupos indígenas brasileiros não conseguem escapar da imagem de um índio genérico no Brasil.

Esta charge de 2012 usa de ironia para denunciar o estereótipo: o jovem negro é estimulado a se dedicar ao esporte, e não ao estudo — o que pode até ser um argumento falso contra as políticas de cotas.



A charge acima evidencia a crítica que os intelectuais pós-coloniais fazem ao conceito de cultura: gerar descrições que por sua vez produzem estereótipos que passam a fazer parte do senso comum e prejudicam indivíduos ou grupos em situação vulnerável. Para esses intelectuais, a questão é justamente a difusão desses estereótipos, a ponto de passarem a fazer parte do senso comum. Na imagem acima, o cartunista critica o estereótipo que vincula a população negra unicamente ao esporte, e não às atividades intelectuais.

Embora as críticas citadas sejam pertinentes, muitos defensores do conceito de cultura alegam que elas se referem a um conceito de cultura estático (como o do começo do século XX), que de fato produziria uma imagem imutável do descrito, ou então indicam um mau uso do conceito, não levando em conta o dinamismo dos sistemas culturais. Diante da capacidade de dinamismo de qualquer sistema cultural, os defensores do conceito de cultura afirmam que qualquer descrição estática deixa de fazer sentido. Para esses antropólogos, o conceito de cultura, quando bem compreendido e empregado, ainda é um poderoso instrumento de luta contra os estereótipos, pois procura justamente dar sentido a tudo aquilo que gera estranheza e preconceito.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ O conceito de cultura nasce em oposição às narrativas evolucionistas do século XIX.
- ✓ O conceito de cultura se opõe à ideia de uma única civilização e passou a ser pensado no plural (culturas) a partir do trabalho de Franz Boas.
- ✓ O conceito de cultura de Boas descreve um conjunto de pessoas que compartilha uma série de hábitos, práticas e crenças. A cultura é vista como integradora, algo que “amarra” a vida coletiva.
- ✓ A noção de relativismo é fundamental ao conceito de cultura, ou seja, para pensar uma cultura é preciso fazê-lo a partir dos termos dessa cultura.
- ✓ Relativismo cultural é o contrário de etnocentrismo.
- ✓ Até mais ou menos a metade do século XX, o antropólogo via a cultura como uma série de padrões de comportamento praticados coletiva e sistematicamente (rituais, técnicas, religiões, etc.).
- ✓ Gradualmente, a partir da segunda metade do século XX, o conceito de cultura passou a considerar as normas e regras simbólicas que estavam na mente das pessoas e não no comportamento.
- ✓ Essa passagem levou a um conceito dinâmico de cultura, que considera as transformações sociais e as variações internas de uma sociedade.
- ✓ O conceito de cultura foi criticado por estimular descrições que excluem a voz das populações investigadas e levam a estereótipos e preconceitos.
- ✓ Atualmente, apesar das críticas, o conceito de cultura continua válido na opinião de muitos antropólogos e estudiosos de outras áreas.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Como a ideia de cultura se contrapõe à de civilização a partir do trabalho de Franz Boas?
2. Por que o relativismo cultural pode ser visto como o contrário do etnocentrismo?
3. Como os discípulos diretos de Boas viam a cultura?
4. Qual a grande mudança na percepção de cultura ocorrida na segunda metade do século XX?
5. Por que o conceito de cultura tem sido criticado como produtor de estereótipos?

INTERAGINDO

1. Considere a letra da canção a seguir.

Mais do mesmo

*Ei menino branco o que é que você faz aqui
Subindo o morro pra tentar se divertir
Mas já disse que não tem
E você ainda quer mais
Por que você não me deixa em paz?*

*Desses vinte anos nenhum foi feito pra mim
E agora você quer que eu fique assim igual a você
É mesmo, como vou crescer se nada cresce por aqui?
Quem vai tomar conta dos doentes?
E quando tem chacina de adolescentes
Como é que você se sente?*



Michael Cuffe/Acervo do fotógrafo

*Em vez de luz tem tiroteio no fim do túnel.
Sempre mais do mesmo
Não era isso que você queria ouvir?*

*Bondade sua me explicar com tanta determinação
Exatamente o que eu sinto, como penso e como sou
Eu realmente não sabia que eu pensava assim
E agora você quer um retrato do país
Mas queimaram o filme
E enquanto isso, na enfermaria
Todos os doentes estão cantando sucessos populares.
(e todos os índios foram mortos).*

LEGIÃO URBANA. *Que país é este*, 1987. Emi Music.

- Relacione essa letra com o conteúdo do capítulo, principalmente a última parte.

2. Agora considere esta imagem:

Capa de revista portuguesa (edição de abril de 2000) sobre os 500 anos da descoberta do Brasil. Na base da imagem lê-se: "Brasil, 500 anos do melhor que demos ao mundo".



- Que tipo de representação é essa? Como esse tipo de representação se relaciona ao conteúdo do capítulo?

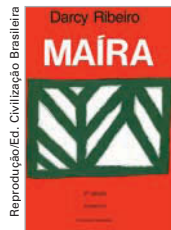
CONTRAPONTO

Considere a tirinha do cartunista Laerte publicada em 2011.



- Você consegue pensar essa tirinha usando o contraponto entre cultura estática e cultura dinâmica? E, a partir daí, é capaz de entender as consequências políticas dessa contraposição?

SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução: Ed. Civilização Brasileira

Maíra, de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Neste romance, que começou a escrever no exílio, o autor resgata a cultura indígena do ponto de vista dos homens que habitam a floresta. Através de lembranças de sua convivência entre indígenas de várias etnias, Darcy Ribeiro fala sobre a importância dos mitos, o papel do homem e da mulher, a relação com a natureza, o significado das indumentárias, a influência dos astros no cotidiano da aldeia.



Reprodução: Ed. Agir

Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade. São Paulo: Agir, 2008.

Lançado em 1938, com tiragem de apenas oitocentos exemplares, este romance foi festejado pela crítica modernista pela inovação narrativa e de linguagem. Macunaíma é o símbolo de um povo que não descobriu sua identidade. Uma releitura do folclore, das lendas e mitos do Brasil, em linguagem popular e oral.

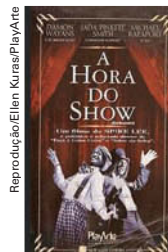


Reprodução: Ed. José Olympio

O quinze, de Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004.

Romance de estreia da autora, foi publicado em Fortaleza em 1930. A obra relata o conflito entre homem e natureza, narrando a difícil marcha de um retirante e sua família rumo ao Amazonas. Paralelamente narra a história de uma moça sonhadora que adora ler romances franceses.

FILMES



Reprodução: Ellen Kurasa/PlayArte

A hora do show (Estados Unidos, 2000). Direção: Spike Lee.

Um escritor de séries de TV não suporta mais a tirania de seu chefe e quer ser demitido. Sendo o único empregado negro da companhia, ele propõe uma ideia absurda: um programa estrelado por dois mendigos negros que denunciariam o estereótipo e o preconceito na televisão americana.



Reprodução: MGM/Paragon

Casa de chá do luar de agosto (Estados Unidos, 1956). Direção: Daniel Mann.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, um capitão norte-americano é enviado a um vilarejo em Okinawa, interior do Japão, para ensinar democracia à população. A ideia é construir uma escola, mas os alunos convencem o capitão a construir o que mais interessa a eles: uma casa de chá.



Reprodução: Toichiro Narushima/Cinefís

Furyo, em nome da honra (Reino Unido/Japão, 1983). Direção: Nagisa Oshima.

Em 1942, o mundo está em guerra. Feito prisioneiro pelos japoneses em um campo de concentração na ilha de Java, um oficial britânico inicia um conflito quando resolve não acatar as regras ditadas pelo comandante japonês.

INTERNET (Acesso em: fev. 2013.)

www.antropologiasocial.com.br/

Blog sobre estudos antropológicos sociais. Divulga seminários, eventos, livros digitais, textos de autores clássicos e outros.

www.novacartografiasocial.com/

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à autcartografia dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, favorecer o conhecimento do processo de ocupação da região e contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais.

www.ifch.unicamp.br/ihb/

Página de John M. Monteiro, Professor Titular no Departamento de Antropologia do IFCH-Unicamp, vinculado ao Projeto de Produtividade em Pesquisa do CNPq "Os Índios e o Atlântico", ao Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) da Unicamp e ao GT Índios na História (http://br.groups.yahoo.com/group/GT_Indios_na_Historia/).

OUTRAS FORMAS DE PENSAR A DIFERENÇA

Marco Di Lauro/Agência France-Press



Art Attack (Ataque da Arte), grafite do artista britânico Banksy no muro entre Israel e Cisjordânia, em foto de 2005. Conhecido por suas intervenções nas ruas de Londres, Banksy grafitou nove imagens no muro durante uma viagem aos territórios palestinos.

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 A perspectiva inglesa
 - 2 O olhar dos franceses
 - 3 Sociedades simples e sociedades complexas
 - 4 O conceito de etnicidade
 - 5 O conceito de identidade
-

A Antropologia, ciência dedicada a pensar a diferença, elaborou vários mecanismos para refletir sobre esse tema. Vimos que “cultura” foi o primeiro deles, mas vários outros conceitos foram desenvolvidos, em diversos contextos e orientações teóricas. Ou seja, a Antropologia continua pensando sistematicamente sobre a diferença, e para isso lança mão de várias estratégias.

Neste capítulo buscaremos entender um pouco desse processo. Vamos enumerar alguns conceitos fundamentais e situá-los no contexto histórico e social de sua produção. Veremos que esses conceitos respondem a diferentes situações históricas, a objetos de pesquisa que foram se transformando e a novas preocupações, geradas por mudanças sociais no mundo. Começaremos pela Antropologia inglesa e suas respostas críticas ao evolucionismo social. A seguir veremos como os franceses lidaram com as mesmas questões. Finalmente, vamos tratar de algumas das grandes mudanças ocorridas no mundo no fim do século XX.

1. A PERSPECTIVA INGLESA

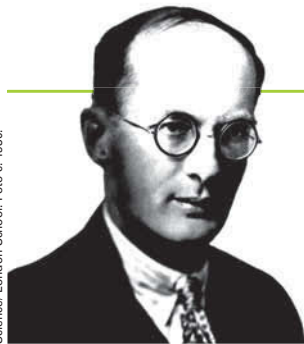
Enquanto nos Estados Unidos o antropólogo Franz Boas (ver *Perfil* no capítulo 2) investia no conceito de cultura para combater o evolucionismo social, os antropólogos ingleses estavam mais interessados nas noções de estrutura social e de função. Influenciados pelas ideias de Émile Durkheim (ver *Perfil* no capítulo 6), os ingleses se basearam no trabalho desse sociólogo francês para pensar as sociedades “primitivas”. No capítulo 6 estudaremos mais de perto as ideias de Durkheim.

A influência do evolucionismo social era grande, e, assim como Boas nos Estados Unidos, uma nova geração de antropólogos britânicos passou a criticar as teorias dessa corrente. Nesse momento, os dois principais nomes foram Bronislaw Malinowski (ver *Perfil* a seguir) e **Radcliffe-Brown (1881-1955)**. Cada um deles, à sua maneira, ajudou a romper com a herança evolucionista. Em lugar de recorrer à cultura, contudo, Malinowski e Radcliffe-Brown tomaram outro caminho: a recusa da História como fator explicativo. Não que desconsiderassem o valor da História, apenas não achavam que as teorias históricas pudessem explicar tudo.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é **Radcliffe-Brown (1881-1955)**.

British Library of Political and Economic Sciences/ London School. Foto c. 1930.



PERFIL BRONISLAW MALINOWSKI

Bronislaw Malinowski (1884-1942) nasceu na Polônia, estudou Ciências Exatas em seu país e na Alemanha e, depois, mudou-se para a Inglaterra, onde se naturalizou. A leitura de *O ramo de ouro*, obra clássica de James Frazer, atraiu-o para a Antropologia. Malinowski ficou conhecido por estabelecer o método etnográfico, ou seja, a pesquisa de campo de longa duração, com co-

nhecimento fluente do idioma local e “observação participante”. O trabalho de campo tornou-se um dos principais métodos de pesquisa antropológica. Para Malinowski, o antropólogo deveria “mergulhar” na cultura local, participando das atividades cotidianas enquanto observava o que acontecia. Grande crítico dos evolucionistas e precursor da perspectiva funcionalista em Antropologia, Malinowski foi um dos intelectuais mais influentes do século XX.



Reprodução/Hutchinson & Co., Londres, Inglaterra

Cerimônia em que os homens das ilhas Andamã (estudadas por Radcliffe-Brown), no oceano Índico, pedem desculpas às mulheres pelas guerras, em foto tirada em 1906, sem autoria reconhecida.

ASSIM FALOU.. RADCLIFFE-BROWN

O método aqui adotado não é o histórico nem o pseudo-histórico, mas o que associa comparação e análise. Comparam-se os sistemas sociais com vistas à definição das suas diferenças e, para além delas, procura-se definir as suas semelhanças fundamentais e seus aspectos gerais. Um dos objetivos do método comparativo é obter esquemas de classificação. Sem classificação não há ciência.¹

Para Malinowski e Radcliffe-Brown, qualquer generalização histórica esbarrava na falta de evidências concretas e, muitas vezes, podia até ser considerada uma invenção. Segundo eles, para entender uma sociedade bastava olhar para o presente e explicar seu funcionamento nesse momento. Por que e como a sociedade teria chegado àquela forma era menos importante. Para eles, bastava uma boa fotografia da sociedade: qualquer outra explicação seria apenas uma descrição dessa “fotografia”. O que o antropólogo encontrava na sociedade que pretendia estudar era justamente sua estrutura social: algo que podia ser visto no modo de viver cotidiano daquela sociedade.

Assim, a estrutura de uma sociedade seria a relação entre as diversas partes que a compunham: a forma como as pessoas produziam comida, como essa comida era distribuída, as regras de parentesco, o uso da terra, a forma de organizar grupos para a guerra, os rituais, as crenças religiosas. Tudo isso poderia ser observado pelo antropólogo e descrito de forma sistemática. Dessa descrição resultaria a ideia da estrutura social daquela sociedade.

Havia ainda outro pressuposto nesse conceito: o de que as diversas partes de uma sociedade se organizavam para manter a estrutura sempre funcionando, garantindo um equilíbrio constante. Poderia haver momentos de tensão, mas a tendência seria sempre voltar ao equilíbrio. Para a sociedade existir, cada uma das partes desempenhava sua função na manutenção do equilíbrio.

Para compreender essa ideia, podemos comparar a estrutura de uma sociedade com a do corpo humano, composto de inúmeras partes (os órgãos). Todas as partes precisam contribuir para a sobrevivência, tanto no caso da sociedade como no caso do corpo humano: se um órgão falha, o organismo todo pode morrer.

Essa ideia de função remetia a uma percepção de utilidade: qualquer costume, prática, hábito ou ritual, por mais estranho que parecesse, sempre tinha uma função na sociedade. Essa função estava atrelada à própria sobrevivência daquela população e se referia às necessidades básicas: alimentar-se e sobreviver às dificuldades impostas pelo ambiente. Malinowski era radical, acreditando que tudo o que uma sociedade produzia respondia a uma única necessidade básica: saciar a fome.



VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

É possível olhar para a nossa realidade com base nos conceitos de estrutura social e função adotados pelos antropólogos ingleses da primeira metade do século XX. Pense na escola onde você estuda e imagine sua estrutura: quais são as partes que a compõem? E que funções

cada parte deve executar para que a escola continue funcionando? Em outras palavras, o que cada pessoa deve fazer para que tudo funcione da melhor forma possível? Você é capaz de imaginar e exemplificar outras estruturas em funcionamento no mundo ao seu redor?

¹ RADCLIFFE-BROWN. Introdução. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, Dayll. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982. p. 12.

Outros autores deram menos atenção à ideia de função e mais destaque à de estrutura social. **E. E. Evans-Pritchard (1902-1973)**, por exemplo, produziu um trabalho clássico sobre a população nuer, habitante de uma área que hoje corresponde ao Sudão do Sul. Os nuer tinham uma estrutura social muito complexa, baseada em processos de fissão e fusão (em outras palavras, processos de separação e união), que concentraram a atenção de Evans-Pritchard. Os nuer se dividiam em clãs, que mantinham relações com outros clãs a partir de genealogias ancestrais. Era essa genealogia (o parentesco que vimos no capítulo 1) que ditava as regras de relação: uma guerra entre dois clãs próximos podia acontecer, mas quando um desses clãs era ameaçado por um clã distante, os dois clãs próximos se juntavam para guerrear coletivamente.

Os processos de fissão e fusão dos nuer pareciam ser uma estrutura móvel, pois às vezes esse povo se organizava de um jeito, às vezes de outro. Para explicar essas mudanças, Evans-Pritchard descreveu algo que chamou de princípio estrutural (justamente a fissão e a fusão). Ao expor como esse princípio operava, Evans-Pritchard descrevia a própria estrutura da sociedade nuer, que funcionava sem um poder central organizado.

Embora o processo descrito acima seja característico dos nuer, podemos observar que ele se repete em várias sociedades, até mesmo na nossa. O futebol é um bom exemplo. Torcemos para times rivais dentro do Brasil, mas quando a seleção brasileira enfrenta a seleção de outro país, deixamos de lado as rivalidades locais e torcemos pela seleção nacional. Esse é um processo de fissão e fusão: nós nos separamos para torcer por diferentes times, mas nos juntamos para torcer pela seleção.

2. O OLHAR DOS FRANCESES

A antropologia francesa, por sua vez, distanciou-se tanto da noção de cultura como da noção de estrutura social dos ingleses. Os principais representantes da vertente francesa foram **Marcel Mauss (1872-1950)** e Claude Lévi-Strauss (ver *Perfil* no capítulo 1).

Marcel Mauss, sobrinho de Émile Durkheim, desenvolveu seu trabalho numa esfera de intelectuais reunidos em torno da revista *L'Année Sociologique*. Mauss tinha uma preocupação semelhante à dos evolucionistas do século XIX: buscar explicações gerais para os fenômenos humanos, em perspectiva sempre comparativa. Essa também foi uma das preocupações centrais de Lévi-Strauss: produzir uma antropologia cujas teorias pudessem explicar aspectos gerais da humanidade.

A pretensão de explicar aspectos gerais da humanidade, que vimos ser característica dos evolucionistas, foi radicalmente contestada tanto nos Estados Unidos, com o trabalho de Boas e seus discípulos, como na Inglaterra, com a perspectiva anti-histórica de Radcliffe-Brown e Malinowski. Todos esses autores fugiam das generalizações desmedidas do evolucionismo social, cujas explicações sobre a humanidade tendiam a ignorar os detalhes que tanto interessavam aos antropólogos ingleses e norte-americanos.



Images of Empire/UG/Getty Images

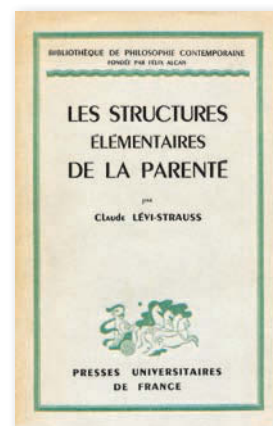
Três jovens da etnia nuer em seus trajes tradicionais, em foto tirada no Sudão, por volta de 1930.



Reprodução/Arquivo da editora

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **E. E. Evans-Pritchard (1902-1973)** e **Marcel Mauss (1872-1950)**.

E. E. Evans-Pritchard no Sudão, com jovens da etnia zande. Fotógrafo desconhecido, 1927-1930.



Reprodução/Arquivo da Editora

Capa da primeira edição (1949) do livro *Les structures élémentaires de la parenté* (Estruturas elementares do parentesco), de Claude Lévi-Strauss.

Apesar da aversão de muitos estudiosos pelas generalizações, tanto Mauss como Lévi-Strauss buscavam justamente explicações mais gerais e necessariamente comparativas, sem no entanto pressupor a necessidade de nenhuma escala evolutiva. Construíram modelos de explicação que não incluíam a noção de progresso, liberando assim a Antropologia para pensar sobre a vida em sociedade em termos mais amplos e ambiciosos. Característica marcante do trabalho de Mauss e de Lévi-Strauss foi a comparação sistemática: ambos eram grandes leitores dos trabalhos de antropólogos norte-americanos, ingleses, franceses e também brasileiros.

Em seu texto clássico *Ensaio sobre a dádiva* (1923), Mauss diz que qualquer sociedade se baseia na aliança: para existir, uma sociedade precisa se constituir em grupos que estabeleçam alianças. Para Mauss, a necessidade de retribuir uma dádiva (algo que recebemos de alguém) leva a um sistema de trocas: trocas matrimoniais (casamentos entre grupos diferentes), trocas econômicas (comércio) e trocas simbólicas (circulação de mitos, histórias, objetos sagrados, práticas variadas, etc.). Ou seja, para esse autor, a origem da sociedade estaria na troca como forma de estabelecer relações.

Essa reflexão deve muito às descrições de Franz Boas sobre as cerimônias do povo Kwakiutl, habitante da ilha de Vancouver, no Canadá. Uma dessas cerimônias, o *potlach*, era uma festa religiosa de homenagem, em geral envolvendo um banquete seguido pela renúncia a todos os bens acumulados pelo homenageado, que deveriam ser entregues a parentes, convidados e amigos, ou até queimados. Marcel Mauss propôs também teorias sobre a origem de categorias como “pessoa”, “magia”, “sacrifício”, entre outras.

ASSIM FALOU... MARCEL MAUSS

Mas o motivo dessas dádivas e desses consumos exagerados, dessas perdas e destruições loucas de riquezas, não é de modo algum, sobretudo nas sociedades com *potlach*, desinteressado. Entre chefes e vassallos, entre vassallos e servidores, é a

hierarquia que se estabelece por essas dádivas. Dar é manifestar superioridade, é ser mais, mais elevado [...]; aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, ser pequeno, ficar mais abaixo.²

Edward S. Curtis/Corbis/Latinstock



Cena de um *potlach* registrado por Edward S. Curtis (1868-1952), fotógrafo norte-americano que retratou tipos e costumes de populações nativas da América do Norte. Esta foto de 1914 mostra uma festa de casamento Kwakiutl. A noiva aparece no centro, ladeada por dançarinos, seu pai está na extrema esquerda e o pai do noivo à direita, atrás do homem que segura o tambor.

² MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003. p. 305.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

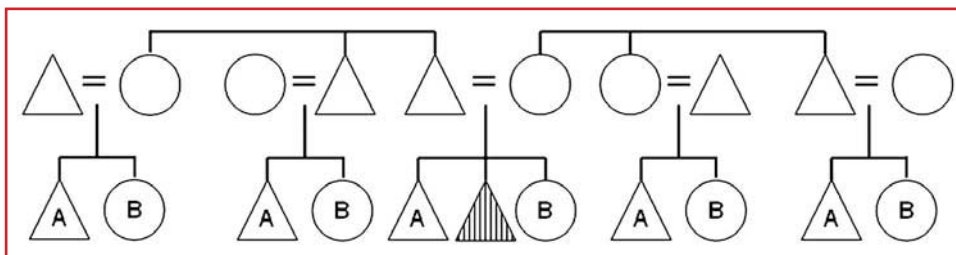
A ideia original de Mauss, ao observar a descrição de várias sociedades, era a de que qualquer dádiva (ou presente que se recebe) implica uma necessidade de retribuição. Você já pensou como isso faz parte da sua vida? Imagine um vizinho que convida você para um churrasco. Depois de comparecer, você talvez se sinta obrigado a retribuir o convite. Era sobre essa “obrigação” que Mauss refletia. Procure lembrar outras situações do dia a dia em que você sente essa “obrigação” de retribuir.

Claude Lévi-Strauss, por sua vez, foi o mais ambicioso teórico da Antropologia do século XX, considerado o mais importante antropólogo de todos os tempos. Essa importância se deve justamente à ambição de sua perspectiva, que resultou na teoria denominada estruturalismo. Influenciado por Mauss, de quem foi aluno, e por teóricos da **linguística**, Lévi-Strauss avançou na teoria da dádiva de Mauss e propôs inicialmente uma teoria da troca na constituição dos diversos sistemas de parentesco.

Para definir essa teoria da troca como fundadora da vida em sociedade, Lévi-Strauss imagina um estado de natureza anterior à vida em sociedade, em que as pessoas não faziam trocas. Segundo ele, o que leva as pessoas a fazer trocas é a proibição do **incesto**.

Como assim? Vamos entender: Lévi-Strauss afirma que qualquer sociedade impõe alguma limitação aos casamentos. Em nossa sociedade, por exemplo, é proibido o casamento entre irmãos. E se uma parte das pessoas de um grupo não pode casar entre si, torna-se necessário buscar casamentos fora do grupo. Ou seja, torna-se necessário estabelecer algum tipo de troca entre sociedades, para que as pessoas possam casar sem violar as leis de proibição do incesto.

Lévi-Strauss vai mais além, e constata que as formas como as sociedades “simples” (veja a seguir) trocavam casamentos eram restritas a poucos modelos que se repetiam. Aliás, essa já era a opinião de Lewis Henry Morgan no século XIX. Ou seja, o número de sistemas de parentesco não era tão grande, e sociedades muito distantes geograficamente umas das outras desenvolviam sistemas de parentesco bastante semelhantes. Como não era possível estabelecer nenhuma conexão histórica entre essas sociedades, a única conclusão possível é que esses sistemas haviam sido criados autonomamente. Essa proposição tinha uma implicação importante: se sistemas de parentesco semelhantes eram produzidos ao redor do mundo, isso significaria que eles esconderiam uma estrutura comum a toda humanidade?



Reprodução/Arquivo da editora

Nesse sistema, conhecido como Havaiano, não há diferença entre irmãos e primos. É comum em sociedades da Polinésia e em algumas sociedades nativas da América do Sul. Note que na simbologia adotada o triângulo indica homem e o círculo indica mulher. Os sinais de = significam casamentos. A linha que desce do = significa ‘filhos’. No diagrama acima, vemos um casamento principal no centro e acima, vemos um casamento principal no centro e acima. Esse casal tem irmãos e irmãs que também se casaram (na linha superior) e tiveram filhos (na linha inferior). As letras na parte inferior são equivalentes a nomes como “primo” ou “irmão”. Veja que todos os homens e mulheres da segunda linha (os filhos) recebem o mesmo nome, ou categoria de parentesco. Assim, tanto aquilo que reconheceríamos como irmão(a) e como primo(a) receberiam o mesmo nome. Isso quer dizer que esse sistema de parentesco não distingue primos de irmãos, como fazemos em nossa sociedade.

LÉXICO

linguística: estudo científico da linguagem; ciência que tem como objeto a linguagem humana.

incesto: união sexual entre parentes consanguíneos, afins ou adotivos, dentro dos graus em que a lei, a moral ou a religião proíbem ou condenam. Na Antropologia, incesto se refere à interdição do casamento entre algumas pessoas dentro de um mesmo grupo, sejam elas quais forem.

Para Lévi-Strauss, a resposta é sim. É justamente essa estrutura que ele passa a buscar. Nada parecido com a ideia de estrutura social dos ingleses, mas com uma estrutura que não está evidente, que não é visível a olho nu. A estrutura proposta por Lévi-Strauss é deduzida de várias comparações entre sociedades. Para ele, existe algo de comum no pensamento humano, que faz com que várias sociedades produzam coisas parecidas.

Essa estrutura seria universal, e Lévi-Strauss passou a vida tentando desvendá-la a partir de estudos sobre parentesco e mitologia indígena nas Américas. A estrutura lévi-straussiana pensa em termos binários, constituindo oposições, como as que existem entre os termos alto e baixo, fora e dentro, cheio e vazio, etc. Para Lévi-Strauss, essas oposições seriam o motor de qualquer pensamento humano. Os mitos, por exemplo, exemplificam essa forma de pensamento binário, mas apontam também para outra questão importante: a sua própria transformação. Essa estrutura universal que organiza o pensamento humano indica também um processo de lentas transformações entre as oposições.



ASSIM FALOU... LÉVI-STRAUSS



[...] Na base do pensamento ameríndio encontramos, portanto, essa ideia de que os principais polos entre os quais se ordenam os fenômenos naturais e a vida em sociedade - o céu e a terra, o fogo e a água, o perto e o longe, os indígenas e os não indígenas - não são, e jamais poderão vir a ser, termos gêmeos (idênticos), embora se impliquem mutuamente. Desse desequilíbrio dinâmico depende o bom funcionamento do Universo. [...] ³

Reprodução/M. C. Escher Foundation, Baarn, Holanda



O método de produção da xilogravura *Metamorphosis III*, do artista holandês M. C. Escher (1898-1972), em que sombra e luz (opostos) formam figuras que lentamente se transformam, numa sucessão de metamorfoses, pode ser comparado à estrutura de Lévi-Strauss e seus processos de transformação.

3. SOCIEDADES SIMPLES E SOCIEDADES COMPLEXAS

Uma das principais características da Antropologia no século XX foi a crescente variação de objetos de interesse. Se a orientação inicial foi o estudo de sociedades pequenas e isoladas (muitas delas vivendo em ilhas), aos poucos outras fontes de estudo foram encontradas, como as sociedades ditas “complexas”.

A oposição entre “simples” e “complexas” foi uma das formas empregadas para distinguir as sociedades. Esses termos, porém, são problemáticos, pois todos os antropólogos correriam a afirmar que nenhuma sociedade é realmente simples e todas elas, a seu modo, são complexas. A oposição é mais evidente em outros aspectos: sociedades “complexas” seriam aquelas que combinam uma grande escala de tamanho, a presença do Estado, fortes diferenças culturais internas e ainda uma diferenciação social destacada. Embora o termo “sociedade complexa” seja enganador, por inferir que existem sociedades não complexas, a expressão ganhou espaço e marcou a história da Antropologia.

³LÉVI-STRAUSS, Claude. Prefácio. In: LÉVINE, Daniel (Org.). *Amérique continent imprévue: la rencontre de deux mondes*. Paris: Bordas, 1992. p. 7.

Sociedades como a chinesa, as pré-colombianas, as da Europa medieval, todas podem ser consideradas complexas, assim como as sociedades das quais os antropólogos faziam parte. A passagem da primeira para a segunda metade do século XX marcou um avanço da Antropologia no estudo das sociedades europeias, americanas e de grandes nações do mundo todo. Ao desviar o foco das pequenas sociedades, a Antropologia passou também a observar as grandes. A princípio isso foi feito com base em conceitos elaborados para estudar sociedades pequenas, como as que vimos até aqui. Mas aos poucos os estudiosos perceberam que outras categorias eram necessárias para pensar as sociedades ditas complexas.

Ainda assim, os métodos e conceitos dedicados às sociedades “simples” levaram os antropólogos a buscar nas sociedades de grande escala fenômenos semelhantes aos observados nas sociedades pequenas. Essa tendência é ainda muito forte na Antropologia: estudar grupos marginais e discriminados no interior das sociedades complexas. Muitos antropólogos estudam aqueles grupos que de imediato passam uma ideia de diferença mais acentuada no interior de uma sociedade complexa. E quais são esses grupos? Nos Estados Unidos, por exemplo, os primeiros estudos de contextos “complexos” se referiram aos imigrantes, que chegavam aos milhares durante a primeira metade do século XX. Ou seja, os antropólogos procuravam os grupos em que a diferença cultural era mais evidente.

Também foram estudadas populações rurais, assim como populações indígenas que iam sendo incorporadas à força às sociedades nacionais, e cujos indivíduos se viram obrigados a adotar novas estratégias de sobrevivência. Mas o olhar dos estudiosos sempre imaginava que aquelas populações tão diferentes iriam lentamente se adaptar e se assemelhar aos dominadores ou às majorias, no caso dos imigrantes.

O conceito de cultura, bem como os conceitos de estrutura social e de função não explicavam suficientemente bem essas realidades. Isso porque esses conceitos tinham como pressupostos alguma estabilidade duradoura, o que não acontecia no interior das “sociedades complexas”. As coisas mudavam! Os antropólogos norte-americanos tentaram enquadrar essas realidades fugidias no conceito de cultura, cunhando termos como **aculturação**. Acreditavam que do encontro entre grupos muito distintos, o mais frágil deles lentamente se assemelharia ao mais forte. Os ingleses, por sua vez, fazendo pesquisas na África, simplesmente ignoravam as transformações pelas quais passavam os grupos que estudavam e tentavam retratá-los como deveriam ser antes da chegada dos europeus.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Nas grandes sociedades, as diferenças internas são enormes. Grupos como indígenas, quilombolas e populações camponesas são exemplos claros. Mas há também muitas outras diferenças: comunidades religiosas e grupos de interesses variados acabam formando “tribos urbanas”. Você consegue pensar nessa diversidade? Tente pensar nos diferentes modos de vida que acontecem perto de você.

De Agostini/Getty Images

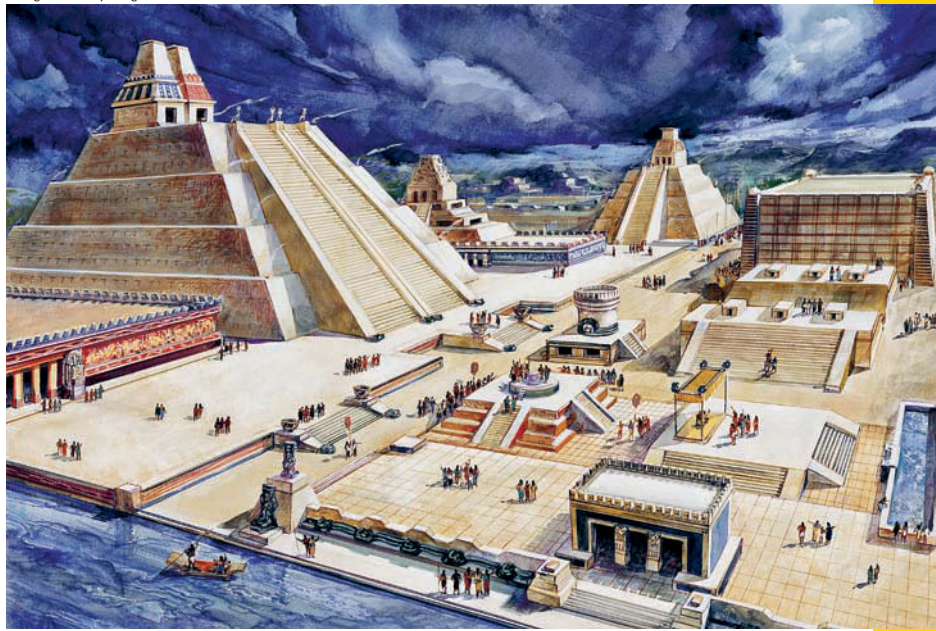


Ilustração colorida (c. 1900) de autoria desconhecida, representando como teria sido a praça central de Tenochtitlán, capital do Império Asteca. Dado o seu tamanho e sua diversidade interna, a sociedade asteca pode ser considerada “complexa”.

LÉXICO

aculturação: processo resultante do contato mais ou menos direto e contínuo entre dois ou mais grupos sociais em que cada um desses grupos assimila, adota ou rejeita elementos da cultura do outro. Pode ser recíproco ou unilateral e eventualmente implicar subordinação política. Como conceito antropológico, teve grande aceitação na primeira metade do século XX; mais tarde, foi duramente criticado.

A princípio, para entender essa diversidade, os antropólogos só contavam com os instrumentos usados no estudo das sociedades pequenas. Assim, começaram a praticar Antropologia em sociedades complexas entre os grupos mais excluídos. Mas mesmo nesses contextos, aquelas ferramentas pensadas a partir de uma noção de estabilidade não se mostraram muito eficazes. Então, novas ideias foram desenvolvidas. A partir da década de 1960, as noções de etnicidade e identidade passaram a ganhar importância.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Max Gluckman (1911-1975)** e **Fredrik Barth (1928-)**.

“Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados pelo caráter, e não pela cor da pele.”
Este é um trecho do famoso discurso do líder norte-americano Martin Luther King (1929-1968) proferido no Memorial de Lincoln, em Washington DC, capital dos Estados Unidos, no dia 28 de agosto de 1963, diante de milhares de pessoas reunidas pelo fim do preconceito e da discriminação racial.

Arquivo AFP/Agência France-Presse

4. O CONCEITO DE ETNICIDADE

O termo etnicidade já rondava a história da Antropologia desde o começo do século XX, mas só a partir da década de 1960 a expressão aparece como forma cada vez mais comum de pensar a diferença. Nesse momento histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, as nações africanas estavam se tornando independentes e guerras de libertação nacional se espalhavam pelo mundo.

Todos esses processos sociais desestabilizaram as percepções da Antropologia e desafiaram as noções de equilíbrio, tão importantes até então. Em um mundo em intensa transformação, com o avanço do sistema capitalista produzindo mudanças radicais, era cada vez mais difícil pensar as sociedades em termos de estabilidade. Também ocorriam transformações no interior das sociedades europeias e norte-americanas: conflitos internos, discriminações, racismo crescente, fluxos migratórios.

Na Inglaterra, uma nova geração de antropólogos comandada por **Max Gluckman (1911-1975)**, aluno de Radcliffe-Brown e de Evans-Pritchard, começava a analisar as relações entre as sociedades “simples” e os impérios coloniais. Conhecida como escola de Manchester, essa geração se dedicou a estudar a mudança social e as transformações relacionadas aos processos de descolonização e independência na África e na Ásia. Entre os estudiosos desse grupo, o conceito de etnicidade tornou-se central. Outro antropólogo que contribuiu para o desenvolvimento da noção de etnicidade foi o norueguês **Fredrik Barth (1928-)** formado em Cambridge, cujo trabalho influenciou alguns membros da escola de Manchester.



O conceito de etnicidade descreve um grupo que se autodefine e é definido por outros como diferente, que supõe algum tipo de identificação coletiva, como o compartilhamento de uma história comum. O grupo étnico não é definido por seu conteúdo cultural, mas sim em contraposição a outros grupos. Um grupo étnico só se define em relação a outro, e o conceito de etnicidade é sempre relacional. Não há etnicidade num grupo isolado, pois o que constitui a etnicidade é justamente o contraste com outros grupos. Por outro lado, os autores estão sempre atentos ao fato de que a etnicidade é um poderoso instrumento de mobilização política, utilizado para legitimar lutas por diferentes tipos de direitos (veja mais adiante o box **Para saber mais**, sobre conflitos étnicos).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

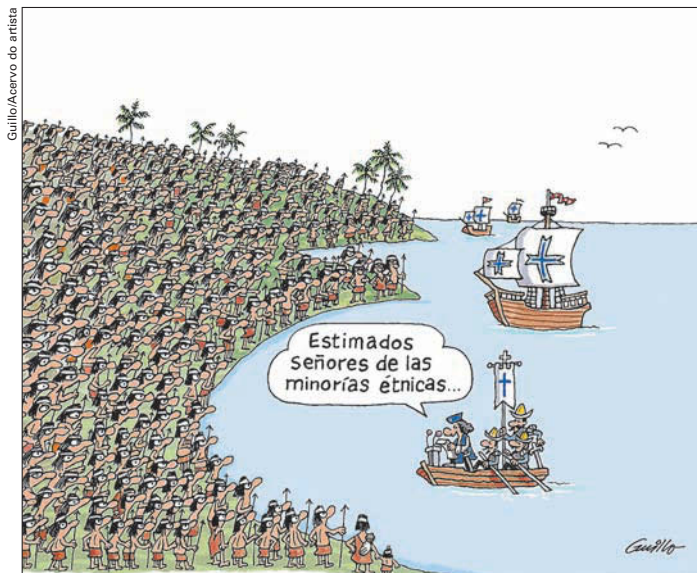
Em geral, quando falamos de minorias, estamos nos referindo a grupos de indivíduos que estão em situação de desvantagem em relação à maioria. No Brasil, por exemplo, chamamos de minorias as populações indígenas e imigrantes, como os bolivianos, que podem ser vistos como grupos “étnicos”. Você faz parte de alguma minoria étnica? Ou conhece de perto pessoas que vivem como “minorias”? Procure conhecer melhor a realidade dessas pessoas por meio de uma pesquisa com seus colegas.

As lutas das minorias discriminadas nas sociedades centrais do capitalismo foram acompanhadas do uso dos termos etnicidade e identidade étnica. Imigrantes eram étnicos, indígenas no seio de sociedades complexas e minorias raciais também. Esse conjunto de populações demonstrava que a diferença continuava a existir nas sociedades complexas: não ocorreu o processo de “aculturação” que alguns antropólogos haviam previsto. E ainda: a essas “diferenças” estava atrelada uma carga significativa de injustiça social.

A ideia de minoria pode ser enganadora, pois nem sempre significa um número menor de pessoas: um grupo étnico pode ser mais numeroso em termos populacionais, mas muito fraco em termos de poder e de participação na distribuição da riqueza. Na África do Sul, antes do fim do **apartheid**, uma minoria branca dominava completamente os recursos do país, enquanto a imensa maioria negra era excluída. Ou seja, o termo minoria também pode ser usado como referência aos grupos que concentram poder. Mas, nesses casos, a propriedade da etnicidade é que aqueles que dominam constroem um sistema no qual se inserem como a normalidade. Ou seja, os brancos são vistos como os “normais”, e todos os excluídos são “étnicos”.

A ideia de etnia refere-se aos não dominantes, pois os dominantes não se pensam como distintos ou fora da cultura predominante.

Esta charge do cartunista chileno Guillo, publicada em 1992, mostra o dilema entre minorias e majorias e a relação de poder: uma minoria com muito poder pode se considerar a “normalidade” e tratar todos os demais como estranhos a essa normalidade.



Guillo/Acrervo do artista

LÉXICO

apartheid: regime de segregação das populações negra e branca, estabelecido pela política oficial de minoria branca da República da África do Sul, durante a maior parte do século XX. Durante esse regime, a minoria branca dominava os recursos econômicos e naturais do país, excluindo econômica e espacialmente a população negra. Todos os serviços públicos, como saúde e educação, eram separados, e a população negra ficava com a pior parte. Após muita pressão internacional e resistência dos movimentos internos *antiapartheid*, o regime caiu em 1994, quando foi eleito o primeiro presidente negro, Nelson Mandela, uma das figuras mais notáveis da luta contra o racismo.



Bob Thomas/Getty Images

Imagem do *apartheid* sul-africano: esta foto de 1982 mostra a janela de um vagão de trem reservado somente para brancos. Exemplo de como uma minoria que concentra muito poder (os brancos) pode excluir a maior parte da população (os negros) do acesso aos recursos do país.

+ PARA SABER MAIS • Conflitos étnicos

É comum encontrar na mídia o termo “étnico” associado a conflitos de todo tipo. Em geral a expressão “conflito étnico” descreve tensões entre grupos no interior de Estados nacionais no mundo contemporâneo. Essas tensões apresentam graus variados de intensidade, desde situações não violentas, como é o caso do nacionalismo na província de Quebec, no Canadá, que opõe quebequenses aos demais canadenses, até conflitos que degeneram em guerras de extermínio e por vezes resultam no fracionamento de Estados-nação divididos pelo conflito. Esse foi o caso da ex-Iugoslávia e dos conflitos entre sérvios, croatas, bósnios, albaneses e eslovenos. Naquele contexto, além das distinções culturais, havia diferenças religiosas importantes entre cristãos e muçulmanos. A guerra civil iugoslava, ocorrida na década de 1990, resultou em mais de 100 mil mortos, em ações de “limpeza étnica” e na origem de novos Estados nacionais.

Alguns intelectuais têm chamado esse fenôme-

no de “retribalização”, mas para o antropólogo norueguês Fredrik Barth trata-se na realidade de processos políticos em que alguns líderes manipulam identidades étnicas com interesses específicos. Segundo Barth, a mobilização para o conflito não é uma expressão de sentimentos coletivos, mas sim resultado de ações políticas estratégicas. Para esse autor, as tensões étnicas que têm potencial de gerar violência podem ser combatidas politicamente.

Portanto, as identidades étnicas podem ser manipuladas por interesses específicos, em geral de políticos medíocres que utilizam a manipulação e a disseminação de preconceitos e rancores para se legitimar politicamente. Podemos observar essa dimensão dos fenômenos étnicos no avanço dos partidos ultranacionalistas na Europa. Esses partidos estimulam o preconceito contra imigrantes (que pode ser considerado um preconceito étnico), responsabilizando-os pelas mazelas econômicas que vêm ocorrendo na Europa.

O exemplo dos conflitos étnicos demonstra a importância de entender como se dão os processos de construção de diferença, pois não se trata apenas de pensar e falar sobre diferença, mas de perceber as práticas geradas por essas construções. Temos aqui o caso limite de práticas que são direcionadas para constituir políticas violentas de exclusão e até de extermínio, a partir da manipulação das diferenças culturais.

O conceito de etnicidade se contrapõe ao conceito de aculturação (ou assimilação), que foi um dos desenvolvimentos do conceito de cultura. Os teóricos da aculturação previam que aquelas populações diferentes (como os imigrantes e os indígenas), lançadas no interior de uma sociedade nacional, lentamente deixariam de ser “diferentes” e passariam a fazer parte da sociedade nacional. Mas não foi isso o que aconteceu. Pelo contrário: ocorreu um fortalecimento dos “diferentes”,

que passaram a reivindicar o reconhecimento de seus direitos nas esferas políticas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a intensificação do movimento negro levou a transformações sociais imensas, que incluíram as políticas de cotas para minorias historicamente excluídas. Essa ação política dos excluídos foi mais bem analisada da perspectiva de etnicidade do que da de cultura. Como o conceito de cultura levava a imaginar uma única cultura nacional, as reivindicações de minorias não se encaixavam nos quadros de explicação. Foi preciso encontrar um conceito mais flexível, que desse conta de explicar a diferença dentro das sociedades nacionais de forma mais sensível. Esse conceito é “eticidade”.

Esta charge de Angeli publicada em 2006 descreve a realidade de uma situação que poderíamos chamar de étnico-racial: a exclusão histórica de uma parte da população pela crença na existência das raças, e do racismo atrelado a essa crença.



Angeli/Acervo do artista

+ PARA SABER MAIS • Etnicidade e raça

A noção de raça, em termos biológicos, já foi rejeitada. Não existem raças humanas, constatação que foi muito importante no combate ao racismo. Entretanto, a discriminação com base no fenótipo (como as pessoas são fisicamente) continua a existir. Ou seja, a ideia de raça persiste e produz sistemas de exclusão social. Por isso ainda se fala em raça: não bastou afirmar que não existem raças para acabar com o racismo. Para combater o racismo, as pessoas que são discriminadas começaram a se articular em torno dessa experiência. Essa organização tornou politicamente importante demonstrar a realidade

de das populações discriminadas com base na ideia de raça, como os negros no Brasil, por exemplo. Isso significa que a situação dos negros no Brasil pode ser vista com o auxílio do conceito de etnicidade, permitindo o combate ao racismo com base na suposição da existência de raças. O termo “étnico-racial” foi cunhado para descrever essa combinação de diferença e exclusão atrelada à discriminação pela “imaginação” da raça. A expressão étnico-racial descreve uma população que compartilha algo (a própria experiência da exclusão e do racismo) e age politicamente para reverter essa situação.

5. O CONCEITO DE IDENTIDADE

Outro conceito muito utilizado para pensar a diferença é o de identidade. Esse termo tem aparecido na história da Antropologia desde o começo do século XX, com os estudos dos alunos de Boas. Nessa época, porém, a ideia de identidade era sempre um acessório: identidade social, identidade étnica, identidade racial. Conotava uma reflexão sobre a autoimagem de um grupo, em geral impregnada da mesma noção de equilíbrio que vimos operar nas definições de estrutura.

A partir da década de 1970, o termo identidade ganhou outra conotação, relacionada à intensa fragmentação social produzida pelo avanço do capitalismo e suas consequências. Como exemplo dessa fragmentação, podemos citar as migrações internacionais, que continuaram a aumentar drasticamente, acentuando a presença de distintas etnicidades nos países centrais do capitalismo; a emergência de diversos movimentos políticos ligados a etnicidades raciais e étnicas; a presença de religiões transnacionais; os movimentos políticos baseados em orientação sexual (homoafetivos), entre outros fenômenos. Por outro lado, o avanço tecnológico das formas de comunicação tornou o mundo menor, e ideias produzidas num lugar rapidamente se espalham pelo mundo todo. A globalização, que estudaremos no capítulo 12, é um dos fatores do crescimento dessa sensação de fragmentação.

Essa realidade fragmentada exigia um novo conceito para pensar a diferença além dos conceitos de cultura e etnicidade. Se etnicidade se referia a algum tipo de ancestralidade comum (imigrantes, populações negras, indígenas, etc.), muitas outras diferenças não tinham mais essa conotação: entre um ultrarreligioso negro e um ativista por direitos homoafetivos negro, a diferença pode ser tão grande quanto aquela entre um grupo indígena e uma sociedade nacional. Como pensar essa diferença não atrelada necessariamente a uma ancestralidade comum?



O primeiro casamento gay no universo dos quadrinhos Marvel: o super-herói Estrela Polar (Jean-Paul Beaubier) se uniu ao namorado Kyle Jinadu (à esquerda) na edição número 51 (junho de 2012). As diferenças presentes no mundo contemporâneo vão além das étnicas e culturais, produzindo outros tipos de identificação.



“MÁ NOTÍCIA. ELE PERDEU A IDENTIDADE.” Na charge acima, há uma relação entre a identidade e a personalidade de um indivíduo. Sem identidade, ele perde o poder de ser alguém. O conceito de identidade tem facilmente se confundido com de personalidade individual.



“COMPRE SUA IDENTIDADE.” Esta charge faz pensar na relação entre identidade e consumo: é possível comprar uma identidade?

Veja na seção

BIOGRAFIAS

quem é **Stuart Hall** (1933-).

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Experimente pensar sua própria vida com o auxílio do conceito de identidade. Qual seria a sua identidade? Ou as suas identidades? Que tipo de experiência social define o seu estilo de vida, as suas crenças? Você combina experiências distintas e as experimenta de um jeito individual? Tente compartilhar uma reflexão com seus colegas e pondere sobre a variação das respostas: muitos colegas da classe se parecem com você? Compartilham as mesmas identidades? Ou é justamente o contrário?

A alternativa para pensar essa nova realidade complexa e fragmentada foi o conceito de identidade. Ao contrário de outras ideias usadas para pensar a diferença, identidade não pressupõe uma ancestralidade comum; a prática social (a experiência de vida) é suficiente para produzir identidades entre grupos de pessoas. A identidade é sempre vista como transitória, nunca pronta e acabada. É um processo em construção, modelado pela ação das pessoas que partilham coisas em comum. Podemos pensar num grupo de religiosos budistas que desenvolve uma identidade a partir da prática do budismo, num grupo de homossexuais em busca de direitos familiares e na luta contra o preconceito, em grupos de *punks* que vivem segundo um modelo diferente. A todos esses exemplos e a muitos outros pode ser atribuído o conceito de identidade: identidades religiosas, identidades sexuais, identidade *punk*.

O conceito de identidade é oportuno para pensar a diferença num mundo onde a fragmentação das opções de vida foi multiplicada ao extremo, onde múltiplas alternativas se apresentam a qualquer pessoa. Como conceito, identidade nasce sem preocupação com estabilidade, continuidade ou qualquer ideia de completude. Os sujeitos podem, inclusive, modelar sua identidade pessoal a partir de várias identidades, combinando e compartilhando várias experiências identitárias. Um *punk* negro pode amalgamar uma identidade baseada no estilo de vida *punk* e também na experiência de ser negro numa sociedade racista, por exemplo.

Num mundo fracionado pelo excesso de informação, a diferença social tem sido analisada sob a perspectiva do conceito de identidade, mas isso também levou a um tipo de análise que foca apenas o sujeito e

suas escolhas, como se a identidade fosse uma espécie de mercadoria que cada pessoa pode assumir livremente. O fato de que muitos grupos se definem pelo consumo de determinadas mercadorias levou a uma associação entre o conceito de identidade e o mercado de consumo.

Se na esfera do senso comum cada vez mais a identidade assume a feição de personalidade individual moldada por estilos de consumo, nas Ciências Sociais a importância da “vida em comum” continua a ser muito relevante. Para autores como **Stuart Hall (1933-)**, a identidade contém tanto aquilo que escolhemos como aquilo que não escolhemos. Aquela parte da vida social que não controlamos

é fundamental na formação da identidade: assim, a exclusão racial, a discriminação sexual, a intolerância religiosa, por exemplo, são fatores sociais que as pessoas não controlam, mas que podem moldar suas identidades. As identidades comportam tanto nossas heranças culturais como novas formas de pensar o mundo, apresentadas pelas novas tecnologias de comunicação.



VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ Estrutura social, para os antropólogos ingleses das décadas de 1920 a 1950, podia ser definida como a relação entre as diversas partes que compõem uma sociedade.
- ✓ Essas partes executavam funções que mantinham a sociedade viva e equilibrada.
- ✓ Autores como Malinowski e Radcliffe-Brown consideravam a sociedade um todo organizado e estável.
- ✓ Para Lévi-Strauss, a questão era retomar os projetos comparativos do evolucionismo social sem incluir a noção de progresso.
- ✓ Estrutura, para Lévi-Strauss, era uma forma de pensar o mundo, universal e presente na mente de todos os humanos. Essa estrutura era comparável a um jogo de oposições binárias, refletidas tanto nos mitos como nos sistemas de parentesco.
- ✓ No século XX, as transformações sociais ocorridas no mundo levaram a Antropologia a buscar novos conceitos para pensar a diferença, sem pressupor a ideia de equilíbrio.
- ✓ A partir da década de 1960, muitos antropólogos passaram a pensar as mudanças e transformações sociais a partir dos conceitos de etnicidade e identidade.
- ✓ Etnicidade se refere ao contraste entre grupos sociais que compartilham alguma coisa em comum e pode ser um instrumento político de reivindicação de direitos, assim como um instrumento de manipulação dos grupos em questão.
- ✓ O conceito de identidade se relaciona ao fim do século XX e traz uma flexibilidade ainda maior: depende apenas de compartilhar experiências coletivas variadas, sem o pressuposto de uma ancestralidade comum.
- ✓ Identidade pressupõe um processo inacabado, em construção e não exclusivo: é possível amalgamar várias identidades.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual a relação entre o conceito de estrutura social e função de Radcliffe-Brown e Malinowski e a noção de “equilíbrio”, “estabilidade”?
2. Há diferença entre o conceito de estrutura dos autores ingleses e o de Lévi-Strauss? Comente sua resposta.
3. Por quais mudanças passaram a Antropologia e seus métodos a partir do pós-guerra?
4. O que você entendeu por etnicidade?
5. E o que você entendeu por identidade?

INTERAGINDO

1. Considere a seguinte canção de Arnaldo Antunes:

Inclassificáveis

*que preto, que branco, que índio o quê?
que branco, que índio, que preto o quê?
que índio, que preto, que branco o quê?*

*que preto branco índio o quê?
branco índio preto o quê?
índio preto branco o quê?*

*aquí somos mestiços mulatos
cafuzos pardos mamelucos sararás
crilouros guaranisseis e judárabes*



orientupis orientupis

ameriquitalos luso nipo caboclos

orientupis orientupis

iberibárbaros indo ciganagôs

somos o que somos

inclassificáveis

não tem um, tem dois,

não tem dois, tem três,

não tem lei, tem leis,

não tem vez, tem vezes,

não tem deus, tem deuses,

não há sol a sós

aqui somos mestiços mulatos

cafuzos pardos tapuias tupinamboclos

americanatais yorubárbaros.

somos o que somos

inclassificáveis

que preto, que branco, que índio o quê?

que branco, que índio, que preto o quê?

que índio, que preto, que branco o quê?

não tem um, tem dois,

não tem dois, tem três,

não tem lei, tem leis,

não tem vez, tem vezes,

não tem deus, tem deuses,

não tem cor, tem cores,

não há sol a sós

egipciganos tupinamboclos

yorubárbaros carataís

caribocarijós orientapuias

mamemulatos tropicaburés

chibarrosados mesticigenados

oxigenados debaixo do sol

ARNALDO ANTUNES. *O silêncio*, 1996. BMG.

- Que tipo de conceito é interessante para pensarmos essa letra de música? Por quê?

2. Considere esses haicais de Kiyoko Harada, imigrante japonês no Brasil. O haikai ou *haiku* é uma forma de poesia japonesa surgida no século XVI e ainda hoje em voga, composta de três versos, com cinco, sete e cinco sílabas e que em geral tem como tema a natureza ou as estações do ano.

*Maracujá verde
A esperança que nos resta...
Ainda há amanhã.*

*O neto em português,
A avó em japonês;
A festa dos imigrantes.*

*Terra grandiosa:
Eis a herança aos filhos;
A festa dos imigrantes.*

*No Amazonas envelhecida;
Sem o mínimo remorso
Pelo dia da Imigração, agradecida.*

*Plantada, já enfim;
A terra infernal,
A festa da imigração, agora sim.*

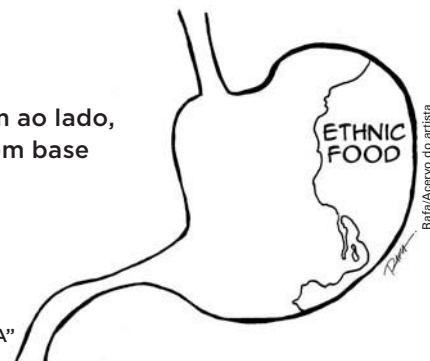
*Não se acostuma
O velho imigrante
Com o verde da garapa.*

HARADA, Kiyoko. *Bola de espinhos*: antologia de *haiku*. Trad. Yozaburo Bando. Maringá: [s.ed.], 1996.

- Nesses poemas, o imigrante, que mora em Tomé-Açu, no Pará, estabelece contrastes entre sua experiência e o meio ambiente, e entre o Brasil e o Japão. Como poderíamos pensar esses poemas a partir da ideia de etnicidade?

CONTRAPONTO

Escreva um pequeno texto sobre a imagem ao lado, publicada pelo cartunista Rafa em 2011, com base no que você leu neste capítulo.



“COMIDA ÉTNICA”

SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Jubiabá, de Jorge Amado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

A história de Antônio Balduino, negro pobre que se torna um líder trabalhista na cidade de Salvador dos anos 1930. Trata de conflitos étnico-raciais, da tensão entre a tradição e o moderno.



Reprodução/Ed. EDUFBA

Pele negra, máscaras brancas, de Frantz Fanon. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

Neste livro, importante nas lutas anticoloniais africanas, o autor tece uma reflexão sobre a dominação branca na África e sobre seus efeitos nos negros.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

O castelo dos destinos cruzados, de Ítalo Calvino. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Sobre a mesa de um castelo, as cartas de um baralho de tarô vão sendo viradas, compondo as múltiplas histórias das personagens ali reunidas. Este livro pode ser visto como um exercício estruturalista de composição, em que os mesmos elementos (as cartas de tarô) são usados para contar diversas histórias, a partir de uma estrutura comum.

FILMES



Reprodução/Ernest Dickerson/Universal Pictures

Febre da selva (Estados Unidos, 1991). Direção: Spike Lee.

O filme trata da relação amorosa entre um arquiteto negro e uma jovem descendente de italianos criada nos subúrbios pobres de Nova York, explorando os dilemas de uma sociedade fortemente marcada pelo preconceito.



Reprodução/Hermano Penna/Raquel Gerber

Ori (Brasil, 2009). Direção: Raquel Gerber.

Documentário sobre os movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988. Passando pela relação entre Brasil e África, o filme mostra a comunidade negra em sua relação com o tempo, o espaço e a ancestralidade, através da concepção do projeto de “quilombo” como correção da nacionalidade brasileira.



Reprodução/Walter Carvalho/Video Filmes

Terra estrangeira (Brasil, 1996). Direção: Walter Salles.

O filme conta a história de um jovem brasileiro e sua mãe espanhola que desejam conhecer a terra de seus antepassados. Sem dinheiro após o confisco promovido pelo governo Fernando Collor, o jovem aceita entregar um pacote em Portugal em troca do custeio da viagem. O filme revela as dinâmicas de uma identidade brasileira imigrante e seus desafios perante uma sociedade preconceituosa.

INTERNET (Acesso em: mar. 2013.)

<http://laced.etc.br/site/>

Laboratório interdisciplinar de pesquisas e intervenção que reúne pesquisadores trabalhando em contextos urbanos e rurais, junto a grupos sociais e dispositivos de Estado variados – desde povos indígenas e populações ribeirinhas, grupos étnicos de origem imigrante e quilombolas, até as políticas públicas e reflexões intelectuais a eles referidas – enfatizando o papel político-cultural das construções de identidade e as relações sociais que as sustentam.

www.feminismo.org.br/livre/

Espaço de estudo, reflexão, construção de conhecimento, debates e luta por direitos das mulheres, com o objetivo de fortalecer o feminismo e a luta por uma sociedade pós-capitalista e pós-patriarcal, radicalmente contra o racismo e contra todo tipo de lesbofobia.

www.estadao.com.br/especiais/100-anos-de-levi-strauss,38179.htm

Especial em áudio e imagens sobre a vida e a carreira de Claude Lévi-Strauss, celebrado como um dos mais importantes intelectuais do século XX.



Metabiótica 13 (2003), de Alexandre Orion. Intervenção pictórica (*graffiti*) seguida de registro fotográfico.

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 Os primeiros tempos
- 2 Antropologia e cultura popular
- 3 A consolidação da antropologia brasileira
- 4 Antropologia e relações raciais
- 5 Antropologia urbana

A partir de meados do século XX, a Antropologia concentrou seu interesse nas populações marginalizadas das sociedades nacionais. No Brasil não foi diferente: a Antropologia construiu um acervo de conhecimento sobre populações indígenas, negras, camponesas, entre outras.

Ao contrário das antropologias norte-americana, inglesa e francesa, a antropologia brasileira preocupou-se basicamente em estudar o próprio país. Apenas muito recentemente os antropólogos brasileiros começaram a estudar a diferença em contextos fora do Brasil. Durante praticamente todo o século XX, o principal interesse foi explicar o Brasil, observando as populações marginalizadas do país e também as populações urbanas de classe média e as elites. Este capítulo começa com um breve histórico da Antropologia no Brasil para depois destacar os principais focos e temas da produção antropológica nacional. Como já discutimos as populações indígenas no capítulo 1, aqui elas terão menos destaque, embora constituam um tema da maior importância para a antropologia brasileira.

1. OS PRIMEIROS TEMPOS

O antropólogo **Julio Cezar Melatti (1938-)** divide a história da antropologia brasileira em três períodos: do fim do século XIX até os anos 1930, da década de 1930 à década de 1960, e, finalmente, da década de 1960 em diante. Certamente poderíamos acrescentar mais um período: da década de 1980 até o presente.

Até a década de 1930, o conhecimento antropológico era produzido por intelectuais ainda não formados na área, pois essa formação acadêmica só passou a existir em 1933, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e em 1934, na Universidade de São Paulo (USP). Na época, o principal interesse (que permaneceria durante um longo período) era a formação da sociedade brasileira. Como dominavam as ideias evolucionistas e o darwinismo social, que vimos no capítulo 2, a questão para muitos intelectuais era qual seria o povo formador do Brasil ou como formar um país com a população existente.

Entre os principais intelectuais brasileiros do período estavam **Sílvio Romero (1851-1914)**, **Euclides da Cunha (1866-1909)**, **Nina Rodrigues (1866-1906)**, **Oliveira Vianna (1883-1951)** e o poeta **Gonçalves Dias (1823-1864)**, para quem a população indígena, além de “inferior”, estava em decadência. Nesse momento, os estudos sobre indígenas brasileiros eram predominantemente realizados por estudiosos alemães, fato que guarda certa semelhança com a influência de Franz Boas (ver capítulo 2) sobre os estudos antropológicos nos Estados Unidos. Um dos principais antropólogos a estudar as populações indígenas do Brasil foi **Karl von den Steinen (1855-1929)**, que, como Boas, havia sido influenciado pelo etnólogo **Adolf Bastian (1826-1905)**.

Esses autores, com diferentes abordagens, viam a população brasileira do ponto de vista da hierarquia racial. Esse olhar resultou numa visão pessimista do Brasil: com uma população predominantemente “inferior”, seria impossível construir um país desenvolvido. Embora tais ideias pareçam deslocadas hoje em dia, naquele momento histórico, entre o final do século XIX e o começo do século XX, esse tipo de pensamento teve grande relevância. E também enormes efeitos práticos, provavelmente afetando a história da maioria dos brasileiros. A política de imigração do período, influenciada por esse olhar pessimista e preconceituoso sobre a população do país, adotou medidas de incentivo à imigração europeia: imaginava-se, assim, “branquear” o Brasil.

Na fotografia, imigrantes italianos na cidade de Caxias do Sul, na segunda metade do século XIX.



Reprodução/Arquivo da editora

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Julio Cezar Melatti (1938-)**, **Sílvio Romero (1851-1914)**, **Euclides da Cunha (1866-1909)**, **Nina Rodrigues (1866-1906)**, **Oliveira Vianna (1883-1951)**, **Gonçalves Dias (1823-1864)**, **Karl von den Steinen (1855-1929)** e **Adolf Bastian (1826-1905)**.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou que a formação da população brasileira é fruto de decisões políticas tomadas em vários momentos da História? Entre essas decisões podemos citar o extermínio de indígenas, a escravidão negra, o incentivo à imigração europeia e, mais tarde, outras imigrações, como a japonesa, a sírio-libanesa, etc. Essas decisões políticas foram tomadas com base nas ideias vigentes em cada

época, como as teorias de evolução social e de hierarquia racial. Faça uma reflexão sobre a história de sua família e procure relacioná-la com esses processos históricos. Você tem ascendência europeia? Você tem ascendência negra? Seja qual for sua ascendência, sua história foi influenciada por essas decisões políticas, assim com a história das gerações futuras será afetada pelas políticas atuais.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Roger Bastide (1898-1974)**,

Emilio Willems (1905-1997),

Herbert Baldus (1899-1970), **Donald Pierson (1900-1995)**,

Gilberto Freyre (1900-1987) e

Arthur Ramos (1903-1949).

Essa tentativa de “branqueamento” foi uma resposta à ideia de que a população brasileira, majoritariamente composta por indígenas, negros e mestiços, não poderia construir um país desenvolvido. Nos dias atuais, a marginalização de populações negras, indígenas e mestiças tem relação com essas decisões históricas.

Assim, temos até as décadas de 1920 e 1930 um predomínio de perspectivas evolucionistas, principalmente as que atrelavam noções de superioridade a determinadas raças ou criticavam qualquer tipo de mestiçagem.

A partir dos anos 1930, tem início no Brasil uma gradual profissionalização das Ciências Sociais, entre elas a Antropologia. São referências nesse processo a Universidade de São Paulo (USP) e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que concentraram professores estrangeiros como os franceses Claude Lévi-Strauss (ver capítulos 1 e 3) e **Roger Bastide (1898-1974)**, os alemães **Emilio Willems (1905-1997)** e **Herbert Baldus (1899-1970)** e o norte-americano **Donald Pierson (1900-1995)**. No Rio de Janeiro, o pernambucano **Gilberto Freyre (1900-1987)** assumiu em 1935 a primeira cátedra de Antropologia na Universidade do Distrito Federal, depois Universidade do Brasil. Em 1939, o alagoano **Arthur Ramos (1903-1949)** ocupou a cátedra de Antropologia na mesma universidade, que depois se tornaria a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FFLCH/CAPM/USP



Acima, imagem do prédio onde, a partir de 1938, os cursos de Letras, Filosofia, Geografia, História, Ciências Sociais e Pedagogia da FFCL-USP passaram a funcionar. Foto de 1943. Ao lado, prédio onde funcionou, desde 1937, a Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foto de 2000.



Fabio Motar/Agência Estado

Havia um predomínio da influência norte-americana, com o início de um intercâmbio entre docentes vindos dos Estados Unidos e antropólogos brasileiros, fazendo prevalecer nesse momento uma perspectiva cultural, atrelada à ideia de aculturação, que vimos no capítulo 2. Uma questão importante era a integração das populações imigrantes à vida nacional, daí a preocupação com a “aculturação”, ideia derivada do conceito de cultura de Franz Boas e desenvolvida por alguns de seus alunos.

Esse foi também um período de grandes teorias sobre a formação do Brasil, como as de Gilberto Freyre. O autor pernambucano afirmava ter sido muito influenciado por Boas, de quem foi aluno na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. A novidade desse momento foi a inversão dramática das hierarquias raciais e do pessimismo em relação ao povo brasileiro que caracterizara o período anterior. Para Gilberto Freyre, a mestiçagem brasileira era justamente o trunfo de uma nova civilização luso-tropical. Além da perspectiva de Freyre, estudos de Arthur Ramos e Roger Bastide, entre outros, romperam com a tradição racializada adotando um tom formalmente não racista.

2. ANTROPOLOGIA E CULTURA POPULAR

Outra tendência marcante da antropologia brasileira é exemplificada no conjunto de trabalhos conhecidos como “estudos de comunidade”. Nas décadas de 1950 e 1960, muitos antropólogos se dedicaram a estudar, como vinham fazendo em comunidades indígenas, pequenas cidades ou vilas caracterizadas por uma transição entre ruralidade e urbanidade. Esses intelectuais buscavam descrever aquelas comunidades como totalidades integradas e tendiam a desprezar as conexões entre

elas e o restante da sociedade nacional. Partindo da mesma tradição norte-americana que influenciava a antropologia brasileira, esses estudos demarcaram outra característica relevante ao pensamento social da época: uma preocupação com o desenvolvimento.

Cidades como Cunha (SP), Itapetininga (SP), Cruz das Almas (RJ) e Rio das Contas (BA), entre várias outras, foram objeto de estudo, alguns deles coordenados por antropólogos norte-americanos, como **Charles Wagley (1913-1991)**, ex-aluno de Boas. A mudança cultural era o interesse central desses estudos, dos quais muitos resultaram de projetos maiores, que objetivavam compor uma análise ampla da sociedade brasileira, uma espécie de mosaico ou panorama que revelasse as relações entre cultura popular e urbanização, campo e cidade, atraso e desenvolvimento.

Os estudos de comunidade podem ser relacionados aos estudos de aculturação, já que as duas perspectivas se preocupavam com os processos de transformação social, associados às diferenças culturais. De um lado, foco nas culturas populares rurais; de outro, foco nas populações de imigrantes em suas próprias “comunidades”. A questão central era a transformação social e cultural pela qual passava a sociedade brasileira, numa urbanização crescente, a culminar com o desenvolvimento industrial a partir da década de 1960. Esses intelectuais respondiam a questões da mesma ordem que os intelectuais do período anterior: queriam entender a população brasileira nos contextos das suas transformações.

Entre as décadas de 1930 e de 1960, também foram feitos no Brasil estudos de caráter funcionalista. Principalmente em relação às populações indígenas, o foco passou a ser o estudo do funcionamento das sociedades. O paulista Florestan Fernandes (ver *Perfil* no capítulo 9) e o catarinense **Egon Schaden (1913-1991)**, por exemplo, desenvolveram trabalhos que buscavam analisar as sociedades como totalidades integradas, a exemplo dos estudos de Malinowski (ver capítulo 3) e Radcliffe-Brown.

Também em relação ao que era então chamado de “folclore”, ou seja, as manifestações culturais das camadas populares da sociedade, esse período de transição foi marcado por uma renovação funcionalista. Se boa parte dos trabalhos anteriores sobre o assunto era meramente descritiva e preocupada em relacionar as práticas a antigas heranças culturais, os novos estudos tinham como foco a mudança social. Na década de 1960, Florestan Fernandes e Octavio Ianni (ver *Perfil* no capítulo 12) produziram trabalhos em que a cultura popular deixava de ser um “vestígio” do passado e passava a ser vista como manifestação legítima da cultura de camadas populares, em processo de atualização e modificação em consequência da urbanização e modernização do país.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Charles Wagley (1913-1991)** e **Egon Schaden (1913-1991)**.



Fundo ABA/AEL/Unicamp

Em foto da década de 1940, o sociólogo Emilio Willems (à esquerda) entrevista um morador da cidade de Cunha para seu estudo que resultou no livro *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1947.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Por acaso você vive numa pequena comunidade ou pequena cidade com características rurais? Se você fosse um estudante na década de 1950, provavelmente responderia “sim”. Hoje é mais provável que a resposta seja “não”, dado o grau de urbanização do país. Segundo o IBGE, em 2010 84% da população brasileira era urbana. Em 1950, apenas 36% da população brasileira vivia em áreas urbanas. Assim, a chance de que pelo menos um de seus avós tenha vivido em áreas rurais é muito grande. Ou

seja, as transformações sociais que os cientistas estavam investigando nas décadas de 1950 e 1960 fazem parte da história familiar de muitos brasileiros de hoje. A transição campo-cidade, as migrações internas e a imigração internacional preocupavam os cientistas sociais daquela época. Você consegue imaginar a vida numa comunidade rural brasileira nos anos 1950? Uma boa maneira de fazer este exercício é conversar com alguém que tenha vivido essa experiência, mesmo quando criança.

Reprodução/Pinacoteca do Estado de São Paulo



O violeiro (1899), óleo sobre tela do pintor José Ferraz de Almeida Júnior. Ícone da cultura popular, o caipira foi objeto de pesquisa tanto em estudos sobre folclore como em estudos de comunidade, principalmente os realizados no interior do estado de São Paulo. As manifestações da cultura popular brasileira continuam despertando o interesse dos antropólogos.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Roberto DaMatta (1936-)**, **Darcy Ribeiro (1922-1997)**, **Eunice Durham (1932-)** e **Gilberto Velho (1954-2012)**.

U. Detmar/Folhapress



Vemos ao lado parte de uma placa anunciando o começo da reserva indígena dos Parakanãs, à beira da Transamazônica, rodovia que representa o avanço do capitalismo brasileiro sobre as terras tradicionais indígenas.

A partir da década de 1960, começou a crescer o número de cientistas sociais no Brasil, o que resultou numa produção de conhecimento mais sistemática e mais informada por modelos teóricos reconhecidos. Foram deixados para trás o “ensaísmo” intelectual do começo do século e a fase de transição (de 1930 a 1960), marcada ainda por um pequeno número de pesquisadores. A Antropologia realizada a partir de 1960 destacou novos objetos de pesquisa. Em lugar das comunidades isoladas, entraram em cena o campesinato, os assalariados rurais, os trabalhadores urbanos, as frentes de expansão, a migração do campo para a cidade e a vida nas favelas.

As abordagens teóricas também se diversificaram segundo as diferentes linhas de formação dos antropólogos, ganhando destaque o estruturalismo francês e as teorias da etnicidade e do contato interétnico, de inspiração inglesa e norte-americana.

3. A CONSOLIDAÇÃO DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

A partir dos anos 1960, ganham destaque antropólogos como Roberto Cardoso de Oliveira (ver *Perfil* da página ao lado), **Roberto DaMatta (1936-)**, **Darcy Ribeiro (1922-1997)**, **Eunice Durham (1932-)**, **Gilberto Velho (1954-2012)**, entre outros, todos formados pela geração anterior. Os objetos de estudo abrangem uma variação de interesses cada vez maior: a Antropologia se volta para temas diversos na cidade, no campo e entre as populações indígenas. Duas preocupações ainda são marcantes: os efeitos da urbanização e da industrialização e as populações em situação marginal.

Entretanto, a modernização do Brasil altera a situação dos camponeses, que passam a encontrar novas formas de trabalho assalariado no campo. O deslocamento para as cidades produz novos coletivos desfavorecidos socialmente, como os moradores de favelas e periferias urbanas. As populações indígenas são fortemente afetadas pelo avanço da sociedade nacional sobre seus territórios ancestrais. Também a questão do gênero e da discriminação das mulheres passa a ser objeto de reflexão antropológica. Antigos temas, como as relações raciais, continuam importantes, ainda que sob novas perspectivas.

Uma diferença marcante em relação ao período anterior, ligada ao uso mais sistemático da categoria “eticidade”, é que os antropólogos não mais imaginavam que populações como as indígenas (ou quilombolas, entre outras) seriam inevitavelmente “aculturadas” ou “incorporadas” à sociedade nacional. A perspectiva anterior mais parecia um lamento pela inevitabilidade do desaparecimento de certas sociedades e de suas diferenças e especificidades, quando colocadas em contato ou confronto com a sociedade nacional. O foco das preocupações gradualmente se transforma: não mais se olha para essas populações do ponto de vista do Estado nacional, mas sim do ponto de vista das próprias sociedades. Entretanto, esse movimento ainda se direcionava ao entendimento da sociedade nacional, para a qual, segundo afirmava Roberto Cardoso de Oliveira, o indígena, por exemplo, aparecia como “um incômodo”.

Partindo do interesse pelo contato interétnico, os estudos passaram a observar a política interna das populações indígenas, profundamente afetadas pelo contato com o homem branco. Os processos que levaram populações indígenas a se urbanizar foram também examinados. Como vimos no capítulo anterior, o conceito de etnicidade se refere sempre à diferenciação entre grupos colocados em contraste. A noção de etnia possibilitou aos antropólogos desse período uma reflexão sistemática sobre as populações em estudo: permitiu entender as relações raciais, as populações indígenas, os imigrantes e seus descendentes. Nos estudos da antropologia indígena (também conhecida no Brasil como “etnologia” indígena) cresceu a influência do trabalho de Lévi-Strauss, e tanto os mitos como os rituais passaram a ser objeto de análise sistemática.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

As grandes cidades brasileiras passaram por transformações significativas na década de 1970. O crescimento foi intenso e a população aumentou drasticamente. As pessoas que se deslocavam para as cidades fugiam da pobreza e da falta de trabalho em seus lugares de origem e buscavam melhores condições de vida nos centros urbanos. E junto com essas pessoas vieram

muitas crenças e hábitos característicos da vida rural. Superstições, formas de religiosidade, festas típicas e muitas outras expressões de uma vida ligada ao campo se reconstruíram na vida urbana. Muitos antropólogos se dedicaram a estudar esses processos. Você consegue pensar em alguma prática cultural que possa ser encaixada nessa descrição?

Gabriel O. Alvarez/Acervo pessoal. Foto de 2004.



PERFIL

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Nascido na cidade de São Paulo, Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) graduou-se em Filosofia pela

USP, em 1953. Mais tarde, voltou seus estudos para as Ciências Sociais, tendo completado seu doutorado em 1966, sob a orientação de Florestan Fernandes. Logo após sua formatura, foi convidado por Darcy Ribeiro para trabalhar no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), depois transformado em Fundação Nacional do Índio (Funai). Ali trabalhou no Museu do Índio, onde se aproximou da Antropologia.

Sob a influência de Darcy Ribeiro e das teorias de assimilação cultural, em 1955 fez sua primeira experiência de campo entre os Terena (grupo indígena de Mato Grosso do Sul), que resultou no livro *O processo de assimilação dos Terena*, publicado em 1960. A partir de 1958 ingressou no Museu Nacional, onde iniciou um trabalho sistemático de ensino de Antropologia social. Criou cursos de formação que se tornaram o embrião da pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional, hoje um dos principais do Brasil. Criou depois o programa de pós-gra-

duação em Antropologia na Universidade de Brasília (UnB) e doutorado em Ciências Sociais na Universidade de Campinas (Unicamp).

Na década de 1960, coordenou vários projetos dedicados ao estudo do que chamava de “fricção interétnica”, ou seja, a tensão gerada pelo avanço da sociedade nacional aos territórios de populações indígenas que viviam em relativo isolamento. Nesses trabalhos, o foco eram os processos de transformação das sociedades afetadas pela expansão do capitalismo no Brasil. Seus estudos seguiram orientações variadas, tanto inglesas (a partir do trabalho de Florestan Fernandes) como francesas, com influência do estruturalismo de Lévi-Strauss. Na década de 1970 interessou-se pela identidade étnica; nos anos 1980 passou a discutir a epistemologia da Antropologia e publicou textos sobre a história da disciplina antropológica.

Considerado um dos fundadores da antropologia brasileira pelo destaque de suas atividades docentes e institucionais, influenciou gerações de antropólogos com suas ideias sobre fricção interétnica, identidade étnica e epistemologia da Antropologia.

+ PARA SABER MAIS • Explicando a sociedade brasileira

A explicação da sociedade nacional foi e continua sendo uma característica da antropologia brasileira. Gilberto Freyre inaugurou essa tradição com seus estudos sobre a família e a produção agrícola no Nordeste brasileiro, recorrendo a explicações culturalistas que indicavam uma especificidade da colonização portuguesa, que teria gerado um país menos preconceituoso que os demais. Para Freyre, o fato de Portugal ser ele mesmo um país mestiço, devido à ancestral presença moura (árabe), possibilitou a criação de um modelo de colonização menos racializado.

No final do século XX, essa tradição foi revisitada por dois importantes autores: Darcy Ribeiro e Roberto DaMatta. Em seu livro *O povo brasileiro* (1995), Darcy Ribeiro pretende explicar a gênese da especificidade brasileira, a um só tempo diversa e semelhante, etnicamente variada e misturada de inúmeras maneiras, mas sentindo-se como uma única etnia. Essencialmente otimista, Darcy oferece uma perspectiva pós-freyriana, destacando a beleza do povo brasileiro. O livro é uma descrição de toda a história do Brasil do ponto de vista da formação de sua população.

Já Roberto DaMatta, com seu *Carnavais, malandros e heróis* (1979), produziu uma análise sobre o que define o Brasil a partir de uma influência estruturalista. DaMatta pressupõe o Brasil como algo entre uma sociedade completamente hierárquica (como a indiana) e uma sociedade individualista (como a norte-americana). O Brasil seria um país hierárquico, mas também individualista, e as oscilações entre esses polos marcariam a experiência dos brasileiros.

DaMatta afirma que a oposição entre a casa (espaço de convívio das famílias) e a rua (lugar do convívio público) definiriam as relações no Brasil. O espaço da casa seria o espaço da hierarquia, onde todas as pessoas são colocadas em um sistema de relações familiares. E a rua seria o espaço da individualidade, da igualdade entre os indivíduos. Os fenômenos brasileiros, entretanto, seriam sempre marcados pela erupção de hierarquias onde deveria haver igualdade. Assim se explicam desde ritos como o Carnaval e as paradas militares até práticas cotidianas de discriminação, como as afirmações de autoridade do tipo: “você sabe com quem está falando?”.

Nesse contexto, a antropologia brasileira passa a buscar uma dimensão mais abrangente, refletindo sobre o avanço do capitalismo no universo rural e a emergência de um proletariado rural, entre outros temas. Estudos com foco mais restrito também foram conduzidos, mudando o interesse de estudos de comunidade para estudos em comunidade, focando aspectos como religiosidade, hábitos alimentares, etc. A dimensão que corresponderia a uma estrutura social clássica (como em Radcliffe-Brown) perde espaço quando a Antropologia foca as populações não indígenas: fica cada vez mais difícil considerar comunidades como isoladas ou fechadas, ou seja, como supostas unidades de análise. Entretanto, assim como a Antropologia do começo do século XX e a do final do século XIX, a Antropologia do período de institucionalização acadêmica (quando se criam os programas de pós-graduação) continua comprometida em entender e explicar a sociedade brasileira.



Migrantes vindos do Nordeste chegam à capital paulista em pau de arara. Foto de 1960.

Diferenças de outros tipos, como as existentes entre pobres e ricos, mulheres e homens, homossexuais e heterossexuais, também demandavam novos conceitos e novas análises. A partir da década de 1970, o conceito de identidade (visto no capítulo 3) passou a ser uma referência principalmente nos contextos citados acima e nos casos em que essas demarcações e diferenças coexistiam em um mesmo contexto. Por exemplo, as relações urbanas em que as diferenças de renda e de etnia estão presentes, suscitaram o uso do conceito de identidade em conjunto com o de etnicidade.

Dos anos 1980 em diante, o que marca a antropologia brasileira é justamente essa grande variedade de olhares sobre as diferenças: estudos sobre relações de gênero, sobre opções sexuais e identidade, sobre identidade de grupos urbanos, sobre antigas e novas religiões. O número de antropólogos formados aumentou exponencialmente. Na década de 1950, uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia reunia cerca de sessenta pessoas, nos dias de hoje congrega mais de 2500 pessoas. Num universo tão maior, é claro que os objetos de pesquisa serão cada vez mais variados. As influências do mundo contemporâneo também se fazem sentir: estudos sobre relações sociais na internet, sobre novas tecnologias reprodutivas, sobre novos campos da ciência, etc.

Outra característica da Antropologia mais recente foi o crescimento vertiginoso da antropologia urbana (que veremos a seguir) em detrimento da tradicional antropologia indígena. Podemos dizer que dois campos se constituíram, inclusive com nomes diferentes: os cientistas que estudam indígenas se dizem etnólogos, enquanto os que realizam pesquisas urbanas chamam-se antropólogos. Em alguns momentos, a antropologia urbana se confunde com uma sociologia urbana, e é comum a circulação de pesquisadores nos dois campos.

Essa “massificação” da Antropologia gerou novas perspectivas teóricas na etnologia brasileira, francamente críticas à ideia do contato interétnico. Segundo essas críticas, a ideia do contato remete sempre à sociedade nacional, pois faz do contato (e do branco) o agente principal da análise da vida dos indígenas. Para esses etnólogos, a compreensão das sociedades indígenas deve fundamentar-se nos termos dos próprios grupos indígenas, analisando suas cosmologias e modos de ver o mundo não pelo viés e pelos termos e modelos da “sociedade dos brancos”. Embora em termos numéricos a Etnologia tenha diminuído em relação à antropologia urbana, em termos de impacto internacional a ordem é inversa: a etnologia brasileira teve e ainda tem impacto internacional muito maior.

Por outro lado, está em curso um avanço das relações entre as diversas antropologias nacionais: os antropólogos brasileiros têm circulado mais e se empenhado em conectar universos diferentes, como por exemplo o estreitamento de conexões “sul-sul”, ou seja, entre países não desenvolvidos ou em desenvolvimento. Assim, o século XXI é marcado pela internacionalização e pela circulação da antropologia brasileira.

4. ANTROPOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS

Antes de discutir a antropologia urbana brasileira, vamos acompanhar a trajetória de um tema específico, muito importante para a história da Antropologia: as relações raciais. Podemos ver através desse exemplo um pouco das transformações da Antropologia no Brasil.

O tema do “negro” ganhou destaque no século XIX com o processo de abolição da escravatura, que teve início em 1850, com a proibição do tráfico negreiro, avançou com a Lei do Ventre Livre, em 1871, seguida pela Lei dos Sexagenários, em 1885, e, finalmente, com a abolição da escravidão, em 1888 (em algumas províncias a abolição ocorreu antes de 1888). Nesse contexto, a população negra passou a representar um problema para as elites brancas: o que fazer com os negros livres, libertos e com os mestiços?

A Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, extinguiu a escravidão no Brasil.



Reprodução/Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

LÉXICO

eugênico: relativo à eugenia, ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana.

Essa pergunta foi respondida tanto com base no darwinismo social adaptado à realidade brasileira (que via os negros e mestiços como entraves ao desenvolvimento) como a partir das teorias mais otimistas da miscigenação, segundo as quais, com o tempo e se fosse evitada a entrada de mais negros no Brasil, o país lentamente “embranqueceria”. Um dos principais pensadores desse período foi o médico-legista baiano Nina Rodrigues (ver p. 77), da Escola de Medicina de Salvador. Influenciado pelas teorias **eugênicas** do século XIX, Nina Rodrigues acreditava que o negro era um contaminador da nação. Ainda assim, desenvolveu pesquisas sobre a cultura negra na Bahia.

Nesse momento, as pesquisas procuravam conectar as expressões da cultura negra com suas origens na África, numa perspectiva evolucionista e racializada. O período viu nascerem algumas explicações gerais sobre o Brasil, pensado como nação, como veremos no capítulo 9. Uma dessas explicações, contudo, transformava a miscigenação em vantagem civilizatória. Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-Grande e Senzala*, publicado em 1933, afirmava que a especificidade na civilização brasileira eram as relações sociais harmônicas, sem os conflitos permanentes que existiam em outros lugares. Influenciado por Franz Boas, o autor pernambucano recusou o discurso do darwinismo social e destacou o Brasil como uma espécie de paraíso racial. Essa tendência durou até as décadas de 1920 e 1930.



Negros na cidade de Salvador (BA), no final do século XIX. Salvador concentrou grande população negra após a abolição, já que ex-escravos buscavam outras oportunidades, longe das fazendas onde eram explorados. Além disso, a movimentação intensa da população negra era gerada pelo desejo de reencontrar parentes divididos pela escravidão.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Certamente você já ouviu a afirmação de que o Brasil é uma democracia racial. O trabalho de Gilberto Freyre foi tão importante que acabou se tornando uma “ideologia nacional”: uma ideia compartilhada por muitos brasileiros desde a década de 1930. Entretanto, a discriminação racial continua a existir. O que você acha disso? Como é possível um país se ver como democracia racial e ainda conviver com a discriminação?

O alagoano Arthur Ramos foi outro intelectual que se dedicou ao estudo das populações negras, na década de 1940. Acreditava que tínhamos relações raciais menos tensas que as norte-americanas e via o Brasil como uma espécie de laboratório de civilização menos preconceituosa. Afirmava também que até aquele momento as reflexões sobre as relações raciais no Brasil eram ensaísticas, isto é, ideias sem comprovação científica que as legitimasse. Quando assumiu o departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1949, Arthur Ramos propôs à entidade um programa de estudos sobre as relações raciais no Brasil.

Esse programa, que ficou conhecido como Programa Unesco, marcou o pensamento sobre as relações raciais brasileiras entre as décadas de 1950 e 1970. Sob a influência do movimento negro brasileiro e contando com uma série de estudos comparativos realizados com base em métodos reconhecidos (como o trabalho de campo, a produção de *surveys* e a análise de estatísticas), desenhou-se

um novo cenário sobre as relações raciais brasileiras. O projeto deixou claro que a democracia racial era um mito: a realidade brasileira não se configurava como um paraíso racial. Negros e mestiços continuavam a ser discriminados, tinham menos oportunidades de trabalho e condições de vida inferiores às dos brancos.

Por outro lado, essas novas pesquisas evidenciaram também que as relações raciais no Brasil eram diferentes das de outros contextos, marcando uma comparação, até hoje importante, com o sistema racial norte-americano. No Brasil, o preconceito ficou conhecido como “de marca”, ou “de cor”, ou seja, manifesta-se com base em uma gradação da cor da pele, é bastante flexível e variável conforme a região do país. É diferente do preconceito “de origem”, característico do sistema norte-americano, em que basta ter um ascendente negro para ser considerado negro, independentemente da cor da pele.

O Projeto Unesco marcou também uma divergência entre a sociologia e a antropologia brasileiras quanto às relações raciais. As pesquisas conduzidas em São Paulo, principalmente, deram origem a um grupo de estudiosos que ficou conhecido como “Escola Paulista de Sociologia”, que tendia a ver nas relações raciais um problema a ser dissolvido num sistema de classes sociais. As perspectivas antropológicas, por outro lado, preocupadas com a cultura negra, perdiam espaço para uma discussão marxista sobre classes sociais, que veremos com mais detalhe nos capítulos 6 e 8. Ou seja, o ponto de vista dos marxistas prevaleceu nesse período.

Apesar dessas discordâncias, a Antropologia continuou a produzir conhecimento sobre a cultura negra, principalmente sobre a religião afro-brasileira, grande tema de pesquisa desde o final do século XIX. Dos anos 1980 até os dias atuais, a Antropologia tem voltado a estudar as relações raciais, principalmente a partir da noção de identidade. As políticas de reafricanização — valorização da herança africana entre a juventude negra —, por exemplo, têm sido analisadas por antropólogos. A grande diferença é que cresceu muito o número de antropólogos negros fazendo trabalho de campo sobre o tema, o que traz novas perspectivas para o estudo das relações raciais.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que a introdução de cotas raciais no acesso às universidades públicas federais não viola a Constituição da República. A introdução dessa medida reacendeu o debate sobre as relações raciais no país. Num campo repleto de disputas políticas, vemos antropólogos e cientistas sociais se posicionando a favor e contra as políticas de cotas. E as discussões giram justamente em torno das especificidades das relações raciais no Brasil. Aqueles que são contrários afirmam que as cotas vão alterar para pior as relações raciais, levando para o caminho norte-americano; os que são favoráveis argumentam que uma mitologia da democracia racial deve se tornar realidade na prática cotidiana das populações discriminadas, e as cotas seriam um passo nessa direção.



Cartaz do VII Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), realizado em 2012. As temáticas de pesquisa sobre as relações raciais têm sido debatidas e questionadas por negros, tanto militantes políticos como intelectuais. No canto esquerdo do cartaz estão representados os militantes Abdias do Nascimento (1914-2011), Lélia Gonzalez (1935-1994) e Vicente Francisco do Espírito Santo (1949-2011).

ASSIM FALOU.. FLORESTAN FERNANDES

Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de “bom-tom”, de um discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática.¹

¹ FERNANDES, Florestan. Introdução. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. p. XIV.

5. ANTROPOLOGIA URBANA

A partir do fim dos anos 1960 a cidade e suas diferentes populações passaram a constituir um novo campo de análise para a antropologia brasileira. Essa mudança de foco pode ser explicada pela crescente urbanização do país e também pelo desejo de compreender e explicar o Brasil. Entretanto, para muitos estudiosos, os estudos de comunidade da década de 1940 já seriam antecessores de uma antropologia urbana, especialmente por terem sido inspirados pela Escola de Sociologia de Chicago, que já nas décadas de 1920 e 1930 empreendia verdadeiras etnografias urbanas.

As diferenças que interessavam à Antropologia estavam agora na cidade, muito próximas dos antropólogos. Entretanto, essa proximidade ocasionava algumas questões importantes: se a experiência urbana de populações vindas do campo, ou mesmo de negros e mestiços, era de certa forma similar à dos próprios antropólogos, como fazer Antropologia? A Antropologia não era o estudo dos “diferentes”?

Ao olhar para realidades tão próximas, a Antropologia passou a pensar em como transformar o similar em exótico. Ou seja, pensar aqueles que se assemelhavam aos antropólogos como se fossem “estranhos”. Esse foi o lema da antropologia urbana brasileira: transformar o semelhante e parecido em diferente e, a partir daí, fazer Antropologia. Esse deslocamento possibilitou o estudo das experiências urbanas de populações desfavorecidas e logo se mostrou útil para pensar também a experiência urbana das camadas médias e altas da sociedade brasileira. A Antropologia passou a se interessar também pelo contexto de vida em que estavam imersos os próprios antropólogos: no caso, principalmente as camadas médias urbanas.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O exercício de transformar o que está muito próximo de nós em algo estranho e distante tem muitas utilidades. Estranhar o que é próximo pode nos ajudar a pensar criticamente sobre as coisas ao nosso redor, à medida que elas deixam de ser naturais. As relações de poder que pare-

cem evidentes, as vontades que parecem naturais, os preconceitos que parecem normais, tudo isso pode ser questionado por meio desse exercício. Você consegue transformar algo muito próximo a você em exótico a ponto de questionar que isso pareça natural?



O mesmo movimento possibilitou ainda que a proximidade fosse vista como objeto de análise em outras dimensões além das de diferença de renda: antropólogas feministas passaram a estudar a opressão da mulher, antropólogos e antropólogas homossexuais passaram a estudar as relações de gênero e as diversas sexualidades, antropólogos negros se dedicaram a estudar as relações raciais, e assim por diante. O movimento fundamental de “tornar exótico” aquilo que é próximo tornou possível uma antropologia urbana também militante e que de forma geral se aproxima dos movimentos sociais. Essa antropologia assumiu uma feição prática, de luta política em favor dos direitos de populações discriminadas. Não por acaso, esse momento da antropologia brasileira coincide com o desenvolvimento dos movimentos sociais no Brasil, um dos assuntos do capítulo 13.

Na foto, detalhe de um grafite de 2010 que diz **BASTA** à violência contra as mulheres. A antropologia brasileira contribuiu para o debate e a crítica à opressão das mulheres na sociedade brasileira.

Como precursores da antropologia urbana brasileira podemos destacar Gilberto Velho, no Rio de Janeiro, e Eunice Durham e **Ruth Cardoso (1930-2008)**, em São Paulo. O trabalho clássico de Eunice Durham, *A caminho da cidade* (São Paulo: Perspectiva, 1973), reflete sobre a migração a partir da vivência dos migrantes e dos significados que eles atribuem a esse processo. Esse estudo tem inspiração funcionalista, com grande influência de Florestan Fernandes. Posteriormente, Eunice Durham e Ruth Cardoso desenvolveram, em conjunto, estudos sobre movimentos sociais. Gilberto Velho também foi pioneiro ao estudar as classes médias urbanas no Rio de Janeiro, fazendo uma antropologia muito influenciada pela escola de Chicago. Em todos esses trabalhos, o processo de urbanização e industrialização da década de 1970 aparecia como pano de fundo, tanto na constituição de novas classes populares como de novas classes médias.

Mais recentemente, a antropologia urbana tem se dedicado a uma variedade enorme de temas, entre os quais se destacam a violência nas periferias — também resultado da urbanização desordenada e do crime organizado, principalmente o tráfico de drogas; o lazer das classes populares; as diferentes “tribos urbanas” — como *punks*, vegetarianos, *skinheads* estudos sobre doença e saúde; sobre sexualidade e gênero; entre outros. As discussões sobre sexualidade e relações de gênero ganharam dimensões políticas importantes, num contexto marcado pela discriminação e pela violência contra mulheres, homossexuais e travestis.

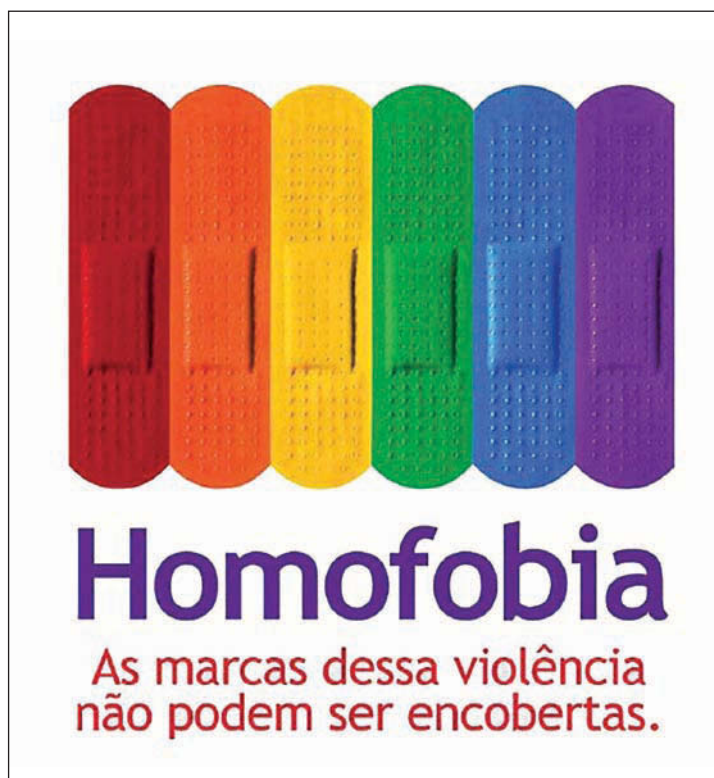
O debate sobre as relações de gênero, relacionado com o desenvolvimento de lutas feministas no Brasil, ganhou destaque a partir da década de 1970, sendo integrado à Antropologia através da criação de centros de pesquisa e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação. Em termos gerais, a noção de gênero busca pensar a relação entre homens e mulheres como relacional e flexível (ou seja, homem e mulher são categorias que variam, não descrições de uma realidade biológica). Essa é uma forma de desnaturalizar a relação entre homens e mulheres, historicamente comandada por determinações biológicas. Os termos usados são “masculinidade” e “feminilidade”, pois descrevem estilos e processos diferentes conforme o contexto: isto é, existem diferentes “masculinidades” e diferentes “feminilidades”.

Uma derivação dos estudos de gênero são os que tratam de “identidades sexuais”, marcando também uma luta política de antropólogos homossexuais em busca de reconhecimento de direitos e no combate à discriminação. Esses trabalhos questionam aquilo que denominam “heteronormatividade”, ou seja, a visão de que o normal e o correto seriam as relações heterossexuais (entre homens e mulheres). Tais estudos produzem uma desnaturalização das relações tidas como normais, abrindo espaço para que outras relações (como as homoafetivas) sejam consideradas legítimas.

Como vimos, a antropologia brasileira contemporânea apresenta um leque extenso e variado de preocupações, assim como a Sociologia e a Ciência Política praticadas no Brasil contemporâneo, que discutiremos nos capítulos 9 e 14, respectivamente. Quanto à especificidade da antropologia urbana, a passagem das diferenças “distantes” para as diferenças “próximas” é uma característica importante.

Veja na seção
BIOGRAFIAS quem
é **Ruth Cardoso**
(1930-2008).

**Cartaz de campanha
lançada pela Prefeitura de
Fortaleza em 2011 contra
a homofobia (preconceito
contra homossexuais). Os
estudos antropológicos
sobre identidade sexual
têm sido aliados na luta
contra esse preconceito.**



Reprodução/Prefeitura de Fortaleza, CE, 2011.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ A antropologia brasileira tem demonstrado tradicionalmente uma preocupação em explicar as realidades do país.
- ✓ Podemos dividir a história da antropologia brasileira em quatro períodos: os anos de formação (do fim do século XIX até a década de 1930); os anos de consolidação (da década de 1930 à década de 1960); o período da constituição das pós-graduações (de 1960 até 1980) e, por fim, o momento atual de ampliação e difusão pelo Brasil.
- ✓ O primeiro período foi marcado pela influência do darwinismo social e por um profundo pessimismo em relação ao povo brasileiro.
- ✓ O segundo momento marca uma reviravolta otimista em relação ao povo brasileiro. A miscigenação, que era vista como um entrave ao desenvolvimento, passa a ser considerada como a especificidade de uma civilização brasileira e de uma democracia racial.
- ✓ A institucionalização da Antropologia no Brasil tem início com a criação de cursos nas universidades e a presença de professores estrangeiros, predominando a influência da antropologia norte-americana.
- ✓ O conhecimento do Brasil e de seu desenvolvimento seguem como questões fundamentais da Antropologia no país, exemplificadas nos estudos de comunidade desenvolvidos nesses anos de consolidação.
- ✓ Os estudos sobre etnicidade marcam uma influência inglesa na antropologia brasileira.
- ✓ A partir da década de 1980, a Antropologia ganha amplitude nacional e experimenta grande variedade de temas e preocupações.
- ✓ A antropologia urbana amplia o espectro de estudos antropológicos sobre a sociedade brasileira, dando espaço a várias populações excluídas. A transformação do próximo em exótico passa a ser uma ferramenta metodológica importante.
- ✓ O período atual é marcado pela influência dos movimentos sociais e pelas demandas de populações excluídas.



© 2009 Alexandre Orion

ATIVIDADES**REVENDO**

1. Por que as visões dos intelectuais do final do século XIX sobre o Brasil eram pessimistas?
2. Em que medida os estudos de comunidade podem ser relacionados aos estudos de aculturação?
3. Entre 1930 e 1960, houve uma mudança de enfoque dos estudos sobre as manifestações culturais populares. Qual foi esta mudança?
4. De que modo intelectuais como Gilberto Freyre e Arthur Ramos se posicionaram perante a miscigenação entre os brasileiros?
5. Como o processo de urbanização influenciou a Antropologia produzida no Brasil a partir do fim da década de 1960?

INTERAGINDO

1. Considere a letra desta canção de Chico Science e Lucio Maia.

Etnia

*Somos todos juntos uma miscigenação
E não podemos fugir da nossa etnia
Índios, brancos, negros e mestiços
Nada de errado em seus princípios
O seu e o meu são iguais
Corre nas veias sem parar
Costumes, é folclore é tradição
Capoeira que rasga o chão
Samba que sai da favela acabada
É hip hop na minha embolada*

*É o povo na arte
É arte no povo
E não o povo na arte
De quem faz arte com o povo*

*Por detrás de algo que se esconde
Há sempre uma grande mina de conhecimentos
e sentimentos*

*Não há mistérios em descobrir
O que você tem e o que gosta
Não há mistérios em descobrir
O que você é e o que você faz*

*Maracatu psicodélico
Capoeira da pesada
Bumba meu rádio
Berimbau elétrico
Frevo, samba e cores
Cores unidas e alegria
Nada de errado em nossa etnia.*

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI: *Afrociberdelia*, 1996. Chaos.

- Essa letra tem relação com vários assuntos tratados neste capítulo. Pense e escreva sobre ao menos duas relações possíveis.

2. Leia um trecho da letra de uma canção de Lenine.

Jack Soul Brasileiro

*Jack Soul Brasileiro
E que o som do pandeiro
É certo e tem direção
Já que subi nesse ringue
E o país do swing
É o país da contradição*

*Eu canto pro rei da levada
Na lei da embolada
Na língua da percussão
A dança, a muganga, o denço
A ginga do mamulengo
O charme desta nação...*

LENINE. *Na pressão*, 1999. BMG Brasil.

- Esse trecho da canção de Lenine levanta temas semelhantes aos da canção de Chico Science e Lucio Maia, mas aponta para outra dimensão importante, ausente da canção *Etnia*. Qual seria essa diferença? Discuta com seus colegas e relacione esse aspecto ao que você estudou neste capítulo sobre a antropologia brasileira.



Capa do disco de vinil *Afrociberdelia* de Chico Science e Nação Zumbi.

CONTRAPONTO

Considere a seguinte tirinha:



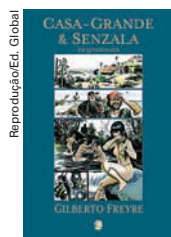
- Nesta charge de 2010, Laerte chama a atenção para um problema recorrente no Brasil contemporâneo: o preconceito e a discriminação de gênero e/ou sexualidade. Como vimos neste capítulo, a antropologia brasileira estuda e combate essas discriminações. Com base no que lemos, interprete essa tira.

SUGESTÕES DE LEITURA



A Marcha para o Oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu, de Cláudio e Orlando Villas Bôas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Neste livro, Cláudio e Orlando Villas Bôas reconstituem a fantástica epopeia da família durante o desbravamento do interior do país e sua luta na defesa dos povos indígenas.



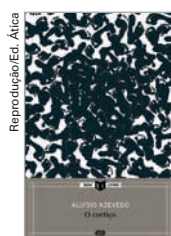
Casa-Grande & senzala em quadrinhos, de Gilberto Freyre, adaptado por Adolfo Aizen. São Paulo: Global Editora, 2005.

Versão do clássico de Gilberto Freyre, adaptada por Adolfo Aizen e ilustrada por Ivan Wasth Rodrigues. O livro apresenta o sistema racial brasileiro como mais “justo” e menos tenso que o de outras sociedades, relacionando-o à história da colonização portuguesa, principalmente no nordeste brasileiro.



Cidade de Deus, de Paulo Lins. São Paulo: Planeta, 2012.

O livro retrata a vida do autor na favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, contando a história da evolução do crime e como os moradores enfrentavam a violência do tráfico de drogas e da polícia.



O cortiço, de Aluísio de Azevedo. São Paulo: Ática, 2011.

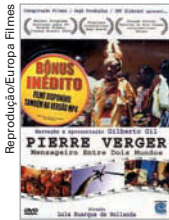
O romance retrata o Brasil do final do século XIX por meio do cotidiano em um cortiço da cidade do Rio de Janeiro, onde convivem negros, imigrantes e mulatos, os excluídos do sistema social. Influenciado pelo darwinismo social, o autor revela um profundo pessimismo com relação ao povo brasileiro.



Utopia selvagem, de Darcy Ribeiro. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.

A história de Pitum, negro gaúcho do exército brasileiro que se perde de sua tropa na floresta Amazônica, é sequestrado por mulheres índias e se vê entre os Galibis, que o assumem como um dos seus. Uma fábula que trata da Europa, do Brasil e da América Latina a partir de olhares sobre a utopia, a esperança, o conhecimento e a transformação social.

FILMES



Pierre Fatumbi Verger: mensageiro entre dois mundos (Brasil, 1998). Direção: Lula Buarque de Hollanda.

Documentário sobre a vida e obra do fotógrafo e etnógrafo francês Pierre Verger, narrado e apresentado por Gilberto Gil. Após viajar ao redor do mundo como fotógrafo, em 1946 Pierre Verger radicou-se em Salvador, Bahia, onde passou a estudar as relações e as influências culturais mútuas entre Brasil e o golfo do Benin, na África.



Tapete vermelho (Brasil, 2006). Direção: Luiz Alberto Pereira.

O filme conta a viagem de uma família pelo interior paulista para assistir a um filme de Mazzaropi no cinema, entrelaçando elementos da cultura popular com a realidade brasileira.

INTERNET

(Acesso em: fev. 2013.)

www.julielmelatti.pro.br

Site do antropólogo Julio Cezar Melatti, apresenta textos sobre os índios craôs, um povo falante da língua timbira no estado do Tocantins: dois livros, hoje esgotados, *Índios e Criadores* e *O Messianismo Craô*, um artigo sobre a corrida de toras, publicado no primeiro número da extinta *Revista de Atualidade Indígena* da Funai, e uma análise de contos de guerra, da série Antropologia da Universidade de Brasília (UnB). Também traz dois cursos de extensão oferecidos na UnB: Índios da América do Sul — Áreas Etnográficas e Mitologia Indígena.

<http://n-a-u.org>

Site do NAU — Núcleo de Antropologia Urbana, formado em 1988 no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), grupo de pesquisa e de discussões teórico-metodológicas sobre a dinâmica da cidade, as formas de sociabilidade que propicia e as instituições e equipamentos urbanos, próprios das sociedades contemporâneas que abriga. O Núcleo integra pesquisadores nos níveis de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, cujos projetos se distribuem em quatro linhas temáticas: práticas culturais e sociabilidade no contexto urbano, formas de religiosidade, métodos em antropologia urbana e antropologia das sociedades complexas.

<http://lauracavalcanti.com.br>

Site da antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, professora do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nele é possível encontrar textos, vídeos, eventos, publicações e resenhas sobre os temas: mitos, ritos e festas populares; autores e história da Antropologia no Brasil; estudos de folclore e políticas públicas; espiritismo e religiões afro-brasileiras; Antropologia e feminismo.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA ANTROPOLOGIA

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 O que vimos até aqui
 - 2 Gênero e parentesco
 - 3 Antropologia e História
 - 4 Antropologia como invenção
 - 5 A Antropologia e as grandes rupturas
-



Grafite de Banksy em esquina da cidade norte-americana de Nova Orleans, no estado de Luisiana. Foto de 2008.

Neste capítulo vamos apresentar as atuais tendências da Antropologia mundial. A tarefa é difícil, pois a Antropologia é hoje muito diversificada, e os lugares de produção do pensamento antropológico se multiplicaram. Fala-se atualmente em antropologias mundiais, correntes cada vez mais influenciadas por antropologias não hegemônicas. Optamos por apresentar um panorama geral das linhas de pensamento, reflexão e pesquisa da Antropologia contemporânea.

Até aqui vimos a total hegemonia da produção antropológica norte-americana, inglesa e francesa. Essa influência se mantém, embora muitas outras vozes se façam ouvir no debate, entre elas a da antropologia brasileira. Escolhemos pontuar algumas questões importantes, cientes de que muito ficará de fora, já que a produção mundial é múltipla e de grande alcance.

1. O QUE VIMOS ATÉ AQUI

Antes de tudo é necessário definir o que é uma produção “contemporânea”. O termo admite leituras bem flexíveis e pode remeter a momentos distintos no tempo. De forma geral, não falaremos de uma produção datada no tempo — como a Antropologia que se fez a partir da década de 1970. Embora essa seja uma referência importante, vamos privilegiar aqui certas questões relevantes para o pensamento antropológico que não perderam sua atualidade e têm sido continuamente debatidas, relidas, refeitas. Ou seja, trataremos de textos que, embora não tão recentes, podem ser considerados contemporâneos por sua pertinência.

Nos capítulos anteriores, em vários momentos levantamos questões relativas à Antropologia contemporânea. No capítulo 2, ao falar de cultura, entramos no debate contemporâneo da autoridade etnográfica e discutimos algumas tendências antropológicas recentes, como o pós-modernismo e o pós-colonialismo. No capítulo 3, a discussão sobre etnicidade e identidade também faz parte da Antropologia contemporânea.

O conceito de cultura está na confluência entre “antropologia interpretativa” e “antropologia simbólica”. O primeiro termo se refere principalmente à antropologia do norte-americano Clifford Geertz, para quem a cultura é algo que se pode ler e interpretar. Qualquer descrição antropológica é, portanto, uma interpretação do antropólogo sobre a cultura que estuda. Mas essa interpretação é sempre de segunda mão, pois o antropólogo interpreta aquilo que o nativo já interpretou sobre sua própria cultura. A perspectiva de Geertz, centrada na metáfora do texto, teve grande importância na antropologia norte-americana e influenciou vários antropólogos brasileiros.

Nesta foto de 2012, vemos uma briga de galos em Bali, ilha da Indonésia. Para Clifford Geertz, a briga de galos é como um discurso dos balineses sobre si mesmos carregado de significados culturais.



Dmitry Berkut/Shutterstock/Glow Images

Como vimos no capítulo 2, Geertz vê a cultura como um conjunto de códigos simbólicos que organizam a experiência humana no mundo. Esses códigos são como programas de computador que dão instruções para a vida das pessoas. Essa noção simbólica não se restringe ao trabalho de Geertz; autores como David Schneider e Marshall Sahlins também elaboraram conceitos de cultura eminentemente simbólicos e são considerados precursores de uma “antropologia simbólica” ou “antropologia cognitiva”.

A antropologia interpretativa de Geertz gerou um movimento intelectual chamado de pós-modernismo em Antropologia. A partir do trabalho de alunos de Geertz, a metáfora do texto foi radicalizada e os antropólogos começaram a pensar na possibilidade de fazer uma análise textual das sociedades, já que tudo o que o antropólogo produz pode ser considerado texto (uma tese, um artigo, um livro), e esse texto pode ser analisado e interpretado. Esse movimento se traduziu

por uma análise minuciosa dos textos antropológicos, análise que incorporava elementos da crítica literária. O principal elemento era a tentativa de identificar nos textos “verdades” escondidas, inconscientes, as quais seriam pressupostos (aspectos que o autor dava como certos) incorporados à análise.

O principal pressuposto criticado nas etnografias clássicas (descrições dos antropólogos sobre outras sociedades) foi a noção de “autoridade”. Para a crítica pós-moderna, o fato de o antropólogo descrever outras populações sem dar voz aos nativos dessas sociedades indicava uma posição autoritária. Essa atitude ficou conhecida como “autoridade etnográfica”, isto é, descrever populações que não tinham como contestar essa descrição. Essa questão gerou muita polêmica, e os antropólogos passaram a se perguntar como seria possível descrever o “outro” sem cair numa visão autoritária. Várias respostas foram dadas, desde as que desacreditavam a Antropologia por considerá-la fundamentalmente autoritária até as que afirmavam que de fato não era possível produzir conhecimento sobre o outro sem algum tipo de autoridade etnográfica, o que, contudo, não inviabilizava a Antropologia como ciência.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

LÉXICO

desconstrução do

texto: este conceito elaborado pelo filósofo francês Jacques Derrida (1930-2004) propõe uma decomposição dos elementos da escrita. A desconstrução ajuda a desvendar partes do texto que dissimulam contradições, ambiguidades e relações de poder.

A **desconstrução do texto**, que a Antropologia importou dos estudos filosóficos e literários, é uma ferramenta importante, que nos ajuda a refletir sobre o que lemos, em busca de motivações ocultas. Você já tentou ler um jornal e procurar por razões não evidentes nos artigos e notícias ou na forma como eles são apresentados? Procure fazer esse exercício e o resultado será um olhar mais crítico sobre o que você lê.

Na história recente da Antropologia, o pós-modernismo deu origem ao pós-colonialismo, uma variação das mesmas questões levantadas pelo pós-modernismo. Entretanto, no pós-colonialismo, aquilo que parecia apenas autoritário foi pensado como resultado de um sistema de poder, uma herança do colonialismo. Segundo os pós-colonialistas, a Antropologia estava cheia de preconceitos “coloniais” que precisavam ser abandonados. Produzido por intelectuais de países que haviam sido colonizados (como a Índia), o pós-colonialismo trouxe à tona um ponto de vista não hegemônico. Isso forçou muitos antropólogos dos países “centrais” a considerar novos pontos de vista e significou o princípio da construção de uma antropologia mundial não hegemônica.

A discussão sobre etnicidade e identidade também pode ser considerada contemporânea, pois, além de temporalmente recente, levanta questões ainda muito relevantes. As dinâmicas migratórias no mundo contemporâneo e as dinâmicas identitárias baseadas em orientação sexual são alguns exemplos, entre muitos outros. Os conceitos de etnicidade e identidade têm sido instrumentos para pensar muitas situações do mundo contemporâneo, como a produção sistemática de estereótipos sobre populações do Oriente, o lugar do consumo na constituição de identidades contemporâneas e até mesmo certas formas assumidas pela Antropologia no século XX.

2. GÊNERO E PARENTESCO

O parentesco, tema fundamental para o pensamento antropológico, sofreu transformações ao longo do tempo e hoje é influenciado pela discussão feminista. O parentesco remete a universos da vida privada. Aquilo que entendemos como família é uma forma de parentesco. A vida privada é uma questão central nas reflexões sobre gênero, pois é nesse universo que nascem muitos aspectos da discriminação da mulher. Assim, o parentesco passou a ser analisado também a partir da crítica feminista.

Para combater a opressão imposta às mulheres, as feministas questionaram sistematicamente as noções tidas como evidentes nas relações entre homens e mulheres.

Já na primeira metade do século XX, a antropóloga norte-americana Margaret Mead demonstrava que “homem” e “mulher” são categorias culturais, e que cada cultura define a seu modo essas categorias. O conceito de gênero se refere ao modo como cada sociedade define homem e mulher e de que maneira, numa mesma sociedade, essas definições mudam ao longo do tempo. Gênero, portanto, é uma questão cultural, e não natural. Essa definição de gênero como ideia construída deixou claro que a maioria das sociedades constrói hierarquias que desfavorecem as mulheres, seja qual for a definição social da mulher em cada sociedade.

Autoras como **Gayle Rubin (1949-)** e **Sherry Ortner (1941-)** estudaram esse tema, a partir dos anos 1970. As duas antropólogas norte-americanas explicaram essas diferenças pelo fato de, em geral, as mulheres ficarem mais segregadas ao mundo doméstico enquanto os homens circulam na esfera pública. Existe também uma tendência (muito presente em nossa sociedade) de relacionar a mulher à natureza e o homem à cultura: às mulheres cabem o parto, a maternidade, a amamentação, enquanto aos homens cabem a produção, a transformação do mundo. Essa associação leva a uma discriminação da mulher, já que, na oposição natureza/cultura, o polo cultura é sempre mais valorizado.

De fato, nas sociedades ocidentais há uma predominância da oposição natureza/cultura, ligada à ideia de que a natureza deve ser dominada. Essa “conquista da natureza” pela cultura pode ser vista como parte da ideologia ocidental capitalista, que levou a uma opressão das mulheres, associadas à natureza conquistada. Os estudos de gênero passaram a pensar em masculinidades e feminilidades como modos de construir diferenças sociais. A associação entre masculinidade e prestígio, por exemplo, é extremamente difundida. As intelectuais feministas se empenharam em dissolver tais oposições com base na tese de que elas não são naturais, mas sim construídas por um sistema que beneficia os homens e lhes garante poder e dominação.

Nesta propaganda norte-americana da década de 1950 vemos uma reprodução do contraste entre mulher/natureza/privado e homem/cultura/público. Essas associações foram desconstruídas pelas feministas.

Ele

de manhã vai ao trabalho e volta à noite.

Ela

leva as crianças à escola. vai à feira, vai ao cabeleireiro, vai buscar mamãe, busca as crianças da escola, busca os sobrinhos para brincarem com as crianças que voltaram da escola, vai à costureira, leva mamãe para casa, vai fazer compras na cidade, devolve os sobrinhos, vai visitar as amigas, vai ver como tia Celina está passando, volta à casa de uma amiga para apanhar a bolsa que tinha esquecido etc. etc. etc.

38

Reprodução/Arquivo da editora

Este anúncio de uma revista brasileira de 1969, destaca a necessidade de a mulher ter um carro. É evidente a naturalização da mulher no papel exclusivo de dona de casa e mãe, e do homem no papel de provedor da família, voltado ao mundo público. Nos dias de hoje, uma propaganda desse tipo seria imediatamente criticada.

show her
it's a man's world

man's world
ties For men only!... brand new
man-talking, power-packed patterns that

Reprodução/Arquivo da editora

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Gayle Rubin (1949-)** e **Sherry Ortner (1941-)**.

Ao evidenciar a opressão da mulher, o tema do parentesco ganhou destaque. O parentesco lida com fatos naturais, como parto e reprodução, com o mundo privado (criação dos filhos) e com o mundo público (quando organiza a vida de muitas sociedades). A própria relação de parentesco é um híbrido de natureza e cultura, tratando da produção de relações sociais que também oprimem as mulheres. Assim, muitos antropólogos passaram a pensar o parentesco através da questão do gênero.

Em 1968, David Schneider publicou *American Kinship*, importante livro sobre as relações de parentesco nos Estados Unidos. Schneider demonstrou que a noção norte-americana de parentesco era construída a partir de uma oposição entre natureza e cultura, pressupondo a reprodução de uma série de sentimentos relacionados aos parentes consanguíneos (parentes do mesmo sangue, com quem dividimos heranças genéticas). David Schneider concluiu que muito daquilo que os antropólogos acreditavam ser parentesco era apenas uma projeção dos valores do sistema de parentesco do qual eles mesmos faziam parte.

Essas conclusões aparentemente simples levaram a grandes transformações. Antropólogas feministas perceberam que, se a teoria do parentesco não era necessariamente sobre reprodução biológica, mas sim sobre a produção de relações, não haveria uma verdade natural/biológica no papel atribuído às mulheres. Essa reflexão levou à construção de um campo de pensamento chamado “parentesco construtivista”, ou seja, a ideia de que o parentesco é sempre construído, embora por mecanismos muito distintos e variados conforme a sociedade.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou em quantos tipos de relações nós mantemos ao longo de nossa vida? Para os teóricos do parentesco construtivista, muitas dessas relações podem ser vistas como parentesco. A ideia é que, embora tenhamos algumas relações familiares atribuídas por conexões biológicas (não escolhemos nossos pais, irmãos, tios,

etc.), sempre podemos construir relações semelhantes a elas ou mesmo substituí-las. Podemos construir parentescos, e isso fica aparente quando nos referimos a amigos íntimos como “irmãos”, às mães dos amigos íntimos como “tias”, por exemplo. Você consegue pensar em relações nas quais construiu parentescos não biológicos?

Giron, Collège/Arquivo da editora. Foto de 1986.



PERFIL

MARILYN STRATHERN

Nascida na Inglaterra em 1941, Marilyn Strathern obteve seu doutorado em Antropologia na Universidade

de Cambridge, em 1968. Lecionou na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Austrália. Sua perspectiva feminista abriu novos caminhos sobre modos de pensar as implicações das tecnologias contemporâneas de reprodução e os papéis sociais de gênero na Melanésia e no Reino Unido.

Escreveu *O gênero da dádiva* (Unicamp, 2007), retomando o tema clássico da dádiva — que vimos no capítulo 3 — sob uma perspectiva de gênero.

O exercício de uma antropologia focada nas relações sociais e nos conceitos nativos fez com que ela olhasse para a sociedade inglesa a partir de novos pontos de vista. Seus trabalhos sobre as tecnologias de reprodução partiram de um contraste com as noções de pessoa na Melanésia. Escreveu sobre a produção acadêmica e as culturas de avaliação, também em contraste com noções tiradas do trabalho de campo.

Muito influente no Brasil, tem inspirado vários estudiosos (veja o último item deste capítulo, *A Antropologia e as grandes rupturas*).

Estudiosos da homossexualidade passaram a defender que o parentesco homoafetivo é tão legítimo quanto o parentesco “tradicional”. A ideia de uma desconexão do parentesco em relação à biologia deu margem tanto à luta contra a opressão da mulher — e contra a ideia de que cuidar dos filhos e se responsabilizar pelo mundo doméstico é um destino natural — como à luta pelo direito de homossexuais formarem famílias reconhecidas pelo Estado.

Autoras contemporâneas como Marilyn Strathern (ver *Perfil* da página anterior) se aproveitaram dessa “desbiologização” do parentesco e avançaram em análises sobre as relações de gênero em vários contextos, desde sociedades na Nova Guiné até relações de parentesco desafiadas pelas novas tecnologias reprodutivas (como a fertilização *in vitro*, a possibilidade de clonagem, etc.). Por exemplo, uma mulher solteira pode recorrer a um banco de esperma para gerar um filho? Se a resposta for afirmativa, dada a garantia de anonimato da doação de esperma, teríamos uma situação em que o filho, legal e juridicamente, não teria pai. Essa e outras situações foram estudadas por Strathern para explicar o impacto das mudanças tecnológicas naquilo que consideramos relações de parentesco.

3. ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

A Antropologia contemporânea mantém estreitas relações com o conhecimento historiográfico; hoje, diversos estudiosos se dedicam à produção de uma antropologia histórica. Desde os escritos dos evolucionistas no século XIX, a Antropologia expressa a tentativa de pensar a história da humanidade. Com o trabalho dos antropólogos britânicos que vimos no capítulo 3, a História foi colocada de lado. Entretanto, para o francês Lévi-Strauss, História e Antropologia caminham juntas, já que ambas estudam “outras” sociedades, distintas tanto no tempo como no espaço.

Na antropologia norte-americana, a História sempre teve destaque: a ênfase de Franz Boas no estudo aprofundado da sociedade levou muitos antropólogos a se interessarem pela história das sociedades pesquisadas. Os adeptos da corrente simbólica, interessada em aspectos como arte e religião, procuram entender esses sistemas como históricos, isto é, produzidos ao longo do tempo. O trabalho de Clifford Geertz, por exemplo, tem sido uma referência para uma série de historiadores contemporâneos interessados na “história das mentalidades”.

Essas preocupações geraram reflexões antropológicas sobre a História que são especialmente evidentes e explícitas no trabalho de Marshall Sahlins. Interessado na história das populações do Havaí, Sahlins trabalhou com fontes documentais (relatos, documentos comerciais, biografias, etc.) para produzir, com base nelas, a antropologia de um momento passado.

Um dos principais livros de Sahlins, *Ilhas de História* (Zahar, 1990) — que reúne ensaios do autor sobre sociedades insulares como Havaí, Fiji e Nova Zelândia —, trata da chegada do navegador inglês James Cook às ilhas do Havaí em 1778. Cook foi o primeiro europeu a chegar ao Havaí, e esse encontro gerou uma série de eventos que tiveram implicações na história das ilhas. Sahlins faz reflexões sobre História e Antropologia ocidental, criticando o pensamento acadêmico que, segundo ele, cria falsas dicotomias entre passado e presente, estrutura e História, indivíduo e sociedade.

Esta pintura de John Cleveley (1747-1786) retrata a morte do capitão James Cook, em 1779, em um confronto com os havaianos. Cleveley era irmão de um dos membros da expedição de Cook, e a pintura provavelmente foi feita com base em seu testemunho visual.

LÉXICO

dicotomia: na dialética platônica (arte ou método de diálogo aperfeiçoado por Platão), divisão de um conceito em duas partes, em geral contrários e complementares, por exemplo, *seres humanos: homens e mulheres*.



Nesse livro, Sahlins demonstra a coincidência entre a chegada dos ingleses ao Havaí e uma série de rituais nativos dedicados a uma figura mítica, o deus Lono. Tendo chegado justamente no período desses rituais (que se realizavam anualmente), Cook teria sido imediatamente associado a Lono, tido na mitologia havaiana como o deus estrangeiro, que chegaria para dominar o Havaí. Os rituais celebravam essa narrativa mitológica, em que Lono chega, domina, mas depois é expulso pelo rei havaiano. Na época, o Havaí era uma sociedade hierárquica e marcada por castas que separavam a aristocracia do povo.

Para Sahlins, o encontro entre ingleses e havaianos evidenciava uma diferença na forma de considerar a História: para os ingleses, o evento foi um momento de conquista, para os havaianos, um acontecimento que reproduziu o mito. Assim, para Sahlins, a Antropologia não trata apenas de sociedades com culturas diferentes, mas aborda a própria noção de História nas diferentes culturas. Ou seja, a forma como os havaianos encaravam a História era diferente da forma como os ingleses a encaravam: culturas diferentes, diferentes concepções de História.

O encontro entre europeus e havaianos acabou mal para Cook. Embora tenha sido tratado como um rei e partido com os navios cheios de suprimentos, Cook foi obrigado a retornar quando o mastro principal de uma das embarcações se despedaçou. Foi então assassinado, e seu corpo esquartejado e distribuído pelas ilhas, uma vez que os havaianos não entenderam esse retorno. Para Marshall Sahlins, esse evento trágico evidencia um momento em que as diferentes concepções culturais de História se materializaram em ações incompreensíveis de ambos os lados.

John Webber/National Maritime Museum, Greenwich, Inglaterra.



Esta gravura de 1779, de John Webber (1751-1793), é outra representação da morte de Cook. Aqui fica evidente o desacordo entre diferentes formas de pensar a História: nesta obra, Cook é retratado como um mediador, tentando acalmar os havaianos enfurecidos. É retratado, portanto, do ponto de vista dos ingleses. A pintura da página anterior, por sua vez, mostra Cook em confronto com os havaianos, e não tentando acalmá-los.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Como você viu, para Sahlins culturas diferentes produzem diferentes formas de pensar a História. Trazendo essa reflexão para mais perto de nós, podemos supor que a geração de pessoas que nasceram entre o fim do século XX e o começo do século XXI provavelmente experimenta o tempo de forma diferente das gerações anteriores. Aparatos tecnológicos como redes de internet,

telefones celulares, transportes mais rápidos “encurtaram” o tempo, tornando-o mais instantâneo. Gerações anteriores, que não cresceram em meio a essa tecnologia, talvez experimentem o tempo de maneira diferente. Você consegue imaginar como pessoas de outra geração experimentam o tempo? Procure conversar com uma pessoa mais velha para perceber essas diferenças.

Sahlins afirma que era impossível para os havaianos entender por que Lono/Cook teria voltado ao Havai após ter sido expulso ritualmente pelo rei. O retorno deveria acontecer apenas no ano seguinte, segundo a história havaiana, que conectava o mito aos acontecimentos. Os ingleses, por sua vez, não entenderam a reação dos nativos, que até então haviam oferecido a melhor hospitalidade, e interpretaram o ato como selvageria, produto de mentes instáveis.

O resultado desse desencontro de percepções da História significou a morte de Cook. Para a Antropologia, a análise dessas diferentes concepções de História foi um avanço na possibilidade de compreender eventos passados a partir das culturas estudadas. Sahlins demonstra também que, além de serem diferentes, as concepções de cultura se alteram ao longo do tempo, isto é, não são rígidas e estáticas. No Havai, a chegada dos ingleses desencadeou uma série de mudanças sociais que resultaram também na alteração da percepção dos havaianos sobre sua própria história.

4. ANTROPOLOGIA COMO INVENÇÃO

Outra discussão importante para a Antropologia contemporânea é a renovação da ideia de cultura, iniciada em 1975 pelo antropólogo norte-americano **Roy Wagner (1938-)**, com a publicação de *The Invention of Culture* (A invenção da cultura, Cosac Naify, 2012), livro que passou praticamente despercebido. Hoje essa obra é considerada fundamental na construção de uma nova antropologia, que tem recebido diferentes denominações: antropologia pós-social, antropologia reversa, antropologia simétrica, antropologia ontológica, antropologia reflexiva.

Roy Wagner lançou uma série de questionamentos sobre grandes “verdades” tidas como evidentes no pensamento antropológico. Para esse autor, um dos problemas da Antropologia era a defasagem entre o conhecimento produzido pelo antropólogo e o saber do qual deriva esse conhecimento, ou seja, a cultura nativa. Tudo se passa como se o antropólogo fosse a campo, observasse diferentes aspectos de uma sociedade, voltasse e contasse suas observações para os colegas. Mas isso é uma ilusão.

Na realidade, o antropólogo usa categorias de sua própria cultura para pensar as coisas que acontecem “do outro lado”. Quando faz isso, acaba por subordinar as outras culturas ao seu próprio conhecimento. Ou seja, o antropólogo tem sempre uma vantagem sobre o nativo, pois pensa a experiência deste a partir das categorias de sua própria sociedade. Assim, os conceitos do antropólogo acabam por obscurecer a relação entre antropólogo e nativo. Seria preciso, então, pensar diferente. Esse “pensar diferente” envolve imaginar que o conhecimento do nativo tem o mesmo valor que o conhecimento do antropólogo.

Para Wagner, o que nativos e antropólogos fazem o tempo todo é inventar cultura, no sentido de criar, transformar, produzir diferenças. Ou seja, a cultura é constantemente inventada por seus “usuários”, o que gera novas configurações que, por sua vez, são “estabilizadas” para depois serem novamente desestabilizadas por novas invenções. Se o nativo inventa cultura, o antropólogo também inventa. O que o antropólogo faz é entrar em contato com a vida do nativo: o trabalho de campo. Esse processo resulta no antropólogo descrevendo para seus pares como é a vida do nativo, e isso é, em si, uma invenção de cultura. O antropólogo não descreve objetivamente algo (uma cultura) que está lá: ele entra em contato com uma diferença, e esse contato produz uma terceira diferença: a experiência do trabalho de campo. Essa terceira diferença é algo novo, que permite ao antropólogo imaginar como é a vida do nativo. Essa imaginação Wagner chama de cultura, fruto de um encontro e de uma tentativa de se aproximar do conhecimento nativo, e não uma tentativa de descrevê-lo.

Veja na seção
BIOGRAFIAS
quem é **Roy**
Wagner (1938-).

Podemos relacionar a ideia de invenção da cultura de Wagner com esse grafite atribuído a Banksy. Aqui o rato cria a própria realidade pintando sua possibilidade de fuga (“pinte para escapar”). Para Wagner, estamos todos inventando cultura o tempo todo, e a própria Antropologia é uma invenção de cultura (da cultura dos antropólogos).



Jamie Paul Scanlon@streetartnews.net

A ideia da cultura como invenção representou uma grande transformação da Antropologia. Ao colocar no mesmo patamar as invenções do antropólogo e do nativo, recusando a superioridade do conhecimento antropológico, Wagner abriu espaço para o que chamou de “antropologia reversa”. Ou seja, imaginar como o nativo pensa a nossa sociedade, como se o nativo fosse também antropólogo — em certo sentido, todos nós somos um pouco antropólogos. E mais: essa reversão significa pensar nossa própria sociedade do ponto de vista do nativo, o que provoca um estranhamento e uma transformação. Ao pensar sobre nós mesmos com os conceitos do nativo, estamos também inventando nossa própria cultura, que é transformada por esse pensamento do nativo (o “outro”).

Para Roy Wagner, a aventura da Antropologia é uma via de mão dupla: descrever a vida do nativo acaba por transformar nossa própria noção de vida. Isso resulta da atitude de dar aos conceitos do nativo a mesma importância dada aos conceitos antropológicos. O pensamento de Wagner propõe, portanto, a ruptura de uma divisão que sempre foi fundamental para a Antropologia: a divisão entre nativos e antropólogos. Do ponto de vista de Wagner, somos todos antropólogos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Imagine que você é entrevistado por um antropólogo que está interessado na sua vida. Depois de certo tempo esse antropólogo se despede e você nunca mais ouve falar dele. Tempos depois, você encontra um livro escrito pelo antropólogo que descreve a relação que vocês tiveram usando termos e conceitos estranhos aos seus para descrever o mundo em que você vive. Tudo se encaixa nos conceitos do antropólogo, que são diferentes

dos seus. Você percebe, então, que o antropólogo não entendeu nada da sua vida e do que você pensa, porque não abriu mão dos conceitos dele. Essa situação descreve um pouco a visão crítica de Wagner, autor que ressaltou a importância dos conceitos do “outro”. Agora, de posse dessas informações, tente pensar quais conceitos de sua vida poderiam interessar a um antropólogo seguidor das teorias de Wagner.

O trabalho de Roy Wagner, entretanto, levou muito tempo para produzir impacto, ao contrário das teorias de Clifford Geertz e Marshall Sahlins, publicadas na mesma época. Foi necessário que ocorressem outras rupturas para que o valor da obra de Wagner fosse reconhecido. E, mesmo assim, suas ideias afetam apenas em parte a Antropologia contemporânea. Vários estudiosos continuam fazendo seu trabalho sem se preocupar com os chamados “grandes divisores”, isto é, grandes eixos do pensamento ocidental que podem ser resumidos em pares de oposições, como a separação entre sujeito e objeto (entre antropólogo e nativo, por exemplo), a separação entre natureza e cultura e a separação entre sociedade e indivíduo. Vamos conhecer a seguir um pouco da crítica aos grandes divisores.



Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Bruno Latour (1947-)**.

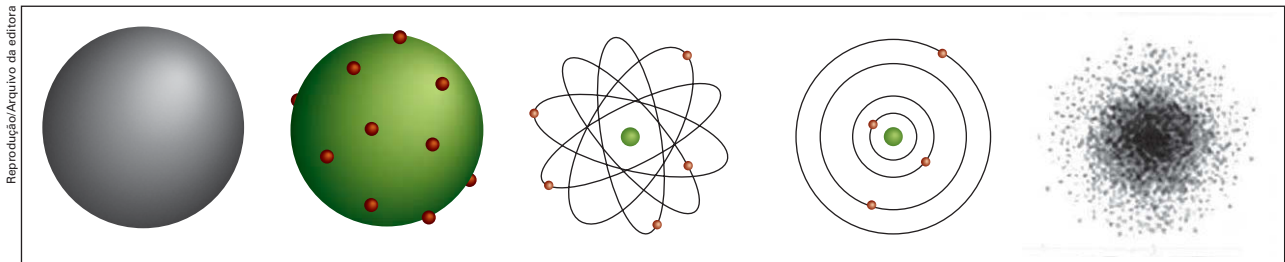
5. A ANTROPOLOGIA E AS GRANDES RUPTURAS

Um impulso para a crítica da ideia de separação entre natureza e cultura veio do trabalho de **Bruno Latour (1947-)**, filósofo, sociólogo e antropólogo francês que se dedica a entender a ciência moderna e produz o que podemos chamar de uma antropologia da ciência. Segundo ele, nosso pensamento se apoia na certeza de que há uma distinção radical entre o mundo dos humanos e as “coisas lá fora”. Essas coisas são os objetos, os não humanos em geral. Essas coisas que estão lá fora, separadas do mundo dos humanos, formam a natureza, esse mundo que é objeto de atenção dos humanos, mas que não tem vida inteligente ou é inerte.

A ciência seria um discurso sobre essa distinção, pois descreve a natureza (os animais, os átomos, as massas de ar, enfim, tudo o que possa constituir seu objeto). Mas, ao fazer sua pesquisa entre cientistas, Latour descobre que a ciência, na verdade, não trata do “mundo lá fora”, mas sim de um conjunto de acordos e disputas entre os cientistas. O que entendemos como natureza depende do acor-

do entre uma multidão de pessoas e só existe como natureza enquanto esse acordo durar. Assim, aquilo que vemos como avanço científico é fruto de uma política de acordo entre os cientistas. Por exemplo: no começo do século XIX, acreditávamos que o átomo era a menor partícula do Universo. No fim do mesmo século, passamos a acreditar que existem partículas menores que o átomo, os elétrons, o que produziu uma mudança na ideia da natureza das pequenas partículas. Hoje, acredita-se em partículas ainda menores, como os bósons, quarks, neutrinos, fótons, etc., mas não há consenso sobre a natureza dessas partículas.

No exemplo acima o que mudou não foi a “natureza”, mas o entendimento humano e coletivo, fruto da política dos cientistas em impor uma certa visão. A natureza não está nem nunca esteve separada dos seres humanos. Não existe separação universal entre natureza e cultura, que se aplicaria a toda humanidade: essa é uma noção particular, específica da nossa forma “ocidental” de pensar, derivada de uma noção particular de ciência.



A concepção de Bruno Latour gerou interesse no que ele chamou de “antropologia simétrica”, ou seja, a ideia de que, ao estudar uma sociedade indígena, o antropólogo se preocupa em explicá-la pelo que ela tem de mais importante, ao passo que, quando olha para uma sociedade “complexa”, contenta-se em estudar sua periferia (como vimos no capítulo 3). Latour afirma que, ao olhar para sua própria sociedade, o antropólogo deveria fazer o que faz entre os indígenas: olhar para o centro da forma de pensar, olhar para a **cosmologia**. E o centro da cosmologia da sociedade ocidental seria, para Latour, justamente a ciência.

A crítica à divisão entre natureza e cultura teve ainda outras consequências no pensamento antropológico. A ideia de que não existe “lá fora” um mundo natural universal que é preenchido de formas alternativas por diferentes culturas abriu muitas portas. Se antes um antropólogo achava que cada cultura resolvia, à sua maneira, como pensar a natureza, ele necessariamente partia do pressuposto de que havia uma separação universal entre natureza e cultura. Mas, e se pensarmos que não há essa separação universal, o que acontece? E se, além disso, resolvermos dar aos conceitos nativos o mesmo valor que damos aos nossos? Ao descrever formas de pensamento que não pressupõem a divisão natureza/cultura, os antropólogos começaram a criticar as próprias noções antropológicas fundadas nessa divisão. De fato, está acontecendo o que Roy Wagner dizia ser necessário: reinventar nossa cultura a partir da invenção da cultura dos outros!

A inglesa Marylin Strathern foi uma das antropólogas que desenvolveu essa perspectiva crítica (chamada de antropologia reflexiva). Ao analisar populações da Melanésia, Strathern afirma que nessa sociedade inexistente a noção de indivíduo, assim como inexistente a noção de sociedade.

A Melanésia é uma região da Oceania, no extremo oeste do oceano Pacífico e a nordeste da Austrália, que inclui os territórios das ilhas Molucas, Nova Guiné, ilhas Salomão, Vanuatu, Nova Caledônia e Fiji.

Aqui vemos sucessivas representações do átomo (desde uma esfera indivisível até o modelo mais atual, composto de inúmeras partículas ainda menores). A cada momento, aquilo que imaginamos como natureza vai se alterando.

LÉXICO

cosmologia: qualquer doutrina ou narrativa a respeito da origem, da natureza e dos princípios que ordenam o mundo ou o Universo, em todos os seus aspectos.

Melanésia



Fonte: Adaptado de *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

A etnografia da Melanésia, portanto, coloca em dúvida nossas certezas baseadas nos grandes divisores (como sociedade/indivíduo, no caso). Para os melanésios, cada pessoa contém em si mesma várias outras pessoas, como se cada um fosse um repositório de relações sociais estabelecidas ao longo da vida. Para os melanésios, as pessoas são divisíveis, e não indivisíveis, como pensamos em nossa sociedade. Por exemplo, quando uma mulher tem seu primeiro filho, ela precisa desfazer um pouco das relações de si mesma para refazer-se como mãe. Esse processo de partição ou divisão indica outra crítica ao pensamento ocidental: entre os melanésios que estudou, Strathern não encontrou nada correspondente à nossa noção de sociedade.

ASSIM FALOU.. MARILYN STRATHERN

O que estou dizendo é que a diferença que existe está no fato de que os modos pelos quais os melanésios descrevem, dão conta da natureza humana, são radicalmente diferentes dos nossos – e o ponto é que só temos acesso a descrições e explicações, só podemos trabalhar com isso. Não há meio de elucidar essa diferença. Então, não se pode dizer: muito bem, agora entendi, é só uma questão de descrições diferentes, então passemos aos pontos em comum entre nós e eles, pois a partir do momento em que entramos em comunicação, nós o fazemos através dessas autodescrições. É essencial dar-se conta disso.¹

O fato de as sociedades melanésias pensarem o mundo por meio de conceitos diferentes daqueles utilizados pelas sociedades ocidentais e de nem sequer adotarem categorias equivalentes às de indivíduo e sociedade sugere a possibilidade de uma antropologia reversa. Ou seja, podemos nos imaginar como melanésios e questionar nossos conceitos e a suposta validade universal de distinções como natureza/

cultura e indivíduo/sociedade. Essa perspectiva pressupõe levar a sério o que nos diz o nativo e não mais jogar o jogo em que o nativo é “interpretado” pelo antropólogo (ou seja, a ideia de que o nativo não sabe exatamente o que é sua cultura, ao passo que o antropólogo sabe exatamente qual é a cultura do nativo).

No Brasil, essa premissa de uma nova antropologia “pós-social” ou “ontológica” foi desenvolvida por **Eduardo Viveiros de Castro (1951-)**, antropólogo brasileiro conhecido no cenário internacional por seus estudos sobre as cosmologias indígenas da Amazônia. Para entender a vida dessas populações foi necessário romper com o grande divisor natureza/cultura, pois a visão de mundo desses indígenas nada tem a ver com o que pressupõem nossas categorias. Para os ameríndios da Amazônia, o que é universal não é a natureza, mas justamente o

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é **Eduardo Viveiros de Castro (1951-)**.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

O perspectivismo pressupõe que todos os seres são humanos em “roupas” diferentes. Assim, animais são gente como nós, apenas com outras roupas. O problema está na hora de comer os animais caçados: como comer gente? Para contornar esse problema, muitas populações ameríndias criaram rituais para expulsar da carne do animal caçado as almas de gente (eles não chamam de “almas”, nem esse termo é adequado, mas serve para este exemplo). Assim, antes de comer a carne, é preciso submetê-la a um ritual de purificação para evitar que os humanos sejam contaminados pela natureza diferente daquele

animal e levados ao mundo daquela caça. A passagem de uma natureza para outra é muito perigosa e apenas os xamãs podem transitar por esses mundos diferentes sem se perder. Tudo isso parece muito distante para você? Lembre-se de que, em certa medida, nós também humanizamos seres que consideramos não humanos. Nossos animais domésticos, por exemplo, são tratados como gente. Muitos têm até enterro quando morrem. A ideia de comer um cachorro, por exemplo, inspira um horror que podemos comparar ao que os indígenas têm de comer uma caça não “purificada”.

¹ Marilyn Strathern, (1999). No limite de uma certa linguagem. *Mana*, 5(2), 157-175. p. 172.

contrário: a cultura. Em tudo e em todo lugar existe cultura, ao passo que o que realmente muda são as naturezas. A essa concepção, Viveiros de Castro deu o nome de multinaturalismo.

Vejamos um exemplo do que ele chamou de “perspectivismo ameríndio”: do ponto de vista indígena, qualquer animal é humano, só que essa humanidade é revestida de naturezas diferentes. O jaguar é tão humano quanto o próprio indígena, mas tem corpo de jaguar (outra natureza). O que o jaguar vê quando vê o indígena é o mesmo que o índio vê quando vê uma presa a ser caçada. Há apenas uma mudança de perspectiva. Também o porco-do-mato é um humano, que vê sua comida como comida humana, e vê os humanos como espíritos canibais, pois os humanos caçam e matam porcos-do-mato. O perspectivismo ameríndio confere humanidade a tudo aquilo que, na ciência ocidental, consideramos “não humano”. E para os ameríndios não existe uma natureza comum a todos os seres: é justamente a natureza que diferencia os seres!

O pensamento ameríndio vira de cabeça para baixo o pensamento científico. Viveiros de Castro radicaliza a ideia a ponto de considerar o perspectivismo como equivalente a uma teoria antropológica. Para ele, o perspectivismo pode ser um instrumento teórico para pensarmos a nós mesmos, por exemplo. Assim como Strathern e Wagner, Viveiros de Castro confere à Antropologia contemporânea uma característica simétrica: o conhecimento nativo é tão valioso quanto o nosso e pode ser uma forma de nos enxergarmos com outros olhos.



Moiss/Shutterstock/
Glow Images

Na imagem, uma representação das *matrioshkas*, bonecas russas que cabem umas dentro das outras e que oferecem uma metáfora da pessoa fractal, aquela que é composta de várias outras pessoas e relações.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Philippe Descola (1949-)**.

+ PARA SABER MAIS • Os modos de identificação

Para o antropólogo francês **Philippe Descola (1949-)**, os exemplos etnográficos permitem deduzir quatro maneiras gerais pelas quais o ser humano se relaciona com o mundo. Descola cita quatro diferentes regimes de “identificação”, que seriam as formas escolhidas pelas culturas para separar o mundo humano do mundo não humano (ou, em nossos termos, a natureza da cultura). Esses quatro modos são o naturalismo, o animismo, o totemismo e o analogismo. Vale lembrar que essas formas ou modos coexistem em proporções diferentes nas variadas sociedades, incluindo a nossa.

O modo das sociedades ocidentais seria o naturalismo, regime que separa radicalmente a natureza inanimada da humanidade. Os não humanos, sejam eles animais, coisas ou eventos naturais, não têm alma. Esse é o modelo da ciência que conhecemos, marcado por uma oposição entre natureza e cultura.

Entre as sociedades amazônicas, melanésias, da Ásia do Sul e da Sibéria predominaria o animismo, no qual todos os seres vivos, de alguma forma, são potenciais parceiros sociais dos homens

(os porcos-do-mato podem ser cunhados, determinadas plantas podem ser sogras, etc.). O animismo, como o termo sugere, é um modo de identificação no qual seres variados são animados, dotados de sociabilidade e compartilham alguma coisa como uma “alma”.

O totemismo, por sua vez, encontrado em sociedades aborígenes australianas, seria um modo de “partilha”. Os grupos têm totens (que representam espécies naturais, vegetais e até eventos climáticos) e partilham com eles determinadas características. Essa partilha entre o grupo e totens de propriedades variadas (como “coragem”, “astúcia”, “força”, etc.) produz uma união do grupo. O analogismo, por fim, característico de sociedades mesoamericanas, africanas e asiáticas, implica um mundo repleto de entidades singulares. Esse é o sistema mais comum entre as populações humanas, e podemos pensá-lo com o exemplo de religiões politeístas, ligadas a regimes que concentram poder (Egito, Império Asteca, China antiga, etc.). Nesse universo analogista, há milhares de forças diferentes operando ao mesmo tempo, cada uma de forma específica.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ Discussões sobre cultura, identidade e etnicidade, que já vimos em capítulos anteriores, podem ser consideradas contemporâneas.
- ✓ A teoria cultural norte-americana construída a partir da década de 1970, com Clifford Geertz, Marshall Sahlins e David Schneider como principais autores, inaugurou a ideia de uma cultura essencialmente simbólica.
- ✓ Podemos chamar essa tendência de “antropologia simbólica”, embora o trabalho de Geertz, especificamente, tenha dado origem a uma “antropologia interpretativa”.
- ✓ A antropologia interpretativa procura entender as culturas como textos que podem ser lidos. Entretanto, são leituras de segunda mão, pois temos acesso apenas à visão do nativo sobre sua própria cultura.
- ✓ O pós-modernismo antropológico, estudado no capítulo 2, deriva da antropologia interpretativa produzida por Geertz e seus alunos.
- ✓ O pós-modernismo se interessou pela questão da autoridade etnográfica, isto é, como seria possível dar voz aos nativos ao descrever suas sociedades e culturas.
- ✓ Depois do pós-modernismo surgiu o pós-colonialismo, preocupado com as implicações políticas das descrições antropológicas, como a produção de formas de exotizar, relacionadas ao colonialismo.
- ✓ A discussão sobre gênero teve grande impacto na teoria do parentesco. Nas últimas décadas, a Antropologia procurou desconstruir as ideias de homem e mulher, até então consideradas categorias naturais, e passou a entendê-las como construções sociais.
- ✓ Essa crítica permitiu pensar o parentesco sem relação com a reprodução, ampliando o espectro do que pode ser considerado como parentesco.
- ✓ Marshall Sahlins destacou a noção de que a História também é uma elaboração, isto é, diferentes sociedades produzem diferentes tipos de imaginação histórica.
- ✓ Roy Wagner propôs a ideia de que a cultura é invenção, criação, e está em constante transformação. Para Wagner, tanto os antropólogos como os nativos inventam cultura, e o encontro etnográfico (entre o antropólogo e os nativos no trabalho de campo) é em si uma invenção. Ao tentar se aproximar da vida dos nativos, o antropólogo inventa a cultura, mas também permite que sua própria cultura seja reinventada.
- ✓ Colocar no mesmo nível os conceitos nativos e antropológicos permitiu superar uma desigualdade importante, que ocorria quando o antropólogo resumia o conhecimento nativo a seus próprios conceitos.
- ✓ Esse questionamento levou outros intelectuais a usarem conceitos nativos para repensar (e reinventar) os conceitos antropológicos. Assim, conceitos que dependiam da separação entre cultura e natureza, por exemplo, foram sistematicamente criticados.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Escreva sobre a crítica da autoridade etnográfica segundo os autores pós-modernos em Antropologia.
2. Qual a discussão das antropólogas feministas sobre a noção de gênero?
3. Por que a contribuição de Marshall Sahlins é relevante para pensar a História?
4. Qual a contribuição de Roy Wagner para a Antropologia contemporânea?
5. Quais as implicações da crítica ao dualismo natureza/cultura?

INTERAGINDO

1. Considere os trechos das canções a seguir.

Tempo perdido

Renato Russo

*Todos os dias quando acordo
 Não tenho mais
 O tempo que passou
 Mas tenho muito tempo
 Temos todo o tempo do mundo...
 Todos os dias
 Antes de dormir
 Lembro e esqueço
 Como foi o dia
 Sempre em frente
 Não temos tempo a perder...
 [...]
 Temos nosso próprio tempo
 Temos nosso próprio tempo
 Temos nosso próprio tempo...
 Não tenho medo do escuro
 Mas deixe as luzes
 Acesas agora
 O que foi escondido
 É o que se escondeu
 E o que foi prometido
 Ninguém prometeu
 Nem foi tempo perdido
 Somos tão jovens...
 Tão jovens! Tão jovens!...*

LEGIÃO URBANA. *Dois*, 1986.
 EMI Music Brasil.



Reprodução/Grav. EMI



Regério Assis/Agência Estado

No centro desta foto de 1986, o compositor e cantor Renato Russo (1960-1996).

Oração ao tempo

Caetano Veloso

*És um senhor tão bonito
 Quanto a cara do meu filho
 Tempo tempo tempo tempo
 Vou te fazer um pedido
 Tempo tempo tempo tempo...
 [...]
 Por seres tão inventivo
 E pareceres contínuo
 Tempo tempo tempo tempo
 És um dos deuses mais lindos
 Tempo tempo tempo tempo...
 [...]*

*E quando eu tiver saído
 Para fora do teu círculo
 Tempo tempo tempo tempo
 Não serei nem terás sido
 Tempo tempo tempo tempo...
 Ainda assim acredito
 Ser possível reunirmo-nos
 Tempo tempo tempo tempo
 Num outro nível de vínculo
 Tempo tempo tempo tempo...
 [...]*

CAETANO VELOSO. *Cinema Transcendental*, 1979. Verve.

- As duas canções falam do tempo, mas de diferentes pontos de vista. Compare esses pontos de vista com base no que vimos neste capítulo.

2. Observe este cartum, de 2007, criado pelo norte-americano Scott Hilburn:



© Scott Hilburn, 2007/Acervo do artista

- Essa imagem pode ser relacionada às discussões contemporâneas de uma Antropologia “pós-social”, “reversa” ou “simétrica”. Explique essa relação.

CONTRAPONTO

Considere este poema do paranaense Paulo Leminski (1944-1989):

Volta em aberto

*Ambígua volta
em torno da ambígua ida
quantas ambiguidades
se pode cometer na vida?
Quem parte leva um jeito
de quem traz a alma torta.
Quem bate mais na porta?
Quem parte ou quem torna?*

LEMINSKI, Paulo. *Distraídos venceremos*. 9. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 42.

- Relacione esse poema com os textos sobre a Antropologia contemporânea discutidos nos itens 4 e 5 deste capítulo.

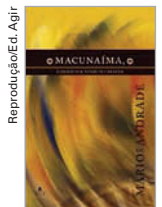
SUGESTÕES DE LEITURA



Reprodução/Ed. Rocco

A descoberta do mundo, de Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

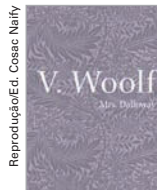
Seleção de crônicas publicadas originalmente no *Jornal do Brasil*, entre 1967 e 1973. Temas variados — da infância no Recife a uma passeata contra a ditadura nas ruas do Rio de Janeiro; o processo de criação; as particularidades da vida familiar.



Reprodução/Ed. Agir

Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade. São Paulo: Agir, 2008.

Publicado originalmente em 1938, o romance foi festejado pela crítica modernista por sua inovação narrativa e de linguagem. Macunaíma é o símbolo de um povo que não descobriu sua identidade. Uma releitura do folclore, das lendas e mitos do Brasil, escrita em linguagem popular e oral.



Reprodução/Ed. Cosac Naify

Mrs. Dalloway, de Virginia Woolf. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

A história se passa num único dia, em junho de 1923, em que Clarissa Dalloway resolve comprar flores para a festa que vai oferecer à noite em sua casa. A partir desta cena inicial, o romance segue a protagonista pelas ruas de Londres num ritmo cinematográfico, registrando suas ações, sensações e pensamentos. Passado e presente se intercalam, e os leitores acessam os vários planos da subjetividade por meio do uso do discurso indireto livre.

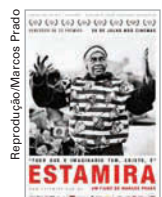


Reprodução/Ed. Nova Fronteira

Sagarana, de João Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Apresentando a paisagem e o homem de sua terra numa linguagem já então exclusiva, por meio de contos como “O burrinho pedrês”, “Duelo”, “A hora e a vez de Augusto Matraga”, Guimarães Rosa fez deste livro a semente de uma obra cujo sentido e alcance ainda estão por ser inteiramente decifrados.

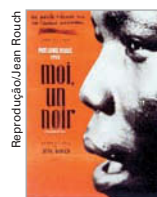
FILMES



Reprodução/Marcos Prado

Estamira (Brasil, 2004). Direção: Marcos Prado.

Documentário sobre uma mulher de 63 anos de idade que trabalha há mais de vinte anos no aterro sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Ela conta como a pobreza afeta a mente das pessoas que precisam encarar diariamente a batalha pela sobrevivência em condições sub-humanas.



Reprodução/Jean Rouch

Eu, um negro (França, 1959). Direção: Jean Rouch.

Documentário. Jovens nigerianos deixam sua terra natal para procurar trabalho na Costa do Marfim. Desenraizados em meio à sociedade moderna, acabam chegando a um bairro operário de Abidjan. O herói se autodenomina Edward G. Robinson, em honra ao ator americano. Seus amigos escolhem pseudônimos destinados a lhes forjar, simbolicamente, uma personalidade ideal.

INTERNET (Acesso em: fev. 2013.)

<https://sites.google.com/a/abaetenet.net/nansi/abaete>

Este *wiki* (*software* colaborativo) estabelece um contexto de colaboração entre os membros da Rede Abaeté de Antropologia Simétrica, reunindo trabalhos empíricos e teóricos que contribuam para a constituição de uma antropologia simétrica em seu sentido mais amplo.

www.pagu.unicamp.br/

Site do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas, centro interdisciplinar de pesquisa voltado para a produção e disseminação do conhecimento em torno da problemática de gênero. Congrega estudos de diferentes tradições disciplinares, contemplando temas variados, a partir de diversas perspectivas teóricas.

UNIDADE 1

CONCLUINDO

CAPÍTULO 1

1. Esta imagem pode ser lida como uma representação visual do processo de colonização. Vemos uma jovem indígena, tocada por um raio de luz celestial refletida no escudo da Coroa portuguesa, que representa o poder do Estado. Levando em conta os seus conhecimentos sobre a história da colonização portuguesa na América do Sul e o que vimos no capítulo 1, que reflexão podemos fazer sobre o contato entre europeus e indígenas a partir desta imagem?



Fronstispício da obra *História das guerras no reino do Brasil sustentadas pela coroa de Portugal contra a república da Holanda* (1698), do carmelita português frei João José de Santa Thereza, dedicado a dom Pedro II, rei de Portugal.

Coleção Ayer/Biblioteca de Newberry, Michigan, EUA/Foto: Ken Cain

2. Considere o seguinte relato do antropólogo norte-americano Ralph Linton:

O cidadão norte-americano desperta num leito construído segundo padrão originário do Oriente Próximo, mas modificado na Europa Setentrional, antes de ser transmitido à América. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão, cuja planta se tornou doméstica na Índia; ou de linho ou de lã de carneiro, um e outro domesticados no Oriente Próximo; ou de seda, cujo emprego foi descoberto na China. Todos estes materiais foram fiados e tecidos por processos inventados no Oriente Próximo. Ao levantar da cama faz uso dos mocassins que foram inventados pelos índios das florestas do leste dos Estados Unidos e entra no banheiro cujos aparelhos são uma mistura de invenções europeias e norte-americanas, umas e outras recentes. Tira o pijama, que é vestuário inventado na Índia e lava-se com sabão, que foi inventado pelos antigos gauleses, faz a barba que é um rito **masoquístico** que parece provir dos sumerianos ou do antigo Egito.

Voltando ao quarto, o cidadão toma as roupas que estão sobre uma cadeira do tipo europeu meridional e veste-se. As peças de seu vestuário têm a forma das vestes de pele originais dos nômades das estepes asiáticas; seus sapatos são feitos de peles curtidas por um processo inventado no antigo Egito e cortadas segundo um padrão proveniente das civilizações clássicas do Mediterrâneo; a tira de pano de cores vivas que amarra ao pescoço é sobrevivência dos xales usados aos ombros pelos croatas do século XVII. Antes de ir tomar o seu **breakfast**, ele olha a rua através da vidraça feita de vidro inventado no Egito; e, se estiver chovendo, calça galochas de borracha descoberta pelos índios da América Central e toma um guarda-chuva inventado no sudoeste da Ásia. Seu chapéu é feito de feltro, material inventado nas estepes asiáticas.

De caminho para o breakfast, para comprar um jornal, pagando-o com moedas, invenção da Líbia antiga. No restaurante, toda uma série de elementos tomados de empréstimo o espera. O prato é feito de uma espécie cerâmica inventada na China. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez na Índia do Sul; o garfo é inventado na Itália medieval; a colher vem de um original romano. Começa o seu breakfast com uma laranja vinda do Mediterrâneo Oriental, melão da Pérsia, ou talvez uma fatia de melancia africana. Toma café, planta abissínia, com nata e açúcar. A domesticação do gado bovino e a ideia de aproveitar o seu leite são originárias do Oriente Próximo, ao passo que o açúcar foi feito pela primeira vez na Índia. Depois das frutas e do café vem waffles, os quais são bolinhos fabricados segundo uma técnica escandinava, empregando como matéria-prima o trigo, que se tornou planta doméstica na Ásia Menor. Rega-se com xarope de maple, inventado pelos índios das florestas do leste dos Estados Unidos. Como prato adicional talvez coma o ovo de uma espécie de ave domesticada na Indochina ou delgadas fatias de carne de um animal domesticado na Ásia Oriental, salgada e defumada por um processo desenvolvido no Norte da Europa.

Acabando de comer, nosso amigo se recosta para fumar. Hábito implantado pelos índios americanos e que consome uma planta originária do Brasil; fuma cachimbo, que procede dos índios da Virgínia, ou cigarro, proveniente do México. Se for fumante valente, pode ser que fume mesmo um charuto, transmitido à América do Norte pelas Antilhas; por intermédio da Espanha. Enquanto fuma, lê notícias do dia, impressas em caracteres inventados pelos antigos semitas, em material inventado na China e por um processo inventado na Alemanha. Ao inteirar-se das narrativas dos problemas estrangeiros, se for bom cidadão conservador, agradecerá a uma divindade hebraica, numa língua indo-europeia, o fato de ser cem por cento americano.

Citado em: LARAIA, Roque de Barros. *Cultura. Um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 106.



Mocassim do século XIX da etnia Potawatomi, Estados Unidos.

LÉXICO

masoquístico: ato de dor ou sofrimento.

breakfast: em inglês, café da manhã ou primeira refeição do dia.



Chapéu cônico usado na Grécia, século IV a. C.



Reprodução/Fundação Wikimedia



Moedas romanas (c. 82-83 a. C.).

Ralph Linton faz um relato irônico sobre o sentimento nacionalista norte-americano, demonstrando que o cotidiano do cidadão é marcado por artefatos, práticas, inventos e costumes provenientes de várias partes do mundo. O texto expõe ainda algumas conexões geográficas e históricas que ajudam a explicar o mundo contemporâneo. A partir de sua leitura:

- Procure indicar outras práticas, alimentos ou técnicas do seu cotidiano que são originários de culturas e regiões diferentes daquela em que você vive.
- Parte destes hábitos e práticas são heranças indígenas. Que relação você pode fazer com as imagens preconceituosas que produzimos sobre as populações indígenas hoje em dia?

3. Leia o texto a seguir.

O homem ocidental tende a julgar as artes dos povos indígenas como se pertencessem à ordem estática de um Éden perdido. Dessa forma, deixa de captar, usufruir e incluir no contexto das artes contemporâneas, em pé de igualdade, manifestações estéticas de grande beleza e profundo significado humano.

Atualmente, porém, percebe-se um crescente interesse nas artes indígenas, mesmo como fonte de inspiração, assim como o reconhecimento da continuidade da produção artística dos povos que habitavam esta parte do continente americano e que hoje, decididos a continuar como índios, ainda criam e sempre recriam importantes obras de arte dotadas de notável especificidade histórica e cultural.

A pintura e as manifestações gráficas dos grupos indígenas do Brasil foram objeto de atenção de cronistas e viajantes desde o primeiro século da descoberta, e de inúmeros estudiosos que nunca deixaram de registrá-las e de se surpreender com essas manifestações insistentemente presentes ora na arte rupestre, ora no corpo do índio, ora em objetos utilitários e rituais, nas casas, na areia e, mais tarde, no papel.

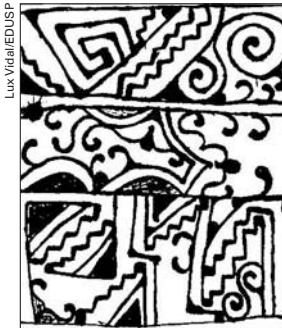
No entanto, mesmo neste século, apesar da riqueza do material disponível, o estudo da arte e da ornamentação do corpo foi relegado a segundo plano, durante muitos anos, no que diz respeito às sociedades indígenas no Brasil. [...]

Apenas recentemente a pintura, a arte gráfica e os ornamentos do corpo passaram a ser considerados como material visual que exprime a concepção tribal de pessoa humana, a categorização social e material e outras mensagens referentes à ordem cósmica. Em resumo, manifestações simbólicas e estéticas centrais para a compreensão da vida em sociedade.

VIDAL, Lux. Iconografia e grafismo indígena, uma introdução. In: VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo indígena. Estudos de antropologia estética*. São Paulo: Edusp, Studio Nobel e Fapesp, 1992. p. 13.

O texto da antropóloga Lux Vidal pode nos ajudar a pensar não apenas sobre as artes indígenas, como a própria definição de arte em nossa sociedade. De que forma a arte é uma expressão da vida cotidiana? O que podemos definir como arte? A partir da leitura do capítulo, do texto e destas indagações desenvolva as atividades que se seguem:

- Procure explicar por que o conhecimento das artes indígenas pode levar ao questionamento das teorias evolucionistas.
- Em que medida as expressões artísticas, sejam elas das artes plásticas, da dança, da música, do teatro, sejam de artesanatos, como a cestaria e a tapeçaria, ornamentos corporais (como a tatuagem e o *piercing*, entre outros), de pinturas rupestres ou intervenções urbanas, como o grafite, são expressões da cultura de um povo?
- Em sua cidade, há exemplos de produções artísticas que refletem a cultura e a identidade de grupos urbanos ou rurais? Cite-as.



Grafismos dos indígenas Kadiwéu, publicados por Lux Vidal na obra *Grafismo indígena*, de 1992.



Grafismos dos indígenas Kadiwéu, registrados por Lévi-Strauss em 1935, em uma comunidade próxima ao rio Paraguai, no Pantanal, Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO 2

1. A tirinha a seguir faz uma reflexão sobre os padrões culturais. Observe:



Laerte/Arquivo do artista

- Nesta tira de 2011, o cartunista Laerte, autor da tira, faz uma crítica relacionada aos padrões culturais. Explique como você entendeu essa crítica e o que achou dela.



2. A seguir reproduzimos trechos de um artigo do cientista político **Hélio Jaquaribe (1923-)**, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em abril de 2008.

O “jardim antropológico” é uma insensatez

Todos os países americanos se confrontaram com a questão indígena. É indiscutível que em todos eles a relação entre europeus colonizadores e a população nativa foi originariamente conflituosa. Esse conflito conduziu ao extermínio das populações costeiras (Brasil), levando os nativos a se refugiarem no interior remoto de cada um desses países. [...] A política indigenista no Brasil não foi, originariamente, formulada pelo governo federal, e sim por esse grande pioneiro que foi o general Rondon. [...] Em anos mais recentes, a política indigenista brasileira passou a ser orientada por etnólogos. Estes, diversamente de Rondon, não tentavam a pacífica incorporação do índio, mas a preservação das culturas indígenas. [...] Em termos mais amplos, importa questionar: que objetivos deve ter tal política, ademais da proteção do índio? Por outro lado, a perpetuação de culturas nativas, em que se fundamenta, no Brasil, a política de reservas, carece de sentido. Em termos antropológicos, pois é impossível sustar o processo civilizatório. As populações civilizadas do mundo são descendentes de populações tribais, que seguiram, em todos os países, o secular caminho que leva os paleolíticos a se transformarem em neolíticos e estes, em civilizados. [...]

- O artigo acima defende uma visão sobre as populações indígenas que é semelhante à visão dos evolucionistas do século XIX. Partindo das questões trabalhadas no segundo capítulo e dos seus conhecimentos históricos sobre os processos de colonização no século XIX, demonstre como o autor expõe essa visão e procure fazer uma crítica a ela.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é **Hélio Jaquaribe (1923-)**.

CAPÍTULO 3

1. Considere este cartum de Laerte, publicado em 2011:



- O cartum expõe tanto um dilema social brasileiro como uma crítica ao que o sociólogo e teórico cultural jamaicano Stuart Hall chamaria de “velhas identidades”. Em 2012, mais de 250 pessoas foram assassinadas no Brasil por serem homossexuais. Laerte discute aqui os efeitos da homofobia e toma uma posição clara contra o preconceito. Considerando essas informações, procure indicar as razões dos preconceitos e dos atos de violência direcionados aos homossexuais.

2. Considere a seguinte canção de Jorge Ben Jor.

Zumbi

Angola, Congo, Benguela
 Monjolo, Cabinda, Mina
 Quiloa, Rebolo
 Aqui onde estão os homens
 Há um grande leilão
 Dizem que nele há
 Uma princesa à venda
 Que veio junto com seus súditos
 Acorrentados em carros de boi
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Angola, Congo, Benguela
 Monjolo, Cabinda, Mina
 Quiloa, Rebolo
 Aqui onde estão os homens
 Dum lado cana-de-açúcar

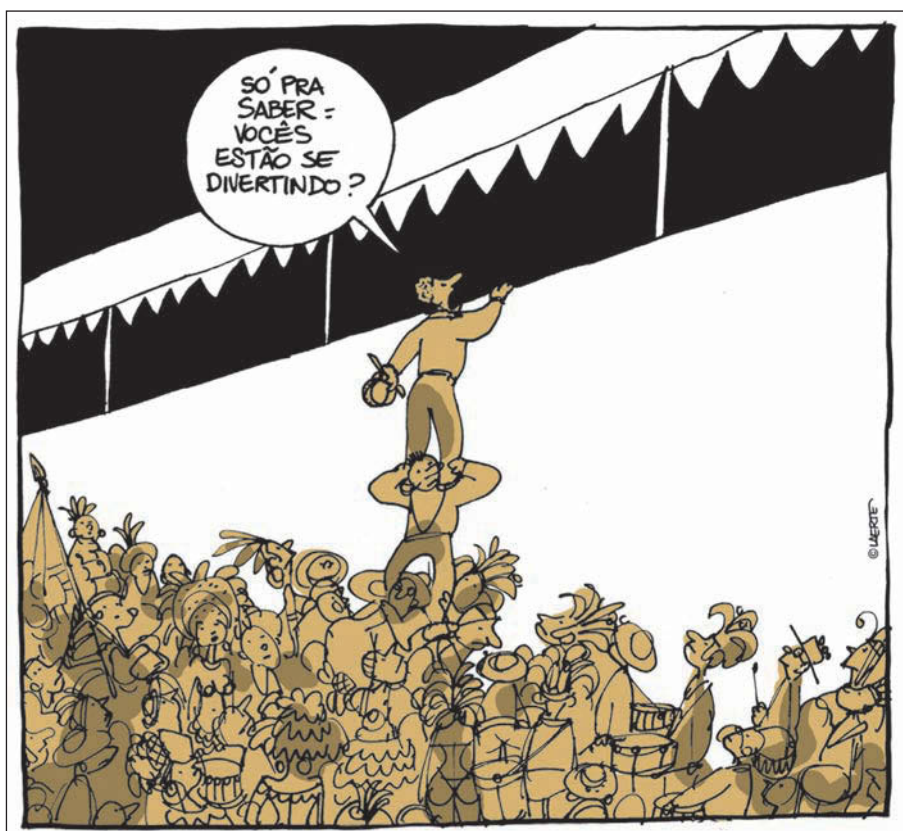
Do outro lado o cafezal
 Ao centro senhores sentados
 Vendo a colheita do algodão branco
 Sendo colhidos por mãos negras
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Quando Zumbi chegar
 O que vai acontecer
 Zumbi é senhor das guerras
 É senhor das demandas
 Quando Zumbi chega e Zumbi
 É quem manda
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver

- Essa canção se refere ao que poderíamos chamar de uma “ancestralidade comum” àqueles que se identificam etnicamente como negros. Faça uma pesquisa sobre os termos Angola, Congo, Benguela, Monjolo, Cabinda, Mina,

Quilola, Rebolo. Todos eles se referem a etnias negras que foram trazidas para o Brasil como escravos. A canção também faz referência ao trabalho escravo e a Zumbi dos Palmares. Procure se informar sobre a história de Zumbi e do sistema de escravidão no Brasil até o século XIX.

CAPÍTULO 4

1. A partir do que lemos no capítulo 4, quais tensões podemos ver expostas nesta charge de Laerte, de 2012, levando em conta o avanço da urbanização no Brasil no século XX e o conhecimento histórico sobre a diferença entre as classes sociais no Brasil?



2. Considere o seguinte trecho de um livro de Roberto DaMatta:

[...] Ao estudar, neste livro, os carnavais, os malandros e os nossos renunciadores – os nossos heróis –, pretendo abordar esse povo nas suas esperanças e perplexidades, pois sempre me impressionou a conjunção de um povo tão achatado junto a um sistema de relações pessoais tão preocupado com personalidades e sentimentos; uma multidão tão sem rosto e sem voz, junto a uma elite tão rouca de gritar por suas prerrogativas e direitos; uma intelectualidade tão preocupada com o coração do Brasil e, no entanto, tão voltada para o último livro francês; uma criadagem que passa tão despercebida e patrões tão egocêntricos; [...]. Um povo que me intriga na sua generosidade, sabedoria e, sobretudo, esperança.

Numa palavra, a questão deste livro é saber o que faz o Brasil, Brasil. [...]

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 16-17.

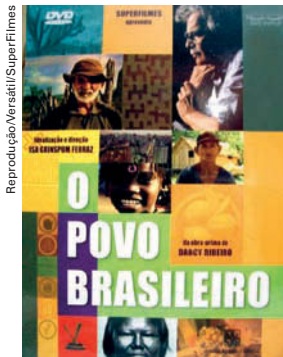
- Nesse livro, DaMatta dá continuidade à tradição de “explicações sobre Brasil”, porém faz isso com uma diferença significativa em relação a autores como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Agora considere um trecho da Introdução de *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro:

O Brasil e os brasileiros, sua gestação como povo, é o que trataremos de reconstituir e compreender nos capítulos seguintes. Surgimos da confluência, do entrelaço e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos.

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos.

Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove todos os brasileiros.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p. 19.



DVD que reúne os dez programas da série de TV baseada no livro *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro.

- **Compare os textos de Roberto DaMatta e Darcy Ribeiro observando em que aspectos eles se assemelham e em que aspectos se distanciam. Tente pensar em como a história da formação do Brasil é pensada para explicar o nosso país: quais são os critérios que cada um dos autores utiliza para pensar a sociedade brasileira? Quais eventos históricos explicam o país para cada um dos autores?**

3. Considere o seguinte texto de Gilberto Velho:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. [...] Da janela de meu apartamento vejo na rua um grupo de nordestinos, trabalhadores de construção civil enquanto a alguns metros adiante conversam surfistas. Na padaria há uma fila de empregadas domésticas, três senhoras de classe média conversam na porta do prédio em frente; dois militares atravessam a rua. Não há dúvida de que todos estes indivíduos e grupos fazem parte da paisagem, do cenário da rua, de modo geral estou habituado com a sua presença, há uma familiaridade. Mas, por outro lado, o meu conhecimento a respeito de suas vidas, hábitos, crenças, valores é altamente diferenciado. Não só o meu grau de familiaridade [...] está longe de ser homogêneo, como o de conhecimento é muito desigual. No entanto, todos não só fazem parte de minha sociedade, mas são meus contemporâneos e vizinhos. Encontramo-nos na rua, falo com alguns, cumprimento outros, há os que só reconheço e, evidentemente, há desconhecidos também. Trata-se de situação diferente de uma sociedade de pequena escala, com divisão social do trabalho menos complexa, com maior concentração ou menor número de papéis, etc. [...] O fato é que dentro da grande metrópole, seja Nova York, Paris ou Rio de Janeiro, há discontinuidades vigorosas entre o “mundo” do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele, mesmo sendo nova-iorquino, parisiense ou carioca, possa ter experiência de estranheza, não reconhecimento ou até choque cultural comparáveis à de viagens a sociedades e regiões “exóticas”.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 126-127.

- **No texto acima, Gilberto Velho discute a ideia de transformar o familiar em exótico a fim de produzir uma antropologia urbana. Além disso, há uma referência à diferença entre o mundo “de uma sociedade menos complexa” e as grandes metrópoles, que poderíamos pensar em termos da diferença**

entre uma pequena cidade do interior e as grandes capitais brasileiras. Com base neste contexto, responda às questões:

- Há grupos ou práticas sociais em sua cidade que lhe provocam estranhamento?
- Há grupos com os quais você se identifica?
- Partindo da história da urbanização do Brasil no século XX e dos conhecimentos históricos sobre esse século, que transformações geográficas, econômicas e sociais permitiram o aparecimento de novos papéis sociais?

CAPÍTULO 5

1. Observe a imagem ao lado e responda às questões propostas:

- Escreva sobre a relação natureza/cultura na sociedade capitalista.
- Desenvolva uma reflexão sobre a relação entre as ciências biológicas e nosso pensamento cotidiano: se a ciência biológica em geral considera as diversas formas animais no mundo de um ponto de vista neutro e que não os “anima”, ou lhes permite qualquer capacidade de atuação no mundo (além daquela programada nos genes), como é possível criarmos representações em desenhos e outras criações artísticas de animais que agem como gente?



Cena de desenho com os personagens (da esquerda para direita): Margarida, Minnie, Mickey e Pato Donald.

2. Considere este trecho de uma entrevista do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro à revista *Cult*:

Eduardo Viveiros de Castro — *Se nossa antropologia popular vê a humanidade como erguida sobre alicerces animais, normalmente ocultos pela cultura — tendo outrora sido “completamente” animais, permanecemos, “no fundo”, animais —, o pensamento indígena conclui ao contrário que, tendo outrora sido humanos, os animais e outros seres do cosmo continuam a ser humanos, mesmo que de modo não evidente.*

Cult — *Se tudo está impregnado de humanidade, quais são as consequências disso para o modo de vida indígena?*

Se tudo é humano, nós não somos especiais; esse é o ponto. E, ao mesmo tempo, se tudo é humano, cuidado com o que você faz, porque, quando corta uma árvore ou mata um bicho, você não está simplesmente movendo partículas de matéria de um lado para o outro, você está tratando com gente que tem memória, se vinga, contra-ataca, e assim por diante. Como tudo é humano, tudo tem ouvidos, todas as suas ações têm consequências.

Revista Cult, edição 153.

- A partir dessa fala de Viveiros de Castro, discorra sobre o que você entendeu quanto às diferentes perspectivas sobre natureza e cultura (a indígena e a não indígena) e quais são as consequências ambientais mais evidentes dos dois modos de ver o mundo.



ACQUA

UNIDADE 2

SOCIEDADE

Todos nós vivemos em sociedade e isso tem implicações que afetam todos e tudo ao nosso redor. A Sociologia nasceu para entender e explicar essas implicações, para pensar sobre a especificidade da vida em sociedade.

Desde sua origem, no início do século XIX, um dos principais temas da Sociologia foi a questão do trabalho. Como a organização do trabalho afeta a vida das pessoas? Como sistemas de trabalho resultam em certas distribuições de poder entre os grupos de uma sociedade?

Nos capítulos desta unidade vamos discutir essas questões, além de investigar as relações entre indivíduo e sociedade, religião e sociedade, classes sociais e desigualdade. Também veremos como a Sociologia se desenvolveu no Brasil, além de apresentar alguns temas contemporâneos da Sociologia.

Grafite de Banksy, sem data.

BMCL/Shutterstock/Glow Images

Neste capítulo vamos discutir:

- 1** O capitalismo e a formação do pensamento clássico
 - 2** Émile Durkheim: coesão e fato social
 - 3** Max Weber: ação social e tipos ideais
 - 4** Karl Marx: trabalho e classes sociais
 - 5** Sociologia: aspectos estruturais e conjunturais
-



Trabalhadores do mundo, uni-vos! Grafite na cidade de Bristol, Inglaterra, Reino Unido, 2009.

A Sociologia é uma ciência que se concentra no estudo das relações sociais. Seu fundamento, no entanto, dá ênfase às relações sociais que têm certa regularidade. O estudo sociológico entende que há determinados modos de vida, de comportamento e de conduta que se reproduzem e aparecem historicamente com frequência. A vida em sociedade não pode ser entendida como um processo aleatório, no qual tudo pode acontecer. Pelo contrário, as relações sociais são sempre resultado de processos históricos, isto é, têm sua base em um passado de outras relações sociais. Ao explicitar as regularidades sociais, a Sociologia tem como base a história humana.

Neste capítulo vamos conhecer os três grandes clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. A introdução ao pensamento desses autores é de fundamental importância, pois é com base em suas obras que a Sociologia se constituiu como disciplina científica distinta das ciências da natureza e das ciências exatas.

1. O CAPITALISMO E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CLÁSSICO

Desde o século XVI, diversas transformações sociais vêm caracterizando o que hoje chamamos de capitalismo. A vida em sociedade ganhou um formato específico, isto é, formas de produção, de conhecimento, de cultura e de consumo foram constituídas ao longo dos últimos cinco séculos, conferindo uma feição particular à sociedade capitalista, que é diferente daquelas que a precederam. Entretanto, o capitalismo teve origem nas sociedades feudais, organizadas em torno do trabalho servil e da produção agrícola localizada nos feudos.

Com o passar do tempo, novos interesses ligados ao comércio e ao mercado se constituíram como o eixo central da nova sociedade capitalista que se estruturava. As cidades substituíram a vida no campo, as manufaturas e depois as indústrias substituíram as relações de produção da velha sociedade, e o consumo ganhou proporções cada vez maiores diante da necessidade de desenvolvimento da produção de mercadorias.

A vida em sociedade se desenvolveu com base em uma série de acontecimentos históricos. A sociedade em que vivemos hoje é resultado de transformações históricas geradas nos séculos anteriores. O acúmulo de experiências sociais constitui o conjunto das condutas sociais, necessidades, padrões culturais e de comportamento, formas de organização política e do conhecimento científico que reproduzimos hoje. A produção e a reprodução social são, portanto, uma síntese de acontecimentos históricos.



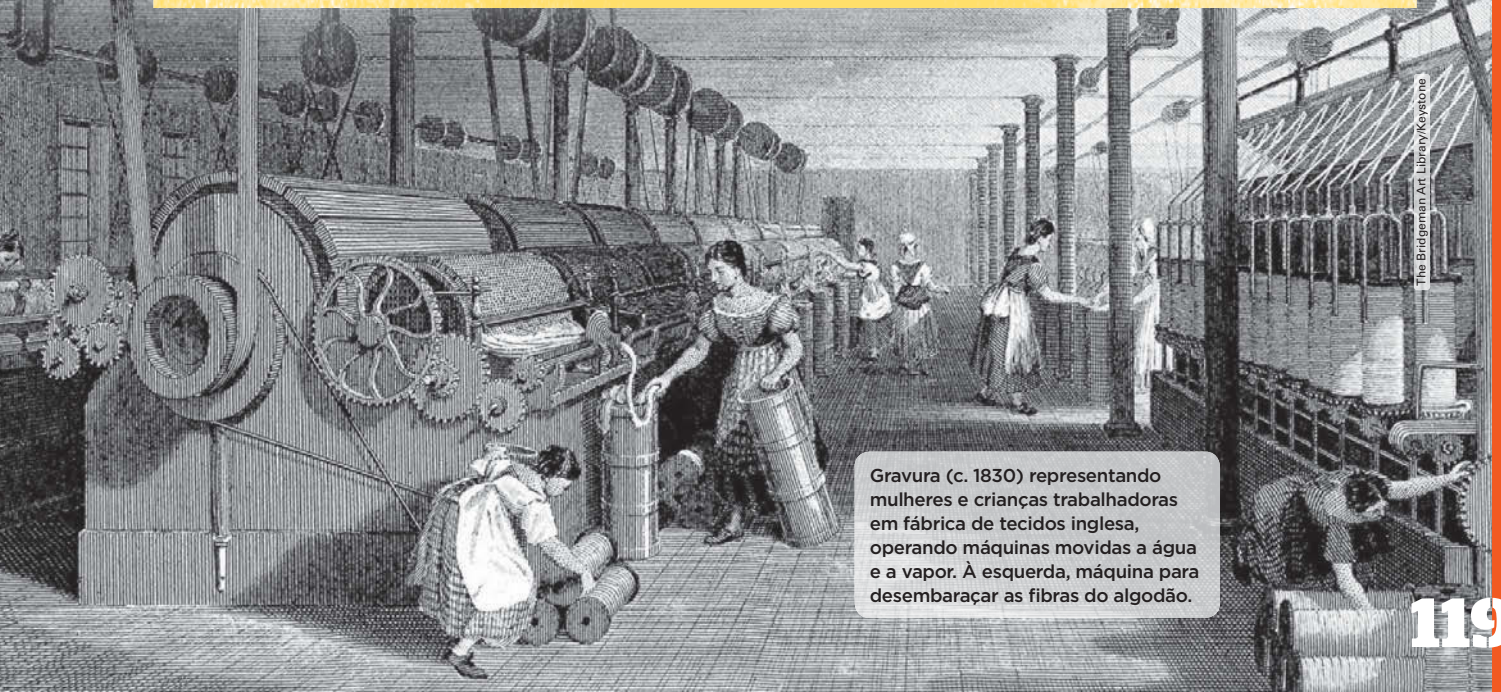
Foto: The Bridgeman Art Library/Keystone

Trabalhadores servis arando a terra (primeiro plano) e semeando (ao fundo). Iluminura de um breviário (livro de orações cotidianas) italiano do fim do século XV.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já imaginou que nosso modo de viver hoje em dia está relacionado à história passada? Que a maneira como organizamos nosso cotidiano, o modo como trabalhamos e produzimos influenciam nossa forma de pensar, de conhecer e de compreender o mundo? Que nossas escolhas e nosso gosto por determinadas coisas são influen-

ciados por um padrão que herdamos social e historicamente? Vimos que a sociedade capitalista é resultado de acontecimentos históricos. Agora procure refletir sobre padrões sociais presentes na sua vida, suas preferências e gostos, formas de agir, de produzir, de trabalhar e observe como tudo isso pode ser o resultado de fatos históricos.



The Bridgeman Art Library/Keystone

Gravura (c. 1830) representando mulheres e crianças trabalhadoras em fábrica de tecidos inglesa, operando máquinas movidas a água e a vapor. À esquerda, máquina para desembaraçar as fibras do algodão.

A formação da Sociologia é também resultado do processo de consolidação da sociedade capitalista. Esse campo de estudo só pôde se manifestar porque já existiam os elementos sociais necessários ao seu surgimento. Como todo e qualquer acontecimento histórico, a origem da Sociologia tem relação direta com as necessidades sociais que se manifestaram no momento de seu nascimento. Ou seja, a origem da Sociologia está relacionada à própria forma como o capitalismo se difundiu nos séculos XIX e XX.

A indústria teve grande desenvolvimento, transformando os modos de organização das cidades. Na Europa do século XVIII, em que a dinâmica da sociedade era ditada pela indústria de tecidos, um dos objetivos da ciência era incrementar a produção de mercadorias, a fim de torná-la mais eficiente, rápida e barata. Com a introdução das máquinas, a produtividade aumentou vertiginosamente, e o trabalhador foi condicionado ao ritmo das máquinas. À semelhança da divisão do trabalho na indústria, o conhecimento científico começou a sofrer divisões. Novas práticas científicas e novas formas de conhecer a vida em sociedade seguiram o padrão de desenvolvimento industrial.

The Bridgeman Art Library/Keystone



A hora do jantar: Wigan (1874), óleo sobre tela do pintor inglês Eyre Crowe (1824-1910). A tela representa mulheres trabalhadoras em tecelagens num momento de descanso para a refeição do final do dia. A cena se passa na cidade de Wigan, importante centro manufatureiro do norte da Inglaterra.

Em seu livro *The Condition of the Working Classes in England in 1844*, Friedrich Engels observou: “Em todas as cidades onde há manufaturas vemos multidões de pessoas, especialmente mulheres e crianças, caminhando descalças [...]”.

Note o detalhe da pintura reproduzido na página ao lado.

Assim, as transformações produtivas tiveram grande influência e peso sobre a origem da Sociologia e de outras Ciências Sociais, como a Economia, a Antropologia e a Ciência Política.

Foi nesse contexto que surgiram os três grandes pensadores clássicos da Sociologia: Émile Durkheim (ver *Perfil* no item 2), Max Weber (ver *Perfil* no item 3) e Karl Marx (ver *Perfil* no item 4). Na Alemanha do século XIX, Marx argumentava que as **condições materiais de existência** eram determinantes na vida em sociedade. Segundo ele, a humanidade é responsável por realizar sua própria história. Não há, assim, um destino predeterminado. A luta entre grupos sociais com interesses antagônicos constitui a base da mudança e das transformações sociais. Com isso, as explicações fundamentadas em crenças espirituais devem dar lugar à ideia de que a vida em sociedade é condicionada pelo conflito entre grupos com interesses opostos. Essas forças sociais conflitantes determinam as transformações históricas e estruturam o modo de vida de cada sociedade.

Já o sociólogo francês Émile Durkheim, na virada do século XIX para o XX, aproximou a Sociologia do método das Ciências Naturais. Para esse autor, a sociedade era como um organismo vivo, e cada parte desse organismo se relacionava com o todo (o **organismo social**) na medida em que dependia dele. A integração social foi tema central da obra de Durkheim, sobretudo porque ele considerava que a sociedade exercia uma força (uma coerção) sobre os indivíduos, moldando-os à sua semelhança.

No início do século XX, Max Weber inverteu o princípio geral de Durkheim. Em lugar de pensar a sociedade espelhada nos indivíduos, Weber entendia que as ações dos indivíduos eram orientadas por outras ações, isto é, uma ação social tinha como referência um conjunto de outras ações. Nesse sentido, a ação social tanto era influenciada por outras ações individuais como as influenciava. Weber elegeu, assim, a **ação social** como objeto central de sua análise sociológica.

Como você pôde observar, a origem da Sociologia tem relação direta com a história do capitalismo, especialmente com o desenvolvimento industrial e político do século XIX. Podemos dizer que a Sociologia nasceu em razão desse desenvolvimento e pela necessidade de explicar as transformações sociais ocorridas no século XIX. Karl Marx contribuiu para a análise do capitalismo na medida em que construiu uma teoria segundo a qual a sociedade passou a ser entendida como resultado de embates entre grupos sociais distintos. Durkheim, por sua vez, procurou explicar a desordem provocada pelas transformações políticas e industriais, buscando a unidade em um mundo cada vez mais compartimentado pela divisão do trabalho. Sua sociologia tratou de ordenar uma sociedade caótica, tentando encontrar um estado de equilíbrio social. Max Weber, por fim, entendeu que a Sociologia deveria partir da análise da ação do indivíduo, sem que houvesse, entretanto, oposição entre o indivíduo e a sociedade. Para Weber, as normas sociais só se tornam concretas no momento em que cada indivíduo as manifesta. A ação individual, portanto, é sempre orientada pela ação de outra pessoa.

2. ÉMILE DURKHEIM: COESÃO E FATO SOCIAL

Émile Durkheim nasceu em 1858, na França. Influenciado pela obra do filósofo francês **Augusto Comte (1798-1857)**, que sistematizou pela primeira vez a Sociologia como ciência específica, aproximando-a dos métodos das ciências naturais, Durkheim procurou consolidar a Sociologia como ciência social distinta das ciências naturais. Com esse objetivo, preocupou-se em desenvolver uma teoria e um método de análise com conceitos específicos para o estudo da vida em sociedade. Como veremos a seguir, os fundamentos da sociologia de Durkheim podem ser resumidos nos conceitos de **coesão**, de **divisão do trabalho** (ou especialização do trabalho) e de **fato social**.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Augusto Comte (1798-1857)**.

ASSIM FALOU... DURKHEIM

[...] a divisão do trabalho [...] não serviria apenas para dotar nossas sociedades de luxo, invejável talvez, mas supérfluo; ela seria uma condição de existência da sociedade. Graças à divisão do trabalho, ou pelo menos por seu intermédio, se garantiria a coesão social; ela determinaria os traços essenciais da constituição da sociedade. Por isso mesmo [...] caso seja essa realmente a função da divisão do trabalho, ela deve ter um caráter moral, porque as necessidades de ordem, de harmonia e de solidariedade social são geralmente consideradas morais.¹

Lembrando o que vimos no primeiro item deste capítulo, Durkheim foi particularmente influenciado pelos desdobramentos históricos dos séculos XVIII e XIX. A Europa do século XIX desenvolveu-se em torno dos preceitos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. A Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII, intensificou brutalmente a produção de mercadorias. Valendo-se dos avanços tecnológicos introduzidos nas fábricas, a produção industrial na Inglaterra do século XVIII se expandiu para outros países no século XIX, tornando-se o centro de organização da vida social.

Já a Revolução Francesa, que teve seu desfecho em 1789, foi marcada por transformações políticas estruturais. A sociedade feudal, que precedeu a sociedade capitalista, foi destruída. As instituições políticas feudais deram lugar às organizações políticas capitalistas. A monarquia foi substituída por instituições políticas que tinham como fundamento os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.



¹ DURKHEIM, Émile. Método para determinar a função da divisão do trabalho. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Émile Durkheim*. São Paulo: Ática, p. 66.

Manifestantes de diferentes categorias profissionais e sociais se unem em protesto político em Londres, Inglaterra, em 2010.



Nando Machado/Shutterstock/Glow Images

As escolas, antes controladas pela Igreja, passaram às mãos do Estado, tornando-se laicas. A livre-iniciativa (o processo de trocas mercantis) foi estimulada por novas regras e leis criadas sob a ótica da produção industrial, em franco crescimento.

No fim do século XIX, Durkheim observava esse acelerado processo de transformação social, singularmente impulsionado pela indústria, e tentava responder à seguinte questão: como pode a sociedade capitalista, que se divide e se especializa em funções cada vez mais heterogêneas, garantir uma unidade, uma coesão social? Em busca de uma explicação sociológica para essa dinâmica, Durkheim procurava entender a unidade social em um mundo cada vez mais dividido pela especialização do trabalho. Ele se perguntava como indivíduos tão diferentes, em funções sociais tão distintas, poderiam se integrar socialmente.

Para explicar esse processo de diferenciação, Durkheim partiu da seguinte hipótese: todas as sociedades se caracterizam por algum tipo de divisão (especialização) do trabalho. Ou seja, ao longo do desenvolvimento das sociedades, os indivíduos tendem a se tornar cada vez mais diferentes uns dos outros. Em sociedades com menor divisão do trabalho, os indivíduos são mais semelhantes entre si quando comparados aos que pertencem a sociedades em que a divisão do trabalho é maior.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

No mundo atual, a especialização profissional pode ser vista nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, no comércio. A divisão do trabalho está presente em todos os setores da sociedade. A vida das pessoas gira em torno de suas profissões e qualificações profissionais. Você já

procurou entender de que modo o cotidiano de seus pais e familiares está relacionado à profissão que eles exercem? Com base no que foi discutido até aqui, reflita sobre como as qualificações profissionais influenciam a vida de seus parentes e conhecidos.

LÉXICO

interdependência funcional: nome dado por Durkheim à dependência recíproca entre as pessoas em sociedades em que há grande divisão do trabalho e trabalhos muito especializados. Todos nós dependemos de alimentos e bens produzidos por outras pessoas, em diferentes lugares. Sem interdependência funcional, cada um de nós precisaria cultivar os alimentos, fazer suas próprias roupas, etc.

É nessa perspectiva que Durkheim observa a coesão social, ou seja, o grau de integração de cada sociedade. Em sociedades que desenvolveram muito a divisão do trabalho predomina uma dinâmica dupla. Ao mesmo tempo que ocorre uma diferenciação profissional, cria-se uma **interdependência funcional** entre os indivíduos. Os laços sociais, a rede de interdependência, caracterizam uma forma de coesão social. Em sociedades que desenvolveram menos a divisão do trabalho, são as crenças que garantem a unidade social, já que o processo de especialização das funções profissionais ainda é rudimentar.

Para esclarecer melhor, podemos comparar duas sociedades: uma sociedade feudal e uma sociedade industrial. Em uma sociedade feudal hipotética, a divisão do trabalho se dá com base em atividades predominantemente agrícolas. Os servos trabalham na maior parte do mês em benefício do senhor feudal e reservam apenas uma pequena parte do seu tempo para prover sua subsistência e a de sua família. As técnicas de trabalho são rudimentares e as tarefas estão ligadas ao plantio, à colheita e ao cuidado com os animais. Há grande semelhança entre as técnicas produtivas empregadas nos diferentes feudos, não havendo, assim, muita diferenciação entre os indivíduos.

Já na sociedade industrial, ocorre uma intensa divisão do trabalho: mulheres e homens exercem funções extremamente diferenciadas. Existem faxineiros, pedreiros, carpinteiros, publicitários, professores, operários, comerciantes,

só para citar um pequeno número de profissões, e dentro dessas profissões ainda há várias subdivisões. Entre os professores, por exemplo, estão os que ensinam Matemática, Física, Sociologia, Antropologia, Biologia, Arte, Educação Física, etc. Para Durkheim, essas sociedades são mais especializadas, têm maior grau de divisão profissional, o que acaba por caracterizar indivíduos muito diferenciados entre si.

A divisão do trabalho é, para Durkheim, o elemento social que impulsiona o desenvolvimento das sociedades. As funções sociais são fundamentais para sua análise, e, por isso, a Sociologia desse autor foi considerada “funcionalista”. Esse foi o aspecto que influenciou os antropólogos que estudamos no capítulo 2. Entretanto, para refletir sobre a divisão do trabalho, Durkheim desenvolveu outros conceitos importantes. Entre eles, o conceito de **fato social**, essencial para definir o que é próprio ou não do campo sociológico.

Com o objetivo de criar conceitos com o maior rigor possível, Durkheim entendia o fato social como uma coisa, um fenômeno tão apreensível quanto qualquer elemento físico ou biológico. Os fatos sociais seriam, assim, formas de pensar, sentir e agir que exercem uma força externa (uma coerção) sobre os indivíduos.

Para Durkheim, a sociedade precedia os indivíduos e agia sobre eles, determinando suas formas de ser. Assim, um fato social poderia ser reconhecível com base na coerção social imposta a um ou mais indivíduos. Levando isso em conta, só seria considerado fato social o fenômeno que apresentasse:

1. uma generalidade (que estivesse presente e fosse reconhecível em toda uma sociedade ou grupo social);
2. uma externalidade (que fosse exterior às consciências sociais, isto é, que existisse independentemente da vontade e dos anseios do indivíduo); e
3. uma força coercitiva externa aos indivíduos, moldando as vontades individuais ao coletivo. Nesse sentido, a sociologia de Durkheim, além de funcionalista, é também considerada estruturalista, na medida em que a sociedade (a estrutura social) determinaria as condutas individuais.



Photo Giraudon, Paris, França/Arquivo da editora



China Out/Agência France-Presse

No alto, ilustração de um manuscrito francês do século XV sobre os trabalhos agrícolas nos diferentes meses do ano.

Na foto de 2010, trabalhadoras chinesas montam componentes eletrônicos em fábrica de Shenzhen, na China, subsidiária de uma multinacional de Taiwan. As imagens representam, respectivamente, formas de divisão do trabalho no feudalismo e no capitalismo.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

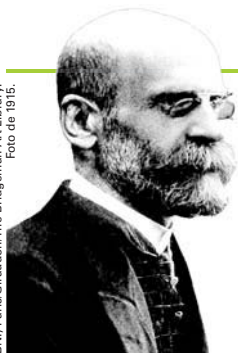
Nossa vida em sociedade depende de funções exercidas por outras pessoas. A sociedade capitalista cria funções cada vez mais especializadas e das quais dependemos cada vez mais. Com isso, forma-se uma rede de interdependência entre os indivíduos. Dependemos do pedreiro, do carpinteiro, do jornalista, que por sua vez depende do lojista, do comerciante, do industrial, que

depende do vendedor de seguros, do vendedor de carros, do programador de *software*, que depende do pedreiro, do carpinteiro, e assim por diante. Ou seja: as funções sociais que desempenhamos criam laços de interdependência social. Tente observar em sua escola como se dão essas relações de funcionalidade e interdependência profissional.

Exemplos de fatos sociais são o direito, a educação, a divisão do trabalho, as crenças religiosas e políticas, os esportes. O futebol, por exemplo, é um fato social na medida em que está presente em toda a sociedade brasileira. É externo aos indivíduos, pois sua existência não depende da vontade individual. É também coercitivo, pois impõe aos indivíduos um padrão esportivo. Além disso, muitos meninos brasileiros desejam ser, em primeiro lugar, jogadores de futebol. Esse “desejo” pode ser visto como coerção externa, propriamente social.

Nos termos de Durkheim, a Sociologia deve ter como fundamento o estudo dos fatos sociais. Aqueles fenômenos que não estiverem dentro de sua definição serão considerados do domínio de outras ciências. Para Émile Durkheim, a Sociologia é a ciência que estuda os fatos sociais.

BNF Paris/Giraudon/The Bridgeman Art Library. Foto de 1915.



PERFIL ÉMILE DURKHEIM

Émile Durkheim viveu entre 1858 e 1917, na França. Formou-se em Filosofia na École Normale Supérieure (ENS), em Paris. Desde cedo se interessou pelo estudo da sociedade, influenciado pela

leitura do pensador inglês Herbert Spencer e do filósofo francês Augusto Comte. Passou um tempo na Alemanha, em seguida trabalhou na Universidade de Bordeaux, já como cientista social, e aí fundou o primeiro departamento de Sociologia da Europa. Depois passou a lecionar Sociologia na Sorbonne (Universidade de Paris), ganhando grande prestígio internacional.

O trabalho intelectual de Durkheim o tornou conhecido como um dos pais da Sociologia, respon-

sável por estabelecer o ponto de vista sociológico como fundamental para o entendimento da vida em sociedade. Suas percepções sobre o fato social, a coesão social, a importância do sistema social e do método sociológico foram muito influentes no mundo inteiro. A sociologia de Durkheim e sua preocupação com a ordem e o equilíbrio foram essenciais na constituição da Sociologia como disciplina reconhecida academicamente.

Sua obra foi também fundamental para o desenvolvimento da Antropologia, principalmente *As formas elementares da vida religiosa*, texto obrigatório nos cursos de formação antropológica. Sua influência sobre a antropologia inglesa, por um lado, e francesa (através de seu sobrinho Marcel Mauss) ajudou a definir a Antropologia no século XX.

3. MAX WEBER: AÇÃO SOCIAL E TIPOS IDEAIS

Max Weber nasceu na Alemanha, em 1864. Suas principais obras estão concentradas entre a primeira e a segunda décadas do século XX e estabelecem um novo estágio para as Ciências Sociais. Weber também se empenhou em sistematizar a Sociologia, mas sua análise difere muito da de Durkheim, sobretudo no que se refere à importância do indivíduo e de sua ação social. Diferente de Durkheim, Weber não considerava a sociedade algo exterior e superior aos indivíduos. Para ele, a sociedade deveria ser analisada com base no conjunto das ações individuais.

Mas o que significa isso? Segundo Weber, qualquer ação individual é orientada por outras ações, ou seja, quando agimos, levamos em conta e nos orientamos pela ação de outras pessoas. Com base na expectativa de como nossa ação será recebida, agimos de uma ou de outra maneira. Nossa ação individual é considerada por Weber social, pois está inserida em um contexto social e histórico que qualifica todas as ações individuais.

Nesse sentido, os fenômenos sociais são consequências de ações individuais, o que nos leva a entender que não há oposição entre o indivíduo e a sociedade, pois, para Weber, só é possível compreender a sociedade na medida em que a ação individual a manifesta. Assim, o indivíduo não é considerado produto de um

todo coercitivo. Ele é, pelo contrário, responsável por seus atos. A sociedade não tem um sentido próprio, mas sim é reproduzida pelos indivíduos, que com suas ações lhe conferem sentido. Portanto, a sociologia de Weber tem como um de seus principais fundamentos a indicação de que a compreensão de fenômenos sociais estruturais — como o capitalismo, os Estados, as religiões, os regimes políticos e as formas de poder e dominação — reside na análise das ações individuais ou de um conjunto dessas ações.

ASSIM FALOU... WEBER

[a sociologia é a] ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e de seus efeitos. Por “ação” se designará toda a conduta humana, cujos sujeitos vinculem a esta ação um sentido subjetivo. Tal comportamento pode ser mental ou exterior; poderá consistir de ação ou omissão no agir. O termo “ação social” será reservado à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela.²

Para Weber, o indivíduo é a unidade referencial central, tanto para si mesmo quanto para a sociedade. Isso significa que o método de análise weberiano parte do indivíduo e da ação individual para explicar os fenômenos sociais. Assim, por exemplo, não seria possível explicar o aumento do número de suicídios pela crise econômica em dado país. Ao contrário, seria necessário partir da análise empírica das ações individuais que motivaram esse aumento de suicídios. Podemos, portanto, entender que a **ação social** é o objeto de análise central da sociologia de Weber.

Mas o que é uma ação social? Para Weber, trata-se de qualquer ação do indivíduo que é orientada pela ação de outros indivíduos. Por exemplo, as eleições. O eleitor vota, orientando-se pelos comentários, pela intenção e até mesmo pelo voto de outros eleitores. Ou seja, a ação é individual, mas só se torna compreensível sociologicamente na medida em que a escolha de determinado candidato tem como referência o conjunto dos demais eleitores.



Eleitor vota em urna eletrônica no Rio de Janeiro, em outubro de 2010.

Ao votar, o eleitor pratica uma ação individual que é orientada pela ação dos outros indivíduos. Charge de 2010.

² WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Moraes, 1987. p. 9.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Nossas escolhas têm relação com as escolhas que outras pessoas fazem. Estamos sempre imersos em contextos sociais que nos influenciam e que orientam nossas ações individuais. Quando você diz que gostou de um filme, que escolheu um candidato ou que prefere um certo modelo de tênis, você está se orientando subjetivamente pela ação de outros indivíduos. Procure refletir sobre seus últimos atos de consumo e em que medida eles podem ter sido motivados pela ação de outros indivíduos.

A análise que Weber faz das sociedades e de seus fenômenos particulares tem como referência central o agente individual e sua ação. Assim, a manifestação histórica de determinados fenômenos deve ser compreendida com base em um conjunto de ações individuais. Partindo das ações individuais, Weber pretende compreender questões sociais mais gerais. Portanto, para examinar questões que afetam e definem a sociedade como um todo, é preciso partir da análise de ações individuais subjetivas. O conhecimento sociológico, diz Weber, só pode ser objetivo se tiver como objeto de estudo a ação individual.

Mas o que deve ser analisado? Para Weber, a realidade é infinita e, por isso, deve ser recortada para ser compreendida. O objeto de análise é, assim, criado pelo sociólogo. O cientista faz uma seleção dos fatos que vai estudar: sua escolha é subjetiva. Ele decide o que analisar com base em julgamentos fundamentados em seus valores pessoais. A partir desse momento, que é essencialmente subjetivo, Weber constrói um método de análise para atingir a objetividade científica. Os resultados são considerados objetivos na medida em que os procedimentos de análise da ação social são efetivamente aplicados. Quanto mais distante do objeto de análise o sociólogo se coloca, mais objetivos serão os resultados de sua pesquisa.

Archives Charmet/The Bridgeman Art Library/
KeyStone. Foto de c. 1896.



PERFIL MAX WEBER

Nascido em Erfurt, na Alemanha, Max Weber (1864-1920) foi um dos mais importantes cientistas sociais de todos os tempos, e seus

trabalhos tiveram grande influência sobre o estudo da sociedade moderna.

Embora reconhecesse, como Marx, a importância do trabalho e da economia sobre a vida social, Weber se interessou mais pelo modo como a economia era, por sua vez, influenciada por outros aspectos da sociedade, em especial pela religião. Em sua obra mais famosa, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber analisa a maneira pela qual algumas ideias protestantes, como a valorização do trabalho e a doutrina da predestinação de Calvino (segundo a qual os predestinados por Deus à salvação seriam também bem-sucedidos neste mundo) favoreceram o desenvolvimento do capitalismo nos países onde o protestantismo era mais forte. Weber não afirmou

que só os países protestantes se tornariam desenvolvidos (o Japão, por exemplo, seria uma exceção óbvia), mas sim que, no contexto europeu, algumas ideias de origem religiosa podem ter favorecido o surgimento do capitalismo.

Por outro lado, Weber via na sociedade moderna um processo crescente de racionalização: vários aspectos da vida deixaram de ser regulados pela tradição e passaram a ser organizados segundo regras claras que favorecem a previsibilidade e a eficiência. Na economia, por exemplo, as formas tradicionais de trabalho foram substituídas pela fábrica e pela gestão científica da produção; na política, a obediência à tradição foi substituída pelo respeito à lei. Embora todos esses aspectos favoreçam a eficiência, Weber temia que, com o tempo, a racionalização causasse uma deterioração dos valores (não só religiosos, mas também os valores liberais ligados à liberdade individual, à democracia) que produziram a própria sociedade moderna.

Os procedimentos de análise, que garantem a objetividade dos resultados, estão diretamente relacionados à construção de **tipos ideais** ou **tipos puros**. O tipo ideal é uma “ferramenta” que o pesquisador usa para se aproximar da realidade. Comparando com a Física, podemos dizer que o tipo ideal é uma régua para medir determinado elemento. Trata-se de um recurso para medir a realidade, para compreender o conteúdo dessa realidade.

Como a realidade é múltipla e impossível de ser descrita em sua totalidade, Weber constrói tipos ideais para se aproximar o máximo possível da realidade analisada. Esses tipos ideais são construídos com base em regularidades sociais por ele observadas. Note que a construção de um tipo ideal, apesar de amparada na realidade, é apenas uma elaboração teórica do pesquisador. Algo como escolher certas características regulares de determinada sociedade e construir um tipo ideal de pai de família. Quando o pesquisador for analisar uma sociedade específica, esse tipo ideal de pai de família, apesar de não se encaixar exatamente na realidade, servirá de base para compreender como, por exemplo, alguns pais estabelecem relações com suas famílias em determinada comunidade.

Weber construiu quatro tipos ideais de ação social: 1. a ação social com relação a fins; 2. a ação social com relação a valores; 3. a ação tradicional; e 4. a ação afetiva. Por ser tipos ideais, essas ações não são exatamente reconhecíveis na realidade. Mas com base nessas construções teóricas, podemos observar a realidade e constatar algumas ações individuais caracterizadas por um ou mais tipos ideais de ação. O importante aqui é entender que esse mecanismo favorece o entendimento da sociedade na medida em que aproxima o pesquisador da realidade estudada.



4. KARL MARX: TRABALHO E CLASSES SOCIAIS

A principal obra de Karl Marx, *O capital*, veio a público em 1867, ano de lançamento do primeiro volume. Os outros dois volumes foram publicados após a morte do autor, em 1883. Marx foi um dos maiores pensadores de seu tempo. Sua análise foi marcada pela investigação das relações de força entre os indivíduos. Para ele, a questão-chave para explicar as transformações sociais é a **relação conflituosa entre forças sociais**, isto é, entre classes sociais distintas com interesses contrários.

ASSIM FALOU.. MARX

A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes. [Homem] livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta. [...]

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas. A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que directamente se enfrentam: burguesia e proletariado.³

³MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 66-67.

Coleção Particular/Arquivo da editora. Foto de c. 1880.



PERFIL KARL MARX

Karl Marx nasceu em Trier, no Reino da Prússia, hoje Alemanha, em 5 de maio de 1818, e morreu em Londres, em 14 de março de 1883. De origem judaica, foi o segundo filho dos nove de Henriette Pressburg e Herschel Marx.

Sua teoria foi marcada principalmente por três correntes de pensamento a ele contemporâneas. A primeira delas foi a Filosofia Idealista Alemã, que teve como referência central o filósofo Georg Friedrich Hegel (1770-1831). A segunda foi a Economia Política Clássica, sobretudo, o economista escocês Adam Smith (1723-1790) e o inglês David Ricardo (1772-1823), e a terceira, mas não menos importante, foi a Historiografia Socialista, que tem entre seus principais nomes os franceses Saint-Simon

(1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837) e o galês Robert Owen (1771-1858).

Em *O capital*, Marx expõe a lógica do processo de valorização do capital, isto é, como o capital se reproduz com base na exploração do trabalho. Mostra, assim, o objetivo do capital de, ao se reproduzir como a relação social hegemônica, ampliar sua dominação com base no aumento dos lucros capitalistas.

Teórico, militante político revolucionário e um dos maiores pensadores críticos da sociedade capitalista, Marx escreveu várias obras sobre a relação de exploração e dominação social do capital em relação ao trabalho. Marx pode ser considerado um autor atual, já que as relações de produção capitalistas e a exploração do trabalho assalariado são ainda questões centrais nas sociedades contemporâneas.

O argumento central de Marx é o de que as sociedades se dividem em **classes sociais**. Essa divisão é fruto de um processo histórico de lutas em que uma das classes sociais torna-se dominante e acaba por subjugar os interesses de outra. No capitalismo, Marx observa que a burguesia, a classe capitalista, tornou-se dominante, primeiro derrotando a nobreza e, a seguir, instaurando um novo tipo de sociedade. A burguesia passou a constituir, à sua maneira, as formas de governo, a cultura, a política. As leis, as regras, as normas, os gostos e os padrões de consumo, de organização da economia, da ciência e da política passaram a ser determinados pelos interesses da burguesia. Ou seja, a sociedade capitalista em que vivemos tem como objetivo central reproduzir a forma de vida da burguesia, fundamentada na formação do lucro e estruturada na produção de mercadorias.

Para reproduzir a forma de vida da burguesia, é necessário que haja uma classe produtora de mercadorias, cujo trabalho é explorado pelos capitalistas. Assim, ao mesmo tempo que se constitui historicamente a burguesia, forma-se uma classe antagônica a ela: a classe trabalhadora, ou proletariado. No processo histórico de formação do capitalismo, a burguesia nascente já explorava o trabalho de pequenos produtores. Com o crescimento dessa forma de produção, a burguesia torna-se dominante e o coletivo de trabalhadores, antigos servos e produtores rurais, aumenta vigorosamente na forma de um proletariado industrial. Portanto, as classes sociais fundamentais da sociedade capitalista são a burguesia (a classe capitalista) e o proletariado (a classe trabalhadora).

Mas por que a classe trabalhadora se deixa explorar? Por que não há igualdade econômica entre os indivíduos? Segundo Marx, ao longo da História, a classe trabalhadora foi expropriada de seus meios de produção, isto é, de suas terras,



Greve, detalhe do óleo sobre tela do pintor russo Boris Kustodiev (1878-1927).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Para Marx, o trabalho que enfrentamos todos os dias tem como objetivo gerar lucro ao capitalista. Toda a produção é organizada com base nesse objetivo. Porém, os trabalhadores ficam apenas com uma parte da produção. A outra parte é exatamente o lucro. Você já se perguntou o porquê desse tipo de produção? Quais são os mecanis-

mos de organização do trabalho para que a produção seja sempre maior? Como o empregador controla o trabalho dos empregados? Já pensou na forma como os trabalhadores produzem e no que eles produzem? Reflita sobre alguns aspectos da organização do seu trabalho ou do trabalho de pessoas de sua família.

de suas ferramentas, de suas casas e de seus locais de trabalho. A burguesia, ao se apropriar dos meios de produção, força o trabalhador a vender seu trabalho em troca de um salário. O trabalhador é obrigado a se submeter a determinado salário, a certo ritmo de trabalho, a determinadas condições de trabalho, a jornadas determinadas e, sobretudo, a determinada produtividade. A classe trabalhadora não tem escolha. Se quiser sobreviver, deve a todo momento vender seu trabalho a um capitalista, seja no comércio, seja na indústria, seja em uma escola particular, seja cortando cana-de-açúcar para uma usina produtora de álcool.

A classe capitalista tem como ponto central de sua dominação reproduzir a exploração do trabalho. Para isso, a produção industrial é cada vez mais incrementada, tanto as formas de gerência quanto as novas tecnologias introduzidas. Mas por que é sempre necessário desenvolver mais e mais a produção de mercadorias? Marx entende que quanto mais o trabalhador é controlado, maior será sua produtividade e menor será seu poder político. Assim, a substituição do trabalhador por uma máquina é uma iniciativa do capitalista para obter um número maior de mercadorias, aumentando a produtividade do trabalho. Com a máquina a produção aumenta, e aumenta também o controle do capitalista, pois os trabalhadores passam a responder ao ritmo e ao tempo da máquina. Ou seja, o capitalista usa a máquina ou o robô tanto produtivamente quanto politicamente. Ao submeter o trabalhador a um ritmo que ele não comanda, o capitalista força o trabalhador a aumentar a produtividade do trabalho.

Podemos resumir essa questão com a seguinte frase: é preciso que tudo mude para que nada se transforme. Ou seja, é preciso sempre desenvolver a produção com novas tecnologias e formas de organização, para que: 1. A produção aumente e, com isso, aumentem os lucros dos capitalistas; 2. Aumente o controle do capitalista sobre a classe trabalhadora. Portanto, para Marx, o desenvolvimento do capitalismo se baseia na exploração e na dominação da classe trabalhadora pela classe capitalista. Nesse sentido, as classes sociais se chocam e as transformações históricas e sociais se desenrolam.

Vemos, por exemplo, que de um lado os trabalhadores reivindicam, por meio dos seus sindicatos, melhores salários e condições de trabalho. De outro lado, os capitalistas querem aumentar seu lucro. Existe, então, um embate entre forças sociais opostas. Uma quer ampliar seu lucro, empregando técnicas produtivas cada vez mais sofisticadas; a outra resiste, a fim de manter e/ou ampliar suas condições materiais de sobrevivência. Temos, portanto, uma sociedade baseada em relações contraditórias, que inspiram confrontos políticos originários da divisão social em classes.

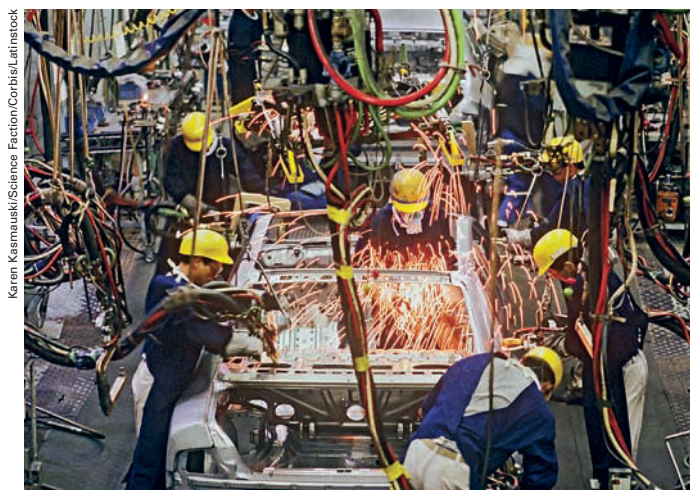


5. SOCIOLOGIA: ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS

Vimos, no decorrer deste capítulo, que a formação da Sociologia como ciência é fruto de transformações históricas. Isso significa que as características gerais da Sociologia têm relação com a maneira como a sociedade se organizou no fim do século XIX e no início do século XX. A forma da organização da vida em sociedade nesse período, isto é, a forma de organizar a indústria, o comércio, as relações monetárias, a política dos Estados, a educação e o conhecimento em geral constituem a base para refletir sobre a razão de a Sociologia ter se estruturado como uma ciência particular, distinta da História e da Filosofia.



Trabalhadores em linha de montagem de fábrica de automóveis em Minnesota, Estados Unidos, em foto de 1935.



Empregados de grande multinacional japonesa trabalham em fábrica localizada em Tochigi, Japão, em foto de 1990.

Cada um dos autores que estudamos neste capítulo analisa a sociedade capitalista de sua época e enfatiza elementos que considera centrais. Nesse sentido, apesar de partirem da mesma referência empírica, que é a própria sociedade capitalista, cada um desses autores tem interpretações diferentes sobre a estrutura social e sobre os elementos conjunturais da sociedade. Entretanto, é possível precisar, com base na Sociologia nascente, o que é estrutura social e o que é conjuntura social.

As sociedades, sejam elas indígenas, escravistas, africanas, orientais, monogâmicas, socialistas ou capitalistas, têm elementos gerais que se reproduzem ao longo do tempo. Esses elementos gerais são o alicerce da sociedade e se caracterizam como elementos típicos, isto é, elementos que tornam uma sociedade diferente de outra. A estrutura social, portanto, é formada por características gerais que dão particularidade à sociedade e se reproduzem ao longo do tempo. Assim, podemos entender que se uma sociedade tem seus elementos estruturais destruídos, ela perde sua particularidade, transformando-se em outro tipo de sociedade.

Para ficar mais claro, vamos pensar na sociedade em que vivemos: a sociedade capitalista. Ainda que os autores citados neste capítulo pensem de diferentes formas, todos consideram que o trabalho é um elemento central da estrutura da sociedade capitalista. No entanto, ao observar o trabalho de nossos pais e o trabalho que desenvolvemos hoje, notamos grandes diferenças. Por exemplo, hoje o computador é usado na maioria das profissões; há trinta

anos, era pouco utilizado. A sociedade, portanto, passou de uma conjuntura a outra, reproduzindo o trabalho, mas esse trabalho se transformou.

O que podemos concluir de tudo isso? Que sempre estamos imersos em conjunturas sociais. Entretanto, há elementos sociais que se reproduzem em todas as conjunturas específicas. Podemos dizer, por exemplo, que na história do capitalismo sempre houve trabalho e trabalhadores. Isso, portanto, faz parte da estrutura social. Não obstante, o trabalho foi modificado muitas vezes, tanto em sua forma de exploração como na relação do trabalhador com seu trabalho. Tanto na maneira como nos organizamos com base no trabalho como na relação que temos com as pessoas com quem trabalhamos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Vivemos em sociedades que se transformam a cada segundo. Novas tecnologias, novos meios de comunicação, novos tipos de trabalho, novas formas de aprendizagem, novos métodos científicos. No entanto, ainda fazemos parte de uma sociedade com características que permanecem

ao longo do tempo. Nossos hábitos parecem sempre novos, mas se pararmos para pensar veremos que existem padrões que herdamos e que se fundamentam na história de nossa sociedade. Com base nisso, pense sobre o que é realmente novo nas suas práticas cotidianas.

Portanto, por um lado, o trabalho em geral permanece, e por isso é um elemento central da estrutura social. Por outro lado, em cada conjuntura histórica o trabalho ganha características específicas, mas nem por isso perde suas características gerais. Por exemplo, temos um trabalho remunerado, isto é, trabalhamos em troca de um salário. No entanto, esse salário pode variar em razão de crises econômicas, da introdução de novas tecnologias, da inflação, da qualificação profissional, das greves, etc.

Vimos, então, que a conjuntura histórica, isto é, um dado período da História, repõe os elementos estruturais da sociedade. Assim, na conjuntura podem existir novas manifestações sociais, sejam individuais, sejam grupais, mas essas manifestações estão, de alguma forma, relacionadas a aspectos gerais, à forma de organização histórica das sociedades. Podemos afirmar, portanto, que a sociedade é fundamentalmente uma construção histórica e que a Sociologia é uma ciência que busca observar os elementos de regularidade na relação que se dá entre o que é permanente e o que é ocasional.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ A vida em sociedade tem relação com a história passada. A sociedade é, portanto, resultado da História.
- ✓ A formação da Sociologia como ciência tem relação com a história da Europa no século XIX. A Sociologia é resultado do desenvolvimento da sociedade industrial na Europa.
- ✓ Apesar de haver outros pensadores importantes, os autores clássicos da Sociologia são Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.
- ✓ A sociologia de Durkheim pode ser considerada estruturalista e funcionalista, pois, para ele, a sociedade atua sobre os indivíduos, moldando-os, e esses indivíduos desenvolvem funções profissionais cada vez mais especializadas, intensificando os laços sociais.
- ✓ A sociologia de Max Weber tem como base a compreensão da ação individual. Para ele, a objetividade da Sociologia está na ação individual, que é sempre orientada pelas ações de outros indivíduos.
- ✓ Para Karl Marx, a sociedade é o resultado da luta entre classes sociais opostas, e a sociedade se transforma com base nessa luta social.
- ✓ Para entender a sociedade, devemos sempre pensar nos elementos permanentes e nos elementos ocasionais. Que a estrutura de uma sociedade é formada por elementos centrais, que a definem como diferente de outras sociedades.
- ✓ Nas conjunturas históricas, encontramos novas formas de reproduzir os aspectos estruturais; isto é, a conjuntura reproduz os aspectos estruturais reelaborando seus conteúdos.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual é a relação entre a Sociologia e o desenvolvimento da indústria no século XIX?
2. Como Émile Durkheim relacionou a divisão do trabalho e a coesão social?
3. Como Max Weber define ação social?
4. Qual é a relação entre o trabalho e as classes sociais para Karl Marx?
5. Qual é a relação entre os elementos estruturais e os elementos conjunturais ou ocasionais?



Tony Hisgett/Acervo do fotógrafo

INTERAGINDO

Considere a letra de música a seguir:

A dança

Dado Villa-Lobos, Renato Russo e Marcelo Bonfá

*Não sei o que é direito
Só vejo preconceito
E a sua roupa nova
É só uma roupa nova
Você não tem ideias
Pra acompanhar a moda
Tratando as meninas
Como se fossem lixo
Ou então espécie rara
Só a você pertence
Ou então espécie rara
Que você não respeita
Ou então espécie rara
Que é só um objeto
Pra usar e jogar fora
Depois de ter prazer.
Você é tão moderno*

*Se acha tão moderno
Mas é igual a seus pais
É só questão de idade
Passando dessa fase
Tanto fez e tanto faz.
Você com as suas drogas
E as suas teorias
E a sua rebeldia
E a sua solidão
Vive com seus excessos
Mas não tem mais dinheiro
Pra comprar outra fuga
Sair de casa então
Então é outra festa
É outra sexta-feira
Que se dane o futuro
Você tem a vida inteira*

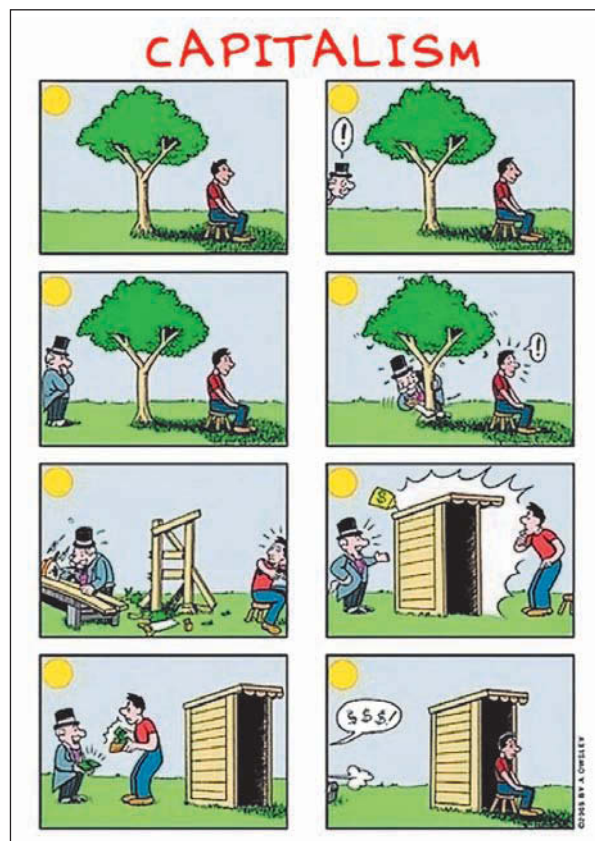
*Você é tão esperto
Você está tão certo
Mas você nunca dançou
Com ódio de verdade.
Você é tão esperto
Você está tão certo
Que você nunca vai errar
Mas a vida deixa marcas
Tenha cuidado
Se um dia você dançar.
Nós somos tão modernos
Só não somos sinceros
Nos escondemos mais e mais
É só questão de idade
Passando dessa fase
Tanto fez e tanto faz.*

LEGIÃO URBANA, 1985.
EMI Music Brasil.

- Em que medida a leitura do capítulo contribui para a análise dessa letra?

CONTRAPONTO

Considere os quadrinhos ao lado:



- Relacione os quadrinhos com o conteúdo do capítulo, levando em conta a interpretação dos autores clássicos da Sociologia.

SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução/Ed. Penguin Companhia

Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Penguin Companhia, 2012.

Esta obra pretende ser uma análise militante da luta de classes e uma denúncia dos mecanismos de perpetuação da opressão.



Reprodução/Ed. Penguin Companhia

Razão e sensibilidade, de Jane Austen. São Paulo: Penguin Companhia, 2012.

Publicado originalmente em 1811, o romance conta a história de duas irmãs de uma família pertencente à pequena nobreza na Inglaterra do século XIX que enfrentam o mundo de interesses e intrigas da alta aristocracia. Um clássico da literatura inglesa, descreve uma sociedade que impõe valores morais e modos de vida que aprisionam as pessoas.



Reprodução/Ed. Penguin Companhia

Robinson Crusoe, de Daniel Defoe. São Paulo: Penguin Companhia, 2012.

Isolado em sua “Ilha do Desespero” (ao largo da Venezuela) após um naufrágio, um marujo inglês luta pela sobrevivência valendo-se de todos os meios a seu alcance. Publicado originalmente em 1719, o livro tornou-se um dos maiores *best-sellers* da literatura ocidental. Marx usava o exemplo de Crusoe para criticar a economia clássica, que via no livro um elogio ao valor do trabalho.

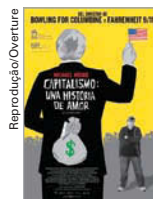
FILMES



Reprodução/Michael Coulter/Columbia Pictures

Razão e sensibilidade (Estados Unidos, 1995). Direção: Ang Lee.

Adaptação para o cinema do romance de Jane Austen. Duas irmãs de personalidades opostas, uma cerebral, a outra impulsiva, se mudam para o campo e acabam, cada uma à sua maneira, descobrindo o amor. Faixa etária: 14 anos.



Reprodução/Overture

Capitalismo, uma história de amor (Estados Unidos, 2009). Direção: Michael Moore.

Este documentário explora um tabu – qual o preço que os Estados Unidos pagam por seu amor ao capitalismo? Moore mostra o cotidiano de pessoas comuns cujas vidas viraram de cabeça para baixo e procura explicações em Washington e em toda parte.



Reprodução/Agravo Produções/Riotime

Cronicamente inviável (Brasil, 2000). Direção: Sérgio Bianchi.

O filme narra trechos das histórias de vida de seis personagens, mostrando a dificuldade de sobrevivência mental e física em meio ao caos da sociedade brasileira, que atinge a todos independentemente da posição social ou da postura assumida.



Reprodução/Lukas Eisenhauer/Carl Nilsson

Surplus (Suécia, 2003). Direção: Erik Gandini.

Muito mais do que uma crítica ao consumismo, este documentário lança um olhar sobre o jeito de ser e de viver da sociedade contemporânea. Muito divulgado pela internet, o filme discute ainda a ordem estabelecida e a própria essência humana.



Reprodução/Mark Achbar/Imagem Filmes

The Corporation (Estados Unidos, 2004). Direção: Jennifer Abbott e Mark Achbar.

Documentário inspirado no *best-seller* *A corporação* (Editora Novo Conceito, 2008), de Joel Bakan, sobre o poder das grandes corporações no mundo contemporâneo. Prêmio do público no Sundance Film Festival de 2004.

INTERNET

(Acesso em: fev. 2013.)

<http://marxismo21.org>

Blog que divulga a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo. Traz textos, material multimídia e *links* de publicações cuja linha editorial reivindica a teoria de Marx; também são indicados os endereços de publicações, não orientadas pela teoria marxista, que têm uma orientação anticapitalista e socialista. Publicações acadêmicas *online* de caráter crítico são também informadas.

<http://www.ifch.unicamp.br/cemarx>

Site do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), centro de estudo e pesquisa do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, que conta com a participação destacada dos professores e dos pós-graduandos do Departamento de Ciência Política. Apresenta publicações, notícias, eventos e *links* relacionados ao tema.

O MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 O trabalho em Durkheim, Weber e Marx
 - 2 Força de trabalho e alienação
 - 3 Taylorismo e fordismo
 - 4 Toyotismo e neoliberalismo
 - 5 Novas modalidades de trabalho
-



Grafito de Banksy na cidade de Boston, Estados Unidos, em foto de 2010. Sobre a frase SIGA SEUS SONHOS pichada no muro, uma tarja vermelha adverte: CANCELADO.

Tom Thai/Acervo do fotógrafo

Vimos no capítulo 6 que a Sociologia pode ser entendida como um desdobramento das necessidades do século XIX, sobretudo em razão do processo de industrialização da Europa e dos Estados Unidos. Naquele contexto de intensa transformação das cidades, da produção e da política, foram construídas a sociologia de Karl Marx, no século XIX, e a de Émile Durkheim e de Max Weber na virada do século XIX para o XX.

O estudo do trabalho, das questões que o envolvem e a relação do trabalho com outros aspectos da vida social são referências para os autores clássicos. Até aqui nos referimos ao trabalho de forma geral. Neste capítulo vamos conhecer a visão dos autores clássicos sobre o trabalho assalariado. Também veremos como o trabalho assalariado se desenvolveu, quais são suas características centrais no mundo atual, como se organiza o trabalho na indústria, qual o papel da gerência e como a tecnologia incrementa o trabalho.

1. O TRABALHO EM DURKHEIM, WEBER E MARX

Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, apesar de terem explicações e métodos de análise diferentes, elegeram o trabalho como objeto científico de seus estudos. Ainda que Durkheim fosse de origem francesa e Marx e Weber de origem alemã, esses três autores clássicos da Sociologia foram influenciados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, marcos de um novo modo de vida no ocidente em geral.

+ PARA SABER MAIS • Revoluções

Revolução Industrial é o nome dado a um conjunto de mudanças tecnológicas que tiveram profundo impacto no processo produtivo econômico e social. Iniciado na Inglaterra em meados do século XVIII, esse amplo processo de mudanças se propagou pelo mundo a partir do século XIX. Na primeira fase (1760 a 1860) foram principalmente utilizados recursos como o ferro, o carvão, o tear mecânico e a máquina a vapor.

A segunda fase (1860 a 1900) foi caracterizada pelo emprego da energia elétrica, do aço e de produtos químicos.

Revolução Francesa é o nome dado a um período crucial da história da França, entre 1789 e 1799, que marcou o fim do Antigo Regime e a substituição da monarquia absolutista por uma monarquia constitucional e em seguida pela Primeira República.

A opção pelo trabalho como objeto de análise demonstra a importância dessa atividade na produção industrial, tanto durante o século XIX e o início do XX como nos dias atuais.

Durkheim concentra sua atenção na divisão do trabalho. Como vimos no capítulo 6, essa divisão é responsável pelo desenvolvimento de uma sociedade diferenciada internamente. Para Durkheim, quanto mais especializado é o trabalho, mais laços de dependência se formam. Assim, quanto mais desenvolvida for a divisão do trabalho, maior será a teia de relações de dependência entre os indivíduos (um padeiro depende de um agricultor, que depende de um ferreiro, e assim por diante). Isso levará, por consequência, a uma maior coesão social.

O trabalho, na concepção de Durkheim, é um fato social presente em todos os tipos de sociedade. Há sociedades com menor ou maior divisão do trabalho, mas em todas elas são encontradas funções diferenciadas entre os indivíduos, o que os divide em grupos funcionais distintos com condutas sociais também distintas. Nas sociedades capitalistas, o trabalho é pensado como uma atividade funcional que deve ser exercida por um grupo específico: os trabalhadores.

Durkheim entende a divisão social entre trabalhadores e empregadores como uma **divisão funcional**. Divisão entre aqueles que devem cumprir uma atividade de organização da produção e mando (os empregadores) e os que devem desenvolver uma atividade produtiva (os trabalhadores). Essa divisão, como extensão da divisão do trabalho, promove a coesão social e, por isso, deve ser preservada socialmente.

No entanto, nessa divisão há problemas que Durkheim vê como doenças sociais que devem ser corrigidas para que o todo social se desenvolva adequadamente. Se há excessos por parte de capitalistas ou de trabalhadores, deve-se regulamentar suas atividades a fim de alcançar o equilíbrio e garantir a integração social das partes envolvidas. Dessa forma, o lema de Durkheim prevalece: as partes (os indivíduos) devem submeter-se de modo a garantir a permanência do todo (a sociedade). De um lado, o capitalista não se deve deixar levar pelo egoísmo do lucro exacerbado, de outro, o trabalhador não deve questionar sua funcionalidade dentro da divisão do trabalho.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?



O trabalho é uma atividade fundamental para todo e qualquer tipo de sociedade. Com base no trabalho garantimos nossa subsistência, construímos nossas casas, bairros e cidades, nossa vida em sociedade. Somos dependentes do trabalho para produzir nossa própria existência. No entanto, essa atividade tem particularidades históricas. Faça uma lista de algumas características do trabalho das pessoas próximas a você. Existem elementos comuns entre esses tipos de trabalho? Quais são eles?

Max Weber parte de uma perspectiva diferente. Segundo ele, não há algo geral e comum a todas as sociedades. Cada sociedade obedece a situações históricas exclusivas; e no capitalismo, por condições específicas, o trabalho teria se tornado uma atividade fundamental.

Em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905), Weber observa que ocorreu um encontro que deu ao capitalismo sua particularidade. Segundo Weber, não bastou o desenvolvimento do mercado, da moeda, do dinheiro, das relações de troca em geral para que o capitalismo se constituísse como sociedade particular. Essas condições estavam presentes em sociedades passadas, como na antiga Roma e durante a Idade Média, quando já existiam vários elementos que hoje governam as relações monetárias, comerciais e de troca.

Para Weber, tais características, típicas de uma estrutura mercantil, não são suficientes para explicar a formação do capitalismo. A especificidade do capi-

talismo, segundo ele, está no encontro entre o “espírito” capitalista, de obter sempre mais lucros, e uma ética religiosa cujo fundamento é uma vida regrada, de autocontrole, que tem na poupança uma característica central.

Nesse encontro entre a mente capitalista e a ética protestante, o trabalho ocupa lugar central. Para o praticante do protestantismo, o sucesso nos negócios é uma comprovação de ter sido escolhido por Deus. O trabalho árduo e disciplinado e uma vida regrada e sem excessos podem lhe trazer o êxito profissional, sinal de sua fé e salvação espiritual.

Weber observou que a formação do capitalismo teve como característica fundamental essa

Charge de maio de 2012.

Sinfrônio/Acervo do artista



LÉXICO

ascético: que pratica o ascetismo, um conjunto de práticas que leva à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral.

ação social orientada por um objetivo racional. Isto é, uma ação **ascética** com o objetivo de, ao ter êxito em sua vida material, ter a segurança de ter sido escolhido por Deus. O encontro entre uma ética religiosa e um espírito empreendedor possibilitou a formação histórica do capitalismo. Entretanto, a procura da riqueza, segundo Weber, não mais estaria sendo guiada por padrões éticos, mas associada tão somente a “paixões puramente mundanas”. Ao longo do tempo, o encontro formador da sociedade capitalista perdeu seu sentido original e o lucro capitalista passou a dirigir as sociedades contemporâneas.

Para Karl Marx, a perspectiva sobre o trabalho é histórica, como em Weber. Entretanto, Marx destaca a diferença entre o trabalho em geral e o trabalho particularizado em suas formas históricas. O trabalho em geral é toda a atividade que relaciona a humanidade à natureza, isto é, toda e qualquer atividade que primeiro pensamos e depois realizamos. Antes de construir uma casa, eu imagino essa casa e só depois transformo o que imaginei em uma casa real. Quando transformo minha ideia de casa em uma casa objetiva, faço isso por meio do trabalho.

É nas formas históricas de trabalho que Marx concentra sua análise e, particularmente, no trabalho assalariado. Para Marx, o trabalho assalariado é uma manifestação histórica de como o capitalismo se organizou como sociedade. Com base na exploração do trabalho assalariado, a sociedade capitalista produz e reproduz sua existência. Ou seja, o trabalho assalariado é uma atividade central para a perpetuação das relações sociais entre capitalistas e trabalhadores e, por consequência, da exploração e dominação do trabalhador pelo capitalista.

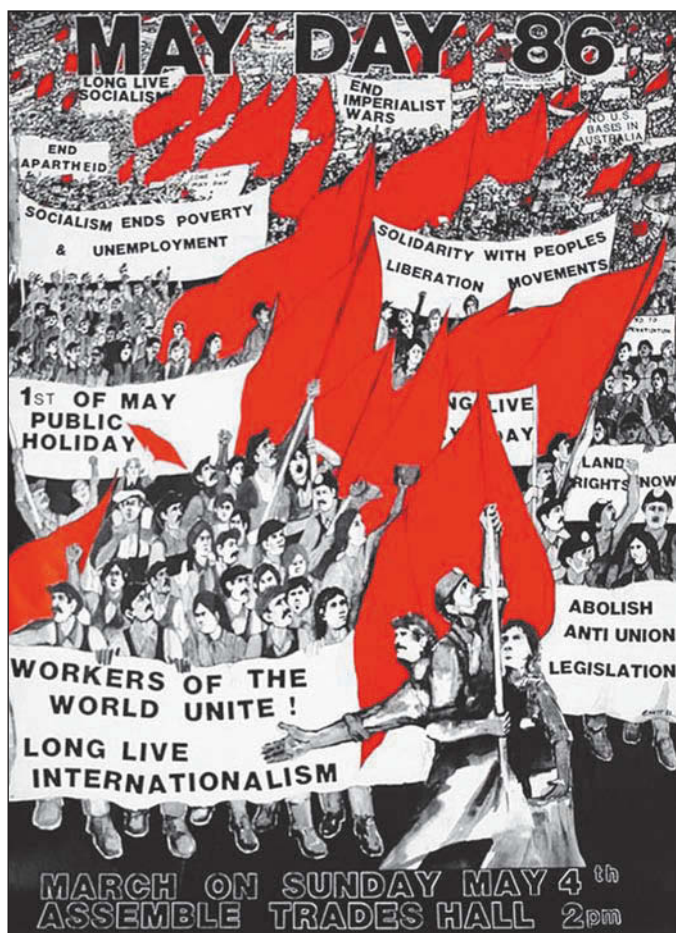
Para Marx, a divisão em classes sociais constituiu-se com base na retirada, pela burguesia nascente no século XVIII, dos meios de produção (terras, ferramentas, animais, etc.) dos pequenos produtores livres. Com isso, formaram-se a burguesia (ou classe capitalista) e o proletariado (ou classe trabalhadora), classes fundamentais do capitalismo. A reprodução dessa divisão social se dá com base na exploração do trabalho assalariado que o trabalhador vende para o capitalista em troca de um salário.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Tudo o que comemos, vestimos, bebemos, assistimos, consumimos, em geral é fruto do trabalho de uma ou várias pessoas. Pense na rede de trabalhos necessários para fabricar um produto específico e descreva como o produto que chega até você passou por várias transformações e por vários trabalhadores, com diferentes tipos de tarefas.

À primeira vista, o trabalho assalariado pode ser considerado como atividade que é vendida pelo trabalhador em troca de um salário pago pelo capitalista. No entanto, Marx assinala que essa troca, apesar de aparentar igualdade, na prática se dá de forma desigual.

Do ponto de vista das leis, regras, normas sociais que foram construídas historicamente a favor da classe dominante (a burguesia), essa troca aparenta ser igualitária. Por exemplo, o capitalista tem um capital (um dinheiro) e com esse capital monta um negócio. Para isso, precisa contratar certo número de trabalhadores. Aparentemente, o capitalista oferece trabalho e o trabalhador pode aceitar ou não esse trabalho. No entanto, como salientou Marx, devemos considerar a desigualdade histórica dessa relação de troca.



Museu Victoria, Melbourne, Austrália/Reprodução

Cartaz anunciando comemoração do Dia do Trabalho (*May Day*) em maio de 1986 em Melbourne, Austrália. Nas faixas leem-se: VIVA O SOCIALISMO, BASTA DE GUERRAS IMPERIALISTAS, CHEGA DE APARTEID, SOCIALISMO: FIM DA POBREZA E DO DESEMPREGO, SOLIDARIEDADE AOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO, 1º DE MAIO FERIADO NACIONAL, DIREITOS DA TERRA JÁ, FIM À LEGISLAÇÃO ANTISSINDICATOS, TRABALHADORES DO MUNDO, UNI-VOS!, VIVA O INTERNACIONALISMO.

A constituição da classe trabalhadora como classe a obriga a vender seu trabalho. Mas o trabalhador não poderia rejeitar o trabalho? De maneira individual sim! Mas se pensarmos no conjunto da classe trabalhadora, não. A classe trabalhadora é forçada a vender seu trabalho porque teve seus meios de produção tomados historicamente pelos capitalistas. Se não tem como produzir sua subsistência por conta própria, a classe trabalhadora se vê forçada a vender seu trabalho em troca de um salário, caso contrário não tem como sobreviver.

Nossa vida na sociedade capitalista depende, portanto, da exploração do trabalho assalariado. Tudo o que comemos, bebemos, vestimos, tocamos, assistimos, consumimos, em geral é fruto desse tipo de trabalho.

2. FORÇA DE TRABALHO E ALIENAÇÃO

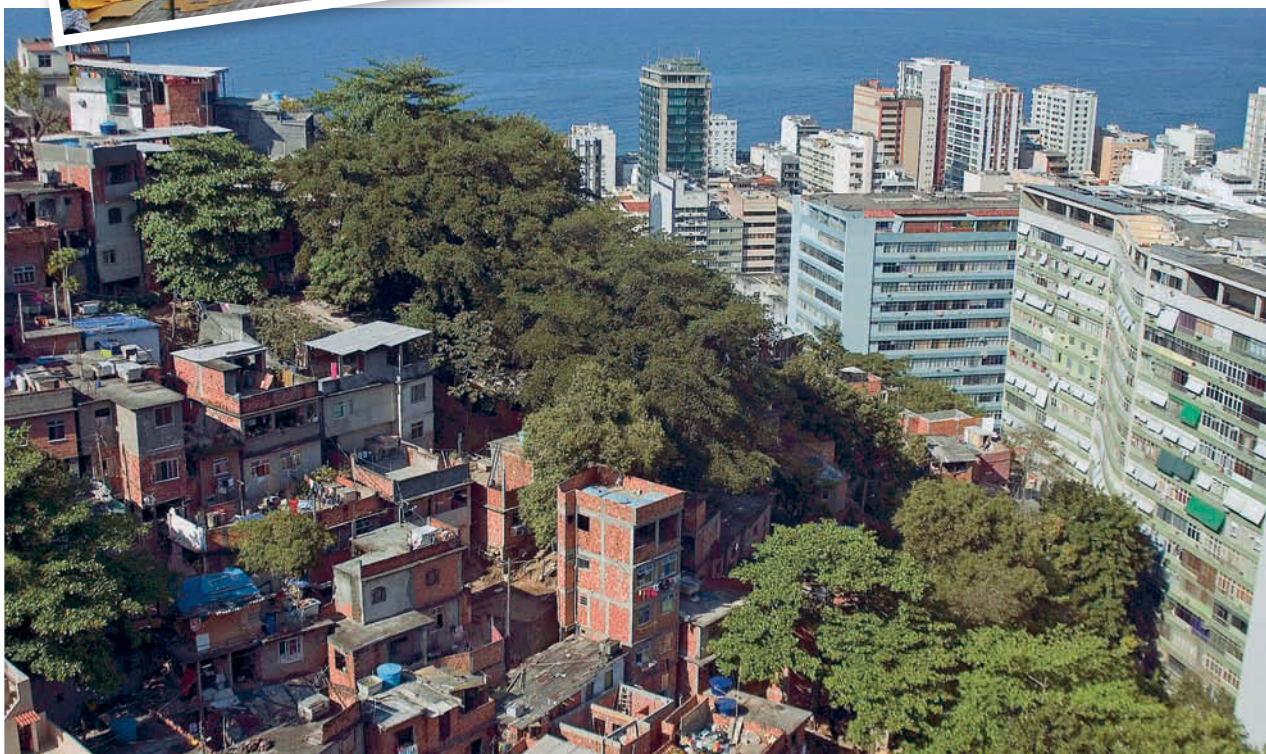
A desigualdade econômica é estrutural em nossa sociedade: está presente desde o início do capitalismo, ganhando novos contornos e feições em cada conjuntura histórica. Vimos, no item 1, que essa desigualdade tem relação com os meios de produção. Na formação do capitalismo, classes sociais distintas se estruturaram e com base nelas estruturou-se também uma forma de viver e de consumir. Essa divisão estabeleceu uma separação entre aqueles que têm os meios de produção e os que não os têm.

Segundo Marx, essa relação não é apenas uma relação econômica. A divisão entre classes sociais impõe formas de vida específicas. Por exemplo, o acesso aos transportes das classes trabalhadoras não é o mesmo que o das classes capitalistas; o acesso à educação também não. Poderíamos listar muitas outras diferenças em relação à saúde, habitação, consumo, lazer, etc.

Moradores de rua dormem sob marquise de loja no centro da cidade de Paranaguá, no estado do Paraná, em foto de 2012.



Favela do Cantagalo e bairro de Ipanema vistos a partir do morro do Cantagalo, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em foto de 2007.



Assim, apesar das leis, regras e normas que garantem a igualdade entre as pessoas, há diferenças sociais significativas entre os indivíduos. Para Marx, essa questão é estrutural nas sociedades divididas em classes, como a sociedade capitalista. Parecemos iguais, mas de fato somos recortados por diferenças que têm a ver com a divisão entre os que têm e os que não têm como produzir sua subsistência.

Segundo Marx, a desigualdade social é fruto da divisão da sociedade em classes. Aqueles que têm os meios de produção (dinheiro, prédios, capital, ações na bolsa de valores, etc.) compram o trabalho daqueles que não têm esses meios.

A questão se torna ainda mais complexa quando falamos em **força de trabalho**. Quando o capitalista paga pelas atividades desenvolvidas numa empresa ou indústria em um mês, o que ele está pagando? Por exemplo, se um grupo de trabalhadores está empregado em um ramo da construção civil, e se no fim do mês todos esses trabalhadores forem pagos pelo conjunto de seus trabalhos, o capitalista não terá lucro. Isso quer dizer que o capitalista paga a força de trabalho (a capacidade de trabalho) e não todo o trabalho realizado naquele período (o resultado do trabalho).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O lucro é uma forma de rendimento que está relacionada ao trabalho. O lucro é maior à medida que se paga menos pela força de trabalho. Se o capitalista corta o salário de seus empregados, seu lucro é maior; se ele aumenta os salários, seu lucro é menor. Por isso, há um movimento constante para reduzir o valor da força de trabalho, com o objetivo de aumentar os lucros. Reflita sobre essa questão: existe a possibilidade de chegar a uma condição mais equilibrada entre trabalhadores e capitalistas?

Quando recebo meu salário mensal, acredito que estou sendo pago pelo total de meu trabalho, mas, na verdade, esse salário representa apenas uma parcela do trabalho que desenvolvi durante o mês. Marx entende que nessa relação de troca há uma aparência (ganho pelo meu trabalho) e algo oculto (ganho apenas parte do meu trabalho). Essa ocultação é uma forma de **alienação**.

Operários trabalham na colocação dos trilhos da Ferrovia Transnordestina em Salgueiro (PE), em foto de 2011.

Deifim Martins/Pulsar Imagens

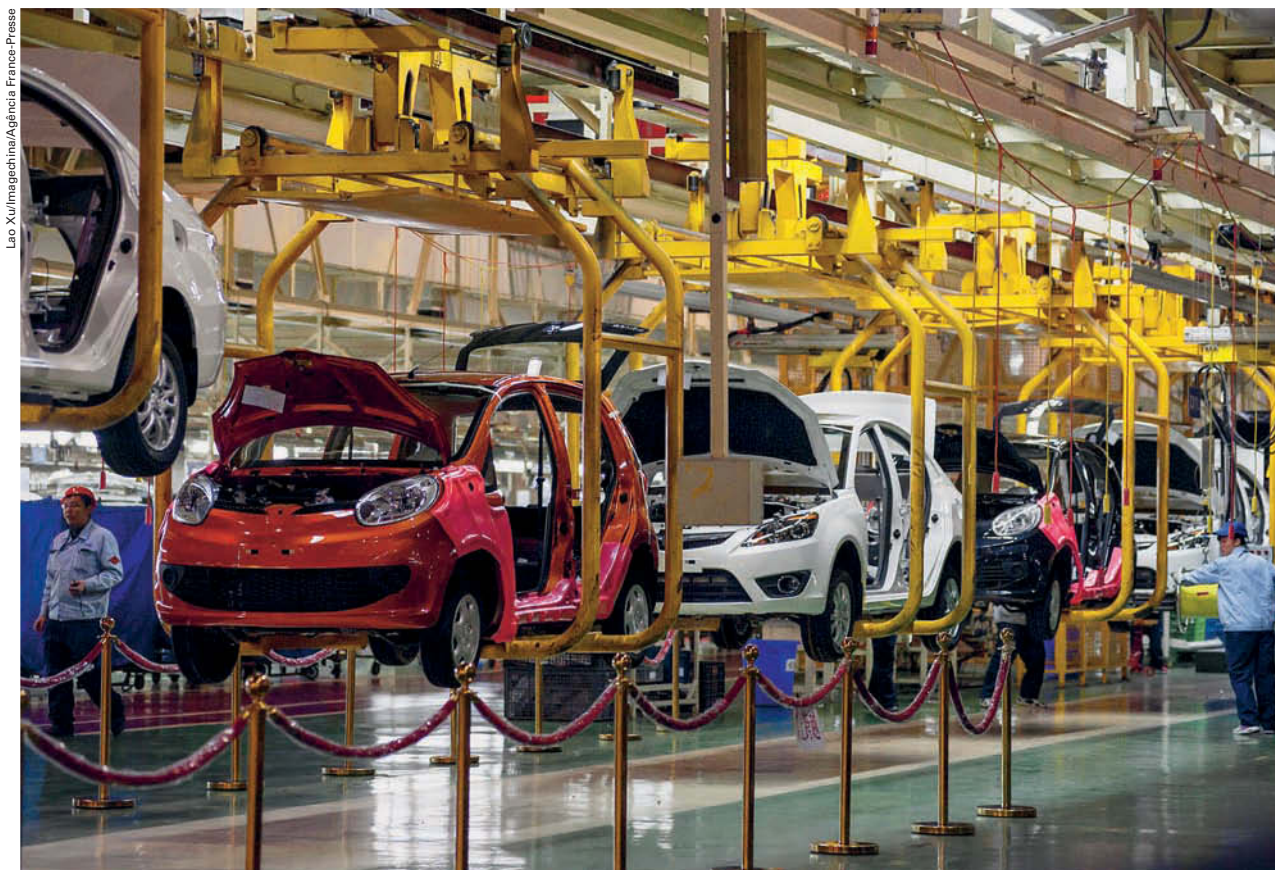


O trabalhador se aliena – se distancia – de seu próprio trabalho, pois seu trabalho é propriedade de outra pessoa. O trabalho não pertence mais ao trabalhador. O trabalhador produz mas não se apropria do produto de seu trabalho, pois esse produto pertence ao capitalista, na forma de propriedade privada.

3. TAYLORISMO E FORDISMO

Como vimos, o trabalhador vende seu trabalho, mas só recebe pela força de trabalho. Segundo Marx, aí existe uma dupla dimensão. A primeira dimensão é a alienação do trabalhador. A segunda, a **mais-valia**, termo cunhado por Marx para explicar essa relação de apropriação do trabalho como um todo e o pagamento de apenas uma parte dele. Na economia marxista, mais-valia é a diferença entre o valor que o trabalhador produz e o seu salário. O salário equivale a apenas parte do valor produzido pelo trabalhador e o restante é a mais-valia, apropriada pelo capitalista. Por exemplo, em um mês, uma montadora produz 100 automóveis, mas não paga o valor dos 100 carros para os trabalhadores. Paga apenas uma parte desse valor: a outra parte é o lucro do capitalista.

O conceito de mais-valia talvez seja o mais importante dentre os desenvolvidos por Marx. Com esse conceito, Marx demonstrou uma desigualdade estrutural: para produzir mercadorias, o trabalhador se submete a uma relação na qual seu trabalho é explorado de forma cada vez mais intensa.



Leo Xu/Imagem/Agência France-Press

Trabalhadores chineses na linha de montagem de indústria automobilística em Chongqing, China, em foto de 2012.

Para entender como se dá a produção no capitalismo é necessário compreender as grandes transformações produtivas. O que podemos chamar de reestruturação produtiva, revolução tecnológica ou, nas palavras do pensador marxista italiano Antonio Gramsci, de **revolução passiva**. Para iniciar a discussão, vamos pensar nas seguintes questões: Por que é sempre necessário desenvolver a produção da indústria? Por que a produção sempre precisa crescer e avançar em termos tecnológicos?

Archives Larousse/Graudon/Arquivo de editora. Foto de 1916.



PERFIL

ANTONIO GRAMSCI

A teoria política de Antonio Gramsci pode ser considerada uma das mais notáveis e profundas do século XX. Gramsci nasceu em Ales, na ilha mediterrânea da Sardenha, região autônoma da Itália, em 22 de janeiro de 1891. Filho de Francesco Gramsci e Giuseppina Marcias, destacou-se desde muito cedo pelo brilhantismo intelectual.

O jovem Gramsci iniciou sua prática política e intelectual escrevendo em jornais e participando do movimento socialista na Sardenha e depois em Turim. Em 1920, foi um dos criadores de *L'Ordine Nuovo*, uma revista socialista que ganhou a aceitação de milhares de leitores. Além de escrever sobre as condições de trabalho e da vida proletária na Itália, Gramsci traduziu e publicou textos de Lenin e outros intelectuais comunistas.

Mesmo desfrutando de imunidade parlamentar por ser deputado eleito pelo Partido Comunista Italiano (PCI), Gramsci foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. Transferido para várias prisões, nelas permaneceu por quase toda sua vida. Morreu em 1937, depois de ter encerrado seu período de liberdade condicional.

Ainda que sua vida na prisão tenha sido marcada por enfermidades, Gramsci escreveu, entre 1926 e 1934 suas principais obras, publicadas como *Cadernos do cárcere*. Embora esses escritos tenham como tema central a análise da sociedade italiana, seus princípios de teoria política se caracterizam como gerais no contexto das sociedades capitalistas. Os conceitos de *hegemonia* e de *revolução passiva* sintetizam um pouco de sua produção intelectual, que ainda hoje se caracteriza como umas das mais lidas, atuais e relevantes.

Ao longo do tempo, a produção industrial teve grande desenvolvimento. À produção manufatureira dos séculos XVI e XVII, realizada com poucos recursos tecnológicos, seguiu-se no século XVIII a introdução da maquinaria, que fez aumentar vertiginosamente a produtividade. Do fim do século XIX e começo do XX, com a utilização de formas de gerência taylorista e de produção fordista, até a produção toyotista dos anos 1960 e 1970, podemos constatar uma extraordinária transformação da produção industrial.

A transformação industrial tem como objetivo central aumentar os lucros capitalistas. Para isso é necessário, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade e controlar o coletivo de trabalhadores. A introdução de tecnologias não é um processo neutro: atende aos interesses das empresas e das indústrias. A substituição de uma máquina ultrapassada por outra mais eficiente, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade (a quantidade de mercadorias produzidas), amplia o controle sobre os trabalhadores.

Vejamus um exemplo histórico: a Primeira Revolução Industrial. Antes dela, a produção, mesmo que já sob a lógica da propriedade privada do capitalista, era controlada pelos trabalhadores. Aqueles trabalhadores ainda conseguiam determinar o ritmo da produção, porque conservavam o saber-fazer. Com a introdução da máquina, o trabalhador perdeu o controle do ritmo da produção, que passou a ser ditado pela máquina. Ou seja, a máquina incorporou algumas técnicas de produção que pertenciam aos trabalhadores, submetendo o trabalhador coletivo a exercer tarefas mais simples.

Aumentar a produtividade pode parecer positivo dada a grande quantidade de produtos à disposição da sociedade. Porém, não é isso que está em questão. Com a introdução da máquina, o trabalhador perde o controle sobre seu trabalho e sobre o conjunto dos trabalhos. Com isso, sua capacidade política se enfraquece, pois seu trabalho pode ser facilmente substituído. Se a importância do trabalhador é enfraquecida, o mesmo acontece com seu poder de resistência política. A primeira conclusão, portanto, é que ao introduzir máquinas ou novas tecnologias, o capitalista consegue que o trabalhador produza mais e ainda tenha seu salário reduzido, já que seu poder de resistência diminui, à medida em que diminui também sua importância no processo de trabalho.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Apesar de serem objetos inanimados, máquinas, robôs e tecnologias são composições sociais e sintetizam interesses específicos. Numa montadora de automóveis, a máquina é concebida para ser cada vez mais rápida. Em um caixa de supermercado, a máquina registradora é troca-

da para acelerar o tempo de registro dos produtos. Em geral, os aparatos eletrônicos obedecem a esse mesmo princípio, atendendo aos interesses do mercado e do lucro. Olhe ao seu redor e observe se as máquinas que você usa no dia a dia atendem ou não a esse princípio.

A substituição de trabalho vivo por trabalho morto, isto é, a substituição de trabalhadores por máquinas, é um procedimento comum na produção capitalista. Como vimos, essa estratégia tem relação direta com o aumento da produtividade, com o maior controle do trabalhador e, portanto, com o aumento do lucro das empresas.

Ao longo do tempo ocorreram alguns momentos de grande transformação produtiva no capitalismo. Cada vez que ocorre diminuição dos lucros, os capitalistas tomam medidas para restaurar a lucratividade perdida. No século XX, identificamos dois grandes momentos de reestruturação da produção. São eles: o taylorismo/fordismo e o toyotismo, duas reestruturações produtivas implementadas em momentos distintos. O taylorismo e o fordismo datam do fim do século XIX e início do XX, enquanto o toyotismo se desenvolveu a partir dos anos 1960 e 1970 na Europa, Estados Unidos e Japão.

O taylorismo é, em resumo, um tipo de organização gerencial, o que hoje chamamos de método de administração do trabalho. Desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e condensado em seu livro *Princípios de Organização Científica* (1911), o taylorismo pode ser sintetizado como um método de tempos e movimentos cujo princípio geral era retirar o controle da produção das mãos dos operários.

Taylor notou que os trabalhadores levavam muito tempo para executar suas tarefas. Para acelerar a produção, desenvolveu um processo de classificação e sistematização, dividindo o trabalho de um artesão em várias etapas simples, que podiam ser desempenhadas por operários recém-qualificados. Assim, aumentou a produtividade do trabalho e conseguiu controlar os trabalhadores, tornando dispensáveis os antigos artesãos.

SPL/Getty Images



Mulheres trabalham em fábrica de Doncaster, Inglaterra, em torno de 1916, costurando tecidos para cortinas e assentos de vagões de passageiros da Great Northern Railway, ferrovia britânica estabelecida em 1846.

Com essa divisão do trabalho em tarefas muito simples e extremamente repetitivas, o trabalhador podia ser substituído a qualquer momento. Isso enfraqueceu politicamente a classe trabalhadora, diminuindo também a média salarial. Somado a esse sistema, Taylor introduziu um controle rígido de tempos de trabalho fiscalizado por capatazes. Cada operário devia fazer seu trabalho em um tempo cronometrado, sob a vigilância de um supervisor. Taylor desenvolveu técnicas de manuseio dos produtos a fim de otimizar o tempo e estabeleceu salários por peça. Sem introduzir uma só máquina, o sistema atingiu o objetivo central do capitalismo: fazer crescer os lucros ao aumentar a produtividade com base no controle dos operários e na diminuição dos salários pagos.

O taylorismo e o fordismo foram introduzidos praticamente ao mesmo tempo nas fábricas de automóveis dos Estados Unidos e depois na Europa ocidental. O industrial norte-americano Henry Ford (1863-1947) se utilizou de todas as técnicas gerenciais introduzidas por Taylor e a elas somou outras. Introduziu a esteira mecânica, que passava diante dos trabalhadores, poupando o tempo de transporte de peças, e estabeleceu uma produção intensa, com elevação de salários por metas, incitando a concorrência entre os operários e estabelecendo regras de comportamento fora da fábrica. Ford controlava o consumo de bebidas alcoólicas, incentivava a poupança e estimulava um modelo de vida baseado no consumo de produtos vindos das indústrias de automóveis e de eletrodomésticos, o *american way of life*, isto é, um estilo de vida característico dos Estados Unidos, imerso nesse tipo de produção de mercadorias.

American Heritage Archives, Gaithersburg, Maryland, EUA

Anúncio publicado em revista feminina norte-americana em torno de 1948 com os dizeres: **MAIS FRIGIDAIRES PRESTAM SERVIÇOS EM LARES AMERICANOS DO QUE QUALQUER OUTRO REFRIGERADOR.**

MORE FRIGIDAIRE'S SERVE IN MORE AMERICAN HOMES THAN ANY OTHER REFRIGERATOR.

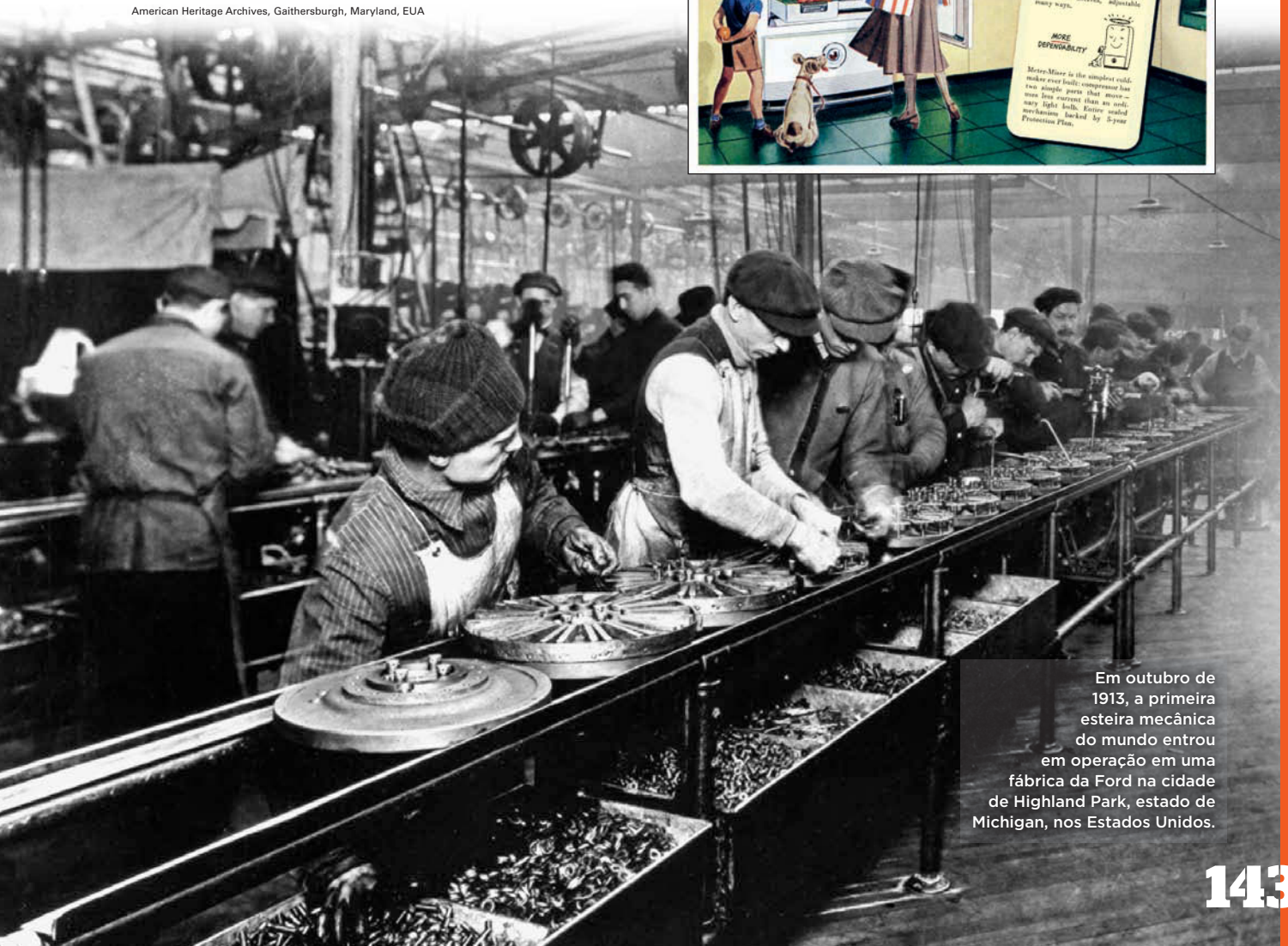
HERE'S MORE OF WHAT YOU WANT IN A REFRIGERATOR.

MORE PROTECTION FOR FOODS
Special Cold Wall design provides naturally constant cold. Foods stay fresh longer. No need to cover vegetables in dry suit foods or transfer odors, because chilling coils are built into cabinet walls.

MORE FEATURES
Big Super-Freezer for frozen foods. Quik-Kube Trays give instant ice service. Bonus Hydration hold a half-bushel of dry-fresh in super moist cold atmosphere. shelves, adjustable many ways.

MORE DEPENDABILITY
More-Miner is the simplest and makes your food; compressors last two simple parts that move many light loads. Entire sealed mechanism backed by 5-year Protection Plan.

Reprodução/Arquivo da editora



Em outubro de 1913, a primeira esteira mecânica do mundo entrou em operação em uma fábrica da Ford na cidade de Highland Park, estado de Michigan, nos Estados Unidos.

ASSIM FALOU... GRAMSCI

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a 'moralidade' dos operários são necessidades do método de trabalho. [...] Taylor exprime com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em um grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.¹

Juntos, o taylorismo e o fordismo caracterizam uma forma de reestruturação produtiva que tem como objetivo central restaurar os lucros capitalistas. A introdução de técnicas gerenciais de controle dos trabalhadores (taylorismo), somada à tecnologia (esteira mecânica), à elevação dos salários por metas produtivas e a certas formas de conduta social fora das fábricas constituíram um novo modo de vida, intrinsecamente vinculado à produção em larga escala e, por consequência, ao consumo em massa.

4. TOYOTISMO E NEOLIBERALISMO

As reestruturações produtivas podem ser consideradas, apesar dos intervalos de tempo, elementos estruturais das sociedades capitalistas. É sempre necessário incrementar a produção para aumentar os lucros, e esse incremento se

caracteriza como uma grande transformação. Assim, as reestruturações produtivas ou revoluções passivas têm papel fundamental na reprodução das sociedades capitalistas.

Vimos que no início do século XX o taylor-fordismo caracterizou-se como a forma de organização das indústrias e empresas, sobretudo as de automóveis, eletrodomésticos ou de produtos duráveis e não duráveis. Esse tipo de organização tinha como elementos centrais a produção em massa e o consumo em massa. O trabalho era repetitivo, de alta intensidade, com compensações salariais (salários por peça ou por produtividade) e dentro de uma cadeia produtiva marcada por um rígido controle. Esse tipo de produção vingou na Europa, Estados Unidos e Japão até meados dos anos 1960. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, foi substituído gradativamente e com variações históricas de país para país, por uma nova forma de organização da produção: o toyotismo.

Linha de produção operada por robôs em montadora da cidade de Kolin, na República Tcheca, em foto de 2008. A empresa, uma joint-venture nipo-francesa, produz 1050 carros por dia; um novo carro sai da fábrica a cada 56 segundos.



Hana Kalvechovsisif/Getty Images

¹ GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (Americanismo e Fordismo). In: *Cadernos do Cárcere*, vol. 4 (Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 266.

Antes de estudar o toyotismo, é importante lembrar por que essa substituição tecnológica foi necessária. Juntamente com o período taylor-fordista (aproximadamente do início do século XX até meados da década de 1960) formou-se um tipo de Estado que dava suporte a esse tipo de organização das indústrias. Com o crescimento vertiginoso da produção, surgiram novas associações trabalhistas e empresariais, novos sindicatos, novos padrões de consumo e de comportamento. Tornou-se necessário um certo tipo de Estado para regular essas novas relações.

Esse tipo de Estado, conhecido como de Bem-Estar Social, estabeleceu leis trabalhistas, de regulamentação da jornada de trabalho, com regras gerais que de certa forma protegiam a classe trabalhadora. No entanto, essa mesma classe se sujeitava à intensidade da produção taylor-fordista, muito rígida e disciplinada, para atingir altos índices de produtividade. Por volta do final dos anos 1960, as taxas de lucratividade começaram a cair e a classe capitalista impôs a necessidade de restaurar as taxas de lucro perdido.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Em todos os momentos da história das sociedades capitalistas formam-se tipos de Estado e de governo com leis, constituições, projetos e linhas políticas particulares. Todos têm como característica central a manutenção das relações sociais capitalistas, isto é, a manutenção da sociedade como tal. No entanto, cada tipo de Estado e governo tem características que convergem para um certo momento, procurando atender as reivindicações das classes do-

minantes naquele contexto. Procure pensar de que modo as notícias que você lê em jornais e revistas expressam essa relação entre o governo e os interesses da sociedade. Por exemplo, quando lemos sobre a competição desleal da indústria brasileira com produtos feitos na China e a conseqüente necessidade de proteger a indústria nacional, podemos perceber a relação entre o Estado e o tipo de organização do capitalismo no Brasil.

Nesse contexto, uma forma de organização da produção introduzida nos anos 1960 por Taiichi Ohno (1912-1990), engenheiro de produção da Toyota no Japão, começou a ser implantada, nos anos seguintes, nas fábricas de automóveis dos Estados Unidos e da Europa Ocidental e, posteriormente, na maior parte do mundo. O modelo implantado no Japão tem seis características básicas:

- Produção por demanda, com estoques mínimos;
- Flexibilização da produção, a fim de torná-la variada, ao contrário do fordismo, que produzia em série o mesmo tipo de produto;
- Automação das máquinas, isto é, máquinas que desempenham várias funções e funcionam com menor grau de intervenção do trabalhador;
- Sistema *just-in-time* (tempo certo), no qual a matéria-prima, peça ou acessório chega ao local de produção apenas no momento em que será utilizada, evitando o acúmulo de produtos no estoque;
- O *kanban*, um sistema de etiquetas que leva a informação sobre a necessidade de reposição do produto no estoque;
- Os CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), grupos de trabalhadores que supervisionam a qualidade dos produtos, completando um processo de responsabilização por cada etapa de produção, que deve atingir uma qualidade preestabelecida.



Diferente do trabalhador fordista, que executava apenas uma tarefa simplificada, o trabalhador polivalente executa várias tarefas ao mesmo tempo. Nesta charge de 2001, no canto superior, à direita, sob a "foto" emoldurada lê-se: EMPREGADO DO MÊS. No balão: Muito bem, López, continue assim e veremos sua foto no próximo mês!

Essencialmente, o que muda do taylor-fordismo para o toyotismo é a automação da produção, isto é, a substituição de antigas máquinas por robôs e máquinas sofisticadas, permitindo que parte do contingente de trabalhadores seja dispensada. A introdução dessas novas tecnologias economiza tempo de trabalho. Ao economizar tempo de trabalho, os capitalistas podem dispensar certo número de trabalhadores, poupando, assim, custos produtivos, o que eleva as taxas de lucratividade e desmobiliza as organizações de defesa dos trabalhadores, como os sindicatos e partidos operários. As consequências disso, para a classe trabalhadora, são o crescimento abrupto do desemprego, a diminuição do valor dos salários, a desmobilização política e a queda de seu poder de compra.

O toyotismo concebe também um novo tipo de trabalhador. O trabalhador das indústrias taylor-fordistas, o operário que produzia em massa (o operário-massa), foi substituído por um trabalhador **polivalente**. As novas máquinas ou robôs, com funções muito mais avançadas, exigem novas qualificações para ser operados. Enquanto o operário taylor-fordista operava uma só máquina, em uma rotina de tarefas simplificadas, o operário polivalente opera várias máquinas. E mais: acumula as funções dos operários que foram dispensados, fica sobrecarregado e ainda passa a ser responsável pela qualidade dos produtos, gerenciando sua própria atividade.

A implantação do toyotismo foi diferenciada em todo o mundo e dependeu das particularidades de cada sociedade. Mas, acima de tudo, essa forma de reestruturar a produção cumpriu seu papel histórico de reproduzir as classes sociais e a desigualdade social entre elas. Seu desenvolvimento pleno serviu-se

de políticas macroeconômicas implantadas pelo Estado. Surgiu, assim, em paralelo a essa grande transformação na produção e procurando regulamentá-la, um novo tipo de Estado chamado Neoliberal, que substituiu o Estado de Bem-Estar Social da época taylor-fordista. As características centrais do Estado Neoliberal (neoliberalismo) são:

- Governo mínimo, com cortes no contingente de servidores públicos;
- Privatizações de estatais e transferência das questões econômicas para o mercado;
- Flexibilização das leis trabalhistas, permitindo a intensificação e a maior exploração do trabalho;
- Livre circulação de capitais internacionais, o que pressupõe a abertura dos países periféricos às multinacionais e incentivos à política de baixos impostos.

O Estado Neoliberal, que se estruturou a partir do final dos anos 1970 na Inglaterra com Margareth Thatcher (1925-) e no início dos anos 1980 nos Estados Unidos com Ronald Reagan (1911-2004), foi fundamental para o desenvolvimento da reestruturação produtiva toyotista no mundo. A promoção de políticas que desregulamentavam as leis de proteção do trabalhador foi extremamente importante para que esse tipo de produção vingasse. Assim, superados a produção taylor-fordista e o Estado de Bem-Estar Social, foi implantada uma nova ordem internacional baseada na relação da produção toyotista (ou flexível) com o Estado Neoliberal.



Charge de Angeli publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 27 de agosto de 2006.

LÉXICO

polivalente:

neste contexto, um trabalhador versátil, eficaz em várias tarefas diferentes.

5. NOVAS MODALIDADES DE TRABALHO

Com o desenvolvimento da produção toyotista, caracterizada pela automação produtiva, muitos trabalhadores foram dispensados. Apesar disso, a produtividade aumentou muito, restaurando os lucros. Esse aumento da produção foi acompanhado por um crescimento do setor de serviços. Grandes empresas de comida (*fast-food*), de saúde (convênios médicos), de comunicação (telefonia, internet e televisão), entre outras, dimensionaram o mercado por conta do enxugamento do Estado e das políticas neoliberais.

Na política neoliberal, o Estado transfere para o mercado setores que antes considerava estratégicos. Por exemplo, a telefonia no Brasil esteve até os anos 1990 nas mãos do Estado. Porém, com base em uma política de cortes nos gastos públicos, foi concedida às empresas atuantes no mercado a possibilidade de explorar a telefonia. Do ponto de vista do Estado

neoliberal, trata-se de enxugar os gastos, criando novas frentes de crescimento econômico ao transferir a administração desse tipo de atividade produtiva.

O setor de serviços, assim, expandiu-se juntamente com as indústrias de bens duráveis. Tanto nas indústrias como nos serviços foram requisitadas novas qualificações profissionais. Por exemplo, operar uma máquina ultrassofisticada em uma montadora de automóveis exige alta qualificação profissional. Para desenvolver novos *softwares* (programas de computador), as empresas precisam de profissionais qualificados nessa função; um operador de telemarketing precisa ter certo grau de instrução técnica. Portanto, novos tipos de qualificação passaram a ser demandados pelas empresas criadas ou em expansão.

Entre esses novos tipos de trabalho, um deles, que tem como fundamento as qualificações intelectuais, ficou conhecido como imaterial. Por que imaterial? Porque o trabalho feito tradicionalmente nas indústrias era considerado material, isto é, todo tipo de trabalho que tem como matéria-prima objetos físicos, que conseguimos tocar ou pegar. Já o trabalho imaterial é todo aquele que tem como matéria-prima elementos intangíveis (que não se pode tocar).



SmarttW/Shutterstock/Glow Images



Ahtes Bencompagni Illustrations/Shutterstock/Glow Images

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Vários tipos de trabalho se destacam por serem desenvolvidos sem a utilização de objetos físicos. O trabalho do ferreiro é diferente do trabalho do programador de computador. O primeiro usa o ferro, máquinas e ferramentas para confeccionar produtos em uma indústria de painéis, por exemplo. Já o segundo se utiliza de elementos

intelectuais para programar um computador ou para criar um novo programa. Ou seja, a matéria-prima de seu trabalho não é física. Na prática, ela é fruto de seu aprendizado, de seus estudos, de sua formação profissional. Procure refletir sobre isso e descreva alguns tipos de trabalho distinguindo os de tipo material dos de tipo imaterial.

O trabalho do metalúrgico em uma montadora de automóveis, de uma costureira em uma fábrica de sapatos, de um minerador em uma mina de carvão, de um cortador de cana-de-açúcar podem ser considerados trabalhos materiais, pois utilizam objetos físicos. Em contrapartida, o trabalho do operador de *tele-marketing*, do programador de *software*, do atendente de uma operadora de celular, do publicitário, por exemplo, podem ser considerados trabalhos imateriais, pois são compostos de elementos abstratos, intangíveis, não físicos.

Em resumo, trabalho imaterial é aquele que utiliza recursos abstratos, ou seja, do conhecimento, da inteligência, da capacidade cognitiva, da criatividade. Para entender a importância desse tipo de trabalho na contemporaneidade nos interrogamos: qual seria o papel do trabalho imaterial na sociedade capitalista? Seria uma atividade absolutamente distinta do trabalho material? Do ponto de vista da sociedade capitalista, o trabalho imaterial continua a ser um tipo de trabalho assalariado, ou seja, fundamental para a produção de lucros?

Do ponto de vista da produção de lucros nada muda. As empresas que utilizam trabalho imaterial o fazem com base no pagamento de um salário que corresponde a um valor social médio da força de trabalho e está diretamente ligado à produtividade. Não faz diferença se a produção é de geladeiras ou de sistemas operacionais de computador, se é de televisores ou de campanhas de publicidade. O que continua importando para os donos das empresas é a taxa de lucro que obterão no fim do mês e do ano. Se as taxas de lucro são maiores na produção de geladeiras haverá uma migração de capitais para esse tipo de produção. Se o lucro for maior na produção de programas de computador, haverá uma migração para esse ramo.



A avaliação de rendimentos é sempre algo estratégico para os capitalistas. As empresas de telefonia no Brasil são expressão de indústrias que se utilizam basicamente de trabalhos considerados imateriais. Elas continuam investindo nesse ramo porque o consideram extremamente lucrativo. A utilização do conhecimento como matéria-prima das produções de tipo imaterial é, assim, uma forma de reprodução social das formas de exploração do trabalho. Com ela, re- põem-se as desigualdades sociais, as hierarquias produtivas e a divisão em classes sociais opostas.

Portanto, as formas intelectualizadas de trabalho obedecem, de modo geral, aos mesmos princípios dos trabalhos tipicamente manuais. São também formas específicas de trabalho assalariado. Mesmo que tenham características distintas em relação ao seu conteúdo e às qualificações profissionais requisitadas, são submetidas à lógica de reprodução das relações sociais capitalistas e, portanto, à exploração do trabalho.



VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ Há diferenças entre os clássicos na abordagem do trabalho: Durkheim vê o trabalho como uma atividade que proporciona a integração social; Weber o relaciona a uma prática social marcada pelo encontro do protestantismo com o “espírito” capitalista; para Marx, o trabalho assalariado é uma atividade típica do capitalismo, e sua exploração permite que essa sociedade se reproduza socialmente.
- ✓ O trabalhador não vende seu trabalho, vende sua força de trabalho.
- ✓ A compra e venda da força de trabalho aparenta ser uma relação entre iguais, mas na prática é uma desigualdade imposta pela relação entre classes sociais. A desigualdade é algo intrínseco ao capitalismo.
- ✓ O salário do trabalhador é apenas parte do que ele produz e não a totalidade de sua produção.
- ✓ O trabalhador se aliena do produto de seu trabalho porque o capitalista se apropria desse produto de maneira privada, como uma propriedade privada.
- ✓ O taylorismo, o fordismo e o toyotismo são reestruturações produtivas ou revoluções passivas.
- ✓ Essas reestruturações objetivam de restaurar os lucros capitalistas e, para tal, introduzem formas de controle do trabalho e de aceleração da produção.
- ✓ A produção em massa e o consumo em massa no período taylor-fordista estão vinculados à construção de um modo de vida, de um modelo de família sintetizado no *american way of life*.
- ✓ O toyotismo é uma forma de incorporação de novas tecnologias que têm como objetivo restaurar os lucros capitalistas.
- ✓ Uma das características do neoliberalismo é desregular as leis de proteção ao trabalho para, com isso, diminuir os custos produtivos.
- ✓ O trabalho imaterial (que tem como elementos centrais o conhecimento e a informação) é uma forma de trabalho assalariado que continua a reproduzir a divisão em classes.



ATIVIDADES

REVENDO

1. Como os clássicos da Sociologia entendem o trabalho em suas análises?
2. Qual a diferença entre trabalho e força de trabalho? Como a exploração do trabalho gera alienação no trabalhador coletivo?
3. As reestruturações produtivas são necessárias para o desenvolvimento do capitalismo. Explique isso com base no taylorismo e no fordismo.
4. Quais as diferenças centrais entre o taylor-fordismo e o toyotismo?
5. O que é trabalho imaterial e como ele se diferencia do trabalho material?

INTERAGINDO

Considere a letra da canção a seguir.

Capitão de indústria

Marcos e Paulo Sérgio Valle

*Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além da fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Ah, eu acordo pra trabalhar
Eu durmo pra trabalhar
Eu corro pra trabalhar
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
Eu não vejo além da fumaça
Que passa e polui o ar
Eu nada sei
Eu não vejo além disso tudo
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Eu acordo pra trabalhar
Eu durmo pra trabalhar
Eu corro pra trabalhar
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei*



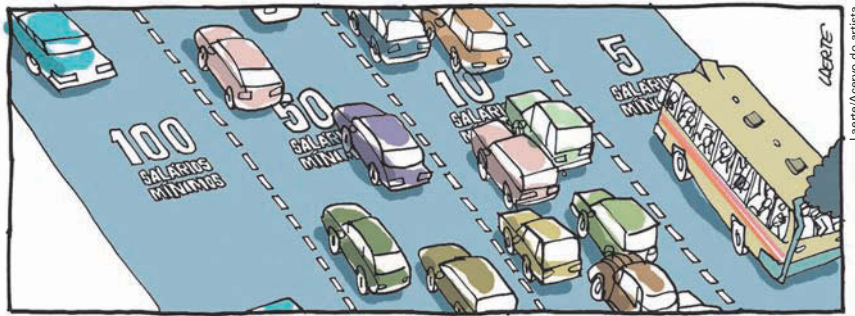
*E eu não sei
Eu não vejo além da fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Ah, eu acordo pra trabalhar
Eu durmo pra trabalhar
Eu corro pra trabalhar.*

OS PARALAMAS DO SUCESSO.
9 Luas, 1996. EMI.

- De que modo a leitura do capítulo contribui para a análise dessa letra?

CONTRAPONTO

Observe a charge de Laerte, publicada em 2004:



- A charge trata de diferenças entre os trabalhadores, que discutimos neste capítulo. Escreva um pequeno texto sobre essa diferença.

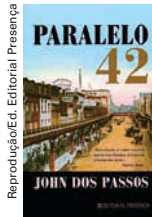
SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Germinal, de Émile Zola. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Germinal é o nome do primeiro mês da primavera no calendário da Revolução Francesa. Ao usar essa palavra como título de seu livro, Zola associa as sementes das novas plantas à possibilidade de transformação social. Um dos grandes romances do século XIX e o primeiro a tratar da luta de classes, *Germinal* descreve uma greve em uma mina de carvão e os problemas sofridos pelos mineiros franceses na segunda metade do século XIX.



Reprodução/Ed. Editorial Presença

Paralelo 42, de John dos Passos. São Paulo: Benvirá, 2012.

Primeiro livro da trilogia *USA*, também composta por *1919* e *O grande capital*, o livro se desenrola nas primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos, com a chegada de colonos na América.

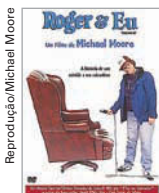
FILMES



Reprodução/CC Film Corp./Continental

Tempos modernos (Estados Unidos, 1936). Direção: Charles Chaplin.

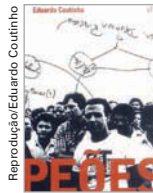
De forma irônica e bem-humorada, Chaplin descreve como o trabalhador, com a produção industrial no século XX, passou a ser uma peça da engrenagem produtiva.



Reprodução/Michael Moore

Roger e eu (Estados Unidos, 1989). Direção: Michael Moore.

Neste documentário, Moore descreve a realidade da cidade de Flint, no interior de Michigan. Uma fábrica da General Motors é deslocada de lá para o México e a vida de toda a cidade começa a desabar por conta dessa transferência. Faixa etária: 18 anos.



Reprodução/Eduardo Coutinho

Peões (Brasil, 2004). Direção: Eduardo Coutinho.

Neste documentário, o diretor narra a história de alguns metalúrgicos que participaram das greves no ABC paulista em 1978 e 1979. Os peões (metalúrgicos das montadoras) relatam suas experiências naquele momento de suas vidas.

INTERNET

(Acesso em: fev. 2013.)

<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/cultura-para-todos/>

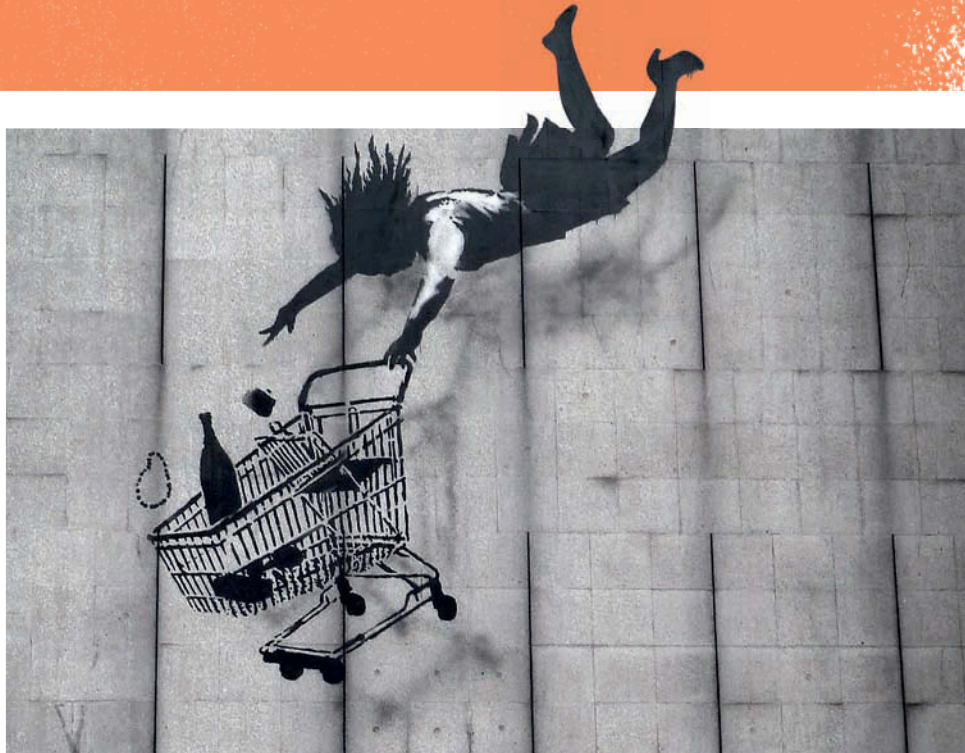
A edição 141 da revista *Cult* apresenta na seção Dossiê uma série de artigos que discutem, entre outros temas, a influência de Marx e Maquiavel na concepção política

de Gramsci; a noção de cultura desse autor; o projeto gramsciano para a educação; a recepção das ideias do autor italiano no Brasil.

8 CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo vamos discutir:

- 1** A divisão da sociedade em Durkheim: grupos profissionais ou funcionais
 - 2** A estratificação social em Weber: classe, estamento e partido
 - 3** As classes sociais em Marx: contradição e dialética
 - 4** As classes e os estratos sociais no século XX
 - 5** A dinâmica das classes médias: ocupação profissional e renda
-



Jim Dyson/Getty Images

Desenho de Banksy grafitado na parede de um prédio desocupado no bairro de Mayfair, em Londres, Inglaterra, em dezembro de 2011.

O valor dos salários, o tipo de trabalho, os posicionamentos políticos e ideológicos, o fato de sermos ou não proprietários dos meios para produzir nossa subsistência, ou mesmo se vamos ao cinema ou lemos livros com frequência, se gostamos de ópera ou quantos televisores temos em casa, se nossa casa é própria ou alugada, todas essas questões, assim como muitas outras, podem ser utilizadas como referência para definir a que classe, estrato ou grupo social pertencemos.

Quando vemos na tevê que o governo criou uma política de assistência social, quando ouvimos dizer que a renda de determinados indivíduos subiu ou lemos no jornal que a classe média aumentou em escala nacional nos últimos anos, estamos, mesmo sem perceber, nos informando sobre questões relacionadas à teoria das classes e à teoria da estratificação social.

Neste capítulo, detalhando o que foi discutido no capítulo 6, veremos como Durkheim, Weber e Marx qualificaram a divisão social em geral e, particularmente, no capitalismo. Trataremos também da divisão social no mundo de hoje, diante das questões sociais, políticas e econômicas presentes nas sociedades contemporâneas.

1. A DIVISÃO DA SOCIEDADE EM DURKHEIM: GRUPOS PROFISSIONAIS OU FUNCIONAIS

Antes de expor a teoria de Durkheim (ver *Perfil* no capítulo 6), vamos examinar algumas referências utilizadas para definir as diferentes classes sociais. Uma das mais empregadas pelos meios de comunicação é uma análise estatística de divisão em estratos sociais baseada na renda. Define-se a classe social levando em conta apenas a renda familiar, isto é, a soma dos salários mensais das pessoas que vivem na mesma moradia. Como resultado temos as definições de classe A, B, C, D e E.

Embora se inspirem em correntes de explicação sociológica, essas definições não transmitem a complexidade da realidade social. A divisão social é uma das questões mais controversas das ciências sociais. Podemos começar nossa discussão pela pergunta: se as sociedades não podem ser consideradas apenas aglomerações de indivíduos, o que de fato caracteriza uma sociedade?

A Sociologia parte do pressuposto de que a sociedade é composta de conjuntos de relações sociais, e não de indivíduos. Um indivíduo, um grupo, uma classe, um estrato só têm sentido sociológico se pensados dentro da estrutura geral da qual fazem parte.



Charge do cartunista Junião (1971-) publicada em 2008.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

A sociedade é dividida em muitos grupos sociais. Cada um de nós pode pertencer a vários grupos, já que frequentamos escolas diferentes, temos diferentes rendas familiares, trabalhos, padrões de consumo, hábitos, gostos e comportamentos. Ou seja, convivemos com pessoas muito variadas e essas pessoas podem pertencer a grupos sociais bastante heterogêneos. Procure pensar em padrões de divisão social, isto é, em critérios que delimitem diferentes grupos de pessoas, levando em conta características que tendem a aproximá-las ou afastá-las umas das outras.

A Sociologia pode ser definida como uma ciência da sociedade, que por sua vez é constituída por relações sociais. Assim, para a Sociologia um indivíduo não é apenas um organismo vivo, mas uma síntese de relações sociais historicamente determinadas: a síntese de um tipo de educação formal e familiar, de um tipo de cultura, de economia e de um conjunto de ideologias específicas presentes em certa sociedade.

Antes de estudar como Émile Durkheim dividiu teoricamente a sociedade, é preciso entender como ele pensou a própria composição das sociedades. Durkheim foi um dos primeiros pensadores a delimitar o campo das análises sociológicas. Para especificar esse campo, desenvolveu os conceitos de **fato social** e de **divisão do trabalho** que vimos no capítulo 6.

Entretanto, ainda não tocamos em um ponto central da teoria de Durkheim. Para ele, a sociedade não é apenas a somatória dos indivíduos nem a soma de instituições, como o governo, o Estado, a Igreja, a escola, os partidos e os sindicatos: ela é um fato social **sui generis**, ou seja, age sobre o indivíduo de forma coercitiva, é exterior ao indivíduo e anterior a ele. A sociedade é *sui generis* na medida em que não depende do indivíduo: vai além da soma dos indivíduos que a compõem.

LÉXICO

sui generis: do latim, 'de seu próprio gênero', significa peculiar, único, particular, específico.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Para Durkheim, os grupos profissionais ou funcionais são expressão do desenvolvimento da divisão do trabalho. Esse desenvolvimento traz uma interdependência entre as profissões que Durkheim considera positiva, embora também acabe por afastar os grupos, na medida em que os indivíduos

se tornam cada vez mais especializados em suas funções. Assim, valores e crenças não são compartilhados pela coletividade: cada grupo desenvolve seus próprios valores e crenças. Procure descrever alguns grupos sociais e os valores e crenças que os integram cultural, política e socialmente.

Durkheim considera que as normas e padrões sociais determinam as condutas individuais. Ou seja, esse conjunto de relações sociais é o que confere a cada sociedade seu caráter único, específico. Para chegar a essa conclusão, Durkheim escreveu uma teoria do desenvolvimento das sociedades. Elaborou, assim, um modelo de análise sociológica que estabelece a distinção entre duas formas de socialização: a solidariedade (ou socialização) mecânica e a solidariedade (ou socialização) orgânica.

Para Durkheim, as primeiras sociedades foram marcadas pela solidariedade mecânica. Caracterizadas por baixo nível de divisão do trabalho, nelas o elo entre os indivíduos se deu por uma forte consciência coletiva, expressão de crenças e valores rígidos. Nesse tipo de sociedade os indivíduos são parecidos entre si, refletindo a estrutura social (valores e crenças rígidos) e regulados por uma moral coletiva (consciência coletiva). Qualquer tipo de infração que quebre essa moral é corrigido por uma sanção, uma forma de penalidade que procura restabelecer imediatamente a ordem do sistema social.

Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, as formas de solidariedade orgânica também se desenvolvem. O processo de diferenciação social torna-se cada vez mais intenso. No entanto, os laços sociais característicos das sociedades precedentes se enfraquecem. A consciência coletiva como elemento moral de agregação e integração dos indivíduos se torna mais fraca diante da desigualdade e da diferenciação de funções profissionais especializadas. A interdependência funcional entre os indivíduos marca a solidariedade orgânica.



A imagem representa uma sociedade com baixo nível de divisão de trabalho, caracterizada por indivíduos parecidos entre si, unidos por forte consciência coletiva e solidariedade mecânica.

Representação de sociedade de indivíduos com alta divisão do trabalho e solidariedade orgânica.



Mari N. e Bia G./Acervo das artistas

Para Durkheim, a divisão do trabalho é o elemento central para qualificar essas duas formas de solidariedade, tanto nas sociedades capitalistas como em todas as sociedades anteriores. Esse autor se dedicou a entender os princípios gerais que motivaram o desenvolvimento das sociedades até o capitalismo. Ele entende que a primeira sociedade se estruturou em razão do adensamento populacional, isto é, ao tornar-se mais condensada, a população forneceu as bases para o crescimento econômico, característico do desenvolvimento da divisão do trabalho.

Os grupos funcionais ou profissionais são para Durkheim parte central da divisão social. As classes sociais são pensadas com base nessa fundamentação funcional. Capitalistas e trabalhadores se diferenciam na medida em que cumprem funções sociais diferentes e contribuem para o desenvolvimento da divisão do trabalho. A divisão social tem relação com a forma predominante de sociabilidade ou solidariedade e tem seu centro nos grupos profissionais e nas organizações a eles relacionadas.

Nesses termos, Durkheim considera a formação profissional e a especialização como meios positivos de sociabilidade. As corporações profissionais (à semelhança dos sindicatos) têm a função de aproximar o ser individual do ser social a partir do estabelecimento de uma moral coletiva. Às corporações profissionais cabe regular a relação entre capitalistas e trabalhadores e também entre os trabalhadores entre si, com o objetivo de afastar desse processo elementos que possam impedir o desenvolvimento adequado da divisão do trabalho.

Segundo Durkheim, o processo natural de desenvolvimento da divisão do trabalho seria substituído pela regulamentação das corporações profissionais. O trabalhador aparece nesse processo como mero executante de algo planejado em outras instâncias e que lhe é, portanto, exterior.

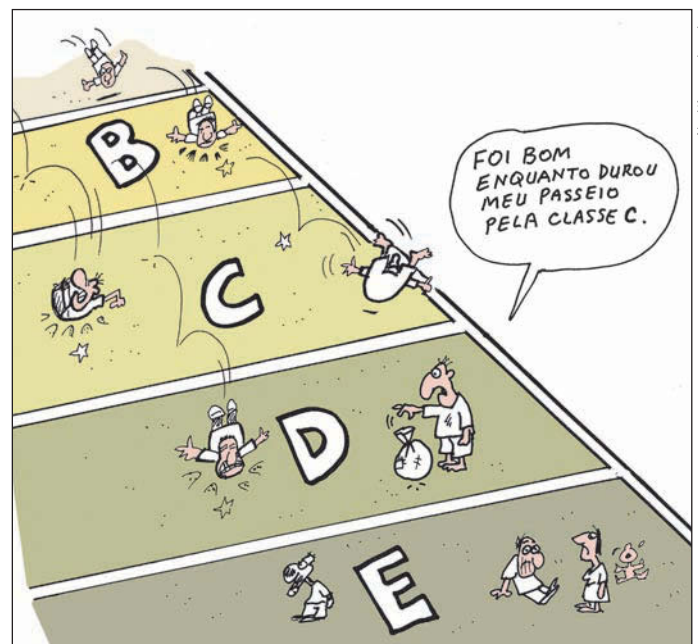
2. A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL EM WEBER: CLASSE, ESTAMENTO E PARTIDO

Para Weber (ver *Perfil* no capítulo 6), a vida em sociedade é caracterizada por situações assimétricas que estabelecem certos tipos de conflito social. As relações sociais contêm quantidades distintas de prestígio social, econômico e político que são distribuídas pela sociedade. Assim, as relações de desigualdade são sempre relações de poder.

As ordens política, social e econômica são distintas, mas não completamente independentes umas das outras. Entretanto, cada uma delas exige um aparelho conceitual específico para ser analisada. É no indivíduo e em sua ação que se realiza a fusão dessas ordens. Segundo Weber, cada esfera da atividade social se constitui por relações de poder distintas, que podem ou não ser vinculadas entre si. Por isso, Weber estabelece conceitos diferentes para se referir a cada uma dessas situações.

A teoria da estratificação social criada por Weber para analisar a sociedade tem como fundamento três conceitos centrais: o de classe (e dentro dele o de situação de classe), o de *status* (ou estamento) e o de partido. Esses conceitos são **tipos ideais** de diferenciação social. Cada um deles delimita um determinado tipo de pertencimento (ou não) a estratos sociais diferentes. Mas como são tipos ideais, servem apenas de ferramenta de aproximação, nunca representam a própria realidade social. Assim, é possível observar grupos, estratos e instituições sociais que têm características de tipos ideais diferentes, ainda que um deles seja predominante.

Esta charge de 2009 do cartunista Nani brinca com o conceito de estratificação social.



Nani/Acevo do artista

Para Weber, a posse de propriedade é a característica central para determinar uma situação de classe. Apesar de estabelecer que há diferentes tipos de propriedade, de bens e de rendimentos, o que acarreta estratificações sociais dentro de uma classe, Weber entende que a classe social se fundamenta por uma situação de mercado, isto é, tem base predominantemente econômica. A definição de classe está condicionada, então, à situação de mercado, ou seja, à condição econômica ou padrão material de existência dos indivíduos. O termo **classe** refere-se, portanto, a qualquer grupo de pessoas que se encontram em uma mesma situação econômica.

Já a estratificação por *status* tem relação com o prestígio, a posição social, o estilo de vida, a instrução formal. Ela se distingue da estratificação por classe, pois a posse de propriedade nem sempre é suficiente para garantir uma posição social de prestígio. Em contraste com as classes, os grupos de *status* em geral constituem comunidades e situações determinadas pela estimativa social, positiva ou negativa.

Weber nota que a propriedade econômica nem sempre está relacionada ao *status*. No entanto, a longo prazo, a situação de classe pode também ser um atributo da situação de *status*. Ou seja, quase sempre o proprietário tende a ser o chefe. Mas isso não é necessariamente verdade, pois existem pessoas com e sem propriedades que se encontram no mesmo grupo de *status*.

Por fim, o partido é uma forma de estratificação na qual a distribuição de poder se dá pela capacidade de controle de uma organização. Se o lugar das classes sociais é a ordem econômica, e o lugar dos grupos de *status* é a ordem social (na esfera de distribuição de renda), o lugar do partido é a ordem política.

Como vimos, há influência recíproca entre a ordem das classes e dos grupos de *status*, que acabam, finalmente, por influenciar e serem influenciados pela ordem política. A característica central do partido é o poder, e a orientação da ação social do partido é a aquisição de poder. Podem existir partidos em um clube, em um grêmio estudantil, no governo e no Estado, e todos esses partidos se movimentam em torno de fatores típicos, como as ações comunitárias, as diferenças de classe e as diferenças de *status*.

O partido pode incorporar interesses de ordens distintas. Pode também representar situações de classe ou grupos de *status*, pode recrutar adeptos de um ou outro grupo e pode também não ser “puro”, no sentido em que recruta indivíduos apenas com base na situação econômica de classe ou pelo *status*. Assim, os partidos podem representar estruturas efêmeras ou duradouras e se utilizar de mecanismos variados para alcançar o poder, tais como a violência, o voto, o dinheiro, a influência social e o poder da oratória. É possível distinguir sociologicamente os partidos pelo tipo de ação, e esse caráter comum pode ser estratificado pela classe ou pelo *status*, isto é, pela situação do indivíduo no mercado ou por seu prestígio social.



VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A estratificação social de Weber cria critérios arbitrários de delimitação dos indivíduos em classes, *status* e partidos diferentes. Com essa teoria podemos estabelecer vários estratos sociais e hierarquizá-los, seja do ponto de vista da renda, do prestígio social, das ações políticas, seja do ponto de vista das crenças religiosas, da organização sindical, das preferências artísticas e culturais. Entretanto, na prática, vários desses

critérios se entrecruzam. Há indivíduos cujas ações sociais podem ser, ao mesmo tempo, caracterizadas pela renda, pelo prestígio e pelo poder político. Tente refletir sobre esse processo de estratificação levando em conta as eleições para presidente, governador e prefeito. Existe ligação entre as condições econômicas dos indivíduos e a escolha de seus candidatos? Quais seriam as causas dessa ligação?

3. AS CLASSES SOCIAIS EM MARX: CONTRADIÇÃO E DIALÉTICA

Como vimos, Karl Marx (ver *Perfil* no capítulo 6) parte da relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção para caracterizar a formação das classes sociais e da sociedade capitalista. Para ele, essa divisão social é a primeira forma de divisão do trabalho: a divisão entre aqueles que produzem (os trabalhadores) e aqueles que se apropriam privadamente da produção (os proprietários).

Segundo Marx, a dinâmica social capitalista está centrada na propriedade privada. Com base nela se constituem as classes sociais e todas as relações de troca. De um lado, estão aqueles que precisam vender sua força de trabalho, pois não têm as condições materiais para produzir sua subsistência. De outro, aqueles que compram a força de trabalho, na medida em que se apropriaram dos meios de produção, convertendo-os em sua propriedade privada.

Para estruturar esse raciocínio, Marx pressupõe que a realidade das sociedades divididas em classes é contraditória e que, para analisar essa realidade contraditória, é necessário um método **dialético**.

A divisão entre exploradores e explorados nos vários modos de produção necessita, portanto, de uma explicação dialética. Em outras palavras, para entender a relação de exploração e dominação dos escravizados nas sociedades escravistas, a dominação dos servos nas sociedades feudais e a exploração dos trabalhadores assalariados nas sociedades capitalistas é necessário ir além das aparências da realidade observada.

Para Marx, a dialética é um instrumento analítico que permite desvelar as camadas sociais que não se mostram a olho nu. Por meio da dialética é possível ir além das aparências e descobrir as causas mais profundas de como a vida em sociedade se reproduz historicamente. E, assim, explicar a realidade contraditória entre aqueles que detêm e aqueles que não detêm os meios de produção.

LÉXICO

dialética: segundo o *Dicionário Houaiss*, dialética é, em sentido bastante genérico, oposição, conflito originado pela contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos. O termo tem longa história na Filosofia. Segundo o marxismo, a dialética é um método de análise que contrapõe opostos e de cuja oposição se produz uma síntese, que novamente gerará uma antítese, gerando um movimento contínuo. Esse método é aplicado por Marx para explicar a evolução dos conflitos históricos (como o conflito entre capital e trabalho).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A realidade social é por vezes muito complexa. Há interesses extremamente variados nos grupos e nas classes sociais de nossa sociedade. No entanto, é possível perceber certa aproximação entre alguns tipos de interesse social. O capitalista dono do banco, apesar de fazer parte da burguesia e ter interesses específicos, não está do lado oposto do capitalista dono da indústria: ambos querem obter lucros e continuar usando

a força de trabalho para isso. A mesma coisa pode ser vista entre os trabalhadores. Os operários das indústrias automobilísticas têm interesses diferentes dos bancários, mas ambos querem melhorar suas condições de vida e de trabalho. Tente pensar em outros exemplos de interesses sociais que possam ser identificados com os da classe capitalista, de um lado, e com os da classe trabalhadora, de outro.

No item 4 do capítulo 6 (*Karl Marx: trabalho e classes sociais*), estudamos a diferença entre o trabalho e a força de trabalho. Mesmo sem falar em dialética, vimos que há uma realidade aparente e outra realidade mais profunda, que explica como se forma o lucro capitalista. Vimos também que, aparentemente, o capitalista e o trabalhador se encontram no mercado como indivíduos iguais. As leis e regras de mercado afirmam esse princípio, isto é, quando trocamos coisas no mercado somos todos iguais perante a lei.

No entanto, a sociedade se organiza com base nos interesses das classes dominantes, ou seja, as leis, regras e normas sociais são construídas para reproduzir as classes dominantes como tal. Assim, apesar de a relação de igualdade jurídica não ser uma mentira, ela é contraditória, pois pressupõe que o indivíduo que compra e o indivíduo que vende a força de trabalho são absolutamente iguais, quando, na prática, eles são economicamente diferentes.

Voltando à dialética: ao mostrar a diferença entre o trabalho e a força de trabalho, Marx faz uma análise dialética, buscando entender o que há por trás dessa aparência de igualdade. Ora, como essa relação poderia ser igual se existem diferenças sociais evidentes entre os trabalhadores e os capitalistas? A dialética permite entender o que está oculto pelas relações de produção capitalistas, pois nessas relações só se manifestam os interesses da classe dominante, que impôs esse modo de vida.

Segundo o pensamento de Marx, as classes sociais vão além de um estrato social determinado apenas pela economia, como define Weber. Não se trata, assim, de agrupamentos de indivíduos que têm rendas ou salários semelhantes. Para Marx, as classes sociais são definidas por suas lutas, mais particularmente pela luta de classes, que expressa a oposição estrutural entre o capital e o trabalho. Em outras palavras, a luta de classes constitui o próprio elemento dinâmico das sociedades.

A luta entre capitalistas e trabalhadores que se trava todos os dias por melhores salários, melhores condições de trabalho e de vida, refere-se, de um lado, à expansão de políticas sociais que protegem os trabalhadores, na regulamentação da reforma agrária, na construção de vias de acesso a bairros populares, na construção de redes de esgoto e escolas populares. De outro, está relacionada com a aprovação de leis que estimulam os condomínios fechados, com a segregação social, com a política de juros altos, com incentivos fiscais às empresas multinacionais. Para Marx, os interesses opostos são os elementos de transformação histórica e social.



Em novembro de 2012, trabalhadores do sistema de saúde pública protestam em Madri, capital da Espanha, durante o segundo dia de greve geral contra a privatização de parte do sistema nacional de saúde pública. Pela primeira vez, todos os sindicatos convocaram os trabalhadores de saúde da região de Madri para uma greve de 48 horas.

As classes sociais e suas lutas são referências centrais na obra de Marx. Com base nelas, ele analisa a sociedade capitalista e qualifica as relações de exploração e dominação para além de uma leitura econômica, baseada apenas na determinação dada pela renda. Classe social é um conceito concebido como um conjunto de relações que implicam elementos culturais, simbólicos, econômicos, políticos e ideológicos. Para Marx, as classes sociais não são meros aglomerados de indivíduos, mas, sobretudo, forças sociais e políticas que lutam por seus interesses.

4. AS CLASSES E OS ESTRATOS SOCIAIS NO SÉCULO XX

O século XX foi influenciado por duas grandes abordagens sociológicas das segmentações sociais. A primeira foi influenciada pela **teoria das classes sociais** de Marx; a segunda caracterizou-se como desdobramento da **teoria da estratificação social** de Weber. Essas duas teorias, como vimos, têm fundamentações e leituras distintas dos grupos, classes, frações e segmentos sociais.

Weber identificou o processo de divisão social com base em estratos sociais que são definidos pela ordem econômica, pela ordem social e pela ordem política, respectivamente, as classes sociais, os estamentos ou *status* e os partidos. Em Weber, a concepção de classe social está fundamentalmente relacionada ao mercado, isto é, pertencer ou não a determinada classe social depende de critérios econômicos, ainda que outros fatores sejam também relevantes. A concepção de *status* ou estamento está ancorada centralmente no prestígio social, e a concepção de partido está ancorada no poder.

O sociólogo ou o economista que se vale das teses de Weber estabelece critérios de segmentação social de vários tipos para definir a que estrato social cada indivíduo pertence. Essa estratificação social pode variar, levando em conta critérios de ordem econômica, social e política. Podemos, por exemplo, pensar um estrato social com base em critérios de renda, qualificação profissional e ideologia política e, então, compreender como os indivíduos em dada sociedade se comportam em relação a esse quadro de referências. Ou seja, esse quadro de referências serve para analisar as ações dos indivíduos e depois segmentá-los em diferentes estratos sociais.

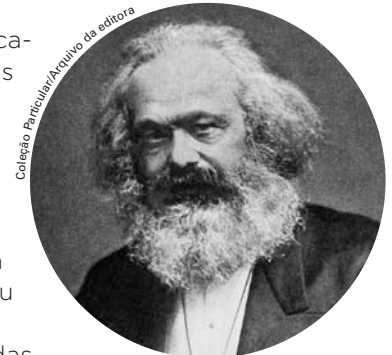
Diferentemente de Weber, Marx não divide a sociedade em estratos sociais. Sua análise repousa, como vimos, na estruturação de sociedades divididas em classes sociais e, dentro dessas classes, em frações sociais. Na obra de Marx, o conceito de classe social está relacionado com a produção da vida material e com a luta que é travada no processo de produção e reprodução social. Assim, Marx não reduziu as classes sociais a critérios de ordem econômica para, então, pensar outros estratos sociais nos quais predominariam práticas sociais ligadas ao prestígio e ao poder.

Para Marx, as classes sociais expressam um modo de vida que, no caso do capitalismo, se relaciona com a manutenção ou a destruição de interesses sociais opostos. De um lado, as relações capitalistas imprimem um modo de vida (cultural, econômico, político, simbólico e ideológico) baseado na exploração do trabalho para a produção de valor e lucro. De outro, os trabalhadores respondem a essa dinâmica na medida em que procuram melhorar suas condições de vida e de trabalho, mas também se colocam como sujeitos políticos desse processo. Isto é, apesar de a dinâmica social ser controlada sobretudo pela classe dominante, os trabalhadores são parte desse processo e lutam, direta ou indiretamente, para superar um modo de vida que os oprime.

Como vimos, é grande a influência de Karl Marx e Max Weber na análise das divisões sociais. Entretanto, outras questões ligadas ao tema também estiveram presentes no cenário nacional e internacional durante o século XX e na atualidade. A primeira delas se refere à influência do desenvolvimento científico e tecnológico na determinação das classes sociais. A segunda, que veremos no próximo item, se relaciona com a formação da chamada classe média.

A relação entre ciência e tecnologia no processo de formação das classes sociais tem especial importância entre autores que buscam estabelecer ligações entre as classes sociais e a formação de sujeitos políticos. Ou seja, de que modo a ciência e a tecnologia interferem na formação de sujeitos e forças políticas? Haveria uma determinação direta nesse processo?

Vimos nos capítulos anteriores que a transformação científica e tecnológica é fundamental para as sociedades capitalistas, sobretudo, por reduzir o tempo de produção de mercadorias e, com isso, aumentar a produtividade do trabalho. Essa redução do tempo de trabalho acaba por desvalorizar a força de trabalho e aumentar os lucros dos capitalistas. Assim, a ciência e a tecnologia são introduzidas para que se atinjam esses objetivos na produção. Em determinados momentos, ocorrem transformações mais intensas, denominadas **reestruturações produtivas**.



Karl Marx em fotografia de c. 1880.



Max Weber em fotografia de c. 1896.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

As tecnologias e a ciência exercem grande influência em nossa vida, em áreas tão diversas como trabalho, lazer, esportes, política, construção, na indústria de alimentos, etc. No entanto, quando utilizamos os resultados das tecnologias, consideramos que são apenas máquinas e técnicas criadas para tornar nossa vida mais fácil e mais interessante. Você já pensou como

as ciências e tecnologias colaboram para nosso desgaste físico e mental? Já pensou que a “necessidade” de comprar um celular novo ou um computador de última geração é mais uma imposição do mercado do que uma real necessidade do consumidor? Pense um pouco sobre isso e procure descrever quais aparatos tecnológicos são verdadeiramente essenciais em sua vida.

Do ponto de vista do aumento da produtividade, incrementar a produção de mercadorias com novas pesquisas e aparatos tecnológicos é essencial para a manutenção da produção e, em geral, do próprio capitalismo. Mas e do ponto de vista da luta política? Para a classe trabalhadora, qual é a relação entre desenvolvimento científico e tecnológico e formação do sujeito político?

Voltemos um pouco no tempo. Segundo Marx, com a implementação das máquinas pela Revolução Industrial, o trabalhador coletivo perdeu seu saber-fazer. Esse saber-fazer foi incorporado às máquinas, o que desvalorizou a força de trabalho. Com o taylorismo, o fordismo e as formas flexíveis de produção no toyotismo, esse processo de desvalorização se aprofundou. Com base nisso, a estratégia para formar uma força política capaz de lutar pelos interesses do trabalhador seria recuperar o saber-fazer, isto é, retomar o controle do processo de trabalho, o que daria maior poder político à classe trabalhadora, particularmente à classe operária.



Assim, autores marxistas estruturaram suas ideias de ação política para a classe trabalhadora com base na hipótese de que o controle sobre o processo de trabalho poderia ser retomado por trabalhadores mais qualificados. Como vimos, toda reestruturação produtiva cria novos grupos de trabalhadores. Tome-mos como exemplo a produção toyotista. Ao introduzir novas tecnologias (microeletrônica e robótica) para aumentar a produtividade, as empresas capitalistas dispensaram parte dos trabalhadores quando as novas máquinas passaram a fazer seu trabalho. Um conjunto de novos trabalhadores foi qualificado para ativar o novo tipo de produção, sendo essa qualificação profissional proporcional ao aparato tecnológico.

Assim, aparentemente a introdução de ciência e tecnologia seria responsável pela criação de um grupo de indivíduos altamente qualificados e necessários à produção. Não seria essa uma forma de a classe operária recuperar o controle do processo de trabalho e aumentar seu poder político? Não seria esse um retorno àqueles trabalhadores dos séculos XVIII e XIX, que detinham um saber-fazer? Não poderiam esses trabalhadores, ao recuperar seu saber-fazer, organizar politicamente toda a classe trabalhadora?

Os autores que se valeram desse raciocínio consideraram muito positiva a introdução do desenvolvimento científico e tecnológico na produção. Para eles, o sujeito político se formaria pelo avanço das forças de produção. Só que essa análise deixou de considerar que essas mesmas forças produtivas são mecanismos cujo objetivo central é aperfeiçoar o controle sobre os trabalhadores. Esse equívoco provocou, por exemplo, a idealização de trabalhadores ultraqualificados, que passaram a ser vistos como operários **polivalentes** e que teriam, por conta dessa qualidade, maiores chances de organizar politicamente a classe trabalhadora.

No caso descrito, a classe trabalhadora foi analisada a partir da pressuposição da neutralidade do incremento científico e tecnológico. Entretanto, como já vimos em capítulos anteriores, a máquina, a ciência e as tecnologias são resultados históricos, ou seja, sínteses das determinações sociais que, no capitalismo, operam principalmente para reproduzir as relações sociais dominantes.

Esta charge do cartunista Bruno, publicada em 2001, comenta a redução da jornada de trabalho.

LÉXICO

polivalente: aquele que executa ou desempenha diferentes tarefas e funções.



5. A DINÂMICA DAS CLASSES MÉDIAS: OCUPAÇÃO PROFISSIONAL E RENDA

O debate sobre a classe média também sofreu a influência das teses de Marx e Weber, tanto nos círculos acadêmicos dos Estados Unidos e da Europa como no Brasil. Entre aqueles que compartilham a concepção marxista de classe social, as classes médias são vistas como um conjunto de relações sociais que se situam entre as relações da classe capitalista e as da classe trabalhadora. Essa leitura procura entender, com base no desenvolvimento dos textos de Marx, como certas camadas sociais — que não podem ser definidas nem como capitalistas (pois não têm os meios de produção) nem como operárias (pois não desenvolvem nenhum tipo de trabalho produtivo) — podem ser definidas em termos de classe social.

No caso dos seguidores da teoria da estratificação social de Weber, a preocupação está relacionada com critérios de classificação específicos para indivíduos e suas ações sociais. Dentre vários critérios, os mais utilizados são o de ocupação profissional (cargos, postos de trabalho e qualificação profissional) e o de renda. A partir deles se estabelece uma análise de como alguns estratos sociais ganham ou perdem espaço social e econômico nas sociedades contemporâneas.

Em termos gerais, as camadas médias se situam entre as duas grandes classes sociais (capitalistas e trabalhadores). Para Marx, no século XIX as camadas médias representavam um número relativamente pequeno da população da Europa. Entre elas podemos destacar: pequenos proprietários e comerciantes, servidores públicos e profissionais liberais. Marx denominava esse conjunto de indivíduos de **pequena burguesia**.

Com o desenvolvimento do setor de serviços durante o século XX, a pequena burguesia se avolumou, e com isso os autores marxistas e weberianos passaram a definir novos conceitos para incorporar esse contingente de indivíduos. Dois sociólogos que sintetizam esse debate são o norte-americano **C. Wright Mills (1916-1962)** e o grego Nicos Poulantzas (*Perfil* na página 163).

Esta charge do cartunista Glauco ironiza a suposta passagem para a classe média.



Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **C. Wright Mills (1916-1962)**.

LÉXICO

colarinho-branco:

designação genérica dos profissionais de diferentes níveis (executivos, funcionários, etc.) que, pela natureza de suas atividades e contatos, precisam apresentar-se em trajes convencionais (para os homens, terno e gravata).

Mills observou um aumento entre os trabalhadores de **colarinho-branco**, isto é, trabalhadores públicos e privados do setor administrativo e gerencial. Segundo Mills, os profissionais desse setor não podiam ser identificados como trabalhadores típicos da indústria, como os operários. Para ele, a classe média, mesmo existindo em função das outras classes (capitalistas e trabalhadores), devia ser considerada um sintoma e um símbolo das sociedades contemporâneas. Os trabalhadores de colarinho-branco, que Mills denomina de **nova classe média**, se diferenciam dos da antiga classe média quanto à qualificação profissional. São gerentes e administradores requisitados sobretudo pelo desenvolvimento tecnológico ocorrido em meados do século XX.

Para Mills, essa nova classe média tem como característica central a gerência e a supervisão. São indivíduos que têm como função específica gerenciar a produção e aumentar os lucros dos donos da propriedade privada. Segundo Mills, enquanto o número de trabalhadores necessários à extração e à produção diminuiu, o de prestadores de serviços, distribuição e coordenação aumentou. E esse crescimento se deve ao aumento da produtividade da manufatura industrial, ao desenvolvimento da distribuição e à ampliação das funções de coordenação.

Mills é explícito quanto ao seu recorte ocupacional para classificação dos colarinhos-brancos. Para ele, ocupações e situações de renda estão ligadas a situa-

ções de classe e caracterizam, com base no prestígio, o *status* de seus ocupantes e seus graus de poder. Assim, a situação de classe está relacionada não apenas com a renda, mas também com o montante da renda. Entre um gerente que ganha um salário e outro que ganha um salário dez vezes maior há diferenças significativas, além das econômicas, quanto a prestígio e poder.

Para Mills, é difícil definir com precisão a nova classe média com base em um cri-

tério isolado de estratificação. Essa nova classe média se define mais pelas diferenças em relação às outras camadas sociais. Pode-se dizer que os colarinhos-brancos não são uma camada homogênea. Embora se diferenciem dos operários e da antiga classe média do ponto de vista da propriedade, em relação à renda sua situação econômica pode ser considerada superior, se comparada à dos operários da indústria.

Já do ponto de vista do sociólogo grego Nicos Poulantzas, as classes sociais não são definidas com base nas ações individuais nem, tampouco, em estratos sociais. Segundo ele, as classes sociais se definem por sua posição no conjunto da divisão social do trabalho. Tentando romper com uma tradição que definiu as classes sociais apenas pelas determinações econômicas, Poulantzas procurou pensá-las levando em conta também as instâncias do político e do ideológico.

ASSIM FALOU... MILLS

[...] como fontes de renda, as ocupações estão ligadas à situação de classe, e como normalmente elas acarretam uma certa dose de prestígio, são também relevantes para o *status* do indivíduo. Implicam também determinados graus de poder sobre os outros, ou diretamente num emprego ou indiretamente em outras áreas da vida social. As ocupações, portanto, estão vinculadas à classe, *status* e poder, assim como à especialização e função, para compreender as ocupações que integram a nova classe média, devemos analisá-las em cada uma dessas dimensões.¹

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Alguns tipos de ocupação profissional, especialmente aqueles nos quais predomina o trabalho intelectual, são reconhecidos socialmente como de mais valor e de maior prestígio. Por outro lado, existe também a ideologia de que o trabalho, não importa de que tipo, edifica o homem. Essas construções ideológicas têm como objetivo criar uma visão positiva do trabalho, principalmente do trabalho intelectual.

Assim, aqueles que não conseguem emprego ou que têm subempregos não são reconhecidos socialmente e, por vezes, são tratados como um grupo sem dignidade. Tente compreender em que medida as qualificações sociais e o próprio trabalho podem influenciar a determinação de grupos e classes sociais. Você consegue citar algumas relações fundamentadas por esse raciocínio?

¹ MILLS, Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p.91.

Nesse sentido, Poulantzas resgata a leitura de Marx para demonstrar que as classes sociais não podem ser circunscritas apenas às relações de produção. Ou seja: a classe social não pode ser definida apenas com base na posição do sujeito no processo de trabalho e com base em sua renda. Poulantzas mostra a necessidade de apreender a totalidade das estruturas de uma sociedade para definir as classes sociais, que para ele são fruto do efeito conjunto das estruturas políticas, econômicas e ideológicas, e não apenas da estrutura econômica.

Quanto à discussão das classes médias, Poulantzas incorpora à sua teoria a análise dos trabalhadores não produtivos como específicos da **nova pequena burguesia**. Segundo esse autor, a diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo é central, ainda que não suficiente, para definir essa nova classe social. A nova pequena burguesia se diferencia da pequena burguesia tradicional, pois expressa uma nova divisão do trabalho, marcada pelas práticas de direção e supervisão no interior dos processos de trabalho.

Segundo Poulantzas, durante o século XX o capitalismo se desenvolveu no sentido de repassar aos gerentes, diretores e supervisores o que, nos séculos anteriores, se concentrava nas mãos do capitalista. Dessa forma, criou-se (como vimos com o taylorismo) a figura do gerente, que passou a controlar os trabalhadores obtendo deles maior produtividade. Com esse processo, intensificou-se a separação entre trabalhos manuais e trabalhos intelectuais.

No trabalho manual, o operário cumpre uma tarefa produtiva preestabelecida pela gerência e pela engenharia de produção. Fica a cargo do setor de planejamento o trabalho intelectual, que concebe como e de que forma serão produzidas as mercadorias. Segundo Poulantzas, essa divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual expressa na produção a divisão social entre capital e trabalho. Isto é, o monopólio do saber, próprio das classes dominantes, seria também reproduzido nos processos de trabalho em si.

Sophie Bassouls/Sygma/
Corbis/Latinstock. Foto de 1976.



PERFIL NICOS POULANTZAS

Nicos Poulantzas (1936-1979) é uma referência central para a análise das classes sociais e do Estado. Autor marxista,

deixou contribuições no campo da Ciência Política e da Sociologia. Nascido em Atenas, foi membro do Partido Comunista da Grécia (KKE) e por motivos políticos exilou-se na França, onde foi professor de 1960 até 1979, quando suicidou-se em Paris.

Baseando-se em interpretações de autores clássicos do marxismo como Marx, Engels, Lenin e Gramsci, mas tendo como influência preponderante a obra do filósofo francês Louis Althusser (1918-1990), Poulantzas desenvolveu uma análise inovadora da divisão social e do poder político nas sociedades capitalistas. Com base na separação entre as noções de modo de produção e formação social, enfatizou a importância das diferentes estruturas sociais (econômica, política e ideológica), observando como seus efeitos se objetivam em práticas sociais

particulares e apenas observáveis em formações sociais historicamente determinadas.

Com base nesse ponto de vista teórico construiu uma teoria do Estado e do poder político, relacionando-os às classes sociais. No livro *Poder político e classes sociais* (1968), Poulantzas faz uma reflexão não economicista do Estado, que ele não vê apenas como subproduto das relações econômicas. Poulantzas produziu uma teoria do Estado das classes sociais que relaciona as instâncias do econômico, do político e do ideológico, com ênfase no papel decisivo da luta e do conflito de classes na produção e reprodução do Estado capitalista.

Assim, Poulantzas chamou atenção para o caráter classista do Estado, tanto do ponto de vista da exploração quanto da dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora. Por fim, indicou uma relativa autonomização dessas instâncias (econômica, política e ideológica) que seria, segundo ele, um elemento característico do modo de produção capitalista.

Dessa forma, o monopólio do saber que se estrutura nas escolas privadas, no acesso à universidade, nos centros de pesquisa de excelência, ambientes reservados a uma parte da sociedade privilegiada, se reproduz também na organização fabril. Ou seja, a divisão em classes sociais estrutura tanto as relações de produção como as relações políticas e ideológicas; tanto a produção de mercadorias como as práticas políticas e sociais como um todo.

No Brasil do início do século XXI, foi intenso o debate sobre a classe média. Depois de vários governos que desregulamentaram leis de proteção ao trabalhador e criaram espaço para a precariedade, a instabilidade e a informalidade do trabalho, foi necessário desenvolver políticas estatais de inclusão baseadas em políticas de assistência social de caráter imediatista.

Alguns autores veem nessas políticas de assistência social e de redistribuição de renda uma forma de inclusão estrutural, isto é, afirmam que os indivíduos beneficiados por tais políticas eventualmente passarão a compor uma nova classe social, chamada por eles de classe C, ou nova classe média. Essa nova classe seria composta por indivíduos que tiveram seu poder de consumo aumentado e, nesse sentido, podem usufruir de mercadorias, bens de consumo e serviços que antes não lhes eram acessíveis.

Para os críticos dessa leitura, a chamada nova classe média seria, na verdade, um grupo flutuante que tem a impressão de ter sido incluído, mas não tem garantias de que essa política terá longa duração e, no caso de seu fim, não teria meios de se manter como uma classe de fato. Seriam, portanto, estratos sociais que apenas teriam condições de ascender à condição de classe se fossem constituídas políticas de inclusão baseadas na educação, o que poderia garantir a permanência e a estabilidade desses indivíduos no mercado de trabalho.

Nessas duas perspectivas, a definição de classe utilizada para discutir uma suposta nova classe média no Brasil está ancorada em uma concepção weberiana, que leva em conta, basicamente, a renda dos indivíduos.

Para autores que rejeitam essa perspectiva, a nova classe média no Brasil é, na realidade, uma parte da classe trabalhadora antes desempregada, que conseguiu entrar no mercado de trabalho. A classe trabalhadora, assim, comportaria um conjunto de trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho na medida em que não têm condições de produzir sem máquinas e ferramentas. Ou seja, os trabalhadores não têm como existir e sobreviver sem vender sua força de trabalho. Aqueles que defendem a constituição de uma nova classe média fazem uma leitura que considera apenas as aparências, sem levar em conta o histórico de desigualdades sociais no Brasil, e divulgam a impressão de que os membros dessa suposta nova classe média não estariam mais sujeitos ao desemprego, ao subemprego, ao emprego informal, à mendicância e outras tantas formas aviltantes de reprodução de suas vidas.

Em 2010, a chamada classe C foi responsável por injetar R\$ 881,2 bilhões no mercado de consumo do Brasil. Na foto, movimento em supermercado popular na cidade de Toledo, no Paraná, repleto de consumidores atraídos por descontos e promoções.



Claudio Gompaives/Folhapress

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O acesso à educação tem relação direta com as possibilidades de consumo. Por exemplo, numa família de trabalhadores rurais, os filhos têm chances muito pequenas de entrar na escola, pois precisam colaborar com a composição da renda familiar. Nesse sentido, o lugar que os indivíduos ocupam no processo de pro-

dução não está relacionado apenas com a renda da família, mas tem implicações também no acesso ao saber, ao conhecimento, aos padrões cultos de organização da educação. Tente destacar relações possíveis entre o acesso à educação formal e os tipos de trabalho e qualificação presentes entre seus familiares.

+ PARA SABER MAIS • Classes sociais e bloco no poder

Nicos Poulantzas afirma que as classes são efeitos das estruturas sociais. Com isso, tem o objetivo de mostrar que as classes sociais não se resumem a uma determinação econômica somente vinculada às relações de produção e de distribuição, ao trabalho produtivo ou à propriedade privada. No livro *As classes sociais no capitalismo contemporâneo* (1974) ele mostra como as determinações políticas e ideológicas se relacionam com a determinação econômica. O proletariado (ou classe operária) não seria, portanto, o mesmo que trabalhador assalariado, pois determinações políticas e ideológicas (como a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre controle e supervisão do trabalho alheio) fazem de diversos trabalhadores assalariados integrantes da “nova pequena burguesia”. Esse princípio metodológico vale também para a análise da classe dominante, que não é um bloco homogêneo,

pois contém frações com relativa autonomia em seu interior.

Com base nesse entendimento, Poulantzas desenvolveu o conceito de **bloco no poder**. Como a classe burguesa não é um todo homogêneo, suas frações (por exemplo, a divisão entre burguesia comercial, financeira e industrial) se unem politicamente, por meio do Estado capitalista, para preservar seu interesse geral, isto é, para dominar a classe explorada. Isso não significa que não exista submissão política de uma ou mais dessas frações àquela fração designada como “hegemônica” dentro do bloco no poder. Essa unidade política não inviabiliza que a política econômica do Estado privilegie a fração hegemônica em detrimento das demais. A título de exemplo, podemos observar nas sociedades capitalistas contemporâneas uma hegemonia da burguesia financeira em relação à industrial e/ou à comercial, mesmo que haja interesses comuns entre elas.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ Uma das referências mais utilizadas pelos meios de comunicação para determinar a classe social é a divisão em estratos sociais baseada na renda.
- ✓ Segundo Durkheim, nas sociedades com pouca divisão do trabalho os indivíduos são muito semelhantes e as regras, crenças e costumes são rígidos (expressão da consciência coletiva). Nessas sociedades, marcadas pela solidariedade mecânica, a diferenciação entre indivíduos e grupos sociais é muito baixa.
- ✓ Ainda segundo Durkheim, nas sociedades com muita divisão do trabalho há grande interdependência entre os indivíduos e a consciência coletiva é fraca. Nessas sociedades, marcadas pela solidariedade orgânica, a diferenciação entre indivíduos e grupos é muito alta.
- ✓ A teoria da estratificação social de Weber tem como fundamento a classe, o *status* (ou estamento) e o partido.
- ✓ Para Weber, a divisão social em classes está relacionada ao padrão material dos indivíduos, isto é, tem base econômica. A estratificação por *status* tem relação com o prestígio, a posição social, a instrução formal. Já o partido é uma forma de estratificação na qual a distribuição do poder decorre da capacidade de controle de uma organização.
- ✓ Marx caracteriza classes sociais partindo da relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção; para ele, as classes sociais são definidas por suas lutas.
- ✓ Segundo Marx, a realidade das sociedades de classes é contraditória, e para analisá-la é necessário um método dialético. Marx concebe a classe social como um conjunto de relações sociais que implicam elementos culturais, simbólicos, econômicos, políticos e ideológicos.
- ✓ O século XX foi influenciado pela teoria das classes sociais de Marx e pela teoria da estratificação social de Weber.
- ✓ Para C. Wright Mills, as ocupações e situações de renda estão ligadas a situações de classe e caracterizam, com base no prestígio que têm, o *status* de seus ocupantes e os seus graus de poder.
- ✓ Para Poulantzas, as classes sociais se definem por sua posição na divisão social do trabalho.
- ✓ No Brasil, a discussão sobre classe média se intensificou nos últimos anos. Alguns autores relacionam o crescimento do consumo ao surgimento de uma nova classe média, ou classe C. Outros entendem esse processo como a simples incorporação de camadas sociais antes excluídas do mercado de trabalho.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Como os autores clássicos da Sociologia definem as divisões sociais em suas análises?
2. Qual é a relação entre as formas de solidariedade mecânica e orgânica e a divisão social dada em grupos funcionais para Durkheim?
3. Explique os três fundamentos da teoria da estratificação social de Weber.
4. Explique de que forma a definição de classe social para Marx não está restrita apenas ao plano econômico.
5. Explique as principais teses de autores que discutem a questão das classes médias.

INTERAGINDO

Considere um trecho da letra da faixa 2 do CD *Viúva Negra*, de 1999, depois responda às questões.

Classes sociais

Glauco Chaves e P. Luchete

*Psicólogos loucos doentes demais
Os sábios duvidam que você é capaz
Cabeças pensantes pra compreender
Tentam te entender*

*Empresários pequenos que temem o que fazem
Tão pobres de ideias mas ricos demais
Sociedade falida e moralista
Pessoas boçais
[...]*

CD *Viúva Negra*, 1999.

1. A qual definição de divisão social os autores da letra da canção se referem?
2. Explique o que você compreendeu da relação entre ciência e tecnologia e a formação das classes sociais.

CONTRAPONTO

Considere a charge de Laerte a seguir.



- Discuta a divisão social expressa na charge de Laerte levando em conta o que foi discutido neste capítulo.

SUGESTÃO DE LEITURA

Reprodução: Ed. Rocco



A hora da estrela, de Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Relato da vida triste e sem perspectiva da alagoana Macabéa. O romance traz o confronto entre diferentes classes sociais: de um lado, os pobres (operários, subempregados e desempregados); do outro, os estratos mais privilegiados da sociedade.

FILMES

Reprodução/Carlo Montuori/Versátil HV



Ladrões de bicicletas (Itália, 1948). Direção: Vittorio De Sica.

Um trabalhador de origem humilde precisa de uma bicicleta para conseguir um emprego e consegue recuperar a sua, que estava empenhada. Mas, para seu desespero, a bicicleta é roubada. Como não consegue encontrá-la, ele resolve cometer o mesmo crime.

Reprodução/Luigi Kuveiller/Versátil HV



A classe operária vai ao paraíso (Itália, 1971). Direção: Elio Petri.

Um trabalhador dedicado ao patrão e por isso odiado pelos colegas vive entregue aos sonhos de consumo burgueses. Em meio aos protestos de sua categoria, ele coloca em xeque suas vontades.

Reprodução/Reiz Filmes



O homem que virou suco (Brasil, 1981). Direção: João Batista de Andrade.

Na cidade de São Paulo, um poeta popular recém-chegado do Nordeste é confundido com um operário que matou seu patrão. Perseguido pela polícia, o poeta é obrigado a trabalhar, perfazendo a trajetória de um migrante na metrópole.

Reprodução/Marcos Prado/Europa Filmes



Estamira (Brasil, 2004). Direção: Marcos Prado.

Documentário sobre uma catadora de materiais recicláveis do Lixão de Gramacho, no Rio de Janeiro. O discurso de Estamira, mistura de lucidez e loucura, abrange temas filosóficos: a vida, Deus, o trabalho, reflexões sobre si mesma e a sociedade.

Reprodução/J. M. Sales/Videofilmes



Santiago (Brasil, 2007). Direção: João Moreira Sales.

Documentário sobre Santiago Badariotti Merlo, mordomo da família Moreira Sales que dedicou toda a vida a servir seus patrões.

INTERNET (Acesso em: 29 jan. 2013.)

<http://marxismo21.org/>

Blog que divulga a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo. Acesso a arquivos marxistas e entidades que promovem pesquisas, editam publicações e organizam eventos em torno da obra de Marx e de autores que se filiam à tradição socialista.

www.ipea.gov.br/portal/

Portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

<http://sistemaped.dieese.org.br/analiseped/ped.html>

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, em convênio entre o Dieese e a Fundação Seade. Atualmente, a PED é realizada também no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza, constituindo o Sistema PED.

www.sae.gov.br/site/?page_id=10700

Página da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) dedicada ao estudo da Nova Classe Média. Vários artigos e pesquisas.

*Metabiótica 4 (2002),
de Alexandre Orion.
Intervenção pictórica
(graffiti) seguida de
registro fotográfico.*



© 2002 Alexandre Orion

Desde sua consolidação, nos anos 1930, até os dias de hoje, a Sociologia feita no Brasil sofreu influência de teses e teorias desenvolvidas em outros países. A sociedade brasileira foi analisada a partir das relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas estabelecidas com outras sociedades, em especial com as sociedades capitalistas do mundo ocidental. Em cinco séculos de história, a sociedade brasileira ganhou feições muito particulares, o que exigiu de seus intérpretes a análise das singularidades que lhe conferem uma cultura própria, distinta das demais sociedades capitalistas.

No primeiro item deste capítulo apresentaremos uma visão panorâmica das interpretações do Brasil do final do século XIX e começo do século XX. No segundo, vamos analisar o conjunto de intérpretes mais significativos do Brasil dos anos 1930 e sua importância no processo de consolidação da sociologia brasileira. No terceiro item passamos ao tema da questão racial, entendido a partir do legado da escravidão. O item quatro será dedicado ao debate em torno das questões do subdesenvolvimento e da dependência econômica. Por fim, no item cinco, faremos uma exposição das teses que resgatam contemporaneamente a questão da desigualdade social, especialmente a precarização do trabalho e o trabalho informal.

**Neste capítulo
vamos discutir:**

- 1** Interpretações do Brasil
 - 2** A geração de 1930
 - 3** A escravidão e a questão racial
 - 4** Subdesenvolvimento e dependência econômica
 - 5** Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo
-

1. INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

No final do século XIX e início do XX, tomou forma um conjunto de análises sobre as particularidades do Brasil que buscava investigar como a nação se formou, quais seriam as bases dessa formação social, em que medida o passado colonial e escravista teria influenciado essa formação, quais seriam as características centrais da identidade social brasileira. Mais tarde, entre as décadas de 1950 e 1960, essas questões se ampliaram e diversificaram, com temas sobre qual seria o papel econômico e político do Brasil diante da divisão internacional do trabalho e como se dava a relação de dependência com os países de economia mais avançada. Nos dias de hoje, uma questão central é como o Brasil reproduz seu passado de desigualdades sociais, seja por consequência da escravidão, seja em razão do papel subalterno diante de países economicamente mais ricos como Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e, mais recentemente, a China.

Durante os períodos colonial e imperial, o Brasil foi marcado pela produção agrícola escravista e formas de organização social predominantemente rurais e nucleadas na esfera familiar. Após a proclamação da República (1889), o país passou a experimentar o trabalho assalariado e a vida urbana, o que gerou novas contradições e problemas no âmbito da formação social, sobretudo no ambiente universitário que se estruturava.

A influência das discussões sociológicas, por vezes trazida na bagagem de brasileiros que iam estudar em países europeus ou nos Estados Unidos, refletia a contradição entre o que a sociedade brasileira era de fato e aquilo que poderia ou deveria ser. Muitas dessas interpretações viam o Brasil com os olhos de outras sociedades. O resultado foram interpretações que problematizaram as particularidades do Brasil na medida em que as contrapunham a outras dinâmicas sociais.

Após a proclamação da República, a questão central passou a ser a definição dos aspectos centrais da formação da sociedade brasileira. Assim, a importância do passado colonial esteve presente na maioria dos livros que discutiram a formação social do país.

Em 1920, o historiador e sociólogo Oliveira Vianna publicou *Populações meridionais do Brasil*, livro que destaca as diferenças entre o povo brasileiro e os demais. Motivado por sua tese de que o Brasil teria sido formado por brancos, apesar da presença de índios, mestiços e negros, Oliveira Vianna prevê uma nação embranquecida, em razão da forte imigração europeia e da suposta maior fecundidade dos brancos em relação às outras “raças”.

Em 1933 Gilberto Freyre publicou *Casa-grande & senzala*, livro que o sociólogo e crítico **Antonio Candido (1918-)** considera ser uma ponte entre o naturalismo que marcou antigas interpretações (como as de Silvio Romero e Euclides da Cunha) e a contribuição sociológica que se desenvolveu a partir dos anos 1940. Freyre desenvolve o argumento de que a miscigenação seria o traço cultural central da sociedade brasileira. Mas ao contrário de interpretações anteriores, não vê a mestiçagem de forma negativa e enfatiza a necessidade de substituir o conceito de “raça”, largamente difundido no Brasil, pelo conceito de cultura.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é **Antonio Candido (1918-)**.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Os meios de comunicação e o senso comum em geral afirmam que os brasileiros têm características comuns, que abrangem todo o território nacional. Muitas vezes ouvimos dizer que “o brasileiro é assim...” ou “isso é coisa de brasileiro...”. Essa necessidade de descobrir características intrínsecas aos brasileiros, que remete à ideia de povo, de nação e identidade nacional,

marcou a interpretação do Brasil no final do século XIX e início do XX. Pense um pouco sobre isso e imagine como seria difícil enumerar uma ou algumas características definidoras de todos os brasileiros. Pense nas diferenças regionais do Brasil e reflita sobre quais seriam os motivos que levam tantos brasileiros a fazer generalizações como essas.

Segundo Gilberto Freyre, a família patriarcal foi a base sobre a qual a mestiçagem se desenvolveu no Brasil. Localizada sobretudo no meio rural, particularmente no latifúndio monocultor do Nordeste brasileiro, a família patriarcal constituiu, assim, a forma social ideal para que a “raça” branca, colonizadora, se relacionasse com as demais “raças”.

Gilberto Freyre defende sua tese central sobre a democracia racial, sempre observando o predomínio dos aspectos culturais em relação aos “raciais”. Nesses termos, a mestiçagem é entendida como uma vantagem e a desmitificação do negro como ser “selvagem” é um tema central. O povo brasileiro é considerado não como simples soma de três “raças”, mas como resultado de um encontro mais complexo, que remete à formação da cultura brasileira.

Diferentemente de Freyre, o historiador e economista **Caio Prado Júnior (1907-1990)**, nos livros *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) interpreta o passado colonial baseando-se na produção, distribuição e consumo de mercadorias.

Em *Formação do Brasil contemporâneo*, a história brasileira é contada do ponto de vista da produção, distribuição e consumo da riqueza. O Brasil é analisado como parte do processo da expansão mercantil europeia. Para Caio Prado, a formação do Brasil se deu de fora para dentro, tendo o país se estruturado como fornecedor de produtos tropicais, a exemplo da cana-de-açúcar. Segundo esse autor, a história do Brasil deve ser entendida num âmbito mais amplo, que tem relação direta com as formas de expansão do comércio europeu na América do Sul.

As massas de escravos, semiescravos, pobres, explorados e empobrecidos são examinadas e ganham importância na obra de Caio Prado. O autor aponta também para a especificidade que se manifesta desde a colônia, diferenciando a sociedade brasileira da portuguesa. Segundo ele, desde a época colonial os brasileiros teriam adquirido forma própria, diferente da forma indígena e da portuguesa. E conseqüentemente, nós, brasileiros, teríamos começado a desenvolver uma mentalidade coletiva singular.

Outro autor importante desse período foi **Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)**, que publicou em 1936, três anos depois de *Casa-grande & senzala* e

com escrita completamente diversa da de Freyre, o livro *Raízes do Brasil*. De estilo mais conciso, a obra aborda o sentido político da descrença no liberalismo tradicional e busca possíveis soluções. Tem como condicionantes teóricos a história social francesa, a sociologia da cultura alemã, sobretudo a influência de Max Weber, e a teoria sociológica e etnológica.

O livro de Sérgio Buarque inseriu-se no debate sobre o estudo das origens e formação da sociedade brasileira. O autor dialoga com o historiador Manoel Bomfim (1868-1932) e com o pensador e político Alberto Torres (1865-1917), entre outros autores, e especialmente com Oliveira Vianna, ao criticar a visão autoritária desse autor sobre a formação social do Brasil. Com *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque objetiva conhecer o passado com vistas para o futuro, preocupando-se com a transformação social. Assim, o movimento geral da obra consiste em apresentar as características da nação brasileira, os marcos principais de mudança e os caminhos para a transformação futura.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Caio Prado Júnior (1907-1990)** e **Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)**.



As três raças (c. 1930), aquarela do ilustrador brasileiro Belmonte (1896-1947).

As questões centrais de sua análise giram em torno da oposição entre o mundo rural e o mundo urbano e entre a esfera privada e a esfera pública. Na concepção de Sérgio Buarque de Holanda, é preciso superar essas raízes, para que nossa sociedade seja modificada. Com esse objetivo em vista, o autor traça um panorama histórico do Brasil que se inicia no período colonial, passa pelo Império e pela República, até os anos 1930.

2. A GERAÇÃO DE 1930

Na década de 1930, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda deram forma científica à sociologia brasileira. Amparados, respectivamente, nas obras de Franz Boas, Karl Marx e Max Weber, formalizaram a Sociologia como ciência no Brasil. A importância desses autores foi decisiva quanto aos rumos da Sociologia a partir desse momento. A seguir, vamos examinar os pontos centrais das obras de Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior, já que a perspectiva de Gilberto Freyre foi comentada no capítulo 4.

Como vimos, Sérgio Buarque adota o referencial weberiano para analisar o Brasil do período colonial. Sua inserção no debate se dá pela denúncia dos fundamentos agrários e patriarcais presentes na sociedade brasileira. Mostra-se também contrário às teorias racistas e, aproximando-se de Gilberto Freyre, entende que a mestiçagem teve papel central na construção da identidade nacional. Não obstante, essa aproximação não pode ser percebida com relação à herança rural. Enquanto Gilberto Freyre faz uma interpretação positiva do passado rural, como algo próprio de nossa cultura e que não deveria ser transformado, Sérgio Buarque enfatiza a necessidade da transformação social, da constituição de um conjunto de regras e normas destinadas a superar um passado de favorecimentos pessoais originários das oligarquias rurais.

Alicerçando seu raciocínio nos **tipos ideais** weberianos, Sérgio Buarque constitui um **etos** nacional, isto é, um conjunto de características que se sintetizam em uma cultura específica, na medida em que explicita os traços marcantes da sociedade brasileira da época. Esse etos nacional tem um sentido histórico e se fundamenta em uma relação dialética própria da sociedade brasileira. De um lado, Sérgio Buarque assinala a modernização da sociedade brasileira, de outro, o conservadorismo que tenta bloquear essa modernização.

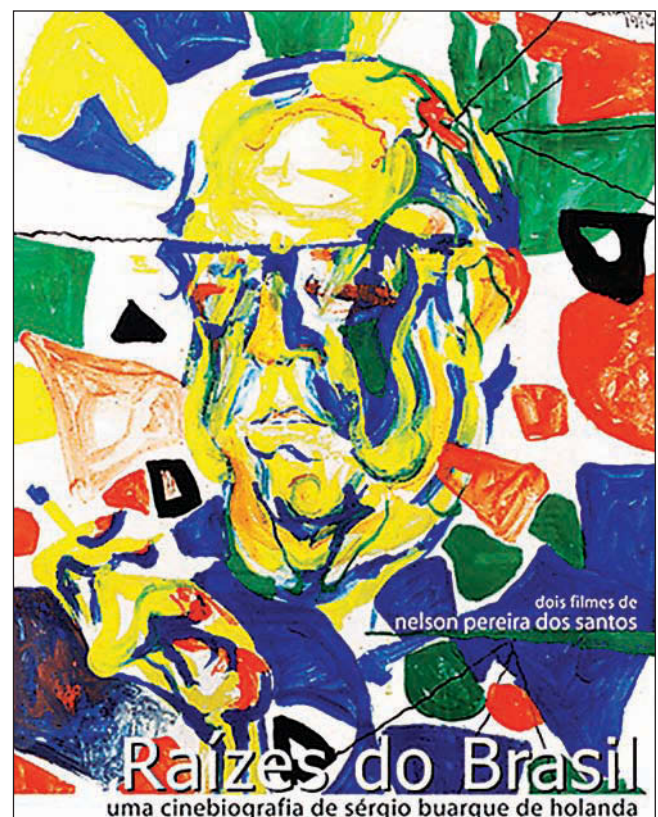
Para esse autor, o tipo ideal que explicita esse processo contraditório é o **homem cordial**. Ele seria a chave analítica para compreender como certos setores da sociedade brasileira resistem ao processo de modernização. Segundo Sérgio Buarque, a modernização representa a construção de uma nova sociabilidade, que coloca em risco o universo das relações de favorecimento. Nesse sentido, o Estado moderno e não centralizador é visto como hostil e as relações pessoais são ativadas na tentativa de frear esse processo.

A cordialidade marca, para Sérgio Buarque, um conjunto de relações que configuram um grupo social particular. Ela sintetiza uma forma de conduta social, nem sempre consciente, que procura frear a modernização da sociedade brasileira e conservar as relações sociais de favorecimento pessoal. A evolução da sociedade brasileira, para esse autor, deve superar essas características e se pautar na busca de uma sociedade civilizada, uma sociedade urbana e cosmopolita que deixe para trás o mundo rural.

LÉXICO

etos: (do grego *ethos*, uso, costume) aquilo que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais.

O documentário *Raízes do Brasil* (2004), dirigido pelo cineasta brasileiro Nelson Pereira dos Santos, traz desde cenas do cotidiano de Sérgio Buarque com a família e amigos até um panorama cronológico de sua época. Abaixo, capa do DVD com retrato de Sérgio feito em 1970 pelo artista Flávio de Carvalho (1899-1973).



Reprodução/Reynaldo Zangrandi

LÉXICO

nepotismo:

favorecimento de parentes e amigos por parte de quem ocupa cargos públicos.

A Sociologia de Sérgio Buarque examina, com base na análise da sociedade brasileira, a ligação estreita entre o que é público e o que é privado e seus limites. A ausência de delimitações entre essas duas esferas da vida social pode ser observada ainda hoje. O favorecimento teve, assim, uma dinâmica que transcendeu os anos 1930 e se pulverizou juntamente com a modernização da sociedade brasileira, sobretudo no que se refere à burocracia estatal. Vemos casos de desvio de verbas e má administração de dinheiro público, **nepotismo** e corrupção, ao longo de todo o século XX e começo do século XXI. Nesse sentido, a obra de Sérgio Buarque de Holanda se situa como leitura fundamental para entender o processo histórico-social brasileiro.

Caio Prado Júnior, por sua vez, tem como objetivo caracterizar em que medida a formação do Brasil está atrelada ao contexto de expansão do mercado europeu. A análise que desenvolve no livro *Formação do Brasil contemporâneo* parte da metodologia marxista, sobretudo no que diz respeito à compreensão do que estaria oculto no processo de colonização da sociedade brasileira. Sua análise busca identificar os elementos estruturais que compuseram o Brasil colonial. Para esse autor, a colonização do Brasil e suas consequências históricas devem ser pensadas a partir da ideia que o Brasil se integrou a uma dinâmica maior, diretamente relacionada à expansão marítima e comercial europeia.

O empreendimento comercial baseado na produção de gêneros tropicais para o mercado externo fundamenta o raciocínio de Caio Prado Júnior, uma vez que a colonização europeia assume a forma de exploração e não de povoamento no Brasil. A formação da sociedade brasileira, no período colonial, se estruturou economicamente na produção de açúcar, tabaco, e mais tarde na extração de ouro e diamantes, em seguida na produção de algodão e de café, atendendo o mercado europeu. Para o autor, a grande propriedade (o latifúndio), a monocultura e o trabalho escravo se apresentam, portanto, como as três características centrais da formação social do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A produção agrária, que tinha como centro geopolítico o engenho e a fazenda, integrou-se aos objetivos comerciais europeus. A figura que predominou nesse período não foi a do pequeno produtor rural, mas sim a do empresário explorador, o empresário de um grande negócio. Esse quadro histórico, essa herança, é destacada por Caio Prado quando se propõe analisar a passagem da colônia para a nação. Para ele, é necessário entender a nação a partir da colônia, observando essa transformação como um processo histórico de longa duração.

A análise que Caio Prado faz do século XIX mostra-se importante sobretudo por dois motivos. Primeiro porque faz um “balanço final” de três séculos de coloni-



Carregadores de café do Porto de Santos (1895), fotografia de Marc Ferrez (1843-1923).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A estrutura da economia brasileira contemporânea é fruto de um processo histórico que teve início com a chegada dos portugueses ao Brasil. A maneira pela qual a produção de mercadorias foi desenvolvida durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX é determinante para compreender como o Brasil se desenvolveu economicamente no século XX. Observar o passado dessa economia baseada na monocultura, no trabalho escravo e no latifúndio nos permite entender por que

ainda hoje predominam grandes latifúndios que dão base ao agronegócio e por que ainda são tão grandes as diferenças salariais entre negros e brancos. Tente observar as diferenças entre o lugar ocupado pelo Brasil no cenário econômico mundial nos séculos passados e nos dias de hoje, observando se existe um processo de continuidade e, ao mesmo tempo, de transformação, do país em relação ao mercado europeu e aos Estados Unidos.

zação, depois porque se configura como “chave insubstituível” para compreender a sociedade brasileira que se constitui posteriormente. Essa análise nos informa quanto importante é analisar o passado colonial e o período imperial para entender o Brasil contemporâneo e a presença de resquícios coloniais que contribuem decisivamente para que esse autor considere a formação do país ainda incompleta.

Essa incompletude se deve, na visão de Caio Prado, à permanência do Brasil em uma relação de subordinação e dependência em relação a outras sociedades. Segundo esse autor, o passado colonial ainda está presente na sociedade brasileira quando ele observa que o trabalho livre não se organizou em todo o país, conservando traços do trabalho escravo. O mesmo raciocínio valeria para a produção extensiva destinada a atender os mercados no exterior e a ausência de um mercado interno desenvolvido, que reproduz, assim, a subordinação do Brasil em relação a economias de outros países.

Cabe-nos contextualizar o pensamento de Caio Prado, que se alinhava aos estudos historiográficos de seu tempo. Nas últimas décadas, estudos históricos têm destacado a dinâmica econômica colonial, a diversidade de atividades econômicas voltadas para o mercado interno e a importância dos pequenos produtores para o desenvolvimento social e econômico do território durante o período colonial.

3. A ESCRAVIDÃO E A QUESTÃO RACIAL

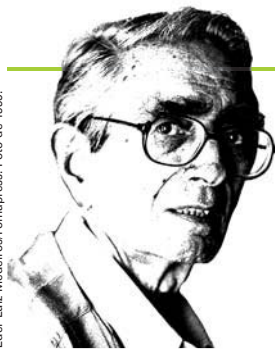
A herança escravista e a questão racial, temas abordados por vários sociólogos durante o século XX, permanecem extremamente relevantes no século XXI. Autores como o historiador **Fernando Novais (1933-)**, os sociólogos Octavio Ianni e **Fernando Henrique Cardoso (1931-)** e mais recentemente os historiadores **Sidney Chalhoub (1957-)**, **Silvia Hunold Lara (1955-)**, **Célia Maria Marinho de Azevedo (1951-)**, os sociólogos **Antonio Sérgio Guimarães (1952-)** e **Sérgio Costa (1962-)**, o antropólogo **Kabengele Munanga (1942-)**, entre tantos outros, procuram entender o peso, a influência e a importância desses temas para a sociedade brasileira.

A referência clássica desses autores, ainda que com críticas e avanços, está na obra de Florestan Fernandes (ver capítulo 4 e *Perfil a seguir*), autor e professor responsável pela formação de um conjunto de pesquisadores que desenvolveram o seu trabalho na sociologia brasileira, particularmente Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Além das discussões acerca da escravidão e da questão racial, a obra desse autor aborda temas como a metodologia sociológica, o subdesenvolvimento, as classes sociais e a questão indígena, tornando-se, assim, uma das referências centrais para a sociologia contemporânea.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Fernando Novais (1933-)**, **Fernando Henrique Cardoso (1931-)**, **Sidney Chalhoub (1957-)**, **Silvia Hunold Lara (1955-)**, **Célia Maria Marinho de Azevedo (1951-)**, **Antonio Sérgio Guimarães (1952-)**, **Sérgio Costa (1962-)** e **Kabengele Munanga (1942-)**.

Éder Luiz Medeiros/Folhapress. Foto de 1995.



PERFIL FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920. Filho de uma imigrante portuguesa que o criou trabalhando como empregada doméstica, começou a trabalhar com 6 anos de idade, primeiro como engraxate, depois em vários outros ofícios. Precisou abandonar o curso primário para ganhar dinheiro. Depois de se formar no curso de madureza (supletivo), ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1947, formando-se em Ciências

Sociais. Doutorou-se em 1951 e foi assistente catedrático, livre docente e professor titular na cadeira de Sociologia. Depois do golpe militar de 1964, protestou contra o tratamento dado a seus colegas presos e também foi preso. Cassado em 1969 pelo AI-5, deixou o Brasil e lecionou nas universidades de Toronto (Canadá), Columbia e Yale (Estados Unidos). De volta ao Brasil em 1972, passou a lecionar na PUC-SP. Ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua fundação, elegeu-se deputado federal em 1986 e 1990. Morreu em 1995, deixando uma obra fundamental.

ASSIM FALOU... FLORESTAN FERNANDES

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximi-

dos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.¹

Para Fernandes, a escravidão no Brasil toma formas distintas e se conecta direta e indiretamente com os ciclos econômicos que teriam demarcado a história do Brasil durante o período colonial (como vimos, atualmente, esta ideia é refutada pelos historiadores, que defendem a existência de atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno e não uma economia exportadora e “de ciclos”). Em semelhança com a abordagem de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes entende que o Brasil colônia se estruturou como uma economia exportadora de produtos tropicais e que essa organização foi imposta pela metrópole portuguesa. A economia colonial foi marcada pela especialização em determinados ramos produtivos, especialização que se manteve após a emancipação da colônia com a vinda da família imperial portuguesa para o Brasil, em 1808.

Florestan Fernandes observa que as estruturas de dominação social do período colonial são preservadas no processo de modernização capitalista no Brasil na medida em que, já no século XX, a dependência em relação à metrópole é transferida, de forma mais ampla, para o mercado capitalista europeu. A escravidão projeta-se, assim, como um fenômeno social que tem ressonância na organização social da sociedade brasileira até nossos dias.

A desigualdade social, por exemplo, tem relação direta com a escravidão e mais particularmente com o modo como os negros foram incorporados a uma sociedade de classes, depois da abolição, em 1888. Ou seja, mesmo considerando o fim da escravidão como um marco histórico importante, é fundamental questionar em que medida as desigualdades sociais baseadas em diferenças de cor se reproduzem e se manifestam após a abolição.

Um dos temas centrais para entender esse processo tem relação com o mito da democracia racial. Em seu livro, *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), Florestan Fernandes observa que a democracia racial, na verdade, serviu para difundir a ideia de que não existem distinções sociais

Ilustração de Angelo Agostini sobre a luta entre abolicionistas e escravistas publicada na *Revista Ilustrada*, década de 1880.



Revista Ilustrada/IEB-USP

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

A Constituição brasileira, como também as de outros países de tradição institucional democrática e influenciados pela *Declaração dos Direitos do Homem* (França, 1789) tem como uma de suas formulações mais importantes a ideia de que todos os indivíduos são iguais perante a lei. No Brasil, entretanto, assim como em outros países, há diferenças estruturais que se chocam com esse princípio de igualdade de direitos e deveres. O pas-

sado escravista promove na sociedade brasileira contemporânea desigualdades de ordem econômica, social, cultural e de prestígio social que não reproduzem de fato o princípio de igualdade entre os indivíduos. Tente examinar essa questão observando como diferenças de cor podem representar também diferenças econômicas e salariais e entender como essas diferenças têm relação com a história progressa do Brasil.

¹FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Globo, 2008. p. 29.

entre negros e brancos e afirmar uma suposta convivência pacífica e harmônica entre brancos e não brancos. Essas ideias levariam a supor que as oportunidades econômicas, sociais e políticas estariam abertas a todos os brasileiros de forma igualitária.

Segundo esse autor, essa ideologia propaga até hoje no Brasil o racismo, preconceitos e discriminações. Exemplos disso são afirmações do senso comum que garantem que o negro não tem problema de integração social, que a “índole brasileira” não permite distinções raciais, que as oportunidades sociais, de toda natureza, estão abertas a todos os brasileiros de forma igualitária, que o negro está satisfeito com sua condição social e seu estilo de vida.

Para Florestan Fernandes, de um lado o mito da democracia racial acabou por consolidar, por exemplo, a crença de que a situação do negro se deve a sua própria incapacidade de superar dificuldades sociais, tais como o desemprego e a pobreza. Por outro lado, o mito desresponsabiliza o branco e o isenta (sobretudo os brancos da classe dominante) dos efeitos da abolição e da degradação da situação da comunidade negra no Brasil. Fernandes sugere, entretanto, que o mito da democracia racial pode ser usado como ponto de partida para a melhoria da condição do negro na sociedade de classes, desde que o pressuposto democrático seja realmente alcançado. Salienta, assim, que a luta em torno dessa questão deve ser levada a cabo por negros e mulatos.

Nos últimos anos, entretanto, essa questão vem sendo trabalhada por outro ângulo. O mito da democracia racial não seria simplesmente um mecanismo de acobertamento das desigualdades e discriminações, mas também reproduziria a ideologia da identidade nacional que impede a construção da igualdade entre os brasileiros.

A questão da democracia racial foi discutida também por Gilberto Freyre em seu *Casa-grande & senzala*, que considera como característica específica da cultura brasileira o encontro racial entre negros africanos, brancos europeus e indígenas brasileiros. Freyre via esse encontro com bons olhos, na medida em que o convívio entre as “raças” teria se tornado democrático e salutar para a sociedade como um todo.

4. SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

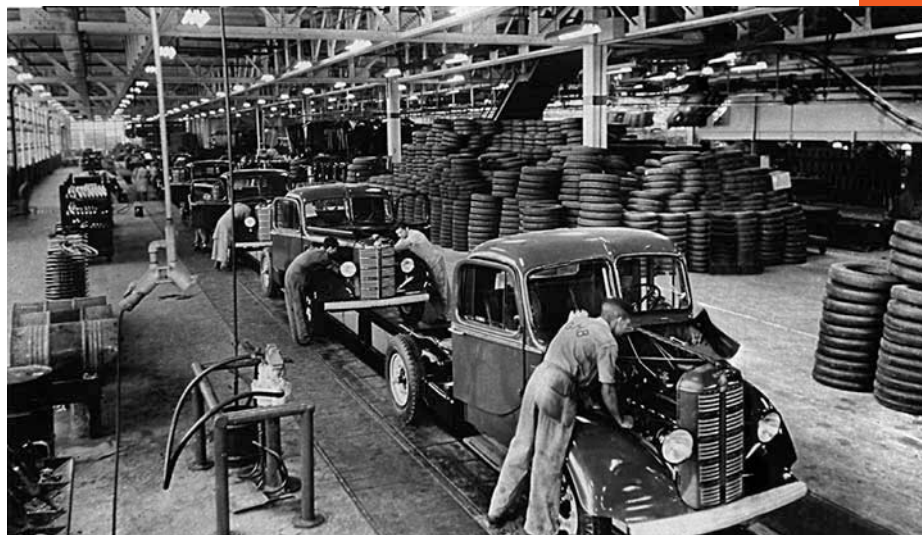
No Brasil dos anos 1930, o Estado moderno substituiu o Estado oligárquico e a indústria nacional começou a ser desenvolvida. Esse período da história brasileira é central, pois foi em consequência desse momento que a questão do subdesenvolvimento e da dependência econômica do país começou a ser discutida nos anos 1950 e 1960.

Esse debate, além de ser atual, tem relação direta com o posicionamento do Brasil diante de outras economias do mundo. O lugar do Brasil pode ser pensando com base na divisão internacional do trabalho, isto é, em como foi e ainda é construída a economia nacional, que produtos e ramos da indústria foram desenvolvidos na produção nacional, se são produtos estratégicos ou matérias-primas e como essa produção insere o país na economia mundial.

Como vimos nos itens anteriores, a tradição econômica do Brasil, mesmo depois da Independência em 1822, foi a de um país produtor de mercadorias com baixo valor agregado, que abastecia as demandas de outros países, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos. A partir de meados do século XX, a economia brasileira se



Esta fotografia, feita em torno de 1950 em local desconhecido, mostra uma linha de montagem anterior à instalação da indústria automobilística no Brasil. A Ford chegou ao país em 1925, e a General Motors, na década de 1940. Os carros eram montados no país, mas as peças vinham de fora. O processo de industrialização foi prejudicado pelas dificuldades de importação durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A indústria automobilística só seria implantada no Brasil no fim dos anos 1950.



Autor desconhecido/Acervo Museu da Imigração/Arquivo Público do Estado de São Paulo



Em foto da década de 1950, montagem de piões em fábrica de brinquedos instalada em 1937, na cidade de São Paulo.

desenvolveu como uma economia periférica e complementar a outras que se estruturavam de maneira mais sólida e tinham como base de sua produção bens manufaturados pela indústria, sobretudo a automotiva.

A questão do subdesenvolvimento aparece, assim, como um problema a ser enfrentado pela Sociologia e também pela sociedade brasileira. Um dos principais teóricos do subdesenvolvimento é o economista Celso Furtado (1920-2004), autor de *Formação econômica do Brasil*, publicado em 1959. Assim como Caio Prado Júnior, Furtado se preocupa com a economia do passado colonial e chama atenção para a ligação, presente desde a colônia, entre a economia brasileira e a economia mundial.

Segundo Furtado, o subdesenvolvimento é uma forma de organização social no interior do sistema capitalista e não uma etapa que antecederia a etapa seguinte. Segundo esse autor, os países subdesenvolvidos tiveram um processo de desenvolvimento indireto, em função do desenvolvimento dos países industrializados. Assim, o Brasil se tornou dependente de países desenvolvidos, condição quase impossível de ser superada, a não ser por meio de uma forte intervenção do Estado no setor industrial.

A análise de Furtado destaca a grande concentração da renda no nível mundial durante o século XX até a década de 1950, que ampliou a separação entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos. A definição de subdesenvolvimento, portanto, se insere em um quadro de relações de dominação e dependência entre países, relações estas que tendem a se perpetuar.

Para sair da condição de país subdesenvolvido seria necessário que em meados do século XX o Brasil tivesse estabelecido novas prioridades com o objetivo de atingir uma nova concepção de desenvolvimento. O subdesenvolvimento deveria ser neutralizado a partir de uma ação política que em lugar de reproduzir os padrões de consumo de minorias abastadas passasse a privilegiar a satisfação de necessidades fundamentais da população como um todo, tais como a educação pública. Entretanto, essa ação política sugerida por Celso Furtado não foi implementada pelo Estado brasileiro. Assim, ainda hoje o país se encontra em situação de dependência em relação a países de economia mais forte e as desigualdades sociais permanecem.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

O Brasil e os Estados Unidos foram conquistados e colonizados em épocas muito próximas. Entretanto, os Estados Unidos são o país mais rico e mais desenvolvido do mundo em termos econômicos. Muito desse vigor econômico tem relação com o desenvolvimento industrial norte-americano, sobretudo com o crescimento das indústrias de automóveis e de eletrodomésticos

nas primeiras décadas do século XX. O Brasil, contrariamente, só veio a desenvolver esse tipo de indústria nos anos 1950, de forma retardatária e sob o domínio de multinacionais estrangeiras. Tente pensar que outras causas poderiam explicar nossa condição de país com economia mais fraca que a dos países ocidentais europeus e dos Estados Unidos.

Como vimos, durante a década de 1950 se inicia o processo de implantação de multinacionais no Brasil. São indústrias de bens de consumo e de veículos que buscam firmar o país como produtor de bens típicos das sociedades de consumo. Segundo Fernando Henrique Cardoso, esse processo não foi específico da sociedade brasileira: pode ser observado em vários países latino-americanos e estabeleceu uma reformulação entre as economias mais ricas e mais pobres. Durante as décadas de 1960 e 1970, o processo se aprofundou, colocando os países pobres em uma nova fase de dependência. Entre nós, essa fase foi marcada pelo interesse dos países centrais em desenvolver no Brasil a indústria e o mercado interno. Segundo Cardoso, essa fase da divisão internacional do trabalho reproduz a dependência industrial e financeira, somada naquele momento à dependência tecnológica.

Forma-se, com isso, toda uma discussão sobre a dependência que acaba por constituir uma nova teoria, a teoria da dependência, que tem como principais expoentes, além do já citado Fernando Henrique Cardoso, o economista e sociólogo **Ruy Mauro Marini (1932-1997)** e o economista **Theotonio dos Santos (1936-)**. Essa nova forma de dependência difere da velha dependência que prevaleceu no Brasil do século XIX até aproximadamente os anos 1930. A nova dependência, configurada entre 1950 e 1970, tem como eixo central a transferência de capital estrangeiro para o processo de industrialização. Essa transferência se deu com base no financiamento de novos segmentos industriais e na instalação de filiais de multinacionais no país.

A política de substituição de importações, que teve como elemento central a industrialização e a urbanização da sociedade brasileira, não tinha nenhum tipo de restrição quanto à entrada de capital estrangeiro. Ao contrário: a chegada desse capital, financiador da industrialização automotiva, era vista pelo Estado brasileiro como a única alternativa para garantir a industrialização. Como desdobramento desses investimentos externos, ocorreu uma dinamização do mercado interno. Entretanto, esse processo fortaleceu a concentração de renda e, exceto quanto aos trabalhadores integrados no processo, aprofundou a desigualdade econômica.

5. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas ocorreram grandes mudanças na economia mundial, sobretudo a partir da influência da reestruturação produtiva iniciada na década de 1970 nos Estados Unidos e na Europa ocidental (ver capítulo 7). As consequências desse processo de reestruturação produtiva mundial, que teve por base a substituição intensa de trabalho por novas tecnologias produtivas, sobretudo robótica e microeletrônica, foram percebidas no Brasil durante a década de 1990, mas se prolongam até os dias de hoje.

A incorporação dessa base tecnológica foi impulsionada pelo avanço do neoliberalismo dos governos Fernando Collor (1990 a 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que promoveram a abertura econômica, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação de leis de proteção ao trabalhador. Essas medidas tiveram como consequências centrais o aumento do desemprego formal e, em razão disso, o aumento do trabalho informal, reduções salariais significativas, a precarização do trabalho e o enfraquecimento político da classe trabalhadora.

A Sociologia brasileira analisou esse período destacando questões como: a consolidação da democracia política, o nascimento de novos movimentos sociais, a constituição de políticas neoliberais, de novas identidades sociais e culturais, a questão ambiental, a questão racial, as políticas de inclusão social, as políticas de cotas e, nos últimos anos, a discussão sobre as classes médias e sobre o neodesenvolvimentismo. A seguir discutiremos a questão do trabalho e de sua precarização, enfatizando em que medida a desigualdade social ganhou novos contornos em razão das relações de trabalho que se estabeleceram nas três últimas décadas.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Ruy Mauro Marini (1932-1997)** e **Theotonio dos Santos (1936-)**.

A reestruturação produtiva chegou ao Brasil no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Da mesma forma que a reestruturação produtiva europeia e estadunidense, ocasionou a substituição intensa de postos de trabalho por tecnologias robótica e microeletrônica. Com isso, provocou a dispensa de boa parte da classe operária industrial e o acúmulo de funções para os trabalhadores que permaneceram em seus postos de trabalho.

Entretanto, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva apresenta particularidades. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos observava-se, antes da reestruturação produtiva, leis de proteção ao trabalhador instituídas no contexto do Estado de bem-estar social, no Brasil a história é bem distinta. Nos dois cenários a reestruturação se desenvolve em um mesmo sentido: aumentar a produtividade para gerar mais lucro, com base na subalternização política da classe trabalhadora e de suas instituições representativas (sindicatos e partidos). No Brasil, porém, um passado de desigualdades sociais, que desde o período colonial tem relação com a escravidão, depois com as formas desiguais de inclusão do negro na sociedade de classes, de separação marcante entre ricos e pobres, influenciou profundamente a forma como a reestruturação produtiva se efetivou no país.



Esta charge, de 2010, aborda temas muito atuais: aceleração da produção e acidentes de trabalho.



Comércio informal na rua João Alfredo, no centro de Belém, PA. Foto de 2010.

Em termos de desigualdade social, o Brasil continua apresentando um dos índices mais altos do mundo. A reestruturação produtiva aprofundou uma condição de precariedade que a classe trabalhadora já vivenciava desde sua formação, no início do século XX. A precarização do trabalho tem, portanto, não apenas características gerais, que abrangem outros países no mundo, mas também características específicas.

Entre as características gerais, podemos destacar a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e a terceirização, que se fundamenta no princípio da empresa enxuta. As empresas transferem para terceiros a responsabilidade de partes da produção que não considerem estratégicas. Por exemplo, as indústrias de automóveis terceirizaram não apenas a produção de peças e a distribuição dos veículos, mas também a segurança dos prédios e a alimentação

dos funcionários. Esse processo pode ser observado também entre os bancos, que na década de 1990 terceirizaram o serviço de compensação de cheques, além da segurança e da alimentação dos funcionários. Em relação à desregulamentação de leis trabalhistas, durante os anos 1990 houve um processo de “flexibilização” das negociações salariais, de jornada de trabalho (com o banco de horas), de formas de contratação (como a contratação por tempo parcial), o que permitiu ao empregador dispensar o trabalhador a qualquer momento, favorecendo, assim, a subcontratação, muito presente nas empresas terceirizadas, nas quais os direitos trabalhistas foram drasticamente reduzidos.

Entre os aspectos específicos da reestruturação da produção e do trabalho no Brasil, temos como características a informalidade, a degradação das condições de trabalho e a intensificação de problemas de saúde no trabalho. De acordo com os dados expostos pela socióloga **Graça Druck (1953-)**, a precarização tem aumentado nos últimos anos. Em seu levantamento, feito com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 2009 havia 101,1 milhões de indivíduos economicamente ativos no Brasil. Dentre esses 101,1 milhões, 8,4 milhões eram desempregados e 8,2 milhões estavam sem remuneração alguma. Druck entende, assim, que 16,6 milhões de pessoas, isto é, 16,4% da população ativa estava fora do mercado de trabalho. Além disso, observa com base no mesmo censo que dos 84,5 milhões de indivíduos empregados, 43,5 milhões estavam sem carteira assinada, isto é, sem os direitos trabalhistas garantidos pelo emprego formal. Esses números revelam um alto grau de informalidade do trabalho no Brasil.

A intensificação do trabalho, seja pela extensão da jornada, seja pela aceleração no ritmo da produção, com imposição de metas e acúmulo de funções, caracteriza a superexploração do trabalho. Em termos da saúde do trabalhador, nota-se, como mostra Graça Druck, uma evolução no número de acidentes de trabalho na última década, além do aumento de doenças mentais relacionadas à violência nos ambientes de trabalho, derivada da pressão exercida sobre os trabalhadores em razão de uma ideologia de metas produtivas a serem atingidas a qualquer preço. Segundo a autora, em 2001 foram registrados 340,3 mil acidentes de trabalho no Brasil; já em 2009, o número de acidentes sobe para 723,5 mil, um aumento de 126% em nove anos.

Observa-se, portanto, um quadro de reprodução das formas de desigualdades sociais no Brasil. É importante salientar que as causas dessa desigualdade devem ser pensadas na relação entre vários elementos que compõem a historicidade da sociedade brasileira. Compreender nosso passado é o ponto de partida para entendermos o Brasil contemporâneo, sobretudo se observarmos como novas demandas, reivindicações e problemas sociais aparecem mascarados de novidade, mas, na maioria das vezes, têm relação com velhas questões de nossa estrutura social.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é
Graça Druck (1953-).

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Podemos dizer que o trabalho sempre foi precário na sociedade brasileira. Diferentemente de alguns países europeus ocidentais, como a França e a Alemanha, que viveram o Estado de bem-estar social, o Brasil, país dependente no cenário mundial e com fortes desigualdades sociais, jamais observou um cenário de integração econômica. Dos anos 1950 até os anos 1980, com o crescimento industrial, as cidades cresceram e com elas o mercado de trabalho e de consumo. Isso trouxe melhores condições para os trabalhadores empre-

gados nas indústrias em crescimento. Nas últimas três décadas, porém, a precarização do trabalho se intensificou na medida em que a reestruturação se generalizou no Brasil. A terceirização, a intensificação do trabalho e a flexibilização das leis de proteção ao trabalhador são elementos centrais desse processo. Tente observar pontos de comparação entre a precarização do trabalho ao longo da história brasileira. Procure fazer relações entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado durante o século XX.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ No Brasil do fim do século XIX e início do XX, as análises sobre a sociedade brasileira se concentraram na formação social do país, nas influências dessa formação e nas características de uma identidade nacional. Na década de 1930, a perspectiva sobre a identidade nacional tomou forma sociológica com as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.
- ✓ Em *Casa-grande & senzala* (1933), Gilberto Freyre não considera a mestiçagem negativa (opinião de autores do século XIX) e enfatiza a necessidade de substituir o conceito de “raça”, largamente difundido no Brasil, pelo conceito de cultura. Freyre vê o povo brasileiro como um encontro mais complexo de três “raças”, que remeteria à formação da cultura brasileira.
- ✓ Caio Prado Júnior, nos livros *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) interpreta o passado colonial baseando-se na produção, distribuição e consumo de mercadorias. Para esse autor, a formação do Brasil se deu de fora para dentro, visto que o Brasil se estruturou como país fornecedor de produtos tropicais.
- ✓ Em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda aborda o sentido político da descrença no liberalismo tradicional. Esse autor tem como condicionantes teóricos a história social francesa, a sociologia da cultura alemã, e, sobretudo, a influência de Max Weber e a teoria sociológica e etnológica.
- ✓ Florestan Fernandes, a exemplo de Caio Prado Júnior, entende que o Brasil do período colonial se estruturou como uma economia exportadora de produtos tropicais.
- ✓ Em *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), Florestan Fernandes observa que a noção de “democracia racial” contribuiu para difundir a ideia de que no Brasil não há distinções sociais entre negros e brancos.
- ✓ Em *Formação econômica do Brasil* (1959), Celso Furtado (como Caio Prado Júnior), chama a atenção para as relações, desde o passado colonial, entre a economia brasileira e a economia mundial, elaborando a questão do subdesenvolvimento.
- ✓ No Brasil, a reestruturação produtiva das últimas décadas aprofundou a precariedade que a classe trabalhadora já vivenciava desde sua formação, no início do século XX. Um exemplo recente: entre 2001 e 2009, o número de acidentes de trabalho aumentou 126%.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Quais são os temas centrais que antecederam e influenciaram a formação da sociologia brasileira no final do século XIX e início do século XX?
2. Em que período a sociologia brasileira se consolida academicamente e quais são seus principais representantes?
3. A escravidão no Brasil influenciou o desenvolvimento do preconceito racial no Brasil do século XX?
4. Em que medida o Brasil se formou como um país subdesenvolvido e economicamente dependente?
5. Em que medida a precarização do trabalho é uma característica da reprodução da desigualdade no Brasil de hoje?

INTERAGINDO

Considere a letra da música abaixo:

O africano e o ariano

*Há quatro séculos a alma humana tem sido um motor
Da inquietação, da resistência, da transgressão
O negro sempre quis sair do gueto
Fugir da opressão fazendo história*

*Ganhando o mundo com estilo
 O africano foi levado para sofrer no norte e gerou,
 entre outras coisas, o jazz, o blues, gospel, soul,
 r&b, funk, rock'n'roll, rap, hip-hop
 No centro, o suor africano fomentou o mambo, o ska,
 o calipso, a rumba, o reggae, dub, ragga,
 o merengue e a lambada, dancehall e muito mais
 Mas é o ariano que ignora o africano ou
 é o africano que ignora o ariano?"
 E ao sul a inquietude negra fez nascer,
 entre outros beats, o bumba, o maracatu, o afoxé,
 o xote, o choro, o samba, o baião, o coco, a embolada
 Entre outros, os Jacksons e os Ferreiras,
 os Pixinguinhas e os Gonzagas,
 as Lias, os Silvas e os Moreiras
 A alma africana sempre esteve no olho do furacão
 Dendê no bacalhau, legítima e generosa transgressão
 É Dr. Dre e é maracatu
 É hip hop e é Mestre Salu
 Mas é o ariano que ignora o africano ou é o
 africano que ignora o ariano?*

MUNDO LIVRE S/A, Apollo 9, Zero Quatro, *Carnaval na obra*,
 Abril, Excelente, 1998.

1. Quais seriam as relações expostas na letra da música do grupo Mundo Livre S/A que caracterizam a influência africana e sua relação com a ariana?
2. Em que medida o preconceito racial é combatido na letra da música?

CONTRAPONTO

Na pintura *Operários*, de Tarsila do Amaral, os indivíduos, mesmo distintos, têm feições muito semelhantes, o que remeteria à sua homogeneização. Com base nessa imagem e nas discussões que fizemos neste capítulo, escreva sobre a padronização e a diferenciação social.



Arquivo Artístico-Cultural do Governo do Estado de São Paulo.

Operários (1933),
 óleo sobre tela de
 Tarsila do Amaral
 (1886-1973).

SUGESTÕES DE LETURA



Vidas secas, de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Neste livro, os personagens são impulsionados pela seca, áspera e cruel, e paradoxalmente pela ligação telúrica, afetiva, que leva aqueles seres em retirada a procurar meios de sobrevivência e um futuro.



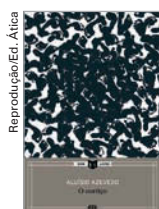
Grande sertão: veredas, de João Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

As peculiaridades da fala sertaneja, sempre recorrente na obra de Guimarães Rosa, atinge seu auge neste consagrado romance. Rosa reinventa a língua, eleva o sertão ao contexto da literatura universal e compõe o cenário de uma narrativa lírica e épica, uma lição de luta e valorização do homem.



O que é isso, companheiro?, de Fernando Gabeira. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

O autor busca compreender o sentido de suas experiências — a luta armada, a militância numa organização clandestina, a prisão, a tortura, o exílio — e elabora um retrato do Brasil dos anos 1960 e 1970.



O cortiço, de Aluísio Azevedo. São Paulo: Ática, 2011.

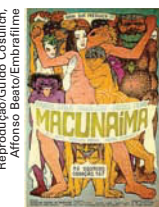
Os tipos humanos e o dia a dia em uma habitação coletiva no Rio de Janeiro do fim do século XIX. Obra máxima de Aluísio Azevedo, este romance representa a maturidade de um escritor preocupado em registrar e analisar à luz da ciência os males da sociedade brasileira. Texto integral enriquecido com notas explicativas.

FILMES



Rio, 40 graus (Brasil, 1955). Direção: Nelson Pereira dos Santos.

Considerada a obra inspiradora do Cinema Novo, movimento estético e cultural que pretendia mostrar a realidade brasileira. O filme foi censurado pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, então capital do país, por causa da ligação do diretor com o PCB, banido desde 1948.



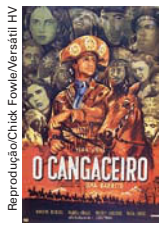
Macunaíma (Brasil, 1969). Direção: Joaquim Pedro de Andrade.

Inspirado na obra homônima de Mário de Andrade, esta comédia conta a história de Macunaíma, um herói preguiçoso e sem nenhum caráter. Ele nasceu na selva preto e virou branco. Depois de adulto, deixa o sertão e vive várias aventuras na cidade, envolvido com guerrilheiras e prostitutas, vilões milionários, policiais e personagens de todos os tipos.



Cinema, aspirinas e urubus (Brasil, 2005). Direção: Marcelo Gomes.

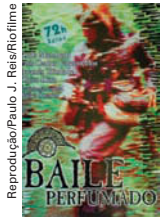
A história se passa no sertão nordestino de 1942 e conta a história de um alemão que, para fugir da Segunda Guerra Mundial, trabalha como vendedor de aspirinas nas cidades do interior do Nordeste. Dirigindo seu caminhão, ele conhece Ranulpho, um nordestino que está tentando chegar ao Rio de Janeiro em busca de trabalho.



Reprodução/Chick Fowle/Versátil HV

O cangaceiro (Brasil, 1953). Direção: Lima Barreto.

Inspirado na figura lendária de Lampião, foi o primeiro filme brasileiro a conquistar as telas do mundo. Prêmio de melhor filme de aventura e melhor trilha sonora no Festival Internacional de Cannes. O DVD apresenta curtas-metragens do diretor e um documentário de Paulo Duarte com depoimentos de Anselmo Duarte, Fernando Meirelles, Walter Lima Jr., entre outros.



Reprodução/Paulo J. Reis/Riofilms

Baile perfumado (Brasil, 1997). Direção: Paulo Caldas e Lírio Ferreira.

O filme narra a saga do libanês Benjamin Abrahão, mascate e fotógrafo. Amigo de Padre Cícero, ele parte de Juazeiro, no Ceará, nos anos 1930, para levantar recursos e filmar Lampião e seu bando. Benjamin localiza o cangaceiro e registra o cotidiano do grupo, mas seu filme é proibido pela ditadura de Vargas.



Reprodução/L.C. Barreto/Difilm

Terra em transe (Brasil, 1967). Direção: Glauber Rocha.

Considerado a obra-prima do diretor, o filme pode ser lido como metáfora do Brasil dos anos 1960, na medida em que seus personagens representam diferentes tendências políticas da época.



Reprodução/Agravo Produções/Riofilme

Cronicamente inviável (Brasil, 2000). Direção: Sérgio Bianchi.

O filme narra trechos das histórias de vida de seis personagens, mostrando a dificuldade de sobrevivência mental e física em meio ao caos da sociedade brasileira, que atinge a todos independentemente da posição social ou da postura assumida.



Reprodução/José Padilha/Downtown Filmes

Garapa (Brasil, 2009). Direção: José Padilha.

Este documentário, cujo tema é a fome no mundo, é resultado de mais de 45 horas de material filmado por uma pequena equipe que, durante quatro semanas, acompanhou o cotidiano de três famílias no Ceará.

INTERNET

(Acesso em: fev. 2013.)

www.palmares.gov.br/

Criada em 1988, a Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira. Preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País.

www.neab.ufscar.br/

Site do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal de São Carlos, criado em 1991 com os objetivos de subsidiar a formulação e execução de políticas públicas de promoção da igualdade racial; divulgar a realidade dos afrodescendentes na sociedade brasileira; registrar a memória social afrobrasileira; capacitar educadores a promover o respeito às culturas dos grupos etnicorraciais e sociais e organizar programas e materiais de ensino que visem ao diálogo entre essas culturas.

<http://sindicatosociologosma.blogspot.com.br/>

Laboratório de Ensino e Observatório da Profissão em Ciências Sociais/UFMA & Sindicato dos Sociólogos do Maranhão.

<http://institutocaioprado.org.br/icp/>

O ICP é um centro de pesquisa, reflexão e ação educacional. Dedicar-se ao estudo de problemas socioeconômicos, histórico-políticos e de questões relacionadas à realidade brasileira nas suas dimensões locais e internacionais e à sua vocação de espaço plural de debates e formação. Alguns temas centrais: as relações econômicas, direito e a justiça social, a construção e consolidação da cidadania, o Estado e suas instituições, a formação e a democracia, as formas organizativas da sociedade civil, o movimento dos trabalhadores, teoria política e social, a história política e as políticas públicas.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA SOCIOLOGIA



Grafite de Banksy em South Bank, bairro situado na margem esquerda do rio Tâmesa, em Londres, Inglaterra, em foto de 2004. No muro está escrito: SEMPRE HÁ ESPERANÇA.

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 Tempos de mudança
- 2 A Revolução Informacional
- 3 Valorização e financeirização do capital
- 4 Modernidade e pós-modernidade
- 5 As sociologias de Bourdieu e de Habermas

Neste capítulo veremos as principais teorias que marcaram as três últimas décadas do século XX e o início do XXI. Vamos estudar temas bem próximos de nós, que buscam responder a antigos problemas que a Sociologia clássica não aprofundou e também a novas questões características do atual contexto histórico. Dentre essas últimas, podemos citar o desenvolvimento da produção de mercadorias, o neoliberalismo, o processo de financeirização da economia e o surgimento de ações políticas coletivas distintas daquelas do início do século XX até meados dos anos 1960 e 1970.

Serão objetos de análise deste capítulo temas relativos à ação comunicativa e à esfera pública; às práticas simbólicas; à revolução informacional; à modernidade e à pós-modernidade; e, por fim, à valorização e à financeirização do capital.

1. TEMPOS DE MUDANÇA

Nos últimos anos, as sociedades capitalistas passaram por fortes mudanças sociais. A produção industrial foi reestruturada pela microeletrônica e pela robótica, alterando a relação do trabalhador com o tempo de produção, isto é, com a intensidade do trabalho. As formas de governo também se reestruturaram. Observou-se o fim gradativo do Estado de Bem-Estar Social (vimos no capítulo 7 como esse modelo de Estado se formou) e a constituição de políticas neoliberais. Somaram-se às ações coletivas dos trabalhadores da indústria novos tipos de ação política, não diretamente ligadas ao universo do trabalho. Ou seja, aos sindicatos e partidos da classe trabalhadora, juntaram-se novas formas de organização política baseadas, por exemplo, em questões étnicas, raciais, religiosas e de gênero.

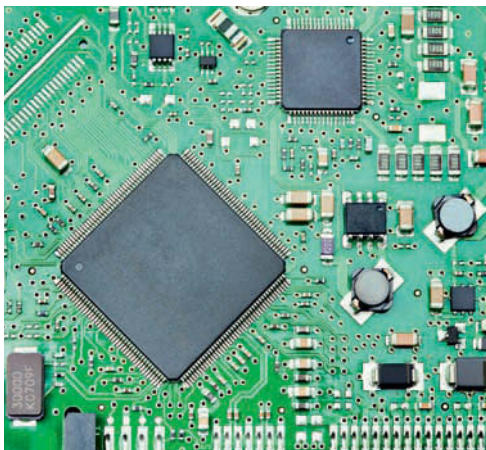
O fim do século XX e o início do século XXI foram marcados por um conjunto de transformações econômicas, políticas e ideológicas que pareciam apontar para a construção de uma nova sociedade, regida por princípios distintos daqueles que haviam sido hegemônicos até as décadas de 1960 e 1970. Entretanto, essas mesmas transformações acabaram por reproduzir a velha forma da estrutura social capitalista: o novo ainda estava impregnado do velho.

A velha sociedade capitalista se reinventou, mas continuou reproduzindo suas características mais centrais de divisão em classes sociais, de exploração e dominação do trabalho, de produção do lucro e de sua apropriação privada. A sociedade capitalista se reconfigurou internamente para manter seus objetivos de sociedade baseada na produção e no consumo de mercadorias. Aparentemente tudo teria se transformado, mas, de fato, pouco mudou.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Entre inúmeros produtos de consumo, os computadores se tornaram essenciais para a organização pessoal e profissional de muitas pessoas. Durante boa parte do século XX, as indústrias de computadores e os centros de pesquisa especializados nessa área se limitavam à questão da durabilidade e funcionalidade de seus produtos. Hoje, apesar do intenso desenvolvimento das tecnologias, que permitem navegar na internet e usar vários *softwares* ao mesmo tempo, continua sendo necessária a substituição de produtos. Assim, sempre temos

que comprar novas máquinas, novos programas, novas tecnologias. Se a ciência e a tecnologia chegaram a um padrão de eficiência tão alto, por que ainda precisamos adquirir novos produtos? Em que medida a transformação científica e tecnológica alterou a vida das pessoas? Procure refletir sobre a relação entre as transformações tecnológicas e a transformação das relações sociais. A tecnologia não deveria nos trazer horas vagas para o lazer? Por que esse processo acaba por intensificar o trabalho de uma parcela da população?



Maxim Blinkov/Shutterstock/Glow Images

Circuito integrado com *microchip*. Foto de 2010.

Microcomputador doméstico lançado em 1977.



Fundação Wikimedia/Arquivo da editora

Como vimos em capítulos anteriores, essas transformações podem ser sintetizadas com a reestruturação produtiva dos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa Ocidental e com o neoliberalismo do fim dos anos 1970, com Margaret Thatcher; e do início dos anos 1980, com Ronald Reagan. Esses processos históricos se estenderam por todo o mundo nos anos seguintes, gerando muitas questões sociológicas, constituindo uma gama de problemas de pesquisa, de novos objetos de análise e de questões sociais.

As teorias e teses que buscam explicar esse período estão imersas na contradição social que indicamos acima. São tentativas de elaborar análises sociais num momento em que tudo parece se transformar mas, no qual, contraditoriamente, a estrutura social capitalista não se altera de fato e, na realidade, acaba por se fortalecer. Muitos estudos elaborados nesse período procuraram descrever o que há de novo, o que permanece do velho e quais seriam os pilares que condicionam socialmente o capitalismo do final do século XX e início do século XXI.

A seguir, vamos analisar algumas das principais teorias dessa virada de século para compreender as questões que influenciaram e constituíram a Sociologia nesse período.

2. A REVOLUÇÃO INFORMACIONAL

O desenvolvimento científico e tecnológico inspirou vários autores desde a Revolução Industrial. Novos sujeitos sociais, modos de produção, novas práticas políticas, novos tipos de sociedade, de organização da produção, de formas de ação política coletiva foram estudados com base no avanço, no progresso ou no desenvolvimento científico e tecnológico. Essas análises foram particularmente influenciadas por uma leitura de Marx sobre a relação entre forças produtivas e relações de produção. Para esse autor, as forças produtivas, isto é, aquilo que se apresenta como elemento da transformação social, são limitadas pelas relações de produção capitalistas. Dessa forma, as relações sociais capitalistas impedem que as forças produtivas (por exemplo, a ciência e a tecnologia) avancem, já que esse avanço não condiz com os interesses sociais do capitalismo.

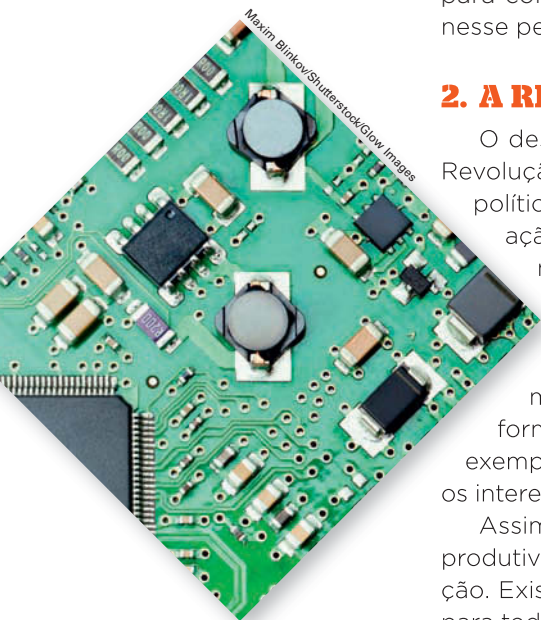
Assim, para Marx, a transformação da sociedade se identifica com as forças produtivas enquanto a conservação social se identifica com as relações de produção. Existem no capitalismo forças produtivas capazes de produzir o necessário para toda a população do planeta. No entanto, esse desenvolvimento não interessa às relações de produção, que preferem manter o desenvolvimento limitado aos interesses do capital, restringindo o acesso e a socialização dos produtos.

Com a reestruturação produtiva dos anos 1960 e 1970, esse tema volta ao centro da discussão sociológica. As novas tecnologias da informação, distintas das tecnologias anteriores, pareciam dar outro sentido às sociedades contemporâneas, na medida em que abriam novas formas de participação social e política aos indivíduos. Falou-se de uma **Revolução Informacional**, que teria transformado a base produtiva do capitalismo.

Diferente da Revolução Industrial, que se caracterizou como uma revolução da indústria e teve seu foco no trabalho realizado nas máquinas, a Revolução Informacional teria como base de produção não mais a matéria física, mas a informação. Enquanto a Revolução Industrial se caracteriza pela transformação de um produto com base no trabalho manual, na Revolução Informacional o trabalho intelectual predomina e não se limita à indústria, mas está presente em todos os setores da economia.

Em seu livro *A Revolução Informacional* (São Paulo: Cortez, 1999), o sociólogo francês **Jean Lojkine (1939-)** entende que esse tipo de produção não é fruto apenas de uma transformação tecnológica. Para esse autor, não se trata da simples utilização da informática em atividades de formação, comunicação e gestão, mas sim de uma mudança na utilização humana da informação.

A questão central para entender o trabalho informacional na produção ou nos serviços tem relação com as formas de liberação do trabalhador. Para Lojkine,



Veja na seção
BIOGRAFIAS quem é
Jean Lojkine (1939-).

muitas foram as tentativas de controlar esse tipo de atividade de forma taylorista, isto é, retirando os saberes dos trabalhadores e os transferindo para a gerência. Mas essas tentativas não tiveram êxito, já que as atividades criadas pela Revolução Informacional se apoiam na produção e troca de informações por meio das tecnologias da informação.

Segundo alguns autores, ocorreu uma diferença significativa na utilização das tecnologias da informação, pois, diferentemente das tecnologias tradicionais, as NTICs (novas tecnologias da informação e comunicação) não se caracterizam como um processo de substituição de trabalhadores por máquinas. Segundo Lojkine, essas tecnologias são diferentes na medida em que demandam uma interatividade do trabalhador com a máquina, tendo a invenção humana um papel central nesse processo.

Projeta-se, assim, uma relação entre a utilização das tecnologias da informação e a libertação do indivíduo de certas amarras do trabalho taylorista e fordista. Haveria ainda exploração do trabalho, mas essa exploração seria de um grupo e não da forma fragmentária que o trabalho no taylor-fordismo imprimia. Nestes novos termos, o trabalho seria mais qualificado, exigindo mais responsabilidade do trabalhador e, sobretudo, seria um trabalho mais intelectualizado se comparado ao da fábrica fordista. Expressões como “satisfação no trabalho” e “participação ativa do trabalhador” são consideradas como um índice que estabelece uma relação distinta do trabalhador com seu trabalho. Resumindo, o trabalhador teria se libertado de algumas limitações impostas pelas atividades tradicionalmente fabris.

Apesar da criação de novas qualificações profissionais, inclusive algumas que retomam a capacidade intelectual do trabalhador, o que deve ser ressaltado é o grau em que esses trabalhos podem ou não fazer parte de escolhas e estruturas gerenciais alheias à intervenção do trabalhador. Nesse sentido, a pergunta central seria: a Revolução Informacional é de fato um processo de libertação do trabalhador em relação a atividades penosas e enfadonhas ou não passa de um processo de intensificação do trabalho, que agora também controla as formas de produção intelectual?

Deve-se levar em conta que toda transformação tecnológica não tem fundamentação neutra, mas obedece aos interesses da sociedade. Nesse sentido, a produção informacional parece estar longe de libertar os trabalhadores dos atuais padrões de exploração e dominação social.

Chappatte/Acervo do artista



Charge de 2006 criada por Patrick Chappatte (1967-), nascido em Karachi, no Paquistão, cartunista que publica seus desenhos em vários jornais europeus.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Muitas atividades que utilizam a informação como ferramenta de trabalho são apresentadas à sociedade como diferentes daquelas da fábrica tradicional. Em geral, há mesmo diferenças entre essas atividades. Enquanto o trabalhador da indústria tem uma atividade preestabelecida pelo setor de engenharia de produção ou pela gerência, o trabalhador da área de informação se utiliza de dispositivos intelectuais para executar seu trabalho. No entanto, há limites para essas diferenciações. Os projetistas de uma empresa de *software* planejam de acordo com um esquema

determinado pela empresa, os jornalistas de um periódico escrevem dentro de uma linha editorial preestabelecida, os publicitários de uma empresa de *marketing* criam propagandas levando em conta os interesses do cliente. Pense nas suas atividades e nas de seus familiares e indique se do ponto de vista do controle do trabalhador existem marcantes diferenças entre as novas atividades ligadas à informática e as atividades tradicionais. Procure pensar também em que medida os trabalhadores das áreas rurais são afetados pelas tecnologias da informação.

3. VALORIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

Nas últimas décadas, as sociedades capitalistas se estruturaram com base em um processo de **financeirização** do capital. A valorização do capital baseada na extração de mais-valia e na exploração da força de trabalho (que vimos no capítulo 7) foi avolumada por um processo que já se observava desde o final do século XIX e que nas últimas décadas tornou-se economicamente hegemônico: o acúmulo de riquezas desenvolvido por mecanismos e canais financeiros e não apenas por meio das atividades produtivas (na indústria, no comércio e na agricultura).

Formaram-se no século XIX os bancos e a figura do capitalista que comercializa dinheiro, isto é, o **capitalista financeiro**. Tomar dinheiro emprestado de um banco é uma forma estrutural de valorizar o capital. O capitalista industrial faz isso a fim de investir na produção com o objetivo de lucrar por meio da exploração do trabalho. Com esse lucro, o capitalista industrial paga os juros para o capitalista financeiro. Mas tanto o lucro quanto o juro são frutos da mais-valia produzida.

Na prática, o capitalista financeiro potencializa o lucro do capitalista industrial quando dá a ele um crédito. O problema é que além de potencializar a acumulação capitalista, esse crédito que o banco concede dá origem ao **capital fictício**. Como Marx define o capital fictício? De um lado, o empréstimo é aplicado no processo de produção para gerar mais-valia, isto é, o dinheiro emprestado é considerado produtor de juros. No entanto, nem todo empréstimo é aplicado à produção. Essa forma de dinheiro emprestado que não entra no processo de geração de mais-valia é considerada por Marx como uma forma fictícia de capital.

O desenvolvimento da financeirização nas últimas décadas faz com que a **finança** prevaleça em relação à produção de mercadorias. Isto é, os valores negociados no mercado de ações são superiores àqueles gerados pelas atividades produtivas. Para observar esse fenômeno, basta considerar o produto interno bruto (PIB) de determinados países e compará-los aos valores negociados em suas bolsas de valores. Do final da década de 1970 até meados da primeira década do século XXI, os valores negociados nas bolsas foram muito superiores ao valor dos PIBs de todos os países de economia capitalista desenvolvida. Há, portanto, uma diferença entre a produção real e o que se negocia na forma de títulos e ações; isto é, entre a valorização real e o capital fictício.

Assim, a valorização das ações de uma empresa não está relacionada diretamente a seu lucro ou perda em um período específico, mas sim à avaliação na Bolsa de Valores. O que importa é a avaliação da bolsa sobre o lucro ou perda e não o aumento ou redução da lucratividade da empresa.

Dia 4 de agosto de 2011, às 16h30: funcionários da Bovespa observam o painel de ações e o gráfico do índice de queda no prédio da bolsa, no centro de São Paulo. A preocupação com uma nova onda de recessão global, puxada pela estagnação da economia dos Estados Unidos e também devido a problemas fiscais em países da zona do euro, levou as bolsas ao redor do mundo a despencarem nessa quinta-feira. No Brasil, a Bovespa chegou a cair mais de 6% por volta das 13h.

LÉXICO

finanças: manejo, gerenciamento do dinheiro ou de títulos que o representam.



Daniel Marengo/Folhapress

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Não há um dia em que o noticiário da TV ou o jornal não informe os dados da Bolsa de Valores. O dólar que sobe, o real estável, as ações de uma companhia em alta, as de outra em baixa. A economia mundial parece ter criado uma relação de dependência muito forte na qual um evento na China, na Índia ou nos Estados Unidos afeta todas as economias do mundo. Essa relação de dependência se deve à mundialização do capital, isto é, a sua livre circulação nos países do globo. Nossa

vida, depende, por exemplo, do que consome a classe trabalhadora dos Estados Unidos. Se o seu consumo sobe, projeta-se um crescimento para aquele país, e as bolsas de todo o mundo sobem também. Se cai a produção na China, as bolsas de todo o mundo veem suas ações caírem. Em que medida o Brasil depende dessas flutuações? Tente pensar em alguns dos fatores políticos e econômicos que demonstram essas flutuações econômicas.

Determinadas ações aumentam de valor sem que haja um aumento proporcional da produção real. O economista francês **François Chesnais (1934-)** convencionou chamar o período de avanço da finança de **mundialização do capital**. Um processo que se define pela liberalização de capitais pelo mundo, ou seja, pela possibilidade de captação de recursos financeiros em diferentes mercados. Em seu livro *A mundialização do capital* (São Paulo: Xamã Editora, 1996), Chesnais analisa o capitalismo de hoje para demonstrar o caráter destrutivo das forças econômicas atuantes a partir da década de 1980.

Essa liberdade de investimento capitalista permitiu uma movimentação de capitais pelo mundo, o que fez desenvolver amplamente a valorização do capital fictício, sobretudo nos países mais ricos. Entretanto, essa valorização é interrompida quando ocorre queda de salários e de investimentos, e nos anos 1990 e na primeira década do século XXI as crises se multiplicaram.

Para a economista brasileira **Maria de Lourdes Mollo (1951-)**, estamos vivendo um período em que o processo de financeirização das economias parece ter chegado ao seu limite. De qualquer forma, é importante considerar a intrínseca relação entre capital industrial e capital financeiro. Desde sua origem, o desenvolvimento capitalista teve sua base estruturada nessa relação, que se aprofundou com a liberalização dos fluxos de capital nas últimas décadas.

A contenção ou o desenvolvimento de um desses polos (capital industrial e capital financeiro), intrinsecamente complementares da economia capitalista, depende da participação decisiva do Estado. Exemplos disso são os empréstimos públicos dos Estados Unidos para salvar determinados bancos da falência.

4. MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Como categoria de uma época, **modernidade** designa o período chamado iluminista, que se inicia no século XVIII e está relacionado a um projeto intelectual que tem como base o desenvolvimento científico objetivo e autônomo. Em termos mais gerais, o objetivo iluminista foi estabelecer formas de conhecimento científico que permitissem estruturar a emancipação da humanidade. O esforço científico representava, assim, uma forma de ultrapassar as limitações impostas pela natureza. Além de superar a escassez e as necessidades físicas, o projeto iluminista pretendia ir além das formas de explicação religiosas, míticas e supersticiosas, estabelecendo a ciência e a razão como princípios norteadores do conhecimento humano.

Em nossos dias, é fácil reconhecer esse conjunto de ideias. A vida em sociedade está permeada pelos princípios da modernidade. Podemos observá-los na economia, no direito, nas formas de organização burocrática e nas atividades profissionais. O que determina essas esferas da vida social como representativas da modernidade é a crença de que o desenvolvimento do progresso e da capacidade científica podem resolver todos os problemas da humanidade.

Veja na seção

BIOGRAFIAS

quem são **François Chesnais (1934-)** e **Maria de Lourdes Mollo (1951-)**.

LÉXICO

homogeneizante:

que torna uniforme, padronizado, igual.

Assim, a modernidade pode ser entendida como expressão de uma época histórica marcada por um discurso que privilegia as formas de conhecimento científico universais e totalizantes, ou seja, produtoras de interpretações teóricas abrangentes e **homogeneizantes** que procuram dar conta da história da humanidade como um todo.

O pós-modernismo, por outro lado, privilegia a diferença, a diversidade, a fragmentação, a indeterminação, e nesse sentido se insurge contra os discursos universalizantes e totalizantes da modernidade. Procura reconhecer as diferentes subjetividades, dando maior visibilidade a questões como gênero, raça, etnia, ambiente, sexo, questões territoriais, entre outras. Veja as fotos a seguir.

Rena Schilt/Shutterstock/Glow Images



Manifestantes se dirigem ao Pentágono, em Washington, D.C., capital dos Estados Unidos, no dia 21 de março de 2009, em passeata contra a guerra do Iraque.

Georgios Mitsiotis/Associated Press/Glow Images



Manifestantes durante greve geral de 24 horas no porto de Tessalônica, Grécia, em 18 de outubro de 2012. Cerca de 17 mil pessoas fizeram manifestações durante a segunda greve geral do mês em protesto às medidas de austeridade tomadas pelo governo do país.

Ed Ferreira/Agência Estado



Em 2 de janeiro de 2012, quilombolas da comunidade Rio dos Macacos protestam contra a Marinha, diante da Base Naval de Aratu, em Salvador, Bahia, onde estava hospedada a presidente Dilma Rousseff. Os quilombolas pediam apoio à causa do quilombo, que se defende na Justiça de ação da Marinha pela retomada da área. Em outubro de 2012, a Justiça Federal decidiu pela desocupação do território, mas a Defensoria Pública da União entrou com recurso. Entretanto, em janeiro de 2013, o juiz titular da 10ª Vara Federal manteve os efeitos da sentença que ordenou o despejo imediato dos quilombolas da comunidade Rio dos Macacos.

Para muitos autores, a questão é se de fato superamos a época moderna, ou seja, podemos dizer que as indagações das sociedades contemporâneas são expressão de uma época pós-moderna? Ou apenas teriam surgido novas condições sociais que negam os princípios da modernidade? Ou ainda, será que estamos presenciando uma radicalização da modernidade e equivocadamente identificando-a com uma época pós-moderna?

Entre os autores interessados nesse tema, estão os britânicos Anthony Giddens (ver *Perfil* a seguir), sociólogo, e **David Harvey (1935-)**, geógrafo. Para Giddens, vivemos em uma época em que as consequências da modernidade se radicalizaram e não numa época pós-moderna. Ele aponta para um mundo fora de controle: as pretensões iluministas de domínio da natureza e da sociedade pela via do conhecimento e do progresso científico não se concretizaram.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **David Harvey (1935-)**.



PERFIL

ANTHONY GIDDENS

Anthony Giddens é considerado um dos autores que mais se destacam na sociologia contemporânea, tanto do ponto de

vista de sua análise fundada na teoria da estruturação social quanto em sua reinterpretação crítica dos autores clássicos da Sociologia.

Nascido em Londres, Inglaterra, em 1938, Giddens é atualmente professor emérito da London School of Economics and Political Science. Conhecido por seu trabalho de renovação da Social-democracia, tem como temas centrais de pesquisa as questões relacionadas à globalização e à modernidade.

Com objetivo de reformular a teoria social, Giddens desenvolveu a *Teoria da estruturação*. Em linhas gerais, essa teoria pretende, com base na releitura de diversas correntes e tradições teóricas, transcender o quadro clássico de divisão disciplinar, mostrando a necessidade de incorporar a História e a Geografia à análise sociológica. Nesse sentido, Giddens explicita as diferenças entre a ciência social e a ciência natural, evidenciando como a primeira se funda e se especifica na ação humana.

Além disso, Giddens entende que a especificidade das Ciências Sociais não se concentra na ação individual (como para Weber) nem nas totalidades sociais (como para Durkheim), mas sim nas práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo.

Segundo Giddens, a modernidade se funda em uma duplicidade sombria. Ao mesmo tempo em que cria uma estrutura de possibilidades e de oportunidades, fruto do desenvolvimento científico, promove também consequências degradantes como a exploração do trabalho, o autoritarismo na utilização do poder político e as guerras. Com relação à pós-modernidade, Giddens indica uma de suas características centrais: a ausência de certezas no processo de conhecimento.

Na perspectiva de David Harvey, o pós-moderno aparece como um reflexo das formas de produção e acumulação flexível típicas da era toyotista e de uma nova compreensão da relação espaço-tempo no capitalismo. No entanto, ao observar mais de perto as transformações sociais, Harvey nota uma reprodução das relações sociais fundadoras do capitalismo, isto é, não observa uma mudança estrutural que projetaria uma nova sociedade, seja ela pós-capitalista, seja pós-industrial.

Segundo Harvey, as teses que defendem que vivemos numa época pós-moderna incorrem em alguns equívocos. O primeiro deles é a crítica a toda e qualquer argumentação universal e totalizante (noções que vimos no capítulo 2, na crítica dos pós-modernos ao conceito de cultura), que levam à impossibilidade de legitimar e validar cientificamente seu próprio discurso. Nesse sentido, as teorias pós-modernas que reivindicam a celebração da fragmentação, do efêmero, da simulação, aceitando as identidades dos grupos locais, acabam por não construir uma análise ampla das sociedades em que esses grupos estão presentes.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Uma das diferenças centrais entre o discurso moderno e o pós-moderno se refere à contraposição entre o universal e o particular ou específico. Enquanto o discurso moderno se fundamenta em uma visão totalizante e universal, o pós-moderno se limita a entender a autenticidade e a alteridade de grupos locais que deveriam ser analisados por sua lógica interna e não com base em leituras generalizantes. Nas últimas décadas, sur-

giram vários grupos sociais com reivindicações políticas, ideológicas e materiais específicas. Os movimentos negro, feminista, homossexual, étnico, por exemplo, se caracterizaram por iniciativas políticas que, de forma geral, não podem ser integradas em um discurso político amplo. Compare alguns desses movimentos, buscando encontrar os pontos de distanciamento e de aproximação entre eles.

Um segundo ponto levantado por Harvey se refere à questão do reconhecimento da alteridade e da autenticidade de grupos locais como expressões do pós-moderno. Ao mesmo tempo em que se reconhece a identidade de um grupo local, a alteridade e autenticidade desse grupo permanecem circunscritas apenas a seu espaço social, negando, com isso, a influência desses grupos em realidades mais amplas.

Assim, Harvey entende que o resultado do discurso pós-moderno se caracteriza por um silêncio diante de questões relativas à economia política e às estruturas de poder global. Ele entende que há, na prática, uma radicalização da modernidade e não uma época pós-moderna propriamente dita. Essa radicalização pode ser observada na aceleração dos processos de produção e reprodução sociais nas sociedades capitalistas, sobretudo se analisamos a intensificação do trabalho para a geração de lucros. Harvey argumenta que o lado fragmentário, efêmero e caótico de nossas sociedades estruturou-se ao lado do progresso técnico e científico, o que caracterizaria muito mais uma crise da modernidade que a constituição de sociedades pós-modernas.

Veja na seção
BIOGRAFIAS quem
é **Pierre Bourdieu**
(1930-2002).

5. AS SOCIOLOGIAS DE BOURDIEU E DE HABERMAS

As relações simbólicas e o *habitus*

O sociólogo, antropólogo e filósofo francês **Pierre Bourdieu (1930-2002)** foi um dos mais importantes intelectuais da segunda metade do século XX. Destacou-se por desenvolver uma análise das sociedades capitalistas que lançava um olhar para as trocas simbólicas e sua importância na determinação das práticas sociais.

Bourdieu partiu do pressuposto de que as análises marxistas não contemplavam as relações simbólicas, detendo-se apenas nos bens materiais. Bourdieu buscou entender como a economia de bens simbólicos também influencia e sofre a influência da economia de bens materiais.

Na visão de Bourdieu, **bens simbólicos** são um conjunto de práticas sociais regidas pelo poder e que são constituintes da dominação social, pois criam e legitimam hierarquias e divisões sociais. Um exemplo é a distribuição de títulos escolares. Tanto no ensino profissionalizante como no acadêmico, a titulação cria um conjunto de práticas sociais estabelecidas por formas desiguais de poder.

Segundo Bourdieu, como instituição reprodutora de bens simbólicos, a escola perpetua as desigualdades sociais, já que transmite aos estudantes a forma de conhecimento das classes dominantes utilizando-se de um discurso aparentemente neutro e oficial.



Aula em escola pública de Recife (PE), 2012. Para Bourdieu, a escola reproduz a forma de conhecimento das classes dominantes.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A escola pública é uma instituição que atende (teoricamente) a todos os cidadãos brasileiros. A organização da educação está fundamentada em princípios definidos pela Constituição nacional e se caracteriza como um direito de todos, destinada a desenvolver integralmente o indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e o mercado de trabalho. No entanto, segundo Bourdieu, a escola se constitui com base na desigualdade da estrutura social

e reproduz as mesmas desigualdades que compõem a sociedade. Assim, a escola expressa as distinções sociais e submete ao coletivo de indivíduos uma forma de aprendizado que acaba por reproduzir essa desigualdade. Tente identificar alguns indivíduos e a formação educacional que tiveram e compare com os postos de trabalho que essas pessoas ocupam hoje. Seria possível traçar um quadro de hierarquias sociais com base nessa relação?

Com isso, a escola pode impor ao seu público uma hierarquia fundada na autoridade da instituição escolar. Bourdieu chama a atenção para o fato de que a distribuição dos bens materiais e simbólicos, anterior ao acesso do indivíduo à escola, influencia a forma e o conteúdo do ensino ministrado pelas instituições públicas e privadas.

Por isso, Bourdieu conclui que há uma duplicação da desigualdade na escola: além de reproduzir a desigualdade social, a escola o faz de forma simbólica. Antes de terem acesso à escola, os indivíduos já se encontravam desigualmente distribuídos, em razão da desigualdade econômica. Quando entram na escola, essa desigualdade não apenas se reproduz como também se reforça, com base na **internalização** de saberes que obedecem ao padrão social das classes dominantes. As hierarquias sociais são, portanto, reproduzidas como hierarquias neutras dentro das instituições de ensino, legitimando e reproduzindo a ordem social e sua desigualdade.

Bourdieu demonstra que a posição social dos indivíduos é constituída com base nessas duas lógicas: a econômica e a simbólica, e que a lógica simbólica não pode ser pensada apenas como manifestação ou consequência da lógica econômica. Em outras palavras, para compreender as práticas sociais é necessário considerar a relação intrínseca entre bens simbólicos e econômicos.

Pierre Bourdieu desenvolve uma sociologia que privilegia a análise da reprodução social. O autor apresenta o **habitus** como conceito sociológico capaz de qualificar a relação entre o agente e a sociedade, com base em uma estratificação de poder.

O **habitus** pressupõe uma estrutura social e uma trajetória individual. Refere-se a um sistema de classificação que é anterior à ação do indivíduo. Lembremos Max Weber e sua qualificação dos tipos de ação social. Para Weber, toda ação social é orientada por ações sociais de outras pessoas e pela expectativa de como a ação individual será acolhida. O conceito de **habitus** de Bourdieu retoma, ao analisar as estruturas de distribuição de poder, um conjunto de situações que conformam e orientam a ação social mesmo que ela não seja consciente.

O **habitus** pode, então, ser compreendido como um padrão social de sensibilidade e de comportamento que orienta a ação dos indivíduos. A conexão entre as posições objetivas, materiais e culturais, e suas práticas sociais não se dá com base na consciência do agente, mas sim pelo **habitus** da posição social interiorizada. Nesse sentido, o **habitus** é um conjunto de práticas sociais que é incorporado de forma inconsciente pelos indivíduos.

A sociologia de Bourdieu cumpre um papel decisivo na teoria social contemporânea por compreender a desigualdade social como síntese de práticas econômicas e simbólicas.

LÉXICO

internalização: neste contexto, adoção ou incorporação, quase sempre de forma inconsciente.

Sistema e mundo da vida

Veja na seção

BIOGRAFIAS

quem são **Jürgen Habermas (1929-)**, **Walter Benjamin (1892-1940)**, **Theodor Adorno (1903-1969)**, **Max Horkheimer (1895-1973)**, **Herbert Marcuse (1898-1979)** e **Erich Fromm (1900-1980)**.

Um dos autores centrais na análise da sociedade capitalista contemporânea é **Jürgen Habermas (1929-)**. Autor, filósofo e sociólogo de origem alemã, Habermas é considerado um herdeiro do pensamento da Escola de Frankfurt. Em sua obra mais impactante nos últimos anos, *Teoria do agir comunicativo*, de 1981, Habermas faz uma revisão do pensamento clássico e procura criar uma nova base filosófica e sociológica visando compreender o processo de modernização social. Para ele, quanto mais racional uma sociedade, mais evoluída será, por um lado, no sentido da própria racionalização (Estado e mercado) e, por outro, no sentido de maior diferenciação das “esferas de valor” (arte, ciência, moral, política).

Mais uma vez, recordemos Max Weber. Para Weber, as racionalidades burocrática e econômica são centrais nas sociedades capitalistas. Com isso, as ações sociais como meio de alcançar certos fins, que Habermas chama de *estratégicas*, predominam em relação a outros tipos de ação social. A orientação social que predomina é aquela do mercado e da organização burocrática, aquela que é empreendida sob a orientação de um fim previsto. Por exemplo: agir com o objetivo de produzir mais mercadorias para gerar lucro, de investir na Bolsa de Valores para obter um rendimento, ou, ainda, criar funções administrativas para melhor controlar os gastos públicos ou privados. Essas são formas de ação social que sintetizam a **racionalidade instrumental**. Habermas também as identificou como predominantes nas sociedades modernas, chamando-as, em conjunto, de “**sistema**”, em contraposição ao “**mundo da vida**”. Para esse autor, o “sistema” se refere à racionalidade instrumental (adequação de meios a fins) presente nas relações hierárquicas (poder político) e de troca (economia), enquanto o “mundo da vida” seria o domínio da reprodução simbólica, da linguagem, das redes de significado.

Segundo Habermas, com o desenvolvimento das sociedades industriais uma forma de racionalidade acabou por se tornar hegemônica. A racionalidade instrumental, que tem por característica a relação entre os meios e os fins previamente estabelecidos, passou a vigorar como relação de conduta social predominante. A organização dos mecanismos, formas e meios adequados para se atingir um fim específico conforma, portanto, essa racionalidade instrumental e estratégica.

+ PARA SABER MAIS • Escola de Frankfurt

É conhecido como Escola de Frankfurt um conjunto de pensadores alemães atuantes no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt a partir da década de 1920. Nomes como **Walter Benjamin (1892-1940)**, **Theodor Adorno (1903-1969)**, **Max Horkheimer (1895-1973)**, **Herbert Marcuse (1898-1979)**, **Erich Fromm (1900-1980)** e Jürgen Habermas atuaram em diferentes períodos com um interesse em comum: chegar a uma teoria crítica da sociedade, numa abordagem que englobava a Filosofia, a Economia, a Psicologia, a História e as Ciências Sociais. Para tanto, tomaram como ponto de partida, principalmente, a teoria

marxista e as contribuições da psicanálise e da sociologia weberiana.

A teoria crítica se desenvolveu a fim de analisar as condições específicas da sociedade de massa, que se formou a partir da primeira metade do século XX. Esta se caracterizava, principalmente, pelo estímulo ao consumo e ao usufruto do entretenimento a fim de diminuir tensões sociais decorrentes do capitalismo. Por isso, foram de especial interesse desses pensadores os novos meios de reprodução técnica e difusão em massa de informações, como a fotografia, o cinema, o rádio e a televisão.

Entretanto, também se desenvolve outra forma de racionalidade: a **razão comunicativa**. Ainda que submetida pela racionalidade instrumental — que organiza a economia, o mercado, a burocracia e o Estado com base no dinheiro e no poder —, a razão comunicativa (ou racionalidade comunicativa) organiza a identidade e a solidariedade, formas de associação diferentes daquelas em que predominam os interesses marcados pela racionalidade instrumental. Nesse sentido, a família e as associações voluntárias presentes na esfera pública se diferenciam das instituições e organizações políticas e administrativas direcionadas pela razão instrumental na medida em que se organizam com base na ação comunicativa.

Se as ações sociais de natureza comunicativa estão concentradas na esfera pública, são os movimentos sociais que reorganizam as formas de participação democrática. Portanto, os movimentos sociais devem preservar as formas de solidariedade postas em risco pelo Estado ou pelas corporações capitalistas, exercendo o papel de atores sociais e políticos na defesa de um espaço autônomo e democrático. Tais atores sociais têm como objetivo a organização e a reprodução da cultura, sobretudo com base na formação de identidades e solidariedades coletivas.

Uma questão importante que se coloca à teoria de Habermas diz respeito à contenção da tendência de desenvolvimento do dinheiro e do poder (do sistema) pelos movimentos sociais, isto é, a contenção da racionalidade instrumental pelo agir comunicativo. Marx, no *Manifesto comunista*, ao analisar o desenvolvimento da sociedade capitalista, afirmou que “tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado”. Em outras palavras, a lógica de produção e reprodução da sociedade capitalista tende a invadir todos os espaços sociais. Nesse sentido, entender, como Habermas, que as formas da ação comunicativa (do mundo da vida) seriam capazes, com base na organização política de movimentos sociais, de conter esse avanço pressupõe que o processo de reinvenção e reorganização da economia capitalista em algum momento cederá a argumentos racionalmente defendidos na esfera pública.

Manifestantes durante a primeira Marcha das Vadias (*SlutWalk*, em inglês), realizada na região da avenida Paulista, no centro da capital paulista, São Paulo, em 4 de junho de 2011.

O movimento se inspirou na *SlutWalk* que aconteceu em abril de 2011 em Toronto, no Canadá, quando alunas de uma universidade resolveram protestar depois que um policial sugeriu que elas evitassem se vestir como “vagabundas” para não serem vítimas de abuso sexual.

ASSIM FALOU... HABERMAS

Sob o aspecto funcional de entendimento, a ação comunicativa serve à tradição e à renovação da cultura; sob o aspecto da socialização, serve à formação das personalidades individuais; e sob o aspecto da coordenação da ação, serve à integração social e à criação de solidariedade.¹



João Souza/Ag. A Tarde/InfoPress

Em 1º de março de 2011, cerca de 1200 mulheres do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) bloquearam o quilômetro 709 da BR-101, no município de Eunápolis, extremo sul da Bahia. As mulheres fecharam a rodovia depois de ocupar uma fazenda pertencente a uma empresa de celulose. Reivindicando a desapropriação da terra para a reforma agrária, elas derrubaram centenas de pés de eucalipto e iniciaram a armação de barracas de lona e o plantio de feijão e milho. As redes de solidariedade, identidade e reivindicação coletiva dos movimentos sociais são fundamentais na análise de Habermas sobre as sociedades capitalistas.



Marcio Fernandes/Agência Estado

¹ *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 2001. Tomo II, p. 196.

Simon Plestenjak/Folhapress



Em 10 de junho de 2012, a Parada Gay chegou à sua 16ª edição, na avenida Paulista, na cidade de São Paulo, com o tema escolhido por votação em um concurso nas redes sociais: “Homofobia tem cura: educação e criminalização! Preconceito e exclusão, fora de cogitação”.



O objetivo de Habermas é compreender como as sociedades ocidentais estão organizadas e quais os efeitos desse processo de racionalização sobre os agentes sociais. Apesar do predomínio da lógica estratégica do mercado e do Estado, a ação comunicativa tem papel decisivo na constituição das formas de solidariedade e de identidade sociais. Na prática, Habermas admite um confronto constante entre a lógica instrumental (o “sistema”) e o agir comunicativo (o “mundo da vida”).

Habermas entende que o sistema e o mundo da vida seriam formas sintéticas para qualificar a racionalidade instrumental e o agir comunicativo. Segundo ele, o ponto de encontro dessas duas lógicas distintas se daria nos espaços de disputa política. A lógica instrumental do mercado se apresenta como um proces-

so em desenvolvimento. Ou seja, ainda há espaços sociais em que a razão instrumental não predomina, onde ainda prevalecem as relações de solidariedade e identidade social. Mas o desenvolvimento da racionalidade instrumental coloca esses espaços em risco. Habermas identifica esse processo como uma forma de colonização do mundo da vida pelo sistema.

O desenvolvimento de sistemas econômicos e administrativos de racionalidade instrumental tende a colonizar, com base no dinheiro e no poder, áreas de interação ainda não governadas por eles. Criam-se, dessa forma, conflitos sociais, já que essas áreas se caracterizam pela transmissão cultural, pela integração social e pela socialização, isto é, são dependentes de uma articulação social que se daria pelo entendimento mútuo.

A partir dessas considerações, Habermas elege a esfera pública como um local onde os atores sociais, sobretudo os movimentos sociais, resistiriam ao desenvolvimento da racionalidade instrumental. Fundamentadas na linguagem e em argumentos discursivamente defendidos, os atores sociais se expressam e resistem ao avanço do sistema. Suas competências comunicativas são, assim, as formas privilegiadas de contenção da racionalidade estratégica.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas formas de reivindicação política coletiva se apresentam nas sociedades contemporâneas. Movimentos raciais, étnicos, contra a homofobia, pela ampliação da cidadania, pelos direitos humanos, movimentos ambientalistas, de participação política, salariais, por melhores condições de vida e de trabalho. Habermas qualifica esses movimentos sociais como atores sociais presentes na esfera pública e afirma que o agir comunicativo desses movimentos, isto é, sua competência dis-

curativa, poderia garantir a manutenção de espaços de sociabilidade, de identidade e solidariedade não dominados pela racionalidade econômica e burocrática. Tente observar em sua cidade, seu bairro e sua escola tipos de movimentos sociais diferentes, para entender qual seria a lógica que move cada um deles. Por que lutam? Quais são suas principais reivindicações? Sua organização se assemelha à de uma empresa capitalista ou é absolutamente distinta?

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ A Revolução Informacional não é só uma revolução tecnológica: traz uma mudança nas formas de utilização da informação. As tecnologias da informação exigem interatividade entre o trabalhador e a própria tecnologia.
- ✓ A valorização do capital ainda é central no capitalismo; a financeirização é uma fase do processo histórico de valorização do capital, na qual o capital financeiro se valoriza sem que a produção real aumente.
- ✓ Não há possibilidade de o capital financeiro existir sem a presença do capital produtivo.
- ✓ A pós-modernidade preocupa-se com o efêmero, o fragmentário e com as identidades e diferenças locais, buscando compreendê-las internamente.
- ✓ Anthony Giddens entende que nossa época não é pós-moderna, mas sim que vivemos uma radicalização da modernidade. Para ele, as pretensões iluministas de controle da natureza e da sociedade por meio do conhecimento e do progresso científicos teriam sido desfeitas.
- ✓ Para David Harvey, o pós-moderno aparece como um reflexo da acumulação flexível, que reproduz as contradições sociais centrais da sociedade capitalista.
- ✓ A crítica das estruturas econômicas e políticas de poder global está ausente do discurso pós-moderno.
- ✓ A análise de Pierre Bourdieu tem o objetivo de relacionar a ação à estrutura social. Para esse autor, determinações simbólicas têm influência tão decisiva quanto as determinações econômicas. O *habitus* é um conceito central em sua articulação entre as posições materiais e culturais.
- ✓ Habermas identifica um confronto entre duas lógicas distintas, mas não excludentes: a lógica instrumental (sistema) e o agir comunicativo (mundo da vida). O sistema quer se expandir, enquanto o mundo da vida tenta não ser por ele colonizado, reproduzindo suas formas típicas de solidariedade e identidade sociais.



Domicil Robinson/Acervo do fotógrafo

ATIVIDADES

REVENDO

1. Quais são os aspectos gerais da Revolução Informacional?
2. Em que medida o processo de financeirização da economia capitalista re-produz as formas de valorização do capital?
3. Quais são os elementos e as diferenças centrais da modernidade e da pós-modernidade?
4. Como se constituem as práticas sociais para Pierre Bourdieu?
5. Como Jürgen Habermas entende a relação entre sistema e mundo da vida?

INTERAGINDO

Considere o trecho da letra de música abaixo e em seguida responda:

Defeito 2: Curiosidade

Tom Zé e Gilberto Assis

*Quem é que tá botando dinamite
Na cabeça do século?
Quem é que tá botando tanto piolho
Na cabeça do século?
Quem é que tá botando tanto grilo
Na cabeça do século?
Quem é que arranja um travesseiro
Pra cabeça do século? Pra cabeça do século?*

TOM ZÉ. *Com defeito de fabricação*, 1998. Trama.

1. Em que medida há na letra e título da música de Tom Zé um desajustamento do homem com sua época, com sua condição social?
2. A que se refere a expressão “botar dinamite na cabeça do século”?

CONTRAPONTO

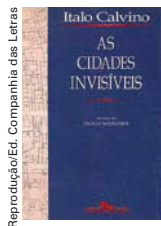
Considere a imagem a seguir.



- Levando-se em conta a imagem ao lado e o que foi discutido neste capítulo, tente qualificar de que forma a tecnologia da informação e a comunicação influenciam nossas práticas sociais.

Em abril de 2009, manifestantes protestam em Londres contra a reunião dos líderes do G20, grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das dezenove maiores economias do mundo mais a União Europeia. Na faixa está escrito: O CAPITALISMO NÃO ESTÁ FUNCIONANDO. OUTRO MUNDO É POSSÍVEL.

SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

As cidades invisíveis, de Italo Calvino. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

O autor conta a história do viajante Marco Polo, que no século XIII visitou as incontáveis cidades do imenso império mongol. Neste relato, a cidade deixa de ser um conceito geográfico para se tornar um símbolo da existência humana.



Reprodução/Companhia das Letras

Todos os nomes, de José Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

A história de um modesto escriturário cujo *hobby* é colecionar recortes de jornal sobre pessoas famosas. Um dia sua curiosidade se concentra num recorte que o acaso põe diante dele — a mulher focalizada ali não é célebre, mas o escriturário desejará conhecê-la a todo custo. Abandonando seus hábitos, ele estará disposto a cometer pequenos delitos para alcançar o que deseja, pequenas mentiras que darão a sua vida uma intensidade desconhecida.

FILMES



Reprodução/Videofilmes

A batalha do Chile (Cuba, Chile, França, Venezuela, 1975-1979). Direção: Patricio Guzmán.

Documentário em três partes: *A insurreição da burguesia* (91 min.) mostra ações coletivas de apoio a Salvador Allende e o envolvimento da elite para inviabilizar os projetos sociais do governo. *O golpe de Estado* (89 min.) retrata o ponto crítico do período, com a desestabilização econômica, a ação de grupos fascistas e das Forças Armadas e o bombardeio do Palácio de la Moneda pelos militares. E *O Poder Popular* (100 min.), que narra o princípio da ditadura e aponta os caminhos que moldaram o pensamento chileno para enterrar esses acontecimentos em uma amnésia histórica.



Reprodução/Michael Moore/Miramax Films

Fahrenheit — 11 de setembro (Estados Unidos, 2004). Direção: Michael Moore.

Documentário sobre os bastidores do 11 de setembro e as relações da família Bush com Bin Laden. O filme mostra uma nação mantida em um medo constante por alertas do FBI e passiva diante de uma nova legislação, o 'Patriot Act' (ato patriótico), que infringe direitos civis básicos.



Reprodução/Antônio Soares/Paramount

Lamarca (Brasil, 1994). Direção: Sérgio Rezende.

Crônica dos últimos anos na vida do capitão do exército Carlos Lamarca, que nos anos da ditadura militar desertou das Forças Armadas e tornou-se um dos mais destacados líderes da luta armada.



Reprodução/Simon Hartog/BBC

Muito além do Cidadão Kane (Inglaterra, 1993). Direção: Simon Hartog.

Documentário produzido pela rede de TV britânica Channel 4, no qual mostra o empresário Roberto Marinho (1904-2003) como exemplo da concentração da mídia no Brasil (dá a referência a Charles Foster Kane, personagem criado por Orson Welles no filme *Cidadão Kane*, de 1941).



Reprodução/Marcial Berbat

A sociedade do espetáculo (França, 1973). Direção: Guy Debord.

Documentário baseado no livro do próprio Debord, relaciona o universo midiático ao plano social em que os indivíduos consomem passivamente imagens que lhes são impostas.



Reprodução/Sony Pictures

Trabalho interno (Estados Unidos, 2010). Direção: Charles Ferguson.

Este documentário revela verdades incômodas sobre a crise econômica mundial de 2008. A quebra geral, cujo custo é estimado em US\$ 20 trilhões, resultou na perda de emprego e moradia para milhões de pessoas. Com pesquisas e entrevistas, um filme superatual sobre as crises e o capital financeiro.

INTERNET (Acessos em: 4 mar. 2013.)

<http://coloquiohabermas.wordpress.com/>

Página de interação e discussão entre pesquisadores e estudantes interessados na obra do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, cuja recepção no Brasil é marcada por forte interdisciplinaridade, incluindo filósofos, sociólogos, cientistas políticos, educadores, cientistas da informação, comunicólogos, administradores, entre outros.

<http://circulobrasileirodesociologia.blogspot.com.br/>

Espaço de debates sobre a sociologia brasileira.

www.sociologiapopular.com/

Espaço de diálogo e reflexão cujo objetivo é transitar entre a informação e o conhecimento. Oferece material de Sociologia, Ciências Sociais, política, educação, meio ambiente, mídias e segurança pública.

<http://adrianocodato.blogspot.com.br/>

Blog para a divulgação de trabalhos científicos, análises de conjuntura política e informações sobre os cursos desse professor na Universidade Federal do Paraná.

UNIDADE 2

CONCLUINDO

CAPÍTULO 6

1. Observe esta tira de 2012 do cartunista Laerte e responda às questões propostas:



- O personagem se afastou de seu trabalho para descansar, mas sair de sua rotina parece algo ainda mais cansativo. Com base no que você estudou no capítulo 6, discuta como as férias, a escola e o trabalho são construções sociais.
- Utilize seus conhecimentos de História e Geografia para pensar em como o avanço da modernização brasileira resultou em uma ocupação intensa do litoral e quais seriam os impactos desta ocupação.

2. Leia abaixo um trecho do jornalista Daniel Piza, publicado em 17 de julho de 2011:

A doença infantil do consumismo

Folheio um livro que minha filha de 9 anos pediu para comprar, indicado por uma coleguinha, *Monster High*, de Lisi Harrison (sim, título em inglês, editora brasileira ID), e me espanto com o número de grifes citado por página. É uma história de meninas numa cidade que estaria sendo ocupada por monstros, algo assim. Quando um carro passa em velocidade, não é isso que lemos, mas que “um utilitário esportivo verde, BMW, passou em velocidade”. Se um menino monta barraca no acampamento, somos informados de que se trata de “uma barraca câqui da Giga Tent”. Se uma bolsa é apoiada, ficamos sabendo que ela também é verde, afinal a dona leu que “o verde é o novo preto” em alguma matéria ou anúncio (quando, obviamente, se pode distinguir uma do outro nas revistas). Celebridades como Shakira, Beyoncé e Feist são enumeradas. Um figurino pode ser “punk-gracinha”; um móvel, “Calvin Klein cor de berinjela”; a echarpe, “cor de fúcsia”. Celulares tocam e posts tuítam o tempo todo, qualquer pessoa com mais de 30 é “velha” e a protagonista, uma adolescente que se chama Melody e fez cirurgia plástica no nariz.

Daniel Piza. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-doenca-infantil-do-consumismo,745903,0.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

No texto de Daniel Piza a questão do consumismo é relacionada à maneira de viver nas sociedades capitalistas. Ou seja, a compra de produtos em excesso é identificada como uma prática comum em nossa sociedade. Depois de ler o trecho do artigo responda:

- As especializações profissionais têm relação com o consumismo? Quais seriam?
- O aumento da produtividade do trabalho influencia o consumo de produtos?
- Em que medida o consumo de um indivíduo tem relação com o de outros indivíduos e quais os seus impactos para o meio ambiente?

CAPÍTULO 7

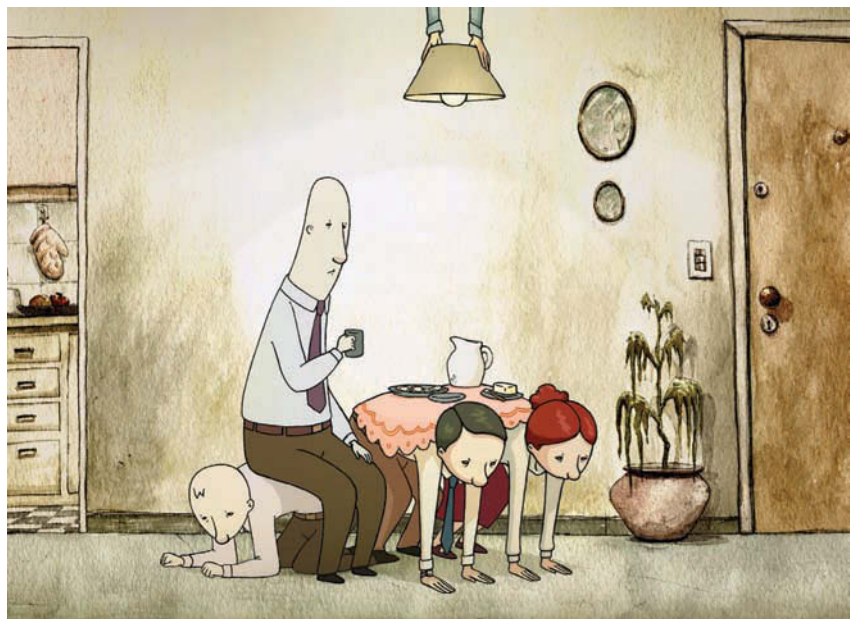
- Considere abaixo o trecho do editorial do jornal *Folha de S.Paulo* publicado no dia 5 de julho de 2009. Se possível, faça uma busca na internet e assista ao curta-metragem animado *O emprego* (El empleo), de Santiago Grasso (2008).

Jornada e desemprego

No momento em que as empresas brasileiras se veem forçadas a reduzir custos e elevar a competitividade para compensar os efeitos da crise global, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e o aumento da remuneração da hora extra, de 50% para 75%. A emenda segue para votação em dois turnos no plenário. Como se trata de emenda constitucional, exigirá aprovação mínima de 308 deputados. Se passar, segue para o Senado, também para votação em dois turnos. Seus proponentes – deputados ligados ao movimento sindical – sustentam que, se aprovada, a proposta viabilizará a criação de até 2 milhões de novos empregos e contribuirá para civilizar as relações de trabalho no Brasil. Tal suposição é equivocada. Se for aprovada, a proposta tende a elevar a informalidade e o desemprego justamente nos setores menos protegidos por sindicatos e pela fiscalização oficial. Isso porque encarece o custo do trabalho, já onerado pela alta carga tributária sobre a folha de salários. Além disso, é mais um estímulo para que as empresas substituam trabalhadores por máquinas e aumentem o chamado desemprego estrutural. Nos setores em que o avanço é economicamente possível, jornadas de 40 horas semanais já são contempladas por acordos ou convenções coletivas acordados livremente por patrões e empregados. Para esses segmentos, a emenda será inócua. A proposta também se revela inoportuna em tempos de crise. Na França, onde a jornada de trabalho é de 35 horas semanais, discute-se hoje exatamente a flexibilização das leis trabalhistas para atrair investimentos. Empregos dependem justamente de investimentos e de uma boa educação. Sozinhas, leis não criam postos de trabalho.

Fonte: *Folha de S.Paulo*.
Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaao/fz0507200902.htm>.
Acesso em: 11 mar. 2013.

Cena do curta-metragem argentino *O emprego*, de 2008.



Reprodução/Santiago Grasso

O texto do editorial do jornal e o filme *O emprego* tratam da questão do trabalho por dois ângulos distintos. Depois de ler o artigo (e, se possível, ver o filme), responda:

- Em que medida o trabalho define as nossas vidas socialmente?
- Como o editorial trata a questão do emprego? De que ponto de vista?
- Em que medida as condições de vida são determinadas pelo trabalho e pela sua exploração?

2. Observe o cartum a seguir, de 2009, e responda às questões propostas:



- Com base no que foi estudado no capítulo 7, indique as causas que poderiam ser identificadas como geradoras de desemprego.
- Quais as consequências sociais do desemprego?
- Mobilizando seus conhecimentos de História contemporânea, indique alguns dos efeitos sociais e econômicos dos processos de reestruturações produtivas.

CAPÍTULO 8

1. Considere o trecho do editorial abaixo, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 29 de maio de 2012, e depois responda às questões.

Classe média tem **renda per capita** de R\$ 291 a R\$ 1.019, diz governo

As pessoas com renda familiar per capita entre cerca de R\$ 291 e R\$ 1.019 são as que formam a classe média brasileira, segundo uma nova definição aprovada ontem por uma comissão da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República).

De acordo com a secretaria, essa classe representa 54% da população brasileira e é a maior do país.

Dentro da classe média, foram definidos três grupos: a baixa classe média, com renda familiar per capita entre R\$ 291 e R\$ 441, a média, com renda familiar per capita de R\$ 441 a R\$ 641, e a alta classe média, cuja renda familiar per capita fica entre R\$ 641 e R\$ 1.019.

A classe alta estaria acima de R\$ 1.019 e também foi dividida em dois grupos. A baixa classe alta ficaria entre R\$ 1.019 e R\$ 2.480, e a alta, que fica acima desse valor.

Os extremamente pobres têm renda per capita familiar até R\$ 81, e os pobres, de R\$ 81 a R\$ 162.

LÉXICO

renda per capita:

índice ou indicador utilizado para avaliar o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. *Per capita* significa “por cabeça”. O cálculo é feito por meio da divisão da renda nacional pelo número de habitantes.

Para definir os grupos de consumidores, foi usado o critério de vulnerabilidade, que considera a chance do brasileiro de determinada classe social voltar à condição de pobreza. [...]

Fonte: AUTRAN, Maria Paula. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/1097561-classe-media-tem-renda-per-capita-de-r-291-a-r-1019-diz-governo.shtml>.

Acesso em: 11 mar. 2013.

- Explique a divisão de classes oficial brasileira aprovada pelo governo no ano de 2012.
- Pesquise a distribuição de renda em sua região, segundo os dados do IBGE. Indique as principais diferenças entre as cinco regiões brasileiras.
- Que realidades socioeconômicas as imagens abaixo representam? Qual delas representa a realidade do trabalho rural na região onde você mora?



Trabalhador pendura fibras de sisal para secagem, em Campo Formoso (BA). Foto de 2007.



Colheita mecanizada de soja, em fazenda de Cuiabá (MT). Foto de 2008.

2. Leia agora um trecho do editorial do jornal O Globo.

Pesquisadores discutem características e impasses da mobilidade social no Brasil hoje

Nos últimos anos, a expressão “nova classe média” se tornou mote para discursos muitas vezes conflitantes sobre a realidade nacional. Retratado ora como reserva de consumidores responsável pela dinamização de um mercado interno em expansão, ora como “capital político” decisivo disputado por todos os partidos, o enorme contingente de brasileiros que ascendeu economicamente desde a década passada está no centro dos debates sobre os rumos do país, mas continua a ser, para muitos, um fenômeno incompreendido.

Procurando dar conta das transformações provocadas pela mobilidade social no Brasil, livros e estudos publicados recentemente colocam em questão o próprio conceito comumente usado para defini-la. Em Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira (Editora Boitempo), o presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Marcio Pochmann, analisa os tipos de ocupação responsáveis pela dinamização da economia e propõe que o aumento de renda e poder de compra de uma parcela significativa da população ainda precisa ser acompanhado de reformas nas políticas públicas para educação e emprego.

Em Nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide (Editora Saraiva), o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), defende o uso do termo como “um espelho” para uma sociedade em transição e apresenta estudos que projetam mais crescimento da chamada “classe C” nos próximos anos.

Autor de Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? e A ralé brasileira: quem é e como vive (ambos publicados pela Editora UFMG), o sociólogo Jessé Souza critica o viés “economicista” das interpretações da realidade nacional, que restringe o conceito de classe ao valor da renda e acentua o que ele chama de “invisibilidade da desigualdade” brasileira. [...]

Fonte: O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/05/12/abc-das-classes-444627.asp>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

O texto do jornal *Folha de S.Paulo* da questão anterior e o editorial do jornal *O Globo* tratam das questões abordadas no capítulo 8. Depois de ler os dois artigos, responda:

- A partir da leitura do artigo da *Folha de S.Paulo*, reflita sobre a relação entre a estratificação social (considerando apenas aspectos econômicos da população) e a produção e o consumo capitalista.
- Recorra aos seus conhecimentos de História para pensar sobre as razões de grande parte da população ter estado tanto tempo longe do mercado de consumo (apenas nos últimos anos uma parte considerável da população teve acesso a bens de consumo).
- Com base na leitura dos dois artigos, aponte as principais críticas que autores contemporâneos fazem sobre a chamada “nova classe média brasileira” e tente analisá-las comparando-as com a definição de classe aprovada pelo governo.
- Analisando a charge abaixo, publicada pelo cartunista Alpino em 2012, responda: com quais perspectivas tratadas acima a imagem parece lidar?



Alpino/Acervo do artista, 2012.

LÉXICO

cotistas: neste contexto, beneficiários do sistema de cotas raciais em universidades brasileiras, sancionado em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo das cotas é corrigir injustiças históricas presentes na sociedade brasileira. O sistema de cotas raciais não beneficia apenas negros, mas também pardos e indígenas. Foram instituídas ainda as cotas sociais, destinadas a alunos vindos de escolas públicas e deficientes físicos, e as cotas mistas, para estudantes negros que estudaram na rede pública de ensino, por exemplo.

Capítulo 9

- Leia o texto a seguir, publicado pela *Agência Câmara de Notícias* em 20 de novembro de 2010, e responda às questões:

Cotistas têm desempenho similar à média geral

Adotadas pela primeira vez na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), em 2003, as ações afirmativas já foram avaliadas em algumas instituições. Os resultados conhecidos até agora mostram que praticamente não há distinção entre o rendimento escolar dos estudantes cotistas e dos não cotistas. Em algumas avaliações, os beneficiados pelas políticas de inclusão apresentam resultados levemente positivos em relação aos demais.

Na própria Uerj, até 2007, os egressos da rede pública apresentaram rendimento médio de 6,56 e os negros, de 6,41. Entre os demais estudantes a média foi de 6,37. Outro levantamento divulgado este ano também mostrou que a aprovação dos beneficiários das ações afirmativas foi de 83,15%, contra 81,2% dos demais alunos da instituição.

Na Universidade de Brasília (UnB), 92,9% dos cotistas foram aprovados desde 2004, quando a política de cotas raciais foi instituída. O índice para os demais universitários foi de 88,9%. A nota média dos cotistas foi de 3,79, contra 3,57 dos demais - na UnB a nota é de 0 a 5.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) a história se repete. Na primeira, cotistas tiveram melhor rendimento em 11 dos 16 cursos da instituição e, na Unicamp, em 31 dos 55 cursos.

Segundo o coordenador executivo da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp, Renato Hyuda de Luna Pedrosa, “candidatos da rede pública, de baixa renda e com menor patrimônio educacional na família tiveram desempenho melhor”. A análise também mostra que nenhum estudante beneficiado pelo bônus desistiu do curso ou foi reprovado.

Conflitos raciais

Outro argumento frequente entre os contrários às políticas de ações afirmativas é o possível aumento dos conflitos raciais. Pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Uerj, no entanto, conclui que, nesses sete anos, os programas criados “não produziram nenhuma tendência de exacerbação do conflito racial ou mesmo de racialização do espaço universitário”.

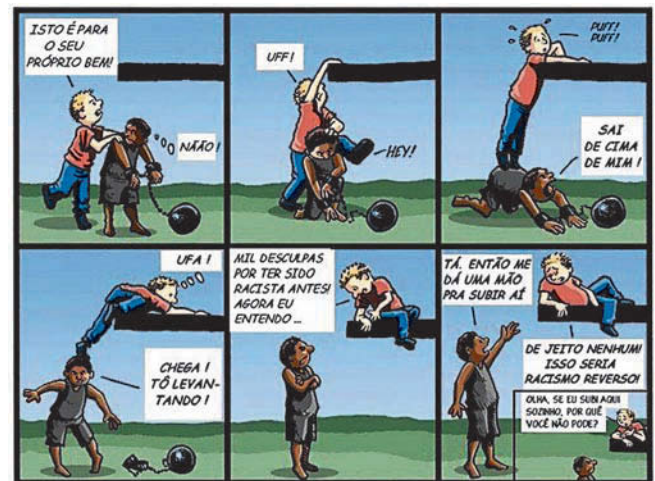
O diretor executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), Frei David Raimundo Santos, chega à mesma constatação. “Nas universidades que adotaram políticas de inclusão para negros, nada mudou na relação de tensão ou racialização”, afirma.

De acordo com ele, observa-se justamente o contrário. “A integração do Brasil foi ampliada depois da adoção das cotas”, diz.

Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/150797-COTISTAS-TEM-DESEMPENHO-SIMILAR-A-MEDIA-GERAL.html>. Acesso em: 28 fev. 2012.

- Indique os argumentos daqueles que se posicionam contra o sistema de cotas raciais.
- Na sua opinião, as cotas raciais são importantes para corrigir as desigualdades históricas do Brasil? Tente relacionar o texto com o que foi discutido no capítulo.
- A imagem ao lado assume um ponto de vista favorável ou desfavorável às cotas? Como o autor elabora uma reflexão sobre a desigualdade?

Uma história concisa das relações branco-negro nas américas



Fonte: A CONCISE HISTORY OF BLACK-WHITE RELATIONS IN THE U.S.A., disponível em centenas de sites. Tradução: Ralf R., 2009

© Barry Deutsch/Acerto do artista

Quadrinhos de Barry Deutsch, de 2008.

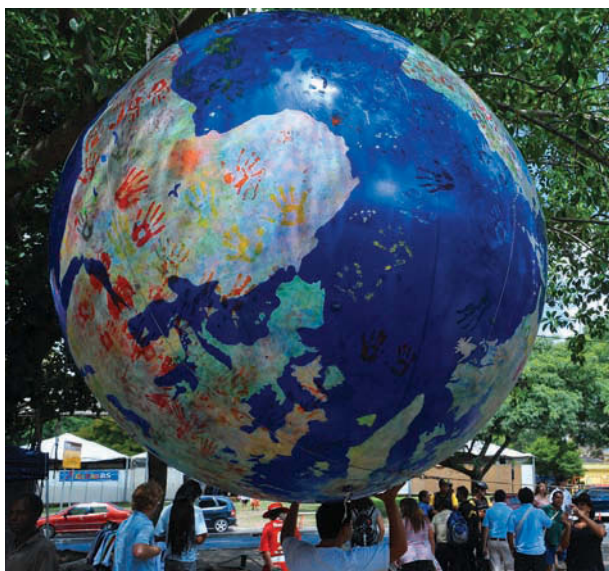
Capítulo 10

- Considere a notícia abaixo, publicada no *Jornal do Brasil* em 28 de janeiro de 2012 por Paula Laboissière.

Cerca de 1,5 mil pessoas participaram hoje (28) de uma assembleia que reuniu mais de 100 movimentos sociais participantes do Fórum Social Temático (FST) 2012. Em carta, os ativistas citaram a construção de uma agenda e de ações comuns contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e todo tipo de discriminação e exploração.

A coordenadora dos movimentos sociais, Rosane Bertotti, explicou que o documento lista elementos em comum em meio à diversidade registrada na assembleia. Entre os destaques, temas como a democratização da comunicação, a violência contra as mulheres, o desenvolvimento sustentável e solidário, a reforma agrária, a agricultura familiar, o trabalho decente, a luta pela educação e pela saúde.

“Rejeitamos toda e qualquer forma de exploração e discriminação, seja ela no mundo do trabalho, sexista ou racial. Rejeitamos também toda forma de criminalização dos movimentos sociais e a forma como o capitalismo se reinventa



Participantes do Fórum Social Temático de 2012 seguram balão representativo do globo terrestre.

na proposta de uma economia verde, achando que apenas pintar de verde um espaço vai mudar a realidade. Entendemos que, para mudar a realidade, não é só pintar de verde, é garantir direitos, liberdade de organização, democracia, proteção social”, disse.

Para o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, o FST constituiu um espaço importante para reunir ativistas de várias partes do mundo que, em 2011, deram lições de cidadania e consciência na luta pelo acesso à educação e pelo direito a uma educação de qualidade.

“O FST funciona como uma orquestra que consegue juntar diferentes opiniões de inúmeros países numa perspectiva de superar as desigualdades sociais e os desequilíbrios que hoje a gente enfrenta no mundo”, ressaltou. Entre as reivindicações do movimento estudantil brasileiro estão a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, a vinculação de, pelo menos, 50% da arrecadação com a exploração do pré-sal para investimentos em educação e a valorização do professor.

o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Quintino Severo, avaliou que os debates do FST ficaram dentro do esperado. “Nós, do movimento sindical, viemos para o fórum para fazer o debate junto com as outras mobilizações dos movimentos sociais, para potencializar a nossa intervenção, as nossas propostas durante a realização da Rio+20.”

A ideia, segundo ele, é fazer com que a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) não seja apenas um espaço de debate para ambientalistas, mas que inclua nas discussões fórmulas para melhorar as condições de trabalho no mundo. “Não basta apenas produzir de forma sustentável, é preciso desconcentrar renda, respeito aos direitos dos trabalhadores, aos direitos sociais e, acima de tudo, ao cidadão.”

Já o presidente da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Edson França, disse que a expectativa do movimento negro em relação ao FST foi superada, já que foi possível elaborar um documento com as reivindicações de todos os movimentos sociais.

“A questão racial aparece na carta porque o racismo é uma dimensão importante da opressão. Os movimentos sociais, a cada tempo que vai se passando, por meio do diálogo, vêm tomando entendimento e se sensibilizando a respeito disso”, explicou.

Fonte: LABOISSIÈRE, Paula. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <www.jb.com.br/pais/noticias/2012/01/28/movimentos-sociais-fazem-balanco-do-fst-e-preparam-mobilizacoes-para-rio20/>. Acesso em: 11 mar. 2013.

- Com base na notícia, discuta a relação entre política e movimentos sociais. Qual a importância dos movimentos sociais nas sociedades contemporâneas?

2. Leia a seguir uma reportagem do *Diário do Nordeste*.

Fortaleza foi a cidade brasileira que apresentou maior crescimento de pessoas morando sozinhas. Em dez anos, o número de residências com apenas um morador passou de 35 465 para 73 165, o que representa crescimento de 106,3%. Em seguida está Brasília (90,6%), Salvador (85,0%), Goiânia (84,5%) e Recife (73,5%). Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como base o Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Seja por opção ou por necessidade, o fato é que o número de pessoas que optam por ter o seu espaço só cresce. É o caso do jornalista Diassis Camurça, 25 anos, que desde os 20 anos mora sozinho. A decisão foi tomada para faci-

litar a sua vida. Como seus pais moram em Maracanaú, se tornava muito cansativo vir para a faculdade em Fortaleza. Depois que surgiu um estágio, a situação se tornou ainda mais complicada. Foi quando veio a decisão de morar sozinho. No início, conta que o desafio foi grande, teve de se adaptar à “solidão”. Passado esse período, ele confessa que não quer saber de outra coisa que não seja ter o seu espaço e privacidade. A principal vantagem que aponta de morar sozinho é a liberdade que conquistou. Não ter que dar satisfações de nada a ninguém, poder levar pessoas para casa e até fazer festinhas. A liberdade, contudo, veio acompanhada de uma série de responsabilidades. Os afazeres domésticos lhe tomam parte do dia, mas ainda assim garante que vale a pena. “Essa independência gera uma responsabilidade fundamental, que faz com que a gente acabe crescendo”. O sociólogo Rosendo Amorim explica que essa mudança de comportamento, das pessoas encararem com menos preconceito a questão de morar sozinhas, tem a ver com uma característica que começa na modernidade, com a valorização do indivíduo e do individualismo. Um fator que contribui para que as pessoas optem por esse estilo de vida é a melhoria da situação financeira da população. Mesmo porque, o maior dilema que encontram é o custo de vida, considerado alto. Existe, ainda, uma série de outros problemas. No supermercado, por exemplo, tem de se ter muito cuidado, pois comida demais pode levar ao desperdício. Os restaurantes, geralmente, só vendem pratos para duas pessoas. O que salva são os self-services.

Tendência

Ainda assim, o sociólogo afirma que a tendência é de que o número de pessoas morando sozinhas aumente. Amorim acrescenta que a possibilidade de ser feliz sozinho vem da pós-modernidade, onde as pessoas se tornam menos massificadas.

Fonte: *Diário do Nordeste*. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/MATERIA.ASP?CODIGO=1194594>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

PESSOAS QUE MORAM SOZINHAS					
	Fortaleza	Brasília	Salvador	Goiânia	Recife
2000	35 465	51 432	70 041	31 936	34 412
2010	73 165	98 047	129 598	58 938	59 705
Crescimento	106,3%	90,6%	85,0%	84,5%	73,5%

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados indicados na reportagem.

- Considerando a discussão realizada neste capítulo, em que medida o texto se utiliza das noções de modernidade e pós-modernidade para analisar o crescimento do percentual de indivíduos que moram sozinhos?
- Monte um gráfico com os dados disponíveis em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados_preliminares/Tabela19.zip> sobre todas as regiões brasileiras. Descubra onde mais se vive sozinho entre as capitais escolhidas, tendo como base a média nacional de 12,2% de domicílios com apenas 1 morador. (Lembre-se de que é preciso descobrir a porcentagem de residências com apenas um habitante em relação ao número total de residências do município.) Elabore uma reflexão sobre essas diferenças regionais.



Em foto de dezembro de 2007, trabalhador palestino passa junto de um muro grafitado pelo artista britânico Banksy em Belém, na Cisjordânia.



UNIDADE 3

PODER E CIDADANIA

A política é a arte de determinar como vamos viver juntos, conciliar nossos interesses e estabelecer regras de convivência. Poucas atividades humanas lidam com questões tão essenciais, tão dramáticas, que produzem tantas consequências. Um governo ditatorial, por exemplo, pode tirar mais vidas que a pior das epidemias. Já um bom programa de saúde pública, implementado por um governo preocupado com os princípios básicos de cidadania e bem-estar social, pode garantir qualidade de vida a muitos cidadãos.

É através da política que se decide quais serão os seus direitos, o quanto de liberdade você terá, e quais serão suas chances de ter acesso aos bens e oportunidades que possibilitam maiores escolhas na vida de cada um. Em um jogo em que as apostas são tão altas, é natural que participem muitos aventureiros e desonestos em busca de vantagens e poder; a única alternativa ao governo dos aventureiros e desonestos é que você, o cidadão, aprenda como o jogo da política é jogado, e, junto com seus concidadãos, faça com que ele funcione a favor de todos.

POLÍTICA, PODER E ESTADO

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 Política e poder
- 2 O Estado
- 3 Os contratualistas: o que o Estado pode fazer?
- 4 Regimes políticos: a democracia
- 5 Partidos políticos



Grafite de Banksy em frente à sede do Parlamento, em Londres, Inglaterra, em foto de 2006. Esse grafite faz parte da campanha do cidadão inglês Brian Haw (1949-2011), que viveu durante quase dez anos, desde 2001, acampado na praça em frente à sede do Parlamento britânico. Protestando contra a política externa do Reino Unido e dos Estados Unidos, Brian Haw tornou-se um símbolo do movimento contra a invasão do Afeganistão e do Iraque.

Quando você pensa em política, o que vem à sua cabeça? Provavelmente algo relacionado ao governo, às pessoas que administram a cidade, o estado ou o país. Você talvez pense nas eleições, em candidatos, no voto. E talvez tenha uma opinião desfavorável sobre a política: muita gente, quando ouve falar em política, logo pensa em corrupção.

Mas você já pensou em quantas coisas boas na sua vida foram conseguidas por lutas políticas? Por exemplo, hoje você pode postar na internet uma frase como “Odeio todos os políticos, o governo é corrupto”. No Brasil, há menos de trinta anos, quem criticasse o governo desse jeito poderia ser preso, torturado e até morto. Isso só deixou de ser assim graças a um movimento político forte que mudou a forma de o país ser governado. E quem achar que outros problemas graves do Brasil podem ser resolvidos sem política está seriamente iludido.

A Ciência Política ajuda a entender como funcionam o governo, as leis, os partidos, e tudo aquilo que influencia ou regulamenta a vida de cidadãos como você e seus colegas.

1. POLÍTICA E PODER

O conceito fundamental da Ciência Política é o conceito de *poder*. A definição do sociólogo alemão Max Weber (ver *Perfil* no capítulo 6) mostra que o centro da atividade política é a busca pelo poder. Segundo Weber, *a política é a luta por participar do poder ou influenciar sua repartição*, seja em um Estado, seja entre os grupos de pessoas dentro de um Estado, seja na relação entre Estados. Mas o que, afinal, é o poder? Você já deve ter alguma ideia do que significa poder. Tem poder quem manda, quem é capaz de impor sua vontade sobre a dos outros. Essa é a definição clássica de poder: a possibilidade de impor sua própria vontade, mesmo que contra a vontade dos outros.

Se um assaltante o ameaça com uma arma e lhe ordena que entregue a ele seu dinheiro, você provavelmente obedecerá, mesmo contra sua vontade. Quando isso acontece, ele está exercendo poder sobre você. Se a polícia interrompe o assalto e ordena ao ladrão que se renda, ele provavelmente vai obedecer, mesmo não tendo nenhuma vontade de ir preso. Quando isso acontece, os policiais exercem poder sobre o ladrão. Essas são formas de poder razoavelmente simples: alguém obriga outro alguém a fazer alguma coisa por meio de ameaça de violência física.

Mas o poder com base apenas na ameaça de violência é frágil. O ladrão só consegue mandar no pequeno número de pessoas que mantém sob a mira de sua arma. Para o poder se estabelecer sobre um grande número de pessoas por um tempo razoável, é preciso que essas pessoas obedeam mesmo quando não se veem explicitamente ameaçadas de violência. Imagine, por exemplo, se o governo precisasse manter um policial armado acompanhando cada um de nós, o tempo todo, para que cumpríssemos a lei. Dificilmente um governo como esse conseguiria se manter por muito tempo.

Weber chamou a probabilidade de encontrar obediência em um grupo de pessoas de **dominação**. A dominação, para durar, precisa ser *legítima*: isto é, precisa, de alguma forma, convencer as pessoas de que é certo obedecer. Elas podem se convencer por motivos diferentes. Weber identificou três principais tipos de dominação legítima. Eles não são os únicos possíveis e, na prática, quase sempre se misturam em um processo de dominação. Os três tipos de dominação legítima, segundo Weber, são os seguintes:

- **Dominação tradicional:** é a dominação que se baseia no costume — quando se obedece porque “sempre foi assim” — ou em um hábito tão forte que nos pareceria estranho nos desviarmos dele. Muitas monarquias, por exemplo, foram e são legitimadas pela tradição: obedecer ao rei e à sua família já se tornou parte da maneira de viver de determinada sociedade, e os súditos achariam estranho viver de outro jeito. Em algumas religiões, é comum que os fiéis obedeam ao líder espiritual porque esse comportamento já se tornou parte importante das crenças daquela religião.



Lechislav Bielik/Arquivo da editora

Na foto acima, de 1968, um cidadão da antiga Tchecoslováquia (país que se dividiu nas atuais República Tcheca e Eslováquia) tenta impedir o avanço de um tanque do exército soviético. Entre 1945 e 1989, a União Soviética impôs pela força governos comunistas em vários países da Europa. O cidadão da foto não conseguiu impedir a invasão.



Susan Baaghi/Reuters/Lathrop

Rei Abdullah, da Arábia Saudita, um exemplo de líder que tenta se legitimar como representante das tradições do país (no caso, as tradições religiosas). Na Arábia Saudita, o rei é chamado de “Guardião das Duas Mesquitas Sagradas” (Meca e Medina, locais sagrados para a religião islâmica). O próprio nome do país deriva do nome de sua família, Saud. Foto de 2012.

LÉXICO

funcionário público:

funcionário do Estado. Os funcionários públicos não podem ser indicados por alguém para os cargos que ocupam (exceto nos chamados cargos de confiança). Eles são aceitos no cargo após aprovação em um concurso público, no qual os candidatos são avaliados anonimamente. O objetivo disso é garantir que a seleção considere a competência do candidato para a função, e não suas relações pessoais. São funcionários públicos, por exemplo, os juízes e os médicos dos hospitais públicos.

- **Dominação racional-legal:** é a dominação que se baseia na crença de que é correto obedecer à lei. Não porque a lei seja inspirada por ordem ou crença divina, ou porque se concorde com todos os detalhes de todas as leis, ou porque obedecer seja sempre do seu interesse, mas porque a lei deve ser cumprida. Para entender o que é a crença na lei, basta pensar no que consideramos, na sociedade moderna, um bom **funcionário público**. Um bom funcionário público deve ter conseguido seu emprego por competência técnica (demonstrada em concurso público); deve sempre seguir o que diz a lei; e deve aplicá-la igualmente a todos os cidadãos, sejam eles brancos, sejam negros, ricos ou pobres, da mesma igreja do funcionário ou não, do mesmo partido político do funcionário ou não. Esse funcionário público corresponde ao ideal da dominação racional-legal.
- **Dominação carismática:** é a dominação que se baseia na crença de que o líder político possui qualidades excepcionais, dons extraordinários. Os liderados podem acreditar que o líder é inspirado por Deus, ou que é excepcionalmente capaz de compreender o verdadeiro destino da nação. É possível, a propósito, que os liderados estejam enganados — ou seja, que o líder não tenha nenhuma dessas qualidades. Mas, enquanto o líder convencer de que as tem, ele exerce poder sobre os liderados, muitas vezes inspirando-os a fazer coisas que normalmente não fariam.

Library of Congress/
Everett Collection/Latinstock



Everett Collection/Latinstock



O carisma pode influenciar multidões em favor das mais diversas causas. Na foto acima, de 1939, o ditador Adolf Hitler, que governou a Alemanha entre 1933 e 1945. Hitler incitou o ódio contra minorias, e seu governo causou a morte de milhões de pessoas. Na época, na Alemanha, a vontade do Führer [‘líder’, em alemão] valia muito mais do que a lei. Na foto ao lado, o pastor batista norte-americano Martin Luther King, em foto de 1965. King inspirou milhões de negros nos Estados Unidos a combater as leis racistas do sul do país e buscar a igualdade.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A quem você obedece? A seus pais, aos professores, a um líder religioso, ao prefeito? Pense nos motivos que o fazem obedecer a cada uma dessas pessoas. A quais delas você obedece por motivos afetivos, a quais porque “é assim que as coisas são”, a quais por reconhecer que são competentes em determinada área? Você consideraria que há abuso de poder em algum desses casos? Em caso afirmativo, você deixaria de obedecer?

Veja como as coisas são mais complexas do que aparentam. Começamos este capítulo vendo que o poder é a possibilidade de impor a vontade. Quando concluímos que o poder que é só imposto não consegue se estabelecer por muito tempo, descobrimos que aqueles que obedecem precisam de motivos para obedecer. Esses motivos são muito mais complexos do que o medo da violência: a dominação, para ser bem-sucedida, precisa respeitar as tradições dos dominados, ou precisa oferecer-lhes a inspiração e o entusiasmo que uma grande liderança é capaz de produzir, ou precisa garantir a ordem segundo os princípios da lei. Ou talvez precise oferecer as três coisas, ou ainda outras que Weber não listou.

No final da história, os dominados não se limitam a obedecer; eles têm valores, expectativas e exigências que impõem limites a quem exerce o poder. O político que resolver ignorar completamente a questão “Afinal, por que essas pessoas me obedecem?”, corre o risco de descobrir que, com o tempo, elas podem parar de obedecer.

2. O ESTADO

Boa parte dos trabalhos de Ciência Política estuda o **Estado**. A definição de Estado mais utilizada pelos especialistas também foi formulada por Max Weber, e diz o seguinte: *o Estado é o monopólio da violência legítima em um determinado território*. Em outras palavras: o Estado tenta ser a única instituição à qual a população reconhece, em determinadas ocasiões, o direito de praticar a violência. A população aceita essa situação por diferentes motivos, que variam de sociedade para sociedade. Vamos discutir em separado cada parte da definição de Estado.

Monopólio é uma palavra emprestada da economia e descreve uma empresa que é a única vendedora de certo produto. Quando afirma que o Estado tenta ser um monopólio da violência legítima em determinado território, Weber está dizendo que o Estado tenta se tornar a única instituição capaz de praticar a violência legítima naquele território.

Mas o que é a violência “legítima”? Para compreender o que é a violência legítima, pense na seguinte situação: você está vendo, na TV, imagens de um conflito entre polícia e criminosos. Os dois lados estão praticando violência, um está atirando no outro. Mas, para você, o que cada um está fazendo não é a mesma coisa. Você provavelmente acha que a polícia tem mais direito de atirar nos criminosos do que os criminosos têm de atirar na polícia. Você acha que, em circunstâncias como aquela, a polícia tem o direito de praticar a violência; os criminosos, não. Em outras palavras, você considera que a violência praticada pela polícia no cumprimento da lei é legítima.



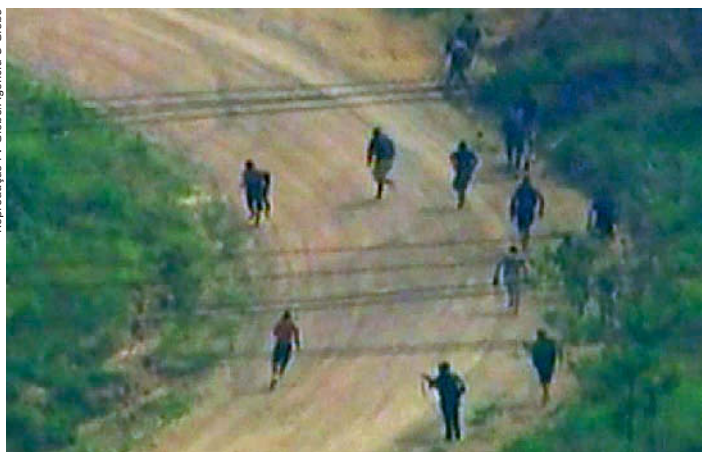
ASSIM FALOU... WEBER

A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumento específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a

como instrumento normal de poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física.¹

¹ WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011. p. 56.

Reprodução TV Globo/Agência O Globo



Traficantes fogem da polícia durante operação em comunidade na Zona Norte do Rio de Janeiro, em 2010. A invasão foi parte do esforço do governo para tirar comunidades carentes cariocas do controle de grupos criminosos armados. Essas quadrilhas desafiavam o monopólio da violência pelo Estado e só prosperaram porque o Estado fracassou em oferecer aos moradores dessas comunidades um mínimo de segurança e bem-estar social — ou seja, falhou em legitimar-se.

(brasileiro, norte-americano, francês, etc.) não se formaram porque seus fundadores desejavam proporcionar bem-estar à população, respeitar a tradição, garantir o respeito à lei, ou porque desejassem ser “modernos”. Vamos mostrar aqui como esse processo está relacionado com nossa discussão sobre o monopólio da violência e sobre como os que dominam também dependem dos dominados.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Imagine que um país estrangeiro com um exército poderoso invadissem o Brasil e destruísse completamente as Forças Armadas brasileiras. Imagine que o presidente desse país dissesse que, daquele momento em diante, mandaria no Brasil e só ele poderia decidir o que é certo ou errado. Mesmo se o governo invasor tivesse o monopólio da violência, você o reconheceria como legítimo? Você acha que o governo invasor poderia sobreviver por muito tempo com base apenas na força?

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Charles Tilly (1929-2008)**.

Começamos este capítulo com o exemplo do poder que o assaltante armado exerce sobre sua vítima. Em seus estudos sobre a formação dos Estados modernos, o cientista político e historiador norte-americano **Charles Tilly (1929-2008)** destaca que, quando surgiram, os Estados modernos não eram muito diferentes de quadrilhas criminosas que, para não agredir o povo, cobravam dele.

Os Estados modernos começaram a se formar no final da Idade Média, na Europa, sob a liderança de governantes (em geral, reis) que cobravam impostos do povo pela força, controlavam exércitos e conseguiam conquistar territórios por meio da guerra — como, aliás, acontece até hoje.

Na gravura ao lado, a rainha da Inglaterra, Elizabeth I, concede título de nobreza a Francis Drake, em 1581. Além de explorador e defensor da Inglaterra nas guerras contra a Espanha, Drake foi um corsário, ou seja, um pirata que contava com proteção oficial de um governante.

F. Franke/Sir John Gilbert/Corbis/Latinstock



LÉXICO

autônomo: que se governa por conta própria. Uma cidade autônoma, portanto, não é comandada por outra cidade ou país. Ao mesmo tempo, no caso de Florença, ela apenas governa a si mesma.

mercenário: soldado que serve a quem o pagar, não importando a nacionalidade ou causa.

O interesse básico desses governantes era explorar os povos conquistados (além, é claro, do povo que já exploravam antes). Para isso, era necessário destruir os governantes adversários. Quando conquistavam novos territórios, podiam explorar mais gente e financiar mais guerras. Na origem do Estado está a *guerra*, e nem sempre era clara a diferença entre guerra e crime: muitos Estados financiaram piratas, por exemplo, que passavam a ser denominados *corsários* quando contavam com a proteção de governantes.

Para conseguir recursos a fim de financiar seus exércitos, os fundadores dos novos Estados europeus perceberam que valia a pena se aliar a certos setores da sociedade. Exércitos poderosos custam caro. Os Estados europeus logo descobriram a vantagem de tomar dinheiro emprestado para financiar suas guerras. Quem emprestava esse dinheiro eram os banqueiros e comerciantes, que integravam uma camada social em ascensão: a burguesia.

Os reis que conseguiram acumular riqueza e formar exércitos poderosos conseguiram também enfrentar os nobres, que tinham seus próprios exércitos. Segundo Charles Tilly, o desarmamento da nobreza europeia foi um longo processo, que levou à eliminação dos exércitos particulares dos nobres e, muitas vezes, à destruição de suas fortalezas e seus castelos. Quando conseguiram desarmar os nobres, os reis passaram a ter o monopólio da violência em seus territórios, em um processo de *concentração de poder*. Mas o que tiveram de fazer para que essa violência fosse considerada legítima?

Enquanto iam ficando mais fortes e derrotando os nobres, os reis aos poucos foram forçados a fazer concessões aos burgueses, que lhes emprestavam dinheiro, e ao povo, que lutava em seus exércitos. Para satisfazer a burguesia, tiveram que fazer leis que incentivavam o comércio e a indústria, e deixar de interferir na atividade econômica. Para evitar que o povo se rebelasse, tiveram de ceder cada vez mais direitos à população — por exemplo, ajudando no sustento das viúvas



Pintura de Santi di Tito
(1536-1606)

PERFIL

NICOLAU MAQUIAVEL

Não é possível falar da política moderna sem falar de Nicolau Maquiavel (1469-1527). Pode-se dizer que Maquiavel foi o fundador da Ciência Política e um dos principais teóricos do

Estado moderno. Como diplomata, representou sua cidade natal, Florença, em reinos importantes da Europa. Como Maquiavel via sua cidade de fora, percebeu que ela estava em uma situação muito difícil.

Naquela época, Estados modernos já haviam se formado em lugares como França e Espanha, mas não no que hoje corresponde à Itália. Cidades como Florença eram **autônomas** — a unificação da Itália só viria a acontecer no século XIX. Diante dos poderosos exércitos espanhóis e franceses, essas cidades pareciam frágeis, o que se provou na derrubada do governo de Florença após um conflito com a Espanha. O novo governo prendeu, torturou e exilou Maquiavel. No exílio, ele escreveu *O príncipe*, sua obra mais famosa.

O príncipe se propunha a orientar o líder que aceitasse a tarefa de unificar a Itália. Ele deveria, por exemplo, ter seu próprio exército, em vez de confiar em **mercenários**, que sempre fogem depois de receber seu pagamento. Ele deveria, também, se informar sobre os costumes dos povos que habitam os territórios conquistados (a Itália até hoje é marcada por grande diversidade cultural entre suas regiões). O príncipe precisaria tomar todo cuidado com os nobres e poderosos que pudessem vir a se tornar seus rivais. E não deveria vacilar quando fosse necessário cometer violências e crueldades contra seus inimigos.

Esses e outros conselhos se baseavam em exemplos históricos cuidadosamente analisados. A ênfase em falar da política como ela é e não apenas como ela deveria ser é o que faz de Maquiavel o fundador da Ciência Política. Hoje não aceitaríamos muitas das orientações que Maquiavel deu em *O príncipe*, como sua defesa do uso da crueldade em várias situações, mas mesmo delas podemos aprender algo: o caráter violento da formação dos Estados nacionais modernos.

de soldados que morriam nas guerras. Também tiveram de aceitar limites sobre seu poder: o Estado foi “domesticado” por meio de leis e da criação de parlamentos, além de ser enfrentado com a ameaça de revolução quando não era capaz de se adaptar aos novos tempos.

Para entender melhor esse jogo de confrontos e negociações, uma boa dica é ler seu livro de História pensando nos problemas que discutimos aqui. As revoluções, por exemplo, podem ser vistas como grandes esforços para obrigar o Estado a satisfazer as exigências de legitimidade dos cidadãos. No próximo item, vamos analisar um aspecto importante da história destas lutas: a história das ideias sobre o Estado.

3. OS CONTRATUALISTAS: O QUE O ESTADO PODE FAZER?

A origem do Estado, como vimos, está na guerra e na conquista. Maquiavel foi o grande pensador da fundação dos Estados. Mas o Estado é uma forma de dominação, e, como vimos, a dominação precisa ser legítima, precisa convencer quem obedece de que, de alguma forma, é certo obedecer. Por isso, quando o Estado moderno foi formado, vários pensadores tentaram resolver o seguinte problema: quando o Estado é legítimo?

Durante esses debates, muitos de nossos conceitos sobre liberdade, igualdade e democracia foram formados. Vamos explorar agora três autores fundamentais para que, na nossa cultura, aceitássemos a existência do Estado e formássemos nossas opiniões sobre o que ele pode fazer. Até hoje, boa parte das ideias políticas tem origem nos livros desses pensadores, conhecidos como *contratualistas*, pois viam o Estado como resultado de um *contrato* entre os cidadãos que concordavam em obedecer a uma estrutura de poder com regras próprias.

Isto é, embora o Estado tenha se formado por meio da conquista e da guerra, os contratualistas se perguntavam o seguinte: *se todos nos reuníssemos e fundássemos um Estado por nossa própria vontade, como ele seria?* Esse Estado seria, sem dúvida, legítimo, pois seria a expressão da vontade livre dos que obedecem.

Contratualistas como os ingleses **Thomas Hobbes (1588-1679)** e **John Locke (1632-1704)** e o franco-suíço **Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)** propõem a seguinte pergunta: como seria a vida sem o Estado? Essa fase em que o Estado não existia foi chamada de *estado de natureza*. Como seria o estado de natureza? E por que as pessoas que viviam no estado de natureza decidiriam criar o Estado?

Para Thomas Hobbes, a vida no estado de natureza seria violenta, pobre e curta. Se você vivesse no estado de natureza, segundo Hobbes, teria medo de ser atacado pelas outras pessoas. Afinal, se duas delas se juntassem para matá-lo e roubar tudo o que você possuía, o que poderia ser feito? A melhor coisa a fazer seria se armar para se defender. Assim, todos estariam em uma *guerra de todos contra todos*. Em uma situação como essa, você não teria interesse em trabalhar muito, porque a qualquer momento alguém poderia roubar os frutos de seu trabalho. Sem poder trabalhar muito para se alimentar, e sempre preocupado em fazer guerra contra as outras pessoas, não é provável que você conseguisse sobreviver por muito tempo.

Folha de rosto (página que abre um livro) da primeira edição de *Leviatã*, de 1651, principal obra de Thomas Hobbes. Note que a armadura do gigante (que representa o Estado) é formada por uma multidão de pequenas pessoas que abdicaram de sua liberdade em troca da proteção pelo gigante que construíram.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Thomas Hobbes (1588-1679)**, **John Locke (1632-1704)** e **Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)**.

Reprodução/Biblioteca Britânica, Londres, Inglaterra.



Nessa situação, diz Hobbes, o *medo* levaria as pessoas a fundar o Estado. Nesse momento, elas abririam mão de sua liberdade e concordariam em obedecer ao Estado. Em contrapartida, o Estado deveria garantir a paz e a lei, para que as pessoas, sem medo de serem atacadas a qualquer momento, pudessem trabalhar e prosperar. Hobbes viveu durante uma sangrenta guerra civil na Inglaterra, seu país natal. Por esse motivo sua maior preocupação com relação ao Estado era a de que ele garantisse a paz.

John Locke, por sua vez, acreditava que a vida no estado de natureza seria bem melhor do que Hobbes pensava. Para Locke, as pessoas no estado de natureza seriam livres e já teriam direito à propriedade do que produzissem. Para entender por que esse direito seria reconhecido, vamos supor um exemplo: quando você cuida de uma plantação, seu trabalho fica misturado à terra. Como é impossível separar seu trabalho da terra (sem destruir a plantação), aquela plantação é sua — no contexto do estado de natureza, que fique claro. Mas, se o estado de natureza não é tão abominável como Hobbes imaginava, por que as pessoas fundariam o Estado?

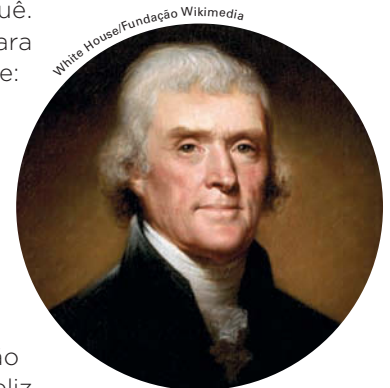
Bem, porque muitas vezes surgiriam conflitos sobre quem teria direito a quê. E ninguém é bom juiz de si mesmo. Dessa forma, é preciso fundar o Estado para que ele seja o juiz nesses casos. E aqui está a diferença entre Hobbes e Locke: *o Estado, para Locke, não poderia julgar do jeito que quisesse*. Quando as pessoas fundaram o Estado, elas já tinham direito à liberdade e à propriedade. Por isso, só seriam obrigadas a obedecer ao Estado se ele protegesse os direitos à liberdade e à propriedade que elas já possuíam no estado de natureza. Assim, se o Estado ameaçasse sua liberdade ou sua propriedade, você teria o direito de se rebelar contra ele. Locke viveu na época da Revolução Gloriosa inglesa: como resultado dessa revolução, o rei foi obrigado a aceitar leis que limitavam seu poder e garantiam direitos aos seus súditos.

Para Rousseau, o estado de natureza era ainda melhor do que na concepção de Locke. Se você vivesse no estado de natureza de Rousseau, seria livre e feliz com o pouco que possuísse. Entretanto, o convívio levaria você a se importar cada vez mais com a opinião alheia e a tentar ser melhor que seus semelhantes. Aos poucos, deixaríamos de ser iguais, e o golpe final contra a igualdade viria com a invenção da propriedade. Após a invenção da propriedade, seria necessário criar o Estado e as leis para protegê-la.

Mas a perda da liberdade natural do homem podia ao menos ser compensada pela conquista da liberdade do *cidadão*. Para Rousseau, a única maneira de preservar a liberdade após o surgimento do Estado seria se todos aceitassem entregar seus direitos uns aos outros (e não ao governante, como na concepção de Hobbes). Ao fazer isso, o indivíduo não teria interesse em exigir demais das outras pessoas, porque tudo o que exigisse poderia ser exigido dele também. Nesse contexto, seria preciso merecer sua liberdade, participando da vida política do país e, principalmente, da elaboração de suas leis. O Estado mereceria ser considerado legítimo quando suas leis fossem criadas pela *Vontade Geral, que é a vontade do conjunto dos cidadãos que visa ao bem comum*. Se pensarmos somente em nós mesmos ao escrever as leis, o Estado funcionará mal, e aos poucos acabaremos perdendo nossa liberdade.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Imagine que você tem um conflito com seu vizinho. Pode ser um conflito simples (ele ouve música alto demais) ou mais grave (ele desafia todo mundo a brigar). Como você resolve isso? Se não for possível resolver o problema conversando, você chamará a polícia (isto é, chamará o Estado para ser o juiz)? O que a polícia teria direito de fazer caso fosse chamada? Você acha que a polícia poderia agredir seu vizinho ou quebrar os móveis da casa dele? Que direitos você acha que seu vizinho tem que o Estado não pode desrespeitar?



White House/Fundação Wikimedia

Retrato de Thomas Jefferson (1743-1826), um dos principais líderes da independência e o terceiro presidente dos Estados Unidos. A Declaração de Independência e a Constituição norte-americanas tiveram grande influência das ideias do inglês John Locke, em especial no que diz respeito a seus conceitos de liberdade e propriedade.

As ideias de Hobbes, Locke e Rousseau ajudam a entender melhor o que explicamos sobre política e sobre o Estado. Hobbes formulou uma justificativa consistente para a existência do Estado, e suas ideias sempre voltam à tona quando a ordem pública está seriamente ameaçada (por exemplo, quando há uma guerra civil, ou um surto de violência). Locke foi o primeiro grande defensor moderno da liberdade e dos direitos do cidadão, tanto políticos quanto econômicos. E Rousseau discutiu com especial competência as questões da democracia e da igualdade.

4. REGIMES POLÍTICOS: A DEMOCRACIA

Na discussão sobre os contratualistas, vimos que há opiniões diferentes sobre como o Estado deve ser organizado, quais os direitos e deveres dos cidadãos e que valores os cidadãos devem ter para que a política funcione bem. Dependendo de sua posição diante dessas questões, podemos dizer que você defende certo tipo de *regime político*. Segundo o *Dicionário de política* organizado pelos italianos **Norberto Bobbio (1909-2004)**, **Nicola Matteucci (1926-2006)** e **Gianfranco Pasquino (1942-)**, um *regime político* é o conjunto de instituições, leis e valores que regulam a luta pelo poder em determinada sociedade.

Boa parte das diferenças entre os regimes políticos democráticos se explica pela maneira como, em cada país, se organizam *três poderes* fundamentais: o *Legislativo* (que tem o poder de escrever e votar as leis), o *Executivo* (que controla o poder para aplicar as leis com base na força — usando, por exemplo, a polícia) e o *Judiciário* (que garante que o Executivo aplique seu poder somente dentro do que diz a lei).

O regime político que mais nos interessa neste livro é a democracia, que é o adotado no Brasil. Dizemos que o regime político em um país é democrático quando ele tem três características principais, propostas pelos cientistas políticos **Mike Alvarez (1962-)**, **José Antonio Cheibub (1960-)**, **Fernando Limongi (1958-)** e **Adam Przeworski (1940-)**:

1. **O chefe de governo do Poder Executivo é eleito pelo voto.** Isso é verdade não só quando os eleitores votam diretamente para presidente da República (como no Brasil), mas também quando votam nos parlamentares que, por sua vez, elegem o primeiro-ministro (como na Inglaterra).
2. **Os membros do Poder Legislativo são eleitos pelo povo.** Os eleitores escolhem os deputados e senadores que vão elaborar as leis do país.
3. **Há mais de um partido.** Isto é, se só um partido puder disputar eleições, elas obviamente não são livres: se só há uma opção para escolher, não há escolha.

Esse último ponto é importante. Quando dizemos que numa democracia há eleições, estamos falando de eleições “limpas”, ou seja, que transcorram conforme as regras eleitorais. No Brasil do começo do século XX, por exemplo, havia eleições, mas o voto não era secreto. Portanto, os detentores do poder conseguiam obrigar os eleitores a votar em quem eles mandassem ou mesmo se vingar daqueles que tivessem votado em outro candidato. Ainda hoje, em vários países, há fraudes na contagem dos votos: o partido do governo sempre ganha, não importa quantos votos tenha tido. É claro que, nesses casos, não há democracia. Como bem disse o cientista político polonês Adam Przeworski, para existir democracia, é preciso que haja a possibilidade de o governo perder a eleição.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Norberto Bobbio (1909-2004)**, **Nicola Matteucci (1926-2006)**, **Gianfranco Pasquino (1942-)**, **Mike Alvarez (1962-)**, **José Antonio Cheibub (1960-)**, **Fernando Limongi (1958-)** e **Adam Przeworski (1940-)**.

Foto panorâmica de 1998 da praça dos Três Poderes, em Brasília, onde foram construídas as sedes dos órgãos máximos de cada poder. Em primeiro plano, da esquerda para a direita: Judiciário (Supremo Tribunal Federal, onde onze ministros julgam se a lei máxima — a Constituição — está sendo respeitada e cumprida), Legislativo (Congresso Nacional, onde se reúnem senadores e deputados) e Executivo (Palácio do Planalto, onde trabalha o presidente).

Delfim Martins/Pulsar Imagens

Mesmo em países democráticos, há diferenças importantes entre os regimes políticos. A principal diferença é entre regimes parlamentaristas e presidencialistas.

Nos *regimes parlamentaristas*, como o inglês e o alemão, os cidadãos votam nos deputados (o Poder Legislativo), que, por sua vez, elegem o chefe de governo do Poder Executivo (o primeiro-ministro). A maioria dos deputados pode, a qualquer momento, derrubar o governo, caso decida que ele não está desempenhando bem suas funções.

Nos *regimes presidencialistas*, como o brasileiro e o norte-americano, o Poder Legislativo também é eleito pelo povo. A diferença é que o chefe do Poder Executivo é escolhido pelo povo, e não pelos deputados. O Poder Legislativo não pode derrubar o presidente apenas por considerar que ele está fazendo um mau governo.



Arquivo Onasp/Agência Estado

Pichado nos muros da universidade Mackenzie, o emblema do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo paramilitar que agiu no período da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Foto de 1968. Havia eleições na época, mas só podiam participar delas duas agremiações políticas: a que reunia os partidários do governo e a que reunia os opositores que tinham permissão para atuar politicamente. Muitos outros partidos se mantiveram na ilegalidade e foram perseguidos pelo governo e por grupos como o CCC.

Andria/Alamy/Other Images



Ao lado, uma reunião dos deputados alemães no Parlamento, em 2008.



Scott Olson/Agência France Press

Em foto de 2013, Barack Obama, presidente dos Estados Unidos desde 2009.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Pense em alguém que tenha autoridade sobre você, que de alguma forma mande em você: seus pais, seu professor, seu líder religioso, etc. Você já deve ter percebido que essas pessoas não podem mandar você fazer qualquer coisa. Precisam seguir algumas regras que não criaram: os costumes da sociedade, a lei, as regras da escola, os princípios da religião, entre outras. Se eles pudessem sempre fazer as próprias regras, você acha que isso aumentaria ou diminuiria as chances de abusarem do poder? Como isso pode ser relacionado à divisão entre Poder Legislativo e Poder Executivo?

No Brasil, em 1993, houve um plebiscito para escolher nosso regime político. Os cidadãos foram às urnas para decidir se o regime político seria presidencialista ou parlamentarista, monarquia ou república. Venceram o presidencialismo e a república, que é o regime político brasileiro até hoje. Assim, no Brasil, por exemplo, de quatro em quatro anos votamos para presidente da República, para deputado e para senador, e, se quisermos, podemos votar em

partidos diferentes para cada um dos cargos. Isso pode levar a impasses, porque o presidente, muitas vezes, não tem apoio da maioria no Poder Legislativo para aprovar as leis que defende. Falaremos mais da política brasileira no capítulo 14.

Vale lembrar, a propósito, que nem todos os regimes políticos são democráticos. Nos regimes autoritários, a população não tem o direito de escolher seus governantes. Nesses regimes, quem controla o Poder Executivo (isto é, a força) em geral faz as leis que bem entende e as aplica como quer. Além disso, as pessoas raramente têm liberdade para manifestar suas opiniões sobre política e não podem se defender se o Estado atacar seus direitos. No mundo atual, a China e a Arábia Saudita são exemplos de regimes autoritários.

✦ PARA SABER MAIS • Sudão do Sul: um novo Estado

Em 9 de julho de 2011, surgiu um novo país, a República do Sudão do Sul, formado a partir da independência da região sul do Sudão. Como vários outros países, o Sudão do Sul tem sua origem em uma guerra: a sangrenta guerra civil entre o governo do Sudão e os rebeldes do Exército Popular da Libertação do Sudão. Um dos motivos principais da guerra era o fato de que a maior parte das reservas de petróleo do Sudão estavam localizadas no sul do país. Além disso, havia diversos conflitos étnicos (também muito comuns em novos Estados) entre os povos que compunham o Sudão.

Em janeiro de 2005, as duas partes assinaram um tratado de paz em Naivasha, no Quênia, prevendo para 2011 um referendo (votação para aprovar ou rejeitar uma proposta) que decidiria se o Sudão do Sul se tornaria independente. O referendo aconteceu em 7 de janeiro de 2011, e os eleitores do Sudão do Sul optaram pela independência.

Desde então, uma das prioridades do governo do Sudão do Sul tem sido, como é característico de um novo Estado, o esforço de tentar desarmar a população, garantindo o monopó-

lio da violência legítima para o Estado. A ONU financia um programa que busca garantir a reinserção dos antigos combatentes da guerra contra o Sudão na vida civil. Não sabemos se esses esforços serão bem-sucedidos, mas outros exemplos históricos nos permitem supor que não será fácil a consolidação do Estado do Sudão do Sul. Na Europa, por exemplo, a consolidação dos Estados Nacionais foi muito sangrenta: na Inglaterra, que hoje é um dos países mais estáveis do mundo, houve grandes conflitos políticos e religiosos. Na América do Sul, a violentíssima Guerra do Paraguai foi muito importante na consolidação dos Estados da região (inclusive o Brasil).

É importante ter isso em mente para não cair no erro, bastante comum, de achar que os atuais conflitos africanos são causados por algo de errado com as culturas dos povos da África. A consolidação dos Estados Nacionais sempre é difícil, e só nos resta esperar que os diversos setores da sociedade sul-sudanesa, os países vizinhos da nova nação, e os órgãos de governança global (como a ONU) consigam que a construção do Sudão do Sul seja a menos violenta possível.

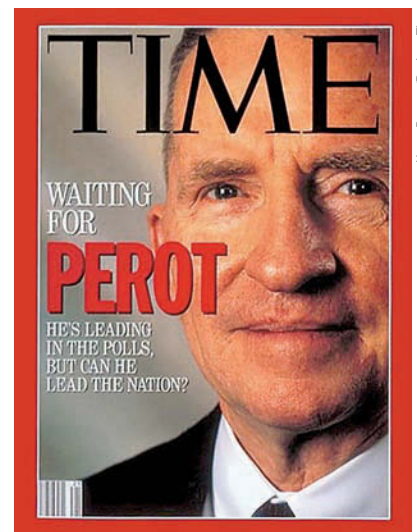
5. PARTIDOS POLÍTICOS

Em uma democracia, deve haver liberdade para que todos apresentem propostas a serem discutidas com os demais cidadãos. Mas como cada cidadão, sozinho, pode ter influência sobre todos os outros? Digamos que você tenha uma boa ideia sobre uma nova lei, ou sobre como o país deve ser governado. O que você faz? Como agir para que todos os outros brasileiros ouçam sua opinião e tenham condições de avaliar se você tem razão?

Uma solução é juntar-se a outros cidadãos que pensam mais ou menos como você para ampliar sua influência. Essa é a ideia por trás dos partidos políticos. *Os partidos políticos são associações que têm o objetivo de disputar o poder político.* Quando você resolve se filiar a um partido político, sabe que as ideias do partido não vão ser exatamente iguais às suas (afinal, os outros membros do partido também têm o direito de dar suas opiniões, que nem sempre coincidirão com a sua). Mas, se fizer uma boa escolha, você vai optar pelo partido com ideias mais próximas das suas. Boa parte da política consiste nisso: juntar-se a outras pessoas para defender ideias e interesses semelhantes.

Como surgiram os partidos modernos? Sempre que há Estado, há grupos que lutam entre si para controlá-lo. Mesmo onde o rei manda em tudo, existem grupos diferentes tentando convencê-lo a fazer coisas diferentes. Porém, esses grupos não são semelhantes aos partidos modernos, que se formaram quando o direito ao voto foi se tornando mais abrangente, passando a incluir a classe média e depois os mais pobres, os negros, as mulheres, etc. A partir desse momento, todos os grupos que queriam ganhar influência sobre o Estado precisaram correr atrás do apoio dos eleitores.

Além disso, os operários formaram seus próprios partidos assim que puderam. Por que os mais pobres se esforçaram tanto para formar partidos? Porque, como vimos, os ricos têm outras formas de se fazer ouvir na política. Podem, por exemplo, comprar espaço nos jornais para divulgar suas ideias. Os que não desejam concorrer a cargos no governo podem financiar as campanhas dos candidatos — que, em contrapartida, precisarão ouvir o que seus financiadores querem. Já os pobres não podiam (nem podem) fazer nada disso. Portanto, quando se formaram, os partidos socialistas visavam juntar a contribuição financeira de milhões de pessoas para terem chance de competir com os mais ricos pelo poder político.



Harry Benson/Revista Time

Capa da revista norte-americana *Time* edição de 25 de maio de 1992, com o milionário Ross Perot, que concorreu à Presidência dos Estados Unidos nesse ano. Perot disputou essa eleição como candidato independente — ou seja, sem ser filiado a um partido, o que é permitido nos Estados Unidos — e pagou boa parte de sua campanha com dinheiro do próprio bolso. Para quem não pode pagar suas próprias campanhas, resta a alternativa de ingressar em um partido (ou formar um novo).



UK Labour Party/Arquivo da editora

Cartaz de campanha do Partido Trabalhista Inglês, de 1923. O texto diz: “Use a cabeça! Apoie alguém do seu próprio time, vote nos trabalhistas”.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muita gente no Brasil diz que não gosta de partidos políticos porque “vota em pessoas, não em partidos”. Isso não é errado, mas vale a pena pensar em alguns problemas que essa atitude pode acarretar. Por exemplo, nem todos os partidos defendem as mesmas coisas. O partido que o candidato escolheu não reflete suas opiniões a respeito

de assuntos importantes? Além do mais, como o Brasil é um país com muitos partidos, o candidato provavelmente vai ter de fazer alianças com outros partidos para conseguir governar. Sem saber de que partido ele é, como saber quais partidos são seus aliados? Será que você concorda com o que esses outros partidos defendem?

Veja na seção

BIOGRAFIAS

quem é **Maurice Duverger (1917-)**.

O surgimento dos partidos socialistas forçou a formação de outros grandes partidos, mesmo porque hoje as campanhas políticas custam caro até para milionários. Como notou o cientista político francês **Maurice Duverger (1917-)**, em muitos países modernos a disputa basicamente se dá entre dois grandes partidos:

1. um partido de esquerda, que defende a cobrança de impostos dos mais ricos para oferecer benefícios aos mais pobres. São os partidos socialistas e semelhantes;
2. um partido de direita, que defende que o Estado não interfira muito na economia, para que ela cresça mais. São os partidos liberais ou conservadores.

Nos Estados Unidos, há um partido um pouco mais à esquerda (o Partido Democrata) e outro um pouco mais à direita (o Partido Republicano). Na Inglaterra, essa distinção é mais evidente, com um partido claramente de esquerda (o Partido Trabalhista) e um partido claramente de direita (o Partido Conservador). Mesmo onde há mais de dois partidos importantes (no Brasil, como veremos, há bem mais que dois), é comum que os vários partidos se organizem em dois blocos: um mais à esquerda, outro mais à direita.

Nas disputas entre os partidos modernos, os dois partidos principais tendem a *competir pelo centro*. Para conquistar a maioria e vencer a eleição, *os partidos precisam disputar a simpatia (o voto) do centro*: pessoas que não são nem muito de esquerda, nem muito de direita. Para isso, terão que se tornar menos radicais. A esquerda, por exemplo, vai ter que aceitar cobrar menos impostos do que gostaria. A direita, por sua vez, vai ter que concordar em oferecer alguns serviços sociais à população mais pobre.

Esse elemento de moderação proporcionado pela disputa por votos é, sem dúvida, importante para a manutenção da democracia moderna. Mas também traz sérios problemas. Há o risco de os partidos pararem de defender qualquer ideia que seja e se tornarem iguais. Nesse caso, as pessoas realmente interessadas em defender alguma ideia poderiam desanimar e perder o interesse na democracia. Esse é um dos grandes desafios da democracia moderna, como veremos no último capítulo deste livro.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ Poder é a capacidade de impor sua vontade sobre as outras pessoas, mesmo contra a vontade delas.
- ✓ A política é a luta por participar do poder ou influenciar sua repartição, seja no Estado, seja entre os Estados, seja nos grupos de pessoas que compõem o Estado.
- ✓ Existem vários motivos, além da força, que levam as pessoas a obedecer. Se por algum motivo as pessoas acham certo obedecer, dizemos que há *dominação legítima*.
- ✓ Entre os tipos de dominação legítima, Weber destacou a *dominação tradicional*, a *racional-legal* e a *carismática*.
- ✓ O Estado busca obter o monopólio da violência legítima em determinado território.
- ✓ A Ciência Política foi fundada por Maquiavel, que defendia estudar a política não apenas como ela deveria ser, mas também como ela é.
- ✓ Os contratualistas foram pensadores que discutiram o que o Estado podia ou não fazer.
- Para Hobbes, o Estado podia fazer tudo, desde que garantisse a segurança da população.
- Para Locke, só podia fazer o necessário para proteger os direitos naturais à liberdade e à propriedade. E, para Rousseau, o Estado não podia fazer nada se suas leis não seguissem a vontade geral dos próprios cidadãos.
- ✓ Regimes políticos são o conjunto das instituições, leis e valores que regulam a disputa pelo poder.
- ✓ Democracia é um regime em que os membros do Poder Legislativo são eleitos pelo voto de todos os cidadãos, em eleições livres disputadas por mais de um partido. Nos regimes presidencialistas, os cidadãos geralmente votam no chefe de governo do Poder Executivo; nos parlamentaristas, o ocupante desse cargo de modo geral é escolhido pelos deputados eleitos pela população.
- ✓ Partidos políticos são grupos organizados com o objetivo de conquistar o poder.

ATIVIDADES

REVENDO

1. O que o detentor de poder precisa fazer para manter sua dominação?
2. Para Weber, qual o conceito de Estado?
3. Como se deu a passagem do estado de natureza para o Estado em Hobbes e Locke?
4. Qual a principal diferença entre parlamentarismo e presidencialismo?
5. Por que dizemos que, em um sistema com dois partidos (ou dois blocos de partidos), a competição entre eles fará com que se tornem menos radicais?

INTERAGINDO

1. Considere a seguinte letra de canção:

A minha alma (A paz que eu não quero)

*A minha alma tá armada e apontada
Para cara do sossego!
Pois paz sem voz, paz sem voz
Não é paz, é medo!*

*Às vezes eu falo com a vida,
Às vezes é ela quem diz:
“Qual a paz que eu não quero conservar,
Pra tentar ser feliz?”*

*As grades do condomínio
São pra trazer proteção
Mas também trazem a dúvida
Se é você que tá nessa prisão*

*Me abrace e me dê um beijo,
Faça um filho comigo!
Mas não me deixe sentar na poltrona
No dia de domingo, domingo!*

*Procurando novas drogas de aluguel
Neste vídeo coagido...
É pela paz que eu não quero seguir admitindo
É pela paz que eu não quero seguir
É pela paz que eu não quero seguir
É pela paz que eu não quero seguir admitindo*

O RAPPA. *Lado B, Lado A*, 1999. Warner Music.

- A letra escrita por Marcelo Yuka diz que “paz sem voz não é paz, é medo”. Com base no que estudamos neste capítulo, os versos dessa canção estão mais de acordo com as ideias de Hobbes ou com as de Rousseau?
2. Escolha um colega para jogar o “Jogo do ditador”, um experimento utilizado em várias disciplinas, como Economia e Ciência Política. Veja as regras abaixo:
 - 1ª – Um de vocês deve ser o ditador; o outro, o povo.
 - 2ª – Imagine que o ditador tem R\$ 10, que precisam ser divididos entre ele e o povo. Ele não pode ficar com os R\$ 10 para si; tem que dar pelo menos R\$ 1 para o povo.

3ª – O ditador deve fazer uma proposta de divisão para o povo. Ele pode propor qualquer divisão que queira (ele é, afinal, um ditador): R\$ 9 para ele e R\$ 1 para o povo, R\$ 8 para ele e R\$ 2 para o povo, R\$ 7 para ele e R\$ 3 para o povo, etc.

4ª – O povo só pode fazer duas coisas:

- a) aceitar a proposta do ditador; nesse caso, o povo recebe a quantia que o ditador ofereceu. Ou:
- b) recusar a proposta. Neste caso, o povo e o ditador ficam sem nada.

Jogue o jogo com seu colega duas vezes e informe ao professor o resultado.

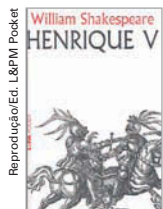
CONTRAPONTO

Considere a charge a seguir:



- Esta charge, do cartunista Angeli, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 23 de maio de 2007, mostra um gigante feito de outras pessoas pequenas, como o Estado representado na folha de rosto do livro *Leviatã*, de Hobbes, reproduzida neste capítulo. Porém, o gigante não é majestoso como o de Hobbes: é um político corrupto formado por outros corruptos, carregando duas malas de dinheiro obtido ilegalmente. Na sua opinião, o que Angeli pensa sobre o Estado brasileiro? E quem seriam as pessoas que formam o gigante? Seriam, como no caso de Hobbes, todos os cidadãos?

SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução/Ed. L&PM Pocket

Henrique V, de William Shakespeare. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

Shakespeare viveu em uma época em que a obra e as análises de Maquiavel eram muito discutidas. Nesta peça, um príncipe procura levar seus soldados à vitória contra a França, mas, por diversas vezes, comete atos de moralidade questionável.



Reprodução/Ed. Antígona

Homenagem à Catalunha, de George Orwell. Lisboa: Antígona, 2007.

Relato da experiência do autor como soldado voluntário na Guerra Civil Espanhola de 1936-1939, com referências a fatos como a queda da democracia espanhola e a ascensão do fascismo e do nazismo. O livro retrata um dilema insolúvel: a tensão entre o idealismo dos voluntários e os jogos de poder com vistas a organizar governos e ganhar guerras.

FILME



Reprodução/Phedon Papamichael

Tudo pelo poder (Estados Unidos, 2011). Direção: George Clooney.

A história de um jovem idealista envolvido na campanha de um político que está tentando ser escolhido como candidato de seu partido à presidência dos Estados Unidos. Ao longo do filme, o protagonista enfrenta situações difíceis, lidando com pessoas que passam os colegas para trás, pessoas que disputam o poder pelo poder e não para defender os interesses da sociedade, entre outras.

INTERNET

(Acesso em: fev. 2013.)

<http://congressoemfoco.uol.com.br>

Congresso em foco: *site* jornalístico especializado na cobertura da atividade do Congresso Nacional brasileiro e na política brasileira em geral.



Deifim Martins/Pulsar Imagens



Grafite do artista britânico Banksy em muro da cidade de Belém, na Cisjordânia. Foto de 2008.

Neste capítulo vamos discutir:

1. O conceito de globalização
 2. A governança global
 3. A globalização e o Estado
 4. Movimentos sociais globais
 5. O Brasil e a globalização
-

No capítulo anterior vimos que boa parte do que entendemos por política se refere ao Estado — seja a luta pela conquista do Estado, seja a luta pela influência sobre ele. Vimos também que o Estado moderno não existiu desde sempre: o monopólio da violência legítima foi conquistado aos poucos. Aliás, nem sempre existiu, em todos os territórios, algo ou alguém que tivesse exclusividade no uso legítimo da violência.

Mas será que esse monopólio é inabalável e eterno? Neste capítulo vamos estudar um fenômeno que, segundo alguns autores, pode tornar o Estado menos importante e transformá-lo de maneira significativa: a globalização.

1. O CONCEITO DE GLOBALIZAÇÃO

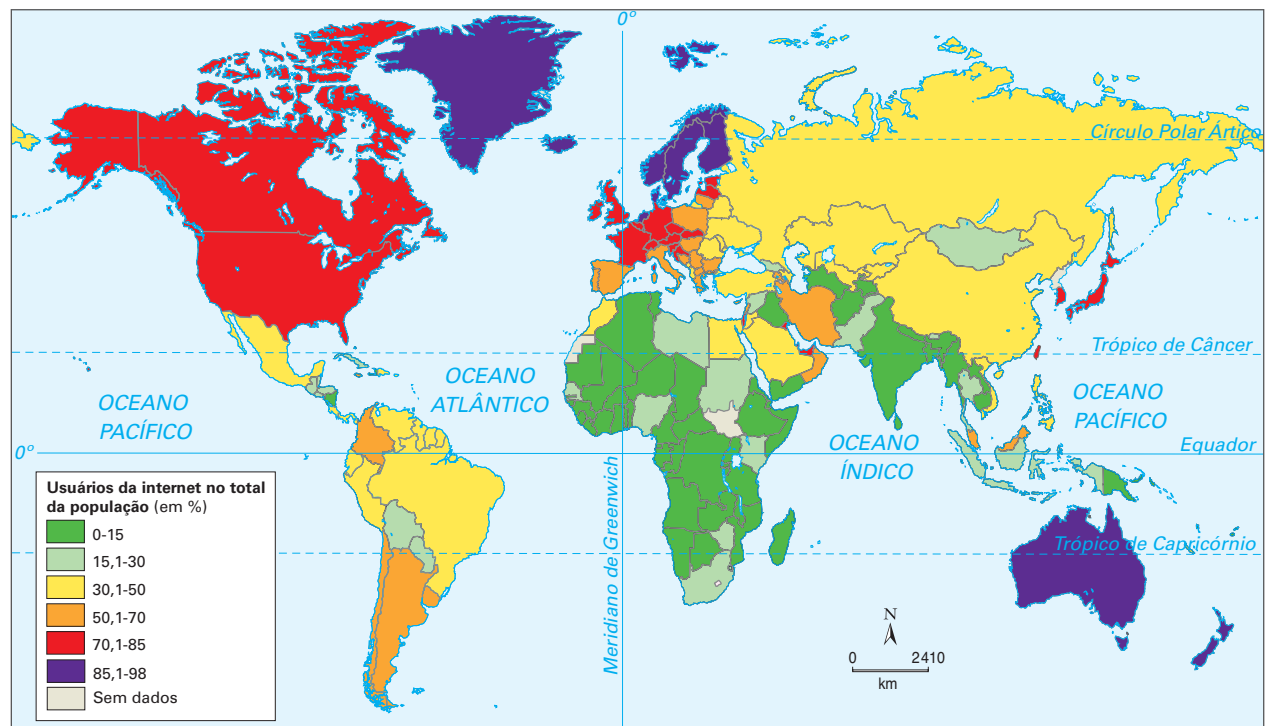
O sociólogo inglês Anthony Giddens (ver capítulo 10) definiu a globalização como “a intensificação de relações sociais mundiais que ligam localidades distantes de modo que acontecimentos locais são influenciados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância, e vice-versa”. Isto é, com a globalização, cada vez mais coisas que ocorrem em um lugar do mundo influenciam de maneira importante outras partes do mundo; quanto mais intensa e abrangente for a globalização, mais integrado será o mundo, mais contato teremos com pessoas, produtos e ideias vindos de outras partes do planeta.

Formas de globalização ocorreram em diferentes momentos de nossa história. A chegada dos europeus às Américas, que vimos na Unidade 1, transformou profundamente o mundo todo. Não dá para contar a história do Brasil sem falar em globalização: a expansão comercial trouxe para o continente americano os povos europeus, que com suas doenças (e armas) mataram grande parte da população indígena. Nossa economia foi em grande parte baseada em trabalhadores trazidos à força do continente africano e estruturada para servir ao mercado internacional.

Nas últimas décadas do século XX, a globalização iniciou um processo de aceleração que continua até hoje. O comércio mundial se desenvolveu imensamente, e regiões com grandes populações (como a China e a Índia) passaram a participar intensamente dessa atividade. Muitos países reduziram os impostos sobre produtos importados, inclusive o Brasil, o que inundou o cotidiano do país com produtos fabricados em outros países, de alimentos a computadores.

Mas a globalização vai muito além disso: alguns produtos são feitos de tal forma que fica difícil determinar sua “nacionalidade”: é perfeitamente possível que a roupa que você está usando agora tenha sido desenhada nos Estados Unidos e produzida na Ásia com matérias-primas da África.

Acesso à internet no mundo em 2012



Fonte: União Internacional de Telecomunicações (ITU/ONU).

No planisfério acima, as cores dos países indicam a porcentagem de cidadãos que tinham acesso à internet em 2012. Isto é, em certo sentido, o mapa mostra quanto os cidadãos de cada país podem aproveitar um aspecto positivo da globalização. Embora a globalização integre cada vez mais partes do mundo, diferentes regiões se integram de maneiras mais ou menos vantajosas.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Pense em quantas coisas importantes na sua vida vieram de lugares muito distantes. Por exemplo, é provável que a maioria das pessoas que você conhece (talvez você mesmo) tenha crenças religiosas que se originaram no Oriente Médio (cristianismo, judaísmo, islamismo), na Ásia (budismo) ou que tenham forte influência africana (candomblé, umbanda). Os produtos que você consome também vêm

de diversas partes do mundo: basta olhar, na etiqueta ou no rótulo, onde foram fabricados e procurar esses países no mapa para descobrir onde ficam. Considere que, de alguma forma, você está estabelecendo uma relação com quem fabricou esses produtos, pessoas com culturas e valores que provavelmente são diferentes dos seus. Você talvez seja muito mais “globalizado” do que pensava...



A imagem mostra a fachada de um banco de investimentos norte-americano cuja falência, em setembro de 2008, deu início à maior crise econômica mundial desde 1929. O mapa-múndi desenhado na fachada é apropriado: a quebra do banco (provocada pela especulação financeira em vários países desenvolvidos) deu origem a uma crise que afetou o mundo todo, inclusive o Brasil.



Michael Nagler/Getty Images

É fácil perceber o lado positivo da globalização econômica: é bom poder comprar produtos do mundo todo, pois não faria sentido se cada país tivesse que produzir tudo o que consome. Mas a globalização econômica também tem consequências perigosas: gera desigualdade entre países que participam diferentemente do processo. Voltando ao exemplo da roupa que você veste, boa parte do dinheiro que você pagou por ela foi para a empresa dos Estados Unidos, que é quem controla o processo, encomendando a matéria-prima e contratando os trabalhadores asiáticos (que ganham, em média, muito menos do que os norte-americanos). Assim, a globalização pode levar ao aumento das desigualdades entre países ricos e pobres. É indiscutível que nas últimas décadas a economia de alguns países que eram muito pobres (como a China ou a Coreia do Sul) cresceu a uma velocidade espantosa. Mas ainda não sabemos se os outros países pobres serão capazes de fazer o mesmo ou se ficarão cada vez mais para trás.

Além disso, como cada vez mais os países dependem uns dos outros para comprar e para vender, uma crise localizada pode se espalhar e afetar dramaticamente países muito distantes. Em 2008, por exemplo, uma crise profunda (a maior em setenta anos) começou nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo. Como os Estados Unidos compram boa parte do que se produz pelo mundo, praticamente todos os países foram afetados, inclusive o Brasil. Mesmo crises em países menos ricos, como o México ou a Rússia, ocorridas nos anos 1990, afetaram a economia brasileira, pois geraram incertezas sobre o futuro da economia mundial. Por outro lado, a crise brasileira de 1998 gerou efeitos negativos na vizinha Argentina, que é um de nossos principais parceiros comerciais.

A globalização não é apenas econômica. Na esfera cultural, artistas e estilos originados em um país influenciam cada vez mais artistas e estilos de outros países. Movimentos religiosos (alguns extremistas) conquistam adeptos em diferentes países. O crime ganhou dimensões inéditas: o tráfico de drogas é uma rede com ramificações no mundo todo. O esporte tornou-se extremamente globalizado: na equipe da Internazionale de Milão, que conquistou a Liga dos Campeões 2010, nenhum dos jogadores titulares era italiano (vários, aliás, eram brasileiros). É claro que também no caso do futebol a desigualdade de riqueza entre os países produz efeitos: afinal, há muito mais jogadores brasileiros atuando na Itália do que jogadores italianos no Brasil. E boa parte dos fenômenos culturais globais é comercializada por empresas localizadas em países ricos.

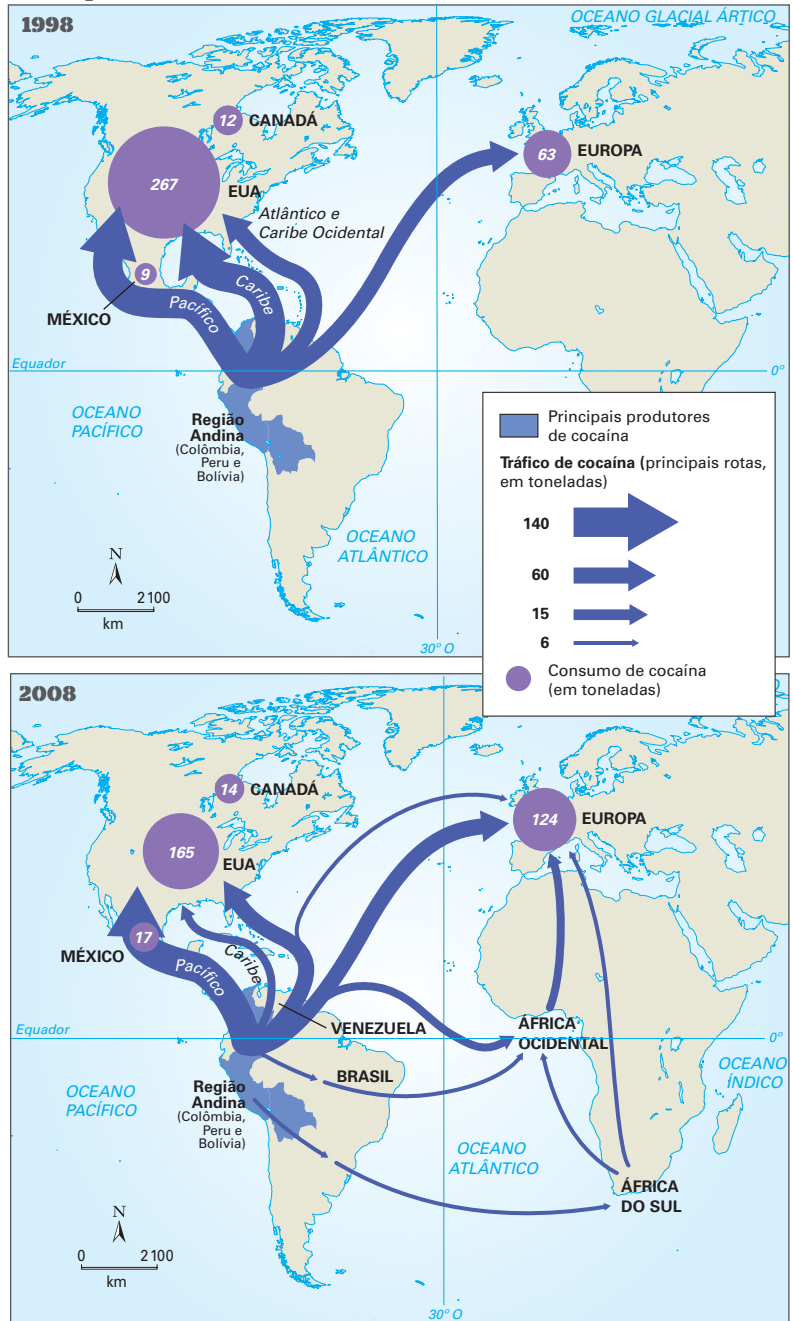
Nas últimas décadas, tornou-se claro outro fato que já é verdade há muito tempo: os *problemas globais*, que não podem ser resolvidos por um só país e afetam grande parte do mundo. O caso mais óbvio são as ameaças ao meio ambiente. Se os automóveis dos Estados Unidos ou as fábricas da China emitem gases poluidores na atmosfera, essa poluição não afeta o clima apenas nos Estados Unidos e na China, mas no mundo todo. Se o Brasil ou a Indonésia destroem suas florestas, o mundo inteiro sofre o impacto dessa destruição.

Finalmente, há a presença cada vez mais ameaçadora de redes criminosas internacionais, até mesmo com a expansão das antigas máfias nacionais (como a italiana, a russa e a chinesa) para além de suas fronteiras nacionais. Com isso, tornou-se evidente a necessidade de que os países cooperem entre si em mais uma frente: o combate ao crime.

A crescente importância dos problemas globais coloca uma questão importante: quem é responsável por resolvê-los? Não há um governo do mundo, não há um Estado Global. Podemos contar que cada país vai fazer sua parte para resolver os problemas globais? E se cada país preferir deixar que os outros resolvam? Essas questões estão entre os mais importantes desafios políticos modernos.

Compare as principais rotas do tráfico internacional de cocaína em 1998 e em 2008, segundo um relatório de 2010 das Organizações das Nações Unidas. Note que, embora a produção se concentre em poucos países, os caminhos da distribuição passaram a envolver muitos outros. O Brasil, por exemplo, além de ser um mercado consumidor importante, é um ponto de passagem para carregamentos destinados à Europa, que muitas vezes passam pela África.

Principais rotas de tráfico de cocaína no mundo



Fonte: World Drug Report/Organização das Nações Unidas, 2010.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O que hoje chamamos de globalização nada mais é do que a aceleração de processos de troca que existem há muito tempo. No entanto, em diversos momentos na História houve um tipo de problema global gravíssimo que já se alastrava rapidamente: as epidemias. No passado, doenças que se espalharam pelo mundo mataram altas porcentagens da população da América (como as doenças dos conquistadores europeus, que exterminaram boa parte da população indígena, a qual não tinha an-

ticorpos contra os microrganismos que as causavam) e da Europa (durante a peste negra, levada da Ásia). O risco de epidemias cresce quando os contatos entre os diferentes povos também crescem e com a invenção e popularização do transporte por aviões, o que contribuiu para aumentar a velocidade e o alcance da disseminação das doenças. Portanto, se uma doença grave e contagiosa se espalha por algum país do mundo, isso é problema de todos os outros.

2. A GOVERNANÇA GLOBAL

Uma das características principais dos Estados modernos é que eles são vários: não há um Estado Global, um governo mundial. Isso significa que os diferentes Estados precisam negociar suas diferenças e se organizar para enfrentar problemas que afetem mais de um Estado. A governança global é o processo em que Estados diferentes, além de outros movimentos e instituições internacionais,

negociam e criam instituições e regras globais para regulamentar as relações entre eles.

Em certo sentido, o sistema internacional se parece com o “estado de natureza” descrito por Thomas Hobbes (ver capítulo 11): embora em cada território haja uma autoridade reconhecida, não há uma autoridade reconhecida que subordine os diversos Estados. Não por acaso, Hobbes influenciou muitos autores que estudam as relações internacionais. Entretanto, ao mesmo tempo que os Estados não têm interesse em abdicar de sua soberania em favor de um governo mundial, também não têm interesse em uma “guerra de todos contra todos”. Por isso, embora não haja um governo mundial, os Estados desenvolveram algumas regras e instituições para garantir um mínimo de convivência pacífica.

A formação dos Estados Nacionais produziu um sistema internacional que

se baseia na competição entre os Estados e no reconhecimento da autoridade de cada Estado dentro de seu território. O **sistema de Westfália** ficou assim conhecido porque se considera que seus princípios foram reconhecidos pelo Tratado de Münster (cidade na região de Westfália), assinado em 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos na Europa. Entre as características do sistema de Westfália, descrito pelo cientista político inglês **David Held (1951-)**, destacamos as seguintes:

1. O mundo consiste de Estados soberanos que não reconhecem uma autoridade maior do que eles.
2. A cada Estado cabem as funções de fazer leis, aplicá-las e julgar disputas dentro de seu território.
3. O direito internacional tem como objetivo garantir algumas regras mínimas de coexistência entre os Estados.
4. As divergências entre os Estados serão resolvidas, na grande maioria das vezes, pela força.
5. A prioridade do sistema é colocar apenas um mínimo de restrições para a liberdade de cada Estado fazer o que quiser.

Esse sistema predominou por vários séculos e, em boa medida, ainda é vigente. Entretanto, o sofrimento e a destruição que as duas Guerras Mundiais do século XX causaram no mundo todo fizeram crescer a ideia de que alguma forma de coordenação entre os Estados precisava existir, para evitar que catástrofes como aquelas se repetissem. O advento das armas nucleares, em especial, criou uma situação inédita na História: a possibilidade real de que uma guerra entre os países mais poderosos do mundo exterminasse a espécie humana.



Gerard Terborch/Museu Nacional de Amsterdã, Holanda

A ratificação do Tratado de Münster, pintura do holandês Gerard ter Borch (1617-1681). O Tratado de Münster, assinado nessa cidade da Westfália (região da atual Alemanha), estabeleceu o desfecho da Guerra dos Trinta Anos, em 1648, e consagrou o princípio da soberania de cada Estado sobre seu território. Assim, ficava descartado, por exemplo, que alguma autoridade religiosa pudesse mandar em todos os Estados. Por determinação do Tratado, o soberano de cada Estado decidiria que religião seus súditos poderiam escolher, o que mostra como saiu fortalecida a ideia de Estado.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **David Held (1951-)**.



Sessão do julgamento de Nuremberg, em 1946, no qual autoridades nazistas foram julgadas por crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, em especial contra judeus. Esse julgamento mostrou uma mudança parcial de mentalidade com relação ao sistema internacional. Por exemplo, decidiu-se que violações dos direitos humanos como aquelas não seriam aceitas, mesmo que dentro do território do próprio Estado e mesmo que em decorrência de vitórias militares. O julgamento de Nuremberg foi conduzido por um tribunal internacional, composto dos países vencedores da Segunda Guerra. Até então, a ideia de que um tribunal internacional pudesse julgar os atos de um Estado não era comum.

Diante desses desafios, desde 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial), teve origem uma nova maneira de pensar a governança global. O símbolo máximo dessa nova concepção foi a criação da Organização das Nações Unidas, cujo objetivo é servir de espaço onde os diferentes Estados podem tentar resolver suas diferenças pacificamente. As instâncias mais importantes da ONU são a Assembleia Geral, em que cada um dos seus mais de 190 países-membros tem direito a um voto, e o Conselho de Segurança, formado por um grupo de cinco membros permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China) e um grupo de dez membros que se alternam. Nada pode ser aprovado sem a concordância dos membros permanentes: é o princípio da “unanimidade das grandes potências”.

Entre as características do sistema das Nações Unidas descritas por David Held, destacamos as seguintes:

1. O mundo consiste em Estados soberanos que, entretanto, mantêm entre si relações próximas. Em alguns casos, indivíduos ou grupos podem ser reconhecidos como atores legítimos nas relações internacionais. Isso acontece, por exemplo, quando indivíduos ou grupos étnicos perseguidos em seus países apelam a tratados internacionais para defender seus direitos.
2. Povos oprimidos por **impérios coloniais** têm o direito de determinarem seus próprios destinos.
3. Há alguns valores que devem limitar a ação dos Estados. O uso da força em situações em que esses valores sejam escandalosamente violados não deve ser considerado legítimo. Por exemplo, o genocídio, isto é, o assassinato em massa dos membros de algum grupo étnico (como os nazistas fizeram com os judeus) é proibido em toda e qualquer situação.
4. Há uma preocupação maior com o bem-estar dos indivíduos e um esforço para que os diferentes Estados tratem seus cidadãos de acordo com alguns padrões mínimos (por exemplo, não submetendo minorias étnicas a situações degradantes).
5. O objetivo do sistema é garantir a paz e o progresso dos valores e direitos fundamentais reconhecidos como válidos.

LÉXICO

império colonial: à época da criação da ONU, boa parte dos povos da África e da Ásia se encontrava sob o domínio político e econômico de países europeus, como França e Inglaterra. Esses países exploravam suas colônias tanto por motivos econômicos como geopolíticos.

Chip, East/Reuters/Latinstock



Sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, Estados Unidos. A ONU surgiu como um esforço para aprimorar a governança global perante alguns problemas apresentados pelo sistema de Westfália, em especial na primeira metade do século XX. Foto de 2012.

A ONU tem diversos organismos e fundos que atuam em áreas específicas. Dois exemplos são a Organização Mundial de Saúde (OMS), fundamental no combate às epidemias globais, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que atua no apoio a políticas pela educação, alimentação e proteção de crianças.

Além da ONU, há outras organizações internacionais com importante atuação, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tenta incentivar o livre-comércio entre os países, e o Banco Mundial, que fornece empréstimos e consultoria para projetos de desenvolvimento. Há, também, diversas outras instituições que buscam regulamentar diferentes aspectos da vida internacional, dos padrões de segurança nas viagens aéreas até o funcionamento da internet.

Seria equivocados dizer que o sistema das Nações Unidas substituiu o sistema de Westfália. As Nações Unidas não têm o monopólio da violência legítima no mundo; aliás, nem sequer têm um exército. Não é raro que grandes potências declarem guerra sem autorização da ONU, como ocorreu em 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque. E, nas grandes negociações internacionais, os Estados continuam sendo reconhecidos como principais representantes da população de cada território. Dessa forma, a maior parte da política internacional ainda é feita por acordos ou guerras entre Estados.

Entretanto, também seria errado dizer que nada mudou. As Nações Unidas permanecem como um fórum em que os problemas mundiais são debatidos.

Além disso, a organização desempenha funções importantes, como na formação, envio e manutenção de forças de paz para atuar em áreas onde tenham ocorrido guerras civis.

Eskinider Debebe/ONU



O brasileiro Sérgio Vieira de Mello (1948-2003) ocupou diversos postos na ONU, incluindo o de Alto Comissário para Direitos Humanos, em 2002. Como representante das Nações Unidas, governou o Timor-Leste entre 1999 e 2002, enquanto esse país organizava suas primeiras eleições. Vieira de Mello morreu em um atentado terrorista no Iraque, quando era representante da ONU naquele país, que acabara de ser invadido pelos Estados Unidos. Foi o maior atentado já sofrido pelas Nações Unidas em sua história. Nesta foto de 2002, Vieira de Mello (à esquerda) aparece ao lado do diplomata ganense Kofi Annan, então secretário-geral da ONU.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você provavelmente já acessou a internet, seja em um computador, seja em um celular. Você já se perguntou como, exatamente, aquilo funciona? Por exemplo, quando uma empresa ou um time de futebol montam seus sites, quem registra esses endereços na internet? Quem garante que eles não serão usados por outras pessoas? Essa e outras tarefas relacionadas ao funcionamento da rede mundial de computadores são desempenhadas por uma organização internacional chamada Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN, na sigla em inglês). A ICANN, sediada nos Estados Unidos, garante que a internet continue a ser realmente global: imagine se cada vez que você digitasse o endereço de um site pudesse ir parar em qualquer um dos 50 mil sites com endereço igual!

Se é verdade que a política internacional ainda é feita fundamentalmente pelos Estados, também é verdade que parte importante da política internacional hoje em dia consiste em tentar influenciar as organizações internacionais, ou utilizá-las para os objetivos de cada país. Assim, parte importante da luta econômica entre os Estados (relacionada, por exemplo, ao **protecionismo econômico**) se dá nas negociações da Organização Mundial do Comércio. Se a globalização continuar a se desenvolver, é provável que esse tipo de negociação se torne cada vez mais importante.

Há, enfim, uma última razão pela qual as organizações internacionais são importantes: elas são um espaço para que os diferentes países legitimem seu poder no cenário internacional. O especialista em relações internacionais norte-americano **Joseph Nye Jr. (1937-)** criou o conceito de *poder suave* para descrever a capacidade que os países têm de atrair aliados por meio de seus valores e de sua legitimidade. Por exemplo, muitos adversários dos Estados Unidos não apoiam a rede terrorista Al-Qaeda (que periodicamente realiza atentados contra alvos dos Estados Unidos e de seus aliados) por rejeitar os valores religiosos fundamentalistas que ela defende. Podemos dizer, portanto, que a Al-Qaeda tem um poder suave bastante limitado: muitas pessoas que poderiam se aliar a ela não o fazem porque não concordam com seus valores.

As Organizações Internacionais, por serem espaços em que os países discutem pacificamente suas diferenças, fortalecem a legitimidade dos que nelas atuam. Voltando ao exemplo da invasão do Iraque pelos Estados Unidos: embora esse fato mostre que a ONU não teve poder para impedir os Estados Unidos de invadir o Iraque, é significativo que, antes da invasão, os norte-americanos tenham tentado convencer os demais países-membros da organização de que a invasão seria justificável. É também importante notar que a decisão de invadir sem autorização da ONU diminuiu o poder suave norte-americano: cidadãos de diversos países aliados aos Estados Unidos não reconheceram a legitimidade da invasão e passaram a exigir que seus governos deixassem de apoiá-los.

3. A GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO

Alguns autores, como **Jessica T. Mathews (1946-)** e **Zygmunt Bauman (1925-)**, consideram que a globalização diminuiu consideravelmente o poder dos diferentes Estados. Há duas maneiras principais pelas quais a globalização pode enfraquecer o Estado moderno.

Em primeiro lugar, como vimos, porque os problemas globais não podem ser resolvidos por nenhum Estado sozinho. Nem mesmo os Estados Unidos podem, por exemplo, invadir a China e obrigar todos os chineses a parar de usar automóveis para resolver os problemas ambientais do mundo. Menos provável ainda é que algum outro país consiga invadir os Estados Unidos para fazer a mesma coisa.

LÉXICO**protecionismo**

econômico: todo tipo de política que busque favorecer produtos fabricados no próprio país em detrimento dos concorrentes de outros países. Dentre as medidas protecionistas mais comuns, podemos citar as barreiras tarifárias (impostos elevados sobre produtos importados, para fazer com que estes custem mais do que os produtos nacionais) e os subsídios (apoio financeiro do Estado aos produtores, com o objetivo de reduzir o custo do produto final).

Veja na seção

BIOGRAFIAS

quem são **Joseph Nye Jr. (1937-)**, **Jessica T. Mathews (1946-)** e **Zygmunt Bauman (1925-)**.



Moeda de 1 euro, unidade monetária da União Europeia. Após a Segunda Guerra Mundial, os países da Europa se dedicaram a construir uma união em torno de temas econômicos, comerciais e diplomáticos que hoje envolve a maior parte do continente. Como parte desse projeto, a maioria abdicou de ter sua própria moeda, adotando uma moeda continental: o euro. Embora a União Europeia tenha sido em muitos aspectos (inclusive, por algum tempo, econômico) bem-sucedida, hoje vive uma profunda crise, que muitos atribuem à adoção da moeda comum por países com condições econômicas muito diferentes.

LÉXICO

multinacional:

empresa que atua em diversos países além daquele em que foi fundada.

Assim, os Estados precisam se organizar entre si para lidar com problemas globais como os que vimos até aqui. Em algum grau, a constituição das organizações internacionais leva a uma perda de soberania dos diferentes Estados. Como seria de esperar, os Estados preferem ceder o mínimo possível de suas soberanias às organizações internacionais, até porque não têm garantias de que os demais vão fazer o mesmo. Essa é a principal razão para a fraqueza de diversas organizações internacionais. Porém, mesmo que as organizações internacionais sejam substituídas, por exemplo, por acordos isolados entre os países, esses acordos se tornarão cada vez mais comuns, o que, novamente, levará cada Estado a ceder um pouco (ou muito, dependendo de sua força) em cada negociação.

Há, entretanto, uma segunda maneira, bem mais visível, pela qual a globalização afeta os Estados: a globalização diminui a liberdade para o Estado regular a economia de seu território. Nesse processo, as empresas **multinacionais** ganharam muito mais liberdade para escolher em que países querem investir. Muitas dessas empresas se fortaleceram tanto que hoje têm orçamentos maiores do que o de vários países.

Falamos anteriormente de fabricantes de roupas que produzem em países asiáticos. Eles adotaram essa estratégia porque nesses países os salários são muito baixos (inclusive se comparados aos do Brasil) e os trabalhadores têm bem menos direitos. Assim, se o governo do Brasil, por exemplo, quiser aumentar muito os salários, precisa saber que corre o risco de que algumas empresas se mudem para países onde os salários são mais baixos. Em última análise, os eleitores brasileiros ficam menos livres para eleger um governo que proponha aumentar muito os salários. Eles ainda podem fazê-lo, mas deveriam saber que sua escolha traz o risco de que o investimento estrangeiro no Brasil diminua e, portanto, de que o desemprego cresça.

O que dissemos sobre salários também se aplica a impostos. Para fornecer aos cidadãos boas escolas públicas, hospitais públicos, uma polícia eficiente, entre outros serviços, o Estado precisa de dinheiro. Esse dinheiro vem dos impostos cobrados dos cidadãos e das empresas que atuam em seu território. Mas, como você deve imaginar, as empresas preferem investir onde pagam menos impostos (isto é, onde podem ficar com uma parcela maior de seu lucro). Se o governo da Argentina, por exemplo, quiser oferecer políticas sociais mais generosas e precisar aumentar muito os impostos, algumas empresas podem preferir investir em outro país. Em última análise, os eleitores argentinos ficam menos livres para escolher um governo que queira oferecer políticas sociais mais generosas. Ainda podem fazê-lo, mas precisam saber que sua escolha terá riscos.

Assim, surge o risco real de que, com a globalização, diminua a possibilidade de escolha democrática. Como disse o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, o Estado passa a ter dois papéis econômicos: evitar medidas que mexam demais

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou em ir morar em um país mais rico que o Brasil, mesmo que só por um tempo? Afinal, se as empresas podem mudar de país em país em busca de melhores oportunidades, por que o mesmo não se aplica às pessoas? Pois isso não acontece na realidade. Muito pelo contrário: vários países ricos têm sido muito duros com os imigrantes que desejam neles trabalhar, com o argumento de que não podem deixar que os estrangeiros “roubem” o emprego de seus cidadãos ou utilizem

seus bons serviços públicos de educação e saúde. Isso mostra um dos problemas centrais da globalização: embora os investidores possam mandar seu dinheiro para qualquer parte do mundo quando bem entendem, os trabalhadores continuam dependendo dos Estados nacionais para garantir seus direitos trabalhistas, seu direito a se fazer ouvir nas eleições e seu sentimento de pertencer a uma nação. Você acha isso justo? O que poderia ser feito a esse respeito?

com a economia e ajudar as pessoas que venham a sofrer as piores consequências da globalização (como o desemprego causado pela concorrência de produtos importados).

O economista turco **Dani Rodrik (1957-)** criou uma fórmula para explicar o desafio da globalização que, embora simplificada, é útil para nos fazer pensar. A fórmula de Rodrik diz o seguinte:

1. **Se quisermos ter perfeita globalização e perfeita democracia, precisaremos sacrificar a soberania nacional.** Isto é, os Estados teriam de abdicar de seu poder em benefício de um Estado mundial democrático. Não há nenhuma possibilidade realista de que isso aconteça nos próximos anos, mas, mesmo que houvesse, muita gente ainda preferiria preservar a soberania nacional de seus países.
2. **Se quisermos ter perfeita globalização e perfeita soberania nacional, teremos de sacrificar a democracia.** O Estado teria de atuar principalmente para manter as empresas multinacionais satisfeitas, garantindo impostos baixos, poucos direitos trabalhistas, poucas regulamentações ambientais, etc. É extremamente improvável que os cidadãos concordem com isso, o que, cedo ou tarde, acabaria levando ao fim da democracia.
3. **Por fim, se quisermos ter perfeita democracia e perfeita soberania nacional, precisaremos sacrificar a globalização.** Isto é, cada país cuidaria de sua economia, e os eleitores escolheriam o governo que bem entendessem, mas estaríamos dispensando o grande potencial da globalização para promover crescimento econômico, maior intercâmbio entre os povos, entre outros benefícios.

Rodrik chamou esse problema de “trilema”, isto é, uma escolha de no máximo duas entre três coisas. Em outras palavras, para Rodrik, nunca vai ser possível obter o máximo dos três elementos: sempre precisaremos sacrificar um pouco de um deles se quisermos ter um pouco mais dos outros dois.

Veja na seção
BIOGRAFIAS
quem é **Dani Rodrik (1957-)**.

ASSIM FALARAM... MARX E ENGELS

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia configurou de maneira cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela subtraiu à indústria o solo nacional em que tinha os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam sendo aniquiladas diariamente. São sufocadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que não mais processam matérias-primas nativas, mas sim matérias-primas próprias das zonas mais afastadas, e cujos produtos são consumidos não apenas no próprio país, mas simultaneamente em todas as partes do mundo. No lugar das velhas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas necessidades, que requerem para a sua satisfação os produtos dos mais distantes países e climas. No lugar da velha autossuficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surge um intercâmbio em todas as direções, uma interdependência múltipla das nações. E o que se dá com a produção material, dá-se também com a produção intelectual. Os produtos intelectuais das nações isoladas tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais vai se formando uma literatura universal.¹

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, O manifesto comunista. *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA/USP, 12 (34), 1998. p. 11.



STR New/Reuters/Latinstock

Manifestação contra a Organização Mundial do Comércio realizada em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. A faixa apresenta duas setas com dizeres em inglês: a que diz “democracia” aponta em um sentido, enquanto a que diz “WTO” (a sigla em inglês para Organização Mundial do Comércio) aponta no sentido oposto. Para os manifestantes, portanto, a globalização representada pela OMC ia no sentido oposto ao da democracia.

Evolução do Índice Bovespa (1995 a 2012)



Evolução do Índice Bovespa, que mede o desempenho das ações na Bolsa de Valores de São Paulo, entre 1995 e 2012. Note a grande queda que ocorre em 2009, logo após a crise norte-americana de 2008. Como se vê, a economia brasileira foi seriamente afetada por uma crise que não foi causada por nada que tenha acontecido no Brasil. Com a globalização, isso tende a se tornar cada vez mais comum.

Fonte: <www.bmfbovespa.com.br/indices/EvolucaoMensal.aspx?Indice=IBOVESPA&idioma=pt-br>. Acesso em: mar. 2013.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS GLOBAIS

Como vimos, há uma série de problemas decorrentes da globalização que não podem ser enfrentados apenas dentro de cada país. Portanto, não se pode esperar que eles sejam resolvidos apenas pela ação dos partidos e movimentos sociais que atuam nacionalmente. Por esse motivo, nas últimas décadas, aumentou muito o número de organizações não governamentais (ONGs) internacionais. Além das ONGs que atuam em mais de um país, há também grupos políticos e religiosos que atuam globalmente.

Organismos semelhantes às ONGs internacionais já existem há muito tempo. Por exemplo, na luta contra a escravidão na América (inclusive no Brasil), as associações abolicionistas europeias desempenharam um importante papel. Algumas delas tiveram origem em grupos religiosos, o que faz sentido: várias religiões existem em mais de um país, e o contato entre fiéis da mesma religião em diferentes partes do mundo deve ter ajudado na organização das primeiras associações internacionais.

O número de ONGs internacionais aumentou muito durante o século XX, paralelamente ao progresso da globalização. Segundo o estudo de David Held e **Anthony McGrew (1954-)**, em 1909 havia 176 ONGs internacionais; em 1990, já havia 5500.

Entre as ONGs internacionais, destacam-se as que atuam em defesa do meio ambiente, como o Greenpeace e o WWF. É fácil perceber por que essas ONGs são particularmente importantes: o meio ambiente não reconhece as fronteiras entre os países. Quando o Brasil polui o oceano Atlântico, as correntes marítimas levam essa poluição para o litoral de vários outros países. Quando os Estados Unidos ou a China emitem gases poluentes na atmosfera, as mudanças climáticas causadas por essa poluição afetarão todo o mundo. O meio ambiente talvez

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Anthony McGrew (1954-)**.

seja a questão mais obviamente global que existe. É interessante notar que embora atuem em diversos países (inclusive no Brasil) os chamados partidos verdes (partidos que se dedicam à defesa da ecologia) muitas vezes são menos influentes que as ONGs ambientais, que têm atuação global.

Utilizando barcos infláveis, militantes da ONG Greenpeace protestam em alto-mar contra a pesca de baleias por navios japoneses, em 2013. Durante os protestos, os ativistas procuram se colocar entre os navios e as baleias, dificultando a pesca.



Jeremy Sutton-Hibbert/Greenpeace

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou em participar de uma ONG? Se você quisesse ajudar no combate a um problema global, qual escolheria? As doenças, a pobreza, a degradação do meio ambiente, as violências cometidas contra as mulheres ou contra as pessoas que vivem em ditaduras? Conhecer uma ONG, participar de suas atividades ou até mesmo ajudar a criar uma nova ONG podem ser experiências fascinantes. Mas pense bem: você acha que todas as pessoas podem fazer isso? Todas teriam tempo e dinheiro para participar das atividades ou para contribuir financeiramente? Se a pessoa se iden-

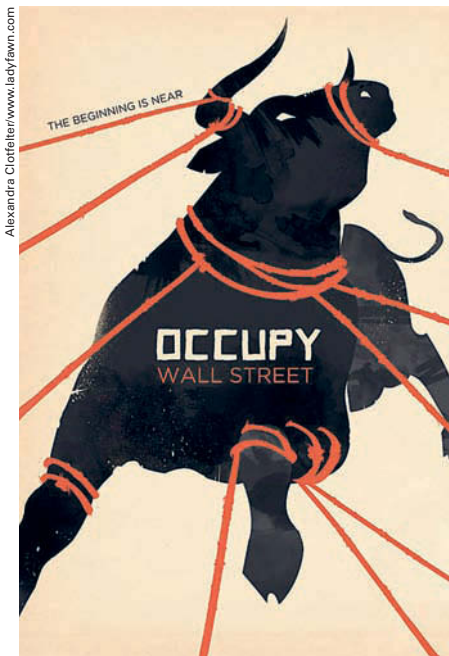
tificar com a causa de uma ONG global que não esteja estabelecida no Brasil, é possível que não possa nem sequer compreender a língua do que está escrito no *site* da entidade. Isso mostra um problema muito sério da política global atual: os recursos para se organizar estão desigualmente distribuídos. É muito mais fácil participar quando se é cidadão de um país rico, ou alguém que, mesmo morando em um país pobre, tenha uma condição financeira melhor. Isso cria um sério risco de que, na política global, a voz dos mais pobres não seja ouvida tanto quanto seria desejável.

Também há ONGs de destaque em outras áreas, como no combate à pobreza (OXFAM, CARE), no provimento de auxílio médico em áreas carentes ou afetadas por guerras (Médicos sem Fronteiras) e na defesa dos direitos humanos (Anistia Internacional), entre muitas outras. Cada ONG tem uma forma de atuação específica: algumas promovem, sobretudo, campanhas de esclarecimento junto à opinião pública; outras oferecem serviços como educação e atendimento médico em áreas carentes; outras, ainda, realizam estudos sobre problemas sociais específicos. Algumas ONGs internacionais têm atuado em conjunto com organizações internacionais como o Banco Mundial.

Em foto de 2012, médica da organização Médicos sem Fronteiras atende a paciente na cidade de Walikale, na República Democrática do Congo, país afetado por graves conflitos. Essa ONG oferece atendimento médico em regiões afetadas por guerras ou outras situações extremas.



AZGMSF



Este cartaz do movimento *Occupy Wall Street!* ('Ocupe Wall Street', em inglês) mostra um touro sendo controlado. No mercado de ações, um *bull market* ('mercado touro' em inglês) é um momento em que as ações estão em alta. O touro se tornou, assim, símbolo de investimentos arriscados e lucrativos, como os que levaram à crise de 2008. O cartaz sugere que é necessário estabelecer controles sobre o mercado financeiro.

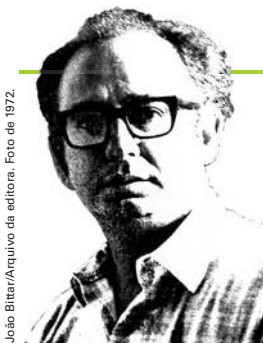
Também são cada vez mais comuns os protestos políticos de caráter global. Com o desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais rápidos (em especial a internet), o contato entre pessoas de diferentes lugares do mundo que pensam de modo parecido tornou-se mais fácil. Exemplo disso é a articulação de grupos que se opõem a características da sociedade capitalista global no chamado "movimento antiglobalização", o que talvez não seja um nome apropriado: vários desses movimentos criticam apenas a *forma* como a globalização foi feita até agora, e entre eles há grupos mais e menos radicais. Alguns militantes preferem que seus movimentos sejam chamados de "alterglobalistas", isto é, defensores de outro tipo de globalização, uma globalização alternativa.

Esses movimentos ganharam notoriedade por ocasião dos protestos contra uma reunião da Organização Mundial do Comércio realizada na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. Houve um grande conflito entre policiais e manifestantes, que incluíam, além de ativistas de ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais, membros de movimentos socialistas e anarquistas.

Os movimentos de protesto global reapareceram com força depois da crise global de 2008, com a emergência do movimento "Ocupe Wall Street". Wall Street é o distrito de Nova York que concentra muitas instituições financeiras, além da Bolsa de Valores. Esse movimento responsabiliza a política econômica do governo norte-americano nas últimas décadas — que deu grande liberdade para as instituições financeiras investirem como quisessem — pela crise de 2008. Outros movimentos surgiram principalmente em países fortemente afetados por essa crise, como o dos "indignados" na Espanha.

Todos esses movimentos ainda estão dando seus primeiros passos. A globalização ainda é um fenômeno recente, e não sabemos como será organizada a política global caso ela continue se desenvolvendo. Entretanto, é importante prestar atenção nos primeiros sinais de que começa a surgir uma política que atua através das fronteiras dos Estados.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Renato Ortiz (1947-)** e **Milton Santos (1926-2001)**.



PERFIL
OCTAVIO IANNI

Os grandes temas da extensa obra do sociólogo paulista Octavio Ianni (1926-2004) foram a questão racial no Brasil e as mudanças no capitalismo brasileiro na segunda metade do século XX (e suas consequências políticas). Ao lado do sociólogo **Renato Ortiz (1947-)** e do geógrafo **Milton Santos (1926-2001)**, Ianni foi um dos pioneiros no estudo da globalização no país.

Mesmo em seus trabalhos mais antigos, já se percebe a preocupação de Ianni com a relação entre racismo e desigualdade econômica (no Brasil há preconceito contra os negros porque eles são negros, porque são pobres, ou pelas duas coisas?) e com as

dificuldades de construir um capitalismo dinâmico estando fora do centro do capitalismo mundial.

Os trabalhos de Ianni sobre globalização analisam as consequências da globalização para a teoria sociológica: para ele, boa parte das ideias produzidas na Sociologia (incluindo as suas) tinha sido pensada para o âmbito nacional — e, portanto, precisaria ser reformulada diante do novo quadro mundial.

Intelectual de formação marxista, Ianni era consciente das desigualdades e injustiças que a nova realidade global gera. Mas, ao contrário de muitos marxistas, teve grande disposição para tentar apreender o que, exatamente, havia de novo e interessante nesse novo contexto.

5. O BRASIL E A GLOBALIZAÇÃO

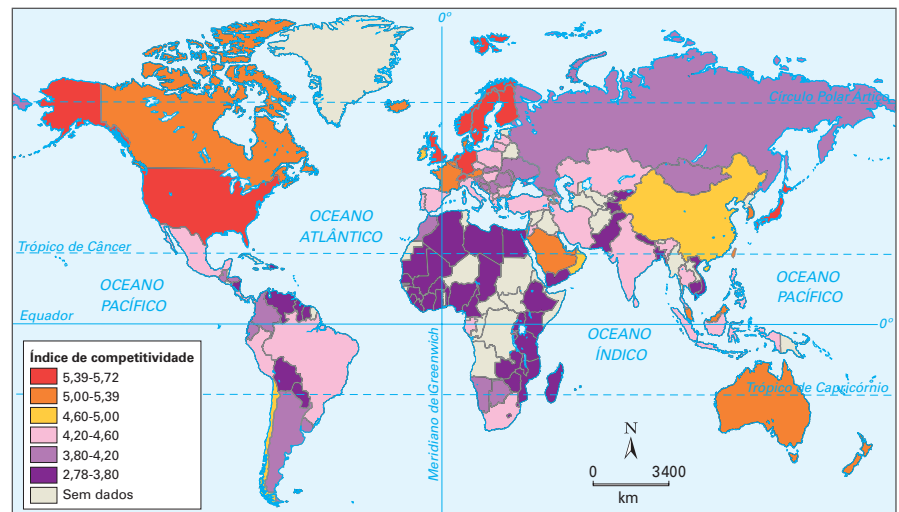
A globalização apresenta para o Brasil desafios bastante difíceis. Com base na discussão dos itens anteriores, podemos destacar três tipos principais de desafios:

1. O Brasil, como os outros países democráticos, precisa lidar com a realidade de que seu governo tem menos controle sobre a economia do que já teve. O país tem, ainda, as dificuldades adicionais características de países de desenvolvimento médio, analisadas pelo pesquisador norte-americano **Geoffrey Garrett (1958-)**. Os países mais pobres do mundo podem lucrar com a globalização oferecendo mão de obra barata, como fizeram China e Índia. Já os países mais ricos, como os Estados Unidos ou a Alemanha, podem aproveitar seu potencial de criação de tecnologia, sua população com grande qualificação educacional e suas instituições sólidas (um sistema legal ágil e transparente, baixa corrupção, leis que incentivam a atividade econômica, boas políticas sociais). Ora, o Brasil tem salários mais altos do que os da China e capacitação tecnológica e educacional menor do que a da Alemanha. Sendo assim, como podemos nos adaptar à globalização?

Supondo que ninguém defenda que nos tornemos mais pobres ou que tenhamos menos direitos para poder competir com a China, fica claro que a globalização aumenta a pressão para que tenhamos as qualificações educacionais, tecnológicas e institucionais necessárias para competir com os países desenvolvidos. Embora nas últimas décadas o Brasil tenha feito alguns avanços importantes nesse sentido, ainda estamos longe de alcançar esses objetivos.

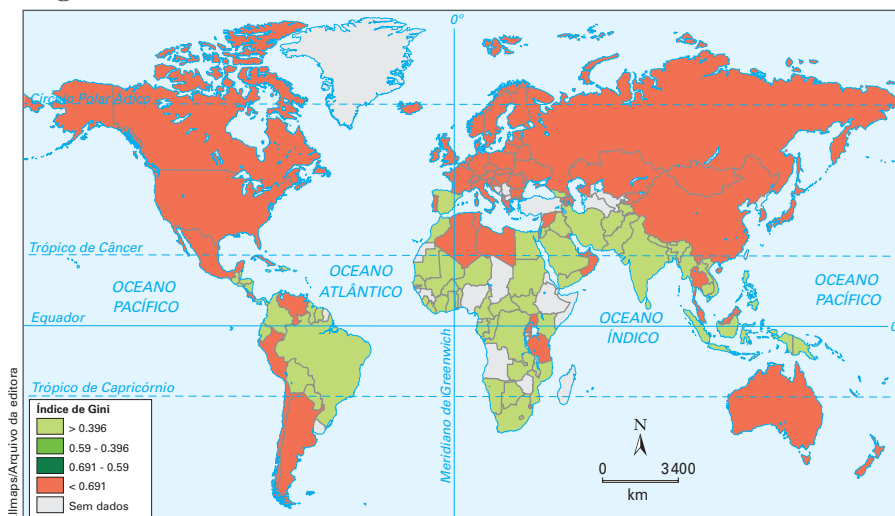
Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Geoffrey Garrett (1958-)**.

Índice de competitividade econômica entre os países (2012)



Fonte: World Economic Forum (WEF), 2012. Disponível em: <www.redebrasilatual.com.br/temas/economia/2012/09/brasil-sobre-cinco-posicoes-em-ranking-de-competitividade>. Acesso em: 26 mar. 2013.

Índice de desigualdade econômica entre os países (segundo o coeficiente de Gini) em 2012



Fonte: <<http://hdr.undp.org/en/data/map>>. Acesso em: mar. 2013.

Nos dois mapas, um resumo dos desafios atuais da economia brasileira. Acima, os países considerados pelo World Economic Forum (WEF) com mais condições de competir na globalização aparecem em vermelho, e os menos competitivos em roxo. O Brasil aparece em rosa, indicando que ainda há muito a fazer para ter condições de competir globalmente. No mapa ao lado, temos os países com distribuição de renda mais desigual em verde. Note que o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo. Nosso desafio é combater a desigualdade que vemos no segundo mapa ao mesmo tempo que tentamos nos tornar mais competitivos.



Thony Belizaire/Agência France-Press

2. O Brasil luta para participar da governança global: um dos objetivos da política externa brasileira nos últimos anos tem sido tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Com países como Alemanha, Japão e Índia, o Brasil tem pleiteado que o conselho seja reformado. Atualmente, o Brasil lidera as forças de paz da ONU que atuam desde 2004 no Haiti, país que passou por diversas crises políticas nas últimas décadas.

Soldados brasileiros participam das forças de paz da ONU no Haiti em junho de 2006. Os capacetes azuis são o símbolo dos soldados que estão sob orientação da ONU. A intervenção da ONU no Haiti se deu em função de conflitos políticos graves que ameaçavam a estabilidade do país. Ao assumir responsabilidades como essa, o Brasil espera aumentar sua credibilidade para atuar na governança global.

O Brasil também procura reforçar as instituições internacionais em nossa vizinhança, em especial com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que pretende integrar cada vez mais as economias dos países da América do Sul. Até 2012, seus membros permanentes eram o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Venezuela; diversos outros países do continente são membros associados.

O Brasil também assumiu uma posição importante na negociação dos tratados comerciais na Organização Mundial do Comércio, associando-se a outros países em desenvolvimento para pressionar os países desenvolvidos a reduzirem as medidas protecionistas. Vale dizer, entretanto, que essas negociações não produziram resultados importantes nos últimos anos.

3. É importante notar que devido aos imensos recursos naturais que possui, o Brasil é palco de lutas globais pela preservação do meio ambiente. Isso constantemente cria tensões entre os grupos defensores da preservação ambiental (que inclui as ONGs internacionais, mas também ONGs nacionais, grupos indígenas e outros setores da população brasileira) e interesses econômicos nacionais (latifundiários, garimpeiros, empresas mineradoras, etc.). A grande importância global da agricultura brasileira também põe o país em evidência, por exemplo, na discussão sobre a produção de alimentos **transgênicos**.

Parte significativa da luta política brasileira atual pode ser entendida como tentativas de enfrentar esses desafios.

Isso é mais óbvio no debate sobre economia, em que os diferentes partidos apresentam vários projetos visando tirar o Brasil da condição de fornecedor de mão de obra barata. Boa parte dos debates políticos brasileiros (nem sempre os que recebem maior destaque) se refere a medidas que podem ser tomadas para

LÉXICO

transgênico:

organismo que teve seus genes manipulados em laboratório. As sementes para plantação passam por esse processo para que gerem plantas mais resistentes a pragas ou mais produtivas, por exemplo. No entanto, os opositores aos transgênicos alegam que não está comprovado se esses alimentos são seguros para a saúde humana.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Pode parecer que a globalização é uma coisa muito distante da sua vida, algo que só interfere na vida de políticos ou de grandes empresários. Para perceber que não é assim, faça o seguinte exercício: esqueça por um momento as partes do jornal que costumam ser consideradas mais “difíceis” de compreender, como os cadernos de política, economia e arte. Leia os cadernos que tratam dos problemas de sua vizinhança ou de sua região, o de esportes, o noticiário policial. Você vai se surpreender ao ver como a globalização aparece

claramente ali. No caderno de esportes, é possível que você leia sobre a venda de um jogador brasileiro para um clube estrangeiro, ou sobre o desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo (que é organizada por uma organização internacional, a Fifa). No noticiário policial, boa parte das matérias pode envolver crimes relacionados a drogas, que, como vimos, são distribuídas por redes globais de produção e tráfico. Você ainda acha que a globalização é um assunto distante, que não interfere na sua vida?

desenvolver a indústria, reduzir obstáculos ao crescimento econômico e, principalmente, fazer isso ao mesmo tempo que se enfrentam dois problemas históricos: a pobreza e a desigualdade. A questão é difícil porque, como em todo problema político importante, nem sempre é possível atingir todos os objetivos ao mesmo tempo: às vezes é necessário sacrificar o crescimento em nome do combate à pobreza; às vezes é o contrário. Cabe à população, por meio do voto, decidir qual a melhor opção em cada momento.

Manifestantes ambientalistas protestam na praça dos Três Poderes, em Brasília, durante a votação do novo Código Florestal brasileiro, em foto de dezembro de 2011. Para os ecologistas, a legislação que foi aprovada não é rígida o suficiente contra quem desmata. A votação ocorreu em um ambiente de debate acirrado entre os ambientalistas e parlamentares ligados ao agronegócio brasileiro, que sustentam que o excesso de regulamentações ambientais prejudica o desenvolvimento da agricultura nacional.



Antônio Cruz/Abr/Radiobrás

✦ PARA SABER MAIS • O fim do socialismo real e a globalização

Um dos acontecimentos que marcaram a aceleração da globalização econômica desde os anos oitenta foi o conjunto de transformações que afetaram os países até então socialistas, como a União Soviética, a China e os países da Europa Oriental. Durante boa parte do século XX, a existência desses países, em grande parte fechados para a economia mundial e sem espaço para a atuação das grandes empresas multinacionais, constituiu um limite para a globalização. Além disso, os regimes ditatoriais que caracterizaram o socialismo do século XX colocavam sérios limites à circulação de ideias e produtos culturais do mundo capitalista.

A partir da década de 1970, o modelo de desenvolvimento econômico soviético começou a dar mostras de desgaste, e na década de 1980 uma grande tentativa de reformá-lo (a Perestroika, iniciada pelo líder soviético Mikhail Gorbachev) fracassou, dando início a uma gravíssima crise econômica e política que acabou por levar ao fim da União Soviética em 1991. Antes disso, em 1989, governos socialistas apoiados pela União Soviética foram depostos em países como Hungria, Polônia e Tchecoslováquia (que em 1993 se dividiu em República Tcheca e Eslováquia). O símbolo do fim do socialismo real foi a queda do

Muro de Berlim, que simbolizava a divisão da Alemanha em dois países: a Alemanha Ocidental, capitalista, e a Alemanha Oriental, socialista. A Alemanha se reuniu em 1990.

Ao mesmo tempo, o governo socialista da China (a outra grande potência socialista, rival da União Soviética) iniciou um processo de reformas que, preservando a ditadura do partido comunista, incentivou a entrada de empresas multinacionais no país e o desenvolvimento do setor privado (praticamente inexistente na maioria dos países socialistas, onde a economia era controlada pelo Estado). Como resultado, a China passou a crescer em um ritmo muito acelerado, tornando-se responsável por grande parte da produção industrial do mundo.

Assim, o fim do socialismo real contribuiu para a globalização de diversas formas: abrindo os antigos países socialistas, como China e Rússia (que fazia parte da União Soviética), para investimentos e produtos estrangeiros; permitindo a unificação da Alemanha, outro grande centro econômico global; e, finalmente, fortalecendo, ao redor do mundo, os defensores do livre mercado, que agora podiam usar como argumento em defesa de suas propostas a crise do socialismo, em que a atividade econômica era rigidamente controlada pelo Estado.

Também cresce no cenário brasileiro a preocupação com o meio ambiente. Um dos debates mais importantes do país no momento é justamente sobre como aproveitar o potencial econômico brasileiro sem degradar o meio ambiente (o que, no longo prazo, significa deixar de ter esse potencial). Não há consenso sobre como fazer isso da melhor forma, e é provável que, novamente, seja necessário sacrificar diferentes objetivos em diferentes momentos: às vezes será necessário sacrificar o crescimento, às vezes será necessário sacrificar o meio ambiente, e, novamente, caberá aos eleitores saberem quando fazer o quê.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ A globalização é a intensificação de relações sociais mundiais que ligam lugares distantes, de modo que acontecimentos em um lugar são influenciados por eventos ocorridos muito longe dali, e vice-versa.
- ✓ A globalização não é apenas econômica, mas envolve também aspectos políticos, culturais, ambientais, e se relaciona com esferas tão diferentes quanto esporte, religião e criminalidade.
- ✓ A governança global é o processo em que os Estados (e, hoje em dia, também as organizações internacionais e os movimentos sociais globais) procuram criar acordos, regras e instituições para regulamentar as relações entre eles. A governança global é necessária porque não existe um governo mundial.
- ✓ Com o surgimento dos Estados modernos, a governança global foi organizada pelo sistema de Westfália. Esse sistema reconhece que: cada Estado é soberano em seu território; as diferenças entre os Estados serão resolvidas, frequentemente, pela força; não há um poder global maior sobre os Estados.
- ✓ Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova forma de governança global começa a se formar no sistema das Nações Unidas. Esse sistema reconhece que as relações entre os Estados são cada vez mais importantes e que há certos valores fundamentais que os Estados precisam respeitar.
- ✓ A governança global ainda funciona, principalmente, pela ação dos Estados. Porém, parte importante das negociações entre os Estados agora se dá dentro das organizações internacionais.
- ✓ A globalização diminui o controle dos Estados sobre a economia dentro de seu território. Como consequência, fica mais difícil (embora de modo algum impossível) para os eleitores fazerem escolhas que contrariem o interesse dos investidores internacionais.
- ✓ O trilema de Rodrik diz que, entre soberania nacional, democracia e globalização, sempre que escolhermos duas variáveis, estaremos sacrificando a terceira. Se quisermos de volta a que sacrificamos, temos de sacrificar uma das outras duas, e assim por diante.
- ✓ Os movimentos sociais globais são aqueles que atuam em mais de um país, em geral tentando oferecer soluções para problemas globais.
- ✓ A globalização apresenta desafios importantes para o Brasil. Em primeiro lugar, a tarefa de aumentar a competitividade internacional do país ao mesmo tempo que combate suas imensas desigualdades. Em segundo lugar, o esforço do país em aumentar sua importância na governança global, de modo que seus interesses sejam contemplados. E, em terceiro lugar, a solução de questões de natureza global das quais o Brasil é palco, como a preservação da Amazônia.



Luxemba/Arquivo do fotógrafo

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual o conceito de globalização para Anthony Giddens?
2. Por que, após a Segunda Guerra Mundial, houve críticas ao sistema de Westfália?
3. Por que há quem diga que a globalização levará à perda de importância dos Estados?
4. Por que, entre os movimentos sociais globais, os movimentos ambientalistas estão entre os mais influentes?
5. Por que podemos dizer que a globalização é um desafio especialmente difícil para o Brasil por ser um país de desenvolvimento médio?

INTERAGINDO

Considere a letra desta canção do músico Manu Chao:

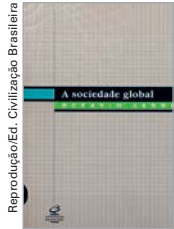
Clandestino

*Perdido no coração
Da grande Babilônia
Me chamam de clandestino
Por não ter documentos.
A uma cidade do norte,
Fui para trabalhar.
Minha vida eu deixei
Entre Ceuta e Gibraltar.
Sou uma onda no mar,
Um fantasma na cidade.
Minha vida segue proibida,
é o que diz a autoridade.
[...]
Argelino — clandestino
Nigeriano — clandestino
Boliviano — clandestino
Mão Negra — ilegal.*

MANU CHAO. *Clandestino*, 1998.
Virgin Records. Tradução do autor.

- Manu Chao é um cantor francês que canta em várias línguas, incluindo português. A canção “Clandestino”, cuja tradução apresentamos acima, foi composta em espanhol e retrata a situação dos imigrantes ilegais (“clandestinos”) na Europa, onde são conhecidos como “mãos negras”. O personagem da canção deixou sua vida “entre Ceuta e Gibraltar”, isto é, em algum lugar entre o norte da África e o sul da Europa, e em sua nova cidade é um fantasma, alguém cuja vida não é reconhecida pela autoridade. Veja a lista de nacionalidades no final da música e responda: O que esses países têm em comum? Você pode olhar o mapa dos países classificados pela competitividade global neste capítulo, ou mesmo o de desigualdade social, se quiser. Se em vez de um trabalhador nigeriano, boliviano ou argelino, estivéssemos falando de uma grande empresa de um desses países, você acha que ela seria mais ou menos bem recebida nos países ricos? Por quê?

SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução/Ed. Civilização Brasileira

A sociedade global, de Octavio Ianni. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

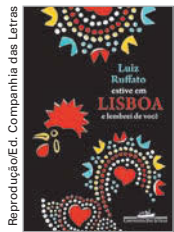
Analisando fatos, como os problemas ambientais, as epidemias, as guerras e os processos políticos contemporâneos, o autor aborda a globalização para além das esferas política e econômica.



Reprodução/Ed. Globo

Beleza e tristeza, de Yasunari Kawabata. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2008.

Romance que trata de dois momentos da história do Japão: o anterior à Segunda Guerra Mundial, quando o país instaurou um processo de modernização industrial e militarização, e o posterior, em que foi subjugado pela política e pela cultura ocidentais.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Estive em Lisboa e lembrei de você, de Luiz Ruffato. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

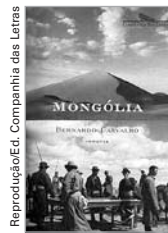
Este romance relata um processo imigratório entre Minas Gerais e Portugal, indicando a miséria e dificuldade da circulação de imigrantes num mundo globalizado.



Reprodução/Ed. Ediforo

Diga que você é um deles, de Uwem Akpan. São Paulo: Planeta, 2009.

Os cinco contos desta coletânea narrram, do ponto de vista infantil, as adversidades dos tempos contemporâneos que afligem países africanos, como a rede de tráfico de pessoas e a fuga de refugiados dos conflitos militares.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Mongólia, de Bernardo Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Um diplomata brasileiro vai à Mongólia em busca de um fotógrafo brasileiro perdido. Em sua jornada, ele enfrenta o choque cultural e de costumes em um país que saía do isolamento internacional após o fim do comunismo.



Reprodução/Ed. Brasiliense

Mundialização e cultura, de Renato Ortiz. São Paulo: Brasiliense, 1994.

No vestuário, na alimentação, na diversão e em muitos outros aspectos, os hábitos culturais tornam-se cada vez mais similares. O que está por trás da construção dessa imagem de “cidadãos do mundo”?

FILMES



Reprodução/WBHBO

Grande demais para quebrar (Estados Unidos, 2011). Direção: Curtis Hanson.

Filme inspirado em fatos reais que se dedica a examinar a grande crise econômica de 2008, centrando-se no então secretário da Fazenda dos Estados Unidos, Henry Paulson.



Reprodução/WB

O grande ditador (Estados Unidos, 1940). Direção: Charles Chaplin.

Um barbeiro judeu que combatia na guerra acorda depois de anos hospitalizado e vê seu país, a Tomânia, comandado por um ditador determinado a dizimar os judeus e dominar o mundo. Nesta sátira da Alemanha nazista, um desentendimento leva o barbeiro a uma posição em que jamais se imaginaria.



Reprodução/Universal

O jardineiro fiel (Reino Unido, 2005). Direção: Fernando Meirelles.

Drama que discute o poder das multinacionais (no caso, do setor farmacêutico) diante da fraqueza dos Estados nacionais africanos, incapazes de evitar experimentos antiéticos de medicamentos em sua população.



Reprodução/Imagem Filmes

Maria cheia de graça (Estados Unidos/Colômbia, 2004). Direção: Joshua Marston.

Uma adolescente grávida fica desempregada e se vê sem perspectivas de sustentar sua família. Assim, aceita se tornar uma “mula” para o tráfico de drogas, ou seja, levar cocaína até os Estados Unidos em seu estômago.

INTERNET (Acesso em: out. 2012.)

www.rets.org.br

A Revista Eletrônica do Terceiro Setor (Rets) reúne reportagens e artigos sobre temas como meio ambiente, educação, cultura e direitos humanos, produzidos por ONGs e outras entidades sem fins lucrativos.

www.onu-brasil.org.br

Página eletrônica da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Brasil. Traz informações sobre a entidade, notícias sobre os principais acontecimentos em sua sede e informações sobre projetos desenvolvidos no país.

A SOCIEDADE DIANTE DO ESTADO



Meek/National Gallery of Australia/M.A.R.C.

Grafite do artista de rua australiano Meek (1978-) feita em 2004 na parede de uma estação ferroviária em Melbourne, Austrália. No cartaz lê-se: FIQUE COM SUAS MOEDAS. EU QUERO MUDANÇA. Na tradução, perde-se o trocadilho, pois CHANGE, em inglês, significa tanto MUDANÇA como TROCO (moedas ou cédulas de menor valor).

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 A luta pela cidadania
- 2 Os movimentos sociais
- 3 Problemas da ação coletiva
- 4 Capital social e participação cívica
- 5 As revoluções

No capítulo 11, vimos que os detentores do poder não devem contar com obediência em toda e qualquer situação. Para sobreviver, o Estado precisa fazer acordos e concessões com os diferentes grupos da sociedade que governa. Esses grupos, por sua vez, procuram conquistar cada vez mais direitos e garantias diante do Estado.

Nas diferentes sociedades, as lutas políticas acontecem de formas diversas. Em sociedades modernas, uma parte importante da luta política é o empenho em definir o que é cidadania, isto é, quais são os direitos e os deveres dos cidadãos. Nessa luta por direitos, os movimentos sociais buscam o apoio dos cidadãos para suas reivindicações e o Estado tenta negociar acordos entre diferentes reivindicações. As tentativas do Estado nem sempre têm êxito, o que, em alguns casos, pode até mesmo levar à derrubada violenta do governo.

1. A LUTA PELA CIDADANIA

Cidadania é a condição de ser reconhecido como membro de um grupo político (por exemplo, um Estado) e de ter os direitos e deveres resultantes dessa condição. Na definição da filósofa alemã **Hannah Arendt (1906-1975)**, cidadania é “o direito de ter direitos”. Quando disse isso, Arendt pensava nas pessoas que foram expulsas de seus países durante a Segunda Guerra Mundial e, por isso, deixaram de ser reconhecidas como cidadãs de qualquer país: quem, nessa situação, poderia garantir os direitos dessas pessoas?

Pense no que significa ser cidadão de um país (por exemplo, o Brasil). Significa ser, antes de tudo, reconhecido pelos brasileiros como cidadão, tanto quanto eles, e reconhecê-los como cidadãos, tanto quanto você. Se uma pessoa rica ou poderosa acha, por exemplo, que a lei não se aplica a ela, mas apenas aos mais pobres, essa pessoa está desrespeitando os princípios da cidadania.

Mas cidadania não é só ser reconhecido como parte de um país: um cidadão também tem direitos e deveres. E esses direitos e deveres não são os mesmos em todos os países nem em todas as épocas. Os direitos que compõem a cidadania foram conquistados por meio de longas lutas políticas.

A análise clássica sobre a evolução da cidadania e dos direitos que a compõem foi feita pelo sociólogo inglês T. H. Marshall (*Perfil neste capítulo*). Marshall identificou três tipos de direitos que formaram a cidadania moderna na Inglaterra. São eles:

1. **Direitos Cívicos:** aqueles que permitem ao cidadão exercer sua liberdade individual. Por exemplo, o direito de dizer o que você pensa (liberdade de expressão), o direito de acreditar na religião que você quiser (ou não acreditar em nenhuma), o direito de fazer acordos e contratos com outros cidadãos e o direito à propriedade. Os direitos cívicos foram os primeiros a surgir na Inglaterra, se consolidando a partir do século XVIII.
2. **Direitos Políticos:** são aqueles que permitem ao cidadão participar do exercício do poder político. São exemplos de direitos políticos o direito ao voto, o direito de se organizar com outros cidadãos para defender propostas (incluído aí o direito a formar partidos políticos) e o direito de ser eleito para cargos políticos. Os direitos políticos se consolidaram na Inglaterra no século XIX, com o reconhecimento do sufrágio universal: o direito de voto para todos os cidadãos (inicialmente, só os homens).

Ao lado, cartaz (c. 1910) de campanha pelo voto feminino na Inglaterra com o texto “sem voto, sem impostos”, convocando as mulheres a não pagar impostos enquanto não tivessem direito ao voto.



WTR/L/Mary Evans Picture Library



See Zeya Tun/Reuters/Latinstock

Mulheres e crianças da etnia Rohingya, grupo muçulmano que vive entre Mianmar e Bangladesh, na Ásia, carregam seus pertences fugindo de violentos conflitos em junho de 2012. Os Rohingya são uma das minorias mais perseguidas do mundo, e, embora vivam no território de Mianmar há muitos séculos, não são reconhecidos como cidadãos do país. Por este motivo, frequentemente são vítimas de abuso e exploração.



rodolfo bernardelli/Museu Histórico Nacional

Retrato de André Pinto Rebouças, óleo sobre tela do pintor Rodolfo Bernardelli (1852-1931). Nome importante da luta contra a escravidão, André Rebouças (1838-1898) viveu para ver a abolição da escravidão em 1888, mas sempre lamentou que não tivessem sido tomadas medidas para dar aos negros brasileiros terras e outras condições para o exercício efetivo de sua cidadania.

3. **Direitos Sociais:** são aqueles que garantem ao cidadão um mínimo de bem-estar econômico e uma vida digna, de acordo com o padrão do país e da época. São exemplos de direitos sociais o direito à educação, à saúde, a uma aposentadoria na velhice ou em caso de invalidez. Os direitos sociais ganharam força no século XX, com as conquistas dos movimentos operários europeus, que forçaram o Estado a prover a todos os cidadãos saúde e educação públicas, entre outros direitos, como vimos no capítulo 8.

Em resumo, a cidadania é uma condição que nos permite participar como iguais da discussão política e uma reivindicação de que todos participem do que Marshall chamou de “herança comum” da sociedade, da riqueza que ela produz e da discussão sobre os valores que a sustentam.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?



Nossos antepassados não tinham muitos dos direitos que hoje consideramos naturais. É provável que você seja descendente de africanos escravizados, servos europeus ou indígenas expulsos de suas terras pelos colonizadores. As mulheres de sua família só ganharam direito ao voto no século XX. Também é possível que seus antepassados sejam descendentes de grupos perseguidos em razão de sua religião ou por suas opiniões políticas. É praticamente uma certeza que a grande maioria de seus antepassados nunca teve direito à aposentadoria, precisando ser sustentados pelos filhos na velhice (que frequentemente era curta, porque não havia serviços públicos de saúde, nem mesmo os serviços precários que temos hoje em dia). Talvez você não consiga nem imaginar a possibilidade de viver sem alguns desses direitos, que só foram conquistados depois de duras lutas políticas (no Brasil, vários desses direitos ainda são frágeis). É interessante pensar: será que algum direito que não temos hoje será considerado natural por nossos netos?

Howard Coster/National Portrait Gallery, Londres, Inglaterra. Foto de 1944.



PERFIL

T. H. MARSHALL

Nascido em 1893, o sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall estudou em Cambridge e a partir de 1919 passou

a lecionar na London School of Economics, onde dirigiu o Departamento de Ciências Sociais de 1939 a 1944. Também trabalhou na Unesco como diretor do Departamento de Ciências Sociais de 1956 a 1960. Tornou-se conhecido principalmente por seus ensaios, entre os quais se destaca *Citizenship and Social Class* (“Cidadania e Classe Social”), publicado em 1950.

Marshall analisou o desenvolvimento da cidadania

como um progresso dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se dotada dos três tipos de direito.

Um aspecto fundamental do trabalho de Marshall é que ele nos permite compreender as sociedades modernas como formadas a partir de duas dinâmicas conflitantes: de um lado, a economia de mercado tende a produzir crescente desigualdade; de outro, a luta pela cidadania tende a reduzir as desigualdades. É em meio a essa tensão que se desenvolve a política moderna.

ASSIM FALOU... T. H. MARSHALL

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desen-

volvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do *status* e um aumento no número daqueles a quem é conferido o *status*.¹

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS

É durante a luta pela cidadania que se formam os cidadãos. Os movimentos sociais foram — e são — fundamentais na tarefa de exigir do Estado o reconhecimento dos direitos que compõem a cidadania e para que os próprios cidadãos discutam entre si quais devem ser esses direitos.

Chamamos de movimento social um grupo de pessoas que atua conjuntamente para transformar algum aspecto da sociedade. Os movimentos sociais são diferentes dos partidos políticos porque não procuram, necessariamente, conquistar o controle do Estado. Em outras épocas, os movimentos sociais atuaram de modo diferente. No dizer do sociólogo norte-americano Charles Tilly, em cada época os movimentos sociais têm um “repertório”, um conjunto de práticas utilizadas para reivindicar. No mundo contemporâneo, esse repertório inclui, entre outros recursos, campanhas na internet, protestos, passeatas e outras formas de atuação política independente da disputa pelo Estado.

Embora não tenham como foco principal o Estado, os movimentos sociais exercem influência sobre ele porque muitas vezes as campanhas e protestos que organizam afetam as opiniões dos eleitores, o que faz com que os políticos passem a levá-los em conta.

Há vários tipos de movimento social. Uma maneira de entender a diferença entre eles, proposta pela filósofa norte-americana **Nancy Fraser (1947-)**, é fazer a distinção entre dois tipos de luta empreendida por esses movimentos: a luta por redistribuição e a luta por reconhecimento.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Nancy Fraser (1947-)**.

Fotografia tirada durante manifestação sindical do dia primeiro de maio de 1919, na praça da Sé, em São Paulo. A participação do movimento operário foi importante não apenas na conquista dos direitos sociais, mas também na luta pelo direito ao voto, que em muitos países era privilégio de indivíduos acima de determinados níveis de renda.



Autoria desconhecida/Acervo Iconographia

¹ MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 76.

A luta por redistribuição busca corrigir ou eliminar o que os membros do movimento consideram injustiças econômicas e sociais. O exemplo mais claro é a luta dos sindicatos, que buscam a redistribuição de renda por meio de salários mais altos e outros direitos sociais que diminuam a distância entre a qualidade de vida das diversas classes sociais. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que reivindica a redistribuição de terras, é um exemplo de luta por redistribuição.

Em abril de 2010, cerca de 5 mil militantes do MST partiram de Feira de Santana, Bahia, em marcha pela Rodovia BR-324, rumo à capital baiana. A caminhada fez parte do Abril Vermelho, a jornada de lutas do MST. O papel central da agricultura em nossa história explica a importância dos movimentos pela reforma agrária. O MST ocupa terras que considera improdutivas, o que levanta uma questão difícil: esse é um direito social (o direito à terra) que entra em conflito com um direito civil (o direito à propriedade dos donos das terras ocupadas).



Arrestidos Baptista/Agência A Tarde/Agência Estado



Nelson Antonio/Fotarena

A luta por reconhecimento, por sua vez, busca corrigir ou eliminar injustiças culturais, como a humilhação, o desrespeito e a negação de direitos a pessoas de determinados grupos. Um exemplo de luta por reconhecimento é o movimento LGBT (movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), que luta contra a homofobia e a favor da livre expressão sexual.

Os movimentos por reconhecimento têm reivindicações com relação à política do Estado (por exemplo, pelo reconhecimento do casamento civil entre homossexuais), mas parte importante de sua luta é cultural: é a luta para que a sociedade aceite os homossexuais como cidadãos que, como os demais, têm direito a ser diferentes em tudo o que não prejudique os outros cidadãos.

Décima sexta edição da Parada do Orgulho LGBT, na avenida Paulista, em São Paulo, em 10 de junho de 2012. Manifestações como essa reúnem diferentes entidades e pessoas que lutam por reconhecimento.

Além dos casos mais evidentes de movimentos por redistribuição e movimentos por reconhecimento, há os que envolvem tanto a luta pela redistribuição quanto a luta pelo reconhecimento, que Nancy Fraser chamou de movimentos bivalentes.

O movimento feminista, por exemplo, luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres. Grande parte da luta feminista é por redistribuição: pelo fim da desigualdade salarial entre homens e mulheres, por exemplo, ou para que o governo faça investimentos em políticas públicas para a melhoria da vida das mulheres (como creches públicas de qualidade que permitam às mães trabalharem tranquilamente). Mas a luta feminista é também por reconhecimento: para que as mulheres não sejam julgadas pela beleza física, não sejam estereotipadas como fúteis, vaidosas ou fracas, para que se reconheça o valor do trabalho não remunerado, como o serviço doméstico.

O caso do movimento negro é semelhante: parte importante da luta é por redistribuição: fim da diferença salarial entre negros e brancos, cotas em universidades públicas, etc. Mas parte essencial da luta do movimento negro é contra ideias racistas e estereótipos (de que negros só são bons em esportes e música, de que mulheres negras são mais sensuais que mulheres brancas, ou que somente brancos podem ter “aparência de líder”). O movimento negro também luta para que a história da resistência negra seja contada nas escolas e para que a herança cultural afro-brasileira seja reconhecida.

O movimento indígena talvez seja aquele em que estão mais entrelaçadas as lutas por reconhecimento e por redistribuição. Parte importante da luta indígena é pelo direito de ser reconhecido como tal (como membro de uma das diversas culturas indígenas existentes no Brasil), pelo direito de ter sua cultura aceita e não ser forçado a se adaptar aos padrões da sociedade ocidental. Mas, para que tudo isso se torne realidade, é fundamental a luta dos indígenas pelas terras que ocupam há muitos séculos, e longe das quais seus costumes dificilmente sobreviveriam. Por isso, boa parte da luta indígena no Brasil se dá contra garimpos, fazendas e projetos governamentais (como usinas hidrelétricas) que invadem terras e reservas ou as prejudicam de alguma forma (por exemplo, poluindo seus rios).



Bettmann/Corbis/Lainstock

A imagem acima parece uma cena comum dentro de um ônibus. Entretanto, trata-se de um momento histórico muito importante. A mulher da foto é Rosa Parks, cidadã norte-americana que se rebelou contra a legislação racista dos anos 1950 nos estados do sul dos Estados Unidos, segundo a qual passageiros negros (que sentavam separados) deveriam ceder o lugar a um branco, quando a seção reservada a estes estivesse lotada. No dia 1º de dezembro de 1955, Rosa Parks se recusou a fazer isso e foi presa. Sua prisão desencadeou uma onda de protestos por todo o país. A foto mostra Rosa Parks dentro de um ônibus, no dia 21 de dezembro de 1956, um dia depois da revogação da lei racista.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Por que é tão importante ser reconhecido por nossos semelhantes? Muitas pessoas têm mais facilidade de entender movimentos sociais que reivindicam conquistas materiais (salários mais altos, terra, moradia popular, etc.) do que movimentos por reco-

nhecimento. Para quem é ofendido e desrespeitado no dia a dia por causa da cor da pele, da orientação sexual, do gênero ou da religião, lutar contra esse desrespeito pode ser muito mais importante do que lutar por coisas materiais.

3. PROBLEMAS DA AÇÃO COLETIVA

lendo o item anterior, pode parecer fácil organizar um movimento social. Por exemplo, é óbvio que as mulheres são tratadas injustamente em diversas situações e têm interesses comuns. Logo, poderíamos concluir, é natural que elas se organizem para lutar por seus direitos. O mesmo pode ser dito sobre os trabalhadores pobres, os negros, os indígenas e tantos outros grupos discriminados.

Entretanto, a ação coletiva está longe de ser tão simples. Diversos estudos mostram que organizar pessoas em torno de um objetivo comum pode ser bastante difícil, mesmo quando o grupo a ser organizado constitui a maioria da população. O economista norte-americano **Mancur Olson (1932-1998)** estudou vários problemas de ação coletiva, relativos a tentativas das pessoas agirem juntas para fazer coisas que são do interesse de todos.

Você pode pensar que se algo é do interesse de um grupo, o grupo vai se organizar para conseguir-lo. Mas nem sempre é assim. Por exemplo, imagine que no seu bairro é do interesse de todos fazer um protesto exigindo a instalação de água encanada pela prefeitura. Temos, então, a seguinte situação:

- a) É do seu interesse que o bairro receba água encanada.
- b) Você sabe que participar do protesto tem um custo. Você talvez prefira assistir tevê na hora do protesto ou trabalhar nesse horário e ganhar mais dinheiro. Se participar do protesto, não poderá fazer nada disso.
- c) Você sabe que todos os demais moradores têm interesse em ter água encanada.

Assim, há um sério risco de que você pense o seguinte: “o melhor para mim é deixar que os outros façam o protesto: quando instalarem água encanada, eu também vou me beneficiar, e não vou pagar o custo de participar do protesto”. Isto é, muita gente pode preferir “pegar carona” no esforço político dos outros. O problema é que se todos pensarem assim, o protesto não acontece e ninguém conquista água encanada para o bairro.

O problema do carona

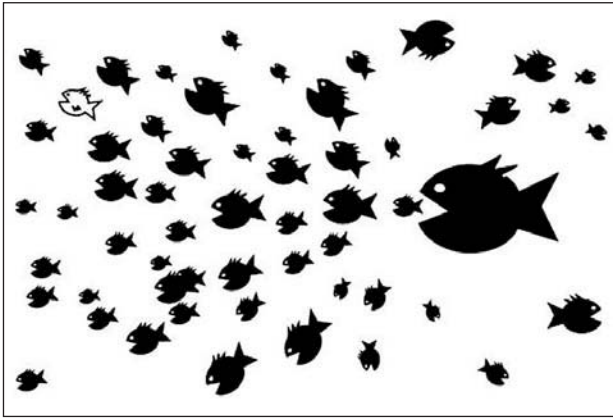
No quadro ao lado, temos um resumo das quatro situações possíveis no nosso exemplo. Na situação (1), todos resolvem participar (inclusive você), o protesto é bem-sucedido e todos ganham água encanada. Na hipótese 2, você se mobiliza mas o protesto não acontece. Mas você pode preferir a situação (3), em que todos ganham água encanada (você inclusive), mas você não precisa ir ao protesto. Se todos pensarem assim, acontecerá a situação (4), em que ninguém vai ao protesto e o bairro fica sem água encanada.

	As outras pessoas resolvem participar	As outras pessoas resolvem não participar
Você resolve participar	(1) O protesto acontece, e o bairro ganha água encanada.	(2) Você perde tempo indo até onde seria o protesto, que não acontece. O bairro não ganha água encanada.
Você resolve não participar	(3) O bairro ganha água encanada, e você não precisa perder tempo no protesto.	(4) O protesto não acontece, o bairro não ganha água encanada, mas você não perde tempo.

Os problemas da ação coletiva não são insuperáveis: se fossem, não existiria nenhum partido, movimento social, nem mesmo a sociedade, pois todos contamos com o fato de que os outros cidadãos vão concordar em certas coisas, como cumprir as leis ou respeitar os sinais de trânsito. A grande maioria dos cidadãos, aliás, faz essas duas coisas na maior parte do tempo.

Entretanto, cada grupo social precisa encontrar formas de resolver o problema do carona: os membros de uma igreja, por exemplo, podem parar de convidar para as festas comunitárias pessoas que têm dinheiro para ajudar na manutenção da igreja mas não o fazem, esperando que outros arquem com esse custo. Cada forma de resolver o problema do carona tem suas vantagens e riscos, é mais ou menos eficiente em cada situação.

Mancur Olson estudou também outro fenômeno, talvez ainda mais preocupante: se é verdade que pode ser muito difícil organizar a maioria, por outro lado pode ser muito fácil organizar a minoria. Ou seja, existe a possibilidade de um governo controlado por grupos que defendem seus próprios interesses, mesmo quando esses interesses vão contra os da população como um todo.



Brett Andersen/www.citizenjury.org

As imagens acima representam muito bem um problema de ação coletiva. Se os peixes pequenos se organizarem (como acontece na imagem da direita), vencerão o peixe grande. Mas se permanecerem desorganizados, serão vencidos pelo peixe grande. O problema da ação coletiva é como levar os peixes espalhados da imagem à esquerda a se organizarem no cardume representado à direita.

É bem mais fácil organizar um grupo quando o número de pessoas é pequeno e quando seus membros só recebem benefícios se participarem da ação coletiva, isto é, se for impossível utilizar a estratégia do carona. No exemplo do quadro da página ao lado, isso ocorreria se fosse possível conseguir água encanada apenas para as pessoas que participassem do protesto.

Imagine que duas empresas, A e B, têm interesse em conseguir do governo autorização para explorar um garimpo. O problema é que a exploração desse garimpo vai poluir a água consumida por cem mil pessoas. Para as empresas, é fácil se organizar para pressionar o governo (talvez mesmo através de subornos) e obter autorização para o garimpo. Se a empresa A resolver ser esparta e pegar carona no suborno da empresa B, esta pode perfeitamente exigir que o governo dê autorização só para ela. Isto é, nenhuma das duas empresas tem incentivo para ser carona, e a ação coletiva das duas provavelmente vai acontecer.

No exemplo do garimpo, considere a situação das cem mil pessoas que serão prejudicadas. Não é fácil organizar cem mil pessoas. Se cada uma delas resolver pegar carona na ação das outras 99.999, nada vai ser feito para impedir a poluição da água. Ou seja, neste caso, na luta entre o interesse de duas empresas contra cem mil pessoas, prevaleceu o interesse da minoria. Situações como essa acontecem frequentemente na vida real: minorias bem organizadas, ou que lutam por interesses particulares, muitas vezes vencem majorias desorganizadas.

Isso tem consequências importantes para a política nos dias atuais. Muitas políticas inadequadas postas em prática pelos governos se devem à influência de grupos particulares que conseguem exigir medidas que contrariam o interesse da maioria. Quando isso acontece, dizemos que houve “captura do Estado” por esses grupos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Que tipo de coisa ou situação deixa de acontecer na sua escola, na sua igreja ou no seu bairro porque as pessoas não se organizam? Você gostaria, por exemplo, que em sua escola fossem realizadas mais festas ou competições esportivas? O que você gostaria de reivindicar como melhoria para sua escola ou para seu bairro? Você já tentou organizar alguma dessas coisas? Por que não? Se já tentou, por que você acha que não funcionou? E se funcionou, conte aos colegas como foi essa experiência.

4. CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Como vimos no item anterior, se é verdade que as minorias organizadas podem dominar as majorias, não seria melhor se ninguém se organizasse, se cada cidadão cuidasse apenas de seus próprios problemas? Em alguns casos, é claro que não: conquistas como as do movimento negro e do movimento feminista são inegáveis. Mas, então, não seria o caso de valorizar apenas esses grandes movimentos, que defendem grandes causas, e fora isso, cada um cuidar da sua vida?

Tudo indica que não. Se isso fosse verdade, os países onde há menos movimentos sociais, onde a população participa menos da vida social, onde cada um cuida apenas dos seus próprios problemas, seriam os mais prósperos e bem organizados. Mas o que acontece é exatamente o contrário.

Segundo as pesquisas do cientista político norte-americano **Robert Putnam (1941-)**, regiões com altos níveis de participação social têm mais prosperidade econômica, mais respeito à lei e menos corrupção. A participação **cívica** descrita por Putnam não inclui apenas participar de movimentos sociais: inclui também frequentar igrejas, clubes de futebol, grupos de coral, associações de bairro, associações de pais de alunos e qualquer atividade que leva a pessoa a se organizar em conjunto com outros cidadãos.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Robert Putnam (1941-)**.

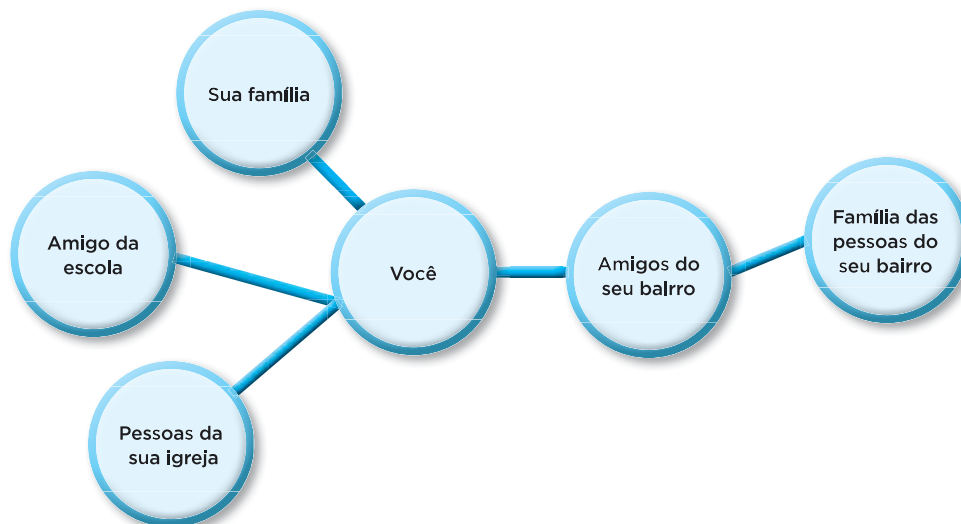
LÉXICO

cívico: relativo ao cidadão como membro integrante de um Estado.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

No capítulo 11, sugerimos que você se perguntasse a quem obedece, quem manda em você. Agora é hora de fazer outras perguntas: com quem você se reúne? De que atividades sociais você participa na sua comunidade: cultos religiosos, festas, uma turma que joga futebol? Há uma associação de moradores no lugar onde você mora? Uma escola de samba ou um bloco de carnaval? Grupos de oração? Sua escola tem grêmio estudantil ou outro tipo de associação de alunos? Pense também nos grupos de que seus pais participam. Muitas das suas relações sociais mais importantes podem se formar nesses encontros da comunidade.

Por que ocorrem as situações descritas por Putnam? Não sabemos com certeza. Mas há sinais de que a participação cívica é parte importante do que sociólogos, cientistas políticos e economistas chamam de **capital social**. Capital social é o conjunto de regras, redes de contatos pessoais (amigos, família, grupos de convivência) e relações de confiança que ajuda os cidadãos a superarem os problemas de ação coletiva. Veja o esquema a seguir.



No esquema ao lado, um exemplo de uma rede de relacionamentos ou rede social. Você talvez conheça o termo "rede social" relacionado à internet. As redes sociais têm uma estrutura como a da figura: você tem seus amigos, seus amigos têm os amigos deles, etc. As redes de relacionamentos da internet costumam sugerir que você fique amigo dos amigos dos seus amigos, por exemplo, copiando o que acontece na vida cotidiana. Os cientistas sociais cada vez mais estudam as redes sociais (da vida real e da internet) para descobrir de que modo elas afetam a vida das pessoas.

Fonte: Organizado pelos autores.

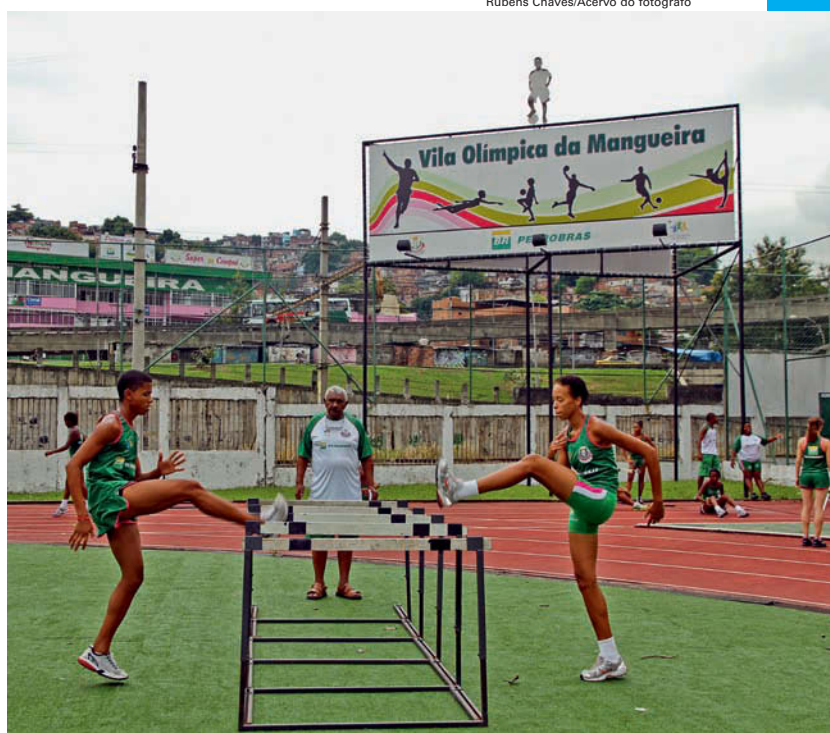
De que modo a confiança, por exemplo, favorece a ação em grupo? Lembrem-se do problema do carona: se cada um achar que o outro é um carona, nunca nos organizaremos para fazer nada. Mas se tivermos confiança uns nos outros, é bem mais provável que nos organizemos para lutar por nossos direitos, para que nossos filhos tenham boas escolas ou para que nosso bairro receba mais atenção das autoridades. Por outro lado, a confiança é reforçada pela participação em atividades sociais. Vejamos um exemplo.

Imagine dois comerciantes que nunca se viram na vida e nunca mais se verão depois de fechar um negócio. Imagine que um deles não conhece ninguém que o outro conhece. Se um deles quiser ser desonesto (por exemplo, entregando mercadoria de baixa qualidade), ao outro só restará entrar na justiça contra ele, e processos judiciais levam tempo, custam dinheiro.

Por outro lado, se os dois comerciantes frequentarem a mesma igreja, a mesma associação de moradores, o mesmo grupo que joga futebol todo sábado ou o mesmo sindicato, o preço da desonestidade passa a ser maior. O desonesto vai ter que enfrentar a reprovação das outras pessoas nesses grupos. Sua fama de desonesto vai fazer com que muitas pessoas desistam de fazer negócio com ele. Ou seja, a participação na vida social diminui o incentivo para ser um carona.

É fácil perceber que o capital social tem dois lados: é bom que os alunos de uma turma sejam amigos próximos, mas é ruim para alguém que, por algum motivo, seja excluído da turma. Políticos e empresários que frequentam os mesmos clubes, as mesmas festas, as mesmas associações comerciais, podem ter mais facilidade de fechar negócios ilegais entre si. Criminosos bem relacionados nos bairros onde moram podem ter mais chance de fugir da polícia.

Em foto de 2011, Projeto Vila Olímpica da Mangueira, com patrocínio da Petrobras, que prepara atletas dando chance a pessoas de baixa renda. Além de organizar desfiles de carnaval, as escolas de samba desempenham funções importantes nas comunidades. São pontos de encontro onde acontecem diversas reuniões como ensaios, feijoadas, atividades esportivas e educacionais. Assim, são importantes centros de produção de capital social.



Rubens Chaves/Acervo do fotógrafo



Art of Focus/Alamy/Other Images

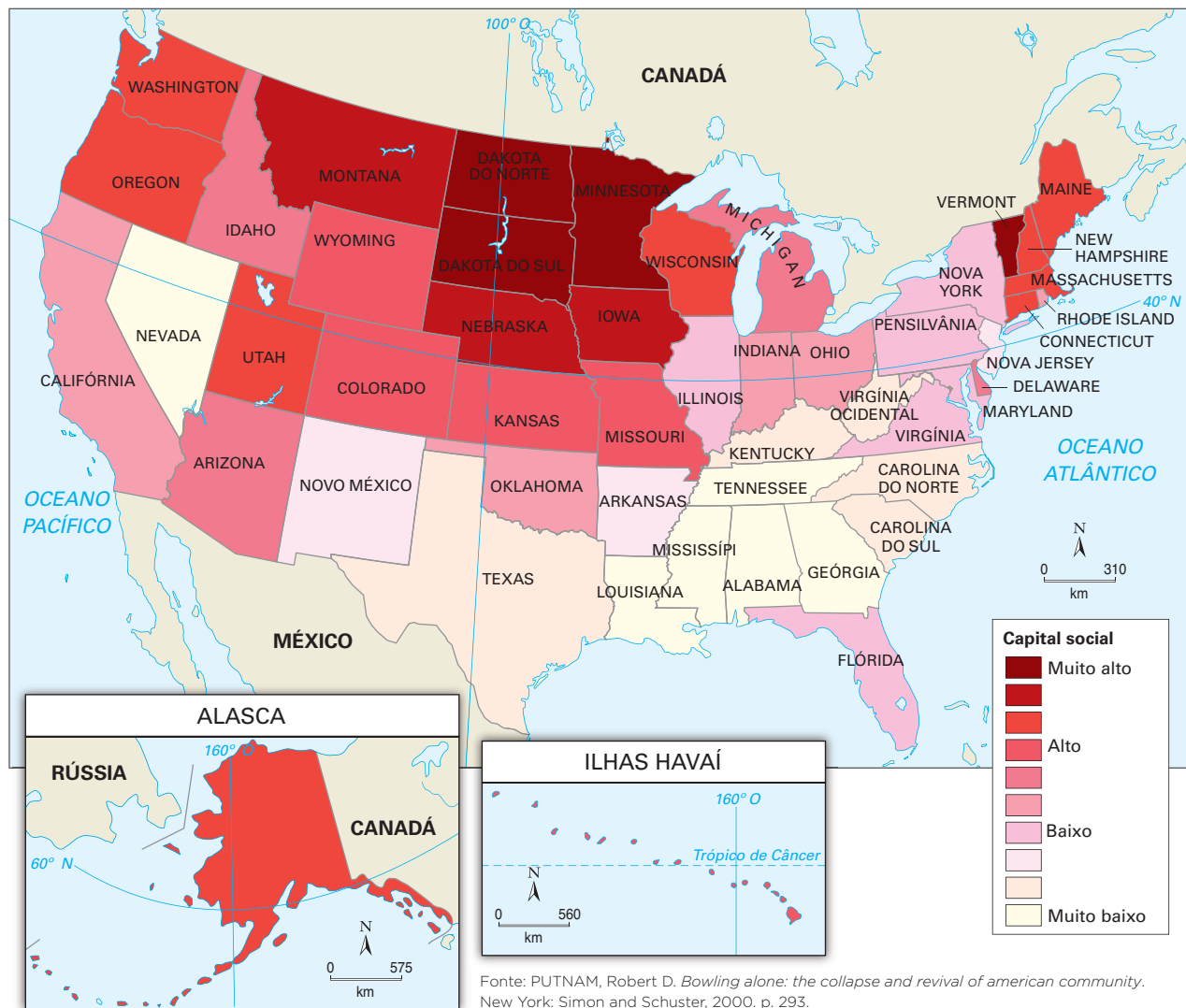
Na foto, manifestação do grupo extremista grego “Aurora Dourada”, em Tessalônica, em julho de 2012. O grupo prega o ódio aos imigrantes e às minorias, e tem inspiração neonazista. Movimentos racistas também se beneficiam das redes sociais para se organizar e são exemplos de movimentos sociais orientados não para conquistar, mas para subtrair os direitos de certos grupos de cidadãos.

Entretanto, o “bom” capital social (participação em movimentos sociais, em atividades comunitárias, igrejas, etc.) parece mesmo trazer bons frutos ou, ao menos, ajudar a preservá-los. Em suas pesquisas, Robert Putnam comparou o capital social de diferentes estados norte-americanos com a criminalidade e a sonegação de impostos em cada estado.

Segundo os resultados, os estados norte-americanos em que as pessoas participam mais de atividades cívicas são aqueles que têm menores taxas de criminalidade e de sonegação de impostos. É difícil saber se o capital social é responsável por esses bons resultados ou se apenas contribui para preservá-los: os cientistas políticos ainda não chegaram a um consenso sobre isso. Mas é possível pelo menos supor que a participação cidadã pode ter consequências importantes para o desenvolvimento dos países.

Se essa suposição for válida, a situação atual é preocupante, pois os estudos de Putnam mostram que tanto nos Estados Unidos como em outros países as pessoas participam cada vez menos de atividades cívicas. Caiu a porcentagem de pessoas que frequentam igrejas, que participam de movimentos sociais, que se reúnem com amigos para praticar esportes, etc. Por outro lado, Putnam ressalta que nos Estados Unidos aumentou muito a proporção de pessoas que escolhem a carreira de advogado (mesmo em comparação com outras carreiras lucrativas). Para Putnam, esse dado sugere que mais pessoas estão preferindo resolver problemas na justiça do que por meio de relações de confiança.

Capital social nos estados dos Estados Unidos



5. AS REVOLUÇÕES

Segundo o *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, “revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica”. Nessa definição, uma revolução acontece quando o governo é derrubado violentamente por um grupo que pretende tomar o poder para promover uma transformação social profunda.

A dificuldade de usar o conceito de revolução está no fato de que diferentes autores discordam sobre o que seria uma “transformação social profunda”. Para os autores marxistas, uma transformação social profunda é uma transformação das relações de produção. Se adotarmos essa definição, diremos que a Revolução Francesa foi de fato uma revolução (pois transformou as relações de produção de feudais para capitalistas), ao passo que a Revolução Americana, por mais que tenha sido importante (libertou os Estados Unidos da dominação colonial inglesa), não foi uma revolução (pois as relações de produção nos Estados Unidos continuaram as mesmas de antes).

A definição marxista de revolução não está certa ou errada, é uma entre outras definições possíveis e reflete a preocupação dos marxistas com a transformação das relações de produção. Outras definições, mais preocupadas em destacar o aspecto político, enfatizam menos as transformações sociais trazidas pelas “grandes revoluções” (como a francesa ou a russa) e mais os conflitos políticos intensos que levam à derrubada de governos pela força.

Hannibal Hansche/Corbis/Latinstock



Manifestação na praça Tahrir, na cidade do Cairo, capital do Egito, em 2011, durante a chamada “Primavera Árabe”, quando revoluções derrubaram os governos autoritários de países como a Tunísia, a Líbia e o Egito. Demonstrações como essa fazem parte do repertório dos movimentos sociais e servem, entre outras coisas, para dar uma demonstração da força do movimento, bem como do compromisso de seus membros com a causa.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já notou que a ideia de revolução está presente em nossa cultura mesmo quando não estamos falando de política? Sempre que lançam um produto novo os publicitários o qualificam de “revolucionário”; quando um empresário assume o controle de uma empresa e melhora seu desempenho, diz-se que ele “revolucionou” a administração da empresa. O mesmo se diz sobre técnicos que melhoram o desempenho de um time ou músicos que inventam um estilo novo. Nesses casos, a “revolução” é sempre tomada como um exem-

plo positivo. Talvez porque as revoluções de fato significaram momentos históricos fundamentais em nossa cultura. Somos o que somos, em grande parte, graças às revoluções inglesa (1688), norte-americana (1776), francesa (1789) e russa (1917). Também é verdade que as sociedades capitalistas valorizam a novidade, a inovação. Mas é bom lembrar que assim como podem dar certo, as revoluções podem dar muito errado, dando origem a regimes ainda mais autoritários do que os regimes que substituíram.

O sociólogo norte-americano Charles Tilly propõe outra definição de revolução. Para ele, revolução é a transferência, pelo uso da força, do controle sobre o Estado, que combina duas coisas:

- a) uma **situação revolucionária**, em que (1) ao menos dois grupos tentam conquistar o Estado, (2) uma parte importante da população apoia esses grupos e (3) o governo não é capaz nem de administrar o conflito entre os grupos nem de reprimir violentamente o grupo que tenta tomar o poder.
- b) um **desenlace revolucionário**, em que (1) os defensores do regime anterior o abandonam, e (2) os revolucionários vitoriosos adquirem controle sobre o Estado, inclusive dos meios de repressão (exército, polícia).

Na imagem ao lado, conflito nas ruas de Petrogrado (hoje São Petersburgo) na Rússia, em julho de 1917. O ano de 1917 na Rússia é um exemplo claro de situação revolucionária: os revolucionários chegaram a constituir instituições paralelas às do governo (os soviets ou conselhos), o que o líder Vladimir Lenin chamou de “situação de duplo poder”, e tomaram o poder em outubro do mesmo ano.



Autoria desconhecida/Arquivo da editora

Reprodução/1989, "Libertate Roumanie", by Denoel Paris



Na foto, manifestantes nas ruas de Bucareste (capital da Romênia) durante a revolução romena de 1989, que derrubou o ditador comunista Nicolau Ceausescu. Após revoltas na cidade de Timisoara, o ditador convocou uma grande manifestação de apoio ao governo, que seria transmitida ao vivo pela TV para todo o país. Para sua surpresa, os manifestantes começaram a vaiá-lo e a exigir a queda do governo. Ceausescu fugiu, mas acabou fuzilado pelos revolucionários poucos dias depois.

Como vimos, é possível que aconteça uma situação revolucionária sem resultado revolucionário, ou seja, uma revolução fracassada, que não consegue tomar o poder. A partir de sua definição, Charles Tilly desenvolveu um estudo sobre o tipo de regime político em que as revoluções aconteceriam com mais frequência. Tilly dividiu os regimes políticos segundo dois critérios:

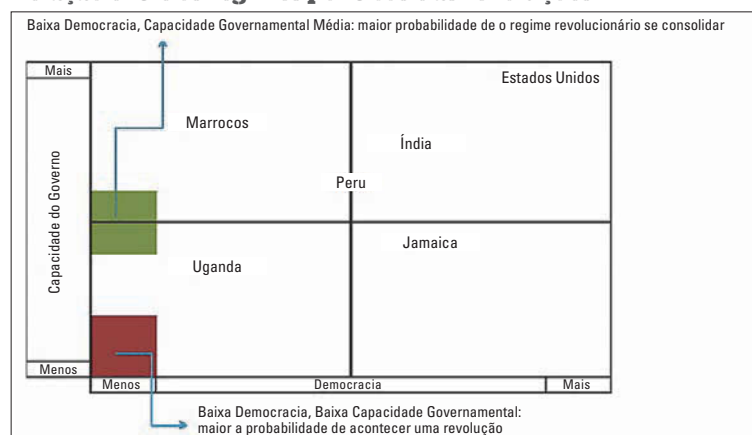
1. regimes mais ou menos **democráticos** (dependendo do quanto sejam abertos à participação política dos diferentes grupos sociais) e
2. regimes mais ou menos **capazes** (no caso, capacidade de exercer controle sobre o território, impor as leis, cobrar impostos, etc.).

Os estudos de Tilly demonstram a relação entre os regimes políticos e as revoluções, retratada no esquema ao lado.

Com base nesse esquema, podemos tirar as seguintes conclusões:

- As situações revolucionárias dependem muito da fraqueza do regime a ser derrubado. Logo, elas são mais frequentes nos regimes políticos menos democráticos e onde o Estado tem menor “capacidade”. De fato, grande parte das revoluções acontece em países pobres, onde o Estado é ao mesmo tempo fraco e ditatorial, onde é difícil para o Estado tanto administrar os conflitos pela negociação democrática como reprimi-los pela violência.
- O sucesso das revoluções é mais provável onde o Estado é não democrático (pois é fácil para os revolucionários reprimirem os partidários do regime anterior) e de capacidade média. Por que não de capacidade alta? Porque, nesse caso, dificilmente os membros do regime anterior (por exemplo, os militares) passarão para o lado dos revolucionários. E por que não de capacidade baixa? Porque, nesse caso, o novo regime é fraco demais para se manter.

Relação entre os regimes políticos e as revoluções



Fonte: Elaborado pelos autores para fins didáticos.

No esquema acima vemos quatro grupos formados a partir da definição de Charles Tilly. Na zona vermelha, temos os países com menos democracia e menos capacidade governamental, onde, segundo Tilly, as revoluções são mais prováveis. Na área verde, temos países de capacidade governamental média e baixa democracia, onde os regimes criados pelas revoluções teriam maiores chances de sobreviver.

+ PARA SABER MAIS • A desigualdade global cresceu?

Nos últimos anos, um intenso debate, envolvendo economistas como o sérvio Branko Milanovic e o catalão Xavier Sala-i-Martin, procurou responder à questão: a globalização faz crescer a desigualdade global? O debate ainda continua, e não há uma resposta definitiva. Entretanto, é possível chegar a conclusões diferentes analisando tipos diferentes de desigualdade.

Se prestarmos mais atenção à desigualdade entre os países, é fácil perceber que a desigualdade global aumentou muito. A renda *per capita* dos países mais ricos do mundo, como Estados Unidos e Noruega, é mais de cem vezes a renda *per capita* dos países mais pobres do mundo, como Congo e Mali. Os países que têm melhores condições de competir globalmente (mais educação, capital, tecnologia, instituições estáveis, etc.) aumentaram sua vantagem sobre os que não têm. Da mesma forma, se nos concentrarmos na desigualdade entre as pessoas dentro de cada país (isto é, se compararmos, por exemplo, os chineses mais pobres com os chineses mais ricos), a desigualdade também cresceu em muitos países em consequência da globalização. Isso é óbvio nos antigos países socialistas (e na China), que tinham pouca desigualdade de renda, e hoje, em alguns casos, atingem níveis muito altos de desi-

gualdade. Mas a desigualdade também subiu em países desenvolvidos como os Estados Unidos e o Reino Unido. Isto é, as pessoas com mais capacidade de competir globalmente também aumentaram sua vantagem sobre as que tinham menos condições de competir. Esse crescimento da desigualdade, entretanto, não é inevitável, e pode ser compensado pela ação do governo. No Brasil, por exemplo, a desigualdade de renda (que já foi a maior do mundo) caiu, em função de políticas sociais governamentais.

Por outro lado, se optarmos por comparar a renda de todos os habitantes do planeta Terra, como se todos fizessemos parte de um só país, vários estudos sugerem que a desigualdade global caiu. Isto se deve ao fato de que China e Índia, onde vive um grande número dos muitíssimo pobres do mundo, tiveram um grande crescimento econômico nas últimas décadas, que tirou centenas de milhões de pessoas da miséria.

A relação da globalização com a desigualdade é complexa. Embora a globalização torne os países mais desiguais entre si, e, em muitos países, torne os ricos ainda mais ricos, ela permitiu que muitas pessoas que eram extremamente pobres atingissem níveis de bem-estar um pouco superiores.

As conclusões de Charles Tilly estão de acordo com alguns fatos importantes sobre as revoluções nos dias de hoje. Em primeiro lugar, é bastante claro que as duas grandes revoluções do século XX (a Revolução Russa e a Revolução Chinesa) ocorreram após grandes guerras (a Primeira e a Segunda Guerra Mundial), que enfraqueceram muito os Estados russo e chinês. Outras revoluções importantes se deram durante lutas de independências nacionais, que também envolveram lutas militares contra potências coloniais. Isso reforça a tese de que revoluções são sinais de fraqueza estatal.

Por outro lado, também é notável o fato de que as revoluções se tornaram muito raras nos países democráticos. Isso sugere que, nas democracias, onde os diferentes interesses podem se organizar em partidos e movimentos sociais, há mais espaço para a negociação pacífica entre os diversos grupos sociais. Não por acaso, mesmo alguns partidos marxistas importantes em países democráticos (como a Itália) muitas vezes abandonaram o projeto de revolução violenta em favor de uma transformação social pacífica.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ Cidadania é a condição de ser reconhecido como membro de um grupo político (por exemplo, um país) e ter os direitos e deveres resultantes dessa condição.
- ✓ Segundo T. H. Marshall, a construção da cidadania na Inglaterra passou por três fases: no século XVIII, foram conquistados os direitos civis (ligados ao exercício da liberdade individual); no século XIX, os direitos políticos (ligados à possibilidade de participar das decisões políticas); e no século XX, os direitos sociais (ligados ao direito de ter um mínimo de bem-estar material garantido pela sociedade).
- ✓ Chamamos de movimento social um grupo de pessoas que atua conjuntamente para transformar algum aspecto da sociedade.
- ✓ Os movimentos sociais podem lutar por redistribuição (a correção de injustiças econômicas), por reconhecimento (a correção de injustiças culturais), ou pelas duas coisas ao mesmo tempo.
- ✓ Os problemas de ação coletiva são problemas relativos às dificuldades das pessoas agirem juntas para fazer coisas que seriam do interesse de todos.
- ✓ Um exemplo de problema de ação coletiva é o problema do carona, situação que acontece quando as pessoas cedem à tentação de não participar, achando que os outros vão participar (isto é, preferem pegar carona no esforço das outras). Se todo mundo pensa assim, ninguém participa.
- ✓ Capital social é o conjunto de regras, redes de contatos pessoais (amigos, família, grupos de convivência) e relações de confiança que ajudam os cidadãos a superarem os problemas de ação coletiva.
- ✓ O capital social pode ser bom ou ruim. Por exemplo, um grupo de alunos tanto pode usar sua amizade para facilitar a organização de uma festa como para isolar um aluno da convivência dos demais.
- ✓ Há evidências de que países e regiões com mais capital social têm várias vantagens, como menor criminalidade e menor sonegação de impostos.
- ✓ Revolução é a transferência, pelo uso da força, do controle sobre o Estado. Começa com uma situação revolucionária, em que pelo menos dois grupos disputam o poder, grande parte da população toma partido por um dos grupos e o governo não é capaz nem de administrar o conflito (por exemplo, propondo um acordo) nem de reprimir os revolucionários pela força. A revolução pode resultar em um desenlace revolucionário, quando os revolucionários conseguem controlar o poder de Estado.
- ✓ Situações revolucionárias são mais prováveis de acontecer em países com baixa democracia e baixa capacidade governamental. Entretanto, desenlaces revolucionários são mais prováveis em países com baixa democracia e capacidade governamental média.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Quais são os três tipos de direito descritos por T. H. Marshall? Dê exemplos.
2. Qual a diferença entre luta por redistribuição e luta por reconhecimento? Dê exemplos.
3. Descreva o problema do carona.
4. O que é o capital social?
5. Segundo Charles Tilly, em que países seriam mais prováveis as situações revolucionárias? E os desenlaces revolucionários?

INTERAGINDO

Considere a seguinte letra de música.

O preto em movimento

MV Bill

*Não sou o movimento negro
Sou o preto em movimento
Todos os lamentos (Me fazem refletir)
Sobre a nossa história
Marcada com glórias
Sentimento que eu levo no peito
É de vitória
Seduzido pela paixão combativa
Busquei alternativa (E não posso mais fugir)
Da militância sou refém
Quem conhece vem
Sabe que não tem vitória sem suor
Se liga só, tem que ser duas vezes melhor
Ou vai ficar acuado sem voz*

[...]

*Capacidade pra bater de frente
E modificar o que foi pré-destinado pra gente
Dignificar o que foi conquistado
Mudar de estado, sair de baixo
Sem esculacho é o que eu acho
Não me encaixo nos padrões
Que visam meus irmãos como vilões
Na condição de culpados
Ovelha branca da nação
Que renegou a pretidão (Na verdade é que você...)
Tem o poder de mudar "RAPÁ"
Então passe para o lado de cá, vem cá
Outra corrente que nos une
A covardia que nos pune
A derrota se esconde no irmão
Que não se assume
Chora quando é pra sorrir
Ri na hora de chorar
Levanta quando é pra dormir
Dorme na hora de acordar*

[...]



Reprodução/cufa.org.br

A CUFA (Central Única de Favelas), organização que tem o *rapper* MV Bill como um de seus fundadores, promove cursos e oficinas nos campos de educação, esporte, cultura e cidadania. Na foto, a página inicial da CUFA na internet.

Tem que ser sangue bom com atitude
Saber que a caminhada é diferente pra quem vem da negritude
Que um dia isso muda
Por enquanto vou rezar pro santo
E que nós nos ajude

- MV Bill é um *rapper* carioca, morador da Cidade de Deus, uma comunidade carente. Na letra acima, MV Bill levanta alguns temas relacionados ao que estudamos neste capítulo: a luta por reconhecimento, a necessidade de se organizar, as dificuldades de organizar a ação coletiva. Em que trechos você identifica esses temas? O que o *rapper* quer dizer com “E que nós nos ajude”?

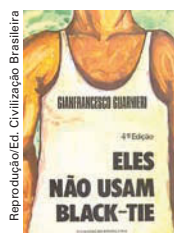
CONTRAPONTO

Considere o cartum abaixo.



- Neste cartum de Arnaldo Branco, publicado em 2011, o personagem à esquerda carrega um cartaz em que expressa seu orgulho em ser heterossexual, em resposta à Parada do Orgulho LGBT. Com base no que vimos sobre lutas por reconhecimento, responda:
 - a) Você considera legítima esta manifestação? Justifique sua resposta.
 - b) Qual o significado da pergunta feita pelo personagem de blusa verde?
 - c) Qual a importância das manifestações de orgulho LGBT?

SUGESTÕES DE LETURA



Eles não usam *black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Esta peça importante do teatro brasileiro mostra o momento de constituição das lutas sindicais no Brasil, as dificuldades de superar problemas de ação coletiva e a luta por direitos sociais, do ponto de vista dos conflitos internos de uma família operária.

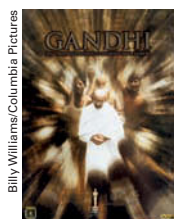


Reprodução: Ed. Companhia de Bolso

O que é isso, companheiro?, de Fernando Gabeira. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

Relato da experiência do autor como guerrilheiro urbano durante a ditadura militar brasileira. O livro mostra como uma tentativa de revolução socialista nasceu, entre outros motivos, da diminuição das possibilidades de atuação política pacífica quando a ditadura se tornou mais repressora. Ao mesmo tempo, mostra o fracasso do movimento, que não conseguiu conquistar apoio popular, e foi violentamente reprimido. Com a redemocratização, Gabeira se tornou militante ecológico, tendo sido eleito deputado várias vezes.

FILME



Billy Williams/Columbia Pictures

Gandhi (Reino Unido, 1982). Direção: Richard Attenborough.

O filme conta a história de Mohandas Gandhi, líder político de um grande movimento pacífico que acabou por conseguir a independência da Índia, até então parte do Império Britânico. O mais notável no exemplo de Gandhi (chamado de “Mahatma”, “A Grande Alma”) foi a capacidade de liderar de maneira pacífica uma luta muito difícil. A Índia é uma sociedade extremamente complexa, com inúmeras culturas, religiões e idiomas, e o Império Britânico era poderosíssimo. Infelizmente, o pacifismo de Gandhi não foi suficiente para evitar que, após a independência, a Índia fosse envolvida por graves conflitos entre hindus e muçulmanos, que levaram, inclusive, à separação entre Paquistão e Índia.



Billy Williams/Columbia Pictures

Cena do filme *Gandhi*. No centro da foto, o ator inglês Ben Kingsley no papel-título.

INTERNET

(Acesso em: fev. 2013.)

www.abong.org.br

Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong): associação que reúne um grande número de ONGs brasileiras.



Silvio Tanaka/Agência do fotógrafo

Grafito dos irmãos Otávio e Gustavo Pandolfo, conhecidos como OSGEMEOS, no viaduto entre o bairro do Cambuci e o Parque Dom Pedro, na cidade de São Paulo, em foto de 2006.

Neste capítulo vamos discutir:

- 1 Estado e cidadania no Brasil
 - 2 A origem da moderna democracia brasileira
 - 3 Os partidos políticos
 - 4 Uma democracia “normal”?
 - 5 O problema da corrupção
-

No Brasil, a Ciência Política nasceu um pouco depois da Antropologia e da Sociologia. Só na década de 1960 a Ciência Política começou a se consolidar no país, embora antes desse momento já houvesse alguns centros de pesquisa importantes.

Muito antes dessa época, entretanto, nos momentos em que o país se viu diante de escolhas decisivas, vários pensadores produziram ideias consistentes a respeito do papel do Estado, de como deveria ser organizado e das possibilidades da democracia no país. Os estudos de Ciência Política fazem parte dessa tradição do pensamento político nacional.

Desde o retorno da democracia, em 1985, a Ciência Política se desenvolveu muito no Brasil, produzindo importantes estudos sobre os partidos e o sistema político no país, além de investigar questões graves e complexas, como a corrupção.

Neste capítulo vamos conhecer um pouco desses trabalhos, que ajudam a compreender melhor nossa história e a organizar as ideias sobre o que pode ser feito a partir do momento atual.

1. ESTADO E CIDADANIA NO BRASIL

Durante o período colonial, a organização política no Brasil era parte do Império Português. Prevalcia uma fragmentação do poder político: os grandes proprietários rurais dominavam suas fazendas e aplicavam a lei conforme seus interesses. Em certas regiões, como Minas Gerais na época da mineração, nos séculos XVII e XVIII, o controle da Coroa portuguesa foi mais direto. Mas, como notou o historiador e cientista político **José Murilo de Carvalho (1939-)**, não havia um poder público no Brasil, isto é, um Estado que garantisse a mesma lei para todos. Alguns indivíduos estavam abaixo da lei (como os escravos), outros acima dela (como os grandes proprietários).

O período colonial deixou diversas heranças negativas para a construção da cidadania após a Independência, entre as quais se destacam:

- a escravidão, em razão da qual grande parte da população brasileira não dispunha nem mesmo dos mais elementares direitos civis (sem falar dos políticos e sociais);
- o poder absoluto dos grandes proprietários dentro de suas fazendas, onde a lei não entrava: eles mesmos administravam a justiça, de acordo com seus interesses pessoais;
- um Estado (herdado dos portugueses) marcado por grande confusão entre o público e o privado.

Em Estados desse tipo, que Max Weber chama de patrimonialistas, a atividade política, como notou o sociólogo **Simon Schwartzman (1939-)**, é marcada pela associação com o governo. Em vez de exigir direitos para todos, os grupos, classes ou indivíduos apoiam o governo em troca de favores pessoais. Por exemplo, em lugar de se organizarem para exigir maior liberdade econômica para todos, os comerciantes tentam receber ajuda do governo para si (empréstimos, perdão a dívidas, contratos lucrativos com o setor estatal, etc.), em troca de garantir seu apoio ao governo.

Em um Estado moderno, em que predomina a democracia, os grupos, classes e indivíduos lutam para mudar as leis, que são as mesmas para todos. Em um Estado patrimonialista, em vez de lutar por direitos, os grupos, classes e indivíduos pedem favores. O sociólogo, jurista, historiador e cientista político Raymundo Faoro foi um dos grandes estudiosos das características do Estado no Brasil.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **José Murilo de Carvalho (1939-)** e **Simon Schwartzman (1939-)**.

Osvaldo Jumo/Agência Estado. Foto de 1988.



PERFIL

RAYMUNDO FAORO

O gaúcho Raymundo Faoro nasceu em Vacaria em 1925. Em sua obra *Os donos do poder* (1958), produziu um dos exemplos mais bem-sucedidos de aplicação das teorias de Max Weber à realidade brasileira, descrevendo como a colonização portuguesa implantou no Brasil um Estado patrimonialista, em que não há fronteira clara entre o público e o privado: o Estado é frequentemente administrado como se fosse propriedade dos que o controlam. Essa característica estaria na origem de muitos problemas recorrentes na história brasileira, como a corrupção.

Faoro também teve atuação política importante

como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na época da ditadura militar (entre 1977 e 1979). Sob sua presidência, a OAB se destacou na luta pelas liberdades democráticas.

Após a publicação da obra de Faoro, o Brasil passou por grandes transformações, tornou-se um país predominantemente urbano e se industrializou significativamente. Nos últimos anos, também se tornou um país democrático. Muitos estudos recentes procuram atualizar a discussão promovida por Faoro, levando em conta esses novos fatores. Mas não há como negar que as teses desenvolvidas por esse autor, morto em 2003, continuam imensamente influentes e respeitadas mesmo entre os estudiosos que delas discordam.

Reprodução/Arquivo da editora



Nessa herança colonial estão as origens de muitos problemas atuais da sociedade brasileira. De um lado, a extrema desigualdade social e a exclusão de grande parte da população dos direitos mais elementares. De outro, um Estado bastante comprometido com interesses particulares, que busca tirar vantagens do patrimônio público, prática que hoje em dia chamamos de corrupção.

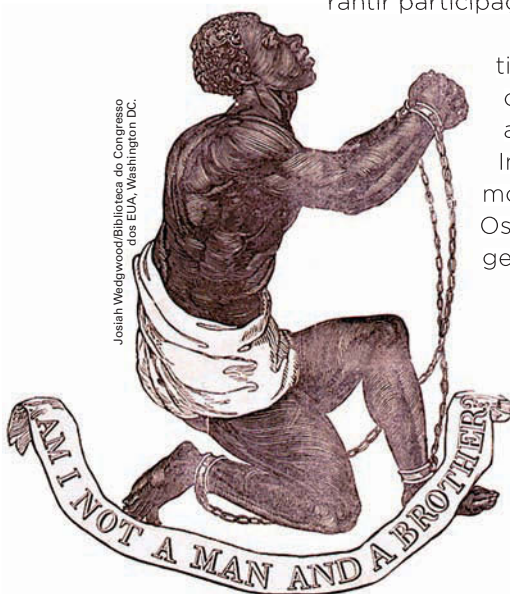
Frontispício da obra *A arte de furta*, publicada no Brasil colonial e atribuída por alguns ao padre Antonio Vieira (1608-1697) e por outros ao padre Manuel da Costa (1608-1667), ambos jesuítas portugueses. O livro trata, com muito humor, das práticas corruptas que ocorriam na administração colonial.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Como você vê o governo? Se uma ação do governo reverte em seu benefício, você enxerga isso como um favor pessoal ou como um direito? E se você estivesse no governo, como se comportaria? Daria empregos para seus amigos e familiares? Você acha que esses empregos seriam “seus” para distribuir ou bens públicos pertencentes a todos os brasileiros? Essa visão de que os bens do governo são propriedade dos ocupantes de cargos públicos faz parte da cultura brasileira e provavelmente é um dos fatores responsáveis pela corrupção no país.

Na luta pela cidadania, a mais notável transformação política do Brasil no século XIX foi a abolição da escravatura em 1888. O abolicionismo foi o primeiro grande movimento social brasileiro: como resultado, os negros passaram a ter ao menos o mínimo de direitos civis. Entretanto, a abolição não foi acompanhada de qualquer esforço para integrar os recém-libertos à sociedade brasileira. Os negros não receberam nem educação nem terra, duas coisas que poderiam lhes garantir participação na economia nacional.

A proclamação da República não trouxe mudanças significativas para a cidadania brasileira. O poder passou do governo central para os estados, em que as mesmas oligarquias continuaram mandando. As eleições, que existiram no Brasil desde a Independência, continuaram sendo inteiramente fraudadas, de modo que não é possível falar de progresso dos direitos políticos. Os direitos civis, mesmo após o fim da escravidão, ainda eram frágeis, e os direitos sociais mal apareciam no discurso oficial.



Josiah Wedgwood/Biblioteca do Congresso dos EUA, Washington DC.

Gravura que reproduz um medalhão elaborado em 1787 pelo abolicionista inglês Josiah Wedgwood (1730-1795), avô de Charles Darwin, criador da teoria da evolução. A inscrição diz “Não sou eu também um homem e um irmão?”. O abolicionismo foi um movimento social mundial, que mobilizou adeptos em vários países. No Brasil, foi também o primeiro movimento social de grandes proporções.

ASSIM FALOU... JOSÉ MURILO DE CARVALHO

[...] a frágil democracia brasileira precisa de tempo. Quanto mais tempo ela sobreviver, maior será a probabilidade de fazer as correções necessárias nos mecanismos políticos e de se consolidar. Sua consolidação nos países que são hoje considerados democráticos, incluindo a Inglaterra, exigiu um aprendizado de séculos. É possível

que, apesar da desvantagem da inversão da ordem dos direitos, o exercício continuado da democracia política, embora imperfeita, permita aos poucos ampliar o gozo dos direitos civis, o que, por sua vez, poderia reforçar os direitos políticos, criando um círculo virtuoso no qual a cultura política também se modificaria.¹

A Revolução de 1930 foi um divisor de águas na história nacional, tanto por progressos alcançados na esfera dos direitos políticos, quanto pelas conquistas na área dos direitos sociais no período após a revolução. Houve avanços políticos importantes, como o direito do voto feminino, conquistado em 1932. Porém, em 1937 teve início a ditadura do Estado Novo, que reverteu essas conquistas. A ditadura de Getúlio Vargas foi, aliás, o único período da história brasileira em que não foram realizadas eleições, nem mesmo fraudulentas.

O grande progresso da cidadania entre 1930 e 1945 aconteceu no âmbito dos direitos sociais: o Brasil passou a ter uma legislação trabalhista, salário mínimo, regulamentação das horas de trabalho, do trabalho feminino, do trabalho infantil e da previdência social. Vale notar, entretanto, que esses direitos não se estenderam aos trabalhadores rurais, uma amostra do poder que ainda tinham os grandes fazendeiros.

Para José Murilo de Carvalho, a conquista dos direitos sociais antes dos direitos políticos e dos direitos civis teve consequências importantes: reforçou a ideia de que o máximo que a população pode esperar é que o Poder Executivo (o presidente da República) lhe “dê” direitos. Essa impressão foi ressaltada pelo fato de que, no primeiro período democrático brasileiro, de apenas 19 anos (1945 a 1964), apesar de os brasileiros terem, pela primeira vez, conquistado direitos políticos, quase não houve progresso nos direitos sociais. Também é importante notar que entre 1945 e 1964, os analfabetos, que eram a maioria da população brasileira, não tinham direito a voto.

Do golpe militar de 1964 até 1985 tivemos outro período ditatorial, com uma sucessão de governos militares. Esse regime teve uma característica singular, que analisaremos no próximo item: as eleições para vários cargos (em especial deputado e senador) foram mantidas, embora com muitas restrições, de modo a sempre garantir a vitória do governo. Dessa forma, também é difícil ver aí um progresso dos direitos políticos. Houve, sim, novos progressos nos direitos sociais, com a extensão da previdência social ao setor rural.

Reprodução/Acervo Iconographia



Manifestação popular na praça do Patriarca, em São Paulo, durante a Revolução de 1930, que encerrou a Primeira República e deu início a uma nova fase da história política no Brasil. Os direitos políticos conquistados duraram pouco e foram revogados pela ditadura de Getúlio Vargas. Entretanto, o período que se iniciou em 1930 foi marcado por grande progresso dos direitos sociais, com conquistas importantes na legislação trabalhista e previdenciária.

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 224.



Momento da promulgação da Constituição Federal de 1988. O deputado Ulysses Guimarães, um dos líderes da luta contra a ditadura militar, levanta vitorioso o texto da Constituição de 1988, que garantiu os direitos políticos dos cidadãos brasileiros e também direitos civis e sociais que, entretanto, ainda não foram plenamente implementados.

A Constituição de 1988, que consagra o retorno da democracia brasileira (ocorrido em 1985) é um marco em nossa história política. Os direitos políticos foram garantidos inclusive aos analfabetos, e desde então nunca foram suspensos. As eleições deixaram de ser fraudadas e há poucas dúvidas de que somos uma democracia. A partir da década de 1990, gravíssimos problemas nacionais, como a inflação (subida descontrolada de preços) e a desigualdade social começaram a ser enfrentados por governos legitimamente eleitos.

Ainda há sérias ameaças à cidadania brasileira, que permanece muito frágil. Mas é inegável que em nenhum momento de nossa história os cidadãos acumularam mais conquistas do que no período democrático recente. Podemos esperar que com o passar do tempo, essas conquistas desenvolvam em nossa cultura política a ideia de que os direitos não devem ser dados como favores do governo, mas sim conquistados para todos os cidadãos, por meio da luta democrática.

2. A ORIGEM DA MODERNA DEMOCRACIA BRASILEIRA

No item anterior, traçamos um panorama da história da luta pela cidadania em nosso país. Entretanto, para entender o Brasil de hoje, é importante dar especial atenção ao processo de renascimento da democracia em 1985. Compreender bem a origem da democracia brasileira é fundamental para entender seu funcionamento nos dias atuais.

Nossa democracia moderna nasceu dos escombros do regime militar que se estabeleceu no Brasil em 1964, após a crise da primeira experiência democrática (1945-1964) do país. O regime militar foi uma ditadura: os ocupantes dos principais cargos do Executivo (presidente da República, governadores) não eram eleitos pelo voto popular e o governo violava direitos civis (prendendo, torturando e matando opositores do regime, censurando os meios de comunicação, etc.) e políticos (cassando deputados da oposição, suspendendo o direito de opositores concorrerem em eleições, etc.). Entretanto, embora o governo mudasse as regras do jogo quando temia perder as eleições, elas continuaram acontecendo para alguns cargos importantes, como deputados e senadores, e a partir de um certo momento a oposição passou a conquistar vitórias significativas. Isso não aconteceu nas outras ditaduras latino-americanas do período, como a argentina ou a chilena. E a principal consequência disso foi que os partidos e os políticos que disputaram eleições durante o regime militar continuaram a ter prestígio no período democrático.

É importante lembrar que o regime militar terminou em meio a uma grave crise econômica. Entre 1967 e 1973, o Brasil teve um período de grande crescimento econômico, conhecido como “milagre brasileiro”. Mas já a partir de 1974, quando ficou claro que o suposto milagre não iria durar, o governo continuou a investir pesadamente na economia, em boa parte com dinheiro emprestado de credores internacionais. Esses investimentos foram decisivos para o desenvolvimento, mas geraram endividamento e inflação. No início da década de 1980, quando o regime militar começou a ser desmontado, a situação econômica do Brasil já era muito precária, e foi nesse contexto que nasceu a democracia atual. Assim, no momento em que a população brasileira finalmente podia reivindicar seus direitos, o governo não tinha dinheiro para satisfazer ninguém.

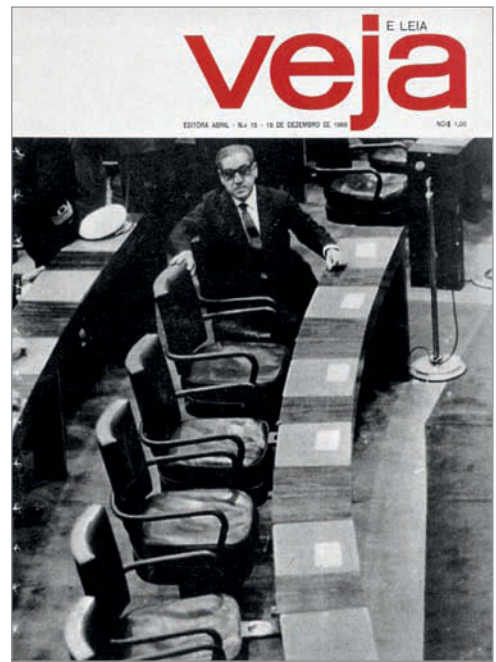
Segundo a cientista política **Maria D’Alva Kinzo (1951-2008)**, podemos dividir essa transição para a democracia em três fases:

Primeira Fase (1974-1982): quando a transição esteve sob inteiro controle dos militares. O governo Geisel reduziu a prática da censura dos meios de comunicação e anunciou sua intenção de promover uma abertura “lenta, gradual e segura”. Geisel enfrentou a “linha dura”, setor radical das Forças Armadas que

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Maria D’Alva Kinzo (1951-2008)**.

se opunha à volta da democracia, mas se esforçou para manter a abertura sob controle, mudando as regras eleitorais quando a oposição vencida eleições. Em 1979, foi decretada a anistia aos exilados políticos e outros adversários do regime, e uma nova lei permitiu a criação de novos partidos além dos dois (Arena e MDB, que veremos no próximo item) tolerados pelo regime militar.

Segunda Fase (1982-1985): nessa fase, apesar do governo militar (governo Figueiredo), novas forças passam a influenciar a transição, pois, nas eleições de 1982 (que foram diretas para governador), a oposição conquista o governo de nove Estados, entre eles São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Desde o golpe de 1964 que cargos tão importantes não eram ocupados por oposicionistas. Em 1984, a oposição tentou mudar a Constituição para que o próximo presidente da República fosse eleito pela população. A campanha da oposição deu origem ao movimento **Diretas Já!**, talvez a maior mobilização popular da história brasileira, com passeatas de milhões de pessoas em todo o país. Porém, a emenda das Diretas não foi aprovada pelo Congresso Nacional e tornou-se claro que a oposição só conseguiria liderar a redemocratização com o apoio de políticos que até então davam força ao regime militar. Graças aos votos da Frente Liberal, formada por dissidentes do partido que apoiava a ditadura, em 1985 Tancredo Neves foi eleito presidente da República por eleição indireta e o regime militar brasileiro chegou ao fim.



Reprodução/Editora Abril

Capa da revista *Veja*, edição de 18 de dezembro de 1968, quando o governo do general Costa e Silva fechou o Congresso. A foto mostra o então presidente no Congresso vazio e simbolizou o fechamento. Apesar de ter mantido as eleições, o governo militar não teve escrúpulos ao manipular as regras eleitorais (e até mesmo fechar o Congresso) quando foi de seu interesse.



Orlando Brito/Arquivo da editora

Reunidas no palanque do comício pelas Diretas Já! realizado no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1984, personalidades que seriam centrais na nova democracia brasileira, incluindo três eleitos para a Presidência da República: Tancredo Neves (sétimo da esquerda para a direita), eleito indiretamente como primeiro presidente civil desde 1964, faleceu antes da posse. No canto direito da foto, Fernando Henrique Cardoso, presidente da República entre 1994 e 2002; no canto esquerdo, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República entre 2002 e 2010.

Terceira Fase (1985-1990): período do governo de transição do presidente José Sarney, que assumiu a Presidência após a morte de Tancredo Neves, ocorrida antes de ele tomar posse. Nesse período a democracia se restabeleceu plenamente, com ampla liberdade de expressão, legalização de todos os partidos (inclusive os comunistas, proibidos durante a maior parte do período democrático de 1945-1964), e muita atividade dos movimentos sociais. A Constituição de 1988 consolidou as conquistas da democracia e estabeleceu direitos civis e sociais importantes, que o país ainda hoje luta para tornar realidade. Em 1989, pela primeira vez desde a eleição de Jânio Quadros, o Brasil teve eleições livres para presidente da República.

Entretanto, o governo Sarney fracassou em uma área crucial: combater a crise econômica herdada do regime militar, que se agravou imensamente devido ao malogro dos planos econômicos do governo de transição. Nos últimos meses do governo Sarney, os preços chegaram a subir até 80% ao mês. Ou seja, se no primeiro dia do mês o seu almoço custasse dez cruzados novos (a moeda de época), no último dia do mesmo mês custaria dezoito cruzados novos.



Jorge Rosenborg/Arquivo da editora

Os “fiscais do Sarney” se mobilizaram para garantir o sucesso do Plano Cruzado, o principal plano contra a inflação do governo de transição. Essas pessoas percorriam os supermercados checando se os preços não subiam. O Plano Cruzado deu errado, mas o fenômeno dos fiscais mostra como, após vinte anos de ditadura, a população estava ansiosa para participar do processo de construção de um novo país. Na imagem, o símbolo da campanha dos fiscais do Sarney, bóttons criados em 1986.

A crise econômica teve duas consequências importantes para o desenvolvimento da democracia brasileira:

1. Como vimos, justamente na hora em que sindicatos e outros movimentos sociais podiam começar a reivindicar seus direitos com mais liberdade, a situação econômica era péssima, e o governo precisava economizar dinheiro. O grande teste dos primeiros governos democráticos foi justamente o combate à inflação, que, aliás, já havia sido um problema para o último governo democrático antes da ditadura. Cabia a pergunta: a democracia brasileira seria capaz de administrar o país?
2. Os dois partidos que apoiaram o governo de transição (PMDB e PFL) se enfraqueceram muito com o fracasso do governo Sarney. Por isso, suas lideranças principais perderam terreno diante da opinião pública. Nas eleições presidenciais, seus candidatos tiveram votações muito baixas, e nenhum desses dois partidos conseguiu até hoje eleger um de seus membros para a Presidência da República pelo voto direto. Por outro lado, PMDB e PFL permaneceram muito fortes no Congresso, capazes de eleger muitos deputados. Como consequência, os presidentes eleitos daí em diante foram eleitos por outros partidos, que não tinham maiorias no Congresso.

A partir desse começo difícil, como se desenvolveu a democracia brasileira? Para responder a essa questão, precisamos entender o complexo jogo das alianças partidárias. No próximo item, vamos conhecer a formação dos partidos políticos brasileiros. No item seguinte, vamos ver como os partidos se organizaram para disputar o poder no período democrático.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Com tão poucos anos de democracia na história brasileira, é de esperar que alguns traços de autoritarismo façam parte de nossa cultura política. Por exemplo, você já deve ter ouvido dizer que o país precisa é de um governo forte, “sem esses políticos todos aí”, que decida à força o que é bom para o país. Pense no que você leu no item 2: a ditadura parecia menos interessada em manter o poder do que os políticos atuais? E quando chegou a hora de dividir a conta do “milagre brasileiro”, você concorda que fez falta a participação da sociedade na discussão? Os governos democráticos brasileiros conseguiram, aos poucos, reduzir a inflação e pelo menos reverter o aumento da desigualdade econômica que ocorreu nos governos militares.

3. OS PARTIDOS POLÍTICOS

Desde a Independência o Brasil teve eleições, e para disputá-las formaram-se partidos bem diferentes entre si. Como mostrou o historiador José Murilo de Carvalho, durante o período imperial, o **partido conservador** era formado sobretudo por proprietários de terras do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco e funcionários públicos. O **partido liberal**, por sua vez, era formado por profissionais liberais e proprietários de terras de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Durante a Primeira República, havia o que o cientista político **Jairo Nicolau (1964-)** chamou de **sistema unipartidário estadual**: em cada estado havia um partido republicano dentro do qual aconteciam as disputas políticas (uma exceção era o Rio Grande do Sul, onde o partido republicano disputava com o **partido federalista**). Mas visto que as eleições em todos esses períodos eram fraudadas, os partidos não tinham tanta importância quanto costumam ter em uma democracia moderna.

Chegamos atrasados à democracia, e num momento em que a Revolução de 1930 começava a instaurar direitos políticos no Brasil, a democracia estava em crise mundialmente. Além disso, muitos movimentos importantes dos anos 1930, como o **Partido Comunista do Brasil** e a **Ação Integralista Brasileira**, não tinham grande compromisso com a defesa da democracia. O presidente Getúlio Vargas também não tinha, e encerrou em 1937 o rápido experimento de liberalização pós-1930, durante o qual nenhum presidente da República chegou a ser eleito pelo voto direto da população.

Cientistas políticos e historiadores concordam que a primeira experiência de democracia no Brasil foi o período que vai do fim da ditadura de Vargas até o começo da ditadura militar. Nessa época se formaram os primeiros partidos políticos modernos brasileiros. Veja a seguir os principais partidos dessa fase.

Cartaz de propaganda da Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista, convocando à filiação, de 1937. Os integralistas apoiaram o golpe de Estado que encerrou o curto período de liberdade política entre 1930 e 1937, achando que iriam ter posições de destaque no governo Vargas. Desprezados pelo ditador, tentaram dar seu próprio golpe, que fracassou. É fácil perceber que os integralistas não tinham grande compromisso com a democracia.



Reprodução/AIB/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é

Jairo Nicolau (1964-).



O **Partido Social Democrático (PSD)** era um partido de centro, formado pelos interventores do Estado Novo (os governadores indicados por Vargas para os estados). Foi o maior partido do país entre 1945 e 1964, mas sua influência caiu ao longo do período. Elegeu dois presidentes, Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Cartaz que mostra o presidente eleito Juscelino Kubitschek, um dos poucos que conseguiu terminar seu mandato durante a primeira experiência democrática brasileira. Entre suas realizações está a construção de Brasília, atual capital do Brasil. Foto de 11 de setembro de 2002, um dia antes do centenário de Kubitschek.

A **União Democrática Nacional (UDN)** era um partido de direita, sem ligação com o esquema de poder de Vargas. Manteve sua influência em níveis mais ou menos estáveis durante o período. Apoiou a eleição de Jânio Quadros (1960), mas passou a maior parte do período democrático na oposição.

O **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**, de esquerda, foi formado pelos sindicatos ligados ao Estado Novo. Durante a ditadura Vargas, esses sindicatos eram estritamente controlados pelo governo, mas no período democrático se tornaram cada vez mais autônomos, o que ajudou o PTB a crescer durante o período. O partido elegeu como presidente Getúlio Vargas (que voltou ao poder, dessa vez pelo voto, em 1950) e elegeu duas vezes o vice-presidente (João Goulart), que, pelas regras da época, podia não ser do mesmo partido do presidente. Goulart assumiu a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros, que iniciou uma crise política que acabaria levando ao fim do regime democrático em 1964.

Outro partido importante na época foi o **Partido Comunista Brasileiro**, que, entretanto, permaneceu ilegal durante a maior parte do período, sob alegação de que só partidos que defendessem a democracia poderiam existir. Na verdade, os partidos comunistas permaneceram legais em todas as democracias maduras, o que mostra que a democracia brasileira ainda não era capaz de incorporar todas as forças sociais.

É fácil perceber que essa primeira experiência de democracia foi frágil: somente dois presidentes eleitos terminaram seus mandatos normalmente, os dois do PSD (Dutra e Juscelino). O eleito com apoio da UDN, Jânio Quadros, renunciou, e, dos dois presidentes eleitos pelo PTB, Vargas se suicidou ainda no cargo e Goulart foi derrubado pelos militares.

Em 1966, após a derrota dos candidatos governistas na eleição de 1965, o regime militar dissolveu os partidos existentes, e novas regras foram estabelecidas para a criação de novos partidos. Somente dois partidos conseguiram atender às novas regras: a **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)**, que apoiava o governo militar, e recebeu a adesão de quase todos (89,6%) os deputados da UDN e da maioria (64,5%) dos deputados do PSD; e o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**, de oposição, que acolheu a maioria dos deputados do PTB (67,2%) e um número expressivo dos deputados do PSD (35,5%).

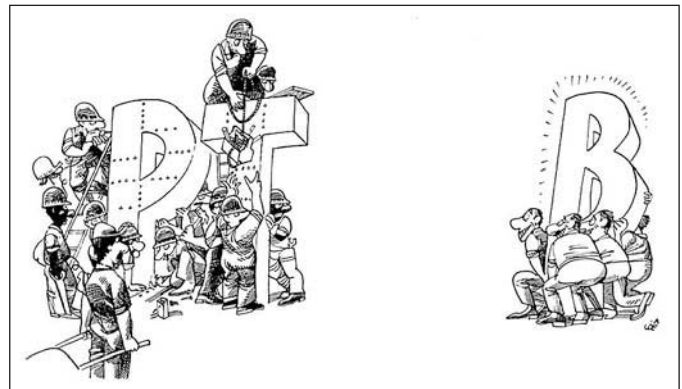
O MDB começou muito fraco, em parte porque muitos deputados de oposição foram cassados pela ditadura. Nas primeiras eleições que disputou, em 1966 e 1970, foi amplamente derrotado pela ARENA. Mas em 1974, obteve uma impressionante vitória, aumentando muito o número de seus deputados e senadores. Como resposta, o governo mudou a regra para a eleição de senadores, garantindo sua maioria. Mesmo assim, o MDB continuou ganhando espaço.

O regime militar, então, procurou dividir a oposição, promovendo nova reorganização partidária: novos partidos foram formados a partir de 1979. Os dois principais continuaram sendo, por algum tempo, o **Partido Democrático Social (PDS, ex-ARENA)** e o **PMDB (ex-MDB)**. Mas agora também surgiam novos partidos, com destaque para dois mais à esquerda, o **PDT (Partido Democrático Trabalhista)**, ligado à herança do antigo PTB, e o **PT (Partido dos Trabalhadores)**, criado a partir do sindicalismo dos anos 1970.

O PT foi uma novidade na política brasileira. Até então, os partidos de esquerda no Brasil ou eram ilegais (caso do Partido Comunista) ou eram muito dependentes do governo, como o PTB (os sindicatos da Era Vargas eram controlados). Na década de 1970 surgiu no Brasil um novo sindicalismo, mais independente do Estado. Aliado a outros movimentos sociais e a grupos de esquerda que combateram a ditadura (inclusive ex-guerrilheiros), o PT se constituiu como o primeiro grande partido de esquerda brasileiro a vencer as eleições presidenciais (em 2002, 2006 e 2010). Ao comparar essa situação com outros períodos da história brasileira, é fácil notar que a incorporação da esquerda independente ao jogo democrático (e, com ela, os sindicatos, movimentos sociais, etc.) foi um grande progresso. Reconhecer isso, aliás, não é a mesma coisa que decidir votar no PT; é importante que tanto a esquerda quanto a direita sejam representadas na democracia. A principal liderança do PT é o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, que foi presidente da República entre 2002 e 2010.

Nos últimos momentos do regime militar, parte importante do PDS, a chamada Frente Liberal, se aliou ao PMDB, garantindo a eleição de Tancredo Neves. A Frente Liberal formou o **PFL (Partido da Frente Liberal)** que em 2007 mudou de nome para **DEM (Democratas)**. No final do governo Sarney, um grupo importante de parlamentares do PMDB, entre os quais o então senador Fernando Henrique Cardoso, saiu do partido e formou o **Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)**.

Na foto de 1988, evento de fundação do PSDB. O terceiro da esquerda para a direita é o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, presidente da República entre 1994 e 2002 e principal nome do partido. Ladeando FHC, os governadores de São Paulo Franco Montoro e Mário Covas, figuras importantes na luta contra a ditadura militar. Os adeptos do PSDB são conhecidos como “tucanos” em referência à ave símbolo do partido.



Charge de Luis Gê, publicada na época da fundação do PT, mostra a intenção dos fundadores do partido de se desvencilhar da herança do antigo PTB e do sindicalismo que o sustentava. Os operários que constroem o “P” e o “T” não parecem muito dispostos a aceitar o “B”, que representa a opção de entrar no PTB. Durante a formação do PT, era frequente que suas lideranças enfatizassem a intenção de ser um partido dos trabalhadores, sem a interferência do Estado que caracterizou os sindicatos da Era Vargas.

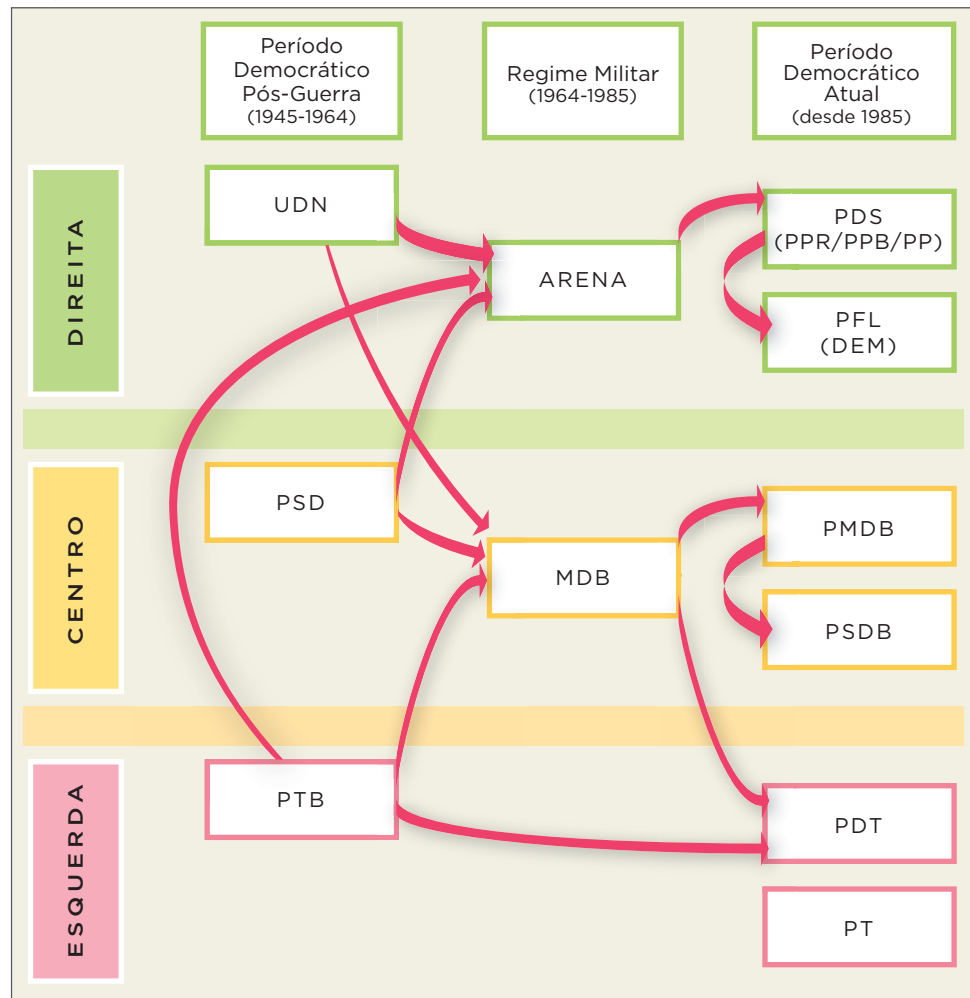
Luiz Gê/Acervo do artista



Reprodução/PSDB

Desde então, o sistema partidário brasileiro passou a contar com quatro grandes partidos (PMDB, DEM, PSDB e PT), além de vários partidos médios e pequenos. Veja no esquema a seguir um resumo da trajetória dos partidos políticos brasileiros.

Trajetória dos partidos políticos brasileiros desde 1945



As mudanças e divisões dos partidos políticos deram origem à opinião, ainda hoje comum, de que algo estava errado na democracia brasileira, basicamente dois problemas:

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você certamente já ouviu falar mal dos partidos políticos brasileiros. E muito do que você ouviu pode ser verdade. Mas pense no seguinte: faz bem pouco tempo que os partidos brasileiros puderam se organizar com liberdade. Durante a ditadura, os partidos sabiam que nunca teriam poder de fato enquanto durasse o regime militar. Você acha que sabendo disso, os membros dos partidos iriam se preocupar com sua atuação se chegassem ao governo? Ou é mais provável que se contentassem em aproveitar para ganhar dinheiro com seus cargos e bajular o governo para conseguir vantagens? Também nesse aspecto a democracia brasileira tem de pagar a conta de uma longa história de autoritarismo nacional.

1. um número muito grande de partidos;
 2. o fato de que o presidente da República é obrigado a fazer muitos acordos com outros partidos para conseguir a maioria no Congresso Nacional, necessária para que o governo consiga aprovar as medidas que propõe.
- Mas será que essas duas características fazem da democracia brasileira uma democracia anormal? Como veremos, não é isso que nos dizem pesquisas recentes de Ciência Política.

4. UMA DEMOCRACIA “NORMAL”?

Para entender como funciona a política brasileira, é importante considerar três dimensões: as instituições políticas, os partidos políticos e a maneira como se dá a competição eleitoral.

No início da redemocratização, muitos temiam que nenhuma dessas dimensões funcionasse, pois os partidos políticos brasileiros eram muito numerosos e desorganizados. O presidente da República, sem poder contar com um partido forte que o ajudasse a aprovar as leis e medidas no Congresso, não conseguiria executar seu programa. Felizmente, não foi isso que ocorreu. Para entender o porquê, vamos primeiro analisar a relação entre as instituições políticas.

No Brasil atual, o regime de governo é o presidencialismo. As instituições fundamentais foram definidas pelo Título IV da Constituição de 1988, “Da Organização dos Poderes”, e são as seguintes:

O Poder Legislativo no Brasil é exercido pelo **Congresso Nacional**, que tem duas funções principais: aprovar as leis que regem o país e fiscalizar os gastos do governo. O Congresso Nacional é formado por duas casas:

- O Senado Federal, composto de 81 senadores eleitos pelos 27 estados brasileiros (além do Distrito Federal). Cada estado (e o Distrito Federal) elege o mesmo número de senadores (3), independente de seu tamanho, população ou importância econômica. Essa regra tem como objetivo garantir algum grau de igualdade entre os estados da Federação. Os senadores são eleitos para mandatos de oito anos. Em uma eleição são renovados um terço dos senadores, e na eleição seguinte, dois terços.
- A Câmara dos Deputados, composta de 513 deputados federais. O número de deputados federais de cada estado depende do tamanho de sua população, mas não pode ser menor do que oito nem maior do que 70 (que é o tamanho da bancada de São Paulo, o estado mais populoso do país). Os deputados federais têm quatro anos de mandato.

O chefe do Poder Executivo é o presidente da República, eleito de quatro em quatro anos pelo voto direto de todos os eleitores brasileiros. Como mostrou a pesquisa de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (*Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999), no Brasil o presidente da República tem bastante poder, se compararmos o sistema atual com o de outros países presidencialistas (como os Estados Unidos) ou com o sistema brasileiro entre 1945 e 1964. Por exemplo, no Brasil, só o presidente pode propor leis que alterem os impostos. Assim, não é verdade que temos uma Presidência fraca diante do Congresso. A grande maioria das leis propostas pelo presidente é aprovada pelo Congresso.

Também não é correto dizer que o Congresso está sempre tentando sabotar o presidente da República. De fato, nenhum dos presidentes eleitos desde 1989 se elegeu por um partido que tivesse a maioria no Congresso Nacional. Isso foi resolvido através de alianças entre os partidos: para governar, o presidente brasileiro precisa formar uma coalizão, ou aliança, entre vários partidos, com o objetivo de aprovar seus projetos junto ao Poder Legislativo. Por isso, muitos pesquisadores descrevem o sistema político brasileiro como um “presidencialismo de coalizão”, termo criado pelo cientista político **Sérgio Abranches (1949-)**.

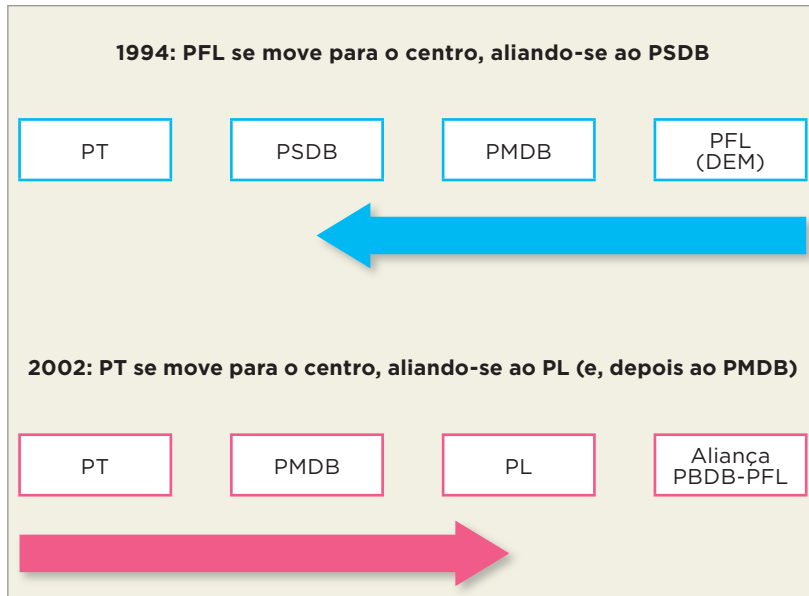
Para fazer suas coalizões, o presidente negocia com os partidos. E isso é possível porque os partidos políticos são muito mais organizados do que se pensa. A mesma pesquisa citada acima mostrou que, na maioria das vezes, quando os líderes do partido se posicionam contra ou a favor de determinada lei ou proposta do governo, o partido segue seus líderes. Além disso, analisando como os partidos votaram em diferentes questões, os pesquisadores identificaram claras diferenças ideológicas entre eles. Veja a seguir uma classificação dos partidos políticos brasileiros segundo sua ideologia.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Sérgio Abranches (1949-)**.

Principais partidos políticos brasileiros após a redemocratização (1985)		
Esquerda	Centro	Direita
PT PDT PSB PC do B PPS (ex-PCB) PV	PSDB PMDB	DEM (ex-PFL) PP (ex-PDS, PPB, PPR) PTB PR (ex-PL)

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Fabiano Santos (1964-)**.

A partir da redemocratização, a competição eleitoral apresentou razoável consistência ideológica, com apenas dois partidos apresentando candidatos fortes à Presidência desde 1994: o PT e o PSDB, que lideraram, respectivamente, os blocos de esquerda e de direita. E, como mostrou o cientista político **Fabiano Santos (1964-)**, aconteceu no Brasil o que costuma acontecer em sistemas bipartidários: esquerda e direita tentam conquistar o centro moderando seu discurso.



Em 1994, o PFL (de direita) se aliou ao PSDB (de centro) com sucesso: a aliança entre os dois partidos conquistou a Presidência da República em 1994 e em 1998, elegendo Fernando Henrique Cardoso presidente nas duas vezes. Por sua vez, o PT (de esquerda) só conseguiu eleger Luiz Inácio Lula da Silva presidente em 2002 e 2006 depois de fazer alianças com um pequeno partido de direita (o PL), também se movendo para o centro. Mais tarde, o PT aliou-se ao PMDB, estabelecendo, em oposição à aliança PSDB/DEM (ex-PFL), as duas grandes forças da atual política nacional.

Em outras palavras, a política brasileira é muito mais parecida com a de outros países do que se pensa. E é importante notar que essa característica tem se acentuado à medida que o país experimenta mais tempo de democracia. É possível, portanto, que a tendência para partidos políticos mais estáveis e claramente diferenciados se reforce com o tempo.

Entretanto, existe um problema que afeta mais o Brasil do que os países desenvolvidos, de democracias mais maduras: a corrupção. Vamos discutir esse assunto no próximo item.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas pessoas têm opiniões desfavoráveis sobre a política brasileira, especialmente sobre o Congresso Nacional. De fato existe muita corrupção no Congresso (assim como nos outros dois poderes), mas também é verdade que muitas leis importantes foram elaboradas desde a redemocratização do Brasil, com participação decisiva do Congres-

so. É bom evitar o pessimismo exagerado, pois achando que todos os políticos são desonestos, corremos o risco de desconsiderar a importância do voto consciente. Maior atenção do público e da mídia à atuação do Congresso (inclusive no que ela tem de positivo) pode ser muito construtivo para o desenvolvimento do sistema político.

5. O PROBLEMA DA CORRUPÇÃO

Se a democracia no Brasil não é tão desordenada quanto parece, por que a política brasileira é tão malvista? Principalmente porque a corrupção, isto é, o uso de recursos públicos para fins particulares, é muito grande no país. Uma sucessão de escândalos envolveu diversos governos brasileiros. Segundo o cientista político **Leonardo Avritzer (1959-)**, em uma pesquisa de 2009, 73% dos entrevistados manifestaram opinião de que a corrupção no Brasil é “muito grave”.

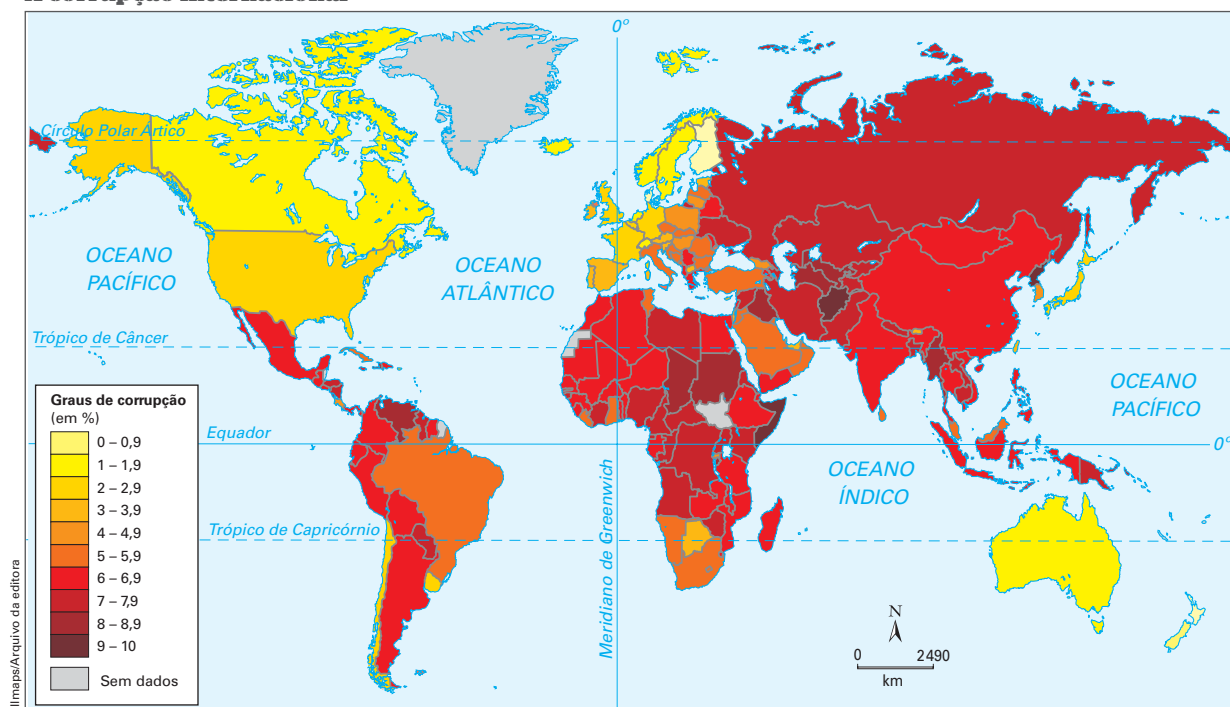
Como a ciência política pode contribuir para explicar a corrupção brasileira? Os cientistas políticos não são policiais ou juízes, não é papel deles investigar denúncias de corrupção ou avaliar a culpa dos acusados. Entretanto, podem oferecer algumas pistas para entender as causas do fenômeno e identificar possíveis tendências de longo prazo quanto à corrupção no Brasil.

É muito difícil analisar a corrupção. Nenhum corrupto vai responder sinceramente a um questionário com a pergunta “Você deveria estar na cadeia por ter roubado dinheiro do povo?”. Também é difícil medir a corrupção pelos escândalos divulgados na mídia: talvez só venham a público aqueles que envolvem corruptos que se deixaram flagrar. Ao verificar que em certos períodos os escândalos diminuíram, não é possível afirmar se a corrupção diminuiu de fato ou se a polícia e a imprensa não identificaram os corruptos.

Uma maneira de medir o nível de corrupção é perguntar a opinião das pessoas. Porém, esse método não é muito consistente por vários motivos. Em países sem democracia, a imprensa não é livre, e a maior parte das pessoas nunca fica sabendo das práticas corruptas que acontecem. Mas as pesquisas de opinião servem, pelo menos, para dar uma ideia do tamanho do problema.

Com base em uma pesquisa desse tipo (que além de perguntar para a população, leva em conta a opinião de especialistas), a ONG Transparência Internacional (TI), sediada em Berlim, produz anualmente um relatório que analisa os índices de percepção de corrupção dos países do mundo. No mapa abaixo, os países estão classificados numa gradação de menos corruptos (amarelo) para mais corruptos (vermelho escuro).

A corrupção internacional



Fonte: ONG Transparência Internacional. Disponível em: <www.transparency.org>. Acesso em: 19 mar. 2013.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Leonardo Avritzer (1959-)**.

Segundo essa classificação (que, repetimos, é muito imperfeita), o Brasil tem níveis mais altos de corrupção que os países desenvolvidos, mas está mais ou menos no mesmo nível de países com renda semelhante. Entretanto, na América do Sul, Uruguai e Chile apresentam menos corrupção do que o Brasil.

Por mais incompleta que seja essa medição, é provável que a corrupção no Brasil seja alta. Mas será que hoje é maior do que já foi no passado? Como você pode imaginar, isso é ainda mais difícil de saber. Durante o regime militar, por exemplo, se a pesquisa tivesse sido aplicada, as pessoas poderiam ter medo de responder sinceramente, achando que o governo ficaria sabendo das críticas à situação do país. E a imprensa não era livre, como é hoje, para denunciar os escândalos.

É comum atribuir a corrupção no Brasil à tradição patrimonialista do Estado português, no qual, como vimos, a fronteira entre o público e o privado não era nítida. Isso certamente é parte da resposta. Mas o país já é independente há quase duzentos anos, o Estado brasileiro já passou por diversas reformas, e a corrupção sobrevive. O historiador José Murilo de Carvalho propõe a explicação a seguir para o problema:

1) Durante o século XX, o Estado brasileiro se tornou cada vez maior, controlando mais e mais riqueza, e assumindo mais e mais tarefas: passou a cuidar da previdência social, do sistema educacional, do sistema de saúde, da exploração de petróleo (através da Petrobras, uma empresa do governo), do desenvolvimento econômico, etc. Isto é, no Estado brasileiro passou a haver mais dinheiro, e, portanto, mais oportunidades de roubar.

2) Ao mesmo tempo, houve pouca democracia antes de 1985. Boa parte do crescimento do Estado se deu em períodos em que a imprensa era controlada, a oposição era proibida ou seriamente limitada em sua ação, e, como resultado, não havia muita fiscalização do que o governo estava fazendo com os novos recursos que administrava.

Em outras palavras, não houve fiscalização pública quando passou a haver mais oportunidade para corrupção. Como é fácil imaginar, isso deve ter levado a um aumento de práticas corruptas.

Entretanto, há uma razão para sermos otimistas a médio e longo prazo: a democracia, que desde 1985 está em vigor no Brasil. Embora ainda exista muita corrupção no país, não é verdade que quando surge um escândalo, ninguém faça nada. É provável que a descoberta dele seja resultado da eficiência da imprensa livre ou da vigilância da Polícia Federal. E, aos poucos, nos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, vão sendo tomadas medidas que tornam mais difícil a ação dos corruptos. O cientista político **Sérgio Praça (1981-)** mostrou, por exemplo, que, após o escândalo dos “anões do orçamento” (deputados que enriqueciam em um esquema fraudulento do início da década de 1990), algumas medidas foram tomadas para evitar práticas semelhantes.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem é **Sérgio Praça (1981-)**.

VOCE JÁ PENSOU NISTO?

Nós vivemos na mesma cultura que os políticos corruptos, e é provável que tenhamos alguns hábitos semelhantes aos deles, por mais que nos incomode reconhecer isso. Muitas vezes desrespeitamos a lei em situações aparentemente sem importância, com infrações de trânsito, crimes contra a limpeza pública (jogar lixo na rua, por exemplo), e pequenas tentativas de levar vantagem sobre os outros. Será que isso não explica parte de nossa tolerância com políticos corruptos? Afinal, alguns deles são eleitos mesmo depois de comprovadas as denúncias contra eles. Se nos preocupássemos mais com nosso comportamento, isso não aumentaria nossa disposição para cobrar como cidadãos, e assim contribuir para o fim da corrupção?

Além dessas medidas, a competição entre os partidos traz um elemento novo: cada um tenta descobrir escândalos do outro, como forma de vencê-lo na eleição seguinte. A longo prazo, essa prática tem efeito positivo, pois eles sabem que estão sendo vigiados. Finalmente, a liberdade de imprensa é fundamental no combate à corrupção: mesmo quando a imprensa é parcial, ao menos denuncia os escândalos de seus adversários (como fazem os partidos).

Você tem todo direito de se indignar com a corrupção no Brasil. E ter o direito de se manifestar contra os corruptos; poder votar em políticos que considera honestos (o que não seria possível durante o Estado Novo ou durante a ditadura militar); de poder, enfim, exercer sua cidadania, deverá favorecer, com o tempo, a diminuição da corrupção no Brasil.

+ PARA SABER MAIS • A reforma política no Brasil

Muitos jornalistas, acadêmicos e políticos defendem que o sistema político brasileiro deve ser reformado. Isto é, que as regras para competir em eleições ou as regras que distribuem poderes entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo devem ser alteradas. Quando acontece um novo escândalo de corrupção, é comum dizer que nosso sistema político colaborou para isso acontecer. Para os defensores dessa ideia, muitos problemas seriam solucionados se essas regras mudassem.

Há diversas propostas de reforma do sistema político em discussão no Brasil atual. Algumas das principais são as seguintes:

- financiamento público das campanhas. Isto é, as campanhas eleitorais passariam a ser pagas inteiramente com dinheiro público (atualmente, já são parcialmente pagas dessa forma), que seria distribuído aos partidos segundo regras específicas. Os defensores da proposta argumentam que isso diminuiria a dependência dos políticos com relação às grandes empresas que contribuem para sustentar suas campanhas.
- voto em lista fechada: nesse sistema, em vez de o eleitor votar no candidato para cargos legislativos (como deputado estadual ou federal), votaria no partido, que organizaria uma lista de seus candidatos. Quanto mais votos o partido tivesse, mais deputados elegeria, na ordem estabelecida pela lista. Os defensores da lista fechada argumentam que parte do problema da corrupção é a fraqueza dos partidos, que faz com que o eleitor vote mais no candidato que promete vantagens (mesmo que ele seja corrupto) do que em partidos que representem suas ideias. A lista fechada fortaleceria os partidos, minimizando esse problema.
- voto distrital: atualmente, os deputados são eleitos dentro de cada estado da Federação.

Por exemplo, o estado de São Paulo elege setenta deputados federais. Se fosse adotado o voto distrital, São Paulo seria dividido em setenta distritos (regiões), e dentro de cada distrito vários candidatos disputariam apenas uma vaga de deputado. Os defensores dessa proposta argumentam que, quando o voto é distrital, o eleitor sabe quem é o deputado do seu distrito e tem mais facilidade de lhe cobrar resultados.

Essas propostas também enfrentam críticas. Por exemplo, nada garante que o financiamento público impediria que, além dos recursos públicos, os políticos corruptos recebessem recursos ilegais; e que a lista fechada diminuiria a liberdade do eleitor (que só escolheria o partido, não a ordem dos eleitos dentro da lista do partido). Além disso, o voto distrital, nos países em que foi adotado, apresenta alguns problemas importantes: por exemplo, se um partido tiver muitos eleitores no país, mas tiver maioria apenas em poucos distritos, pode acabar elegendo poucos deputados, mesmo tendo muitos votos (isso acontece, por exemplo, com o Partido Liberal Democrata no Reino Unido).

Assim, não há um consenso entre os especialistas sobre qual sistema eleitoral é melhor. Cada um tem vantagens e desvantagens e a escolha entre eles deve ser muito cuidadosa, sempre levando em conta a especificidade de cada país e a necessidade de conciliar os diversos interesses da sociedade. É possível que haja boas ideias de reforma para nosso sistema político, mas devemos considerar que ele nem sempre funciona mal (como vimos neste capítulo), e que uma reforma não iria resolver todos os problemas. Qualquer mudança, portanto, deve ser analisada com cautela.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ A construção da cidadania no Brasil precisou superar obstáculos difíceis, como a escravidão e a herança do Estado patrimonialista português.
- ✓ No Brasil, os direitos sociais foram conquistados antes dos direitos políticos, o que teve consequências como, por exemplo, a expectativa de que os direitos sejam “dados” pelo Estado e não conquistados pelos movimentos sociais.
- ✓ O período democrático iniciado em 1985 foi construído em meio a uma crise econômica herdada do regime militar: quando todos puderam reivindicar seus direitos, o governo não tinha dinheiro para atender ninguém.
- ✓ Na transição para a democracia, sobreviveram partidos ativos durante o regime militar: o MDB (origem do PMDB) e os partidos que surgiram após o fim da ARENA (DEM e PP, principalmente).
- ✓ Só houve democracia de fato no Brasil entre 1956 e 1964 e após 1985. Assim, os partidos políticos tiveram pouco tempo de se consolidar.
- ✓ Hoje existem quatro grandes partidos políticos no Brasil: PT (de esquerda), PSDB e PMDB (de centro) e DEM (de direita).
- ✓ O sistema político brasileiro pode ser caracterizado como um presidencialismo de coalizão: o partido do presidente eleito não consegue eleger a maioria no Congresso e precisa fazer alianças com outros partidos para governar.
- ✓ Os partidos políticos brasileiros são mais organizados e ideológicos do que se pensa. A maior parte deles costuma votar unida segundo a determinação de seus líderes.
- ✓ Apesar do grande número de partidos, há blocos de partidos de esquerda, centro e direita mais ou menos estáveis. Em 1994 e 1998, o PFL (atual DEM), de direita, se aliou ao PSDB (centro) para conquistar a Presidência. Como resposta, o PT (de esquerda) se aliou ao PL (direita) e, posteriormente, ao PMDB (centro), conquistando as eleições de 2002 e 2006.
- ✓ A corrupção permanece no Brasil e a população se preocupa muito com isso. Uma hipótese é que esse problema se agravou à medida que o Estado passou a controlar mais recursos, criando novas oportunidades de roubar, enquanto a democracia só se consolidou recentemente.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Que obstáculos a herança colonial deixou para a construção da cidadania no Brasil?
2. Por que a crise econômica dos anos 1980 afetou a transição do Brasil para a democracia?
3. Como a existência de eleições durante o regime militar influenciou o desenvolvimento posterior da democracia brasileira?
4. Por que é possível dizer que nas eleições presidenciais, desde 1994, os partidos brasileiros moderaram seu discurso e procuraram disputar o centro?
5. Por que, segundo a explicação de José Murilo de Carvalho, a corrupção se tornou um problema tão agudo no Brasil?

INTERAGINDO

Leia a seguir trechos de um samba-enredo da Império Serrano.

Eu quero

Aluisio Machado, Luiz Carlos do Cavaco e Jorge Nóbrega

[...]

*Quero que meu amanhã, meu amanhã
Seja um hoje bem melhor, bem melhor
Uma juventude sã
Com ar puro ao redor (bis)*

Quero nosso povo bem nutrido
O país desenvolvido
Quero paz e moradia
Chega de ganhar tão pouco
Chega de sufoco e de covardia

Me dá, me dá
Me dá o que é meu
Foram vinte anos
Que alguém comeu (bis)

Quero me formar bem informado
E meu filho bem letrado
Ser um grande bacharel (bacharel)
Se por acaso alguma dor
Que o doutor seja doutor
E não passe de bedel

Cessou a tempestade
É tempo de bonança
Dona liberdade

Chegou junto com a esperança (vem, meu bem) [...]

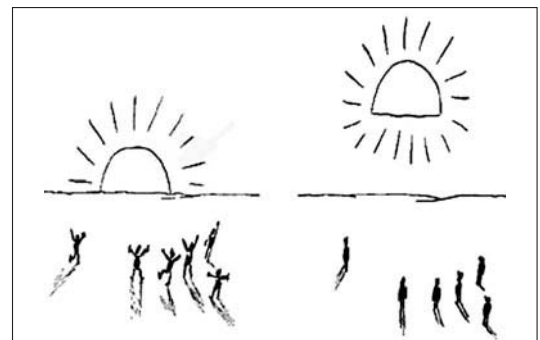
IMPÉRIO. Coleção Escolas de Samba – Enredos, 1993. Sony Music.

- Esse samba-enredo foi apresentado no Carnaval de 1986, quando o Brasil começava a construir sua democracia. Quais foram os “vinte anos que alguém comeu”? E as esperanças de educação, salários mais altos, saúde? Foram satisfeitas assim que se instaurou a democracia? Por quê?

CONTRAPONTO

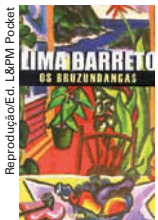
Considere a charge ao lado.

Produzida na época em que surgia a democracia no Brasil (a campanha pelas Diretas Já!), essa charge transmite uma imagem de frustração. As pessoas saúdam o nascer do sol como uma nova esperança, mas o que nasce, no final, é só meio sol. Explique alguns motivos que causaram essa decepção.



Reprodução/Fundação Perseu Abramo, São Paulo.

SUGESTÕES DE LEITURA



Os Bruzundangas, de Lima Barreto. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

Ao descrever, com fina ironia, o país dos Bruzundangas, Lima Barreto faz críticas pesadas à situação política e social do Brasil na Primeira República. Preste atenção no capítulo sobre as eleições para entender como elas eram constantemente fraudadas nesse período.



Agosto, de Rubem Fonseca. São Paulo: Agir, 2010.

Através de uma história policial, um retrato do Brasil na época do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Note aspectos que marcaram o nascimento da democracia brasileira: violência política contra adversários e corrupção.

FILME



Mauá, o imperador e o rei (Brasil, 1999). Direção: Sérgio Rezende.

A história de Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, empresário brasileiro do século XIX adepto das ideias econômicas liberais que prevaleciam na Europa. Repare na descrição da realidade social, dos horrores da escravidão até as dificuldades de construir um capitalismo brasileiro.

INTERNET

(Acesso em: fev. 2013.)

<http://memoriaglobo.globo.com/>

Comícios das Diretas Já 1983-1984: Vídeos do Jornal Nacional comentando os comícios das Diretas Já em várias cidades do Brasil.

www.transparencia.org.br/

Transparência Brasil: ONG dedicada a discutir o problema da corrupção no Brasil. Traz informações sobre a história política de cada parlamentar brasileiro, sobre como votam em diferentes questões, e quem são seus doadores da campanha.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA CIÊNCIA POLÍTICA

Grafite do artista britânico Banksy, na estação Waterloo do metrô de Londres, Inglaterra. Foto de 2008.



Patrícia Spinelli/Alamy/Other Images

Neste capítulo vamos discutir:

- 1** Uma nova visão do poder
 - 2** Classe social e voto
 - 3** Os valores pós-materialistas
 - 4** A nova filosofia política
 - 5** Instituições políticas e desenvolvimento econômico
-

Nas últimas décadas, a Ciência Política incorporou novos temas e novas técnicas de pesquisa, em parte inspirados pelos grandes acontecimentos políticos de nossa época: o fim da União Soviética, a redemocratização da América Latina, as revoluções do mundo árabe, a constituição e a crise da União Europeia, o desenvolvimento da China. Também cresceu a utilização de métodos de pesquisa estatísticos e intensificou-se o diálogo com outras disciplinas, como a História e a Economia. Alguns desses temas já foram abordados em capítulos anteriores.

Neste capítulo você vai conhecer pesquisas que representam as várias direções em que a Ciência Política vem se desenvolvendo. Começaremos por discutir uma nova visão do conceito de poder. Os dois itens seguintes abordam uma questão clássica — o que influencia as decisões dos eleitores — sob a ótica de duas tendências recentes. Em seguida, vamos examinar alguns trabalhos de filosofia política que têm influenciado os debates contemporâneos. Finalmente veremos como a aproximação entre Ciência Política e Economia tem contribuído para a compreensão das diferenças de desenvolvimento entre os países.

1. UMA NOVA VISÃO DO PODER

Esta unidade começou com uma discussão sobre o poder, um dos conceitos fundamentais da reflexão sobre política. Como outros conceitos das Ciências Sociais (e das ciências em geral), a concepção de poder teve diferentes interpretações ao longo do tempo. Um dos principais autores que ofereceram novas maneiras de estudar o poder foi o filósofo francês **Michel Foucault (1926-1984)**.

A grande inovação de Foucault foi mudar o foco dos estudos sobre poder. Na maioria dos trabalhos de Ciência Política, a discussão sobre poder e política se deu em torno do Estado, do governo, dos grupos que pretendem conquistar o governo (como os partidos políticos) ou influenciar suas decisões (como os movimentos sociais), ou das relações entre os Estados (como nos estudos de Relações Internacionais). Foucault propôs outro foco: além dos temas tradicionais, estudar o poder nos hospícios, nas prisões, na maneira pela qual a sociedade regula a sexualidade das pessoas, no modo como o poder e o saber científico se relacionam. Seu trabalho gerou novos temas de pesquisa, que têm sido intensamente explorados.

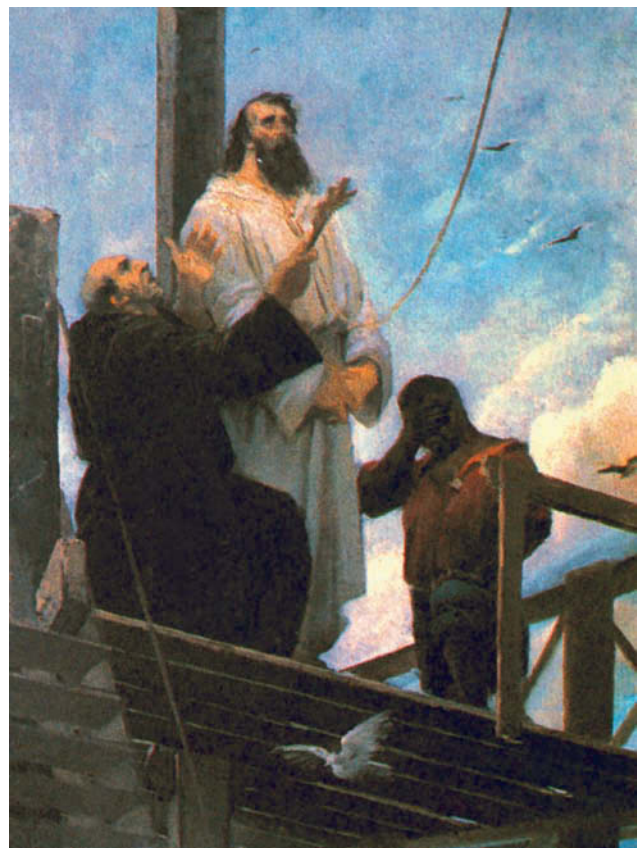
Para Foucault, na sociedade moderna o poder não é exercido apenas por “pessoas que mandam em pessoas”, como os reis mandavam em seus súditos. Nesse caso, o poder é relativamente simples: uma pessoa diz o que a outra deve fazer, ou a proíbe de fazer o que quer. Na sociedade moderna, o quadro é muito mais complexo: o exercício do poder é mais sutil, não está ligado apenas à repressão, mas também ao conhecimento técnico, aos arranjos entre as instituições e à maneira como entendemos nossa vida e nos cuidamos.

Uma maneira de observar o exercício do poder na sociedade moderna é analisar como o crime é punido e administrado. Em muitas sociedades é comum que a pena para boa parte dos crimes seja um castigo corporal: chicotadas, torturas, mutilações ou mesmo a morte (em alguns casos, a morte especialmente cruel). Pense, por exemplo, no caso de Tiradentes, que lutou contra o governo colonial português (o que, do ponto de vista de Portugal, era um crime). Para Tiradentes, o inimigo era o rei de Portugal. Para o rei de Portugal, não houve dúvida sobre o que fazer após o fracasso da rebelião: Tiradentes foi condenado à morte por enforcamento, e seu corpo foi mutilado e exposto ao público.

Ainda existe violência aberta (e, às vezes, extrema) contra presos no mundo moderno. Mas em grande parte dos países democráticos, uma punição considerada justa não deveria incluir a necessidade de violência física. O mais comum é que o condenado seja confinado em uma prisão construída e administrada para facilitar sua supervisão. Na prisão se espera que ele seja reeducado e aprenda os valores que regem a sociedade moderna. Com esse objetivo, especialistas estudam técnicas de reeducação, psiquiatras procuram tratar comportamentos considerados desviantes, cientistas desenvolvem remédios que podem alterar comportamentos violentos, etc. A violência só deveria ser aplicada quando tudo isso falha (como durante tentativas de fuga ou rebeliões).

Martírio de Tiradentes (1893), óleo sobre tela de Aurélio de Figueiredo. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Exemplo de exercício de poder pré-moderno, fundamentado no castigo corporal. Note-se que a monarquia portuguesa também representava uma forma de poder pré-moderna, em que o poder era claramente corporificado no rei.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Michel Foucault (1926-1984)**.



Aurélio de Figueiredo/Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro

Fotografia (c. 1960) do Centro Correccional de Stateville em Illinois, nos Estados Unidos. Essa prisão é uma das poucas existentes organizada pelo princípio do *Panopticon*, defendido pelo filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832). No *Panopticon*, um pequeno número de guardas na torre central observa tudo o que os prisioneiros fazem em suas celas, dispostas em círculo ao redor da torre e totalmente visíveis o tempo todo. Foucault utilizou o *Panopticon* como exemplo de exercício de poder pela vigilância e pela disciplina.



Diomedes/Map/Peter Higginbotham Collection

Comparada à tortura e à mutilação praticadas anteriormente, a prisão moderna parece menos violenta (ao menos em países em que há um mínimo de preocupação com os direitos dos presos). Mas a prisão atual também tem outra dimensão: pretende modificar o preso, torná-lo uma pessoa diferente. E isso não é opcional: é uma experiência pela qual o preso é forçado a passar.

Isso nos leva a outra característica da concepção de Foucault: o poder não é só algo que nos impede de fazer o que queremos, é também algo que ajuda a moldar aquilo que somos. Pense, por exemplo, na mudança ocorrida nas últimas décadas na maneira de ver a sexualidade. Hoje há, sem dúvida, mais liberdade em diversas áreas da vida sexual nas sociedades ocidentais. Mas seria correto concluir que o poder desapareceu da vida sexual, que não há mais regras? Foucault diz que não: hoje é muito mais permitido mostrar o corpo, mas o corpo é intensamente regulado por padrões de beleza produzidos na mídia, é construído por especialistas em academias de ginástica e clínicas de cirurgia plástica, é vestido por especialistas em moda, tratado pela medicina, etc. Há uma administração, um governo do corpo por diferentes instituições e diferentes formas de conhecimento.

Foucault, enfim, chamou atenção para a presença do poder em áreas da vida social em que ele não é óbvio. Além do poder estatal, exercido abertamente por meio da repressão, uma infinidade de micropoderes são exercidos nas escolas, nas empresas, nas prisões, na utilização do saber técnico (inclusive as Ciências Sociais) pelas autoridades. Esses micropoderes são exercidos de maneira muito sutil, muito impregnada nas formas do cotidiano, e afetam profundamente nossa formação e nossa experiência como indivíduos.



VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A adolescência é muitas vezes vista como fase de rebeldia, de contestação dos padrões. E há alguma verdade nisso: os jovens constantemente questionam seus pais e professores, e até certo ponto isso é importante para desenvolver a capacidade de pensar por si mesmo. Entretanto, vale a pena refletir se esses jovens, ao se distanciar das formas relativamente simples de poder existentes na família (onde os pais mandam e os filhos obedecem), não correm o risco de se enredar em relações de poder mais sutis. Por exem-

plo, é possível que o mesmo jovem que questiona as ordens de sua família aceite sem questionar as exigências para participar de grupos sociais em sua escola (por exemplo, o grupo dos “populares”), ou normas e comportamentos referentes a vestuário, consumo e sexualidade comuns entre os jovens modernos. Ninguém defende que o jovem nunca questione a autoridade, mas é sempre bom ter em mente o risco de simplesmente passar de obediências mais simples para obediências mais complexas e nem sempre evidentes.

2. CLASSE SOCIAL E VOTO

Boa parte das pesquisas em Ciência Política têm como tema os motivos que levam as pessoas a votar como votam, isto é, os fatores que influenciam as escolhas dos eleitores. Todos concordam que esses motivos podem ser bastante variados. Por exemplo, é claro que os eleitores têm maior probabilidade de votar no candidato apoiado pelo governo quando a economia do país vai bem ou os eleitores têm uma boa avaliação do governo.

Os trabalhos de pesquisadores como os sociólogos britânicos **Anthony Heath (1942-)** e **Geoffrey Evans (1957-)** e o canadense **Robert Andersen (1967-)** mostram, por meio de análises estatísticas, que a probabilidade de o eleitor votar em um ou outro candidato depende, entre outras coisas, de sua classe social. Por exemplo, nos países desenvolvidos os assalariados e os mais pobres tendem a votar em candidatos de esquerda, enquanto os profissionais de renda mais alta e os empresários tendem a votar em candidatos de direita.



Juca Martins/Olhar Imagem

Em foto de 1979, Luiz Inácio Lula da Silva, que viria a ser presidente da República por dois mandatos (2003-2006 e 2007-2010), lidera greve dos metalúrgicos do ABC Paulista, onde começou sua carreira de líder sindical. O sindicalismo do ABC foi uma das principais forças que levaram à criação do PT, principal partido de esquerda brasileiro da atualidade. Tal como no Brasil, em diversos países os partidos de esquerda nasceram do movimento sindical. Isso mostra como as divisões de classe influenciaram decisivamente a formação das grandes divisões políticas da época moderna.

Isso não significa que todas as pessoas de determinada classe social votam no mesmo candidato. As pessoas votam por diferentes motivos. Alguns eleitores podem até achar que um candidato favoreceria os interesses de sua classe social, mas podem questionar a honestidade do candidato, sua capacidade de governar, ou sua posição diante de temas como descriminalização das drogas, valores morais e sociais ou a defesa do meio ambiente.

Mas essa tendência do voto de classe é forte ou fraca? Depende. Em algumas épocas e alguns países, foi mais forte; em outras épocas, outros países, foi mais fraca. Estudos recentes sobre os países desenvolvidos identificam uma perda de importância do voto de classe, que nas últimas eleições teve menos influência do que no passado. Essa é a conclusão de um grande estudo estatístico feito pelos sociólogos **Giedo Jansen (1983-)**, Geoffrey Evans e **Nan Dirk De Graaf (1958-)** em quinze países desenvolvidos, abarcando o período entre 1960 e 2005. O estudo foi publicado em 2013.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Anthony Heath (1942-)**, **Geoffrey Evans (1957-)** e **Robert Andersen (1967-)**.

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são **Giedo Jansen (1983-)** e **Nan Dirk De Graaf (1958-)**.

Mas por que o voto de classe teria se tornado menos importante? Jansen, Evans e De Graaf identificam dois fatores interligados:

- a) **As classes sociais mudaram.** A classe operária “tradicional” (que trabalhava em fábricas, em tarefas repetitivas, etc.) passou a ser um setor menor da sociedade. Ao mesmo tempo, cresceu o número de trabalhadores nos setores de serviços (comércio, educação, turismo, etc.). Assim, é cada vez menos possível que um partido (por exemplo, os partidos de esquerda) conquiste a maioria dos votos apenas ganhando os votos dos operários. Assim, os partidos de esquerda abandonaram algumas propostas que interessavam muito à classe operária, mas não a outros setores, como forma de conquistar o voto desses setores e obter vitórias eleitorais.



Trabalhadores do setor de *telemarketing*, uma das atividades de serviços que vêm crescendo muito mais que os postos de trabalho nas fábricas. Embora haja movimentos de trabalhadores de *telemarketing*, esses movimentos ainda não conseguiram se tornar fortes o suficiente para exercer o mesmo tipo de influência política que exerciam os antigos sindicatos da indústria. Na foto, setor de atendimento ao cliente de empresa multinacional instalada em Taubaté, SP, 2011.

- b) **Os partidos também mudaram.** A grande novidade da pesquisa de Jansen, Evans e De Graaf foi analisar os programas políticos dos diferentes partidos, em diferentes países, e mostrar que o voto de classe é mais forte quando a diferença ideológica entre os partidos é maior. Se o partido de esquerda é muito de esquerda, e o de direita é muito de direita, os assalariados têm maior tendência a votar na esquerda; por outro lado, se os partidos propõem mais ou menos a mesma coisa em termos de políticas sociais, os eleitores têm menor tendência a decidir seu voto pensando no interesse de classe. Se os partidos propõem a mesma coisa no que se refere a impostos e programas sociais, por exemplo, não faz muita diferença, do ponto de vista de classe, quem saia vencedor. Nesses casos, os eleitores podem usar outros critérios para decidir seu voto.

Por um lado, os partidos de esquerda deixaram de defender certas propostas que interessavam especialmente à classe operária, com o objetivo de obter votos de pessoas de outras classes sociais. Isso reduziu a diferença entre as ideias dos partidos. Por outro lado, por esse mesmo motivo, a lealdade dos assalariados aos partidos de esquerda diminuiu, pelo menos nos países estudados por Jansen, Evans e De Graaf.



O líder trabalhista britânico Tony Blair, que foi primeiro-ministro do Reino Unido entre 1997 e 2007, em foto de 2011. Blair se notabilizou por defender a moderação das propostas do Partido Trabalhista britânico, que, em sua origem, foi um dos partidos de esquerda mais próximos dos sindicatos no mundo. A proposta de criação do “Novo Trabalhismo” foi consequência de sucessivas derrotas do partido para os conservadores, após as quais muitas lideranças deduziram que era necessário alterar a estratégia trabalhista. Assim como Blair, diversos líderes de esquerda, nas últimas décadas, propuseram uma moderação em seu discurso, o que pode ter enfraquecido a identificação entre eles e a classe operária.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas pessoas acham estranho que um partido represente uma classe ou outro grupo qualquer. O partido não deveria representar a sociedade como um todo? Talvez, mas ninguém sabe qual é, exatamente, o interesse da sociedade como um todo. Assim, é saudável que diferentes grupos sociais (que, aliás, não precisam ser classes

sociais) apresentem suas versões do que é o interesse de todos. O fundamental na discussão democrática é que cada grupo procure convencer o outro fazendo concessões e formulando propostas que sejam as melhores para o maior número possível de pessoas, sempre respeitando as minorias.

Será que a tendência de perda de importância da classe social nas escolhas dos eleitores é irreversível? Não sabemos. Talvez outras mudanças na sociedade produzam novas formas de atuação política com base nas classes sociais. Talvez surjam outros partidos, que representem melhor as novas divisões de classe, ou que organizem novas alianças entre as classes. Talvez mudanças econômicas façam o voto de classe se tornar mais importante novamente. Ainda não sabemos o que vai acontecer.

No capítulo 11, vimos que muitas vezes os partidos de esquerda e de direita procuram moderar suas ideias para conquistar eleitores de centro. Neste item vimos o outro lado da moeda: se moderarem muito seu discurso, os partidos de esquerda se arriscam a perder o voto dos eleitores que antes os apoiavam com entusiasmo. Assim, os partidos políticos contemporâneos procuram equilibrar sua atuação de maneira a evitar esses dois riscos: o de se tornarem radicais demais e o de se tornarem indiferenciados entre si.

3. OS VALORES PÓS-MATERIALISTAS

Em meados da década de 1970, o cientista político norte-americano **Ronald Inglehart (1934-)** fez uma descoberta interessante. Ele percebeu que nos países desenvolvidos, quando se perguntava para as pessoas o que elas achavam mais importante na vida, havia uma diferença enorme entre o que diziam os mais velhos e os mais novos. Os mais velhos se preocupavam sobretudo com seu bem-estar material: valorizavam a estabilidade econômica, a segurança financeira, o emprego. Os mais jovens, por outro lado, valorizavam mais o que Inglehart chamou de “valores pós-materialistas”, isto é, valores que não estavam ligados diretamente ao interesse material.

Quais eram esses valores? Eram, sobretudo, valores ligados à liberdade e à autonomia individual (igualdade entre homens e mulheres, direitos dos homossexuais, antirracismo, entre outros) e a causas como a defesa do meio ambiente e os direitos dos animais. Em outras palavras, enquanto os mais velhos se preocupavam sobretudo com a necessidade de **sobrevivência**, os mais jovens se preocupavam sobretudo com a **qualidade de vida**: com o direito de ter controle sobre as próprias decisões, de viver em um ambiente limpo e sem poluição, de desfrutar o lazer.



Veja na seção

BIOGRAFIAS

quem é **Ronald Inglehart (1934-)**.

Manifestação do grupo ambientalista Greenpeace contra a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro. Foto de 2011. O ambientalismo é uma das expressões dos valores pós-materialistas, já que, de algum modo, seus defensores estão dispostos a desacelerar o progresso econômico em favor da garantia de que certos aspectos de uma vida de qualidade, como ar puro ou água limpa, não sejam sacrificados. Em certo sentido, os ambientalistas propõem uma nova definição de progresso, que não inclui apenas mais e mais consumo.

Atendendo à oferta de 2 mil postos para manutenção e reparos em parques públicos da cidade, cerca de 5 mil desempregados aguardam diante da prefeitura de Cleveland, nos Estados Unidos, em outubro de 1930, durante a Grande Depressão. As grandes privações sofridas pelas pessoas que cresceram nessa época ajudam a explicar, segundo Inglehart, por que elas se tornaram especialmente preocupadas com sua segurança econômica.



Arquivo/Associated Press/Glow Images

Segundo Inglehart, conforme os países vão se desenvolvendo, mais seus cidadãos começam a priorizar valores pós-materialistas. Enquanto o país é pobre, a prioridade de cada um é a sobrevivência, a segurança. Em países pobres há o risco real de cair na miséria, de passar fome, de depender de um governo ineficiente e sem dinheiro durante uma dificuldade. Nessas situações, pelas quais todos os países já passaram, prevalecem os valores ligados ao bem-estar econômico.

Entretanto, à medida que os países se desenvolvem e o Estado passa a garantir um nível mínimo de bem-estar social, o risco de passar fome ou viver em miséria extrema diminui drasticamente. Hoje em dia, nos países desenvolvidos, até os mais pobres têm alguns direitos básicos garantidos: mesmo se não tiverem nenhum dinheiro podem contar com escolas e hospitais públicos de qualidade razoável ou, em alguns países, muito boa. Quando perdem o emprego, recebem seguro-desemprego e não se tornam miseráveis.

Nessa situação, não é tão urgente pensar na sobrevivência, e o indivíduo pode começar a pensar em como ele quer viver. Para Inglehart, em meados dos anos 1970, essa mudança já havia ocorrido nos países desenvolvidos.

Os mais velhos haviam crescido durante períodos de grande pobreza (como a década de 1930, em que sofreram os efeitos terríveis da grande crise de 1929) e sacrifício (como a Segunda Guerra Mundial, em que mesmo quem não arriscou a vida na guerra sofreu com racionamentos e outras dificuldades). Para essas pessoas, a prioridade era garantir a sobrevivência, pois havia um grande risco de perder a vida na guerra ou perder o emprego e cair na miséria. Mesmo quando a situação melhorou, essa maneira de ver o mundo já estava formada.

Os mais jovens, por outro lado, haviam sido criados em um ambiente bem mais favorável: os anos 1950 e 1960, épocas de grande prosperidade econômica e conquista de inúmeros direitos sociais. Assim, a insegurança econômica diminuiu muito. As pessoas criadas nesse período nunca experimentaram o risco real de miséria ou morte violenta na guerra, e, por isso, puderam se preocupar com outras questões: agora que estamos mais seguros, como queremos viver?

Assim, a insegurança econômica diminuiu muito. As pessoas criadas nesse período nunca experimentaram o risco real de miséria ou morte violenta na guerra, e, por isso, puderam se preocupar com outras questões: agora que estamos mais seguros, como queremos viver?

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Há aspectos muito positivos na crescente atenção que muitos cidadãos têm dado aos valores pós-materialistas. Seria absurdo ignorar os aspectos positivos da defesa dos direitos das minorias ou da defesa do meio ambiente. Mas a política voltada sobretudo para os valores pós-materiais também tem suas armadilhas. Por exemplo, pode ser bem mais fácil negociar acordos a respeito de bens materiais do que a respeito de valores. Se um sindicato quer um aumento

de 50% e os empregadores oferecem apenas 10%, é provável que haja algum acordo possível (por exemplo, um aumento de 30%). Mas como negociar valores fundamentais? O grau de radicalismo que costuma envolver algumas questões políticas recentes (como a discussão sobre a descriminalização do aborto) mostra como é difícil discutir temas dessa natureza. Entretanto, não resta dúvida de que muitas dessas discussões são inevitáveis.

Hoje sabemos que Inglehart tinha razão quanto à geração formada nos anos 1950 e 1960. Mesmo depois de a situação econômica piorar na década de 1970 e de ocorrerem diversas crises econômicas, essa geração continuou dando muita importância a questões como o feminismo, o direito dos homossexuais ou a luta pelo meio ambiente.

Entretanto, as gerações que vieram depois revelam um padrão diferente. Elas também dão grande importância aos valores pós-materiais, mas essa preferência diminuiu um pouco. Aparentemente, por terem sido criadas a partir dos anos 1970, em que a situação da economia piorou, elas voltaram a se preocupar com a sobrevivência econômica. Porém, como apesar das crises a população dos países ricos ainda dispõe de muitos direitos e de um alto nível de vida, não houve um retorno ao nível de “materialismo” da geração criada nos anos 1930.

As ideias de Inglehart tiveram muita influência sobre as pesquisas de Ciência Política, e talvez ainda venham a se tornar mais relevantes para nós, brasileiros. Nos países pobres, Inglehart admite que a sobrevivência ainda é a prioridade absoluta. Mas à medida que estes países se desenvolvem, como vem acontecendo no Brasil e na China, é possível que as gerações atuais e futuras tenham mais preocupações pós-materialistas. No Brasil, a crescente importância de questões como os direitos dos homossexuais confirma a pertinência da tese de Inglehart. Mas ainda é cedo para avaliar a abrangência dos valores pós-materialistas, porque uma grande parcela da população do país não alcançou a segurança da estabilidade material.

Daniel Conzi/Agência RBS



Em maio de 2012, mulheres participam da Marcha das Vadias no centro de Florianópolis, SC. A manifestação, realizada em diversas cidades do mundo, chamou atenção para o fim da violência de gênero e da culpabilização das vítimas de violência sexual. O movimento contra a violência de gênero, que no Brasil levou a conquistas importantes, como a chamada Lei Maria da Penha, é um exemplo de movimento que se orienta mais pelo reconhecimento do direito das mulheres de ter uma vida digna do que por interesses materiais.

• PARA SABER MAIS • Xenofobia e extremismo no mundo moderno

Quando falamos da transição para os valores pós-materiais, é importante evitar o erro de achar que se trata de algo inteiramente positivo. Em primeiro lugar, porque as necessidades da sobrevivência sempre existirão, e o desejo de ter uma existência material digna é inteiramente respeitável. Em segundo lugar, porque assim como existem valores relativos à liberdade individual, existem valores excludentes, que defendem a exclusão da cidadania de grupos ou indivíduos.

Um exemplo seria o fanatismo religioso, que alcançou grande visibilidade no ataque ao World Trade Center, em Nova York (bem como ao Pentágono), em 11 de setembro de 2001, atribuído a extremistas islâmicos da Al-Qaeda. O programa político da Al-Qaeda defende a expropriação de inúmeros direitos das mulheres, limitações severas à liberdade religiosa, política e cultural, e a adoção de uma versão radical e distorcida do islamismo.

Fazendo menos recurso à violência (pois estão sujeitos aos controles de sociedades democrá-

ticas), nas últimas décadas surgiram no mundo desenvolvido líderes e partidos que defendem uma visão nacionalista antiglobalização e xenófoba (isto é, caracterizada pelo repúdio aos estrangeiros). Na França, o *Front National* (Frente Nacional), partido fundado por Jean-Marie Le Pen, defende o fechamento do país aos imigrantes, proposta semelhante à do Partido da Liberdade na Áustria. Alguns partidos xenófobos utilizam simbologia de nítida inspiração fascista, como é o caso do Aurora Dourada na Grécia e da Guarda Húngara na Hungria.

É provável que esses partidos extremistas sejam reações diante de problemas reais da globalização: se o mundo continuar se integrando mais e mais, teremos que aprender a conviver com pessoas de culturas diferentes e a desenvolver meios de negociar nossas diferenças com vistas à conquista de uma convivência pacífica e criativa. A xenofobia é uma recusa a enfrentar esse problema, que, entretanto, não vai desaparecer só porque alguns se recusam a reconhecê-lo.

4. A NOVA FILOSOFIA POLÍTICA

Outro fenômeno importante das últimas décadas foi um renascimento da filosofia política, com a discussão sobre os direitos, a democracia, a cidadania, o bem comum. Essas reflexões interessam aos cientistas políticos, que se dedicam a esclarecer questões cada vez mais pertinentes no mundo contemporâneo.

Parte importante da nova filosofia política é a tentativa de retomar a conversa iniciada pelos contratualistas, que estudamos no capítulo 11. Por que seria necessário retomar esse assunto? Por vários motivos, especialmente pela emergência dos direitos sociais no século XX. Novas questões filosóficas surgiram: que direitos o Estado deve garantir aos cidadãos? Que direitos o Estado deve proteger a qualquer custo?

- O responsável pelo renascimento da Ciência Política foi o filósofo norte-americano **John Rawls (1921-2002)**, que propôs uma nova versão do contratualismo, baseada no seguinte raciocínio: imagine que todos nos reunamos para decidir como a sociedade vai distribuir as coisas e os direitos de que todos precisamos para viver. Vamos chamar essa situação de **posição originária**.
- Imagine que na posição originária ninguém sabe que posição vai ter na sociedade. Isto é, na hora de decidir como vai ser a distribuição dos bens e direitos, você não sabe se vai ser o mais pobre ou o mais rico, se sua religião vai ser a da maioria ou a da minoria, se você vai ser o mais forte ou o mais fraco. Ou seja: na posição originária todos estaríamos atrás de um **véu da ignorância** que nos obrigaria a escolher o que é justo sem saber se seríamos beneficiados ou prejudicados por essa decisão. Essa situação de ignorância aumentaria a probabilidade de escolher com imparcialidade o que realmente achamos justo.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **John Rawls (1921-2002)**.

Manifestação em Washington, D.C., capital dos Estados Unidos, em nome dos 99%, isto é, da parcela da população que não pertence aos 1% mais ricos do país. Nos últimos trinta anos, os 1% mais ricos passaram a controlar uma parcela cada vez maior da riqueza nos Estados Unidos. Na opinião dos manifestantes, esse aumento de desigualdade não produziu benefícios para os mais pobres. Se isso for verdade, esse aumento de desigualdade não pode ser justificado com base na teoria de John Rawls. Foto de 6 out. 2011.

Jacquelyn Martin/Associated Press/Glow Images



Que princípios seriam adotados por pessoas racionais na posição originária? Para Rawls, seriam os seguintes:

1. *Cada pessoa tem direito ao conjunto de direitos que podem ser distribuídos igualmente a todos sem prejudicar ninguém.* Por exemplo, se eu tiver o direito de defender minhas opiniões, isso não impede que você também defenda as suas. Se eu tiver liberdade de votar, isso não impede que você também tenha. Se eu tiver liberdade de escolher minha própria religião, ou viver segundo minha orientação sexual, isso não impede que você também escolha a sua religião e viva segundo sua orientação sexual. Nesse conjunto de direitos estão incluídos todos os direitos civis e políticos básicos.
2. As desigualdades sociais só serão justas quando:
 - a) *as posições privilegiadas da sociedade estiverem abertas a todos que preencham certas condições de talento e esforço.* Por exemplo, não será legítimo que os juízes ganhem mais que as outras pessoas se as pessoas forem impedidas de se tornarem juízes em virtude de serem negros, mulheres, judeus, muçulmanos, homossexuais ou sujeitas a outras formas de discriminação.
 - b) *as desigualdades beneficiarem os cidadãos menos privilegiados.* Esse princípio, batizado de **princípio da diferença**, é o mais polêmico dos defendidos por Rawls. Ele se justificaria pelo seguinte: imagine que você está na posição originária, tentando decidir que desigualdades serão aceitáveis, sem saber se você será rico ou pobre. É claro que você não vai aceitar desigualdades extremas em que os pobres sejam dramaticamente explorados ou oprimidos; afinal, e se o pobre for você? Mas, então, porque não escolher a igualdade absoluta? Porque a igualdade absoluta não favoreceria que pessoas muito talentosas colocassem seus talentos a serviço da sociedade (elas não ganhariam nada a mais por serem excepcionalmente inteligentes, criativas, trabalhadoras, etc., e para a sociedade é bom que haja pessoas excepcionalmente inteligentes, trabalhadoras, etc.). E, aliás, pode ser que você seja uma dessas pessoas excepcionais. Por isso, o racional seria adotar o princípio da diferença: deixar as pessoas mais talentosas prosperarem (afinal, você pode ser uma delas), desde que essa prosperidade também favoreça os mais pobres entre os pobres (afinal, você também pode ser um deles).

Um caso em que talvez se possa aplicar o princípio da diferença de Rawls ocorre na China atual. Desde o começo das reformas de mercado, a desigualdade aumentou muito na China. Porém, o país cresceu tanto que a situação dos mais pobres também melhorou imensamente. Pelo menos enquanto o crescimento chinês continuar beneficiando os mais pobres, é possível argumentar que as desigualdades são justas pelos critérios de Rawls. Mas quando o crescimento da China parar de favorecer os mais pobres, será possível convencer os novos-ricos a repartir sua riqueza?

Essa dúvida propõe outra pergunta: por que as desigualdades deveriam ser justificadas se as regras de mercado tiverem sido obedecidas, se ninguém tiver sido forçado a comprar ou a vender, se não tiver havido fraude ou corrupção? Essa é a questão fundamental do filósofo norte-americano **Robert Nozick (1938-2002)**, que procurou reformular a teoria do filósofo inglês John Locke para justificar o liberalismo econômico radical.

O raciocínio de Nozick obedece à seguinte sequência:

- Todos somos proprietários de nós mesmos.
- Logo, todos somos proprietários de nosso trabalho.
- Logo, somos proprietários dos frutos de nosso trabalho.
- Logo, quando o governo nos cobra impostos, isto é, retira parte dos frutos de nosso trabalho, estamos realizando trabalho forçado, o que é injusto.

Assim, para Nozick, o Estado poderá atuar apenas para garantir os direitos civis e políticos dos cidadãos. Se quiser cobrar impostos para financiar direitos sociais, estará, na prática, forçando os contribuintes a trabalhar para o Estado.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Robert Nozick (1938-2002)**.



Monica Bergamo/Folhapress

Para ilustrar seu argumento sobre a justiça, Robert Nozick propõe que pensemos no caso de esportistas famosos, como o jogador de futebol Neymar (em foto de 2012). O argumento de Nozick é o seguinte: gostamos de ver Neymar jogar futebol. Para que ele se esforce nos treinos e nos proporcione belos espetáculos, muitos entre nós concordariam em pagar, digamos, um real cada um. Se muita gente fizesse isso, Neymar se tornaria muito mais rico do que a média dos brasileiros. Nozick pergunta, então: isso é injusto? Não é injusto que Neymar jogue bola, não é injusto que cada um de nós, por vontade própria, tenha dado um real para ele. Por que, então, o resultado disso tudo seria injusto? Para Nozick, por mais desigual que seja a distribuição de renda, ela será justa se tiver sido produzida por indivíduos exercendo livremente seus direitos.

A ideia central de Nozick é que as transações de mercado, quando são livres, são justas, e não podemos considerar injusta qualquer distribuição de renda que resulte das transações de mercado, por mais desigual que seja.

O pensamento de Nozick foi muito influente nas décadas de 1980 e 1990, em especial durante os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido. A ideia de liberdade econômica tem muitos defensores, mas a verdade é que, embora nesse período a desigualdade econômica nos Estados Unidos tenha crescido muito, o salário do americano médio cresceu bem menos. Quando ocorreu a crise de 2008, causada por especulação no mercado financeiro (onde se concentravam indivíduos de altíssima renda), mais gente voltou a se perguntar sobre que tipos de desigualdade seriam justos.

A filosofia política permanece em franco florescimento, com trabalhos importantes que buscam discutir, criticar ou superar visões como as de Rawls e de Nozick. A Ciência Política, por sua vez, continua fazendo pesquisas inspiradas por debates sobre o que é justo — por exemplo, sobre o sucesso ou insucesso das políticas de ação afirmativa.

Alan Marques/Folhapress



Embora sua teoria se oponha a políticas de combate à desigualdade, Nozick reconhece que o governo pode ter a obrigação moral de compensar grupos cujos direitos foram sistematicamente violados. Os indígenas brasileiros, por exemplo, não consentiram livremente ceder suas terras aos portugueses, assim como os africanos não vieram trabalhar no Brasil por sua livre vontade. Nestes casos, o governo poderia, segundo Nozick, compensar os descendentes dessas populações. Na foto, o cacique Raoni, acompanhado de indígenas e ribeirinhos, chega ao Palácio do Planalto durante manifestação contra as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), para entregar à presidente Dilma Rousseff petições e uma agenda de discussão sobre as hidrelétricas na Amazônia, em 2011.

5. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um aspecto importante da Ciência Política nos últimos anos é o diálogo intenso com a Economia, em especial no que se refere ao problema do desenvolvimento econômico.

Esse diálogo foi facilitado pelo grande número de economistas interessados em discutir o papel das instituições. Instituições são conjuntos de regras, procedimentos e normas éticas que organizam algum aspecto da vida social. O Estado, por exemplo, é uma instituição, as empresas são instituições, as igrejas são instituições. A partir de trabalhos como os do norte-americano Douglas North (Prêmio Nobel de Economia de 1993), o efeito de diferentes instituições sobre a economia ganhou maior importância entre os estudiosos. O estudo de questões na fronteira entre política e economia, aliás, levou ao primeiro Prêmio Nobel ganho por uma cientista política, a norte-americana Elinor Ostrom (*Perfil a seguir*).

Entre os trabalhos que discutem a importância das instituições para o desenvolvimento econômico, destacam-se as pesquisas conjuntas dos economistas **Daron Acemoglu (1967-)** e **James Robinson (1960-)**. Estes economistas se dedicaram a uma das principais questões das Ciências Sociais: por que as diferenças de riqueza entre os países são tão grandes?

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Daron Acemoglu (1967-)** e **James Robinson (1960-)**.

Holger Matthaeu/Fundação Wikimedia. Foto de 2009.



PERFIL ELINOR OSTROM

A cientista política norte-americana Elinor Ostrom (1933-2012) graduou-se em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Influenciada pela Economia institucional, estudou o papel das instituições na resolução de um problema importante: a chamada tragédia dos comuns. Essa situação ocorre quando existe um recurso qualquer (por exemplo, um lago onde se pode pescar) que não é propriedade de ninguém. A tragédia se dá quando cada pescador, levando em conta apenas seu interesse individual, pesca o máximo que pode, sem levar em conta, por exemplo, a necessidade de permitir que os peixes se reproduzam.

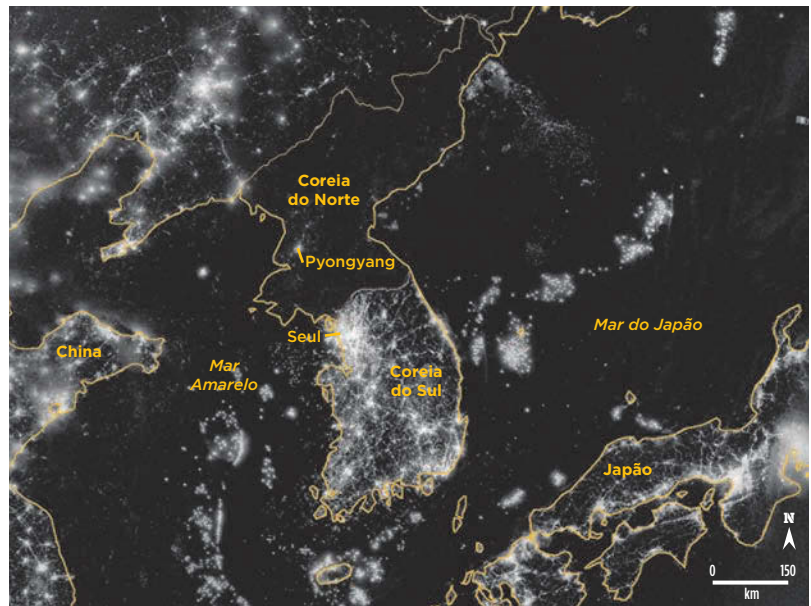
Se todos fazem isso, em breve não haverá mais peixes para ninguém. Ostrom pesquisou casos em que comunidades locais desenvolveram regras que permitiram evitar a tragédia dos comuns, com a participação dos próprios membros da comunidade no reforço das regras.

A importância do trabalho de Ostrom fica evidente quando consideramos que boa parte dos problemas ambientais são exemplos da tragédia dos comuns. Num futuro próximo, será necessário desenvolver regras cada vez melhores para administrar bens comuns, como a atmosfera do planeta, os recursos do oceano e a água potável.

Elinor Ostrom foi a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel de Economia, em 2009, juntamente com o economista Oliver Williamson.

Segundo Acemoglu e Robinson, os países que mais se desenvolveram conseguiram, primeiro, um alto grau de **centralização política**: isto é, construíram Estados que mantêm um mínimo de ordem, necessário para que seja possível, por exemplo, montar uma fábrica sem temer que ela seja destruída durante uma guerra civil. Isso ainda não foi alcançado em diversas partes do mundo, como no Afeganistão e na Somália, que, não por acaso, estão entre os países mais pobres do mundo.

Em segundo lugar, e ainda mais importante, os países que prosperaram tinham **instituições econômicas** (mercados, direitos de propriedade, etc.) e **políticas** (Estados) mais inclusivos. O que torna um Estado ou um mercado mais inclusivo? A capacidade de incluir mais pessoas em seu funcionamento. Assim, quando em determinado país mais pessoas têm seus direitos de propriedade garantidos, mais indivíduos têm condições de competir no mercado, mais gente tem possibilidade de fundar empresas, etc., podemos dizer que as instituições econômicas se tornaram mais inclusivas. Da mesma forma, num país em que o Estado passa a reconhecer o direito de mais pessoas votarem, serem eleitas, participar da vida política e discutir como o país deve ser governado, dizemos que as instituições políticas se tornaram mais inclusivas.



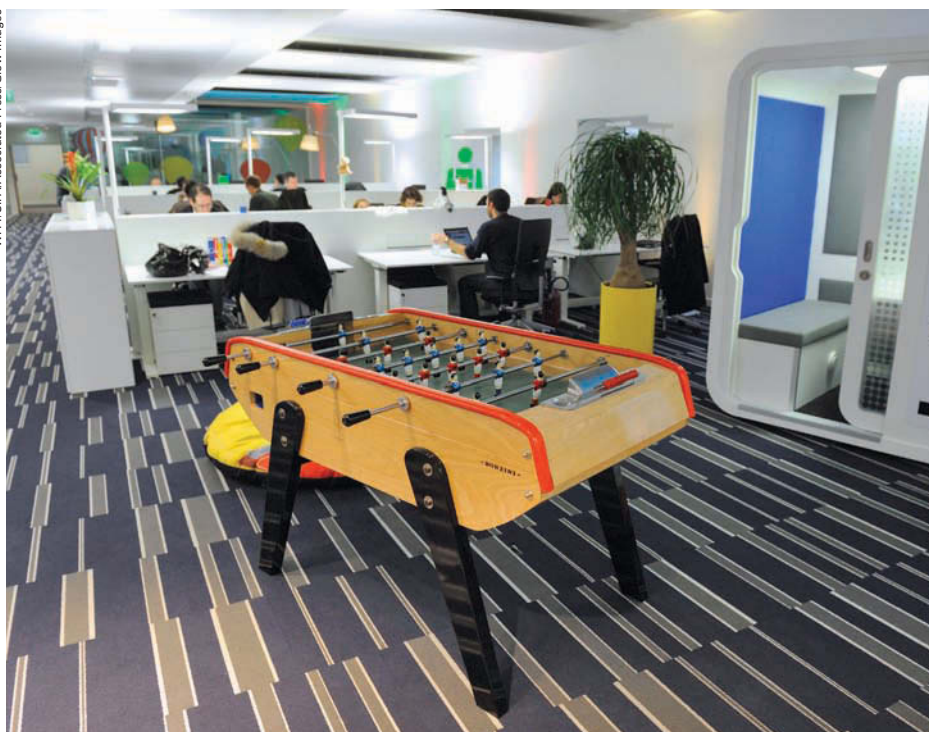
Esta foto noturna de 2012, tirada por satélite, mostra as duas Coreias, a do Sul e a do Norte, em que é possível ver claramente a diferença de desenvolvimento entre os dois países. A Coreia do Sul é completamente iluminada, o que indica não só maior acesso à energia elétrica, como também, provavelmente, uma vida noturna mais intensa (o que pressupõe maior renda), melhor iluminação urbana, etc. A Coreia do Norte é a área quase completamente escura: o único ponto claro é a capital do país. O que explica tamanha diferença de desenvolvimento entre países que, afinal, têm a mesma cultura? Para Acemoglu e Robinson, a resposta é a diferença entre as instituições. Na ditadura norte-coreana, tanto o poder político quanto o controle da economia estão extremamente concentrados nas mãos da elite que domina o governo e explora o resto do país. Na Coreia do Sul, as instituições são mais inclusivas, isto é, há muito mais oportunidades para os cidadãos participarem tanto do mercado quanto da vida política.

De que modo as instituições inclusivas favorecem o desenvolvimento? Em primeiro lugar, porque o progresso econômico e a inovação tecnológica dependem de muitas pessoas com chance de arriscar seu capital em novas técnicas de produção e novos produtos, e da competição entre elas (logo, quanto mais participantes competindo em pé de igualdade, melhor). Dificilmente a competição será livre se o Estado for controlado por um pequeno grupo ou por um ditador, que em geral preferem utilizar o Estado para extrair os recursos para si, sem competição. Desta forma, a democracia, em que mais pessoas têm a possibilidade de participar das decisões políticas, também favorece, no longo prazo, o desenvolvimento econômico.

O oposto das instituições inclusivas são as **instituições extrativas**, que visam apenas extrair riqueza da população para beneficiar a elite que, em geral, também controla o Estado. Um exemplo clássico do efeito das instituições extrativas sobre o desenvolvimento são os índices de pobreza da grande maioria dos países que foram colônias (como o Brasil): nas colônias, as instituições não eram pensadas para garantir o bem-estar da população (que, em grande parte, era escrava ou pobre), mas sim para assegurar a extração de riqueza destinada à metrópole. Mesmo depois da independência, muitos desses países (inclusive o Brasil) continuaram tendo por um longo período o mesmo tipo de instituição, apenas com a substituição do controle: saiu a metrópole, entraram novas elites locais.

As instituições extrativas não favorecem o desenvolvimento econômico de longo prazo, mas podem favorecer grande crescimento de curto prazo. Por exemplo, na ex-União Soviética apenas o Estado podia ser proprietário de indústrias (e, aliás, de quase todos os bens econômicos), e o controle do Estado era exercido com violência por uma pequena elite do Partido Comunista. Essa elite foi muito eficaz em movimentar à força, e com enorme sofrimento humano, recursos da agricultura para a indústria, e, indiscutivelmente, produziu a modernização da União Soviética, que cresceu muito durante algumas décadas do século XX. Entretanto, quando o país já estava industrializado, o desenvolvimento econômico passou a depender de outros fatores: por exemplo, da capacidade de introduzir novas tecnologias na produção, como aconteceu com grande intensidade no mundo capitalista da época.

WITT/SIPA/Associated Press/Glow Images



Em foto de 2001, aspecto da sede parisiense de empresa norte-americana especializada em buscas na internet, responsável pelas atividades da companhia no sul e leste da Europa, África e Oriente Médio. O crescimento das empresas de informática e tecnologia foi fundamental para que os Estados Unidos superassem a União Soviética na Guerra Fria. Embora ambos os países tenham produzido tecnologia de ponta em seus setores militares, só nos Estados Unidos havia milhares de empresários dispostos a apostar (e, muitas vezes, perder) seu dinheiro utilizando essas tecnologias para criar novos produtos para o consumidor e para as empresas. A abertura do sistema econômico a vários participantes aumenta a competição, que por sua vez favorece a eficiência.

A criação de novas tecnologias é mais fácil quando os criadores podem apostar seu dinheiro (ou o dinheiro de quem aposte neles) em suas ideias. Muitas dessas ideias dão errado, mas as que dão certo têm chance de prosperar. É um processo de tentativa e erro, em que os inovadores arriscam seu capital esperando obter grandes lucros com suas inovações. Naturalmente, isso não é fácil de fazer quando o único proprietário é o governo, e a elite teme que os inovadores se tornem ricos (e, portanto, poderosos), ameaçando seu poder. Assim, a União Soviética, que teve crescimento muito alto durante muitos anos, se tornou incapaz de competir com os países capitalistas, não conseguiu reformar sua economia, estagnou e entrou em declínio, deixando de existir em 1991.

É muito difícil deixar de ter instituições extrativas e passar a ter instituições inclusivas. Para isso, é preciso conciliar democracia forte e economia de mercado forte, o que não é fácil. Muitas vezes as medidas necessárias para tornar o mercado mais aberto podem ser impopulares; outras vezes, as desigualdades econômicas criam elites econômicas tão poderosas que passam a controlar o governo, enfraquecendo a democracia, e no longo prazo, também a economia (porque essas elites sempre vão usar o governo para fechar as oportunidades da concorrência). Trata-se de um equilíbrio difícil, o que ajuda a explicar por que a maioria dos países ainda não o atingiu.



Monirul Bhuiyan/Agência France-Presse

Em foto de 2009, eleitora vota na nação africana de Botsuana. Quando se tornou independente (1966), o país era extremamente pobre: segundo Acemoglu e Robinson, contava apenas com 12 quilômetros de estradas pavimentadas, 22 pessoas com curso universitário e cem com curso secundário. Hoje em dia, embora ainda seja pobre, Botsuana é um dos países africanos que cresce mais consistentemente. Para Acemoglu e Robinson, parte da explicação é a sobrevivência da democracia no país desde a independência, algo raro no continente africano. Vale dizer, entretanto, que Botsuana ainda enfrenta desafios seriíssimos para seu desenvolvimento.

ASSIM FALARAM... ACEMOGLU E ROBINSON

Instituições econômicas inclusivas que garantem os direitos de propriedade, oferecem oportunidades iguais, e encorajam investimentos em novas tecnologias e habilidades conduzem mais ao crescimento econômico do que instituições econômicas extrativas, que são estruturadas para extrair recursos da maioria pela minoria e que deixam de proteger direitos de propriedade ou criar incentivos para a atividade

de econômica. Instituições econômicas inclusivas, por sua vez, apoiam e são apoiadas por instituições políticas inclusivas, isto é, aquelas que distribuem o poder político amplamente, de maneira pluralista, e são capazes de alcançar algum grau de centralização política para estabelecer a lei e a ordem, as bases de direitos de propriedade seguros, e uma economia de mercado inclusiva.¹

¹ ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Why Nations Fail*. New York: Crown Publishers, p. 429.

Embora seja tão difícil passar das instituições extrativas para as instituições inclusivas, há histórias de sucesso. A Coreia do Sul, por exemplo, era muito pobre, sofreu a exploração colonial japonesa e uma guerra civil trágica, mas conseguiu, no final do século XX, se tornar economicamente dinâmica e, posteriormente, democrática (a Coreia do Sul é o caso mais claro de um país que era muito pobre e se tornou desenvolvido). A nação africana de Botsuana, caso raro de democracia estável na África, vem crescendo muito mais rápido do que as diversas ditaduras do continente. A Índia, que é democrática desde a independência, vem abrindo sua economia, enquanto a China faz o caminho inverso: começou abrindo sua economia e ainda não sabemos se será capaz de se tornar democrática nos próximos anos. Se não se tornar democrática, segundo a previsão de Acemoglu e Robinson, a China deverá sofrer uma desaceleração econômica.

As teses de Acemoglu e Robinson são muito discutidas hoje em dia, e outros autores oferecem argumentos diferentes para as mesmas questões. De qualquer forma, é provável que a discussão dos efeitos das instituições políticas sobre a economia continue a produzir trabalhos de pesquisa relevantes e necessários para melhor compreender a dinâmica do mundo contemporâneo.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✓ Michel Foucault estudou as relações de poder em outras dimensões da vida social além do Estado. As prisões, os hospícios, a regulação da vida na sociedade e a maneira como poder e conhecimento científico se relacionam na modernidade são algumas dessas novas áreas de pesquisa.
- ✓ Para Foucault, o poder na era moderna é exercido de maneira sutil, envolvendo instituições, conhecimento técnico e as maneiras pelas quais cuidamos de nós mesmos.
- ✓ Um dos fatores que influencia a escolha do eleitor é a classe social a que pertence. Isso não significa que todas as pessoas de uma classe social votem no mesmo candidato.
- ✓ Segundo G. Jansen, G. Evans e De Graaf, a importância do voto de classe tem diminuído nos países desenvolvidos. Dois fatores explicam esse declínio: a diminuição do tamanho da classe operária, que sempre foi a base dos partidos de esquerda, e a moderação dos discursos da esquerda, que se afastou de alguns interesses da classe operária para conquistar votos em outros setores.
- ✓ Nos anos 1970, Ronald Inglehart mostrou que as gerações mais novas eram mais preocupadas com valores ligados à liberdade individual e à qualidade de vida (valores "pós-materiais") do que com a segurança econômica. Isso pode ser resultado do progresso econômico: quando o risco de miséria é grande, a prioridade das pessoas é evitar esse risco. Quando o país cresce e o risco se torna menor, as pessoas passam a se preocupar com qualidade de vida e liberdade individual.
- ✓ Segundo John Rawls, para saber qual seria a maneira justa de organizar a sociedade, devemos nos perguntar: que regras escolheríamos para a sociedade sem saber que lugar ocuparíamos nela? Isto é, sem saber se seríamos ricos ou pobres, fortes ou fracos, negros ou brancos, membros de grupos étnicos e religiosos majoritários ou minoritários, etc., teríamos mais condições de adotar regras justas.
- ✓ Para Rawls, as desigualdades sociais só se justificam quando satisfazem duas condições: a) as posições mais privilegiadas devem estar abertas a todos, independente de gênero, raça, opção sexual, religião, etc., e b) terminam por beneficiar os membros menos privilegiados da sociedade.
- ✓ Para Robert Nozick, não importa muito qual é a distribuição de renda, desde que essa renda tenha sido produzida por indivíduos exercendo seus direitos livremente.
- ✓ Para Daron Acemoglu e James Robinson, as instituições inclusivas (que admitem a participação equitativa de mais pessoas na economia e na política) favorecem o desenvolvimento econômico. Isso porque o dinamismo econômico depende de pessoas que arriscam seu capital em inovações tecnológicas e novos produtos, e da competição livre entre elas.
- ✓ A competição econômica dificilmente será livre num Estado controlado por um pequeno grupo que utiliza seu poder para extrair os recursos da sociedade para si. Assim a democracia, em que mais pessoas participam das decisões políticas, também favorece, no longo prazo, o desenvolvimento econômico.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual a diferença, sob a ótica de Foucault, entre as formas de punição a criminosos nas sociedades tradicionais e nas sociedades modernas?
2. Cite dois fatores que podem explicar a diminuição da importância da classe social como determinante do voto.
3. Por que, para Inglehart, o progresso econômico pode levar as pessoas a valorizarem mais os valores pós-materiais?
4. Que critérios, para Rawls, poderiam justificar a desigualdade social?
5. Por que instituições políticas mais inclusivas podem favorecer o desenvolvimento?

INTERAGINDO

Considere a seguinte letra de música:

Comida

[...]

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...*

*A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...*

*Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?...*

*A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Prá aliviar a dor...*

*A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...*



João Wainer/Folhapress

Intervenção de grafiteiros anônimos sobre grafite dos irmãos Otávio e Gustavo Pandolfo (OSGEMEOS), em rua do bairro do Cambuci, na cidade de São Paulo, em foto de 2005. A cidade é cenário de sobreposições de referências temporais e expressões artísticas.

TITÃS, *Cabeça Dinossauro*, 1986, WEA.

- Explique por que a canção “Comida”, do grupo de rock brasileiro Titãs, ilustra bem a discussão sobre os valores pós-materialistas debatidos por Inglehart.

CONTRAPONTO

Considere a imagem a seguir:



- Esta ilustração do desenhista Alex Hahn foi baseada em um artigo da revista britânica *The Economist*, de 20/1/2011, sobre o crescimento da desigualdade. Parece uma imagem tradicional: o rico subindo e o pobre ficando para trás.

A novidade é que o pobre tenta de qualquer maneira se agarrar aos fios do “tecido social” (uma metáfora para descrever que, em sociedade, estamos sempre entrelaçados uns aos outros) enquanto o rico avança sem notar que está preso ao mesmo tecido. Assim, o sentido da imagem seria que o aumento da desigualdade contribui para rasgar o tecido social, enfraquecendo o sentimento de que tanto o rico quanto o pobre estão entrelaçados, unidos em uma mesma sociedade.

Você acha essa tese razoável? Você acredita que o crescimento da desigualdade pode levar ao aumento da desconfiança entre as pessoas, que se sentiriam menos unidas a indivíduos de outras classes sociais?

SUGESTÕES DE LETURA



Reprodução/Ed. Revan

A curiosa iluminação do Professor Caritat, de Steve Lukes. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Steve Lukes, um dos grandes teóricos políticos de nosso tempo, escreveu essa divertida fábula em que um professor percorre diversos países imaginários em busca da melhor forma de organizar a sociedade politicamente. Cada país é governado por uma filosofia política diferente, o que permite ao protagonista comparar os méritos e os defeitos de cada uma das doutrinas.



Reprodução/Ed. Companhia de Bolso

Coração das trevas, de Joseph Conrad. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

Um clássico da literatura do século XX, a história se passa em um exemplo histórico extremo de colonização predatória, extremamente violenta, e baseado em instituições extrativas: o Congo Belga. Narra a viagem do protagonista Marlowe pelo coração da selva africana, com a missão de trazer de volta Kurtz, um mercador de marfim cujos métodos passam a desagradar a companhia que o contratou. Preste atenção no foco exclusivo dos colonizadores na obtenção do lucro fácil e no total desprezo pela sorte da população local.

FILMES

Reprodução/Eduardo Serra



Diamante de sangue (Estados Unidos, 2007). Direção: Robert Zwick.

A história da guerra civil extremamente sangrenta ocorrida em Serra Leoa e financiada pelo contrabando de diamantes. A busca por diamantes é feita de maneira extremamente desumana, sob o comando das facções militares em guerra, e com o objetivo de vender as pedras para grandes multinacionais produtoras de joias.

Reprodução/Warner Bros.



Laranja mecânica (Inglaterra, 1971). Direção: Stanley Kubrick.

Esse filme retrata, de forma exagerada (o que às vezes é útil, pois torna as questões mais claras), a diferença entre o método de punição puramente física e as formas de reeducação e utilização do saber técnico pelas autoridades, tais como são descritas na obra de Michel Foucault. A prisão de Alex, o protagonista, não pretende simplesmente puni-lo, mas sim reeducá-lo para que ele se torne mais capaz de viver em sociedade. À medida que as técnicas científicas (por exemplo, o uso de drogas que modificam o comportamento) se tornam mais sofisticadas, torna-se necessário repensar a questão da legitimidade desses métodos.

INTERNET

www.cesop.unicamp.br/ (Acesso em: 19 mar. 2003)

No *site* do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), da Unicamp, é possível encontrar pesquisas de opinião que mostram as mudanças da população brasileira com relação a uma série de valores, inclusive os pós-materiais estudados por Inglehart. Navegue pelo *site* e procure encontrar resultados de pesquisa sobre temas sociais atuais, como legalização das drogas, direitos das minorias, etc. Se possível, observe os resultados de duas pesquisas sobre o mesmo assunto, feitas em momentos diferentes, e veja o que mudou na opinião pública a respeito daquele assunto.

Curso *Justiça*, de Michael Sandel, um dos maiores filósofos políticos contemporâneos. Sandel deu esse curso introdutório sobre filosofia política na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em 2005. Há uma versão legendada para português disponível em diversos *sites* de compartilhamento de vídeos.

Justin Ide/Harvard News Office, Cambridge, EUA



Savoring Servant/Wayzeta Library, Minneapolis, EUA

O filósofo norte-americano Michael J. Sandel (1953-), professor da Universidade de Harvard, conhecido por seu curso “Justiça” e pela crítica à teoria de John Rawls em seu livro *O liberalismo e os limites da justiça* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010). À esquerda, o professor no teatro da universidade, foto de 2008. Acima, Sandel em comunicação na cidade de Minneapolis, Estados Unidos, foto de 2012.

CONCLUINDO

CAPÍTULO 11

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é Robert Dahl (1915-).

1. Em seu livro *Sobre a democracia* (2001), o cientista político norte-americano Robert Dahl (1915-) propõe ao leitor a seguinte situação: imagine um grupo de pessoas reunido para fazer alguma coisa em conjunto. O grupo precisa decidir que regras usar para tomar decisões. Alguém sugere que os mais sábios do grupo devem decidir o que todos vão fazer. Mas recebe a seguinte resposta:

Nas questões mais importantes de que esta assembleia tratará, nenhum de nós é tão mais sábio do que os outros para que automaticamente prevaleçam as ideias de um ou de outro. Ainda que alguns membros saibam mais sobre uma questão em determinado momento, somos todos capazes de aprender o que precisamos saber. Naturalmente, teremos de discutir as questões e deliberar entre nós antes de chegar a qualquer decisão. Deliberar, discutir e depois tomar as decisões políticas é uma das razões pelas quais estamos formando essa associação. Mas todos estamos igualmente qualificados para participar da discussão das questões e discutir as políticas que a nossa associação deve seguir. Consequentemente, a nossa constituição deve basear-se nesse pressuposto, ela terá de assegurar a todos nós o direito de participar das tomadas de decisão da associação. Para ser bem claro: porque estamos todos igualmente qualificados, devemos nos governar democraticamente.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed. da UnB, 2009. p. 48.

Charge do cartunista Laerte publicada em 2012.



- A partir desse texto, discuta as seguintes questões:
 - a) Por que não devemos simplesmente entregar o governo a qualquer pessoa que saiba mais do que nós sobre os problemas que o governo precisa resolver?
 - b) Para que a democracia funcione bem, por que é importante que todos os cidadãos se informem sobre política e sobre os problemas de sua comunidade?
 - c) Observe a charge de Laerte. Na sua opinião, as pessoas retratadas estão cumprindo seu dever de se informar e participar da vida política? A estratégia delas está funcionando?
- 2. Em sua conferência “A política como vocação”, dirigida a estudantes da Universidade de Munique em janeiro de 1919, Max Weber assim definiu a atividade política:

A política é como a perfuração de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade – que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. Mas, para isso, o homem deve ser um líder, e não apenas um líder, mas também um herói, num sentido muito sóbrio da palavra. E mesmo os que não são líderes nem heróis devem armar-se com a fortaleza de coração que pode enfrentar até mesmo o desmoronar de todas as esperanças. Isso é necessário neste momento mesmo, ou os homens não poderão alcançar nem mesmo aquilo que é possível hoje. Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer “Apesar de tudo!” tem a vocação para a política.

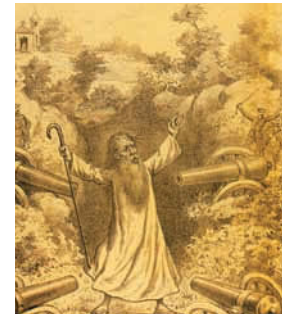
WEBER, Max. A política como vocação. Apud GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (Org.) *Max Weber – Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967. p. 89.

- Para Weber, portanto, a pessoa com vocação para a política seria aquela capaz de enfrentar o mundo como ele é, com todas as suas imperfeições, e nunca desanimar, mas continuar lutando por seus ideais. Com base nessa ideia, responda:
 - a) Qual ideia de Maquiavel está relacionada a esse tema?
 - b) Quando Weber diz que o líder deve ser um “herói”, ele está falando de alguém superpoderoso que consegue fazer tudo o que quer? Qual a grande força do herói que Weber defende?
3. Com base na leitura deste trecho escrito pelo historiador José Murilo de Carvalho (1939-), e usando a classificação dos três tipos de legitimidade propostos por Max Weber, responda às questões a seguir.

Em Canudos, no interior da Bahia, um líder carismático e messiânico, Antônio Conselheiro, reuniu milhares de sertanejos depois que a polícia o perseguiu por ter destruído listas de novos impostos decretados após a proclamação da República. O Conselheiro não gostara também de medidas secularizadoras adotadas pela República, como a separação entre Igreja e Estado, a secularização dos cemitérios e, sobretudo, a introdução do casamento civil. Em Canudos, ele tentou criar uma comunidade de santos onde as práticas religiosas seriam preservadas e onde todos poderiam viver irmanados pela fé. Sua comunidade foi destruída a poder de canhões, em nome da República e da modernidade.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 71-72.

- a) Qual tipo de dominação você acha que explicava melhor a legitimidade dos líderes de Canudos diante de seus comandados? Seria a mistura de mais de um tipo?
- b) Que tipo de dominação as tropas do governo diziam defender quando proclamavam os ideais da República e da modernidade? Partindo do seu conhecimento sobre o Brasil na Primeira República, você acha que o Estado brasileiro nessa época se adequava aos ideais que as tropas do governo diziam defender?
- c) Considerando o poder político durante a Primeira República, é possível que um dos elementos que explicam a revolta seja justamente a dificuldade da República brasileira se legitimar em seus primeiros anos?



Reprodução/Revista Ilustrada, fev. 1897

Antônio Conselheiro é cercado pelas forças do Exército, em charge de Pereira Neto, publicada na *Revista Ilustrada*, edição de fevereiro de 1897.

CAPÍTULO 12

1. A citação a seguir é tirada de um artigo publicado no *British Medical Journal (BMJ)*, publicação britânica especializada em Medicina. É interessante que um periódico de Medicina dedique suas páginas a uma discussão sobre como organizar um movimento social global. Isso é reflexo da compreensão de que muitos problemas de saúde pública atuais são globais. Analise o texto e a imagem e faça as atividades a seguir.

“Os abolicionistas tiveram sucesso”, escreve Hochschild, “porque eles superaram um desafio com que ainda se depara qualquer um que [deseje promover uma ampla mudança social]: fazer conexões entre o próximo e o distante.”

SMITH, Richard. Learning from the Abolitionists, the First Social Movement. *BMJ*, 2012. p. 1. (Tradução dos autores).

Bernardo Gutiérrez/Folhapress



Passageiros no Aeroporto Internacional da Cidade do México em 29 de abril de 2009, durante a epidemia de gripe suína.

- a) Após a leitura do texto, dê exemplos de problemas de saúde globais e justifique sua escolha.
- b) Faça um levantamento de problemas na área da saúde pública em sua cidade e indique ações sociais que podem contribuir para mudanças nessa área.
- c) Na imagem ao lado, vemos pessoas usando máscaras de proteção em um aeroporto durante a epidemia de “gripe suína”. Responda: em que medida a globalização está relacionada à difusão de epidemias desse tipo?

2. Em 11 de setembro de 2001, a organização terrorista fundamentalista islâmica Al Qaeda perpetrou o maior atentado jamais ocorrido em solo norte-americano. Utilizando pilotos suicidas, sequestrou aviões civis e os arremessou contra o Pentágono, sede das Forças Armadas, e contra as duas torres do World Trade Center em Nova York (veja foto). A Al Qaeda atua em vários países, e é sustentada pela contribuição de fanáticos religiosos. Seu objetivo é extinguir a influência ocidental em locais sagrados islâmicos. Seu líder máximo, Osama Bin Laden, foi assassinado pelas Forças Armadas estadunidenses em uma operação no Paquistão em 2011. Em seu livro *Cooperação e conflito nas relações internacionais*, o cientista político norte-americano Joseph Nye Jr. (1937-) afirma o seguinte sobre as novas redes de terrorismo global:

Dan Howell/Shutterstock.com



Nuvens de fumaça sobem das torres do World Trade Center em Nova York, em 11 de setembro de 2001.

Um outro tipo de ator não estatal que está se tornando mais importante é o terrorista transnacional. O terrorismo não é novo na história. É um método de violência com raízes históricas profundas. [...] O que é novo hoje é que a tecnologia está colocando nas mãos de indivíduos e grupos transgressores poderes de destruição que antes eram reservados primordialmente a governos. No século XX, chefes de governo como Hitler e Stalin foram capazes de matar grande número de pessoas. Se os terroristas forem capazes de obter armas de destruição em massa no século XXI, eles desenvolverão capacidades semelhantes. É por isso que alguns observadores se referem ao terrorismo como a privatização da guerra.

NYE JR., Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009. p. 226.

- A partir desse texto, responda: por que redes terroristas como a Al Qaeda são contrárias aos princípios do sistema de Westfália, discutido no capítulo 12?

3. Embora a globalização coloque em questão alguns aspectos do Estado moderno, a verdade é que muitas lutas políticas internacionais contemporâneas ainda são pelo direito de constituir Estados. O caso mais evidente é a luta dos palestinos pela construção de um Estado próprio em meio à ocupação israelense e à complexa diplomacia dos demais países do Oriente Médio. Mas há também um grande número de regiões, mesmo em países desenvolvidos, que desejam se tornar países, ou adquirir mais autonomia. É o caso da Escócia, no Reino Unido, da Catalunha e do País Basco (Euskal Herria), na Espa-

nha, e de muitas outras regiões. Como explicar essa aparente contradição? Em seu livro *As consequências da modernidade*, Anthony Giddens oferece uma pista citando uma ideia do sociólogo norte-americano Daniel Bell:

Em circunstâncias de globalização acelerada, o Estado-Nação tornou-se “muito pequeno para os grandes problemas da vida, e muito grande para os pequenos problemas da vida”.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991. p. 77.

- Comente essa ideia levando em conta o que estudamos sobre a perda da capacidade do Estado de controlar a economia em seu território (“os grandes problemas da vida”).
- Ao lado, vemos uma imagem que representa um episódio da Revolução Farroupilha, um movimento separatista do Sul do Brasil no século XIX. Naquele momento, o separatismo era facilitado pelo fato de que o Estado nacional brasileiro ainda não tinha grande capacidade de integrar o território nacional. Qual a diferença desse separatismo para o separatismo da era da globalização?



Museu Antônio Parreiras, Niterói, RJ

Proclamação da República de Piratini, óleo sobre tela (1915) de Antônio Parreiras.

CAPÍTULO 13

- Você pode ter notado uma diferença importante entre o capítulo 13 e o capítulo 11. No capítulo 11, falamos muito dos líderes políticos, do Estado. No capítulo 13, falamos mais dos cidadãos, da participação cívica, das questões que cada um acha importante. São duas maneiras complementares de encarar a política, dois lados da política moderna.

Para melhor compreender essa diferença, vamos comparar dois autores clássicos do pensamento político: Max Weber, citado em vários capítulos, que estudou principalmente o Estado e os problemas de quem quer liderar o Estado, e o pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), pioneiro no estudo da importância das várias formas de participação cívica. No texto a seguir, o sociólogo brasileiro Gabriel Cohn (1938-) fala sobre esses dois autores.

Acomodação, refluxo privatista da vida política (vale dizer, pública), apatia. Estes eram os vícios para Tocqueville; deficiências no plano da cidadania e do controle sobre o poder, portanto.

Carência de audácia e de vontade inovadora, inapetência para a direção política, recuo em face das exigências do poder. Estes eram os vícios para Weber; deficiências no plano do governo e do exercício do poder, portanto. Ao caráter do cidadão senhor de si, e portanto livre, responde o caráter do líder político senhor de si, e, portanto responsável.

COHN, Gabriel. Teoria social: Tocqueville e Weber, duas vocações. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 32.

- O mais importante para a política é que os cidadãos tenham valores, se organizem entre si, participem da política, como queria Tocqueville? Ou o mais importante é que os líderes sejam responsáveis, capazes de tomar decisões difíceis e até mesmo sacrificar alguns de seus valores se isso for necessário ao bem comum, como queria Weber? Será que os dois estão certos, cada um à sua maneira? Em caso afirmativo, de que maneira cada um está certo?
- Como dissemos em nossa discussão sobre o trabalho de Robert Putnam, estudos recentes sobre capital social nos Estados Unidos indicam que o nível de participação cívica está caindo: as pessoas vão menos à igreja, partici-

Veja na seção

BIOGRAFIAS quem são Alexis de Tocqueville (1805-1859) e Gabriel Cohn (1938-).

LÉXICO

Refluxo privatista:

retorno à vida privada.

Inapetência: falta de desejo, de vontade.

pam menos de movimentos sociais, e cada vez mais vivem isoladamente (o que, no texto de Gabriel Cohn citado na questão anterior, foi descrito como “refluxo privatista”). Alguns autores acham que isso pode estar acontecendo porque muitas pessoas passam cada vez mais tempo conectadas à internet. Avalie as imagens e responda à questão proposta.

Patrick Baz/Agência France-Presse



Manifestantes protestam contra o governo no Cairo, capital do Egito, em 11 de fevereiro de 2011. Na foto à direita, usuários acessam a internet em *lan house* na comunidade Nova República, em João Pessoa (PB). Foto de 2010.



Fabiyana Motas/ONDA Press

- Nas imagens acima, temos duas possibilidades de interação entre internet e cidadania: no primeiro caso, os protestos no Egito em 2011, que foram organizados, em parte, pela internet. Na segunda imagem, vemos pessoas reunidas em uma *lan house*, isoladas umas das outras. Os estudos ainda não permitem concluir qual das duas possibilidades prevalecerá. Qual a sua opinião sobre isso? Justifique.
3. O texto abaixo trata da situação dos refugiados haitianos no Brasil, que vieram para nosso país fugindo da situação do Haiti após o grande terremoto de 2010. Em que sentido a situação descrita é um exemplo de uma reivindicação social por reconhecimento e por redistribuição?

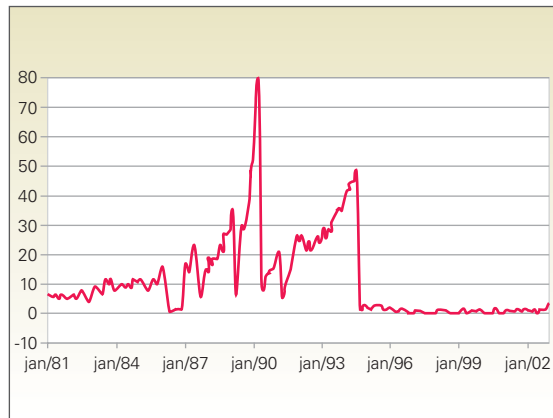
[...] muitos haitianos não conseguem se estabelecer. Sem emprego, acabam vivendo em condições precárias, dependentes de ações voluntárias de entidades ou da Igreja Católica. Em condições ilegais, essa situação tende a piorar. Kweitel [cientista política, diretora da Conectas Direitos Humanos, organização não governamental internacional] alerta que, sem documentação regularizada a vulnerabilidade dessas pessoas aumenta. “Quando você chega ao Brasil, o empregador pode se aproveitar de você, porque você não pode fazer uma denúncia”, diz ela. Ou seja, a situação irregular faz com que a pessoa não possa recorrer ao Estado para pedir proteção.

ROMAN, Clara. Teto de vidro? *Carta Capital*, 2 fev. 2012. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/politica/haitianos-no-brasil-poderiam-ser-considerados-refugiados-diz-especialista/>. Acesso em: 5 mar. 2013.

CAPÍTULO 14

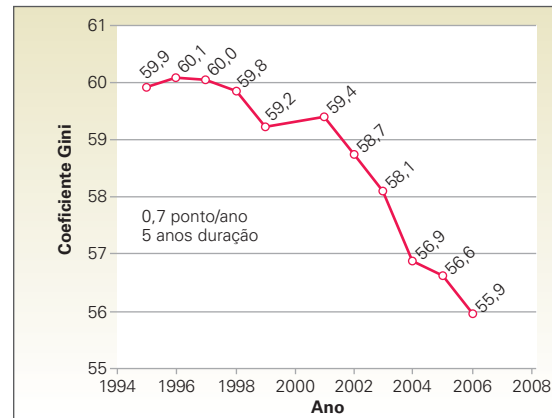
1. Como vimos, a crise dos anos 1980 gerou muita decepção na população brasileira quanto à transição democrática. Mas será que mais de vinte anos depois, o diagnóstico sobre nossa experiência democrática pode ser o mesmo? Considere os dois gráficos a seguir. O primeiro mostra a evolução da taxa de inflação no Brasil desde a década de 1980. O segundo gráfico mostra o coeficiente de Gini, uma medida de desigualdade de renda utilizada pelos economistas, no Brasil das últimas décadas. Quanto maior o coeficiente de Gini, mais desigual é o país.

Gráfico 1: Taxa de inflação mensal (%) - INPC



Fonte: IBGE.

Gráfico 2: Coeficiente de Gini de 1995 a 2006



Fonte: Microdados da Pnad. Tabulação própria.

- **Observe nos gráficos o que acontece com a inflação e a desigualdade de renda no Brasil desde 1985, quando começa a democracia, e em especial após 1994, quando esta se estabiliza. Mesmo admitindo que o Brasil ainda tem imensos problemas, é possível dizer que o governo democrático foi um fracasso? Relacione esses dois fatos com o seguinte texto do economista indiano Amartya Sen (1933-), prêmio Nobel de Economia em 1998:**

Por todo o século XIX, teóricos da democracia achavam bastante natural discutir se este ou aquele país estava “pronto para a democracia”. Esse pensamento mudou apenas no século XX, com o reconhecimento de que a questão mesma estava errada. Um país não deve ser considerado pronto para a democracia, ele deve se tornar pronto através da democracia.

Disponível em: <www.unicef.org/socialpolicy/files/Democracy_as_a_Universal_Value.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2013.

2. **Muita gente acha que o principal fracasso da democracia brasileira até hoje (não que as ditaduras tenham tido grandes sucessos nessa área) é a incapacidade de promover um esforço realmente significativo a favor da educação. Veja o que diz o historiador brasileiro Gunter Axt em artigo publicado na revista *Cult*:**

O que está dando errado? Para Dahl, o entendimento esclarecido – amplo conhecimento das regras do jogo pelos cidadãos – é essencial. Séculos de um sistema educacional precário inviabilizam aqui essa condição. Sem educação de verdade não qualificaremos o debate público. Democracia, como diz Stephen Holmes, não é simplesmente o governo da maioria, mas é, sobretudo, o governo que se dá pela discussão pública.

Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/democracia-no-brasil-um-breve-historico/>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

- **Agora, compare a opinião de Axt com a análise do cientista político Fábio Wanderley Reis (1937-):**

A consequência, que se pode resumir na singular e persistente desigualdade brasileira, é que as carências materiais em que a longa escravidão se traduz para grande parcela dos estratos populares do país têm contrapartida decisiva no plano da psicologia coletiva e de suas projeções políticas. Um aspecto merece destaque: na sociedade de castas que a escravidão construiu (demarcadas, ademais, por traços físicos de alta visibilidade), a população de origem africana não chegava sequer, durante muito tempo, a ser percebida como fazendo realmente parte do povo brasileiro, o que é certamente a explicação última de nossos investimentos insuficientes em educação e da precariedade do sistema educacional brasileiro até hoje (educar “essa gente”?).

Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1390>. Acesso em: 5 mar. 2013.

- O primeiro texto mostra como a educação é importante para o êxito da democracia. O segundo mostra que, em algumas situações nas quais os mais pobres não têm direitos, as elites têm pouco interesse em investir em educação. Supondo que as duas afirmações sejam verdadeiras, mostre como isso é um exemplo da influência negativa da herança colonial para o fortalecimento da democracia no Brasil.
3. Embora a abolição da escravidão no Brasil tenha constituído um marco importante na história da luta pela cidadania, a maneira pela qual ela se deu frustrou muitas das expectativas dos abolicionistas. Após a leitura dos textos, mobilize seus conhecimentos desse período da história do Brasil, reúna-se em grupo e indique alguns fatores que impediram que os recém-libertos desfrutassem de uma cidadania plena.

A sede da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada por Joaquim Nabuco em 1880 na casa de sua família, tinha uma foto de Lincoln emoldurada na parede. Nabuco, assim como André Rebouças [engenheiro e abolicionista brasileiro], tinha empatia por medidas aplicadas nos EUA depois da 13ª Emenda, como as que protegiam a pequena propriedade [...] O pseudônimo que Nabuco usou para assinar seus artigos para o “Jornal do Comércio”, em 1884, foi Garrison, em homenagem ao abolicionista americano William Lloyd Garrison.

ALONSO, Angela, historiadora, em entrevista ao jornal *O Globo*, 26 jan. 2013.

*Deve-se a Darcy Ribeiro um resumo da **desdita** brasileira na segunda metade do século XIX: “Aqui o Sul venceu”. Enquanto na Guerra Civil americana morreram 600 mil pessoas e, entre 1863 e 1865, libertaram-se todos os escravos, em **Pindorama**, onde nessa época havia cerca de dois milhões de pessoas escravizadas, a Abolição só veio em 1888.*

GASPARI, Elio. Em Pindorama, o Sul venceu. *O Globo*, 27 jan. 2013.

LÉXICO

13ª Emenda: emenda à Constituição dos Estados Unidos que aboliu a escravidão e a servidão involuntária, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido condenado. A emenda foi aprovada pelo Senado em 1864 e pela Câmara e Governo em 1865. Abraham Lincoln era o presidente dos Estados Unidos na época da votação.

desdita: desgraça.

Pindorama: palavra de origem tupi que significa ‘terra, região ou lugar das palmeiras’. Designação anterior à conquista da América dada a regiões que formariam o Brasil.

CAPÍTULO 15

1. O jornalista e ex-deputado federal Fernando Gabeira (1941-) viveu momentos importantes da história brasileira. Gabeira participou de um movimento de resistência armada (comunista) contra a ditadura militar, foi preso, torturado e exilado na Europa. Durante o exílio, ativou seus contatos com líderes e pensadores de esquerda que defendiam temas diferentes daqueles defendidos pelos teóricos marxistas tradicionais, e surpreendeu a muitos de seus admiradores quando, de volta ao Brasil, dedicou-se sobretudo à defesa de valores pós-materialistas — o meio ambiente, os direitos dos homossexuais — deixando de lado o programa marxista que antes defendera. Ao se deparar com a realidade brasileira, entretanto, Gabeira percebeu um problema:

Convivemos com duas realidades entrelaçadas e tratamos simultaneamente de problemas comuns ao terceiro mundo e aos países avançados. Há gente morrendo de fome e gente morrendo porque comeu demais, ou então comeu algo envenenado.

GABEIRA, Fernando. *Vida alternativa: uma revolução do dia a dia*. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 13.

- a) Levando em conta a tese de Inglehart sobre o desenvolvimento econômico e a defesa de valores pós-materiais, que consequências a grande desigualdade social brasileira pode ter para alguém que, como Fernando Gabeira, deseja promover esses valores no Brasil?

b) Observe a seguinte charge, publicada em 2012:



- De que modo a charge acima, do cartunista Angeli, reflete a dificuldade de lidar com problemas ambientais ao mesmo tempo que se combate a pobreza material?
2. No dia 30 de março de 2012, o economista Daron Acemoglu e o cientista político James Robinson apresentaram em seu *blog* <<http://whynationsfail.com/blog/2012/3/30/democracy-and-its-discontents.html>> os resultados da pesquisa de Thomas Fujiwara sobre a simplificação e automação (uso de urnas eletrônicas) no Brasil e seus efeitos.

A evidência disponível não indica que as massas pouco instruídas sejam ignorantes e irracionais. Pesquisa recente de Thomas Fujiwara proporciona um exemplo vindo do Brasil. Fujiwara pesquisou a inclusão eleitoral efetiva dos brasileiros menos instruídos, cujos votos eram frequentemente preenchidos erradamente devido a um sistema de votação antiquado e difícil. A simplificação e a automação do sistema de votação levou a uma grande redução do número de votos anulados por preenchimento errado, especialmente os dos menos educados e mais pobres. Fujiwara mostra que isso levou à eleição de assembleias legislativas que defendiam uma redistribuição de renda mais generalizada [...]. Isso levou à implementação de políticas que favoreciam os recém-incluídos no eleitorado, como políticas de saúde que resultaram em melhorias significativas na saúde das crianças. (tradução dos autores).

- Em outras palavras, a pesquisa de Fujiwara mostrou que a introdução do voto eletrônico no Brasil permitiu que parte importante da população pudesse finalmente participar do processo eleitoral. Como resultado, foram eleitos políticos que implementaram bons programas de saúde para os mais pobres. Considerando que a melhoria da saúde da população é um bem em si (isto é, algo pelo que devemos lutar independentemente de ter ou não consequências) e um fator importante de desenvolvimento econômico (visto que uma população saudável é mais produtiva e gera menos gastos para o sistema de saúde), responda: em que medida o resultado da pesquisa confirma a teoria de Acemoglu e Robinson sobre a relação entre instituições inclusivas e o desenvolvimento econômico?

BIOGRAFIAS

ADAM PRZEWORSKI (1940-). Professor de Ciência Política na Universidade de Nova York. Nascido em Varsóvia (Polônia), obteve seu doutorado em Ciência Política pela Universidade de Northwestern, nos Estados Unidos. Em 1966, integrou um grupo de cientistas sociais norte-americanos e europeus empenhados na renovação do marxismo acadêmico, que formaram o que ficou conhecido como Escola do Marxismo Analítico. Przeworski é autor de importantes estudos sobre a social-democracia, a relação entre regime político e desenvolvimento econômico e a transição política no Leste Europeu após o fim dos regimes socialistas. É também um dos principais expoentes na área de estudos políticos comparativos. **[Capítulos 11 e 13]**

ADOLF BASTIAN (1826-1905). Nascido na Alemanha, estudou Direito, Biologia e Medicina. Como médico de navio, viajou por oito anos, conhecendo populações ao redor do mundo. Foi um dos fundadores da Sociedade de Etnologia de Berlim, e fundador e diretor do Museu de Arte Popular na mesma cidade. Realizou várias expedições e, com base nelas, publicou vasto material etnográfico. Defensor da ideia de que toda a humanidade compartilha a mesma estrutura mental, acreditava em uma combinação de determinismo geográfico e evolução social. **[Capítulo 4]**

ALEXIS DE TOCQUEVILLE (1805-1859). Pensador e historiador francês conhecido pela obra *Democracia na América* (2 v., 1835 e 1840), hoje considerada como trabalho precursor em Sociologia e Ciência Política, e por *O Antigo Regime e a Revolução* (1856). Nessas obras, Tocqueville produziu ideias importantíssimas a respeito da sociedade moderna, do individualismo, da democracia, da relação entre igualdade e liberdade e da dinâmica das revoluções. Representante da tradição clássica do liberalismo político, Tocqueville teve ativa participação política na França. **[Concluindo Unidade 1]**

ANTHONY GIDDENS (1938-). *Perfil* no capítulo 10.

ANTHONY HEATH (1942-). Sociólogo britânico, professor emérito do Nuffield College, na Universidade de Oxford (Reino Unido). Entre suas principais pesquisas, destacam-se trabalhos sobre comportamento eleitoral, estratificação social, desigualdades educacionais, etnicidade e identidade nacional. Foi assessor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em uma pesquisa na Bósnia-Herzegovina. É membro da Academia Britânica. **[Capítulo 15]**

ANTHONY MCGREW (1954-). Professor de Relações Internacionais na Universidade de Southampton, onde obteve seu doutorado em 1988. É autor, ao lado de David Held, de importantes estudos sobre a globalização e os problemas da governança global. É membro do comitê editorial da revista *Global Policy*. **[Capítulo 12]**

ANTONIO CANDIDO (1918-). Escritor, crítico literário, sociólogo, professor. Nascido no Rio de Janeiro e criado em Minas Gerais, em 1942 obteve os graus de bacharel e licenciado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1945, obteve o título de livre-docente da cadeira de Literatura Brasileira na mesma universidade. Doutor em Ciências Sociais (1954) com a tese *Os parceiros do rio Bonito*, a partir de 1958 dedicou-se inteiramente à literatura. Como crítico literário, ensaísta e professor, ministrou cursos no Brasil e no exterior (universidades de Paris, França, e de Yale, Estados Unidos) e escreveu obra extensa e influente. Entre seus livros, destacam-se *Formação da Literatura Brasileira* (1959), *Tese e antítese* (1964), *O discurso e a cidade* (1993). Membro do Partido dos Trabalhadores desde a fundação. **[Capítulo 9]**

ANTONIO GRAMSCI (1891-1937). *Perfil* no capítulo 7.

ANTONIO SÉRGIO GUIMARÃES (1952-). Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutor em Sociologia pela Universidade de Wisconsin-Madison, Estados Unidos. Professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e da cátedra Sérgio Buarque de Holanda, na Fondation Maison des Sciences de l'Homme, em Paris. Autor de *Classes, raças e democracia* (2002) e de diversos estudos, com ênfase em estudos afro-brasileiros e formação de classes sociais, principalmente com os temas: identidades raciais, regionais e nacionais, racismo e desigualdades raciais. **[Capítulo 9]**

ARTHUR RAMOS (1903-1949). Nascido em Alagoas, formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Em Salvador trabalhou como legista e conheceu as pesquisas de Nina Rodrigues, que considerou preconceituosas e de teor racista. Iniciou uma carreira nas Ciências Sociais, dedicando-se ao estudo das populações negras. Em 1934, passou a lecionar na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Considerado um dos fundadores da Antropologia no Brasil, combateu o preconceito racial e foi preso duas vezes pela ditadura de Getúlio Vargas. Em 1949, dirigiu o Departamento de Ciências Sociais da Unesco, onde

ajudou a organizar um projeto de estudos sobre as relações raciais no Brasil. **[Capítulo 4]**

AUGUSTO COMTE (1798-1857). Nascido em Montpellier, França, foi o primeiro autor a sistematizar a Sociologia como ciência específica. Seu pensamento se caracterizou pela tentativa de ordenação do conhecimento humano por meio de uma abordagem fundamentalmente descritiva e baseada em elementos quantitativos, contrapondo-se às explicações metafísicas ou teológicas baseadas em especulações e abstrações universais. **[Capítulo 6]**

BRONISLAW MALINOWSKI (1884-1942). *Perfil* no capítulo 3.

BRUNO LATOUR (1947-). Nascido na França, doutorou-se em Filosofia na Universidade de Tours. Sociólogo, antropólogo e teórico de influência no campo de estudos de ciência e tecnologia. Professor no Instituto de Estudos Políticos em Paris, desenvolve pesquisas sobre a ciência moderna e escreveu o livro *Jamais fomos modernos* (1991), de grande impacto no campo acadêmico. **[Capítulo 5]**

C. WRIGHT MILLS (1916-1962). Sociólogo norte-americano, professor na Universidade de Columbia de 1946 até sua morte. Publicou vários livros e artigos, entre eles *A elite do poder* (1956), que introduziu o termo *elite* e descreve as relações e alianças de classe entre as elites políticas, militares e econômicas nos Estados Unidos. Também estudou e escreveu sobre a classe média norte-americana e os trabalhadores de colarinho-branco. Seus escritos tiveram grande impacto nos movimentos sociais da *New Left* (Nova Esquerda) dos anos 1960. **[Capítulo 8]**

CAIO PRADO JÚNIOR (1907-1990). Filho de uma família abastada da capital paulistana, bacharelou-se em Direito em 1928, na Faculdade do Largo São Francisco. Ligado ao marxismo, teve intensa atividade política como membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Publicou obras historiográficas influenciadas pela teoria marxista e consideradas de fundamental importância para o entendimento do Brasil. Foi deputado federal pelo PCB, perseguido pela ditadura de 1964 e fundador da editora Brasiliense. Publicou, entre outros livros, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História econômica no Brasil* (1945). **[Capítulo 9]**

CELIA MARINHO DE AZEVEDO (1951-). Graduada em Jornalismo e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutora em História pela Universidade de Columbia, Nova York, Estados Unidos. É professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Publicou *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX* (1987) e diversos estudos que abordam a história do racismo e do antirracismo, da escravidão e do abolicionismo. **[Capítulo 9]**

CHARLES TILLY (1929-2008). Sociólogo, cientista político e historiador norte-americano. Doutor em

Sociologia pela Universidade de Harvard, foi professor nas universidades de Harvard, Columbia e New School for Social Research. Estudou as relações entre política e sociedade. Conhecido principalmente pelo desenvolvimento da sociologia histórica, foi um dos pioneiros no uso de métodos quantitativos em análise histórica. Seu trabalho privilegiou o estudo de movimentos sociais, história do trabalho, formação do Estado, revoluções, democratização, desigualdade e sociologia urbana. Foi membro da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. **[Capítulos 11 e 13]**

CHARLES WAGLEY (1913-1991). Antropólogo norte-americano, formou-se na Universidade de Columbia, sob influência de Franz Boas. Como professor da mesma universidade, fez trabalho de campo em vários locais do Brasil e teve grande influência na formação de antropólogos brasileiros. **[Capítulo 4]**

CLAUDE LÉVI-STRAUSS (1908-2009). *Perfil* no capítulo 1.

CLIFFORD GEERTZ (1926-2006). Nascido nos Estados Unidos, doutorou-se na Universidade de Harvard em 1956. Lecionou em Chicago e Princeton. Um dos antropólogos mais influentes do século XX, defendeu uma perspectiva cultural da Antropologia, inspirada no trabalho de Franz Boas. Fez trabalho de campo em Bali e no Marrocos. Considerado um dos fundadores da antropologia simbólica, seus escritos influenciaram vários campos das Ciências Sociais. **[Capítulo 2]**

DANI RODRIK (1957). Economista turco, professor de Economia Política Internacional na Universidade de Harvard. Publicou importantes trabalhos nas áreas de desenvolvimento internacional, com ênfase na pesquisa sobre as políticas econômicas que levam alguns países a crescerem mais que outros. Seus trabalhos recentes discutem as possibilidades e os limites que a globalização proporciona para o desenvolvimento econômico. **[Capítulo 12]**

DARCY RIBEIRO (1922-1997). Nascido em Montes Claros, MG, estudou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde se graduou em 1946. Antropólogo, político e educador, desenvolveu pesquisas entre várias populações indígenas e foi um dos fundadores da pós-graduação em Antropologia na Universidade do Brasil, hoje pós-graduação do Museu Nacional, a mais importante do país. Como chefe da Casa Civil no governo João Goulart, desempenhou papel relevante na elaboração das chamadas reformas de base. Com o golpe militar de 1964, Darcy Ribeiro teve os direitos políticos cassados e foi exilado. Viveu em vários países da América Latina, foi professor na Universidade Oriental do Uruguai e assessorou os presidentes Salvador Allende (Chile) e Velasco Alvarado (Peru). Em 1976 voltou ao Brasil, e quatro anos depois foi anistiado, iniciando sua carreira política. Em 1982, elegeu-se vice-governador do Rio de Janeiro e trabalhou na criação dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep). Em 1990, foi eleito senador; em 1992, passou a integrar a Acade-

mia Brasileira de Letras. Além da obra antropológica, publicou vários romances. Entre seus principais livros estão *Religião e mitologia Kadiwéu* (1950), *A política indigenista brasileira* (1962) e *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995). **[Capítulo 4]**

DARON ACEMOGLU (1967-). Economista nascido em Istambul, Turquia, doutor pela London School of Economics, é professor no Massachusetts Institute of Technology (MIT) desde 1993. Membro do programa de crescimento econômico do Canadian Institute of Advanced Research, entre outros institutos. Seu foco de interesse principal é a maneira como as instituições políticas e econômicas influenciam o desenvolvimento econômico. **[Capítulo 15]**

DAVID HARVEY (1935-). Geógrafo e professor na City University of Nova York (Cuny). Teórico social renomado internacionalmente, doutor pela Universidade de Cambridge (1961). Seu trabalho trouxe grande contribuição ao debate sociopolítico. Ele também é responsável por restaurar o conceito de classe social e o método marxista como ferramentas da crítica ao capitalismo. Entre suas obras de maior referência estão *Condição pós-moderna* (1993) e *O enigma do capital* (2011). **[Capítulo 10]**

DAVID HELD (1951-). Nascido na Inglaterra, é estudioso de teoria política, ativo no campo de relações internacionais e um dos fundadores da editora Polity Press. Autor de trabalhos influentes sobre globalização, governança global e problemas teóricos associados ao cosmopolitismo. **[Capítulo 12]**

DAVID SCHNEIDER (1918-1995). Nascido em Nova York, completou seu doutorado em Antropologia na Universidade de Harvard, em 1949. Dedicou-se a pesquisas sobre parentesco de um ponto de vista culturalista. Desenvolveu carreira docente na Universidade de Chicago, principalmente. Suas pesquisas sobre o parentesco norte-americano produziram uma revolução nesse campo de estudos, tendo grande influência no desenvolvimento da antropologia sobre as relações de gênero. **[Capítulos 2 e 5]**

DONALD PIERSON (1900-1995). Nascido em Indianapolis, Indiana, Estados Unidos, adquiriu o título de doutor pela Universidade de Chicago. Trabalhou como professor convidado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde lecionou Sociologia e Antropologia Social de 1939 a 1959. Estudou e publicou textos sobre o preconceito de raça no Brasil. **[Capítulo 4]**

E. E. EVANS PRITCHARD (1902-1973). Nascido na Inglaterra, começou a carreira fazendo pesquisa entre os azande (povo africano que vive na região do alto rio Nilo) e depois entre os nuer. Lecionou no Cairo, em Cambridge e em Oxford. Profundamente influenciado por Malinowski e Radcliffe-Brown, escreveu um dos maiores clássicos da história da Antropologia: *Os nuer*, publicado em 1940. Em 1971 recebeu o título de sir. **[Capítulo 3]**

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO (1951-). Nascido no Rio de Janeiro, doutorou-se em Antropologia no Museu Nacional (UFRJ), onde é professor desde

1978. Lecionou na École de Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), nas universidades de Chicago e Cambridge. Renomado internacionalmente como um dos principais estudiosos das populações indígenas amazônicas, é autor de vários livros, entre eles *Araweté, os deuses canibais* (1986) e *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia* (2002), uma coletânea de ensaios que revela sua principal contribuição para a Antropologia, o “perspectivismo amazônico”. **[Capítulo 5]**

EDWARD B. TYLOR (1832-1917). Antropólogo inglês, representante do evolucionismo cultural. Em seu livro *Primitive Culture and Anthropology* (1871), definiu o contexto do estudo científico da Antropologia, baseado na teoria evolucionista de Charles Lyell. Considerado um dos fundadores da Antropologia social, seus trabalhos contribuíram para consolidar a antropologia como ciência no século XIX. **[Capítulo 1]**

EGON SCHADEN (1913-1991). Nascido em Santa Catarina, foi um dos primeiros formandos do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), em 1937. A convite de Emílio Willems, em 1941 passou a professor assistente na USP. Em 1949, assumiu a cadeira de Antropologia quando Willems se mudou para os Estados Unidos. Teve grande importância na institucionalização da antropologia brasileira por seus trabalhos etnológicos, pela criação da *Revista de Antropologia da USP* e pela orientação de vários antropólogos. **[Capítulo 4]**

ELINOR OSTROM (1933-2012). *Perfil* no capítulo 15.

ÉMILE DURKHEIM (1858-1917). *Perfil* no capítulo 6.

EMILIO WILLEMS (1905-1997). Nascido na Alemanha, formou-se na Universidade de Berlim, onde recebeu influência dos estudos sociológicos de Max Weber. Em 1931, emigrou para o Brasil e passou a lecionar em um seminário católico em Brusque (SC). Em 1936, em São Paulo, começou a lecionar na Escola de Sociologia e Política e, em 1941, na USP, onde ficou até 1949. Produziu vários trabalhos sobre comunidades brasileiras e sobre populações imigrantes e formou cientistas sociais que tiveram papel de destaque na Academia Brasileira. Em 1949 passou a lecionar em Nashville, Estados Unidos. **[Capítulo 4]**

ERICH FROMM (1900-1980). Psicanalista, psicólogo social e filósofo humanista de origem judeo-alemã. Membro do Instituto de Investigações Sociais da Universidade de Frankfurt, participou da primeira fase das investigações interdisciplinares da Escola de Frankfurt, até que no fim dos anos 1940 rompeu com seus teóricos por discordar da interpretação heterodoxa da teoria freudiana que essa escola desenvolveu, pretendendo sintetizar numa só disciplina a psicanálise e os postulados do marxismo. Entre suas principais obras, está *Conceito marxista do homem* (1964). **[Capítulo 10]**

EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909). Nascido no Rio de Janeiro, militar de formação, foi um defensor da República. Escrevia na imprensa carioca e, em 1897, foi convidado para escrever sobre a Guerra de Canu-

dos por um jornal paulista. Sobre essa experiência escreveu *Os Sertões* (1907), livro que o consagrou. Graças a essa obra, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mais tarde, seria nomeado chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus. Viajou, então, milhares de quilômetros pela Amazônia. De volta ao Rio de Janeiro, trabalhou no Itamaraty, redigindo o relatório da viagem ao Purus e corrigindo ou elaborando mapas da região visitada. **[Capítulo 4]**

EUNICE DURHAM (1932-). Nascida no interior do estado de São Paulo, formou-se em Ciências Sociais na USP. Fez pesquisas sobre imigração italiana, migração campo-cidade, movimentos sociais e sobre a universidade brasileira. Professora da USP, teve também uma carreira institucional como presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 1990 a 1991 (e também em rápidos períodos em 1992 e 1995), Secretária Nacional de Educação Superior (1991 a 1992) e Secretária Nacional de Política Educacional (1995 a 1997). **[Capítulo 4]**

FABIANO SANTOS (1964-). Cientista político brasileiro, professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-UERJ). Autor de vários livros na área de Ciência Política, entre eles, em parceria com Acir de Almeida, *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão* (2011). **[Capítulo 14]**

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1931-). Nascido no Rio de Janeiro, mudou-se com 8 anos para São Paulo, onde se formou em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), completando seus estudos de pós-graduação na Universidade de Paris. Após o golpe militar de 1964, exilou-se no Chile e, a seguir, na França. Voltou ao Brasil em 1968 e tornou-se professor de Ciências Políticas na USP. Meses depois, foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5 (Ato Institucional nº 5). Fundou, então, com outros pesquisadores cassados, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que se tornaria um núcleo de pesquisa e reflexão sobre a realidade brasileira. Participou do MDB, onde seria candidato ao senado por São Paulo, cargo que depois ocupou como suplente já pelo PMDB. Teve intensa participação política durante o governo Sarney e no breve governo Collor. Foi um dos criadores do PSDB e durante o governo de Itamar Franco tornou-se ministro da Fazenda, implementando o plano Real. Nas eleições seguintes foi eleito presidente da República, cargo que ocupou por dois mandatos, entre 1995 e 2002. **[Capítulo 9]**

FERNANDO LIMONGI (1958-). Cientista político brasileiro, professor do departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago (1993), trabalhou nos Estados Unidos com Adam Przeworski (seu orientador) com quem publicou importantes estudos sobre como diferentes regimes políticos influenciam o desenvolvimento econômico. De volta ao Brasil, passou a integrar a equipe

do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), do qual foi presidente entre 2001 e 2006. É um dos principais estudiosos do Poder Legislativo no Brasil. **[Capítulos 11 e 13]**

FERNANDO NOVAIS (1933-). Nascido em São Paulo, graduou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou de 1961 a 1985. Em 1986, transferiu-se para o Instituto de Economia da Unicamp. Em 1996 publicou, em colaboração de Carlos Guilherme Mota, *A independência política do Brasil*. Foi o organizador geral da coleção *História da vida privada no Brasil*, de 1997, que reuniu trabalhos de renomados historiadores contemporâneos brasileiros. Lecionou na Universidade do Texas e participou de debates e seminários em outras universidades americanas, como a de Columbia e a da Califórnia. Na França, deu cursos no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, ligado à Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle); na Bélgica, na Universidade de Louvain; e, em Portugal, nas universidades de Coimbra e de Lisboa, onde residiu um ano quando realizava pesquisas para sua tese de doutorado. **[Capítulo 9]**

FLORESTAN FERNANDES (1920-1995). *Perfil* no Capítulo 9.

FRANÇOIS CHESNAIS (1934-). Economista francês, editor da revista *Carré Rouge*, é professor emérito da Universidade Paris XIII, membro do conselho científico da Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens (Attac) e técnico da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, publicou *A mundialização do capital* (1996) e *A mundialização financeira* (1998), ambos pela editora Xamã. **[Capítulo 10]**

FRANZ BOAS (1858-1942). *Perfil* no Capítulo 2.

FREDRIK BARTH (1928-). Antropólogo norueguês formado nas universidades de Chicago e Cambridge, hoje é professor emérito na Universidade de Boston. Em 1969, publicou *Ethnic Groups and Boundaries* (Grupos étnicos e fronteiras), livro no qual formulou uma teoria de etnicidade que enfatiza as fronteiras entre grupos étnicos em lugar do "conteúdo cultural" que essas fronteiras encerram. **[Capítulo 3]**

GABRIEL COHN (1938-). Sociólogo brasileiro. Graduado (1964) em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, obteve na mesma universidade os graus de mestre (1967), doutor (1971) e livre-docente (1977, com a tese *Crítica e resignação*, sobre Max Weber). Professor aposentado do Departamento de Ciência Política da USP, membro do Conselho Deliberativo do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e editor da revista *Lua Nova*. Produziu trabalhos de destaque na área de teoria social, especialmente seu clássico estudo sobre Max Weber. **[Concluindo Unidade 3]**

GAYLE RUBIN (1949-). Antropóloga norte-americana, professora na Universidade de Michigan. Autora de destaque na área de estudos de gênero e sexualidades, tem vasta obra crítica sobre o assunto. **[Capítulo 5]**

GEOFFREY EVANS (1957-). Nascido na Inglaterra, é professor no Nuffield College, Oxford. Seus interesses de pesquisa incluem desigualdade social, política britânica, modelos de comportamento eleitoral (em especial a influência da classe social na decisão de voto), a evolução da divisão social de classe e étnico-religiosa, e consolidação democrática em sociedades pós-comunistas. **[Capítulo 15]**

GEOFFREY GARRETT (1958-). Reitor da Faculdade de Administração da Universidade de Sydney, Austrália. Ocupou posições de destaque em universidades dos Estados Unidos e da Europa. Internacionalmente conhecido e respeitado como analista das relações políticas e econômicas entre os Estados Unidos e a China, autor de vários artigos publicados sobre o assunto na mídia global. **[Capítulo 12]**

GIANFRANCO PASQUINO (1942-). Cientista político italiano, professor na Universidade de Bolonha. Editor do periódico *Il Mulino* entre 1980 e 1984, e da *Revista Italiana de Ciência Política* entre 2001 e 2003. Senador entre 1983 e 1992 e 1994 e 1996 como representante da Esquerda Independente e da Aliança Progressista, respectivamente. Em 2005 foi eleito membro da Academia Nacional de Ciências da Itália. **[Capítulos 11 e 13]**

GIEDO JANSEN (1983-). Nascido na Holanda, doutor em Sociologia (2011) pela Universidade de Nijmegen, onde hoje é professor. Seus principais focos de pesquisa são sociologia política, comportamento dos eleitores, partidos políticos, divisão social, relações industriais e de trabalho, greves e movimentos sociais. **[Capítulo 15]**

GILBERTO FREYRE (1900-1987). Nascido em Pernambuco, estudou na Universidade de Baylor, no Texas, Estados Unidos. Participou de cursos de Franz Boas na Universidade de Columbia, onde fez seu mestrado. Teve uma vida profissional movimentada: trabalhou na imprensa, foi político eleito, assumiu cargos públicos, lecionou em Pernambuco, Rio de Janeiro e em várias universidades estrangeiras como professor visitante. Com o livro *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933, Gilberto Freyre revolucionou a historiografia brasileira. Ao invés do registro cronológico de guerras e reinados, ele passou a estudar o cotidiano por meio da história oral, documentos pessoais, manuscritos de arquivos públicos e privados, anúncios de jornais e outras fontes até então ignoradas. Usou também seus conhecimentos de Antropologia e Sociologia para interpretar fatos de forma inovadora. Seus livros têm grande repercussão e tornaram-se base de uma ideologia da miscigenação brasileira, vista com olhos positivos e supostamente como formadora de uma nação tida como racialmente mais justa. Freyre fez carreira acadêmica de artista plástico, jornalista e cartunista no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. Manteve, porém, uma grande ligação com Pernambuco, em especial Olinda e Recife. É considerado um dos pensadores mais importantes do Brasil no século XX. **[Capítulo 4]**

GILBERTO VELHO (1945-2012). Nascido no Rio de Janeiro, graduou-se em Ciências Sociais na UFRJ e fez pós-graduação no Museu Nacional e depois na

Universidade do Texas, Austin. Professor do Museu Nacional (UFRJ), conduziu pesquisas pioneiras sobre antropologia urbana no Brasil. **[Capítulo 4]**

GONÇALVES DIAS (1823-1864). Poeta, escritor, advogado, etnógrafo e jornalista. Aluno de Direito em Coimbra a partir de 1840, foi colega dos principais escritores da primeira fase do Romantismo português. De volta ao Brasil, foi professor e jornalista no Rio de Janeiro. Participou da Comissão Científica de Exploração, viajando por todo o norte do Brasil, coletando informações para produzir suas reflexões sobre o povo brasileiro. Em sua obra poética, ligada ao Romantismo, buscou transmitir um sentimento nacionalista ao incorporar assuntos, povos e paisagens brasileiras. Ao lado de José de Alencar, desenvolveu o indianismo. **[Capítulo 8]**

GRAÇA DRUCK (1953-). Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, professora adjunta do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA), pesquisadora do Centro de Recursos Humanos/UFBA e pesquisadora do CNPq. Especialista em estudos na área de sociologia do trabalho, tem vários trabalhos publicados, entre eles *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização* (2007). **[Capítulo 9]**

HANNAH ARENDT (1906-1975). Filósofa alemã, uma das grandes pensadoras políticas do século XX, em especial por sua contribuição para o estudo dos regimes políticos totalitários da Alemanha nazista e da União Soviética sob o governo de Stalin. Perseguida pelo regime da Alemanha nazista por ser judia, exilou-se e ficou sem direitos políticos até 1951, quando conseguiu a cidadania norte-americana. Formulou uma concepção da política voltada sobretudo para a participação cívica e a discussão pública, destacando a participação cidadã, sem a qual Estados e partidos podem se voltar contra os cidadãos da maneira mais violenta possível. **[Capítulo 13]**

HÉLIO JAGUARIBE (1923-). Sociólogo, cientista político e escritor brasileiro. Formado em Direito pela PUC-RJ, doutor *honoris causa* pela Universidade Johannes Gutenberg, de Mainz, Alemanha; pela Universidade Federal da Paraíba (1992) e pela Universidade de Buenos Aires (2001), por sua contribuição aos estudos latino-americanos, e nas áreas das Ciências Sociais e das Relações Internacionais. Professor visitante das Universidades de Harvard, Stanford, e do MIT, e decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes), do Rio de Janeiro. Foi fundador e responsável pela cadeira de Ciência Política do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), onde exerceu marcada liderança intelectual. Autor de vasta obra, publicada em diversas línguas, destacando-se, entre seus últimos livros, *Brasil, homem e mundo - Reflexão na virada do século* (2000), *Um estudo crítico da História* (2001, 2 v.) e *Brasil: alternativas e saída* (2002). **[Concluindo Unidade 1]**

HENRY SUMNER MAINE (1822-1888). Jurista e historiador inglês, conhecido por defender a tese de que a lei e a sociedade se desenvolveram do

“status ao contrato”. Segundo essa tese, no mundo antigo os indivíduos estavam estreitamente ligados por *status* a grupos tradicionais, enquanto no mundo moderno, os indivíduos são vistos como agentes autônomos e são livres para estabelecer contratos e associações com pessoas e grupos de sua escolha. **[Capítulo 1]**

HERBERT BALDUS (1899-1970). Nascido na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial mudou-se para o Brasil, onde participou de expedições cinematográficas entre populações indígenas. Voltou à Alemanha em 1928 para formalizar estudos em Antropologia, em Berlim. Deixa a Alemanha por causa da ascensão do partido comunista, fixando-se definitivamente no Brasil. Em 1939 passa a lecionar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisou diversas populações indígenas no Brasil, tendo publicado vários artigos e livros sobre essas investigações. Foram seus alunos vários intelectuais de destaque na vida nacional, como Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Oracy Nogueira, entre muitos outros. Dirigiu o Museu Paulista, onde organizou a área de Antropologia. Naturalizou-se brasileiro em 1941. **[Capítulo 4]**

HERBERT MARCUSE (1898-1979). Nascido em Berlim, filho de pais judeus. Estudou Literatura e Filosofia em Berlim e Freiburg, onde foi orientado por Martin Heidegger em seu doutorado sobre o filósofo Hegel. Em 1933, por causa do governo nazista, imigrou da Alemanha para a Suíça, indo em seguida para os Estados Unidos, onde obteve a cidadania em 1940. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), trabalhou para o governo norte-americano, analisando relatórios do serviço de espionagem sobre a Alemanha, atividade que durou até 1951. No ano seguinte, começou a carreira de professor universitário de Teoria Política, primeiro em Columbia e em Harvard, depois em Brandeis, onde ficou de 1954 até 1965. Já perto de se aposentar, foi lecionar na Universidade da Califórnia, em San Diego. Suas críticas à sociedade capitalista, em especial na obra *Eros e civilização*, de 1955, e em *O homem unidimensional*, de 1964, fizeram eco aos movimentos estudantis de esquerda dos anos 1960. **[Capítulo 10]**

HERBERT SPENCER (1820-1903). Filósofo, biólogo e sociólogo inglês, importante teórico do liberalismo clássico na era vitoriana. Spencer desenvolveu um amplo e abrangente conceito da evolução, como o desenvolvimento progressivo do mundo físico, dos organismos biológicos, da mente humana, da cultura e das sociedades humanas. Acreditava que a evolução tinha uma direção sempre determinada: das estruturas mais simples para as mais complexas. Suas ideias influenciaram diferentes campos do conhecimento: ética, religião, antropologia, economia, teoria política, filosofia, biologia, sociologia e psicologia. Em sua época, Spencer alcançou grande notoriedade; é dele a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, utilizada em sua obra *Princípios da Biologia* (1864), escrita depois da leitura de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin. **[Capítulo 1]**

JAIRO NICOLAU (1964-). Cientista político brasileiro, especialista em sistemas eleitorais. Foi pesquisador do IUPERJ, depois do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **[Capítulo 14]**

JAMES G. FRAZER (1854-1941). Antropólogo escocês muito influente nos estágios iniciais dos estudos modernos sobre mitologia e religiões comparadas. Considerado um dos pais da Antropologia, sua obra mais famosa, *O ramo dourado* (1890), documenta e detalha as similaridades entre crenças mágicas e religiosas ao redor do mundo. **[Capítulo 1]**

JAMES ROBINSON (1960-). Cientista político e economista, professor na Universidade de Harvard. Renomado especialista em América Latina e África, com pesquisas na República Democrática do Congo, Serra Leoa, Haiti e na Colômbia, onde lecionou durante vários anos em cursos de verão na Universidade dos Andes, em Bogotá. **[Capítulo 15]**

JEAN LOJKINE (1939-). Nascido na França, formou-se em Filosofia em 1964, completando em 1975 sua formação com o doutorado em Sociologia. Até o começo dos anos 1980, pesquisou a questão da segregação urbana. Com seu livro intitulado *La révolution informationnelle* (1992) passou a ter como centro de suas análises o impacto da produção da informação no trabalho, nas relações profissionais e na gestão das empresas capitalistas. No Brasil, suas obras mais difundidas, além de *A revolução informacional* (1995), são *A classe operária em mutações* (1990) e *L'adieu à la classe moyenne* (Adeus à classe média, 2005). Em 2008, publicou *La crise des deux socialismes: leçons théoriques, leçons politiques* (A crise dos dois socialismos: lições teóricas, lições políticas), obra em que revisita criticamente suas teses sobre a revolução informacional. Atualmente, é Diretor Emérito de pesquisa em Sociologia do CNRS (sigla em francês para Centro Nacional de Pesquisa Científica), em Paris, professor aposentado de Sociologia da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, e membro do Centro de Estudos dos Movimentos Sociais (CEMS), da mesma instituição. **[Capítulo 10]**

JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778). Escritor, filósofo e compositor suíço de expressão francesa. Sua filosofia política influenciou a Revolução Francesa e o desenvolvimento do pensamento moderno no campo político e social. Nas obras *Discurso sobre as ciências e as artes* (1750) e *Discurso sobre a origem da desigualdade* (1755) criticou os fundamentos de uma sociedade corruptora. Em suas obras filosóficas (*O contrato social*, 1762; *Emílio ou da educação*, 1762), narrativas (*Julia ou a nova Heloisa*, 1761) e autobiográficas (*Meditações de um caminhante solitário*, 1782) expôs os princípios éticos da vida pública e privada. Como compositor, escreveu óperas de sucesso e também contribuiu como teórico musical. **[Capítulos 11 e 13]**

JESSICA T. MATHEWS (1946-). Desde 1997 é presidente do Carnegie Endowment for International

Peace, um instituto de estudos de relações internacionais, em Washington D.C. Sua carreira inclui cargos em institutos governamentais da área executiva e legislativa, em administração e pesquisa em organizações não lucrativas e em jornalismo. **[Capítulo 12]**

JOHN LOCKE (1632-1704). Filósofo inglês considerado o pai do liberalismo clássico e um dos mais influentes pensadores do Iluminismo. Um dos primeiros representantes do empirismo britânico, igualmente importante para a teoria do contrato social. Seu trabalho teve grande impacto no desenvolvimento da epistemologia e da filosofia política. Seus escritos influenciaram Voltaire e Rousseau, assim como os revolucionários norte-americanos. Suas contribuições para a teoria liberal e as ideias republicanas estão evidenciadas na Declaração de Independência dos Estados Unidos. **[Capítulos 11, 13 e 15]**

JOHN RAWLS (1921-2002). Professor de Filosofia Política na Universidade de Harvard, autor de *Uma teoria da justiça* (1971), *Liberalismo político* (1993) e *O direito dos povos* (1999). Retomando a teoria do contrato social, Rawls propõe-se a responder de que modo podemos avaliar as instituições sociais: a virtude dessas instituições consiste no fato de serem justas. Para ele, uma sociedade bem ordenada compartilha de uma concepção pública de justiça que regula a estrutura básica da sociedade. **[Capítulo 15]**

JOSÉ ANTONIO CHEIBUB (1960-). Professor de Economia Política e Políticas Públicas na Universidade de Illinois e autor de vários livros. **[Capítulos 11 e 13]**

JOSÉ MURILO DE CARVALHO (1939-). Cientista político e historiador brasileiro, membro desde 2005 da Academia Brasileira de Letras. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) por vinte anos, é também professor titular de História do Brasil no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **[Capítulo 14]**

JOSEPH NYE JR. (1937-). Cientista político norte-americano, cofundador, com Robert Keohane, da teoria da interdependência e interdependência complexa nas relações internacionais e da teoria do neoliberalismo, desenvolvida no livro *Poder e interdependência*. Mais recentemente, foi pioneiro na teoria do "soft power". Sua noção de "smart power" tornou-se popular com o uso do termo por membros do governo Bill Clinton, e mais recentemente, na administração de Obama. **[Capítulo 12]**

JULIAN STEWARD (1902-1972). Nascido nos EUA, doutorou-se na Universidade de Berkeley sob orientação de Alfred Kroeber e Robert Lowie, dois ex-alunos de Boas. Lecionou nas universidades de Michigan, Utah, Illinois e Columbia. Desenvolveu uma perspectiva conhecida como "ecologia cultural", preocupada essencialmente com as formas de subsistência das culturas. Foi de grande influência numa nova geração de antropólogos marxistas, entre eles Marvin Harris. Foi editor da coleção *Handbook of South American Indians*, ainda hoje referência muito importante para a Antropologia sobre os índios da América do Sul. **[Capítulo 2]**

JULIO CEZAR MELATTI (1938-). Nascido em Petrópolis, doutorou-se em Antropologia Social na USP (1970). Foi professor na Universidade de Brasília (UnB) entre 1964 e 1994. Dedicou-se aos estudos sobre populações indígenas brasileiras. **[Capítulo 4]**

JÜRGEN HABERMAS (1929-). Filósofo e sociólogo alemão, representante da segunda geração da Escola de Frankfurt e o filósofo de maior influência e projeção internacional na atualidade. Sua teoria da ação comunicativa é uma das principais contribuições contemporâneas à filosofia. Suas obras mais importantes são *Técnica e ciência como ideologia* (1987), *Teoria da ação comunicativa* (1981), e *Discurso filosófico da modernidade* (2000). **[Capítulo 10]**

KABENGELE MUNANGA (1942-). Antropólogo nascido na República Democrática do Congo, antigo Zaire, possui graduação em Antropologia Cultural pela Université Officielle Du Congo à Lubumbashi e doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor titular da USP. Publicou *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações* (2009) e diversos estudos em Antropologia das populações afro-brasileiras, atuando principalmente nos temas: racismo, identidade e identidade negra na África e no Brasil. **[Capítulo 9]**

KARL MARX (1818-1883). *Perfil* no capítulo 6.

KARL VON DEN STEINEN (1855-1929). Nascido na Alemanha, formou-se em Medicina, depois dedicou-se à Antropologia. Pesquisador da Universidade de Berlim, esteve no Brasil em duas expedições etnográficas, nas quais estudou índios da região do rio Xingu. Seus relatos sobre as viagens no Xingu continuam a ter grande valor etnográfico. **[Capítulo 4]**

LEONARDO AVRITZER (1959-). Cientista político com doutorado pela New School for Social Research de Nova York. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Teoria Política Contemporânea e em estudos sobre a democracia. Entre outros livros, escreveu *Democracy and the Public Space in Latin America* (2002). **[Capítulo 14]**

LEWIS HENRY MORGAN (1818-1881). Antropólogo e etnólogo norte-americano, um dos principais fundadores da antropologia científica, mais conhecido por estabelecer o estudo de sistemas de parentesco e sua teoria da evolução social. **[Capítulo 1]**

MANCUR OLSON (1932-1998). Economista e cientista social norte-americano, que de forma pioneira apropriou-se de modelos econômicos para o estudo de fenômenos sociais e políticos. Suas obras tratam de temas diversificados como as dificuldades da ação coletiva, os bens públicos, e como interesses particulares organizados podem afetar o desenvolvimento econômico. *A lógica da ação coletiva* é o primeiro e mais influente de seus livros. **[Capítulo 13]**

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA (1943-). Antropóloga luso-brasileira, graduou-se em Matemática pura na Faculté des Sciences de Paris, em 1967. Três anos depois, ingressou na pós-graduação em Antropologia Social na Unicamp. Ao final da década de 1970, engajou-se na questão indígena. Foi cofundadora da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que presidiu de 1979 a 1981. Lecionou na Universidade de

Campinas e na Universidade de São Paulo, onde se aposentou. No Departamento de Antropologia, fundou o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo. Lecionou na Universidade de Chicago entre 1994 e 2009. Publicou vários livros, entre eles *Direito dos índios* (1987) e a organização de *História dos índios no Brasil* (1992). **[Capítulo 1]**

MARCEL MAUSS (1872-1950). Nascido na França, formou-se em Filosofia. Estudou religiões comparadas e teve grande atuação política e acadêmica. Em 1931 assumiu uma cadeira de Sociologia no Collège de France. Seu trabalho sobre a reciprocidade, o intercâmbio e a origem antropológica do contrato influenciaram profundamente a Antropologia e a Sociologia. **[Capítulo 3]**

MARGARET MEAD (1901-1978). Nascida nos Estados Unidos, em 1929 doutorou-se na Universidade de Columbia, onde foi aluna de Franz Boas e Ruth Benedict. Desenvolveu trabalhos sobre as populações das ilhas Samoa. Ativista feminista, ganhou destaque na década de 1960. Lecionou na Universidade de Columbia, na New School e na Universidade de Fordham. **[Capítulo 2]**

MARIA D'ALVA KINZO (1951-2008). Cientista política brasileira, fez seu doutorado no St. Anthony's College, da Universidade de Oxford. De volta ao Brasil em 1985, foi professora da Unicamp e da USP, onde se aposentou como livre-docente do Departamento de Ciência Política, em 2007. Publicou importantes estudos sobre os partidos e a transição democrática no Brasil, com destaque para *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB* (1966-1979), que também foi publicado na Inglaterra. **[Capítulo 14]**

MARIA DE LOURDES MOLLO (1951-). Graduada em Economia pela Universidade de Brasília (1973), mestre em Economia pela Universidade de Brasília (1977) e doutora em Monnaie, Finance et Banques-Université de Paris X, Nanterre (1989). É professora titular da Universidade de Brasília. Tem publicações e pesquisas nas áreas de economia monetária, economia política, história do pensamento econômico e, recentemente, na área de economia do turismo. **[Capítulo 10]**

MARSHALL SAHLINS (1930-). Nascido nos Estados Unidos, doutorou-se na Universidade de Columbia em 1954, sob a influência de Julian Steward. Lecionou em Michigan e Chicago, onde é atualmente professor emérito. Sahlins iniciou sua carreira como um crítico da perspectiva boasiana, por influência de Steward. Após uma estadia na França, em 1968, mudou sua orientação, adotando um ponto de vista culturalista e profundamente crítico às perspectivas materialistas. Publicou *Ilhas de História* (1985), *Cultura e razão prática* (1976), entre outros estudos. Seus trabalhos têm exercido grande influência e é considerado um dos antropólogos mais importantes da atualidade. **[Capítulos 1 e 2]**

MARVIN HARRIS (1927-2001). Nascido nos Estados Unidos, doutorou-se na Universidade de Columbia, sob orientação de Charles Wagley, antropólogo que tinha intensa relação com o Brasil. Alguns dos tra-

balhos de Marvin Harris são sobre as populações negras na Bahia. Seus primeiros trabalhos têm inspiração boasiana, da qual foi se afastando, em direção ao que ficou conhecido como “materialismo cultural”. Essa perspectiva era uma aplicação do marxismo à antropologia cultural, buscando grandes explicações sobre a vida em sociedade, fundamentalmente comparativas. Lecionou na Universidade de Columbia, onde foi chefe de departamento, depois na Universidade da Flórida. **[Capítulo 2]**

MARILYN STRATHERN (1941-). *Perfil* no capítulo 5.

MAURICE DUVERGER (1917-). Jurista, cientista político e professor francês, especialista em direito constitucional. Publicou obras importantes sobre a teoria dos partidos políticos, as constituições políticas, os regimes políticos, e como diferentes regras eleitorais produzem diferentes sistemas partidários. **[Capítulos 11 e 13]**

MAX GLUCKMAN (1911-1975). Nascido na África do Sul, estudou em seu país e depois na Universidade de Oxford, Inglaterra. Foi o primeiro professor de Antropologia da Universidade de Manchester, onde seu grupo de alunos e futuros colegas ficou conhecido como “Escola de Manchester”. Ativista político e profundamente anticolonialista, praticou uma antropologia voltada para ideias como conflito e mudança. **[Capítulo 3]**

MAX HORKHEIMER (1895-1973). Junto com Theodor Adorno e Herbert Marcuse, compõe o coração da Escola de Frankfurt. Doutorou-se em Filosofia em 1922 na Universidade de Frankfurt e em 1926 tornou-se docente na mesma instituição, onde criou, com Adorno, o Instituto de Pesquisas Sociais (que se tornou conhecido como Escola de Frankfurt). Com a ascensão do nazismo, refugiou-se nos Estados Unidos, onde passou a lecionar na Universidade de Columbia. Em 1949, de volta à Frankfurt, reabriu o Instituto de Pesquisas Sociais. Como participante da construção da “teoria crítica” (conjunto de ideias e conceitos sobre cultura contemporânea, fortemente influenciado pelo marxismo), produziu livros de grande importância para a história da sociologia, como *Teoria tradicional e teoria crítica* (1937), *Eclipse da razão* (1955) e *Dialética do esclarecimento* (em parceria com Adorno, em 1940). **[Capítulo 10]**

MAX WEBER (1864-1920). *Perfil* no capítulo 6.

MÉRCIO PEREIRA GOMES (1950-). Antropólogo brasileiro com doutorado pela Universidade da Flórida (EUA), leciona na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, tendo ensinado também nas universidades Federal do Rio Grande do Norte, Unicamp, Estadual do Rio de Janeiro e Macalester College (EUA). Trabalhou com Darcy Ribeiro, de quem foi subsecretário de Planejamento da Secretaria Especial de Projetos e Educação, no governo do Rio de Janeiro (1990-1994). Como presidente da Funai (setembro de 2003 a março de 2007) ajudou a realizar a homologação de 66 novas terras indígenas, inclusive a terra indígena Raposa Serra do Sol. Entre suas principais publicações destacam-se *O índio na História: os Tenetehara em busca da liberdade* (2002) e *A Vision*

from the South. How Wealth Degrades the Environment (1992), este último resultado de uma pesquisa sobre os holandeses e seu meio ambiente. **[Capítulo 1]**

MICHEL FOUCAULT (1926-1984). Filósofo francês, suas obras tiveram profundo impacto sobre a maneira moderna de entender o poder, em especial em sua relação com o saber. Seus principais trabalhos analisaram temas como a loucura, a sexualidade, e o Direito, sempre sob o ângulo de como os comportamentos sociais são disciplinados de múltiplas maneiras. Foi professor das universidades de Paris e Berkeley (Califórnia), e membro do Collège de France. **[Capítulo 15]**

MIKE ALVAREZ (1962-). Professor do Departamento de Política Comparada da Universidade de Bergen (Noruega). **[Capítulos 11 e 13]**

MILTON SANTOS (1926-2001). Geógrafo brasileiro de renome internacional, destacou-se em especial por seus estudos de urbanização dos países do Terceiro Mundo. Doutor pela Universidade de Strasbourg (França), foi perseguido pelo regime militar brasileiro, o que o levou a morar no exterior por 13 anos. Nesse período, foi professor em várias universidades internacionais, como a Universidade de Paris (Sorbonne), o Massachusetts Institute of Technology (MIT), e a Universidade de Dar es Sallam (Tanzânia). De volta ao Brasil, tornou-se professor da Universidade de São Paulo (USP), e dedicou suas últimas obras ao estudo da globalização. Em 1994, recebeu o prêmio Vautrin Lud, maior premiação internacional na área de Geografia. **[Capítulo 12]**

NÁDIA FARAGE (1959-). Graduada em Ciências Sociais (1980) e mestra em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é professora da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: Wapishana, Arawak, retórica e oralidade. Entre suas publicações, destaca-se *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização* (1991). **[Capítulo 11]**

NAN DIRK DE GRAAF (1958-). Sociólogo holandês, doutor pela Universidade de Utrecht, é professor do Nuffield College, na Universidade de Oxford. Seus interesses de pesquisa incluem estratificação social, especialmente consequências da mobilidade social, sociologia cultural, sociologia da religião e comportamento eleitoral. **[Capítulo 15]**

NANCY FRASER (1947-). Filósofa filiada à escola de pensamento conhecida como Teoria Crítica. Estudou Filosofia na City University de Nova York (CUNY). Atualmente é titular da cátedra de Ciências Políticas e Sociais da New School University, também em Nova York. Seu trabalho tem como focos principais a teoria social e a teoria feminista, com ênfase no estudo das várias dimensões da justiça. Em seus trabalhos mais recentes, dedicou-se às perspectivas da luta pela justiça na globalização. **[Capítulo 13]**

NICOLA MATTEUCCI (1926-2006). Cientista político italiano, fundador da revista *Il Mulino* e um dos principais teóricos do constitucionalismo em seu país. Foi professor de Filosofia Moral na Universidade de Bolonha. Conhecido investigador da História, da Ciência e da Filosofia Política, matérias sobre as quais publicou várias obras. Dirigiu, com Norberto Bobbio, o *Dicionário de Política* (1982). **[Capítulos 11 e 13]**

NICOLAU MAQUIAVEL (1469-1527). *Perfil* no capítulo 11.

NICOS POULANTZAS (1936-1979). *Perfil* no capítulo 8.

NINA RODRIGUES (1866-1906). Nascido no Maranhão, formou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Instalou-se na Bahia, onde desenvolveu pesquisas sociais, influenciado por teorias raciais. Foi professor na Universidade de Medicina em Salvador. Produziu vários livros sobre os negros na Bahia. Acreditava que a mestiçagem era uma degenerescência e que as populações negras eram naturalmente inferiores. **[Capítulo 4]**

NORBERTO BOBBIO (1909-2004). Nascido na Itália, é considerado um dos grandes pensadores do século XX, tendo produzido importantes trabalhos tanto na teoria jurídica como na filosofia política, incluindo trabalhos sobre pensadores políticos clássicos, como Locke e Hobbes. Sua vasta obra estuda a filosofia do Direito, a ética, a filosofia política e a história das ideias, e tem como um de seus grandes eixos a tentativa de conciliar as reivindicações de igualdade e justiça social com a defesa da liberdade e da democracia. Esse esforço teve contrapartida em sua luta para que a esquerda italiana se distanciasse do autoritarismo da União Soviética e se comprometesse firmemente com a democracia. Seu trabalho contém importantes reflexões sobre temas como o Estado, o Direito e a Democracia. **[Capítulos 11 e 13]**

OCTAVIO IANNI (1926-2004). *Perfil* no capítulo 12.

OLIVEIRA VIANNA (1883-1951). Nascido no estado do Rio de Janeiro, cursou Direito na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Foi catedrático da escola de Direito, tendo se tornado ministro do Tribunal de Contas da União. Escreveu sobre a formação do povo brasileiro, com base em teorias eugenistas e raciais. Era contrário à imigração japonesa, por exemplo. Autor de *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Raça e Assimilação* (1932), entre outros estudos. **[Capítulos 4 e 9]**

PHILIPPE DESCOLA (1949-). Nascido na França, doutorou-se em Antropologia na École des Hautes Études, em Paris, sob orientação de Lévi-Strauss. Fez pesquisa de campo entre os Ashuar (índios amazônicos do Equador) e tem publicado textos sobre o tema. Atualmente é professor de Antropologia no Collège de France. **[Capítulo 5]**

PIERRE BOURDIEU (1930-2002). Sociólogo, antropólogo e filósofo francês. Partindo do papel do capital econômico como determinante da posição social, Bourdieu fez investigações pioneiras referentes

ao capital cultural, social e simbólico ao conceito de *habitus* e de violência simbólica, de modo a revelar as dinâmicas das relações de poder na vida social. Seu trabalho enfatizou o papel da prática e incorporação de formas na dinâmica social e na construção da visão de mundo. Autor de grande influência na Sociologia e Antropologia contemporâneas, publicou, entre vários outros livros, *O poder simbólico* (1992); *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (1999); *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila* (2002) e *A distinção: crítica social do julgamento* (2007). **[Capítulo 10]**

RADCLIFFE-BROWN (1881-1955). Nascido na Inglaterra, estudou na Universidade de Cambridge. Iniciou suas pesquisas entre os nativos das ilhas Andaman, no oceano Índico, e seguiu longa carreira acadêmica em diversos lugares do mundo: Tonga (arquipélago no oceano Pacífico), Cidade do Cabo (África do Sul), Sydney (Austrália), São Paulo (Brasil) e Chicago (Estados Unidos). Em 1937 assumiu um posto na Universidade de Oxford. Sua perspectiva sobre estrutura social prevaleceu na antropologia inglesa por alguns anos, assim como sua noção de uma teoria do parentesco baseada na ideia de descendência, muito utilizada para pensar sociedades africanas. **[Capítulo 3]**

RAYMUNDO FAORO (1925-2003). *Perfil* no capítulo 14.

RENATO ORTIZ (1947-). Sociólogo brasileiro, doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), é autor de estudos sobre a cultura brasileira e sobre sociologia das religiões. A partir dos anos 1990, produziu importantes estudos sobre a cultura na época da globalização. É professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **[Capítulo 12]**

ROBERT ANDERSEN (1967-). Nascido no Canadá, foi professor da Universidade de Oxford e, desde 2007, é professor de Sociologia e Ciência Política na Universidade de Toronto. Interessado nas áreas de sociologia política, estratificação social e estatística aplicada, tem importante contribuição aos estudos sobre a relação entre classe social e voto. **[Capítulo 15]**

ROBERT DAHL (1915-). Cientista político norte-americano, professor emérito de Ciência Política na Universidade de Yale, onde obteve seu doutorado em 1940. Um dos grandes nomes da Ciência Política no século XX, Dahl se destacou por defender a tese de que, nas democracias modernas, diversas elites (e não apenas uma elite fechada e organizada) disputam o poder entre si, e muitas vezes entram em conflito. Em seus trabalhos mais recentes, estudou os mecanismos da democracia moderna e as condições que favorecem seu bom funcionamento. **[Concluindo Unidade 2]**

ROBERT NOZICK (1938-2002). Filósofo político norte-americano, foi professor na Universidade de Harvard. Mais conhecido por seu livro *Anarquia, Estado e Utopia* (1974), uma resposta à teoria de John Rawls, Nozick foi responsável por adaptar as ideias liberais

de John Locke às discussões contemporâneas, dando-lhes uma formulação bastante original. Teve profunda influência sobre as gerações posteriores de pensadores liberais e defensores do livre-mercado. Além de seu trabalho na área de filosofia política, publicou também estudo sobre a teoria das decisões e outros problemas filosóficos. **[Capítulo 15]**

ROBERT PUTNAM (1941-). Cientista político norte-americano, professor de políticas públicas na Universidade de Harvard, foi um dos grandes disseminadores do conceito de capital social (e de outras ideias a ele relacionadas, como confiança), especialmente a partir de seu clássico trabalho sobre a cultura política e o desenvolvimento das diferentes regiões da Itália, *Making Democracy Work* (1993). Posteriormente, estudou as formas de associação nos Estados Unidos, e identificou um preocupante declínio na frequência com que os norte-americanos participam de associações e atividades comunitárias. **[Capítulo 13]**

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA (1928-2006). *Perfil* no capítulo 4.

ROBERTO DAMATTA (1936-). Nascido em Niterói, fez graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-graduação em Antropologia no Museu Nacional (UFRJ) e depois em Harvard. Lecionou no Museu Nacional, na Universidade de Notre Dame (EUA) e atualmente leciona na PUC-Rio. Desenvolveu pesquisas sobre populações indígenas, como os Gaviões e Apinajé, por exemplo. Posteriormente dedicou-se a analisar a sociedade brasileira com base em inspirações estruturalistas. Autor de *Carnavais, malandros e heróis* (1979) e *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (1984), entre outros estudos. **[Capítulo 4]**

ROGER BASTIDE (1898-1974). Nascido na França, formou-se na faculdade de Letras da Sorbonne, tendo integrado a missão francesa que foi contratada para lecionar na Universidade de São Paulo (USP). Lecionou por quase vinte anos na USP, depois retornou à França para lecionar na Sorbonne. Desenvolveu pesquisas detalhadas sobre as religiões africanas no Brasil e sobre a população negra em geral no Brasil. Publicou inúmeras e importantes obras como *Brasil, terra dos contrastes* (1957) e *As religiões africanas no Brasil* (1960). **[Capítulo 4]**

RONALD INGLEHART (1934-). Cientista político da Universidade de Michigan. Diretor do World Values Survey, rede global de cientistas sociais que empreenderam *surveys* nacionais representativos do público de 97 países, abordando temas como participação social, ecologia, identidade nacional e religião. Em seus trabalhos mais célebres, Inglehart propôs que, à medida em que as sociedades se desenvolvem, passam a dar mais atenção aos valores pós-materiais, ligados à qualidade de vida e à liberdade individual. É membro da Academia Americana de Artes e Ciências. **[Capítulo 15]**

ROY WAGNER (1938-). Nascido nos Estados Unidos, doutorou-se em Antropologia na Universidade de Chicago, em 1966. Atualmente é professor na Uni-

versidade de Virgínia. Fez trabalho entre os Daribi e os Barok (Papua-Nova Guiné). Seu trabalho tem sido reconhecido como inovador por muitos antropólogos contemporâneos. **[Capítulo 5]**

RUTH BENEDICT (1887-1947). Nascida nos EUA, doutorou-se na Universidade de Columbia, sob orientação de Franz Boas, em 1923. Foi professora na mesma universidade até sua morte, em 1947. Seu trabalho teve grande influência na antropologia americana e mundial e seu livro *O crisântemo e a espada* (1946) é considerado um dos clássicos da disciplina até hoje. **[Capítulo 2]**

RUTH CARDOSO (1930-2008). Nascida em Araraquara, São Paulo, formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), onde também se doutorou em Antropologia Social. Desenvolveu pesquisas sobre imigração japonesa e movimentos sociais. Foi primeira-dama da República durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com quem foi casada. Criou e presidiu o programa social Comunidade Solidária. **[Capítulo 4]**

RUY MAURO MARINI (1932-1997). Cientista social brasileiro reconhecido internacionalmente como um dos elaboradores da *teoria da dependência*. Em 1962, iniciou carreira acadêmica na recém-implantada Universidade de Brasília, onde participou de um círculo de estudos dedicado a analisar as sociedades latino-americanas à luz da teoria marxista, que se tornou base para a formulação da *teoria da dependência*. Depois do golpe militar de 1964, exilou-se no México, em 1965, após ser preso e torturado. Em 1971, transferiu-se para o Chile onde foi professor da Universidade do Chile até a queda do governo de Salvador Allende em 1973. De volta ao México em 1974, lecionou na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), onde produziu a maior parte de sua obra. Em 1996 retornou definitivamente ao Brasil, onde participou de vários órgãos de ensino e pesquisa. **[Capítulo 9]**

SÉRGIO ABRANCHES (1949-). Sociólogo brasileiro, formou-se na Universidade de Brasília (1971) e obteve o doutorado em Ciência Política na Universidade de Cornell (Nova York, Estados Unidos), em 1978. Desde junho de 2006, é comentarista da rádio CBN (RJ), onde apresenta o boletim diário *Ecopolítica*. É colaborador permanente do *blog* The Great Energy Challenge, uma parceria entre o *site* Planet Forward e a revista *National Geographic*. Autor de vários livros, entre eles *Crise e mudança: A nova cara do Brasil* (1994) e *Copenhague: antes e depois* (2010). **[Capítulo 14]**

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (1902-1982). Bacharelou-se em Direito pela Universidade do Brasil em 1925. Em 1927, passou a trabalhar como colunista do *Jornal do Brasil* e funcionário da Agência United Press. Dois anos depois, viajou para a Europa como correspondente dos *Diários Associados* e fixou-se em Berlim, onde conheceu a obra de Max Weber. Em 1936, de volta ao Brasil, ingressou na Universidade do Distrito Federal, onde lecionou História Moderna e Contemporânea e Literatura Comparada. Nesse ano lançou seu livro *Raízes do Brasil*. Em 1945,

participou da fundação da Esquerda Democrática; no ano seguinte, transferiu-se para São Paulo, onde passou a ocupar o cargo de diretor do Museu Paulista. Filiou-se ao Partido Socialista em 1947 e assumiu a vaga de professor de História Econômica do Brasil, na Escola de Sociologia e Política. Dois anos depois, proferiu uma série de conferências na Sorbonne, em Paris. Recebeu o prêmio Edgard Cavalheiro do Instituto Nacional do Livro em 1957, pela publicação de *Caminhos e fronteiras*. No ano seguinte, conquistou a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com a tese *Visão do Paraíso - Os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil*. Foi o primeiro diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), eleito em 1962. Em 1969, aposentou-se do cargo de catedrático da USP, em solidariedade aos colegas afastados de suas funções pelo AI-5. Recebeu, como o intelectual do ano, o prêmio Juca Pato de 1979. No ano seguinte, foi membro-fundador do Partido dos Trabalhadores. **[Capítulo 9]**

SERGIO COSTA (1962-). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991), doutorado (1996) e livre-docência em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim, Alemanha. É professor titular de Sociologia da Universidade Livre de Berlim e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Foi professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (1997-1999), professor-assistente da Universidade Livre de Berlim (2000-2005) e professor visitante da Universidade de Flensburg, Alemanha (2006-2007). Suas áreas de pesquisa, publicação e atuação profissional são Sociologia Política, Sociologia Comparativa e Teoria Social Contemporânea. Seus temas de especialização são democracia e diferenças culturais, racismo e antirracismo, movimentos sociais e política transnacional. **[Capítulo 9]**

SÉRGIO PRAÇA (1981-). Doutor em Ciência Política pela USP, pesquisador do Cepsesp da FGV-SP e professor de políticas públicas da UFABC. Seus estudos abrangem temas como corrupção, relações entre Poder Executivo e Poder Legislativo no Brasil. Foi consultor da ONG Transparência Internacional e é colunista da versão *on-line* da revista *Época Negócios*. **[Capítulo 14]**

SHERRY BETH ORTNER (1941-). Nascida nos Estados Unidos, estudou em Chicago, sob orientação de Clifford Geertz. Lecionou em várias universidades norte-americanas, tendo estudado a sociedade Sherpa (Nepal). Posteriormente passou a se preocupar com a teoria feminista e cultural. **[Capítulos 5 e 13]**

SIDNEY CHALHOUB (1957-). Historiador e professor universitário brasileiro, doutor pela Unicamp (1989). Em 1992, terminou o pós-doutorado na Universidade de Maryland e oito anos mais tarde outro pós-doutorado, na Universidade de Michigan. Seus estudos sobre escravidão, cotidiano e trabalho têm impor-

tância reconhecida. Destacam-se as obras: *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (1986) e *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial* (1996). Desde 1985, é professor da Unicamp. **[Capítulo 9]**

SILVIA HUNOLD LARA (1955-). Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1977) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1986). É professora livre-docente do Departamento de História da Unicamp. Entre suas publicações destacam-se *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (1988) e *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa* (2007). Suas áreas de interesse são história do Brasil colonial, história social do trabalho, especialmente história da escravidão e relações entre história e direito. **[Capítulo 9]**

SÍLVIO ROMERO (1851-1914). Nascido em Sergipe, foi ensaísta, crítico literário, filósofo. Formou-se em Direito em Recife. Lecionou no colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Grande polemista, teve participação na vida política e literária, escrevendo sobre literatura e folclore. **[Capítulo 4]**

SIMON SCHWARTZMAN (1939-). Sociólogo brasileiro, doutor em Ciência Política pela Universidade de Berkeley (Califórnia), foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e atualmente é pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). É autor de um estudo weberiano clássico da história das instituições políticas brasileiras, *Bases do autoritarismo brasileiro* (1988). Seus estudos recentes se concentram sobretudo na área de sociologia da educação. É membro da Academia Brasileira de Ciências. **[Capítulo 14]**

STUART HALL (1933-). Nascido na Jamaica, formou-se na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Ligado à esquerda política, de 1964 a 1979 trabalhou na Universidade de Birmingham, onde foi um dos criadores de um centro de estudos culturais contemporâneos. Escreveu sobre o preconceito na mídia e sobre identidades negras na Inglaterra. **[Capítulo 3]**

T. H. MARSHALL (1893-1981). *Perfil* do capítulo 13.

THEODOR ADORNO (1903-1969). De origem judaica, foi um dos expoentes da Escola de Frankfurt, que contribuiu para o renascimento intelectual da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Estudou Filosofia, Sociologia, Psicologia e Música na Universidade de Frankfurt. Trabalhou no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, então dirigido por Max Horkheimer, onde elaborou a teoria da importância do desenvolvimento estético para a evolução histórica. Em 1934, imigrou para a Inglaterra fugindo da perseguição nazista e durante três anos ensinou Filosofia em Oxford. Mudou-se para os Estados Unidos e, entre 1938 e 1941, foi diretor musical do setor de pesquisa da Rádio Princeton e, depois, o de vice-diretor do Projeto de Pesquisas sobre Discriminação Social da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Em 1953 retornou ao seu país natal, onde

reassumiu seu posto no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. **[Capítulo 10]**

THEOTONIO DOS SANTOS (1936-). Economista brasileiro, um dos formuladores da teoria da dependência, atualmente é um dos principais expoentes da teoria do sistema-mundo. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, doutor em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor emérito da Universidade Federal Fluminense. Entre seus aportes teóricos mais destacados estão a contribuição à formulação geral do conceito de dependência, a periodização das diversas fases da dependência na história da acumulação capitalista mundial, a caracterização das estruturas internas dependentes e a definição dos mecanismos reprodutivos da dependência. Tem trabalhado também sobre a teoria dos ciclos, a dinâmica de longo prazo do capitalismo e a teoria do sistema-mundo. Outra contribuição teórica foi a formulação do conceito de "civilização planetária". Entre as suas principais obras estão: *Democracia e socialismo no capitalismo dependente* (1991) e *A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas* (2000). **[Capítulo 9]**

THOMAS HOBBS (1588-1679). Filósofo inglês, foi um dos fundadores do pensamento político moderno. Sua obra *Leviatã* (1651) estabeleceu as bases para grande parte da filosofia política ocidental na perspectiva da teoria do contrato social, que vê o Estado como resultado de um contrato entre indivíduos livres, iguais e racionais. Sua obra é uma notável defesa da existência do Estado como garantidor da paz, mas sua defesa do absolutismo foi objeto de crítica de outros pensadores, especialmente dentro da própria tradição contratualista. **[Capítulos 11 e 13]**

WALTER BENJAMIN (1892-1940). Combinando elementos do idealismo germânico, do materialismo histórico e do misticismo judaico, Benjamin teve grande e extensa influência nas teorias estéticas e no marxismo ocidental, associado à Escola de Frankfurt. Doutorou-se em 1919, na Universidade de Berna, mas nunca se inseriu na vida acadêmica. Deslocando-se pela Europa em fuga ao nazismo, morou na Itália e França. Suicidou-se na Espanha, em meio a uma tentativa de fuga para os Estados Unidos, com medo de ser aprisionado pela Gestapo. Produziu trabalhos como *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de história* (1940) e *Paris, capital do século XIX* (inacabado). **[Capítulo 10]**

ZYGMUNT BAUMAN (1925-). Sociólogo polonês, professor emérito da Universidade de Leeds (Reino Unido). Lutou no exército polonês durante a expulsão das tropas nazistas pelo Exército da União Soviética. Já como professor universitário, propôs a liberalização política do regime comunista, o que causou sua expulsão da universidade. Refugiou-se em Israel e, depois, na Inglaterra, onde vive até hoje. Bauman tornou-se conhecido principalmente por suas análises da relação entre a modernidade e o Holocausto, bem como seus estudos sobre o consumismo pós-moderno. **[Capítulo 12]**

ÍNDICE REMISSIVO

A

ação afetiva 127
ação ascética 136
ação coletiva 246, 252, 253, 254, 260, 262, 314
ação comunicativa 184, 195, 196, 314
ação individual 121, 124-126, 131, 191, 193
ação social 118, 120, 124-127, 131, 136, 156, 193-194
ação tradicional 127
acidentes de trabalho 178-180
aculturação 54, 57, 69, 70, 78, 79
Adam Przeworski 218, 308
Adolf Bastian 77, 308
Alexis de Tocqueville 303, 308
agente 83, 126, 193
agir comunicativo 194-197
agrícola 82, 119, 122-123, 169
agricultura 188, 240, 250, 294
alienação 134, 139-140, 150
alteridade 191-192
ameríndio 38, 66, 102-103
animismo 103
Anthony Giddens 190-191, 197, 227, 243, 303
Anthony Heath 285
Anthony McGrew 236
Antonio Candido 169, 308
Antonio Gramsci 140, 141, 144, 163
Antonio Sérgio Guimarães 173, 308
antropologia cognitiva 93
antropologia contemporânea 92, 93, 97, 99, 100, 102, 103, 104
antropologia da ciência 100
antropologia estruturalista 39
antropologia histórica 97
antropologia interpretativa 93, 100
antropologia ontológica 99
antropologia pós-social 99
antropologia reflexiva 99, 101
antropologia reversa 99, 100, 102
antropologia simbólica 93, 104, 309
antropologia simétrica 99, 101, 107
antropologia urbana 14, 83, 86-88, 91, 114, 312
apropriação do trabalho 140
arte 18, 39, 42, 60, 89, 97, 110, 123, 194, 209, 240, 266, 297, 308, 317, 319, 320
Arthur Ramos 78, 308
associações trabalhistas 145
atividade produtiva 135, 145

Augusto Comte 121, 124, 309
autoritarismo 191, 271, 274

B

Bem-Estar Social 145-146, 178-179, 185, 209, 214, 288
bens 40, 64, 122, 147, 156, 164, 176-177, 192-193, 204, 209, 266, 288, 290, 293-294
bens simbólicos 192, 193
biologia 97, 123, 308, 313
biológico (a) 12, 31, 71, 87, 96, 115, 123, 313
Bronislaw Malinowski 34, 61, 309
Bruno Latour 100-101, 309
burguesia 127-129, 137, 157, 161, 163, 165, 199, 215, 235
burocracia estatal 172

C

C. Wright Mills 161, 165, 309
Caio Prado Júnior 170-172, 174, 176, 180, 309
camadas médias 86, 161
campo 79-81, 86, 119
camponeses/camponesas 38, 76, 80
capital 67-68, 82, 127-128, 137, 139, 151, 157-158, 163, 177, 182, 184, 186, 188-190, 195, 197-199, 203, 206, 250, 254-261, 272, 290, 293-296, 303-304
capital fictício 188-189
capitalismo 10, 15, 36, 69, 71, 80-82, 118, 119-121, 123, 125-126, 128-130, 133, 136-138, 140, 142, 145, 149-150, 152, 155, 159-160, 163, 165, 186, 189, 191, 194, 197-198, 205, 238
capitalista financeiro 188
capitalista industrial 188
castas 98, 305
Célia Maria Marinho de Azevedo 173, 309
Celso Furtado 176, 180
Charles Darwin 31, 266, 313
Charles Tilly 214-215, 249, 258-261, 309
Charles Wagley 79, 309
cidadania 3, 183, 193, 196, 206, 209, 246-249, 260, 264-268, 279-280, 289-290, 303-304, 306
classe capitalista 128-129, 137, 145, 157, 161
classe média 76, 87, 114, 152, 159, 161-162, 164, 166, 177, 202-204, 221, 309, 313

classe social 22, 85, 113, 117-118, 127-129, 131, 137-138, 146, 149, 152-153, 155-159, 161-167, 173, 185, 203, 248, 250, 285-287, 293, 296-297, 312, 317
classe trabalhadora 128-129, 137-138, 143, 145-146, 157, 160-161, 163-164, 177-178, 180, 185, 189, 203
classes dominantes 145, 157, 163, 192-193
Claude Lévi-Strauss 38-39, 45, 63-66, 73, 75, 78, 81, 97, 110, 309
Clifford Geertz 53, 93, 97, 100, 104, 309
coerção social 123,
coesão social 121-122, 124, 131, 135
comércio 64, 119, 122, 129, 170, 188, 215, 227, 232, 286
comunicação 17, 71-72, 102, 130, 147, 153, 165, 169, 186-187, 198, 205, 238, 268
comunidade 20, 45, 59, 67, 78-79, 80, 82, 86, 88, 127, 156, 175, 249, 254, 255, 262, 293, 300-301, 310
conflito social 155, 196
contratualista 210, 216, 218, 222, 290, 319
consumo 49, 72, 94, 119, 126, 128, 138, 143-145, 149, 153, 164, 167, 170, 176-177, 179-180, 185, 189, 194, 201, 204, 235, 284, 287
cordialidade 171
cosmologias 83, 101-102
cotas 20, 56, 70, 80-81, 83, 85, 177, 204-205, 251
crença 15, 22, 40, 54, 57, 62, 72, 81, 114, 120, 122, 124, 154, 156, 165, 211, 228, 313
crise econômica 125, 131, 199, 228, 241, 245, 268, 270, 280, 289
cultura 27, 33, 36, 38, 45-61, 63, 67, 69-71, 76, 78-80, 84-85, 91, 93, 95-96, 99-104, 110, 114-115, 119, 128, 151, 153, 168-171, 175, 180, 183, 191, 195, 216, 245, 251, 257, 266-268, 271, 278, 293

D

dáviva 64-65, 96
Dani Rodrik 235, 242, 309
Darcy Ribeiro 59, 80-82, 91, 113-114, 306, 309
Daron Acemoglu 292-293, 295-296, 307, 310
darwinismo social 31, 77, 84, 88, 90
David Harvey 190-192, 197, 310,

- David Held** 230-231, 236, 310
- David Schneider** 53, 93, 96, 104, 308, 310
- democracia** 59, 126, 177, 183, 191, 206, 210, 216, 218, 221-222, 225, 235-236, 242, 244, 259-260, 264-265, 267-278, 280-281, 290, 294-296, 300, 305-306, 308, 316-318
- democracia racial** 84-85, 88, 170, 174-175, 180
- desemprego** 137, 146, 164, 167, 175, 177, 201-202, 234-235, 288
- desenvolvimento** 35, 43, 68, 79, 83-84, 86-88, 119-124, 126, 129, 131, 135-136, 141, 146-147, 149-150, 154-155, 159-162, 167, 173, 176, 180, 183-186, 188-189, 191, 194-196, 205, 232, 238-241, 243, 248-249, 256, 268, 270, 276, 278, 280, 282, 292-297, 306-307
- desigualdade** 85, 104, 137-140, 146, 149, 154-155, 168, 174, 177-180, 193, 203, 205, 228, 238-239, 241, 243, 251, 259, 266, 268, 271, 290-292, 297-298, 304-306
- desnaturalização** 11, 52, 87
- dialética** 97, 157-158, 171
- dinheiro** 53, 75, 132, 136-137, 139, 156, 172-173, 188, 195-196, 211, 215, 221, 224, 228, 234, 237, 252, 255, 268, 270, 274, 277-280, 288, 294-295, 297
- direitos humanos** 40, 196, 231-232, 237, 304
- discriminação sexual** 72
- distribuição de renda** 18-19, 156, 203, 239, 291-292, 296
- diversidade** 3, 9, 14, 39, 41, 48-49, 54-55, 67-68, 173-174, 190, 205, 215
- divisão do trabalho** 120-124, 131, 135, 143, 153-155, 157, 163, 165
- divisão social** 114, 129, 135, 137, 152-153, 155, 157-158, 162-163, 165-166
- dominação** 29, 31, 33, 35, 75, 95, 125, 128-129, 137, 157-158, 163, 174, 176, 185, 187, 192, 211-214, 216, 222-223, 257, 301
- Donald Pierson** 78, 310
- E**
- E. E. Evans Pritchard** 63, 68, 310
- economia** 36, 126, 128, 133, 140, 153, 158, 169, 172, 174-177, 180, 184, 186, 188-189, 192, 194-195, 198, 203, 206, 213, 222, 227-228, 234-236, 239-242, 266, 268, 285, 289, 292-293, 295-296, 303
- Eduardo Viveiros de Castro** 102-103, 115, 310
- educação** 69, 124, 129, 138, 151, 153, 164, 176, 193, 196, 199, 201, 203, 205-206, 232, 234, 237, 245, 248, 259, 266, 281, 286, 305-306
- Edward B. Tylor** 29, 44, 310
- Egon Schaden** 79, 310
- eleições** 125, 156, 210, 218-219, 222, 232, 234, 244, 266-271, 273, 279-281, 285
- Elinor Ostrom** 292-293
- elite** 38, 52, 55, 76, 83, 113, 199, 293-295, 306, 309
- Émile Durkheim** 61, 63, 118, 120-121, 124, 131, 134-135, 153, 310
- Emilio Willems** 78-79, 310
- emprego** 109, 162, 167, 179, 201-203, 212, 234, 266, 287-288, 304
- Erich Fromm** 194, 310
- escravidão** 11, 20, 40, 46, 83, 84, 113, 168-169, 173-174, 178, 180, 236, 247, 265-266, 280-281, 305-306, 309, 318
- especialização do trabalho** 121-122
- espírito do capitalismo** 126, 136
- Estado** 33, 35, 38, 40, 50, 65-66, 75, 78, 80, 82, 91-92, 97, 105, 108, 121-122, 138, 143, 145-147, 153, 156, 163, 165, 171, 174-179, 181, 183, 185, 189-190, 194-196, 199, 204, 210-224, 226, 229-231, 233-235, 241-242, 246-250, 253-254, 256, 258-261, 264-267, 271-273, 275, 278-280, 283, 288, 290-294, 296, 301-304
- estamento** 155, 158, 165
- estatística** 13, 18-19, 84, 153, 282, 285, 317
- estratificação social** 152, 155-156, 158-159, 161, 165-166, 204
- estrutura social** 61-63, 66-67, 73, 82, 123, 130-131, 154, 179, 185-186, 193, 197, 317
- estruturalismo** 28, 38, 65, 80-81
- estudos de comunidade** 78-80, 82, 86, 88
- ética protestante** 126, 136
- etnia** 36, 39-40, 51, 55, 59, 63, 69, 81-83, 89, 109, 113-114, 190, 247
- etnicidade** 27, 60, 68-71, 73-74, 80-81, 83, 88, 93-94, 104, 308, 311
- étnico** 33, 36, 43, 54, 69-71, 75, 80-81, 83, 191, 196, 220, 231, 296, 311-312
- etnocentrismo** 33, 36, 48-50, 57
- etnografia** 86, 94, 102
- etnografias clássicas** 94
- etnografia urbana** 86
- etos** 171
- Euclides da Cunha** 25, 77, 169, 310
- Eunice Durham** 80, 87, 311
- evolução** 29-31, 33, 35-36, 38, 42, 52, 77, 171, 266
- evolucionismo** 28, 30-32, 39, 42-44, 46, 48-49, 60-61, 63, 73, 310
- evolucionista** 31-32, 36, 42, 44, 49, 52, 57, 61, 63, 77-78, 84, 97, 110-111, 310
- exploração do trabalho** 11, 128-129, 137-138, 146, 149-150, 159, 187-188, 191
- F**
- Fabiano Santos** 276, 311
- família** 11, 19, 34-35, 39, 42, 44, 59, 77, 82, 90-91, 94-95, 122, 127, 129, 133, 149, 164, 167, 170-171, 174, 195, 199, 205, 211, 213, 245, 248, 254, 260, 262, 284, 306
- fato social** 121, 123-124, 135, 153
- feminilidades** 87, 95
- feminista** 11, 18, 22, 52, 86-87, 94-96, 104, 191, 252, 254, 315-316, 318
- Fernando Henrique Cardoso** 173, 177, 269, 273, 276, 311
- Fernando Limongi** 218, 275, 311
- Fernando Novais** 173, 311
- filosofia** 39, 78, 81, 124, 128-129, 157, 194, 282, 290, 292, 299, 309, 313-317, 319
- financeirização** 184, 188-189, 197-198
- física (ciência)** 48, 123, 127
- flexibilização da produção** 145
- flexibilização das leis trabalhistas** 146, 201
- Florestan Fernandes** 79, 81, 85, 87, 173-175, 180
- força de trabalho** 138-140, 148-150, 157-160, 164, 188
- fordismo** 134, 140, 142-146, 149-150, 160, 187
- François Chesnais** 189, 311
- Franz Boas** 39, 44, 47-51, 57, 61, 63-64, 71, 77-78, 84, 97, 171, 309, 312, 318
- Frederick Winslow Taylor** 142-144
- Fredrik Barth** 68, 70, 311
- fricção interétnica** 81
- função** 54, 61-63, 67, 73, 121, 147, 155, 161-162, 176, 212, 240, 259
- funcionalista** 61, 79, 87, 123, 131
- G**
- Gabriel Cohn** 303-304, 311
- Gayle Rubin** 95, 311
- gênero** 22, 33, 53, 80, 83, 86-87, 90, 92, 94-96, 104, 107, 185, 190, 251, 289, 296, 310-311
- Geoffrey Evans** 285, 312
- Geoffrey Garrett** 239, 312
- geografia** 48, 78, 191, 200, 316
- gerência** 129, 134, 141, 162-163, 187
- Gianfranco Pasquino** 218, 257, 312

Giedo Jansen 285, 286, 296, 312
Gilberto Freyre 48, 78, 82, 84, 88, 90, 113, 169-171, 175, 180, 312
Gilberto Velho 80, 87, 114, 312
globalização 71, 191, 226-229, 232-236, 238-243, 245, 259, 289, 302-303, 308-310, 316-317
Gonçalves Dias 77, 312
Graça Druck 179, 312
greves 53, 128, 131, 151, 158, 190, 252, 312
grupos étnicos 54, 69, 75, 231, 296, 311

H

habitus 192-193, 197, 317
Hannah Arendt 247, 312
hegemonia 92, 141, 165
Hélio Jaguaribe 111, 312
Henry Ford 143
Henry Sumner Maine 33, 312
herança africana 85
herança indígena 110
herança rural 171
heranças culturais 72, 79, 251
Herbert Baldus 78, 313
Herbert Marcuse 194, 313
Herbert Spencer 31, 124, 313
heteronormatividade 87
hierarquia 33, 36, 46-47, 64, 77-78, 82, 95, 149, 192-193
história 12, 28-29, 33, 39-40, 42, 44-46, 61, 64, 66, 68, 71, 77-79, 81-83, 88, 90-91, 94, 97-99, 104, 108, 113-115, 118-121, 127-131, 135, 145, 168, 170, 174-175, 178-180, 183, 190-191, 194, 200, 202, 204, 216, 227, 229-230, 232, 245, 250-251, 261, 264-265, 267-269, 271, 273, 282, 302, 306, 309-319
história das mentalidades 97
homem cordial 171
homoafetivo 71, 97
homofobia 87, 112, 196, 250
homossexual 97, 191
humanidade 29-31, 33, 42, 46, 52-53, 63, 65, 97, 101, 103, 115, 120, 137, 189-190

I

identidade 27, 54, 60, 68-73, 75, 81, 83, 85, 93-94, 104, 107, 110, 112, 169, 171, 175, 177, 180, 191-192, 195, 196-197, 308, 314
identidade étnica 69-70, 81
identidade nacional 171, 175, 180, 308
identidades sexuais 72, 87
ideologias 22, 24, 37, 46, 84, 95, 153, 159, 162, 175, 179, 275, 312, 314
igreja 15, 40, 122, 153, 174, 212, 252-256, 296, 301, 303-304

igualdade 82, 110, 121, 128, 137, 139, 157-158, 174-175, 183, 212, 216-218, 249, 275, 287, 291, 294
imaterial 147-150
imigração 50, 74, 77, 79, 169, 311, 316, 318
imigrante 17, 38, 52, 54, 67, 69-71, 74-75, 77-79, 81, 90, 234, 243, 245, 255, 289, 310
imperialismo 29, 42
incesto 65
indígena 28-29, 31, 36-39, 40-42, 44-46, 49, 51-52, 55-56, 59, 66, 67, 69-71, 75-79, 81-83, 90-91, 101-103, 108, 110, 115, 130, 170, 173, 175, 227, 229, 240, 248, 251-252, 292, 309-310, 313-317
indústria 119-120, 122, 129, 131, 134, 139-141, 141-147, 149-150, 157, 159, 161-162, 175-176, 178-179, 185-188, 235, 241, 286, 294
inflação 131, 268, 270-271, 304-305
informalidade do trabalho 164, 179
integração social 120, 135, 149, 175, 195, 196
interdependência funcional 122, 154
invenção 35, 62, 92, 99-101, 104, 109, 187, 217, 229

J

Jairo Nicolau 271, 313
James Cook 97
James G. Frazer 29-30, 35, 44, 61, 313
James Robinson 292-293, 225-296, 307, 313
Jean Lojkine 186-187, 313
Jean-Jacques Rousseau 216-218, 222-223, 313
Jessica T. Mathews 233, 313
John Locke 216-218, 222-223, 291, 314
John Rawls 290-292, 296-297, 299, 314
jornada de trabalho 145, 160, 179, 201
José Antonio Cheibub 218, 314
José de Alencar 55, 312
José Murilo de Carvalho 265, 267, 271, 278, 280, 301, 314
Joseph Nye Jr. 233, 302, 314
Julian Steward 52, 314
Julio Cezar Melatti 77, 91, 314
Jürgen Habermas 194, 198-199, 314
juros 158, 188

K-L

Kabengele Munanga 173, 314
Karl Marx 118, 120-121, 126-129, 131, 133-135, 137-140, 149, 152, 157-161, 165-166, 171, 186, 188, 195, 235
Karl von den Steinen 77, 314

latifúndio 170, 172
lazer 87, 138, 159, 185, 287
Leonardo Avritzer 277
Lewis Henry Morgan 29, 33, 35, 44, 65, 314
liberalismo 170, 180, 291, 299, 308, 313, 314
linguagem 8, 16, 17, 51, 53, 59, 65, 107, 194, 196
linguística 39, 45, 65
livre-iniciativa 122
lucro 128-129, 135-136, 139-145, 147-149, 157, 159, 162, 178, 185, 188, 192, 194, 234, 295, 298
luta de classes 133, 151, 158

M

mais-valia 140, 188
Mancur Olson 252-253, 314
Manoel Bomfim 170
Manuela Carneiro da Cunha 39, 45, 314
maquinaria 141
máquinas 119-120, 129, 135, 141-143, 145-147, 159-160, 164, 185-187, 201
Marcel Mauss 63-65, 124, 315
Margaret Mead 50, 52, 95, 315
Maria D'Alva Kinzo 268, 315
Maria de Lourdes Mollo 189, 315
Marshall Sahlins 37, 53, 93, 97-98, 100, 104, 315
Marvin Harris 52, 315
marxista 52, 85, 133, 140, 160-161, 163, 167, 172, 192, 194, 238, 257, 260, 306, 309-310, 314, 318
Marilyn Strathern 96-97, 101-102
masculinidade 87, 95
maternidade 95
Maurice Duverger 222, 315
Max Gluckman 68, 315
Max Horkheimer 194, 315
Max Weber 118, 120-121, 124-127, 131, 134-136, 149, 152, 155-156, 158-159, 161, 164-166, 170-171, 180, 191, 193-194, 211, 213, 222-223, 265, 300-301, 303
meio ambiente 40, 74, 199, 201, 229, 236-237, 240, 242, 245, 285, 287-289, 306, 316
meios de comunicação 130, 153, 169, 238, 268
meios de produção 128-129, 137-139, 157, 161, 165
mercado 72, 114, 136, 142, 146-147, 156-159, 164, 172-174, 177, 179, 188, 193-196, 203-204, 227, 229, 235, 238, 241, 291-293, 295
mercadoria 72, 119-121, 128-129, 140-141, 143, 159-160, 163-164, 170, 172, 175, 180, 184-185, 188, 194, 255
Mércio Pereira Gomes 36, 315

mestiçagem 48, 78, 169-171, 180, 316
método dialético 157, 165
Michel Foucault 283-284, 296-297, 299, 316
Mike Alvarez 218, 316
Milton Santos 238, 316
minoria 33, 69-70, 176, 212, 231, 247, 253, 255, 287-288, 290, 295, 299
mito 38-39, 59, 64, 66, 73, 81, 85, 91, 98-99, 107
mobilização política 69, 146
modernidade 184, 189-192, 197-198, 207, 296, 301, 303
modernização 41, 79-80, 171-172, 174, 194, 200, 245, 294
modos de produção 157, 163, 186
movimento negro 70, 75, 84, 206, 252, 254, 261
movimentos ambientalistas 196
movimentos sociais 86-88, 177, 195-196, 205-206, 236, 238, 242-243, 246, 249, 251-252, 254-257, 260, 266, 270, 273, 280, 283, 301, 304, 309, 311-313, 318
multinaturalismo 103
mundialização do capital 189, 311
mundo da vida 194-198

N-O

Nádia Farage 40, 316
Nan Dirk De Graaf 285, 316
Nancy Fraser 249, 251, 316
narrativa mitológica 38, 98
naturalismo 103, 169
natureza 38, 55, 59, 65, 74, 95-96, 100-104, 115, 118, 137, 189, 190, 197, 216-217, 223, 230
natureza e cultura 38, 95-96, 100-104, 115
neoliberalismo 144, 146, 149, 177, 184, 186, 314
nepotismo 172
Nicola Matteucci 218, 257, 316
Nicolau Maquiavel 151, 215-216, 222, 301
Nicos Poulantzas 161-163, 165
Nina Rodrigues 77, 84, 316
Norberto Bobbio 218, 257, 316
norma 10-11, 33, 46, 49, 57, 121, 128, 137, 139, 154, 157, 171, 284, 292
Octavio Ianni 79, 173, 238, 245
Oliveira Vianna 77, 169-170, 316
operários 122, 142-144, 146, 157, 160-163, 167, 181, 221, 248, 273, 286
ordem social 22, 85, 156, 158, 193
organização burocrática 33, 189, 194
organização social 28, 33, 169, 174, 176

P

padrões 11, 46, 50-51, 57, 111, 119, 128, 130, 136, 145, 153-154, 164, 176, 187, 251, 261, 284
padrões culturais 50, 51, 111, 119
padrões de consumo 128, 145, 153, 176
parentesco 33-35, 38-39, 42, 62-63, 65-66, 73, 92, 94, 96-97, 104, 310, 314, 317
pensamento ameríndio 38, 66, 103
pensamento crítico 10, 12, 20-23
perspectivismo 102-103, 310
Philippe Descola 103, 316
Pierre Bourdieu 192-193, 197-198, 316
pobreza 11, 81, 107, 137, 175, 203, 237, 241, 288, 294, 307
poder 10-11, 15, 22, 25, 35, 48, 50, 55, 63, 69, 86, 94-95, 103, 108, 117, 125, 129, 141, 155-156, 158-160, 162-163, 165, 191-195, 209-225, 233-234, 242, 245-247, 257-258, 260, 265-267, 270-272, 274-275, 279, 282-284, 293, 295-296, 301-303
política 29, 40, 48-49, 67, 69-70, 77, 81, 86-87, 101, 111, 119, 126, 128-129, 134, 141, 146-147, 151-152, 154-156, 158-160, 163-165, 170, 176-178, 180, 183, 185-186, 192, 194-196, 199, 204, 206, 209-211, 213, 215, 217-218, 220-222, 225-226, 232-233, 237-238, 240-241, 245-246, 248-250, 253, 257-258, 263, 265-268, 271-273, 275-277, 281-283, 286-290, 292-293, 295-296, 298-301, 303-304
populações indígenas 36-39, 42, 47, 49, 55, 67, 69, 76-77, 79-81, 110-111, 227, 229, 309-310, 313-314, 317
populações negras 54, 56, 69, 71, 78, 83-84, 183, 308, 315-317
pós-colonialismo 93-94
posição social 156, 165, 183, 193, 316
pós-materialista 287-289, 297, 306
pós-modernidade 184, 189, 191, 197, 207
pós-modernismo 93-94, 190
prática social 3, 72, 115, 149, 159, 163, 192-193, 198
precarização do trabalho 168, 177-180, 312
preconceito 33-36, 38, 43, 48-49, 53, 56-57, 59, 68, 70, 72-73, 75, 85-87, 90, 94, 112, 115, 132, 159, 163, 174-175, 180-181, 192-193, 198, 207, 238
primitivo 29-30, 33, 35, 37
princípio estrutural 63

produção 29, 45, 51, 56, 60, 66, 76, 80, 82, 84, 92-97, 104, 107, 110, 119-122, 126, 128-129, 133-135, 137-149, 151, 157-165, 167, 169-170, 172-173, 175-176, 178-180, 184-189, 191-192, 195, 197, 204, 229, 235, 240-241, 248, 255, 257, 294
produção toyotista 141, 146-147, 160
produtividade 120, 129, 141-145, 147-148, 159-160, 162-163, 178, 201
progresso 29-33, 35, 40, 42, 47, 64, 73, 186, 189-190, 192, 197, 231, 236, 287, 294, 296
proletariado 82, 127-128, 137, 165
propriedade 33, 35, 40, 42, 140-141, 149, 156-157, 162, 165, 172, 217, 222, 247, 250, 265-266, 293, 295, 306
propriedade privada 33, 35, 42, 140-141, 149, 157, 162, 165
proprietário 156-157, 161, 165, 265, 271, 291, 294
protestantismo 126, 136, 149
punk 49, 72, 87, 200

R

raça 30-31, 35, 45, 70, 78, 85, 169-170, 175, 180, 190, 296, 308, 310, 316
racismo 33, 49-50, 68-71, 75, 175, 205-206, 238, 308-309, 314, 318
racista 46-48, 72, 78, 171, 212, 251, 255, 308
Radcliffe-Brown 61-63, 68, 73, 79, 82, 317
rap 51, 54, 261-262
Raymundo Faoro 265
razão comunicativa 195
redistribuição de renda 164, 250, 307
reforma agrária 158, 195, 205
regras 10-12, 35, 37, 53-54, 57, 59, 62-63, 122, 126, 128, 137, 139, 143, 145, 157, 165, 171, 209, 216, 218, 220, 230, 242, 254, 260, 268-269, 272, 279, 289, 291-293, 296, 300, 305
regulamentação 14, 145, 155, 158, 267
relações de gênero 83, 86-87, 97, 310
relações raciais 80-81, 83-86, 309
relativismo 44, 46, 48-50, 57
religião 36, 40, 50, 35, 85, 97, 117, 126, 211, 220, 230, 236, 242, 247-248, 251, 290-291, 296, 310, 313, 316-317
remanescentes 39
Renato Ortiz 238, 245, 317
renda 18-19, 83, 86, 152-153, 156, 158-159, 161-165, 176-177, 202-203, 205-206, 211, 239, 249-250, 255, 259, 278, 285, 291-293, 296, 304-305, 307
resistência 22, 36, 55, 69, 141, 181, 251, 306

Revolução Francesa 121, 135, 151, 257, 313
Revolução Industrial 121, 135, 141, 160, 186
Revolução Informacional 184, 186-187, 197-198, 313
revolução passiva 140-141
rituais 47, 54, 57, 62, 81, 98, 102, 110
Robert Andersen 285, 317
Robert Dahl 300, 305, 317
Robert Nozick 291, 296, 317
Robert Putnam 254, 256, 303, 317
Roberto Cardoso de Oliveira 80-81
Roberto DaMatta 80, 82, 113-114, 317
Roger Bastide 78, 317
Ronald Inglehart 287, 296, 317
Roy Wagner 99-101, 104, 317
rural (rurais) 40, 67, 75, 78-79, 80-82, 110, 128, 164, 169, 170-173, 187, 195, 203, 250, 265, 267
Ruth Benedict 50, 52, 318
Ruth Cardoso 87, 318
Ruy Mauro Marini 177, 318

S

sacrifício 288
salário 11, 52, 129, 131, 137-141, 143-144, 148-149, 152-153, 158, 162, 189, 201, 231, 239, 250-251, 267, 281, 292
segregação racial 21, 52
Segunda Guerra Mundial 16, 39, 52-53, 59, 68, 175, 182, 231, 234, 242-243, 245, 247, 260, 288
selvagem 30, 39, 43-44, 91, 170, 310
senso comum 12, 16-18, 23, 52, 54, 56, 72, 169, 175
Sérgio Abranches 275, 318
Sérgio Buarque de Holanda 170-172, 180, 318
Sérgio Costa 173, 318
Sérgio Praça 278, 318
servos 43, 122, 128, 157, 248
sexualidade 86-87, 90, 283-284, 311, 316
Sherry Ortner 95, 318
Sidney Chalhoub 173, 318
Silvia Hunold Lara 173, 319
Sílvio Romero 77, 319
simbólico 53, 93, 158, 165, 192-193, 317
Simon Schwartzman 265, 319
sindicatos 129, 145-146, 153, 155, 178, 183, 185, 201, 238, 250, 255, 270, 272
sistema capitalista 14, 36, 68, 176
sistema econômico 15, 52, 54, 196, 294
sistema político 20, 264, 275-276, 279-280
situação de classe 155-156, 162

sociabilidade 91, 103, 155, 171, 196
socialista 128, 130, 133, 141, 221, 222, 238, 241, 259, 263, 308, 318
socialização 154, 195-196
sociedade 29-38, 41-42, 48-52, 54-55, 57, 60, 62-67, 70-73, 75, 77, 79-83, 86, 88, 95-102, 107, 110, 114-115, 118-131, 133, 135-139, 141, 144-146, 148-149, 152-155, 157-159, 163-164, 167-180, 182-183, 185-187, 189-191, 193-195, 197, 199, 201, 203, 211-213, 215, 218, 220, 225, 238, 245-246, 248-252, 260, 263, 266, 271, 279, 283, 286-287, 290-291, 296, 298, 305
solidariedade 31, 121, 137, 154-155, 165-166, 195-197
solidariedade mecânica 154, 165-166
solidariedade orgânica 154, 165
status 155-156, 158, 162, 165, 249
Stuart Hall 72, 112, 319
subdesenvolvimento 168, 173, 175-176, 180

T

T. H. Marshall 247-249, 260-261
Taiichi Ohno 145
taylorismo 140, 142-144, 149-150, 160, 163
técnicas 36, 48, 54, 57, 109-110, 122, 129, 141, 143-144, 147, 159, 194, 212, 282-283, 294, 299, 314, 319
técnicas produtivas 122, 129, 141, 294
tecnologia 37, 49, 52, 72, 83, 96-98, 129-130, 134, 141-142, 144, 146, 149, 159-160, 166, 177-178, 185-187, 197-198, 239, 259, 294-295, 302, 309
tempo de produção 159, 185
tempo de trabalho 146, 159
teoria da dependência 177, 318-319
teoria da estratificação social 152, 155, 158, 161, 165-166
teoria das classes 152, 158, 165
terceirização 178-179, 312
território 35, 39, 41, 80-81, 169, 173, 190, 213-215, 222, 226, 230, 232, 234, 242, 258, 303
Theodor Adorno 194, 319
Theotônio dos Santos 177, 319
Thomas Hobbes 216, 230, 319
tipos de ação social 193-194
tipos ideais 118, 124, 127, 155, 171
tipos puros 127
totemismo 39, 103
toyotismo 134, 142, 144-146, 149-150, 160
toyotista 141, 146, 160, 191
trabalhador 15, 52-53, 80, 114, 118-120, 123, 128-130, 135, 137-146,

149-151, 155, 157-161, 163-165, 167, 173, 177-180, 183, 185-187, 189, 195, 197, 201, 203, 206, 208, 227-228, 234, 243, 250, 252, 273, 286, 291, 309, 319
trabalho 34, 38-40, 47, 50, 52, 55, 57, 61, 63-64, 68, 80-81, 84-85, 87, 93, 96-97, 99-100, 104, 107, 113-114, 118-124, 126, 128-131, 133-150, 152-155, 157-165, 167-169, 172-175, 177-180, 182, 185-188, 191-193, 196, 200-203, 205-206, 216-217, 248, 251, 267, 283, 286, 291, 293, 303
trabalho assalariado 80, 128, 134, 137-138, 148, 149, 169, 179
trabalho de campo 19, 61, 84-85, 96, 99, 104, 309
trabalho escravo 113, 172, 174, 179
trabalho forçado 39-40, 291
trabalho informal 147-150
trabalho intelectual 162-163, 165, 186
trabalho livre 173-174
trabalho manual 163, 165, 186
trabalho produtivo 161, 163, 165
transferência de capital estrangeiro 177
transformação científica e tecnológica 159, 185
transformação social 22, 79, 91, 122, 151, 170-171, 186, 257, 280
transformação tecnológica 186-187
tribos urbanas 38, 67, 87
troca 64-65, 122, 136-137, 139, 157, 192, 194, 229
trocas simbólicas 64, 192

U-V

unidade social 122
universal 12-13, 66, 73, 101, 102, 190, 191, 249
urbanização 79-80, 86-88, 113, 115, 177
urbano(a) 14, 38, 67, 75-76, 79-81, 83, 86-87, 91, 110, 169, 171, 265
valorização do capital 128, 188-189, 197-198
vida privada 94, 303
vigilância 143, 278, 284
violência 56, 70, 86, 87, 112, 156, 179, 205, 211, 213-214, 218, 220, 222, 226, 232, 237, 257, 259, 281, 283, 289, 294, 302, 317
voto 125, 156, 210, 218, 221-222, 231, 241, 247-249, 267- 270-272, 275-276, 279, 282, 285-287, 296-297, 307

W-Z

Walter Benjamin 194, 319
Zygmunt Bauman 233-234, 319

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia cultural*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LOWY, Michel. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1996.
- POPPER, Karl. *Lógica das Ciências Sociais*. Brasília: Ed. da UnB, 1978.
- QUINTANEIRO, Tânia et al. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2000.

CAPÍTULO 1

- BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CASTRO, Celso (Org.). *Evolucionismo cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____ (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Portugal: Editorial Presença, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América, a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CAPÍTULO 2

- BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d].
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. da UFBA, 2008.
- GEERTZ, Clifford. A arte como sistema cultural. In: _____. *O saber local*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: Edusc, 2002.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPÍTULO 3

- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Org.). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1988.
- BIANCO, Bela F. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.
- CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- MONTEIRO, Paula. Globalização, identidade e diferença. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 49, p. 33-46, 1997.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Ação Educativa, 2006.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CAPÍTULO 4

- ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOSI, Eclea. *Cultura popular e cultura de massa*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CORREA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2. ed. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
- MELATTI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil: um roteiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, n. 17, p. 3-52.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, vol. 3, n. 1, p. 95-131, abr. 1997.



Marco Di Lauro/
Agência France-Press

CAPÍTULO 5

- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. *Antropologia e feminismo*. In: _____ (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- RIBEIRO, G. L.; ESCOBAR, A. (Org.). *Antropologias mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder*. Brasília: Ed. da UnB/Letras Livres, 2012. v. 1.
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
_____. *Como pensam os nativos*. São Paulo: Edusp, 2001.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1995.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MORAES NETO, Benedito. *Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.

CAPÍTULO 8

- ANTUNES, Ricardo. *Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? Margem esquerda*. São Paulo: Boitempo, n. 7, p. 55-56, 2006.
- BENSAD, Daniel. *As classes ou o sujeito perdido*. In: _____. *Marx: o intempestivo (grandezas e misérias de uma aventura crítica)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOTTOMORE, Thomas Burton. *As classes na sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SOUZA, Jessé de. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.
- WRIGHT, Erik Olin. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CAPÍTULO 6

- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *K. Marx, F. Engels: História*. São Paulo: Ática, 1983.
- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MARTINS, C. B. *O que é Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAPÍTULO 7

- AMORIM, Henrique. *O trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2009.

CAPÍTULO 9

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.
- DRUCK, Graça. *Trabalho, precarização e resistências*. *Caderno CRH*, v. 24, 2011, n. especial 1.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e sociedade de classes na América Latina*. São Paulo: Global, 1973.
_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições de interpretação do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

CAPÍTULO 10

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
———. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRUNHOFF, Suzanne; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLEINSTEIN, Immanuel. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã/Cemarx, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
———. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 18, set. 1987.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Financeirização como desenvolvimento do capital fictício: a crise financeira internacional e suas consequências no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 2011.

CAPÍTULO 11

- ALVAREZ, Mike; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam. Classifying Political Regimes. *Studies in Comparative International Development*, vol. 31, n. 2, p. 3-36, 1996.
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed. da UnB, 2001.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: Ed. da UnB, 1980.
- LUKES, Steven. *O poder: uma visão radical*. Brasília: Ed. da UnB, 1980.
- PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. São Paulo: LP&M Pocket, 2010.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1989.

CAPÍTULO 12

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- HELD, David. *Democracy and the Global Order*. Cambridge: Polity Press, 1995.
———; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NYE Jr., Joseph. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RODRICK, Dani. *The Globalization Paradox*. New York: W.W. Norton, 2011.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CAPÍTULO 13

- ALONSO, Angela. A teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: ———. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition: Dilemmas of Justice in a Postsocialist Age. *New Left Review*, 1/212, Jul.-Aug., 1995.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, jun. 1989.
- OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- PUTNAM, Robert. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
———. *Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster, 2000.
- SILVA, Josué Pereira. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago/London: Chicago University Press, 2006.

CAPÍTULO 14

- AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- ———; FILGUEIRAS, Fernando (Org.). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 2011.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.
- KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 15, n. 4, 2001.
- LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 76, nov. 2006.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PRAÇA, Sérgio. Corrupção e Reforma Institucional no Brasil, 1988-2008. *Opinião Pública* [On-line]. Campinas, vol. 17, n. 1, 2011.
- SANTOS, Fabiano. Brazilian Democracy and the Power of "Old" Theories of Party Competition. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, vol. 2, n. 8, 2008.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CAPÍTULO 15

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Why Nations Fail*. New York: Crown Publishers, 2012.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 2010.
- EVANS, Geoffrey (Org.). *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1999.
- INGLEHART, Ronald F. Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. *West European Politics*, vol. 31, n. 1-2, Jan.-Mar., 2008.
- JANSEN, G. et al. Class Voting and Left-Right Party Positions: A Comparative Study of 15 Western Democracies, 1960-2005. *Social Science Research*, vol. 42, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ssresearch.2012.09.007>>. Acesso em: 23 jan. 2013.
- NOZICK, Robert. *Anarquia, estado e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- POULANTZAS, Nico. *O poder político e as classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SANDEL, Michael. *Justice: What's the Right Thing to Do?* New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009.
- VITA, Álvaro de. *A justiça igualitária e seus críticos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.



SOCIOLOGIA

MANUAL DO PROFESSOR

SUMÁRIO

Apresentação	331
1. O ensino de Sociologia (Ciências Sociais)	332
2. Pressupostos teóricos e metodológicos	334
3. Organização da obra	338
4. Bibliografia	343
5. Orientações didáticas e sugestões de respostas	344
Unidade 1 Cultura	347
Capítulo 1 Evolucionismo e diferença	347
Capítulo 2 Padrões, normas e cultura	351
Capítulo 3 Outras formas de pensar a diferença	354
Capítulo 4 Antropologia brasileira	358
Capítulo 5 Temas contemporâneos da Antropologia	361
Concluindo 1	365
Texto complementar	367
Atividades complementares	369
Unidade 2 Sociedade	372
Capítulo 6 Pensando a sociedade	373
Capítulo 7 O mundo do trabalho	376
Capítulo 8 Classe e estratificação social	379
Capítulo 9 Sociologia brasileira	382
Capítulo 10 Temas contemporâneos da Sociologia	385
Concluindo 2	389
Texto complementar	392
Atividades complementares	394
Unidade 3 Poder e cidadania	396
Capítulo 11 Política, poder e Estado	396
Capítulo 12 Globalização e política	399
Capítulo 13 A sociedade diante do Estado	402
Capítulo 14 A política no Brasil	405
Capítulo 15 Temas contemporâneos da Ciência Política	408
Concluindo 3	411
Texto complementar	412
Atividades complementares	414
6. Reflexões sobre a prática pedagógica	418

APRESENTAÇÃO

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

Caro professor,

Educar é uma prática em constante transformação, com motivações, caminhos e resultados múltiplos, multifacetados. Neste Manual, as orientações didáticas foram elaboradas com o intuito de serem pontos de partida; um guia flexível, que poderá ser enriquecido, ampliado e adaptado ao contexto de sua região e da sala de aula em que você atua, às suas escolas e às próprias dinâmicas imprevisíveis da prática pedagógica.

Educar é um fazer. Esperamos instigar essa tessitura, abrir novas frestas, olhares e leituras, compartilhar o que nós vivenciamos na nossa prática como estudiosos e educadores das Ciências Sociais.

Educar é um agir. Esperamos também que as orientações sugeridas contribuam para desenvolver a autonomia do aluno, sempre considerando as peculiaridades e respeitando as diferenças. Pensamos num livro que ajude o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita o livre exercício da cidadania.

Educar é criar. Este Manual supõe que o encontro entre o educador e seus alunos produz uma realidade nova, criada a partir da confluência de suas experiências. Esperamos que tanto o aluno como o professor sejam abertos às invenções desse processo pedagógico.

Educar é um prazer, mas também um desafio, um exercício de colaboração, persistência, paciência e atuação. Este Manual foi escrito para ajudá-lo a viver plenamente sua opção de educador.

Os autores



Ammar Aweid/Reuters/Latinstock

1. O ENSINO DE SOCIOLOGIA (CIÊNCIAS SOCIAIS)

O ensino da Sociologia no Ensino Médio, ao considerar as indicações dos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*, tem como objetivo introduzir o aluno nos principais saberes referentes às questões conceituais e metodológicas que fundamentam a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política¹.

O contexto de transformação social inaugurado nos séculos XVIII e XIX e a busca pela compreensão científica deste processo vieram estruturar as grandes questões que permeiam este campo do saber. Os paradigmas fundantes da Sociologia, em seus esforços de interpretar o curso das transformações sociais advindas das revoluções industriais e político-sociais, são, portanto, produtos culturais deste processo. Radicado, sobretudo, na busca por estruturar um saber que pudesse oferecer respostas conscientes para dotar a *práxis* de um sentido capaz de se impor sobre as questões da nova dinâmica social, o campo do conhecimento sociológico, ao chegar às escolas do século XXI, deve ser capaz de promover a reflexão sobre suas próprias bases operacionais. Isso significa que seus parâmetros teóricos e metodológicos fundantes necessitam ser postos a prova constantemente, sendo confrontados com a complexidade do mundo atual.

A tradição da Sociologia jamais negou a importância de seu desenvolvimento enquanto ciência crítica de si mesma. Devido a este incessante processo de autocrítica, a reflexão sociológica avalia constantemente de que modo as questões colocadas pelas teorias fundantes de seu saber – as chamadas sociologias clássicas – se comportam diante de um mundo em constante transformação.

A inserção da Sociologia como disciplina na grade curricular do Ensino Médio – que veio a realizar-se a partir do *Parecer 38/2006*, que alterou as *Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio* tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias, o que

efetivou-se com a *Lei nº 11 684/08* – vai ao encontro dos objetivos das mudanças propostas pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)* de 1996. Tais mudanças procuraram vincular os pilares do Ensino Médio ao **mundo do trabalho** e à **prática social** e objetivaram orientar o papel da educação para capacitar o **aprendizado contínuo e autônomo** e para o **exercício da cidadania**. Tais reformas, inclusive, atenderam as propostas da *Unesco*, que visavam estruturar a educação em torno de quatro princípios: **aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser**.²

Ao postular que as atribuições básicas do conhecimento sociológico são a **investigação, a identificação, a descrição e a interpretação/explicação de todos os fatos relacionados à vida social**, os *PCN* enfatizam o papel desse saber para proporcionar ao aluno os instrumentos necessários para decodificar a complexidade da realidade social. Assim, a Sociologia se apresenta, na grade curricular do Ensino Médio, como instrumento necessário à construção da cidadania. Tal compreensão fortalece os laços da Sociologia com as finalidades do Ensino Médio, definidas pelas mudanças da *LDB*, sendo respaldada especialmente pela *Lei 9 394/96*, que estabelece como meta da educação a construção da cidadania.

O ensino da Sociologia, desta forma, ocupa relevante papel na construção de uma consciência crítica e reflexiva diante das questões do mundo contemporâneo. Rompendo com as barreiras do senso comum, espera-se que o conjunto sistematizado do conhecimento próprio da Sociologia forneça um aparato teórico que torne o estudante capaz de compreender a dinâmica e as contradições da sociedade em que vive. Voltada à realização do exercício pleno da cidadania, a Sociologia esclarece que a construção de uma sociedade mais justa e solidária é tarefa que exige tanto compreender a complexidade social como as formas de responder e agir em sociedade.

¹ No portal do MEC podem ser encontrados os documentos sobre as bases legais dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9 394/96 (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio (PCN+). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859>. Acesso em: 30 mar. 2013.

² DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*; relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1996.

Para alcançar esse objetivo em sala de aula, segundo as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Conhecimentos de Sociologia*³, o ensino da Sociologia deve se basear em dois princípios epistemológicos fundamentais: **estranhamento** e **desnaturalização**. O **estranhamento** é posto como uma forma de duvidar, que a nada outorga normalidade e nem se conforma diante dos fatos, exercício necessário à problematização dos fenômenos sociais. No momento em que nada se torna óbvio, nem pressuposto, nem simplesmente aceito, se abre o caminho para o educando romper com as amarras do senso comum e construir uma reflexão sistematizada da realidade. Já o momento de **desnaturalização** é aquele que procura romper com toda e qualquer forma de compreensão das relações sociais como “imutáveis no tempo e no espaço”. Os fenômenos sociais que vivenciamos no presente são, em geral, apreendidos pelo senso comum como simplesmente preestabelecidos, causando o entendimen-

to de uma origem natural das relações sociais. Cabe ao ensino da Sociologia superar esse entendimento e promover a dessacralização e a desnaturalização da realidade, rompendo com seu imediatismo ao submetê-la a critérios científicos de análise.

Desta forma, seja qual for o conteúdo trabalhado pela Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, mais do que oferecer um conhecimento dos fatos, o que se privilegia é o desenvolvimento das perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas; a história e o contexto de suas produções e as relações estabelecidas com as realidades que contemplem e com as quais dialogam continuamente. A contribuição das Ciências Sociais reside, pois, justamente na formação humana, ao promover constantemente a problematização da realidade, sempre confrontada pelo olhar inquieto e crítico, não apenas do que se encontra ao redor, mas de si próprio e de sua própria perspectiva. Trata-se, portanto, de desenvolver um distinto modo de pensar a vida em sociedade.

³ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

anotações

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Uma vida sem pensamento é totalmente possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar sua própria essência – ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 143.

Este livro é o resultado de uma longa reflexão sobre a possibilidade de transportar para o Ensino Médio o conhecimento acumulado das Ciências Sociais. Esse processo de escolarização significa, de um lado, um investimento em determinadas habilidades fundamentais para o aluno do Ensino Médio, e de outro, uma tradução do conhecimento científico em conhecimento escolar, sem que a potência crítica do pensamento sociológico seja reduzida nesse processo.

Para dar conta desse desafio, o livro se organiza em torno de três eixos principais:

1) uma preocupação em apresentar de forma equânime o conhecimento das três áreas fundamentais das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política);

2) um cuidado constante em relacionar o conhecimento abstrato à realidade e às especificidades do mundo do aluno e aos processos históricos de produção de conhecimento;

3) o estímulo ao desenvolvimento de uma “imaginação sociológica”, que poderíamos resumir num pensamento crítico sobre o mundo, na capacidade de duvidar, questionar e, ao mesmo tempo, buscar respostas para as próprias dúvidas.

De forma geral, pretendemos estimular uma perspectiva que “desarrume” produtivamente o mundo do aluno. Tudo aquilo que parece natural, normal, óbvio e “pronto” pode ser **desnaturalizado, questionado e desconstruído**. Essa desarrumação é um instrumento de percepção das **dinâmicas sociais**, que devem se apresentar ao aluno como fruto de um processo de disputas, confrontos, poderes consolidados, ideologias políticas e culturais. Perceber que o mundo não está pronto é fundamental para a produção de um **sujeito crítico**: se o mundo não está pronto, é possível intervir, agir, produzir, transformar. Ao contrário, perceber o mundo como dado e resolvido nos leva ao conformismo e à acomodação intelectual.

Esse inconformismo intelectual é, entretanto, uma habilidade a ser produzida, estimulada e cultivada. É fruto de um trabalho intenso, que tem nesse livro um suporte e na atuação do professor seu elemento mais importante. O livro pretende oferecer ao professor o melhor suporte possível para auxiliá-lo nessa tarefa tão estimulante e, ao mesmo tempo, tão árdua.

O livro está organizado com instrumentos de ativação, por assim dizer, desse pensamento crítico. Esses instrumentos são os próprios textos dos capítulos, organizados no sentido de evidenciar determinadas naturalizações, por um lado, assim como seções específicas, pensadas como pausas reflexivas, nas quais o conteúdo teórico pode ser aproximado do cotidiano dos alunos.

O livro foi pensado de forma conceitual. Adiante apresentaremos a maneira como a estrutura do livro revela um plano específico de organização do conhecimento e investe no desenvolvimento de uma perspectiva crítica, buscando conexões entre o conhecimento apresentado e a experiência de vida dos alunos. Essa tarefa obviamente é complexa, dada a diversidade de sujeitos do conhecimento na vivência escolar (professores, alunos, a comunidade escolar como um todo), de contextos socioculturais e de abordagens efetivas do conteúdo da disciplina. Como professores e estudiosos das Ciências Sociais, devemos ter em mente essa diversidade social, econômica e cultural de alunos e contextos escolares e fazer dessa diversidade uma possibilidade de ampliação e significado dos temas trabalhados. Conceitos como **identidade, movimentos sociais, socialização, alteridade** e muitos outros, assumem uma dimensão ampliada quando tratados a partir da ótica da **diversidade** e dos **significados e contextos locais e regionais**.

Sujeitos diversos e completos

Como projeto pedagógico, o livro toma uma direção específica em relação a como pensar os alunos, sua diversidade e o que apreendemos por identidade e desenvolvimento. Os *PCN* e os *PCN+* destacam que a formação de habilidades específicas para as Ciências Humanas em geral (**representação e comunicação; investigação e compreensão, contextualização sociocultural**) está atrelada a conceitos estruturadores: **identidade, relações sociais, cultura, dominação, poder, ética, trabalho, cidadania**. Todos esses conceitos foram considerados na estruturação do livro, de forma sistemática e equilibrada.

Tomamos como ponto de partida as contribuições de uma Antropologia da infância e da juventude, que desde meados dos anos 1990⁴ vem demonstrando repetidamen-

⁴ Ver COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005; MEEHAN, Courtney L. Review Essay: Directions in the Anthropology of Childhood, *Journal of Family Theory & Review*. Volume 3, Issue 2, p. 140-149, junho de 2011.

te como as formas em que se organizam os períodos da vida são culturalmente construídas (nem toda sociedade reconhece períodos como “adolescência”). Atréada a essa relativização dos períodos da vida, essa Antropologia indica um senso comum que transforma nossas categorias em algo aparentemente natural e tem como pressuposto a ideia da criança e do jovem como seres em construção e “em desenvolvimento”. Como uma pessoa incompleta, a ser completada pela sociedade e seus instrumentos de socialização (entre eles a escola).

Para autoras como Christina Toren⁵, porém, as crianças e jovens, quando vistos como incompletos, tendem a ser considerados como menos gente, de forma geral. É o que se chama definição pela ausência (ausência de completude, no caso). Mas muitas etnografias⁶ tem demonstrado que o ponto de vista das crianças e dos jovens é tão “completo” quanto o dos adultos. **Ou seja, embora estejamos todos sempre em desenvolvimento, a criança ou jovem, a cada momento é completo à sua maneira.** Maneira que vai se transformando ao curso da vida. Esse livro toma como pressuposto que o jovem é um ser completo e capaz de refletir ativamente sobre o mundo a partir de um ponto de vista: a intenção é colocar esse ponto de vista em consonância com o conhecimento escolarizado das Ciências Sociais. **Os jovens, portanto, não são desprovidos de conhecimento: eles os têm a partir de suas experiências de vida (muito distintas), a questão é colocar esse conhecimento em diálogo com o conhecimento que nos interessa discutir.**

Ou seja, entendemos que o aprendizado se dá, efetivamente, na construção de pontes entre o conhecimento do aluno e o conhecimento que apresentamos, transformando as Ciências Sociais em mais um conjunto de conhecimentos que faça parte do ponto de vista do jovem: ao ultrapassar uma separação entre o mundo do jovem e o mundo do conhecimento escolarizado, podemos inventar uma nova situação que dispare uma **apropriação criativa**, por parte do aluno, daquele conhecimento que se acumulou nas Ciências Sociais.

Isso implica, em primeiro lugar, uma **percepção teórica da identidade cultural**, que fundamenta o pensamento que organiza o livro: o conhecimento do aluno é aquilo que o situa no mundo, que o faz pensar sobre ele, que lhe dá ferramentas para pensar o que está ao seu redor. Isso é parte integral de uma identidade cultural: mas uma identidade vista aqui apenas como um conceito para descrever essa produção de uma forma de ver o mundo. **Produção que é coletiva, social e se inscreve na vida dos alunos a partir de suas experiências familiares, sociais, econômicas, religiosas, etc.** O livro deixa claro que como conceito, a identidade descreve processos que outros

conceitos descreveram e que ainda outros, atualmente, pretendem descrever melhor que a própria ideia de identidade. Não nos interessa reificar conceitos, mas produzir uma conexão entre o conhecimento que apresentamos nesse livro e o mundo da vida do aluno.

Por outro lado, essa percepção do jovem e da identidade nos leva a uma terceira pressuposição: a de que o processo de conhecimento que acontece em sala de aula é em tudo similar à experiência descrita por Roy Wagner como uma “invenção cultural”⁷, no sentido de criação. **Essa invenção é um momento de transformação criativa tanto do aluno, como do professor, como da própria realidade social do aluno e do professor.** Para Wagner, a questão é que a invenção é percebida pelo investigador na medida em que ele consegue olhar para o “outro” e seus conhecimentos como um igual: o “outro” pensa o mundo tanto quando o investigador, e qualquer descrição do “outro” é um processo de mão dupla⁸. Aqui importa reconhecermos, numa perspectiva pedagógica, que o conhecimento que apresentamos não entra em ressonância com o do aluno se a pressuposição é vertical: a ideia que, de cima para baixo, o conhecimento flui do livro e do professor para um jovem “esvaziado” de si. A pressuposição antes, inspirada em Roy Wagner, é horizontal: o processo de aprendizado surge da confluência (nem sempre harmoniosa) entre o conhecimento do aluno e o apresentado em sala de aula.

Essa perspectiva dá grande destaque à **autonomia do aluno**, por um lado, e às estratégias de ativação dessa conexão entre conhecimentos: e o condutor desse processo é, como não poderia deixar de ser, o professor. O professor que conhece a realidade social, econômica e cultural de seus alunos, que conhece dilemas, anseios e aspirações. É o professor que, ao utilizar esse livro deve explorá-lo de forma a retirar dele tudo o que possa ser útil para criar as conexões entre os saberes. Algumas questões certamente falarão mais alto ao coração de determinados perfis socioculturais de alunos, e essas questões devem ser identificadas e exploradas pelo professor da melhor maneira possível. Nossa intenção ao produzir o livro foi pensar em um leque amplo de possibilidades, de forma a sempre oferecer possibilidades de exploração do conteúdo pelo professor.

Assim, temos um livro pensado como um **artefato que estimule um intercâmbio entre o conhecimento escolarizado das Ciências Sociais e o conhecimento do aluno, numa perspectiva horizontalizada.** Nesse contexto **a figura do professor é fundamental**, pois é quem pode na relação com os alunos construir essa ressonância produtiva e estimular o desenvolvimento de habilidades críticas que façam parte da vida do aluno permanentemente.

⁵ TOREN, Christina. *Making History: the Significance of Childhood Cognition for a Comparative Anthropology of Mind*. Man, 28, 461-478, 1993; TOREN, Christina. A matéria da imaginação: o que podemos aprender com as ideias das crianças fijianas sobre suas vidas como adultos. *Horizontes Antropológicos*, v. 16, n. 34, 2010.

⁶ LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Angela (Org.). *Crianças indígenas, ensaios antropológicos*. São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002; TASSINARI, Antonella. *Concepções indígenas de infância no Brasil*. Tellus, ano 7, n. 13, out. 2007, 1-25; ALVAREZ, Miriam. *Kitoko Maxakali: A criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização*. *Revista Antropológicas*, Recife, n. 15, v. 1, p. 49-78, 2004; COHN, Clarice. *A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/USP, São Paulo, 2000.

⁷ Ver (especialmente o capítulo 2) em WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

⁸ Ibidem, p. 19, 28-29, 38-45.

Refletindo sobre a avaliação

A prática docente não pode ser dissociada da prática pedagógica da instituição de ensino e do conjunto de profissionais que a compõe. Assim, a reflexão sobre os processos e procedimentos de avaliação deve estar alinhada às concepções da escola e a um conjunto de práticas que lhe dão suporte e fundamento, assim como precisa se ajustar às opções individuais de cada professor.

Entendemos a avaliação como um **processo contínuo, dinâmico, progressivo, flexível e aberto**. Procuramos refletir essa concepção oferecendo uma diversidade de atividades, abordagens, gêneros textuais e imagéticos, recursos de síntese e sistematização e possibilidades de respostas e resultados.

É importante destacar que as orientações para o desenvolvimento das atividades, os próprios enunciados das questões, assim como as sugestões de respostas do Manual do Professor podem ser adaptadas de acordo com o contexto e os sujeitos. A ampliação ou modificação destas propostas dependerá do seu repertório, vivências, práticas e escolhas pedagógicas e pessoais e do desenvolvimento das propostas em sala de aula. Sabemos que uma aula nunca é igual à outra, e que os contextos escolares são heterogêneos e dinâmicos e necessitam de soluções particularizadas e socializadas. A sua condução plena e autônoma do processo de aprendizado dos conteúdos apresentados no livro, é essencial para ampliar suas possibilidades de apreensão, reflexão e criação de um pensamento crítico e acumulado por parte do aluno. **Essa mediação entre o livro didático e a realidade escolar dependerá portanto do exercício constante da autonomia, da flexibilidade e das soluções particularizadas.**

Assim, as atividades sugeridas ao longo da obra, assim como as sugestões de respostas e de possibilidades de realização dos projetos e das atividades, seja em sala de aula, no diálogo com professores de outras disciplinas e turmas, seja em casa e grupos de estudo, são apenas diretrizes e objetivam indicar caminhos possíveis para suas concretizações. As maneiras como essas práticas serão avaliadas dependerão de uma opção contextualizada e pessoal, embora devam ser esclarecidas a todo o momento para o professor e os alunos. Caberá ainda ao professor selecionar possibilidades de análise das realidades locais e regionais para que o **conteúdo apreendido seja (re)significado** e se concretize o **diálogo entre teoria e prática**, eixo fundamental desta obra.

Além da avaliação sistemática do professor, a partir da análise e correção individual e coletiva das atividades aplicadas, dois caminhos bastante proveitosos e dinâmicos são: o da **autoavaliação**, possibilitando que cada aluno avalie as dificuldades e as potencialidades de suas respostas e resultados individuais; e o da **avaliação coletiva e compartilhada**, ou seja, cada grupo avalia os resultados das atividades realizadas pelos demais grupos a partir de critérios discutidos e definidos em sala de aula.

Considerando a organização da obra e a opção escolhida para a sua abordagem em sala de aula, destacamos diferentes momentos em que o diagnóstico do processo de conhecimento poderá ser efetivado:

– Ao longo de cada capítulo, nas seções que permitem uma aproximação com a realidade do aluno, questões contemporâneas e/ou que levantam questionamentos e reflexões direcionadas (veja adiante em *Organização da obra*);

– Ao final de cada capítulo com as seções de atividades propostas;

– Ao final de cada unidade ou grupo de capítulos (dependerá de sua opção conforme sugestões apresentadas mais adiante), com as atividades da seção *Concluindo* e as sugestões de atividades complementares presentes na parte específica deste manual.

A autonomia intelectual e o desenvolvimento das competências e do pensamento crítico implicam também na capacidade de sintetizar, julgar, avaliar, medir, discutir e concluir. O processo avaliativo não se restringe porém ao momento da realização das atividades. A interpretação e análise dos conteúdos apresentados, a aplicação desse conhecimento, a capacidade de relacionar, investigar, formular hipóteses, experimentar e outras habilidades possíveis de serem desenvolvidas a partir da obra, podem ser detectadas em vários suportes e linguagens que a obra oferece, tais como: leitura e interpretação de imagens (fotografias, cartuns, tirinhas, charges, ilustrações), mapas e gráficos; a busca dos seus significados específicos, as relações e os contextos de sua produção; as possibilidades de desenvolver a “imaginação sociológica” a partir das múltiplas interpretações das imagens, dos textos, dos dados estatísticos e geográficos, etc. (veja, especialmente, as orientações na parte específica deste manual).

A avaliação das habilidades e competências também pode ser referenciada nos eixos cognitivos comuns a todas as áreas do conhecimento propostos pelo Enem⁹, destacadas a seguir:

I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.

II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.”

⁹ Matriz de Referência para o Enem 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2012/edital-enem-2012.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013. Avalie detalhadamente a Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias procurando destacar as especificidades e as contribuições das Ciências Sociais e desta obra na consecução dos objetivos pedagógicos.

Importa destacar que a variedade de procedimentos e etapas de avaliação diagnóstica ao longo do processo de ensino e aprendizagem, poderá possibilitar a construção de um panorama mais adequado à realidade de cada aluno, no qual o professor será capaz de identificar o desenvolvimento de diferentes habilidades. A partir desse panorama, será possível repensar estratégias de ensino e de avaliação, de forma a retomar, revisar e ampliar os conteúdos nos quais os alunos demonstraram mais dificuldades.

Desde o início das estratégias de avaliação até o seu término efetivado com a sistematização das notas e outras formas de diagnóstico, é importante dialogar com o projeto pedagógico da escola, com a comunidade escolar (alunos, pais, professores, coordenadores, gestores e demais funcionários), permitindo que a avaliação da aprendizagem se configure em um processo contínuo, dinâmico, interativo e significativo.

A prática interdisciplinar

Em vários momentos da obra propomos um diálogo interdisciplinar seja com campos do saber diretamente relacionados aos conteúdos das Ciências Sociais (Economia, História, Geografia, Psicologia, Filosofia), seja com outras áreas do conhecimento (Biologia, Matemática, Física, etc). Ao nos depararmos com a questão da interdisciplinaridade, o que se coloca é a tarefa de romper com os obstáculos impostos por uma forma de pensar advinda, principalmente, das transformações que decorrem do processo de industrialização e da crescente divisão do trabalho e especialização dos saberes, que acompanharam as transformações nos processos produtivos e organizacionais da sociedade, atendendo, evidentemente, às necessidades do próprio processo de desenvolvimento da sociedade.

Contudo, a excessiva predominância das especializações e a fragmentação do conhecimento que decorrem deste processo, encontram uma aparente contradição com a realidade: por mais que a complexidade do mundo moderno necessite de uma ampla diversidade de áreas do conhecimento que possuam uma profundidade de saberes bastante particulares, a realidade segue operando em sua totalidade, como soma de múltiplas determinações. Para apreender os fenômenos sociais, depende-se, em grande medida, que se disponha a favor da ciência um conjunto de esforços conduzidos por diferentes áreas do conhecimento. Debruçadas sobre a mesma realidade, sobre os mesmos fenômenos sociais, cada área oferece diferentes perspectivas, evidenciando, cada uma à sua maneira, aspectos importantes para o desenvolvimento de uma compreensão mais apurada da realidade. Ao buscar romper as barreiras dos saberes engavetados que não se comunicam, abre-se a perspectiva de ampliação do entendimento em direção à apreensão da realidade em sua totalidade.

Evidentemente, a interdisciplinaridade depende destes esforços, mas isso, por si só, não garante que seja alcançada. Mais do que dispor e utilizar das diferentes áreas do conhecimento para decodificar o real, a efetivação da interdisciplinaridade não se alcança somente utilizando-se de diferentes “gavetas do conhecimento”. Um sociólogo pode até ser capaz de, em algum momen-

to, abrir a gaveta da Economia ou da História e utilizar-se desses conhecimentos em sua análise, mas somente garante um olhar totalizante dos fatos se romper com a condição estanque da apreensão do real: não se compõe o conhecimento da realidade simplesmente somando as partes explicativas que cada ciência oferece. É necessário, portanto, um esforço em direção ao entendimento holístico do mundo, mas que somente pode ser obtido com a inter-relação das disciplinas.

Sem que ocorra a negação das especialidades e das objetividades próprias de cada área e disciplina, a interdisciplinaridade confronta-se com as fronteiras do processo do conhecimento, reconduzindo o aprendizado a uma elevação substancial na maneira de compreender o mundo, mais dotado, sem dúvida, de conexão com os sentidos da realidade.

Podemos encontrar um esforço neste sentido nas *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Diante das dificuldades de se concretizar um ensino voltado à interdisciplinaridade, mas que não prejudique nem descaracterize as disciplinas, recorre-se ao esforço de promover ações que se concentre em conjunto e também cada uma delas na construção de competências gerais. Há o apelo de que a interdisciplinaridade não ocorre quando se divide, entre diferentes disciplinas, o mesmo tema.

Se o professor de Sociologia escolher seguir por esse caminho, não encontrará grandes dificuldades em elaborar uma metodologia de ensino verdadeiramente interdisciplinar. As próprias competências específicas das Ciências Sociais, sugeridas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, abrangem conhecimentos de Sociologia, Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia. Mas também podem facilmente dialogar com outras áreas do conhecimento sem que diferentes professores tenham de trabalhar um mesmo tema.

As competências específicas da Sociologia foram estabelecidas a partir de três categorias definidas como fundamentais para as Ciências Sociais presentes no Ensino Médio: **cidadania, trabalho e cultura**. Esses três conceitos, além de amplamente estudados pelas Ciências Sociais, permitem ao professor de Sociologia dialogar com qualquer área do conhecimento, pois nenhuma competência pode se desprender completamente destas esferas conformadoras da vida social.

A partir desses conceitos, foram estabelecidas três competências à Sociologia: **“representação e comunicação”**, **“investigação e compreensão”** e **“contextualização sociocultural”**. Todas contêm uma abrangência dos saberes que transpassam as fronteiras estanques do conhecimento, exigindo, não do professor, mas do contexto ensino/aprendizado, que se concentre o maior número de saberes possíveis para transgredir o imediatismo dos fatos.

Contudo, o objetivo da interdisciplinaridade no ensino de Sociologia na grade curricular do Ensino Médio, ainda mais explicitamente que em outras disciplinas, somente pode ser alcançado se de fato se questiona a finalidade da educação com vistas à ruptura com o “ensino bancário”. Afinal, o objetivo da educação, muito mais que a transferência do saber, é a formação de sujeitos sociais, éticos, políticos, dotados de consciência crítica e da importância da liberdade e da autonomia.

3. ORGANIZAÇÃO DA OBRA

A estruturação do livro permite uma grande intervenção do professor, oferecendo condições variadas de uso e montagem de um plano de organização do conteúdo. O livro está estruturado em três grandes unidades (Cultura, Sociedade, Poder e Cidadania), mas pode-se facilmente pensar outras estruturas de apresentação do conteúdo, conforme o interesse e a formação do professor, a realidade cultural e social dos alunos, as opções pedagógicas na prática escolar, o tempo dedicado à cada conteúdo e o interesse dos alunos.

Como estruturarmos a obra? Essa questão levou um tempo considerável para ser respondida. Como uma opção por investir de fato nos conteúdos das três ciências sociais relacionadas nos *PCN* e *PCN+*, precisávamos organizar o livro de forma a realçar essa concepção, ao mesmo tempo em que deveríamos construir uma obra que tivesse um uso flexível e adaptável às situações de cada professor/a em sala de aula.

A estratégia adotada foi estabelecer uma estrutura comum às três áreas, de forma a possibilitar essa flexibilidade na prática. Organizamos o trabalho em torno de três eixos, que se tornaram as três unidades que compõem o livro: **Unidade 1 – Cultura (Antropologia); Unidade 2 – Sociedade (Sociologia); Unidade 3 – Poder e Cidadania (Ciência Política).**

O segundo momento, depois de decidir pelos três eixos, foi adequar cada um deles ao conteúdo solicitado pelos *PCN*. Essa adequação nos levou a adaptações e algumas decisões, a fim de manter uma estrutura viável. Alguns temas foram alocados nos eixos, mas poderiam estar em outros (há temas que são tratados transversalmente pelas três disciplinas, como “globalização” ou “diferença social, estratificação social”, entre outros).

De modo geral, chegamos a uma forma bastante equânime e produtiva. Cada uma das unidades foi dividida em cinco capítulos e cada um dos capítulos em cinco partes. Tivemos o cuidado de manter uma estrutura bastante simétrica, tanto para deixar o entendimento do livro mais claro ao aluno, quanto para facilitar o uso do professor (no caso de optar por outra ordem de exploração do conteúdo).

As unidades seguem mais ou menos a mesma estrutura: os três primeiros capítulos de cada uma delas tratam de temas que poderíamos chamar de clássicos, descritos a seguir:

- Nos capítulos 1, 2 e 3 (Unidade 1 – Cultura) tratamos de **evolucionismo, diversidade cultural, etnocentrismo, cultura, estrutura, estrutura social, etnicidade e identidade**;

- Nos capítulos 6, 7 e 8 (Unidade 2 – Sociedade) tratamos da **formação clássica da disciplina (Marx, Weber e Durkheim), ação social, coesão social, transformação social, entre outros**, depois lidamos com as **reflexões clássicas sobre o trabalho** e por fim do tema das **estratificações sociais**.
- Nos capítulos 11, 12 e 13 (Unidade 3 – Poder e Cidadania) foram desenvolvidas as noções de **poder, Estado, cidadania, pensamento político clássico, globalização, movimentos sociais**.

Assim, os três primeiros capítulos de cada unidade compõem o núcleo “básico” de cada área. Embora sejam temas clássicos, todas as unidades avançam para uma discussão contemporânea sobre os temas, em alguns momentos relacionando-os com o Brasil contemporâneo. Ou seja, embora lidando com o pensamento clássico das Ciências Sociais, tivemos a preocupação em não isolar esse pensamento dos processos sociais do mundo contemporâneo.

A seguir, cada unidade, em seu quarto capítulo (capítulos 4, 9 e 14), dedica-se especificamente a discutir as Ciências Sociais no Brasil, relacionando o desenvolvimento dessas ciências com os momentos históricos de sua produção, tentando demonstrar como as teorias tratadas nos primeiros capítulos foram lidas e abordadas pelos estudiosos do país. Tratamos de construir uma síntese da história da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política no Brasil, mas que também é em si uma reflexão sobre a história do Brasil, principalmente dos séculos XIX e XX e do presente século XXI. Pretendemos costurar a relação entre as teorias gerais e o seu uso (e também a sua produção) por intelectuais brasileiros.

Finalizando cada uma das unidades, temos capítulos sobre as teorias contemporâneas das Ciências Sociais. Os capítulos 5, 10 e 15 têm como objetivo demonstrar a vitalidade das Ciências Sociais, destacando estudos contemporâneos que buscam entender o mundo social a partir de múltiplas posições, visões e ideologias. Obviamente, é impossível esgotar o vasto panorama da ciência social contemporânea, extremamente diversificado. Os capítulos fazem recortes a partir de temáticas que consideramos efetivamente mais relevantes para o aluno. Essa ciência social contemporânea é complexa e frequentemente hermética, o que nos levou a uma difícil tarefa de transformar essa complexidade em um conhecimento acessível ao aluno.

Além das três unidades, o livro conta com uma Introdução que vai além de meramente apresentar o livro. Ela busca explicar o que são as Ciências Sociais, como elas se estruturam no Brasil, o que é e como se

produz um conhecimento científico sobre o social e, finalmente, quais são as contribuições primordiais das Ciências Sociais. A introdução baseia-se em um arco epistemológico, lidando com a definição de **conceito, método e teorias** e pretende apresentar ao aluno tanto uma forma de pensar como sua relação com a vida ao nosso redor: as Ciências Sociais são conhecimento vivo e dinâmico.

A estrutura básica, como vimos, é dividida em unidades e também em temas. Essa organização em duas ordens possibilita a você, professor, uma grande capacidade de intervenção na estruturação do seu próprio curso. De forma geral, os três primeiros capítulos tratam da virada do século XIX para o século XX, possibilitando ao professor, caso seja de seu interesse, uma organização que pressuponha uma continuidade entre os três primeiros capítulos de cada unidade (exponemos a seguir um pequeno quadro com sugestões). A estruturação de qual ordem utilizar para distribuir esses três primeiros capítulos é bastante flexível (mas seria importante apenas considerar que é recomendável primeiro se aventurar na Sociologia clássica para depois discutir o Estado e o poder, pois essa última discussão pressupõe o debate sobre o trabalho de Weber, realizado no primeiro capítulo da Unidade 2 – Sociedade). Após os clássicos, passaríamos às teorias contemporâneas ou à história das Ciências Sociais no Brasil, conforme seu interesse ou objetivo.

Assim, quando pensamos a organização e a estruturação do livro pretendemos ampliar as possibilidades de sua intervenção, que pode optar por seguir o arco disciplinar proposto para cada unidade, pode preferir um arco temático (dedicando-se aos clássicos, contemporâneos e às Ciências Sociais no Brasil), ou ainda uma mistura das duas opções, seguindo cada arco temático numa sequência disciplinar (os três primeiros capítulos de cada unidade, seguidos dos quartos capítulos, depois dos capítulos finais).

O projeto gráfico pretende facilitar esse trabalho, obviamente: as unidades estão divididas em cores distintas, e os núcleos temáticos de cada unidade são sinalizados por pequenas bandeirolas coloridas no sumário: cor verde-amarela para o núcleo “nacional” e cor rosa para o núcleo contemporâneo.

Usamos aqui os números dos capítulos: Unidade Cultura (capítulos 1, 2, 3, 4 e 5); Unidade Sociedade (capítulos 6, 7, 8, 9 e 10) e Unidade Poder e Cidadania (capítulos 11, 12, 13, 14 e 15).

Sequências dos capítulos de acordo com a opção metodológica do professor		
Arco disciplinar	Arco temático	Arco misto
Sequência: Introdução, capítulos 1 ao 15.	Sequência: Introdução, 6, 11, 1, 7, 8, 2, 3, 12, 13, 4, 9, 14, 15, 5	Sequência: Introdução, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 4, 9, 14, 5, 10, 15

Essas três sugestões são apenas possibilidades: o professor, conforme seus interesses, conforme a ex-

periência de vida dos alunos e ainda conforme sua formação, pode optar por alterar, dentro desses arcos, a ordem tanto disciplinar quanto temática. É possível iniciar cada arco temático com sua disciplina de preferência, é possível inverter a ordem temática nacional com a contemporânea, etc. Mas é recomendável uma boa análise da melhor opção, pois alguns assuntos seriam mais bem apreendidos em determinadas sequências. Os exemplos do quadro configuram opções pensadas a partir da ideia de facilitar a compreensão tanto temática como disciplinar.

É preciso agora discorrer um pouco sobre as estruturas didáticas que nos auxiliam ao longo de cada capítulo. Trata-se de um conjunto de boxes variados, que se repete ao longo de todo livro.

- A seção **Perfil** trata de um ou mais autores por capítulo, de forma a oferecer uma pequena biografia de um autor especialmente relevante para o tema do capítulo.
- O boxe **Para saber mais** lida com conjuntos extras de informações, objetivando complementar e aprofundar conceitos, contextos e debates tratados no capítulo.
- Na seção **Assim falou...** destacamos citações relevantes ao tema discutido, retiradas de textos dos autores que são referências nos capítulos.
- Os termos mais difíceis são explicados na seção **Léxico**, sempre na margem lateral da página em que aparecem.
- O boxe **Você já pensou nisto?** tem importância fundamental para a estruturação do livro. Como uma das diretrizes de construção do seu conteúdo é a importância da contextualização sociocultural, ou seja, o destaque para uma interação entre o conhecimento escolarizado das Ciências Sociais e a vida do aluno, elaboramos esse boxe como um eixo de **integração**. Buscamos despertar o olhar do aluno para determinadas relações entre o conhecimento e a realidade, propor questionamentos que estimulem o pensamento crítico e também a capacidade de abstração. Elaborado em tom de questionamento, marcando pausas reflexivas ao longo das cinco partes de cada capítulo, a seção foi pensada também para favorecer atividades ao longo do capítulo. Caso o professor deseje, essas pausas têm um grande potencial para gerar discussões coletivas, por um lado, e de gerar ideias para projetos de pesquisa, por outro. O **Você já pensou nisto?**, portanto, é pensado como um artifício pedagógico de aprendizado: serve como uma pausa e uma pequena revisão do conteúdo na aula; como um exercício a ser feito em classe ou em casa, em qualquer configuração de grupo ou mesmo individualmente; como um instrumento de aproximação do mundo do aluno ao contexto das Ciências Sociais; como artifício de estímulo ao pensamento crítico. Seguindo a estratégia geral de dar ao professor ampla liberdade de escolha, pode ser utilizado da forma mais conveniente no contexto da aula, ser retomado ao final do aprendi-

zado do capítulo (e de formas múltiplas ao longo de todo o curso).

- Ao final de cada capítulo, o box **Você aprendeu que...** oferece uma síntese por tópicos do conteúdo do capítulo, com o intuito de facilitar a sua sistematização.

As atividades são apresentadas em três seções no fim de cada capítulo e uma seção mais abrangente no final de cada unidade.

I) A primeira seção de atividades, intitulada **Revedo**, apresenta cinco questões que visam levar o aluno a retomar e organizar o que foi estudado e a sistematizar os conteúdos mais relevantes. É possível articular e explorar essa primeira seção de atividades com o box **Você aprendeu que...**, com a finalidade de destacar os principais conceitos trabalhados no capítulo.

II) A próxima seção de atividades, **Interagindo**, tem como finalidade explorar habilidades de correlação, compreensão e contextualização sociocultural do conhecimento. Estruturada a partir de letras de música, poemas, charges, tirinhas e imagens, oferece espaço para uma interpretação mais livre do conhecimento trabalhado no capítulo. Essas diferentes modalidades de texto e de imagem pretendem servir como gatilhos para uma reflexão um pouco mais abstrata que a da seção anterior. Se na seção anterior pretendemos uma síntese dos conceitos principais, aqui a função é dialogar, pensar e refletir com os conceitos. A estratégia para fazer essa correlação produtiva e mais livre é explorar nesses artefatos culturais o potencial de levantar desafios e reflexões que se podem relacionar com o conteúdo do capítulo.

III) A terceira seção de atividades, intitulada **Contraponto**, constitui-se numa espécie de desafio intelectual. A partir de artefatos culturais semelhantes aos da seção anterior (poemas, imagens, charges, letras de música, artigos, etc.), mas cuja relação com o capítulo é menos evidente, pretende-se que algum texto seja produzido em diálogo com o capítulo. Caminhamos num esquema de abstração crescente, da primeira para a terceira seção de exercícios: nessa última, temos espaço para um uso muito mais independente das ferramentas utilizadas no capítulo e a intenção é que o aluno seja capaz de produzir um texto autoral sobre a relação do artefato com o capítulo. Deve-se notar que as sugestões de resposta só podem ser, nesse caso, uma referência, pois a intenção não é avaliar a correção (embora ela deva ser considerada), mas avaliar a capacidade de abstração e de correlação. Assim, as três seções de atividades oferecem um grau de complexidade e abstração crescentes.

IV) A quarta seção de atividades, apresentada ao final de cada unidade, tem como objetivo justamente “fechar” o ciclo iniciado pelas seções anteriores e chama-se **Concluindo**. Nesta seção é mais frequente o uso de trechos de textos de estudiosos ou artigos de revistas, jornais e obras, além de imagens, poemas, quadinhos, cartuns, letras de músicas, etc. Depois da força de abstração mais intensa que caracteriza o **Contraponto**, passamos a um voo menos abrangente e mais

pontual, bastante semelhante ao uso que se faz do conhecimento em vestibulares e no Enem. Optamos, porém, por respostas ainda no formato de texto, para ajudar a desenvolver tanto a capacidade argumentativa quanto a produção de textos. Sempre que possível, são evidenciadas as propostas e os diálogos interdisciplinares, destacando-se as áreas de Geografia, Estatística, Economia, Biologia, História e Filosofia.

Em relação aos exercícios, não especificamos como devem ser oferecidos aos alunos. Todos eles comportam dimensões coletivas de aprendizado e seria interessante que o professor utilizasse formas variadas de organização de grupos, duplas, etc. para aplicá-los. Eles podem ser feitos tanto em casa como em sala de aula, ficando a cargo do professor a melhor maneira de explorá-los. Todos eles, especialmente aqueles da terceira e quarta seções, comportam também projetos de pesquisa, pois levantam questões que podem ser objeto de uma reflexão mais sistemática como projetos de investigação que o professor estimule seus alunos a seguir. Outras atividades são sugeridas neste Manual do Professor na seção **Atividades complementares** existente na parte específica das orientações pedagógicas de cada unidade.

O livro apresenta ainda, ao final de cada capítulo, um conjunto de indicações de leitura, tanto relativas efetivamente às Ciências Sociais, quanto de uma literatura mais vasta. Procuramos selecionar romances cujas tramas, perspectivas e narrativas se relacionassem com os conteúdos, mesmo que tangencialmente. Nesse sentido, a própria leitura de alguns desses romances pode se configurar num exercício de abstração para estimular o aluno a relacionar o conteúdo do livro com os conteúdos das Ciências Sociais. Indicações de filmes, documentários e de *websites* também são oferecidas na mesma seção e podem também ser objeto de investimento reflexivo pelo professor e pelos alunos. Estas sugestões estabelecem pontes interdisciplinares, especialmente com a Literatura e a Arte, mas atravessam temas da História, da Geografia, da Filosofia e outras áreas do conhecimento.

Ao final do livro encontra-se a seção **Biografias**, com uma pequena biografia dos principais estudiosos citados ao longo do livro e que não foram abordados no **Perfil** do capítulo, com o intuito de situá-los no tempo, no espaço e na história das Ciências Sociais. O **Índice remissivo** traz autores, conceitos e palavras que foram referenciados no livro. Por fim, em **Bibliografia** apresentamos as principais referências bibliográficas divididas por capítulo.

Para finalizar essa parte sobre a estrutura do livro, vale justificar e destacar a importância do projeto gráfico, baseado na linguagem do grafite e na arte de rua (*street art*). O projeto gráfico aparece como uma dimensão da opção conceitual do livro, pensado com o intuito de relacionar o conteúdo apresentado com a vida do aluno. O princípio de intervenção artística da arte de rua é, por assim dizer, relacionar um mundo crítico de reflexões com a cidade, com o muro, a rua, a casa. Mesmo no universo rural, temos os gra-

fismos e as formas de intervenção visual e gráfica como veículo de manifestação artística e social. Esse mecanismo de produção artística é em tudo paralelo às Ciências Sociais: conceitos abstratos para pensar o real. A Arte desenha conceitos, faz conexões inusitadas, estimula a pensar na fronteira entre conceito e realidade, é crítica e atuante. Ela traz o mundo das ideias para o mundo concreto (e do concreto, em muitos casos).

Níveis crescentes de complexidade

O livro foi pensado como um caminho pelas Ciências Sociais que facilite a compreensão do aluno ao longo de um percurso educativo. Nesse sentido, levamos em conta uma progressão de complexidade dos argumentos tanto entre as unidades como ao longo de cada uma delas. Buscamos facilitar o aprendizado do aluno com um desenvolvimento gradual da complexidade sem no entanto restringir a forma de utilização do livro. Assim, optamos por dois vieses de complexificação: no interior de cada unidade e entre as diferentes unidades.

No interior de cada unidade, o caminho é o seguinte: os conceitos básicos são apresentados no primeiro capítulo. Na **Unidade 1**, o Capítulo 1 fala de **diferença e alteridade**; na **Unidade 2**, apresenta os pontos de vista dos **três autores fundadores**; na **Unidade 3**, trata do **Estado e do poder**. Todos esses assuntos são básicos para estruturar a reflexão apresentada nos capítulos seguintes. Na **Unidade 1**, o segundo capítulo avança a reflexão sobre **diferença**, tratando de **relativismo e etnocentrismo**; na **Unidade 2** seguimos com uma reflexão sobre o **trabalho**; na **Unidade 3** apresentamos a **globalização**.

Etnocentrismo, trabalho e globalização são complexificações das temáticas levantadas nos primeiros capítulos das respectivas unidades, ao mesmo tempo em que trazem outras informações necessárias ao entendimento do terceiro capítulo de cada unidade, que representa um conhecimento já mais próximo do mundo contemporâneo e introduz um nível maior de abstração, com discussões sobre **estrutura, estrutura social, etnicidade, identidade, grupos funcionais, classes sociais, dialética, estratificação social, grupos de status, classes médias, cidadania, movimentos sociais, ação coletiva, participação cívica e revoluções**. Todos esses temas são apresentados numa ordem lógica de estruturação pedagógica, resultando da abstração gradual dos capítulos anteriores.

Nas três unidades, o quarto capítulo é sobre as **Ciências Sociais no Brasil**. Isso porque só depois de conhecer os principais conceitos o aluno tem condições de perceber como eles se relacionam com a história das Ciências Sociais e com a sociedade em que vivemos. Nesse sentido, o livro expõe também uma estratégia de aproximação gradual do universo conceitual das Ciências Sociais ao mundo do aluno. Embora essa aproximação esteja presente ao longo de todos os capítulos, especialmente por meio da seção **Você já pensou nisto?**, pensamos também num caminho gra-

dual de integração entre o mundo conceitual e a experiência do aluno na estruturação dos capítulos dentro de cada unidade.

Por fim, o quinto capítulo de cada unidade alcança o maior grau de abstração, pois aponta para questões relativas aos **temas contemporâneos das Ciências Sociais**. Ou seja, é necessário passar pelos capítulos anteriores para entender as pesquisas e dimensões das Ciências Sociais contemporâneas.

O livro apresenta também um nível de complexificação entre as unidades. A **Unidade 1**, por lidar com questões facilmente identificáveis ao cotidiano do aluno (**diferença, relativismo, preconceito**, etc.) pode ser considerada uma entrada mais suave no campo das Ciências Sociais. A **Unidade 2** apresenta um nível ligeiramente mais intenso de complexidade, pois lida com noções mais abstratas, como **ação e estrutura**. A **Unidade 3**, com sua diversidade de temas como **poder, globalização e cidadania**, exige um grau maior de abstração justamente por sua variedade, embora o percurso seguido para chegar a ela favoreça essa atitude mental, sobretudo o estudo dos conceitos vistos na Unidade 2.

Seguir a ordem descrita acima não é, entretanto, a única forma de usar o livro. É plenamente possível um uso mais livre, sempre levando em conta a estrutura de complexificação. O professor pode, por exemplo, enfrentar primeiro todos os capítulos iniciais (capítulos 1, 6 e 11), que apresentam similaridade estrutural entre si, pois lidam com conceitos fundamentais das três áreas das Ciências Sociais. O mesmo pode ser feito com os demais capítulos: estudar, por exemplo, os capítulos 2, 7 e 12; e assim por diante. Essa opção não desestrutura nossa concepção pedagógica e mantém um caminho de aprendizado bastante eficiente.

A opção do professor deve levar em conta também em que momento do Ensino Médio serão ministradas as aulas. No caso de iniciar o estudo de Ciências Sociais no primeiro ano do Ensino Médio, sugerimos começar pela Unidade 1 em sua totalidade, por ser essa a mais fácil de ser explicada e entendida. O desenvolvimento das duas unidades seguintes pode ser mesclado, conforme o discernimento do professor, apenas atentando para o fato de que não seria recomendável apresentar o capítulo 10 antes do 8, o 8 antes do 7 e o 7 antes do 6. O mesmo raciocínio serve para os capítulos da Unidade 1 e da Unidade 3. Apenas os capítulos sobre as Ciências Sociais no Brasil podem, sem prejuízo, serem apresentados por último em cada unidade, se o professor assim o desejar.

Cabe ao professor decidir como usar o livro a partir de sua experiência e de acordo com as particularidades da classe, mas sempre atento aos dois níveis propostos. Dessa forma, o livro oferece ao aluno um caminho pedagógico eficiente e ao professor liberdade de escolha na maneira de apresentar o conteúdo sem perder esse caminho.

Estrutura da obra		Boxes e seções	
Introdução			
Unidade 1 Unidade 2 Unidade 3	5 capítulos em cada unidade	Imagem e texto de abertura de cada unidade e capítulo	
		Texto principal dividido em 5 itens	
		<i>Perfil</i>	
		<i>Você já pensou nisto?</i>	
		<i>Para saber mais</i>	
		<i>Assim falou...</i>	
		<i>Léxico</i>	
		<i>Você aprendeu que</i>	
		Atividades no final do capítulo	<i>Reverendo</i>
			<i>Interagindo</i>
	<i>Contraponto</i>		
	Sugestões de livros, filmes e sites.		
	Seção final de unidade	Atividades no final de cada unidade <i>Concluindo</i>	
Biografias	Autores citados ao longo dos capítulos		
Índice remissivo	Conceitos, termos e autores fundamentais		
Bibliografia	Referências bibliográficas divididas por capítulo		

anotações

4. BIBLIOGRAFIA

Apresentamos a seguir uma lista de referências bibliográficas que embasaram este Manual do Professor e que poderão auxiliá-lo na reflexão de sua prática pedagógica.

ALVAREZ, Miriam. *Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização*. *Revista Antropológicas*, Recife, n. 15, v. 1, p. 49-78, 2004.

ARENDRT, Hannah. *A vida do espírito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BRAGANÇA, Sanderson Dias. *Sociologia no Ensino Médio: mais cem anos de luta*. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/006/06sociologia.htm>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BRITO, Sílvia Helena Andrade de. Produção de manuais didáticos e o ensino de Sociologia na escola média em dois momentos históricos (1935-1989). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 58-75, maio 2010.

CANDIDO, Antonio. (1949). Sociologia: ensino e estudo. *Sociologia, Revista Didática e Científica*, XI (3): 275-289, set., São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

CARVALHO, L. M. G. *Sociologia e Ensino em debate*. Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Ed. Ijuí, 2004.

CASÃO, C. D. C.; QUINTEIRO, C. T. Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 225-238, jan./jun. 2007.

COHN, Clarice. *A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/USP, São Paulo, 2000.

DUBET, François. Quando um sociólogo quer saber o que é ser professor. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, set./out./nov./dez., 1997. Disponível em: <www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_19_angelina_e_marilia.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1976.

FRANÇA, T. M.; HANDFAS, A.; SOUZA, A. M. *A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro*. Disponível em: <www.sigma.ufrj.br>. Acesso em: abr. 2013.

HANDFAS, A.; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de Sociologia nas escolas de nível médio. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 131-142, jan./jun. 2007.

IANNI, Octávio. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.

KRASILCHIK, M. As relações pessoais na escola e a avaliação. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Org.). *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. p. 165-176.

LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Angela (Org.). *Crianças indígenas, ensaios antropológicos*. São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002.

OLIVEIRA, L. F.; HANDFAS, A. (Org.). *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2009.

MACHADO, Celso de Souza. O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*. v. 13, n. 1, p. 115-142, 1987.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. *Revista Mediações* (UEL), v. 12, p. 31-66, 2008.

MORAES, Amaury César; GUIMARÃES, E. F.; TOMAZI, N. D. *Orientações Curriculares Nacionais – OCN: conhecimentos de Sociologia*. Brasília: MEC, 2006.

MORAES, Amaury César (Org.). *Sociologia: Ensino Médio*. Coleção Explorando o Ensino; v. 15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

_____. Por que Sociologia e Filosofia no Ensino Médio? *Revista de Educação*, 10: 50-52, abr., São Paulo: Apeoes, 1999.

_____. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social – USP*. p. 5-20, abr. 2003.

MOTA, K. C. C. S. Os lugares da Sociologia na formação de estudantes do Ensino Médio: as perspectivas dos professores. *Revista Brasileira de Educação*. n. 29. maio/jun./jul./2000.

SARANDY, Flávio. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio. *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, n. 5, out. 2001.

SILVA, I. F. *A Sociologia no Ensino Médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina*. Natal: Cronos, 2007. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/8.2/d3.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.

TASSINARI, Antonella. *Concepções indígenas de infância no Brasil*. *Tellus*, ano 7, n. 13, out. 2007, p. 1-25.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

5. ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS E SUGESTÕES DE RESPOSTAS

INTRODUÇÃO | O QUE É A SOCIEDADE?

O objetivo desta Introdução é explicar, de modo geral, o que são Ciências Sociais, como operam e para que servem. Essa não é uma tarefa simples, pois o texto exige do leitor certa capacidade de abstração, uma vez que aborda conceitos, métodos, ideologia e outros temas específicos. Como são discutidos vários conceitos que fundamentam a produção das Ciências Sociais, a leitura desta *Introdução*, cujo conteúdo é essencial para os alunos, deve ser feita de preferência com o acompanhamento do professor. A seguir, abordamos cada item da *Introdução*, sugerindo alguns exemplos e comentários que podem facilitar o trabalho do professor e o aprendizado dos alunos.

1. A vida em sociedade

Neste item introduzimos uma reflexão sobre o significado de sociedade, sobre a vida em sociedade e suas implicações. Pretende-se que o aluno reconheça a complexidade do mundo ao seu redor e perceba que as Ciências Sociais surgiram da necessidade de compreender melhor essa complexidade. A seção ***Você já pensou nisto?*** (p. 9) representa uma primeira oportunidade para aproximar as questões das Ciências Sociais do cotidiano e do entorno do aluno. Neste momento, aproveite para reforçar a estreita relação das Ciências Sociais com a vida de todos nós, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico e a prática de uma cidadania consciente. Assim como a sociedade é complexa, também o são as Ciências Sociais, que não operam com base em um consenso, mas, ao contrário, convivem com visões distintas da realidade. Ao longo do livro, tivemos a preocupação de reafirmar as complexidades da vida social e suas consequências e efeitos, como, por exemplo, as diferentes formas de distribuição da riqueza e de exercício do poder, as condições de vida em cada sociedade, etc.

Um dos recursos do método de análise das Ciências Sociais consiste em *desnaturalizar* o que parece óbvio, “natural” e evidente, olhar para além das aparências e identificar modos menos evidentes de funcionamento do mundo social. O aluno precisa entender o que queremos dizer com “desnaturalização”. Usamos o exemplo do trabalho feminino como algo a ser desnaturalizado. Outro exemplo interessante seria a naturalização de certos estereótipos que fundamentam o racismo. Uma boa estratégia para enriquecer a aula pode ser uma reflexão sobre como o racismo pressupõe uma imagem do Outro que o coloca sempre em posição desfavorável mas que aparece como “natural”.

2. As Ciências Sociais

Aqui a intenção é demonstrar como as Ciências Sociais adquiriram *status* de ciência, com rigor metodológico e conceitual. Na verdade, nem toda ciência social é considerada efetivamente como ciência: é o caso de linhas teóricas como o pós-modernismo antropológico, por exemplo. Entretanto, é importante deixar claro para o aluno que as Ciências Sociais se constituíram como uma tentativa de fazer ciência sobre a sociedade e por isso até hoje conservam esse nome. Para muitos cientistas sociais, o trabalho que fazem continua a ser uma ciência, apesar de esse campo do conhecimento apresentar características peculiares, muito diferentes das ciências exatas e biológicas.

Este é um bom momento para começar um projeto coletivo, que pode facilitar o entendimento do aluno sobre o que são as Ciências Sociais. Sugerimos um tema como a violência, por exemplo. Podemos indagar qual seria a abordagem de um cientista social sobre esse tema. Como ele construiria suas hipóteses? O que interessaria a ele saber sobre a violência? Para simplificar, o professor pode direcionar o tema para um aspecto muito próximo da vida de qualquer aluno brasileiro: a televisão. Como a violência aparece na televisão? Com base nessas indagações, provavelmente poderemos perceber que as opiniões são muito variadas, desde o “há muita violência na televisão” até o “não há muita violência”. A ideia aqui é levar o aluno a refletir sobre como responder a essa pergunta mesmo diante de opiniões tão diferentes.

Ainda neste item, descrevemos brevemente as principais Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Neste primeiro contato, não fazemos uma abordagem aprofundada, já que o livro trata de forma detalhada as três disciplinas, e o aluno terá tempo para apreender as diferenças e semelhanças entre elas ao longo do curso. Tratamos apenas de expor os objetivos principais e as particularidades de cada uma das ciências que constituem o tema deste livro e serão abordadas em detalhe nas três unidades da obra.

3. Como funcionam as Ciências Sociais?

Este item discute questões mais abstratas sobre **conceito** e **método**. A intenção é oferecer um panorama geral de como operam as Ciências Sociais na busca de respostas às suas perguntas. É importante que o aluno compreenda que o conceito é fundamental para definir o que o cientista social pretende afirmar.

Convivemos com diferentes interpretações do mesmo conceito, como no caso que tomamos como exemplo

(“violência”). Nossos conceitos sobre o mundo, porém, também variam com a História, como dito no boxe **Você já pensou nisto?** (p. 18). Para trabalhar com essa perspectiva em sala de aula, podemos utilizar um conceito muito presente na vida de todo e qualquer estudante: a infância, ou a adolescência. Esses são dois conceitos recentes na história da humanidade, e que são muito típicos da nossa sociedade, não existindo em outras. É possível sugerir aos estudantes uma pesquisa rápida na internet ou em livros sobre a “história da infância”, ou “história da adolescência”, de maneira a questionar esse conceito que nos é apresentado como algo “natural”, “biológico”. A partir dessa experiência é possível também apresentar aos alunos uma perspectiva interdisciplinar das Ciências Sociais com a História. A leitura da obra do historiador Philippe Áries poderá ajudá-lo nesta proposta: *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LTC (1981).

Retomando o exemplo da violência, a sequência de uma discussão a respeito das diferentes opiniões sobre a violência na televisão poderia ser uma pequena pesquisa sobre o tema. Você pode sugerir, por exemplo, que os alunos assistam a programas de televisão durante uma ou duas horas, em canais e horários diferentes, e façam anotações descrevendo cenas e aspectos que considerarem violentos.

Ainda não é o momento de definir o que é violência. O importante aqui é deixar os alunos buscarem na televisão o que consideram manifestações de violência. O resultado dessa busca deve produzir uma grande variedade de descrições do que pode ser violência – desde desenhos animados até filmes e cenas de telejornais. Essa variedade pode indicar o caminho para o aluno entender o conceito. Tudo aquilo é violência? Como definir uma reflexão sobre violência na televisão se a própria definição de violência pode variar tanto? O exercício serve para demonstrar como é importante, em Ciências Sociais, definir exatamente o que se quer dizer, o que se pretende verificar ou analisar. A seguir, os alunos podem chegar a um acordo sobre uma definição (por exemplo, considerar como “objeto da pesquisa” tudo aquilo que todos concordam que é violência, ou qualquer outra definição que lhes pareça lógica). Nesse processo, algumas opiniões serão vencidas, e isso é importante para que os alunos percebam o que significa fazer uma ciência sem consenso.

O próximo passo é o método: uma vez definido o que é violência, o que fazer com os dados coletados? Podemos ilustrar a diferença entre o método quantitativo e o qualitativo. Os dados coletados pelos alunos permitem apenas uma tabulação (quantas cenas violentas aparecem por hora no canal X, por exemplo), ou seja, os dados permitem apenas uma metodologia quantitativa. Mas já seria possível concluir, por exemplo, que a programação do canal X é mais violenta do que a do canal Y, ou que não há muita diferença entre eles. Para fazer uma pesquisa qualitativa, seria interessante ampliar o exercício, sugerindo aos alunos que perguntem a pessoas da família (ou a vizinhos) se consideram a programação de TV violenta ou não. Depois de ouvir e anotar as respostas de duas ou três pessoas, o aluno deve trazer para a classe os dados coletados. Esses novos dados podem

ser analisados com base em uma metodologia qualitativa: considerando todas as opiniões, qual delas prevalece? Há diferenças de opinião por gênero (ou seja, os homens tendem a achar a programação mais ou menos violenta do que as mulheres)?

Essa pequena pesquisa pode ilustrar a diferença entre os dois métodos. De posse de todas as informações, os alunos poderiam contrastar as duas fontes de dados: a que produziram assistindo à programação e a opinião dos familiares (ou amigos e vizinhos). Vale a pena estimular a classe a pensar sobre esses dois conjuntos de dados, de modo a obter algumas conclusões: a programação parece violenta, mas as pessoas não a consideram assim? Ou o contrário? Ou a programação parece violenta e as pessoas a consideram de fato violenta? Esse exercício, ou outro semelhante, pode ajudar o aluno a entender um pouco do mecanismo das Ciências Sociais.

4. Ciências Sociais: informações e pensamento crítico

O objetivo aqui é demonstrar a utilidade das Ciências Sociais, por meio das informações que produz ao tentar responder a suas próprias perguntas. Uma pesquisa sobre o que as pessoas de um bairro popular pensam do atendimento à saúde, por exemplo, pode ser muito útil à prefeitura da cidade: dados produzidos numa pesquisa como essa podem subsidiar a elaboração de políticas públicas por parte dos poderes administrativos. Na verdade, qualquer política social pode se beneficiar de dados produzidos pelas Ciências Sociais.

Dados como esses são úteis (mesmo quando o poder público não faz nada), ao fornecer subsídios para reivindicações de populações que se sentem discriminadas e privadas de seus direitos. Um grupo indígena, por exemplo, com base em pesquisas antropológicas sobre sua forma de vida, pode lutar pela criação de uma área reservada onde possa continuar a viver segundo seu modo de vida. Claro que tais dados são também importantes para a produção de ações sociais de vários tipos, mesmo quando não envolvem o Estado, como no caso de Organizações Não Governamentais (ONG) que pretendem defender determinadas populações.

As Ciências Sociais trabalham não apenas produzindo informações que chamamos de “primárias”, ou seja, observadas diretamente pelo cientista social em campo, mas também fazendo e respondendo perguntas a partir de informações de fontes “secundárias”. Nesse caso, trabalhamos com o cruzamento de informações de diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de respondermos a uma pergunta sociológica.

No senso comum, é frequente vermos interpretações superficiais sobre informações estatísticas, por exemplo. Na Sociologia podemos entender muito sobre tal tipo de informação quando analisamos a forma de recortar a amostra, o tipo de questionário que foi elaborado, a maneira como as perguntas foram feitas e até mesmo as diferenças sociais, raciais e de gênero entre aqueles que aplicaram e aqueles que responderam o *survey*. Outra maneira de compreender os limites das informações estatísticas é associá-las a informações da área de História, Geografia, ou mesmo Direito.

Há vários exemplos que podem ser trabalhados em sala de aula para ilustrar essas relações. Um deles é o exemplo do divórcio. Se observarmos as taxas de divórcio no Brasil e no mundo, veremos que em geral elas têm subido. No senso comum, somos levados a acreditar que isso acontece porque as pessoas são mais infelizes em seus casamentos hoje em dia, ou porque estamos perdendo a capacidade de nos relacionarmos. Sociologicamente, cruzando o crescimento das taxas de divórcio com a informação histórica e legal de que até pouco tempo atrás o divórcio era proibido, podemos concluir que a impressão dada pelo senso comum não é necessariamente verdadeira. Quando o divórcio era proibido, por exemplo, um casamento infeliz persistiria ao longo do tempo, pois não havia a possibilidade de terminá-lo. Da mesma forma, podemos perceber que, mesmo após legalizado, o divórcio continuou representando um estigma para muitas pessoas, fazendo com que elas não optassem por se divorciarem mesmo estando infelizes. Desta maneira, a Sociologia nos ajuda a enxergar o comportamento das pessoas em sociedade – medido muitas vezes pela estatística – em sua real complexidade.

Esta última parte da Introdução trata também de um dos efeitos mais importantes do estudo das Ciências Sociais: o desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre a realidade social. É possível que poucos alunos venham a se ocupar no futuro com as Ciências Sociais, mas isso não diminui a importância de seu estudo. Uma boa formação nos princípios básicos que orientam essa disciplina pode ajudar e acompanhar o aluno ao longo de sua vida. Um olhar crítico sobre o social ajuda a não ser facilmente enganado, a identificar mais claramente as forças em jogo num dado momento. Levar o aluno a perceber que entender melhor o mundo pode trazer benefícios importantes para ele e para a comunidade em que vive é relevante e pode estimulá-lo a se relacionar melhor com o conteúdo do livro. Como já foi dito na parte geral deste Manual, a seção *Você aprendeu que:* faz uma breve síntese do que foi estudado e pode ser utilizada também como uma miniavaliação. É ainda uma boa oportunidade para esclarecer eventuais dúvidas, pois oferece um resumo das principais ideias discutidas. Outra forma de aproveitar essa seção é propor aos alunos que escolham um ou dois itens destacados para aprofundar por meio de pesquisas ou para discutir em classe.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. A sociedade é a fonte de inquietações do cientista social. Para responder a elas, ele observa e estuda a sociedade em busca de explicações para os fenômenos sociais. As Ciências Sociais, portanto, estão profundamente ligadas à vida em sociedade, que gera tanto os problemas aos quais os cientistas sociais querem responder como as respostas a essas questões.
2. O conceito é a ferramenta que define exatamente o que o cientista social quer entender. É uma definição o mais precisa possível do objeto de pesquisa do cientista. Já o método é uma espécie de receita para o cientista responder às suas questões: implica em pro-

cedimentos rigorosos de investigação, que devem ser compartilhados por uma comunidade científica.

3. Vimos que as Ciências Sociais são úteis por produzir dados sobre a realidade em que vivemos: essas informações podem ser importantes para o Estado realizar políticas variadas, podem servir de subsídio para grupos de pessoas exigirem direitos que lhes são negados, etc. Por outro lado, as Ciências Sociais são uma ferramenta poderosa para entendermos o mundo em que vivemos: auxiliam-nos a pensar mais criticamente sobre o que nos cerca, sobre o que nos dizem, sobre as notícias e informações que recebemos pela mídia, sobre a política, a economia, etc. As Ciências Sociais nos ajudam, sobretudo, a desenvolver um pensamento crítico.

Interagindo

1. O diálogo entre Calvin e seu pai desnaturaliza uma relação tida como natural até os dias atuais. A resposta do pai sugere que é mais razoável que a mãe pare de trabalhar para cuidar dos filhos, enquanto o pai continua a trabalhar. Nem todas as famílias (em que pai, mãe e filhos vivam juntos) escolhem esse arranjo, mas, por algum motivo, é mais comum e mais “natural” que ele seja adotado. Esse “por algum motivo” é objeto de interesse das Ciências Sociais, pois por trás dele há realidades nem sempre aparentes. Aqui, vemos que esse arranjo de cuidado dos filhos é amparado por uma desigualdade histórica entre o trabalho feminino e o masculino, em favor do último. Essa assimetria é fruto de uma sociedade ainda muito machista.
2. Os quadrinhos de Laerte expõem uma reflexão sobre a ideologia com base na ideia difundida de que não há mais ideologias em vigor. Muito apropriadamente, o personagem aprende que não há realidade sem algum tipo de ideologia dominante e que, se é comum pensar que não há ideologias, isso deve ser em si mesmo uma ideologia. O interessante é considerar a indicação sobre a quem interessa uma ideologia como essa. Na última tira dos quadrinhos, o personagem tenta entender como “vislumbrar” essa ideologia em vigor, e brinca com uma alternativa religiosa como opção para descobri-la. Esses quadrinhos esboçam algo da preocupação de um cientista social: a busca por entender realidades não aparentes e por métodos para explicar essas realidades. Evidentemente, uma saída mística (como a do sacrifício, no último quadrinho) não é o método do cientista social, que procuraria desenvolver pesquisas que explicassem qual é a ideologia vigente e a quem ela beneficia.

Contraponto

A canção de Arnaldo Antunes revela uma contrariedade com a vida social, que em alguns momentos pode ser muito invasiva. Momentos em que somos alvo de fofocas, preconceitos, desprezo, etc. Essas insatisfações nascem do que uma vida em sociedade impõe às pessoas: a relação com outras pessoas. Muitas vezes essas relações provocam sofrimento e contrariedade. A reação comum a esses momentos é de retração, de não ver ou

falar com ninguém. A canção muito provavelmente se refere a um momento como esse, quando a vida social impõe algum tipo de mal-estar, uma espécie de saturação, um desejo de estar só. Entretanto, ao mesmo tempo, essa vontade de retraimento é em si também algo que pode causar sofrimento, pois como seres sociais dependemos sempre dessas relações para viver. O isolamento absoluto é muito raro, e logo precisamos retomar a vida social, apesar de suas dificuldades. A letra da canção indica esse dilema, ao dizer “eu não ouço nunca mais, pelo menos por enquanto”. O autor sabe muito bem que na verdade o isolamento social é impossível, mas expressa a dificuldade e os sofrimentos que a vida em sociedade nos impõe em alguns momentos.

UNIDADE 1 | CULTURA

A **Unidade 1 | Cultura** aborda temas centrais da história da Antropologia: o pensamento evolucionista, a teoria cultural de Franz Boas e seus discípulos, as noções de estrutura social e função no funcional estruturalismo britânico, a noção de estrutura de Lévi-Strauss, os conceitos de etnicidade, identidade, pós-modernismo e ainda várias teorias recentes do pensamento antropológico. O capítulo 4 é dedicado à antropologia brasileira, relacionando os conteúdos discutidos nos demais capítulos à produção acadêmica em nosso país.

A imagem que abre a unidade, um grafite do artista britânico Banksy, mostra um empregado da limpeza pública munido de um pressurizador, que dirige um jato d'água para um muro onde vemos pinturas que lembram aquelas feitas em cavernas pelos primeiros grupos humanos. Essa imagem, bastante provocativa, relaciona-se com vários temas da unidade e pode ser lida de diferentes maneiras. Podemos ver nela uma crítica a nossa relação com o passado (e com as culturas não ocidentais), ou ainda uma crítica à rigidez ou fixidez cultural, ao sugerir que apenas apagando traços do passado podemos pensar o presente. Também podemos considerar que a pintura rupestre representada no grafite é uma imagem passageira, produzida para efeitos comerciais, e está sendo apagada para dar lugar a novas imagens com o mesmo apelo. É possível ainda supor que o grafite lida com o que Bruno Latour chamou de “híbridos” – mistura de natureza e cultura – que necessitam, portanto, ser apagados, na visão desse autor contemporâneo. Ou então pensar que o próprio grafite tem estatuto semelhante ao das pinturas rupestres e que a arte contemporânea remete à arte rupestre e com ela se relaciona.

As leituras e interpretações são múltiplas: as várias camadas da imagem se revelam aos poucos ao olhar do observador atento. Por isso é interessante instigar os alunos a observar com atenção não apenas esta, mas todas as imagens do livro (e da vida). Estimule-os a propor significados e conexões das imagens com o conteúdo de cada capítulo, tanto para dar sentido à abertura da unidade como para evidenciar essa multiplicidade de sentidos da arte e da vida social, já que a mesma imagem ganha novos significados à medida que nos relacionamos com ela a partir de conteúdos e contextos diferentes.

CAPÍTULO 1 | EVOLUCIONISMO E DIFERENÇA

A abertura do capítulo propõe um recorte original para pensar o desenvolvimento das Ciências Sociais: o encontro dos europeus, a partir do século XVI, com outras culturas que até então desconheciam. Esse encontro, que assumiu a forma de dominação europeia, tem ecos nas principais Ciências Sociais, desde a Antropologia até a Sociologia, com os trabalhos do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), e a Ciência Política, em textos precursores do escritor renascentista francês Michel de Montaigne (1533-1592) e do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). O foco do capítulo está na produção de um conhecimento entrelaçado com o desenvolvimento do colonialismo.

1. A construção do pensamento antropológico

O objetivo básico aqui é estimular o aluno a refletir sobre a relação entre teoria e dominação. Essa reflexão vai fazer parte da experiência do aluno ao estudar o livro. Nessa perspectiva, o texto segue o caminho de descrever a teoria do evolucionismo para depois questionar o que aparece como evidente: que o “progresso” tecnológico é a medida de qualquer progresso. Ao fazer essa reflexão, o aluno começa a aprender que as ideias têm implicações e que, além disso, têm pressupostos. A descoberta do pressuposto de uma noção de progresso que exalta o colonizador permite uma reflexão sobre como podemos acreditar em ideias que nos desfavorecem e, principalmente, que colocam em situação de inferioridade as populações em estado de vulnerabilidade.

Ao longo do livro veremos como essa descoberta pode contribuir para mobilizar reações a ideias que prejudicam populações inteiras, e que as Ciências Sociais têm um papel importante em desvendar esses pressupostos “ocultos”. Neste momento, interessa apenas entender a relação entre teoria e justificativas de dominação.

Algumas iniciativas podem servir de apoio a essa discussão. Exibir em classe filmes sobre populações indígenas pode ser uma delas. Oferecemos algumas sugestões no fim do capítulo. Também pode ser interessante discutir um filme que desperte o interesse dos alunos, como *Avatar*, de James Cameron, no qual a população alienígena pode ser vista como uma metáfora das populações indígenas.

Em termos literários, um romance especialmente interessante para essa discussão (ao menos alguns trechos dele) é *Coração das trevas*, do escritor Joseph Conrad (1857-1924). O livro narra a viagem do protagonista Marlowe pelo interior da África, em busca de Kurtz, um mercador de marfim, colocando em evidência muitas das fantasias do “branco colonizador” e o caráter desumanizador da escravidão. Esse romance inspirou o filme *Apocalypse now* (1979) de Francis Ford Coppola.

Para facilitar a compreensão da visão dos cientistas europeus do século XIX, apresentamos um quadro/infográfico (p. 30) que sintetiza a evolução da humanidade segundo o antropólogo estadunidense Lewis Henry Mor-

gan (1818-1881). Na mesma página, a seção **Assim falou...** apresenta uma citação de antropólogo escocês James G. Frazer (1854-1941) sobre o evolucionismo cultural. Esses recursos didáticos, aliados ao boxe **Para saber mais** sobre *Evolucionismo x darwinismo social* (p. 31), contribuem para garantir e ampliar a compreensão do aluno sobre esses momentos iniciais da construção do pensamento antropológico. Não menos esclarecedora é a imagem da página 32, que reproduz uma página da história em quadrinhos *Tintim na África*, do cartunista belga Hergé (1907-1983), perfeito exemplo da visão do branco europeu “civilizado” a respeito dos nativos africanos.

O **Você já pensou nisto?** (p. 34) chama a atenção para um aspecto importante do parentesco nos dias de hoje: a luta pelo reconhecimento do Estado sobre diferentes arranjos de parentesco. Esse reconhecimento é importante, pois está ligado a obtenção de direitos. Apesar de alguns antropólogos, no passado, terem considerado que o parentesco seria uma forma primitiva de organizar a sociedade, hoje percebemos que ele segue vivo em nossa organização social. O parentesco, no caso da nossa sociedade, define e dá (ou não dá) uma série de direitos a diferentes indivíduos. Esses direitos podem ser relativos a bens materiais (como a herança ou a propriedade de terras), mas podem também ser relativos ao poder e a responsabilidades de uns para com os outros. No caso de uma mãe biológica ou adotiva, por exemplo, ela terá uma série de poderes e responsabilidades para com o filho ou filha.

Recentemente, o fato da elaboração de técnicas de inseminação artificial (*in vitro*) foi muito bem aproveitado por antropólogos para exemplificar que o parentesco é um sistema simbólico – e não biológico, sanguíneo –, e que ele importa ainda hoje. As fertilizações *in vitro*, assim como a adoção, ou as “barrigas de aluguel” são temas polêmicos que podem ser explorados em sala de aula como forma de refletir sobre o senso comum de que a única família “legítima” é a consanguínea. Esse debate pode servir também para compreender a luta pelo casamento igualitário para casais homoafetivos e, nesse caso, a proibição de casamentos inter-raciais em alguns países ao longo do século XX pode servir de exemplo complementar.

2. Parentesco e propriedade: modos de organização social

O objetivo deste item é propor aos alunos uma dupla reflexão: em primeiro lugar, sobre como sociedades muito diferentes da nossa se organizam, e como foram vistas pelos europeus ao longo do século XIX, de modo a estabelecer uma relação entre essa forma de olhar e o colonialismo. Em segundo lugar, ao abordar a questão do parentesco, procuramos estimular o aluno a refletir sobre a própria família como uma forma possível (embora não a única) de organizar a vida em sociedade. Essa primeira desnaturalização é importante como introdução à abordagem de questões a respeito do etnocentrismo. O estudo das relações de parentesco é um bom início para um processo de desnaturalização cujo objetivo é levar o aluno a um entendimento mais profundo da ideia de cultura, objeto desta unidade.

Qualquer atividade que incentive o aluno a pensar sobre sua própria família e a compará-la com as famílias dos colegas e com outras famílias que conhece ou viu em filmes, televisão, etc., será estimulante, desde que orientada numa perspectiva que acentue a relevância de qualquer tipo de família. Podemos estender bastante a reflexão, considerando como grupo familiar qualquer grupo que os alunos vejam como familiar (mesmo que não haja relações consanguíneas). Importante destacar nesse momento a diversidade de organizações familiares no mundo contemporâneo: no Brasil, a proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo dados de 2012 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cresceu mais do que quatro vezes nos últimos dez anos. Também é importante lembrar a presença de famílias formadas por casais homoafetivos, com ou sem adoção de crianças. Estes são apenas dois exemplos de tipos de organização familiar que vem crescendo nas sociedades contemporâneas. A série *Novas Famílias*, da GNT, dirigida por João Jardim, aborda a diversidade de arranjos familiares na atualidade. Os episódios estão disponibilizados no *site* do programa: <<http://gnt.globo.com/novas-familias/>>.

3. Sociedades indígenas e o mundo contemporâneo

Nesta seção trabalhamos com uma imagem mais atual e contemporânea das populações indígenas, combatendo alguns preconceitos arraigados na sociedade ocidental, de certa forma derivados das teorias evolucionistas. Neste caso, o professor deve assumir uma posição crítica em relação aos preconceitos estabelecidos. Para entender as populações indígenas hoje é preciso considerar o fato de que o contato com as sociedades ocidentais produziu nelas diversas mudanças, mas não lhes retirou o direito de serem elas mesmas. O caminho sugerido aqui é uma reflexão em torno da influência cultural de origem estrangeira sobre os alunos, tais como filmes, canções, estilos de vestir, etc. Você pode ajudar a demonstrar que esse “uso” de coisas estrangeiras é, até certo ponto, contrabalançado por nossa própria cultura e por nossas concepções de mundo. Um *rapper* brasileiro não é uma cópia piorada de um *rapper* estadunidense, pois o *rap* é aqui transformado em um gênero propriamente brasileiro, discutindo temas brasileiros e problemas relativos à experiência brasileira dos *rappers*.

Essa reflexão deve ser incorporada ao estudo das sociedades indígenas, levando à percepção de que o uso de coisas ocidentais não torna os indígenas menos indígenas, ou cópias degradadas de um modelo ocidental. Essa constatação pode abrir caminho para os alunos entenderem as sociedades indígenas contemporâneas em sua complexidade e riqueza, na medida em que deixa de lado preconceitos que impedem uma visão mais clara e objetiva dessas populações.

A introdução da ideia de “etnocentrismo” também cumpre o papel de afinar o pensamento dos alunos e permitir que relacionem um conjunto de ideias a um conceito, de forma gradual. No capítulo seguinte, essa ideia aparecerá como um conceito propriamente dito. Sua introdução aqui serve a esse objetivo futuro.

As fotos das páginas 36 e 37, assim como a proposta do **Você já pensou nisto?** (p. 37) contribuem para reforçar a desnaturalização de preconceitos, noções genéricas e desinformadas sobre os grupos indígenas que vivem no Brasil. Importante ressaltar para os alunos a quem interessa disseminar essas noções preconceituosas e desfavoráveis aos grupos indígenas.

4. Mitos, narrativas e estruturalismo

Passamos agora para outro momento no andamento do capítulo. Se até aqui abordamos uma forma de pensar as sociedades não ocidentais do ponto de vista de uma teoria que as escalona em linhas evolutivas, nesta seção contrapomos a riqueza das expressões culturais dessas sociedades aos modelos produzidos pelos teóricos evolucionistas. É importante atentar para o fato de que os modelos evolucionistas não ficaram relegados ao século XIX, e que muito de sua essência passou para o senso comum, influenciando o pensamento das pessoas hoje em dia. Assim, ao abordar criticamente o evolucionismo, lidamos com uma teoria que estrutura o pensamento de parte considerável dos alunos.

Para enfrentar esses preconceitos que recebemos desde cedo, é preciso considerar a complexidade das produções culturais indígenas. Uma estratégia seguida neste item consiste em colocar o aluno diante de uma relação de similaridade com as populações discriminadas, de modo a ajudá-lo a superar os preconceitos. Quando o aluno chegar a perceber criticamente que alguma experiência cultural ao seu redor é desprezada, estará em condições de colocar-se sob o ponto de vista de uma cultura inteira discriminada como “primitiva”.

Você pode explorar uma relação com a cultura popular da região onde se encontra, pois em geral as manifestações de cultura popular são vistas como “menores” em relação à arte erudita, tida como “verdadeira”. Não é necessário adiantar aqui os conceitos de cultura popular, ou mesmo de produção cultural, pois estes serão abordados mais adiante.

Este item cita também os mitos indígenas estudados pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), figura máxima da Antropologia de seu tempo. A seção **Perfil** (p. 39) traz um esboço da vida e da obra de Lévi-Strauss e da importância de suas contribuições para diferentes áreas do conhecimento. Para ampliar a compreensão do aluno sobre os mitos ameríndios, matéria-prima do trabalho de Lévi-Strauss, sugerimos a leitura de um mito indígena, que poderá ser feita em classe e seguida de uma discussão orientada pelo professor.

Diferentes populações indígenas, em diversos lugares ao redor do mundo, produziram e produzem representações gráficas, artefatos de cerâmica, cestaria, esculturas, pinturas corporais e outras formas de expressão de extrema complexidade, tanto conceitual quanto prática. A arte indígena é um exemplo do nível de elaboração dessas sociedades, que nada têm de atrasadas: são apenas diferentes. Estudiosos como Franz Boas, Lévi-Strauss, Darcy Ribeiro, Eduardo Viveiros de Castro e outros dedicaram muita atenção a essas manifestações.

Nas sociedades ocidentais capitalistas, é comum pensar a arte como uma especialização separada da vida cotidiana, ainda que muitos artistas tentem romper com essa perspectiva. Nas sociedades indígenas, o que nós chamamos de arte não existe como um campo de atividade separado da vida cotidiana: trata-se, ao contrário, de uma forma essencial de comunicação, especialmente nas sociedades que não têm escrita.

Para Lévi-Strauss, a arte indígena é tão importante quanto os mitos, por representar um relevante sistema de comunicação simbólica. Aquilo que nossa sociedade considera como arte é parte integrante do sistema social indígena: mais que uma representação, a arte explica as próprias estruturas sociais dessas sociedades.

Vejamos, por exemplo, o banco kumurô dos Tukano, povo indígena que habita a região do alto rio Negro, conhecida como Boca do Cachorro (AM) e parte da Colômbia.



Rosa Gaudiano/Studio R

Entre os Tukano, diz-se que um homem sem juízo não sabe se sentar, não possui um banco. O banco kumurô é um símbolo de equilíbrio e conhecimento.

O banco kumurô é um dos instrumentos cerimoniais dos Tukano. Conta o mito que Umuko Neku, o avô do mundo, sempre existiu, e uma das partes de seu corpo é o kumurô. Sentado em seu banco (que era parte de seu corpo), Umuko Neku pensava em como transformar o vazio e criar a humanidade, os animais e tudo o que existe. Não por acaso, hoje o banco kumurô é o lugar do benzedor (kumu), aquele que conhece os encantamentos xamânicos de cura, dos grandes rituais e dos ritos de passagem.

Segundo o mito, o kumurô foi oferecido aos ancestrais dos Tukano por Umuko Neku. O grafismo principal que ornamenta o banco também foi presente de figuras míticas e é sempre reproduzido. Representa o corpo da Cobra Canoa, que transportou a primeira humanidade. Já os grafismos da faixa central são variáveis e representam animais ou plantas com significados diversos.

Assim, o banco kumurô é tanto um objeto utilitário (para sentar) como simbólico (representa figuras míticas) e uma forma de comunicação (o banco conta uma história). O kumurô é produto de um processo complexo, que envolve a mitologia e a vida cotidiana do povo Tukano.

5. Populações indígenas no Brasil

Para concluir o capítulo, apresentamos um item basicamente informativo. Estabelecida uma estratégia para que os alunos construam, eles próprios, um olhar menos preconceituoso em relação às populações indígenas, apresentamos um mapa das terras indígenas no Brasil atual. Essa estratégia será ampliada nos capítulos seguintes para pensar a diferença em geral, introduzindo uma perspectiva propriamente antropológica no olhar dos alunos. Para tanto, partimos da diferença mais radical que existe na sociedade brasileira (aquela entre populações indígenas e não indígenas) para depois abordar outros contextos nos quais é importante desenvolver um olhar que compreenda a diferença em termos não etnocêntricos.

É importante destacar a variedade das populações indígenas, rejeitando a imagem estereotipada de um índio brasileiro genérico. Uma forma de seguir essa orientação é propor uma pesquisa sobre diferentes populações indígenas. Se a escola tiver acesso à internet, o *site* do Instituto Socioambiental (ISA, <www.socioambiental.org>) apresenta uma enciclopédia de povos indígenas com farto material de pesquisa que os alunos, organizados em grupos, podem utilizar para descrever diferentes povos indígenas e comparar suas características, semelhanças e diferenças.

O trabalho com o mapa da página 41 (*Terras indígenas no Brasil*) pode ser associado a um trabalho analítico sobre o filme *Xingu*, sugerido ao final do capítulo. O trabalho em sala de aula pode ser iniciado com uma análise do mapa. Peça aos estudantes para repararem nas regiões geográficas mais industrialmente desenvolvidas e urbanizadas e naquelas em que esses fenômenos não foram tão fortes assim. Se necessário, utilize dados complementares que podem ser buscados no *site* do IBGE (<www.ibge.gov.br>) para mostrar aos alunos essas diferenças. Pergunte a eles qual a relação que eles imaginam existir entre a industrialização, a urbanização e a ausência de terras indígenas em certas regiões. Convém, durante a discussão, caso esse assunto não apareça, lembrá-los dos recursos naturais necessários para a manutenção de um modo de vida indígena. Pode ser iniciada também uma conversa sobre o mito da “descharacterização” da cultura indígena. O filme *Xingu* pode ser assistido como tarefa de casa ou em aula, como melhor convier ao cronograma das aulas. Após a exibição do filme, os estudantes podem produzir um texto curto, poema, *rap* ou vídeo montagem que expresse o fechamento do debate.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revedo

1. A produção de uma reflexão evolucionista sobre as diferentes sociedades não europeias auxiliou o esforço colonialista em dois sentidos: seja por meio de informações valiosas para aprimorar a dominação, seja como ideologia que justifica a dominação como uma forma de “civilizar”.
2. Porque o progresso tecnológico foi visto como ápice da sociedade ocidental, como se fosse o que de me-

lhor ela tinha a oferecer ao mundo. Os evidentes avanços tecnológicos da Revolução Industrial foram utilizados como justificativa para a própria dominação.

3. De certa forma, podemos dizer que esse objetivo foi atingido, pois o evolucionismo é uma teoria abrangente sobre a humanidade. Entretanto, também podemos dizer que não, pois o resultado provou-se falso, já que mais do que conhecer o restante da humanidade, produziu preconceitos em relação a sociedades não europeias.
4. A propriedade é o fator que permite determinar se uma sociedade é mais ou menos evoluída, segundo o evolucionismo social. A existência da propriedade significa que a sociedade se tornou complexa a ponto de contar com um Estado centralizador do poder, que garante sua existência.
5. A pergunta já contém a resposta e serve para fixar o conteúdo mais importante da seção correspondente. O aluno deve perceber que admitir a riqueza cultural das sociedades indígenas desestabiliza o quadro explicativo do evolucionismo, que tendia a colocar essas sociedades em estágios primitivos. Como pode uma sociedade dita primitiva produzir um pensamento sofisticado? Esse contraste indica que o modelo evolucionista é etnocêntrico, que funciona com base em classificações arbitrárias. Dessa forma, podemos concluir que o modelo evolucionista está errado.

Interagindo

Os adesivos colados em automóveis que representam famílias ilustram um aspecto que vimos no capítulo: o parentesco é uma dimensão muito importante da vida social. Mesmo em nossa sociedade, na qual o Estado preenche muitas das funções que o parentesco desempenha em sociedades indígenas, as relações familiares continuam a ser cruciais. Os adesivos se prestam a muitas análises. Por exemplo, muitos deles representam animais na família. Os animais de estimação fazem parte da família? Se fazem, qual é a fronteira entre a noção de humanidade e de animalidade? Por que não vemos adesivos que representam famílias homoafetivas? Isso é obviamente um sinal do preconceito contra agrupamentos familiares diferentes do tradicional pai-mãe-filhos. Ao mesmo tempo em que destacam a importância da família (e do parentesco), os adesivos parecem também indicar um modelo de família específico (pai, mãe, filhos e animais de estimação).

Vimos no capítulo que o evolucionismo social pressupõe uma hierarquização entre as populações humanas. No boxe *Para saber mais* aprendemos que o darwinismo social não apenas acreditava em diferenças evolutivas entre as populações, mas também atribuía uma conotação biológica a elas, defendendo a existência de diferenças fundamentais entre os grupos humanos que se expressariam em “raças” distintas. O darwinismo social é uma teoria racista, que influenciou o pensamento social brasileiro. A exclusão e discriminação da população afrodescendente brasileira pode ser vista também como consequência dessas teorias racia-

lizadas. Quando foi abolida a escravidão no Brasil, por exemplo, as pessoas de origem africana passaram a representar um problema social para as classes dominantes: a solução foi manter a exclusão e a falta de oportunidades (inclusive com políticas migratórias que favoreciam europeus brancos em detrimento da população afrodescendente recém-libertada). Hoje em dia, vemos as consequências dessas teorias e políticas na exclusão social da população de ascendência africana, assim como no índice de assassinatos de jovens negros, como indica o cartum de Laerte.

Contraponto

1. O poema do escritor inglês Rudyard Kipling é um exemplo clássico do pensamento colonial (neste caso, britânico): ele entende a tarefa de colonizar como um “fardo”, um dever do homem branco em levar as glórias da civilização às atrasadas populações dos confins do mundo. Até mesmo o ódio dos nativos pelos dominadores é visto como uma consequência natural do fardo do homem branco. O homem branco deve fazer a guerra para levar a paz, provocar o ódio para domesticar, fazer trabalhar para civilizar. Deve educar o dominado pelas artes da dominação, deve civilizá-lo pela subjugação às regras dos colonizadores; deve, enfim, sacrificar-se para salvar aqueles que domina. Temos aqui uma síntese do pensamento colonial: atribuir a si mesmo uma grandeza épica, que permite desprezar a violência e a exploração que gera a empreitada da colonização.
2. A letra da canção dos Titãs lembra que “filha de família se não casa/Papai, mamãe/Não dão nem um tostão”. Faz aqui uma crítica à moralidade da família e ao fato de que o caminho natural da menina é se casar. Ou seja, quando pensamos em família pensamos também em padrões de comportamento tidos como exemplares e dos quais não é possível afastar-se (como o casamento, por exemplo). A canção critica essa concepção moralista da família, lembrando que tudo funciona bem se esses padrões não são desafiados. Por outro lado, assim como os adesivos que discutimos acima, a presença de animais na família é mencionada, indicando uma forma reiterada de lidar com animais de estimação, que para muitos fazem parte da família.

SUGESTÕES DE LEITURA

Além das referências bibliográficas indicadas nas orientações pedagógicas, oferecemos nesta seção outras sugestões de leitura de artigos disponibilizados na internet, com o intuito de facilitar o acesso.

Professor, caso não encontre algum artigo no *link* sugerido, faça a busca na internet pelo título do artigo e nome do autor.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Lewis Morgan: 140 anos dos sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana (1871-2011). *Revista Cadernos de Campo*, São Paulo n. 19, 2010. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45193/48805>>.

MELATTI, Júlio César. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. Série Antropologia, n. 38, 2007 [1983]. Disponível em: <www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-roteiro.pdf>.

MOURA, Margarida Maria. Franz Boas: a antropologia cultural no seu nascimento. *Revista USP*, São Paulo, n. 69, maio 2006. Disponível em: <www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892006000200013&lng=pt&nrm=iso> e <www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0103-99892006000200013&script=sci_arttext>.

SILVA, Márcio. 1871, o ano que não acabou. *Revista Cadernos de Campo*, São Paulo n. 19, 2010. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45194/48806>>.

(Acesso em: 30 mar. 2013)

CAPÍTULO 2 | PADRÕES, NORMAS E CULTURA

O principal objetivo deste capítulo é discutir o conceito de cultura em uma perspectiva histórica. Uma segunda meta é indicar ao aluno que os conceitos são temporários, sujeitos a questionamentos, revisões, etc. Ou seja, sugerimos uma perspectiva histórica e outra metodológica. A segunda é atendida ao respondermos à primeira, mas é preciso que o professor chame a atenção para esse fato. Ao contar um pouco da história do conceito, é interessante enfatizar que processos de modificação e revisão são uma constante nas Ciências Sociais. Na verdade, trata-se da própria dinâmica dessas ciências.

Aproveite a imagem e o texto da página de abertura para conversar com os alunos sobre as possíveis relações entre a imagem do grafiteiro inglês Banksy e o tema do capítulo. Como os alunos entendem essa imagem? Que significado pode ter a figura do indígena que segura uma placa onde se lê NÃO INVADIR? O fato desse grafite estar numa rua da cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, tem a ver com a discussão sobre cultura? Ou com a situação dos indígenas no Brasil? Ou talvez com o fato de Banksy ser inglês, pertencente a uma nação europeia que teve no passado um dos maiores impérios coloniais da história, que ajudou a dominar e exterminar indígenas como esse retratado no grafite? Todas essas perguntas (e muitas outras) podem ser lançadas para despertar o interesse e a curiosidade dos alunos, abrindo caminho para em seguida aprofundar o tema durante a leitura do capítulo.

1. Civilização x cultura

A moderna noção de cultura se contrapõe às hierarquias coloniais, fundadas em perspectivas etnocêntricas. O primeiro aspecto a destacar na história do conceito de cultura é a noção de integração. Mesmo quando ainda não previa qualquer ideia de relativismo, o conceito de cultura se delineava como uma forma de integrar um conjunto variado de práticas, crenças e hábitos.

A seguir, abordamos o pensamento do antropólogo Franz Boas e sua ideia de cultura como uma integração de todos os aspectos da vida de um povo, espécie de “assinatura” exclusiva de uma população. Para aproximar essa noção do cotidiano dos alunos, pode-se usar o exemplo dos esportes. Todos sabem que há estilos específicos

de jogar futebol. Os brasileiros jogam de modo diferente dos alemães. Essa diferença no estilo de jogo pode ser uma metáfora para pensar de que forma a cultura produz algo específico com base nas práticas cotidianas.

A seção **Você já pensou nisto?** (p. 48) também contribui para aproximar do aluno o conteúdo abordado ao propor questões ligadas ao local de moradia e ao grupo social a que pertence cada estudante.

A ideia de que algumas práticas sociais e culturais são “mais civilizadas” do que outras, utilizadas massivamente por europeus para classificar sociedades indígenas como “selvagens” ou “primitivas” na época das grandes navegações, permeia o senso comum de nossa sociedade até os dias de hoje. Em geral, tudo aquilo que é mais fortemente ligado a símbolos europeizados de cultura, é considerado “melhor”, “mais civilizado” do que as práticas que não o são. Um exemplo é o preconceito de classe que permeia o *funk* carioca, em oposição à ampla aceitação da música erudita. Fazemos, sem perceber, esse tipo de oposição o tempo todo, com os mais diversos hábitos culturais. Enquanto comer carne de porco, de vaca, de frango, de coelho, de rã, etc. é considerado algo mais “civilizado”, comer animais como cachorros ou insetos (escorpiões, entre outros) é uma prática considerada mais “selvagem”. Utilizar talheres para comer também é considerado mais “civilizado” do que comer com as mãos. Utilizando ferramentas da História, em especial da História cultural, diferentes cientistas sociais se perguntaram sobre esse tipo de oposição. Um dos mais importantes, sem dúvida, foi o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), que, entre outros estudos, analisou mudanças em manuais de etiqueta ao longo do tempo, mostrando algumas maneiras pelas quais a cultura europeia se transformou criando a ideia desse algo “mais civilizado” que buscamos hoje. Esses exemplos podem ser facilmente trabalhados em sala de aula, em especial com o auxílio de ferramentas da História. Os discursos sobre futebol no início do século e sobre o MMA (Artes Marciais Mistas) hoje em dia são bons exemplos, assim como a sociologia do esporte de maneira geral, e os processos de esportivização, também estudados por Elias.

2. Cultura, etnocentrismo e relativismo

Vimos no capítulo 1 a definição de etnocentrismo. Este é um bom momento para aprofundar o estudo do conceito, fundamental para a história da Antropologia. O etnocentrismo se contrapõe ao relativismo, que é central no conceito de cultura. Aqui demonstramos como a cultura foi pensada por Boas numa perspectiva relativista, ou seja, mostramos que a análise de qualquer cultura deve sempre levar em conta os valores e formas de organização próprios dessa cultura. Essa perspectiva analítica é uma crítica frontal às escalas evolucionistas. É importante que o aluno reconheça a diferença entre o evolucionismo social, ligado às histórias coloniais, e o conceito de cultura, entendendo que o conceito de cultura é uma resposta crítica ao evolucionismo social.

Ao mesmo tempo em que abordamos o relativismo cultural, lançamos algumas questões problematizadoras.

Pensar em termos de relativismo cultural significa aceitar tudo aquilo que uma cultura produz? Essa pergunta, muito difícil de ser respondida, é um dos grandes dilemas da Antropologia e gera concepções muito diferentes. Não pretendemos responder a essa questão, mas é interessante levantar o debate entre os alunos: até que ponto faz sentido ser relativista? Como encarar a questão do poder numa reflexão relativista? Parte da Antropologia tem dado destaque à questão do poder, pensando do ponto de vista de sujeitos que se sentem oprimidos por determinadas práticas sociais. Nesse caso, seria necessário questionar os costumes tradicionais que geraram a situação de opressão.

O tema favorece debates interessantes, tendo em vista tanto o relativismo em si como seus limites. A ausência de relativismo em geral resulta em preconceito, trazendo a incapacidade de aceitar práticas distintas. Essa discussão pode propiciar um bom debate sobre temas críticos e que provocam muito barulho no Brasil, como a questão da diversidade sexual e a do preconceito racial.

Para ampliar a discussão sobre cultura, você pode indicar aos alunos a leitura de *Cultura: um conceito antropológico* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009, 23 ed.), do antropólogo Roque de Barros Laraia, professor emérito da UnB. Em linguagem clara e fluente, esse pequeno livro (117 páginas) traz um breve histórico do desenvolvimento do conceito e aborda, com muitos exemplos, sua influência no comportamento social. Se for o caso, você pode selecionar alguns trechos para ler e discutir em classe.

3. Padrões culturais

Abordamos nesse item o conceito de cultura tal como se apresentava na primeira metade do século XX, relacionado aos comportamentos e práticas repetitivas, ou seja, aquilo que pode ser observado pelo antropólogo. Determinadas formas de caçar, cultivar a terra, produzir artesanato, fazer a guerra, por exemplo, são compartilhadas pela população de uma mesma sociedade. Os antropólogos observavam esses padrões e consideravam que cultura era o conjunto desses padrões. Isso equivalia a dizer que descrever uma sociedade era descrever esses comportamentos.

O texto do capítulo discute a seguir o trabalho de duas alunas de Boas, Ruth Benedict e Margaret Mead. As duas autoras ampliaram a questão dos padrões culturais, identificando não apenas conjuntos de padrões mas também uma personalidade padrão. Para elas, cada cultura produz um tipo médio de personalidade. Isso permitiria dizer que as pessoas de determinada cultura “são” isso ou aquilo (são modestas, são recatadas, são explosivas, etc.). Essa modelagem da personalidade pela cultura foi a principal questão para essas antropólogas: descrever uma sociedade seria descrever essas personalidades padrão.

A noção de padrão cultural ganha sentido muito próximo do aluno na seção **Você já pensou nisto?** (p. 51), que propõe uma reflexão sobre comportamentos e características de grupos sociais presentes nas cidades brasileiras.

4. O conceito de cultura no século XX

Discutimos nesse item o contexto criado a partir da década de 1960, quando a cultura deixa de ser vista como um conjunto de costumes ou como produtora de personalidades-padrão. Os pensadores desse momento se viam diante de um mundo em extrema transformação: movimentos de descolonização, golpes militares na América Latina, transformações nos sistemas de produção econômica mundial, etc. Nesse contexto, o conceito de cultura não mais respondia à dinâmica do mundo moderno, já que os comportamentos e hábitos que o sustentavam estavam em constante transformação.

Isso poderia significar que a mudança nos costumes levaria a uma “desaculturação”, ou seja, que certas sociedades estariam deixando de ser elas mesmas e se transformando em outras. Entretanto, alguns pensadores observaram que, apesar da mudança de costumes, culturas diferentes continuavam a ser diferentes, mesmo em meio a grandes transformações. Isso os levou a olhar para além dos comportamentos e buscar a lógica que organizava aquelas práticas e também a própria transformação de hábitos e costumes. Essa lógica situava-se no nível simbólico, ou seja, era uma construção mental das pessoas, uma coleção de regras e preceitos que podia ser vista como um código, internamente apreendido pelos integrantes de uma cultura.

Essa nova perspectiva livrou os antropólogos dos comportamentos: muito embora fossem importantes, os comportamentos não eram tudo. Mesmo que mudassem os comportamentos, ainda seria possível identificar códigos que organizavam a vida social em períodos de mudança. Essa passagem talvez seja um pouco difícil para os alunos. Para ajudá-los a compreender, uma sugestão seria exemplificar com algumas práticas habituais relacionadas a outros universos culturais. Por exemplo: o fato de assistirmos predominantemente a filmes norte-americanos nos torna menos brasileiros? Será que estamos nos americanizando? Para alguns antropólogos a resposta seria negativa, pois a adoção de práticas estrangeiras seria sempre balizada por nossos códigos culturais.

5. O conceito de cultura no século XXI

Essa parte final do capítulo destaca algumas críticas ao conceito de cultura. Essas críticas se referem a uma relação entre cultura e estereótipo. É fato que muitas descrições culturais ajudaram a produzir estereótipos sobre certas populações, em lugar de favorecer um maior conhecimento da diversidade. Vimos que para alguns autores essa relação entre a descrição e a impossibilidade de os sujeitos descritos oferecerem sua própria visão é um problema muito sério. Esses autores chegam a recusar o conceito de cultura, afirmando que quando um antropólogo descreve uma população sempre suprime a voz daquele que foi objeto da descrição.

Já para outros autores, o problema maior é o resultado da descrição. Quando a descrição produz um estereótipo, dizem eles, o conceito de cultura, elaborado para pensar a diversidade, acaba por ocultar a própria diversidade por meio de uma descrição simplificada e preconceituosa. Essas duas críticas, entretanto, não impe-

dem que o conceito de cultura continue a ser usado. Muitos autores rejeitam essas críticas, afirmando que o mau uso não inviabiliza o conceito.

Para o aluno, é interessante pensar a diferença entre os conceitos de cultura analisados no capítulo, além de entender as críticas. Alguns exemplos de visões e imagens estereotipadas foram apresentados, como o trecho do romance *Iracema* e o cartaz de trabalho escolar sobre o Dia do Índio (ambos na p. 55), mas sempre é possível extrair outros da própria experiência dos alunos. Um bom exercício final seria identificar entre as vivências dos alunos alguns exemplos dos efeitos dos estereótipos.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. A ideia de civilização impõe uma única medida para avaliar todas as sociedades, e essa medida é a das sociedades estadunidenses e europeias. Essa noção de civilização supõe uma escala de valores que favorece seus criadores. A ideia de cultura foi formulada justamente como contraponto a essa concepção, ao pensar as culturas em seus próprios termos e sempre no plural.
2. Ao fazer a avaliação das diferenças, o etnocentrismo utiliza como critério certos valores culturais específicos. Todos os que se afastam desses valores serão considerados atrasados. O relativismo, em contrapartida, pretende evitar que valores específicos sejam usados para avaliar sociedades diferentes e argumenta que cada cultura deve ser entendida apenas em seus próprios termos.
3. Autoras como Ruth Benedict e Margaret Mead acreditavam que as culturas produziam nos integrantes das populações correspondentes comportamentos padronizados, que seriam modelos de produção de individualidades. Assim, determinada cultura produziria um tipo específico de pessoa. Ao se estudar os comportamentos, poder-se-ia chegar a essas personalidades padronizadas, que refletiriam a cultura da qual fazem parte.
4. A grande mudança na percepção da cultura foi a passagem do “comportamento” ao “pensamento”. Ou seja, para os autores do final do século XX, a cultura não era mais observável nos comportamentos, mas estaria em padrões e regras que organizam o pensamento dos integrantes de uma cultura. A mudança estabeleceu um conceito que se preocupa com a dinâmica cultural e as transformações por que passa uma cultura sem que deixe de ser ela mesma.
5. Porque algumas descrições acabam por inventar uma realidade da qual a população estudada não pode fugir, pois ela é descrita pelas palavras de outros e muitas vezes tais descrições geram preconceitos em relação às pessoas dessa sociedade. Desse modo, o conceito de cultura pode se transformar em um instrumento de desconhecimento, e não no seu contrário, como querem muitos antropólogos.

Interagindo

1. A letra da canção da Legião Urbana trata do dilema da representação. Quando o sujeito da música diz “bondade sua me explicar (...) exatamente o que eu sou”, o autor da letra faz uma crítica semelhante à dos críticos do conceito de cultura, evidenciando a impossibilidade de o objeto estudado (nesse caso, o habitante do morro ou da favela) ter sua própria voz ouvida, pois quem o define é o Outro. A canção faz uma reflexão sobre a diferença social, evidente no início da letra, quando contrapõe o menino branco que sobe o morro para se divertir (fora do seu lugar) e a violência (chacina de adolescentes).
2. A imagem de capa da revista reproduz um estereótipo, a sensualidade atribuída às mulheres brasileiras, vistas como mais voluptuosas do que as demais. Isso implica numa série de estereótipos, atribuídos ao país como um todo. Essa capa demonstra como todo o país é visto por meio de uma representação preconceituosa. Como estudamos no capítulo, podemos entender a dinâmica de uma construção preconceituosa de imagens sobre os outros (neste caso, os outros somos nós, brasileiros). Quando nos vemos representados por estereótipos é mais fácil entender as críticas às narrativas que tiram dos “nativos” a sua própria voz.

Contraponto

1. A tirinha de Laerte identifica a vontade de mudança das pessoas como “vazia”, em oposição à manutenção do mundo como está (que seria o “cheio”, “correto”). A ideia é justamente demonstrar como a vontade de mudança enfrenta resistências, a ponto de ser vista como um problema. Se relacionarmos essa metáfora com o desenvolvimento do conceito de cultura, veremos que o conceito pensado como um conjunto estático de comportamentos favorece uma perspectiva conservadora da realidade (uma vontade de deixar tudo como está), ao passo que o conceito dinâmico pode questionar essa perspectiva conservadora. Um conceito estático pode facilmente dar suporte a visões preconceituosas, como vimos ao longo do capítulo.

SUGESTÕES DE LEITURA

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, jul. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100005&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832001000100005>>.

KUPER, Adam. O retorno do nativo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 17, jun. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100011&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832002000100011>>.

MACHADO, Igor José de Renó. Reflexões sobre o pós-colonialismo. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, n. 44/45, dez. 2004. Disponível em: <www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/71/61>.

ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60.

Mana, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, ago. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200007&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000200007>>.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Sobre a interpretação antropológica: Sahlins, Obeyesekere e a racionalidade havaiana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 45, n. 2, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000200004&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012002000200004>>.

(Acesso em: 30 mar. 2013)

CAPÍTULO 3 | OUTRAS FORMAS DE PENSAR A DIFERENÇA

Neste capítulo condensamos uma grande parte da história da Antropologia no século XX, fazendo um resumo necessário ao entendimento dos alunos. O foco principal do capítulo é pensar outras formas de lidar com a diferença, além do conceito de cultura, explorado anteriormente. Para isso, reunimos as perspectivas da Antropologia francesa e inglesa, mais as teorias de etnicidade e identidade, entendendo que esses conceitos (estrutura, etnicidade e identidade) são fundamentais para transmitir aos alunos algumas noções da Antropologia no século XX.

O capítulo inclui um item (o terceiro) que lida com a problemática oposição entre sociedades “simples” e “complexas”, procurando demonstrar como a Antropologia precisou readaptar seus métodos para pensar o novo mundo que se configurou após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, as demandas por direitos atreladas às diferenças no interior das sociedades ditas “complexas” ganharam muita importância, exigindo conceitos como os de etnicidade e identidade. O importante neste momento é destacar a dimensão temporal, com os conceitos ligados a uma noção de estabilidade no começo do século XX e relacionados à noção oposta, de instabilidade, no final do mesmo século.

1. A perspectiva inglesa

A intenção neste primeiro item é expor um pouco da Antropologia inglesa da primeira metade do século XX e seus conceitos de estrutura social e função. Esses conceitos foram elaborados como alternativa ao conceito de cultura, que nunca foi bem recebido na Inglaterra. Para combater as teorias evolucionistas, os autores ingleses procuraram estabelecer uma base para comparação e propuseram a ideia de uma estrutura social constituída de relações entre suas partes (que podemos chamar de instituições) e mantida em equilíbrio pela função desempenhada por cada uma dessas partes.

Com base nessa abordagem, seria possível comparar diversas sociedades dotadas de estruturas semelhantes sem apelar para as especulações históricas dos evolucionistas sociais. Essa perspectiva sobre estrutura social e função é devedora da sociologia de Émile Durkheim, autor francês que será visto com mais vagar no capítulo 6.

Para ajudar os alunos a compreender a ideia de estrutura social proposta pelos especialistas ingleses, seria interessante propor um exercício simples, tomando como exemplo uma organização social qualquer. No capítulo, sugerimos uma análise da própria escola. Um desenho pode esquematizar as partes que compõem a escola (alunos, professores, funcionários, etc.) e a função que cada parte desempenha para manter a escola em funcionamento. Se os professores, por exemplo, deixarem de dar aulas, a escola não tem como funcionar. Se os serventes deixarem de fazer a limpeza nas salas de aula e nos banheiros, por exemplo, o funcionamento da escola será muito prejudicado. Esse exemplo pode ilustrar uma “estrutura social” subjacente à escola e a importância de que cada parte cumpra suas funções para garantir o bom funcionamento da estrutura.

2. O olhar dos franceses

Uma proposta que contrasta com a noção de estrutura dos antropólogos ingleses é a do pensador francês (nascido na Bélgica) Claude Lévi-Strauss. Para chegar a ela, passamos pelo trabalho de Marcel Mauss, grande influenciador de Lévi-Strauss. A intenção é oferecer ao aluno uma visão geral do trabalho do autor francês, uma vez que o estruturalismo é uma teoria de grande complexidade. O texto do capítulo foi elaborado com o propósito de simplificar, ainda que haja uma preocupação em demonstrar a estrutura lévi-straussiana como algo em movimento.

Aqui temos a estrutura não como forma de pensar a diferença, mas talvez o contrário. Ou seja, é observando e comparando diversas realidades distintas que Lévi-Strauss chega a definir uma estrutura que considera universal. É como se realidades culturais distintas fossem peneiradas e restasse apenas o que é comum a todas as sociedades. Lévi-Strauss chegou à estrutura como uma forma de pensamento por oposições, modelo que organizaria todo o pensamento humano.

O interessante para o professor é contrastar esse modelo com o conceito de estrutura social dos ingleses: se para eles as estruturas sociais são usadas para produzir comparações, para Lévi-Strauss a comparação entre as diferenças é que produz o entendimento da estrutura.

Para que os alunos conheçam um pouco mais sobre Lévi-Strauss, o professor pode avaliar a oportunidade de exibir em classe uma entrevista disponível na internet, com legendas em português, em que o grande antropólogo se refere com emoção a seus anos de juventude passados no Brasil, que representaram o ponto de partida de sua vida acadêmica. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=DHXc4kFy10A> (Acesso em: 26 mar. 2013). Considerando que os *links* de internet nem sempre são válidos por muito tempo, você pode também utilizar um mecanismo de busca, digitando “entrevista com Claude Lévi-Strauss com legendas em português”.

3. Sociedades simples e sociedades complexas

Este item permite uma transição entre os conceitos discutidos no capítulo. Serve para demonstrar como a Antropologia se refere às sociedades ditas de “grande

escala”, “complexas” ou “contemporâneas”. Esses termos contêm uma carga valorativa e é importante destacar isso para os alunos. Apesar disso, a contraposição entre sociedades “simples” e “complexas” foi importante na história da Antropologia.

Quando a Antropologia se volta para a diferença no interior das sociedades complexas, os conceitos utilizados até então se revelam insuficientes. Pensados para uma situação de estabilidade e equilíbrio, tais conceitos não permitem entender as intensas dinâmicas da vida nas sociedades “complexas” nem as mudanças nas sociedades “simples” que passaram a entrar em contato com frentes de expansão do capitalismo (como veremos no capítulo 4, que trata da Antropologia no Brasil).

É interessante explorar aqui os processos de independência das nações africanas, o avanço da urbanização no mundo, exemplos históricos de transformação da realidade mundial. Para um exemplo mais próximo dos alunos, que também será analisado no capítulo 4, pode-se discutir a construção de Brasília, que estimulou o desenvolvimento do Centro-Oeste e promoveu a aproximação entre a sociedade capitalista brasileira e populações indígenas que até então viviam com relativa autonomia. Ou seja, as transformações socioeconômicas podem introduzir nas sociedades “complexas” populações cada vez mais diferentes.

4. O conceito de etnicidade

Trabalhamos aqui o conceito de etnicidade com base na ótica da escola de Manchester e na visão do antropólogo Fredrik Barth (1928-), que embora não tenha se vinculado formalmente a Manchester, manteve intenso diálogo com integrantes dessa corrente. Nosso principal objetivo é demonstrar como o conceito de etnicidade foi usado para pensar as diferenças no interior das sociedades nacionais e como está ainda um tanto atrelado a uma percepção de herança comum.

Destacamos que o conceito de etnicidade é pensado em sua perspectiva política, ou seja, na forma pela qual a diferença é usada para justificar acesso a recursos ou direitos históricos. Neste momento, nos limitamos a um plano mais geral, já que no próximo capítulo trataremos especificamente de situações brasileiras, como é o caso dos quilombolas, do movimento negro, dos indígenas e dos imigrantes. É importante reforçar que a ênfase do conceito de etnicidade se traduz na noção de fronteiras, como um exercício constante de demarcação de limites entre grupos que se consideram diferentes. Isso acentua o caráter essencialmente relacional do conceito: define-se uma etnicidade em contraposição a outras.

Em sala de aula, seria interessante um mapeamento das diferenças no interior da própria classe: quem tem sua origem ligada a grupos de imigrantes (descendentes de italianos, japoneses, portugueses, libaneses), a populações afrodescendentes, etc.

Ainda neste item, o boxe *Para saber mais* (p. 70), que tem como tema *Conflitos étnicos*, representa uma oportunidade de estabelecer conexões com outros campos do conhecimento, como História (conflitos atuais em vários países do mundo relacionados a diferenças étnicas). Um dos maiores conflitos étnicos de nosso tempo

é a disputa territorial e política entre o Estado de Israel e o povo Palestino, que não tem sua Autoridade reconhecida pela ONU como Estado. Para trabalhar esse conflito específico em sala de aula, podem ser utilizadas as obras em quadrinhos do jornalista Joe Sacco, listadas nas referências abaixo. As obras não são ficcionais, mas sim uma reportagem apresentada por Sacco em forma de quadrinhos após algumas viagens à Palestina e a Israel. Ao longo da narrativa, ficam evidentes as diferentes estratégias utilizadas para relegar a todo um grupo étnico (os palestinos) uma condição sub-humana no território israelense. É possível fazer, em sala de aula, um trabalho mais extensivo, relacionando essa obra à novela gráfica *Maus*, de Art Spiegelman, que mostra os judeus na situação contrária, durante o nazismo. É possível, por exemplo, pedir que metade da turma leia cada uma das obras e, formando grupos que misturem estudantes que tenham lido cada uma delas, elaborem uma reflexão (texto, ensaio, vídeo, montagem, cartaz, peça teatral, etc.) sobre a negação da condição de “pessoa” a minorias étnicas durante conflitos geopolíticos.

5. O conceito de identidade

Neste item final, discutimos o termo identidade. Como se trata de expressão corrente no senso comum, seria interessante primeiro indagar aos alunos o que entendem por identidade e como manifestam suas identidades, para depois contrastar esse conhecimento com o teor do conceito tal como aparece nas discussões antropológicas.

A principal característica do termo identidade é sua flexibilidade: justamente por isso tem sido apropriado por diversos grupos que não são “étnicos” para expressar suas diferenças. Os dois principais (e antagônicos) exemplos são as identidades religiosas e as identidades sexuais. Mas também os grupos étnicos usam cada vez mais a expressão identidade. É comum ouvir falar em “identidade negra”, “identidade nipo-descendente”, etc. O uso do termo identidade frequentemente busca dar uma ideia mais flexível, móvel e dinâmica dos processos de construção de diferenças.

Seria interessante montar um quadro de identidades na sala de aula: como cada aluno se identifica? Que identidades acionam para se definir? Quantos alunos recorrem a mais de uma identidade para pensar sua história? Um quadro resultante desse exercício poderia ser um “mapeamento da diferença” na classe, além de representar um mecanismo propício para discutir várias formas de pensar a diferença.

Uma parte do conteúdo trata da identidade homossexual. Tema sensível no Brasil, devido à extrema violência direcionada contra esse grupo, representa uma oportunidade de combater preconceitos arraigados e apoiados em uma perspectiva conservadora e moralista.

Em várias páginas do capítulo, fotos, imagens e cartuns colaboram para evidenciar questões discutidas, trazendo uma visão crítica que contribui para desnaturalizar estereótipos e provocar o leitor, chamando atenção para aspectos importantes apresentados no texto informativo.

Como explorado ao longo do capítulo, a identidade é tudo aquilo em que nós nos reconhecemos, mas também aquilo em que somos reconhecidos. Um exercício muito

interessante da área de Psicologia pode nos ajudar a pensar um pouco sobre isso, provocando a reflexão entre os estudantes sobre a construção de sua própria identidade. O exercício é chamado “Janela de Johari”, foi elaborado por Joseph Luft e Harrington Ingham na década de 1950 e funciona da seguinte maneira:

1. Distribua duas folhas em branco para cada aluno.
2. Peça aos estudantes que se juntem em duplas, trios ou quartetos, formados preferencialmente por seus amigos mais próximos ou amigos que os conheçam bem. Digam que esta é uma atividade reflexiva, que pode significar muita coisa sobre sua própria identidade.
3. Antes de começar a atividade, dê um tempo (entre 5 e 10 minutos) para que cada aluno escreva uma lista de no mínimo 5 características sobre si mesmo e sobre cada outro estudante de seu grupo, numa das folhas entregues. Eles não devem compartilhar o que estão escrevendo, nesse primeiro momento. As características não podem ser características físicas (alto, baixo, magro, etc.), devendo estar relacionadas à personalidade de cada um (divertido, mal-humorado, engajado, *nerd*, desligado, estudioso, etc.).
4. Passado esse tempo, desenhe então um modelo na lousa, segundo o esquema da tabela abaixo, e peça para que cada aluno copie o modelo em sua segunda folha, dividindo-a em 4 quadrantes.

	Reconheço em mim	Não reconheço em mim
Os outros reconhecem em mim		
Os outros não reconhecem em mim		

5. Em seus grupos, os estudantes devem ler uns para os outros as características que escreveram sobre seus colegas. Cada estudante deve classificar, em sua tabela, cada característica que os colegas escreveram sobre ele, refletindo se reconhecem essas características em si mesmos ou não. Quando o estudante ler suas próprias características para os colegas de grupo, eles devem dizer se concordam com elas ou não, para que o estudante possa posicioná-las também em sua tabela.
6. Peça aos alunos que reflitam sobre a experiência e relacionem essa vivência com o conceito antropológico de identidade, pensando sobre como essa identidade é construída na sociedade.
7. Ao final, pode ser proposto um trabalho lúdico, com produção de vídeo ou material artístico, em que cada estudante tente representar, de alguma maneira, sua identidade.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Vimos que, para esses autores, a imaginação da sociedade (ou da diferença) dependia de um pressuposto. Segundo esse pressuposto, a sociedade esta-

va sempre em equilíbrio, ou tendia sempre ao equilíbrio. Os conceitos de estrutura social e função, portanto, são instrumentos para pensar a sociedade em equilíbrio.

2. Sim, há diferenças. Para os autores ingleses, estrutura é algo que se “vê” a olho nu, o analista vê a estrutura de uma sociedade e a descreve. Já para Lévi-Strauss, a estrutura não é visível, chega-se a ela por meio de uma série de deduções. A estrutura está no pensamento das pessoas; o antropólogo observa as práticas sociais e procura deduzir a estrutura. Outra diferença fundamental é que para os ingleses cada sociedade tem uma estrutura, enquanto para Lévi-Strauss a estrutura é universal.
3. A partir do pós-guerra os antropólogos voltaram sua atenção também para as sociedades ditas “complexas”, pois os processos de transformação ocorridos no mundo produziram novas realidades sociais. A Antropologia precisou elaborar novos conceitos para pensar a diferença, já que os conceitos empregados até então estavam relacionados ao estudo de sociedades pequenas e relativamente isoladas.
4. Etnicidade é um conceito para pensar a diferença em contextos de grandes variações culturais, quando há grupos distintos que se relacionam entre si. A etnicidade é uma boa forma de entender a diferença. Ela pressupõe o compartilhamento de alguma ancestralidade comum (costumes, religião, hábitos, etc.) e tem acentuado caráter político. Importam mais aos autores os processos de manutenção das diferenças do que os conteúdos culturais específicos de cada etnicidade.
5. Identidade é um conceito mais flexível para pensar a diferença, pois pressupõe que apenas interesses e formas de vida compartilhadas são suficientes para produzir identidades. O conceito de identidade é especialmente importante num cenário de grande fragmentação social, como o atual. Vale lembrar que identidade não é um conceito exclusivista: pode-se ter mais de uma identidade, misturar identidades, etc.

Interagindo

1. Podemos pensar a canção *Inclassificáveis* tanto sob a perspectiva de etnicidade como do ponto de vista de identidade. O conceito de identidade, porém, parece mais interessante, pois permite entender as misturas sucessivas que aparecem na letra da canção. O autor questiona definições como branco, índio ou preto e propõe em seu lugar múltiplas identificações (e justaposições), como “orientupis”, “judárabes”, etc. Essas misturas indicam a composição de identidades com base em diferentes heranças culturais. Mas poderíamos pensar também em etnicidades, se imaginarmos que essas misturas podem produzir ações políticas de defesa de interesses dos grupos.
2. Poderíamos ver nesses pequenos poemas uma das formas de expressão da etnicidade japonesa no Bra-

sil, sempre contrastando a intensidade da natureza brasileira com a memória do imigrante, que “não se acostuma” com o verde da garapa, que se surpreende com o maracujá verde, etc. Ao mesmo tempo, os poemas fazem uma reflexão sobre o processo da imigração: “avós em japonês, netos em português”. É possível dizer que esses haicais condensam uma reflexão étnica sobre a experiência do imigrante japonês no Brasil.

Contraponto

O desenho do cartunista Rafa ironiza a política da etnicidade, pois faz uma reflexão sobre a separação que tal política impõe. Como as reivindicações são construídas com base na ideia de etnia como entidade separada da maioria nacional, a diferença precisa ser sempre reafirmada. Desenhar um estômago no interior do qual um mapa delimita um espaço para a comida étnica é uma ironia e um questionamento das dinâmicas políticas da etnicidade.

SUGESTÕES DE LEITURA

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132001000200001>>.

DESCOLA, Philippe. Claude Lévi-Strauss, uma apresentação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300019&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000300019>>.

LANNA, Marcos. Sobre a comunicação entre diferentes antropologias. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100013&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011999000100013>>.

PEIXOTO, Fernanda. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, abr. 1998. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100004&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100004>>.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do “ensaio sobre o dom”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, out. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200004&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131999000200004>>.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “eticidade” na obra de Fredrik Barth. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100006&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132004000100006>>.

(Acesso em: 30 mar. 2013)

CAPÍTULO 4 | ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Este capítulo cumpre uma dupla função: descrever sucintamente a trajetória da Antropologia brasileira e, por meio dos temas escolhidos por ela, oferecer um panorama de várias populações brasileiras. Como veremos, a Antropologia no Brasil tem sido marcada por uma grande ênfase, como objeto de estudo, nas populações afrodescendentes e mestiças, em populações de áreas rurais, nos povos indígenas e em certos grupos urbanos. Essa elasticidade de preocupações favorece uma discussão do professor com os alunos, seja qual for o contexto social e econômico em que está inserida a escola.

Para melhor aproveitar o conteúdo do capítulo e motivar os alunos, você pode, em conjunto com eles, comparar a situação em que vivem com o que a Antropologia vem discutindo sobre situações semelhantes. Como no capítulo falamos brevemente de várias situações, o interessante seria propor uma investigação, com base em fontes antropológicas e sociológicas, a respeito de situações parecidas com aquelas vividas pelos alunos. A ideia seria, portanto, conectar a experiência dos alunos com a história da Antropologia no Brasil, o que tornaria mais clara a relação entre essa ciência, as várias populações que foram objeto de seu interesse e o processo de urbanização e modernização do Brasil.

Chame a atenção dos alunos para a imagem de abertura do capítulo, a obra *Metabiótica 13*, do artista brasileiro Alexandre Orion. A obra combina figuras grafitadas no muro e uma figura masculina que fala num orelhão característico de certa cidade brasileira. Tanto as figuras grafitadas no muro como a figura masculina fotografada são representações. Há diferença entre esses dois tipos de representação? Qual seria? Alguma delas reproduz a realidade? Qual delas? Por quê? É possível reproduzir a realidade? O que é realidade? Essas e muitas outras perguntas podem desencadear discussões interessantes e pertinentes ao tema deste capítulo, em especial ao item 5, que trata da antropologia urbana.

1. Os primeiros tempos

Este item trata do início da história da Antropologia no Brasil, embora seja possível identificar vários começos (alguns autores remetem aos textos dos cronistas do século XVII, por exemplo). Aqui a escolha foi pelo adensamento tanto intelectual como político da disciplina. No plano intelectual, temos uma influência inicial do darwinismo social, que predominou no pensamento das elites brasileiras até os anos 1930. Essa influência teve consequências políticas importantes, que influenciaram as políticas de imigração no Brasil.

Esta é uma oportunidade para relacionar a produção das Ciências Sociais com a transformação da realidade, com seus impactos concretos: a política de imigração do final do século XIX e início do século XX, por exemplo, mudou a constituição da população brasileira e isso como resultado, em grande parte, das ideias que predominavam naquele momento.

Este primeiro item trata ainda da inversão do discurso das Ciências Sociais sobre a mestiçagem: se antes era

um problema ou algo a ser usado para “branquear” a população, com Gilberto Freyre passa a ser justamente aquilo que distingue o país como um “paraíso racial” e berço de uma nova civilização. Essa perspectiva freyriana acabou por se tornar uma ideologia nacional com diversas implicações, como veremos em outros momentos do capítulo.

Neste item são citados vários autores significativos para a construção da Antropologia no Brasil. Estimule os alunos a consultarem a seção **Biografias**, no fim do livro, que oferece um breve resumo da vida e obra desses autores. A leitura desses verbetes pode ser muito útil para eventualmente sugerir novas leituras e pesquisas, ampliando o conhecimento dos alunos sobre a produção acadêmica em Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

A seção **Você já pensou nisto?** da página 77 favorece conexões com História, Movimentos Sociais, Ética, etc.

2. Antropologia e cultura popular

Exploramos aqui um período de transição na história da Antropologia brasileira, marcado pela lenta inserção dessa disciplina na universidade e pela progressiva formação de pesquisadores. Um dos destaques desse período são os estudos de comunidade e de aculturação, por um lado, e o início de uma influência funcionalista, por outro. Como temas importantes, destacaram-se a cultura popular e suas várias dimensões, e a questão da integração das diversas comunidades à sociedade brasileira (tanto as comunidades de imigrantes como as pequenas comunidades rurais em processo de urbanização).

Uma estratégia interessante que pode ser adotada na sala de aula consiste em destacar aspectos da cultura popular próximos à vida dos alunos. Essas práticas, em geral relacionadas com o mundo rural, adentraram as cidades e hoje são parte da vida cultural brasileira. Congadas, maracatus, folias de reis, etc., todas essas práticas foram e continuam a ser alvo da atenção da Antropologia.

Quando discutimos a passagem do Brasil rural para o Brasil urbano, muito recente em nossa história, sugerimos uma pequena reflexão na página 79, no boxe **Você já pensou nisto?**. Seguindo a ideia ali proposta, é possível realizar em sala de aula um trabalho de breves entrevistas etnográficas que resgate algumas diferenças entre essas duas conjunturas de nosso país. Para pensar o que significa viver na cidade ou no campo em um país urbano, os alunos utilizarão informações sobre a vida nas cidades e no campo.

Em sala de aula, você pode pedir aos estudantes que se juntem em duplas e pensem, em sua rede de contatos (família, conhecidos, vizinhos, etc.), quem poderia dar uma boa entrevista. Frise que é necessário que seja alguém mais velho, que tenha vivido antes da década de 1970 no Brasil, fosse no campo ou na cidade. Converse com os alunos sobre o que é uma entrevista etnográfica, que tipos de pergunta podem ser feitas, como gravá-la e transcrevê-la, e diga que irão analisar essas entrevistas em sala de aula. Cada dupla pode realizar pelo menos uma entrevista.

Agende com a turma um prazo para que as entrevistas sejam feitas e transcritas, e peça para que tragam as transcrições para a sala de aula. Em sala, forme um

grupo de alunos que entrevistaram pessoas que moravam no campo e outro de alunos que entrevistaram pessoas que moravam na cidade, na época do Brasil rural. As duas devem discutir umas com as outras para elaborar um breve texto, cartaz, vídeo, ou outro tipo de apresentação que responda à seguinte pergunta: “Onde está a herança rural no Brasil urbano dos dias de hoje?”.

A partir desse trabalho, é possível introduzir aos alunos pequenos trechos dos trabalhos antropológicos mencionados no capítulo, por exemplo, contextualizando-os na realidade dos estudantes.

3. A consolidação da Antropologia brasileira

Este item acompanha o processo de reprodução da Antropologia brasileira a partir da década de 1960, quando o número de antropólogos aumenta de forma gradual, e tem lugar nas universidades a criação de cursos de pós-graduação em Antropologia de forma exponencial. Essa grande expansão da disciplina (e também das outras Ciências Sociais, como veremos) resultou na necessária variação de temas abordados pelos antropólogos.

Essa diversificação contribuiu para enriquecer a produção do conhecimento, já que outras perspectivas teóricas foram incorporadas, como o estruturalismo de Lévi-Strauss e as teorias da etnicidade e da identidade. Nesse período, o processo de industrialização e urbanização do país torna-se objeto da atenção da Antropologia, preocupada tanto em analisar essa transição como em entender os processos que dela decorrem, entre os quais os efeitos do contato interétnico.

4. Antropologia e relações raciais

Esse é um tema particularmente importante para a Antropologia: as relações interétnicas (também chamadas de “raciais”). Nós o escolhemos para demonstrar com um exemplo temático o desenvolvimento da Antropologia no Brasil. As três primeiras seções do capítulo contaram essa história de forma progressiva. Agora, nos voltamos para um único tema como exemplo dessa história. Podemos ver como nas suas diferentes fases o tema das relações interétnicas foi pensado na Antropologia.

O importante é destacar como a questão étnica é crucial para entendermos tanto o Brasil como vários dos autores que vimos até aqui. Esta é uma ótima oportunidade para a discussão do tema do racismo no Brasil, confrontando o que lemos com a experiência dos alunos. Em qualquer contexto social, o tema do racismo tende a gerar muitas discussões, seja a partir de sua negação, seja a partir da defesa de posições de combate à discriminação racial. As Ciências Sociais demonstraram a existência de racismo no Brasil e suas consequências na exclusão das populações afrodescendentes e mestiças. Este é um bom momento para ressaltar essa realidade e discutir o que fazer para superá-la.

Neste momento, é oportuno indicar aos alunos alguns *sites* de ONGs dedicadas às reivindicações dos movi-

mentos negros, *sites* sobre cultura afrobrasileira, etc. Por exemplo: <www.casadasafricanas.org.br/>, <www.museuafrobrasil.org.br/>; <www.mafro.ceao.ufba.br/>, entre outros.

A seção nos oferece a oportunidade de, em sala de aula, desconstruir o senso comum de que vivemos uma democracia racial. Além disso, é uma boa chance de ajudar os estudantes a compreender a justificativa sociológica para políticas de promoção da igualdade racial como as cotas raciais em universidades federais. Para isso, podemos aliar conhecimentos de Sociologia a alguns estudos das áreas de História e Matemática.

Em sala de aula, traga informações ou oriente uma pesquisa dos estudantes sobre diferentes políticas de Estado racistas ao longo da história do Brasil. Algumas delas foram a própria escravidão, e as políticas pós-abolição (proibição dos filhos de ex-escravos frequentarem a escola pública, por exemplo, ou a ideia de privilegiar imigrantes europeus brancos como trabalhadores rurais em vez de contratar ex-escravos e pessoas negras, etc.). Aos poucos, construa com os estudantes a ideia de **vantagens e desvantagens sociais acumuladas**. Também é interessante explicar que não havia políticas raciais no Brasil até o final do século XX, pois o próprio Estado brasileiro sustentava o mito de uma democracia racial. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, por exemplo, só foi criada no século seguinte (XXI).

Como exemplos do reflexo que essas políticas racistas têm até hoje em nossa sociedade, é possível utilizar dados do IBGE sobre raça, disponíveis na internet (<www.ibge.gov.br/>), e em especial, é interessante trabalhar com o mapa da violência (<www.mapadaviolencia.org.br/>). Também podem ser utilizados os dados do Censo Nacional de Educação Superior e do Censo Escolar, também disponíveis *on-line* no portal do Inep (<<http://inep.gov.br/>>) na seção de informações estatísticas.

É importante notar que, independente da opinião dos estudantes ou da sua própria em relação às cotas, o objetivo dessa aula é explicar qual a **fundamentação sociológica** para que esse tipo de política pública exista. Explorando informações da História, e observando dados estatísticos com os estudantes, além de ter trabalhado o conteúdo do capítulo, esse tipo de relação deve ficar claro para a turma. Pode-se, também, aprofundar o debate caso você deseje, mas o ponto central aqui sugerido é compreender a realidade de maneira sociológica.

5. Antropologia urbana

Para fechar o capítulo, escolhemos como tema a Antropologia urbana, de modo a destacar sua importância para a Antropologia que se pratica hoje no Brasil. Atualmente, a maior parte dos antropólogos está voltada para o estudo de populações urbanas, e isso tem exigido da Antropologia uma série de reflexões sobre distância e proximidade. Tendo sido constituída para estudar as diferenças culturais e sociais muito evidentes (como a que existe entre as populações indígenas e a sociedade industrial), ao se voltar para a cidade ela precisa rever seus métodos.

Se o modo de fazer Antropologia pressupunha a diferença, como lidar com situações urbanas que não são tão diferentes da vida do pesquisador? Na tentativa de efetuar essa passagem, os antropólogos passaram a lidar com métodos para transformar o que parece próximo em algo distante, “exótico”, não familiar. Chama-se a isso um processo de *estranhamento*, pelo qual transformamos o que parece habitual e familiar em algo que nos é tão estranho quanto uma realidade cultural muito diversa.

Essa passagem introduziu na Antropologia uma nova característica: a de identificar outras “diferenças”, além das tradicionais. Práticas de gênero distintas, por exemplo, passaram a ser objeto de atenção. O capítulo tem a intenção de chamar a atenção para a necessidade de reflexão crítica sobre o preconceito homofóbico, ainda muito disseminado e com manifestações extremamente violentas e persistentes no Brasil. Ao mesmo tempo, antropólogas feministas passaram a estudar a opressão de gênero, uma realidade muito próxima das mulheres, também muito persistente no Brasil, enquanto a atividade política integrada às práticas acadêmicas tornou-se cada vez mais comum. O método de estranhar o que está muito próximo desempenhou um papel particularmente importante nesse processo.

Como estratégia para envolver os alunos, um debate sobre tribos urbanas pode ser bastante produtivo. Pichadores, grupos ligados à música e à dança, praticantes de esportes radicais são exemplos de grupos com modos compartilhados de pensar, vestir, comer, etc. Esta é uma boa oportunidade de estudar grupos como esses, próximos da realidade do aluno, para entender de que maneira eles produzem um certo “estilo de vida”.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. Porque se baseavam em teorias ligadas ao darwinismo social, que relacionavam a capacidade de evolução dos povos a características raciais. Esses pensadores acreditavam que o Brasil não contava com uma população capaz de construir uma nação avançada. A realidade racial brasileira e o alto índice de miscigenação impediriam a construção de uma nação branca. Influenciados por essas ideias, pensadores como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna adotaram uma visão pessimista do Brasil.
2. Ambos os campos da Antropologia (estudos culturais e estudos de aculturação) buscam investigar os processos de transformação sofridos pela sociedade, de maneira geral e, no caso mais específico desse capítulo, da sociedade brasileira na transição do rural para o industrial.
3. Nessa época surgiu e ganhou força a abordagem funcionalista, que buscava uma compreensão maior sobre a relação entre as partes do “todo” que formaria a sociedade. A ideia dessa abordagem era compreender verdadeiramente como cada sociedade funciona, para

refletir também sobre a mudança social (contribuindo com o debate corrente na época, mencionado na questão anterior). A cultura popular deixa de ser considerada um mero vestígio do passado e passa a ser vista como manifestação cultural legítima e dinâmica das camadas populares, articulada ao conjunto de transformações urbanas e sociais.

4. Gilberto Freyre e Arthur Ramos inverteram o sinal da mestiçagem: se antes essa característica era vista como negativa, passou a ser considerada como algo essencialmente positivo. Para esses autores, a mestiçagem definia uma nova civilização, mais justa racialmente e com algo a ensinar ao mundo. Segundo essa ideia, o Brasil era uma espécie de laboratório de civilização para o mundo, um exemplo a ser seguido.

5. Tradicionalmente voltada para o estudo de populações indígenas e comunidades rurais, ao longo do século XX, a Antropologia se viu diante de um país em transformação. Esse processo levou muitas pessoas do campo para as cidades, onde passaram a constituir um novo foco de interesse da Antropologia. Esse movimento estimulou a produção de uma Antropologia voltada para temas urbanos. Por outro lado, a urbanização resultou em novas frentes de expansão econômica, que afetaram as populações indígenas, colocadas compulsoriamente em contato com a sociedade industrial. Nessas circunstâncias, a Antropologia passou a estudar também o contato interétnico estimulado pela urbanização crescente.

Interagindo

1. A letra da canção de Chico Science e Lucio Maia afirma que “somos uma miscigenação” e que “não há nada de errado com isso”. Podemos relacionar esse ponto de vista com o de pensadores brasileiros que, dos anos 1930 em diante, passaram a valorizar a mestiçagem como algo essencialmente positivo para o país. Chico Science argumenta ainda que “o seu e o meu [sangue] são iguais, corre nas veias sem parar”, indicando que somos todos iguais. Essa afirmação se aproxima do ponto de vista de Darcy Ribeiro em seu livro *O povo brasileiro*. Outra relação possível se verifica entre povo e cultura popular (“Costumes, é folclore, é tradição”). Subjacente à composição, há uma visão otimista quanto às manifestações da cultura popular (“É o povo na arte/é a arte no povo”), vistas como expressões artísticas legítimas. Podemos ainda considerar a última estrofe, na qual manifestações tradicionais da arte popular aparecem combinadas com termos que sugerem modernidade (“Maracatu psicodélico”, “Berimbau elétrico”). Dessa forma, o compositor vê a cultura popular atravessada pela vida urbana e suas modernidades, o que nos permite relacionar as imagens da canção com os interesses da Antropologia urbana brasileira.
2. A dimensão que diferencia uma canção da outra é a ideia de que o Brasil é “o país da contradição”. Essa frase, contida em um verso da canção de Lenine, re-

mete aos nossos problemas sociais, entre os quais a enorme desigualdade social. Ao mesmo tempo, Lenine afirma que a cultura popular é “o charme desta nação”. Temos aí também uma contradição entre a importância da cultura popular e a desigualdade social. Podemos relacionar essa contradição com os interesses da Antropologia urbana, que estuda as populações marginalizadas das cidades, fragilizadas pela injustiça social (intensificada pela urbanização descontrolada) e, ao mesmo tempo, valoriza suas práticas culturais.

Contraponto

1. A tira de Laerte aborda a discriminação baseada em opções que fogem do que alguns antropólogos consideram “heteronormatividade”. O personagem Muriel é um *transgênero*, termo que indica uma pessoa cujo comportamento não corresponde ao papel social atribuído ao gênero designado para ela no nascimento (Muriel tem órgãos genitais masculinos, mas se veste como mulher). Laerte, autor da tira e também um transgênero, mostra como a mídia lida com os comportamentos de gênero não heteronormativos, reproduzindo preconceitos e estereótipos. A Antropologia brasileira tem procurado dar sentido às distintas práticas de gênero, além de combater esse preconceito.

SUGESTÕES DE LEITURA

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da “raça”: antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, dez. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000200013&lng=pt&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000200013>>.

CORREA, Mariza. O mato & o asfalto: campos da Antropologia no Brasil. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano1v1_artigo_mariza-correa.pdf>.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo social*, São Paulo, v. 15, n. 1, abr. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>>.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e Ciências Sociais no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300006&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000300006>>.

PEIRANO, Mariza. A Antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, 2000. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_219-232.pdf>.

(Acesso em: 30 mar. 2013)

CAPÍTULO 5 | TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA ANTROPOLOGIA

Neste capítulo, último da **Unidade 1 | Cultura**, apresentamos um panorama atualizado da Antropologia contemporânea. Nele abordamos alguns temas que consideramos mais importantes e interessantes para os alunos. É importante destacar que essa escolha foi difícil, e que muitos temas ficaram de fora, o que é inevitável dada a amplitude das Ciências Sociais nos dias de hoje. O recorte reuniu temas como história, gênero e Antropologia reversa, ou simétrica.

Esses temas podem parecer complexos e os conteúdos um tanto abstratos, mas isso é decorrência do desenvolvimento das Ciências Sociais. No decorrer do capítulo procuramos simplificar as discussões e manter o foco nas principais ideias. A exposição desses conteúdos pode ser facilitada com discussões coletivas e a análise de outros exemplos, além dos apresentados no livro.

O grafite de Banksy reproduzido na abertura do capítulo, uma menina debaixo de um guarda-chuva, foi feito em 2008 numa esquina de Nova Orleans, nos Estados Unidos, três anos depois da enchente provocada pela passagem do furacão Katrina, quando mais de um milhão de pessoas foram evacuadas da cidade. Os mais atingidos foram os moradores da periferia, em sua maioria negros e pobres.

Na imagem, chove debaixo do guarda-chuva e não fora dele: em vez do guarda-chuva abrigar a menina, acontece o contrário. O que faz pensar na ilusão de estar abrigado, quando não há abrigo possível. A imagem sugere o imponderável e a surpresa, o que podemos relacionar com os conteúdos do capítulo. As teorias antropológicas recentes desafiam até mesmo as mais arraigadas concepções de ciência.

1. O que vimos até aqui

Começamos por demonstrar ao aluno que mesmo sem saber, ele esteve lidando com temas da Antropologia contemporânea em capítulos anteriores. Agora retomamos esses temas e os apresentamos sob outra perspectiva, interessada em mostrar como essas questões impactam a Antropologia atual.

Dos vários exemplos utilizados, o mais relevante é o que podemos chamar de “crítica da autoridade etnográfica”, elaborada pelos antropólogos “pós-modernos”. A autoridade etnográfica foi abordada no capítulo 2, e pode ser retomada por meio dos exemplos de construção de estereótipos. O estereótipo é uma espécie de “autoridade etnográfica” coletiva, no sentido de que partilhamos de imagens preconceituosas de alguns grupos ou populações. A retomada de uma discussão sobre racismo é oportuna.

No que se refere à crítica da autoridade etnográfica, a questão para os antropólogos era como não contaminar o texto (teses, artigos, etc.) com uma descrição do Outro engessada, na qual os descritos não tinham nenhuma influência. Ou seja, a questão mais importante era procurar um meio de descrever os Outros de uma forma mais

justa e legítima. Um dos resultados dessa perspectiva foi colocar em suspeita o principal meio de divulgação do conhecimento antropológico: os textos escritos. De uma hora para outra, todos os textos pareciam autoritários e produtores de estereótipos e os antropólogos se viram numa situação difícil. Como escrever e não ser autoritário? Esse dilema foi tão intenso que alguns dos pós-modernos preferiam abandonar a Antropologia! No entanto, essas críticas foram matizadas e transformadas num alerta contra descrições autoritárias e não num modo de paralisia na produção do conhecimento.

O exercício proposto no box **Você já pensou nisto?** (p. 94), de desconstrução do texto, pode ser trabalhado em sala de aula de maneira visual e lúdica, mas também analítica. Você pode escolher uma notícia recente, por exemplo, que tenha sido apresentada de várias maneiras em diversos veículos de comunicação: textos descritivos (notícias), colunas de comentaristas, etc. Sugerimos que visite o *site* Wordle (<www.wordle.net/create>) para criar uma nuvem de palavras que se organiza conforme a frequência de certas palavras em diferentes textos. Evidentemente, a nuvem de palavras de cada um dos textos que noticiam o mesmo fato será bem diferente.

Basta visitar o *site*, colar o texto no primeiro campo do formulário e clicar em “Go”. O aplicativo do *site* vai gerar uma imagem. Você pode mudar as cores, fontes e tamanhos das palavras utilizando o menu superior de edição, que será mostrado. Em seguida, utilize o aplicativo “ferramenta de captura” e salve a imagem, ou utilize a tecla “print screen” do teclado e cole a imagem num editor como o Paint, Photoshop ou Corel Draw, salvando-a no formato que julgar mais adequado. Você poderá imprimir essas imagens e levar para a sala de aula, ou projetá-las de alguma maneira para que os alunos vejam.

Inicie a aula mostrando as imagens e perguntando aos estudantes sobre o que eles acham que cada notícia ou texto vai falar, e em seguida pergunte se parece a eles que estão falando da mesma coisa ou de coisas distintas. Apresente, então, os textos originais, e reflita com eles sobre o significado de escolhermos certas palavras para nos referirmos a determinado fato, pessoa, etc. Evidencie o viés ideológico diferente das variadas fontes que você tiver escolhido, compartilhando essas percepções com os estudantes.

Você também pode separar uma notícia, ou texto, para que os alunos analisem individualmente ou em duplas, durante a aula ou como tarefa de casa. No caso, peça a eles que sublinhem palavras e frases que parecem julgar, qualificar ou caracterizar fatos e pessoas, refletindo sobre como poderiam ser feitas substituições ou reformulações que mudassem o ponto de vista do autor.

2. Gênero e parentesco

A intenção aqui é destacar a importância que a discussão sobre gênero tem para a Antropologia contemporânea. Esta é uma boa oportunidade para introduzir uma reflexão sobre a homofobia e a violência contra as mulheres, dois graves problemas sociais brasileiros, sustentados por um preconceito estrutural. Este item foi

pensado também como um instrumento de conscientização e combate ao preconceito. Provavelmente, entre todas as questões levantadas nesta unidade (como o racismo, por exemplo), a discussão sobre gênero é a que mais encontrará resistências, parte delas vindas de posições religiosas conservadoras.

A Antropologia, preocupada em incorporar o ponto de vista daqueles que estuda, serve como um instrumento para dizer algo sobre o gênero sem recorrer a estereótipos. Relativizar o papel da mulher e do homem em diversas sociedades é um recurso poderoso para fazer o aluno pensar: “Por que na minha sociedade, no meu bairro, na minha casa é assim?”. Mas aqui não basta constatar a diferença. O importante é atrelar a essa percepção da diferença a experiência das lutas de mulheres e homossexuais pelo reconhecimento de seus pontos de vista. É importante mostrar como o humor que ridiculariza os homossexuais na TV, por exemplo, é um instrumento para impedir que esse grupo conquise direitos. Essa reprodução de estereótipos na TV pode ser pensada também como um exercício de autoridade etnográfica “coletiva”, aproveitando a discussão da seção anterior do capítulo.

Para aproximar esse tema do cotidiano dos alunos, você pode sugerir a eles que assistam uma ou duas horas de diferentes canais de TV e identifiquem programas e propagandas onde aparecem estereótipos e discriminação de gênero, etnia, situação social, aspecto físico ou qualquer outro. Para esse exercício, a classe pode ser dividida em grupos e cada grupo ficar encarregado de um tema. Os resultados da pesquisa podem ser tabulados em classe, resultando num gráfico quantitativo dividido por temas. Por exemplo, em duas horas, os alunos de um grupo anotaram cinco ocorrências no canal X: três cenas que continham estereótipos étnicos e duas propagandas com discriminação de gênero.

Esses resultados podem ser usados para construir uma tabela que indique na vertical os temas, e na horizontal os canais. Na confluência das linhas devem ser registradas as ocorrências identificadas pelos alunos. A construção dessa tabela pode permitir aos alunos identificar ao menos duas informações relevantes: perceber se algum dos canais veicula mais imagens discriminatórias que outros, e se algum tipo de discriminação (contra os homossexuais, por exemplo), é mais frequente que as demais.

Essa primeira tabela pode sugerir ao professor a continuidade da pesquisa, com a colaboração dos alunos. Pode-se identificar algum grupo que tem sido retratado de forma especialmente preconceituosa na primeira tabela, por exemplo, e tentar aprofundar a pesquisa com os alunos, aumentando o tempo de coleta de dados (como duas horas a cada dia durante uma semana). Essa nova pesquisa pode dar mais informações, pois os alunos podem descrever não apenas que o grupo foi apresentado de forma discriminada, mas também especificar a forma como isso acontece (em programas de humor, em propagandas, em telenovelas, etc.). Ou seja, a segunda pesquisa é um aprofundamento da primeira, que identificou algumas questões que podem ser mais bem exploradas na segunda pesquisa. Esse exercício ilustra o

trabalho de um pesquisador, que vai descobrindo coisas ao longo do trabalho através de indícios que são depois investigados mais a fundo.

Outra importante discussão diz respeito a discussão sobre gênero. Enquanto no senso comum falamos de “gênero” em geral para falar sobre mulheres, a Antropologia entende que os homens também têm gênero, e a categoria “homem” também é socialmente construída. No esquema simbólico de nossa sociedade, essas duas categorias são consideradas as únicas possíveis como identidade de gênero (uma pessoa pode se identificar apenas como homem ou mulher), são consideradas excludentes (uma pessoa não pode se identificar como homem e mulher ao mesmo tempo), e são consideradas opostas e complementares.

A filósofa Judith Butler (1956-) elaborou a ideia de “matriz heterossexual” para ilustrar a forma hegemônica de entendermos o gênero. Segundo ela, na forma de pensar mais aceita em nossa cultura, o gênero é binário (só haveria dois), fixo (não é possível mudar de gênero), e está ligado a um tipo específico de prática sexual, que é a heterossexualidade (prática sexual com o gênero considerado “oposto” àquele com o qual você se identifica). Ela faz uma crítica, tomando exemplos antropológicos de outras sociedades, para dizer que esta não é a única forma possível de se pensar o gênero, mesmo em nossa sociedade.

A pesquisa sugerida pode ser interessante para permitir aos estudantes desconstruir o senso comum de que os comportamentos de gênero têm base biológica. Alguns documentários e filmes são muito úteis para trazer esta discussão à sala de aula, como o argentino *XXY*, o documentário *Transgêneros: Identidade e Gênero* realizado pelo canal *National Geographic* e disponível na internet, o longa-metragem *Tomboy*, o filme independente *Hedwig – Rock, amor e traição*, entre outros.

3. Antropologia e História

Vimos vários momentos da relação entre Antropologia e História ao longo dos primeiros capítulos (do evolucionismo ao funcional-estruturalismo, passando pelo culturalismo). Neste momento, a intenção é destacar a discussão contemporânea, na qual se destaca sobretudo o trabalho de Sahlins. A Antropologia interpretativa de Geertz também tem bastante relevância, principalmente por ter influenciado o trabalho de muitos historiadores. Mas isso ocorreu mais pela ideia de Antropologia de Geertz do que propriamente por uma reflexão sobre a história.

No trabalho de Sahlins, a história aparece como tema fundamental, pois ele pretende fazer Antropologia de tempos passados, como por exemplo descrever o Havai do século XVIII com base em fontes variadas. Para fazê-lo, Sahlins avança por uma discussão que termina na percepção de que os havaianos tinham uma noção de História totalmente diferente da dos ingleses, o que gerava uma série de coincidências e desentendimentos. Trabalhar com a ideia de diferentes percepções do tempo pode ser muito interessante, principalmente se for possível estimular os alunos a conversarem com parentes ou conhecidos mais velhos. A diferença de percepção do tempo também está relacionada às transformações

na sociedade, a novas ferramentas tecnológicas, etc. Fazer o aluno perceber que a forma pela qual ele sente o tempo é relativa pode ser bastante produtivo.

4. Antropologia como invenção

Destacamos nesta seção a obra de Roy Wagner que, embora tenha sido publicada em 1975, apenas recentemente começou a receber destaque, por influência do trabalho de Marilyn Strathern e Eduardo Viveiros de Castro. O argumento de Wagner é realmente muito complexo (Strathern afirmou ter entendido apenas cerca de 20% do que ele escreveu no livro *A invenção da cultura*). Interessa aqui destacar a importância da ideia de uma Antropologia reversa, que é aquela na qual os conceitos do nativo (ou seja, formulados pelos nativos) entram em pé de igualdade com os conceitos (do antropólogo) sobre o nativo. Isso significa que do mesmo modo que usamos conceitos para pensar a experiência dos Outros, eles também o fazem conosco. E mais, podemos usar esses conceitos dos nativos para pensar nossa sociedade e nossa própria Antropologia.

Dessa forma, o encontro etnográfico (visto como o lugar de produção de uma autoridade etnográfica pelos pós-modernos) ganha novo sentido: não mais estamos descrevendo o nativo, mas pensando com ele, sobre ele e com as categorias dele. Esse encontro criador, inventivo, depende de uma concepção de cultura também inventiva. Para Wagner, a cultura é um grande processo de invenção cotidiana por seus “usuários”. Estamos todos inventando cultura com base no que vivemos e essas invenções podem transformar a cultura, sempre em movimento. Se o nativo tem uma cultura inventiva, também a tem o antropólogo. O encontro etnográfico, portanto, só pode ser ele próprio uma invenção (criação). Esses movimentos teóricos e metodológicos de Wagner, influenciados pela antropologia de Schneider, estimularam a criação de outra forma de pensar a Antropologia, que será estudada no item 5.

5. A Antropologia e as grandes rupturas

Depois dessa visão panorâmica da Antropologia contemporânea, podemos abordar agora o desenvolvimento de uma nova Antropologia. Conhecida por vários nomes – simétrica, pós-social, reversa – essa Antropologia faz parte da crítica a alguns fundamentos do pensamento ocidental, caracterizados como “dualismos estruturantes”: natureza/cultura, indivíduo/sociedade, antropólogo/nativo. Ao produzir uma “Antropologia do centro”, o filósofo, sociólogo e antropólogo francês Bruno Latour investiga a ação de cientistas e descobre como a ciência opera por meio de uma sucessão de acordos sobre o que seria a natureza das coisas. Esses acordos mudam e revelam que o que é descrito (a natureza) não é algo realmente separado do mundo da cultura, que podemos descrever como externo a nós. Essa pressuposição científica se baseia na divisão entre natureza e cultura, que é, do ponto de vista de Latour, apenas uma crença moral, que a ciência se esforça em reproduzir (eliminando de cena tudo aquilo que evidencie que essa separação é arbi-

trária e que Latour chama de “híbridos”). Latour defende que o que vemos como ciência é o resultado final (e temporário) de um processo feito por pessoas manipulando coisas (que ele chama de rede sociotécnica). No entanto, esse processo é eliminado do resultado final da ciência, que aparece como algo puro e acima da realidade. Esse processo é ele mesmo um híbrido, pois evidencia que a ciência é resultado de decisões humanas variadas, em disputas políticas e econômicas. A ciência precisa apagar os vestígios desse processo para aparecer como pura e como explicação efetiva da “natureza”. Latour demonstra, portanto, que a “natureza” dos cientistas é resultado de um processo social! Tudo aquilo que indica que a “natureza” é um processo social é um híbrido, pois evidencia que a separação entre natureza e cultura é apenas um acordo social. A ciência, portanto, precisa “esquecer” desses híbridos para se legitimar.

Essa crítica dos grandes dualismos, juntamente com a Antropologia reversa de Wagner, permitiu aos antropólogos olhar para as outras sociedades sem impor a elas categorias da sociedade ocidental. Aplicaram, assim, as categorias daquelas sociedades para questionar a categorias que sempre vimos como evidentes. Strathern, por exemplo, ao perceber que em Hagen (Papua Nova Guiné) não há a percepção de algo como uma “sociedade”, passa a criticar a ideia de que esse conceito sirva para explicar qualquer população ao redor do mundo. Essa e muitas outras desnaturalizações vieram junto com a nova Antropologia. Um dos principais exemplos disso é o trabalho de Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo brasileiro de renome internacional.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Para os pós-modernos, a produção do texto antropológico envolve sempre uma descrição e uma narração sobre o Outro que, em geral, não dá voz a ele. É o antropólogo que fala por ele. Esse processo é visto como autoritário pelos pós-modernos, pois não permite contestação e é feito nos termos do antropólogo e não nos termos do Outro. Isso resulta no que os pós-modernos chamam de “autoridade etnográfica”.
2. A noção de gênero aparece para superar as dificuldades que a naturalização da diferença entre homem e mulher (em termos biológicos) impõe. Gênero é definido socialmente de formas variadas em sociedades diferentes. O que é o homem e o que deve fazer um homem varia de sociedade para sociedade, assim como o que é a mulher e outras categorias de gênero (homossexuais, travestis, transgêneros, etc.). Se os papéis de homens e mulheres variam, não há uma relação entre sexo e gênero que seja natural. Gênero é sempre algo construído e pode, portanto, ser alterado, reformulando-se os papéis atribuídos.
3. Os antropólogos culturalistas estadunidenses desenvolveram o conceito de cultura, mas não levaram esse desenvolvimento para a noção de história. Continuavam a pensar que o tempo passa e é visto

e sentido da mesma forma em todos os lugares (como se fosse universal). Sahlins demonstra que a percepção do tempo e a forma de pensar a história também são condicionados culturalmente, e variam bastante. Ou seja, cada cultura se apropria do tempo à sua maneira e o antropólogo deve sempre levar isso em consideração.

4. Roy Wagner desenvolveu a ideia de “invenção da cultura” que, à sua maneira, lida com a questão da autoridade etnográfica levantada pelos pós-modernos. Para Wagner, a cultura é um processo de invenção (no sentido de criação) constante de todas as pessoas, o que produz um fluxo de transformações e estabilizações temporárias. Tanto o antropólogo como o nativo inventam cultura. Desse modo, o encontro etnográfico só pode ser pensado como uma invenção particular decorrente da vontade de conhecer mais a vida do nativo. Esse encontro deve colocar os conceitos nativos no mesmo patamar dos conceitos do antropólogo. Isso possibilita entender a invenção e evitar a supressão da voz do nativo, o que ocorre quando o antropólogo escreve e usa apenas seus conceitos para descrevê-lo.
5. A crítica desse dualismo, feita por Latour, Strathern, Descola e outros, implica em pensar que nem todas as sociedades dividem o mundo em uma parte humana (cultura) e outra parte exterior (natureza). Isso permite tanto um olhar crítico para a ciência, baseada nesses princípios, como entender outras formas de pensar o mundo sem reduzi-las à distinção natureza/cultura. Permite entender, por exemplo, que os indígenas da Amazônia têm uma visão de mundo oposta àquela que ensinava a velha Antropologia: para eles, todos os seres têm cultura, mas naturezas diferentes.

Interagindo

1. A letra da canção da Legião Urbana enfatiza a ideia de um tempo linear, que pode ser perdido, deixado para trás. Não se tem mais o tempo que passou. Porém, em outro momento afirma que “temos nosso próprio tempo”, indicando que talvez essa noção de tempo seja diferente da dos demais, aqui falando especialmente do tempo segundo a percepção da juventude (afinal, “somos tão jovens”). Já para Caetano Veloso, na *Oração ao tempo*, ele “parece contínuo”. É possível, entretanto, sair “do teu círculo”. Ou seja, escapar do tempo, que parece contínuo e se reencontrar com ele “num outro nível de vínculo”. As duas canções revelam uma percepção de tempo linear, própria da sociedade capitalista, mas também levantam uma suspeita sobre essa linearidade: Caetano Veloso vê o tempo como um círculo; a Legião Urbana, como um tempo próprio e diferente para a juventude. Podemos relacionar essas reflexões com a discussão de Sahlins sobre a variação da percepção da história conforme as culturas. Sahlins imagina diferentes percepções do tempo e essas canções parecem convergir para a mesma conclusão.

2. Nesse cartum de Scott Hilburn vemos uma alternância radical de pontos de vista: o urso se senta diante do balcão como um humano e, como um humano, usa um chapéu com um traseiro animal. Só que o traseiro animal usado pelo urso é um traseiro humano! Ou seja, temos aqui uma inversão radical de perspectivas. A imagem sugere uma ruptura com nossas divisões entre natureza e cultura ao produzir essa estranha associação. Podemos relacioná-la, assim, às críticas aos “grandes divisores”, produzidas pela Antropologia contemporânea. Nesse caso, a imagem é especialmente relacionável às etnografias sobre os ameríndios amazônicos, analisados por Eduardo Viveiros de Castro, pois representa uma inversão de perspectivas: o urso aparece como humano e o chapéu do urso é como o chapéu de traseiros de raposa dos humanos, mas é feito de um traseiro humano.

Contraponto

1. Podemos pensar o encontro etnográfico (a experiência do trabalho de campo) como uma experiência semelhante ao poema de Paulo Leminski. O poeta evoca a ambiguidade da viagem e a transformação que ela causa tanto na ida como na volta. A essa ambiguidade podemos relacionar a ideia de “invenção” de Roy Wagner, segundo a qual o encontro etnográfico produz outra realidade, que altera a perspectiva do antropólogo (ou deveria alterar).

SUGESTÕES DE LEITURA

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARRARA, Sérgio. Uma “tempestade” chamada Latour: a Antropologia da ciência em perspectiva. *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 12 (1), 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/physis/v12n1/a12.pdf>.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores do antropólogo: Antropologia pós-social e Etnografia. *PontoUrbe*, São Paulo, ano 2, 2008. Disponível em: <<http://n-a-u.org/pon-tourbe03/Goldman.html>>.

LATOUR, Bruno. Por uma antropologia do centro. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, 2004, p. 397-413. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200007&lng=en&nrm=iso>.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na Antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, fev. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100009&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100009>>.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Questões de fronteira: sobre uma Antropologia da História. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 72, jul. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200007&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002005000200007>>.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, out. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200007&lng=en&nrm=iso> e <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131999000200007>>.

(Acesso em: 30 mar. 2013)

CONCLUINDO 1

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Capítulo 1

1. A imagem do século XVII representa muito do que falamos nesse capítulo: induz a entender o contato como um processo civilizatório, aqui mediado pela religião, com o objetivo de salvar as almas dos “selvagens”. O poder da Coroa, que a imagem representa como derivado de forças divinas e religiosas, faz da colonização uma espécie de dever ou fardo da metrópole “civilizada”.
2. Resposta pessoal.
 - Professor, essa atividade pode se tornar mais interessante se as respostas forem dadas oralmente, envolvendo toda a turma. Você poderá auxiliar os alunos a identificar ou pesquisar as culturas e regiões originárias das práticas, alimentos ou técnicas citados.
 - O texto serve como um aviso para percebermos como nossos hábitos são o resultado de diversas interações históricas. Quando olhamos para as populações indígenas como “menos indígenas” ou como “falsos indígenas” em razão do uso que fazem de artefatos da sociedade ocidental, ou mesmo pelo desejo de artefatos e práticas ocidentais, estamos esquecendo aquilo que o trecho citado nos sugere. Se nós podemos continuar sendo brasileiros mesmo que convivendo com práticas criadas em outros contextos (como os norte-americanos na citação de Ralph Linton), por que populações indígenas não poderiam? Assim, o trecho citado produz um estranhamento por sua ironia e até pelo humor, sugerindo que qualquer resposta que relacione esse uso de “coisas” estrangeiras com o direito das populações indígenas de fazer o mesmo, sem deixar de ser indígenas e, portanto, sem perder direitos que a Constituição lhes garante, é correta.
3. Essa questão parte de um texto sobre “arte indígena” que pode nos ajudar a pensar um pouco sobre como a arte é vista em nossa sociedade. Desde quando a arte passou a constituir um campo à parte, separado da vida cotidiana? O que chamamos de *design* não seria um retorno da expressão artística ao mundo do vivido, da experiência do dia a dia? Essas questões levam a uma reflexão sobre a relação entre arte e o mundo da vida, e não só do lugar da arte nas sociedades indígenas.
 - Como já foi visto no capítulo, o nível de elaboração e sofisticação da chamada “arte indígena” impede que ela seja considerada produto de uma

sociedade “primitiva” como afirmavam as teorias evolucionistas.

- Resposta pessoal.
- Resposta pessoal.

Capítulo 2

1. Na tira apresentada, o cartunista Laerte sugere que os padrões podem aparecer como amarras, remetendo à ideia de repressão. O costume impõe determinados comportamentos de forma autoritária, o que gera consequências. Aqui, a crítica refere-se à definição dos papéis de gênero: coisas para homens e coisas para mulheres. Os padrões podem ser muito opressivos para aqueles que não se adaptam a eles. A implicação disso é o preconceito contra aqueles que não se ajustam aos modelos.
2. O artigo de Hélio Jaguaribe defende a ideia de que “As populações civilizadas do mundo são descendentes de populações tribais, que seguiram, em todos os países, o secular caminho que leva os paleolíticos a se transformarem em neolíticos e estes, em civilizados”. Ou seja, pressupõe o mesmo processo de evolução “em escada” proposto pelos evolucionistas no século XIX, e que também serviu de justificativa ideológica para os colonialismos do século XIX (como o colonialismo inglês na África e Ásia, o colonialismo francês na África e Sudeste asiático, etc.). Do ponto de vista desse autor, há apenas um caminho a ser seguido pelos indígenas, que é o da civilização. Ora, vimos como a ideia de evolução em um caminho único é criticada por Boas, pois é essencialmente etnocêntrica. Hélio Jaguaribe afirma ainda que “Em termos antropológicos (...) é impossível sustar o processo civilizatório”. Ou seja, pressupõe que o progresso é inevitável e ainda considera essa reflexão antropológica. Essa reflexão é de fato antropológica, mas de acordo com os parâmetros do século XIX, pois no século XX a ciência antropológica se dedicou justamente a questionar essa ideia, vista desde então como preconceituosa.

Capítulo 3

1. O cartum de Laerte relaciona o machismo, que poderíamos chamar de “velha identidade”, seguindo Stuart Hall, com a ridicularização dos homossexuais na TV e com os assassinatos de travestis no Brasil. Laerte identifica nessas ações uma resistência às mudanças que já estão presentes no cotidiano brasileiro. As identidades homossexuais, transsexuais e transgêneras são uma realidade e representam a forma de expressão de uma parte considerável da sociedade brasileira. Uma parte que luta por seus direitos, utilizando-se constantemente do conceito de identidade para defender seu modo de vida. Podemos dizer que esse cartum é um instrumento político de combate ao machismo que discrimina esses grupos.
2. Essa atividade visa a uma valorização da herança cultural negra e depende de uma pesquisa, que pode ser feita facilmente pela internet. Informações sobre as

diversas populações citadas podem ser encontradas em diversas fontes. Em termos gerais, esses são nomes genéricos para várias populações de língua cujo tronco é o banto (exceto os Quiloma e os Mina, falantes de línguas de outros troncos), que predominavam em grande parte da África central. Muitos escravos trazidos para o Brasil vieram dessas regiões. Várias práticas culturais brasileiras têm relação com a herança banto (como a congada, a capoeira, etc.). Zumbi, por sua vez, foi o último líder do Quilombo dos Palmares, que durou de 1580 a 1695, numa região que hoje pertence ao estado de Alagoas. Quilombos são agrupamentos populacionais formados por escravos que fugiam da tirania da escravidão. Muitos quilombos fizeram parte da história do Brasil; alguns deles, como o de Palmares, eram verdadeiros estados dentro do estado (por isso foram tão combatidos). Palmares foi atacado diversas vezes e finalmente derrotado por um grande esforço da Coroa portuguesa. Hoje representa um símbolo da resistência negra à opressão racial. Atualmente, muitos descendentes de quilombolas reivindicam o direito à terra com base na ocupação ancestral de territórios espalhados por todo o Brasil.

Capítulo 4

1. A charge de Laerte apresenta um paradoxo entre a cultura popular (os integrantes das escolas de samba que desfilam na avenida durante o Carnaval) e a elite brasileira (que assiste ao desfile dentro do camarote, separada da população em festa). Os passistas querem saber se a elite também participa da festa que pertence às classes populares, ou se apenas “assistem”. A charge indica um dilema entre a representação do país (o Carnaval é uma forma de pensar o país) e a distância que as elites mantêm, quase que como espectadores. A charge também pode ser lida como uma representação da distinção entre classes sociais (entre os que estão nos camarotes e o que estão na rua, ou passarela), que vimos ser uma das marcas da urbanização brasileira desde a década de 1950. Podemos dizer que essa tensão entre as classes é uma das questões da antropologia brasileira, olhando em geral para as populações em situação de fragilidade, mas que ao mesmo tempo são produtoras de símbolos, práticas e ritos que podem representar a nação brasileira.
2. Tanto Roberto DaMatta como Darcy Ribeiro pretendem explicar o Brasil, e ambos se surpreendem com o povo brasileiro. Mas vemos que apenas Ribeiro dá continuidade à definição do país a partir da miscigenação, a partir da formação do povo brasileiro. DaMatta procura a explicação em outro lugar, e parte do contraste entre povo e elite (o primeiro esquecido e a segunda, egoísta), do embate entre as diferentes partes que compõem a sociedade. Ribeiro prefere destacar o que considera um novo modelo de civilização, criado pela miscigenação, o que remete aos textos de Gilberto Freyre e à mitologia da democracia racial. Ou seja, para Darcy Ribeiro o Brasil é pensado a partir da colonização

portuguesa e do fato desta ter relacionado três diferentes matrizes culturais (portuguesa, africana e indígena), o que o aproxima de Gilberto Freyre. Já para Roberto DaMatta, o processo histórico que explica o Brasil é a distinção radical entre elite e povo, entre aqueles que detêm o poder e a riqueza e os excluídos: DaMatta olha mais para a história da produção dessa diferença enquanto Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro privilegiam mais a formação de um único povo miscigenado.

3. Gilberto Velho pretende demonstrar que o que vemos numa sociedade urbana é um conjunto muito complexo de grupos, pessoas e identidades distintas e que, em relação a elas, talvez a nossa distância seja a mesma que existe entre um pesquisador e populações indígenas, por exemplo. Velho defende a possibilidade de fazer antropologia com aquilo que está próximo, pois pode representar uma diferença significativa. Vimos no capítulo que além disso, a antropologia urbana deu um passo adiante e admitiu a possibilidade de estudar aquilo que é tão próximo que podemos chamar de semelhante. Nesse caso, a trabalho do antropólogo seria transformar essa proximidade em algo estranho, para poder falar criticamente sobre uma experiência que é também a sua (do antropólogo). Por outro lado, o trecho de Gilberto Velho enfatiza uma diferença entre sociedades “menos complexas” e metrópoles, indicando que o grau de diversidade nessas últimas é maior, e permite um exercício de antropologia urbana. Podemos dizer que o desenvolvimento de uma antropologia urbana no Brasil acompanhou, ao longo do século XX, a transformação de um país essencialmente rural em um país urbano.

- a) Resposta pessoal.
b) Resposta pessoal.
c) Esta questão permite várias respostas diferentes. Por exemplo, a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho provocou muitas mudanças no papel social feminino, com diferentes consequências para a organização familiar. O número de mulheres chefes de família dobrou nos últimos dez anos, só para dar um exemplo. O êxodo rural, o adensamento das populações urbanas, o crescimento das cidades, tudo isso contribuiu para o aparecimento de novos papéis sociais, ao longo do século XX.

Capítulo 5

1. a) No capítulo 5 vimos que para diversos autores a divisão natureza/cultura é fundamental para a sociedade capitalista (ou ocidental). Autores como Descola, por exemplo, imaginam que outras formas de pensar o mundo também estão presentes, mas seriam periféricas. A cena de desenho de Walt Disney dá margem para pensar tanto que isso é verdade como o contrário. A imagem mostra vários animais (patos, ratos e um lobinho) vestidos como gente e com comportamentos humanos (carregando livros e indo para a escola). É evidente que aqui as fronteiras natureza/cultura estão

borradas. Podemos dizer que isso acontece em esferas menos importantes da vida da sociedade capitalista (como as coisas relacionadas ao mundo infantil) e, portanto, afirmar que Descola tem razão. Ou podemos dizer que essas referências “animistas” (quando damos vida e perspectiva humana a animais) são tão recorrentes (em desenhos animados, filmes, propagandas, etc.) que talvez essa divisão radical entre natureza e cultura não seja tão radical assim.

- b) Ao mesmo tempo, a ciência pressupõe uma divisão radical entre humanos e animais, que podemos ver como uma extensão de uma divisão entre natureza e cultura: somos a parte “cultura” dessa equação. E se a Biologia não dá agência (capacidade de ação criativa) à natureza, por outro lado tende a explicar muitos comportamentos sociais humanos a partir da natureza (no caso, de nossos genes).
2. Viveiros de Castro explora nessa fala o contraste entre natureza e cultura presente na nossa sociedade, e como esse contraste é ambíguo, afinal os humanos são também animais. O pensamento indígena conclui o contrário, que no passado todos eram humanos, e de alguma forma continuam a ser, ainda que em corpos diferentes (o corpo da onça, o corpo humano, o corpo do urubu, etc.). Isso explica o perspectivismo amazônico. Por outro lado, Viveiros de Castro indica que o modo de pensamento amazônico impõe aos indígenas uma noção de relação intensa com o mundo: se tudo tem “alma”, é preciso ter cuidado com tudo. Nossa forma de pensar, que resalta a distinção entre natureza e cultura, acaba por nos distanciar daquilo que chamamos de natureza e permite todo tipo de destruição de um mundo que é considerado inferior. No fundo, o que Viveiros de Castro está dizendo é que as populações indígenas amazônicas pensam de uma forma que os impede de destruir seu mundo, algo que a sociedade capitalista vem fazendo sistematicamente e cada vez com mais rapidez e intensidade.

TEXTO COMPLEMENTAR

Além das sugestões adicionais de leitura indicadas ao longo das orientações pedagógicas e dos textos de apoio à prática pedagógica presentes na parte final deste Manual, indicamos a leitura de um texto complementar por unidade, para a ampliação da abordagem de um tema significativo tratado na unidade.

O patrimônio da diferença

Há um grande divisor de águas na maneira de se perceberem os índios. Até muito recentemente – e ainda existem resquícios felizmente cada vez mais isolados dessa visão – entendia-se que os índios estavam aí como resquício do passado e destinados a desaparecer física e culturalmente.

A partir sobretudo do final da década de 1980, percebeu-se que os índios estavam aqui para ficar, e que faziam parte do futuro do Brasil.

As variações sobre esses temas são muitas: na colônia, procurava-se evangelizar os índios, escravizá-los ou pelo menos transformá-los em trabalhadores braçais, em suma incorporá-los por baixo à sociedade colonial. Morreram nos aldeamentos aos milhares, em poucos anos, de causas então desconhecidas.

Uma explicação teórica a essa mortandade chegou no final do século 18: biologicamente, afirmou-se com De Pauw, o Novo Mundo era um local de senescência precoce, em que não havia grandes mamíferos como na África e onde a civilização não podia prosperar porque a humanidade era acometida de prematura velhice antes de poder atingir a plena maturidade.

O desaparecimento dos índios se tornava assim, pela primeira vez, um destino biológico. Quase um século mais tarde, o darwinismo social explicava pela seleção natural o declínio populacional dos índios sem aparentemente atender para as guerras movidas nesse período aos índios em todas as Américas para controle das terras.

Outra vertente de programas de desaparecimento biológico dos índios eram as políticas de miscigenação, das quais a mais famosa foi a do marquês de Pombal em 1755, mas que José Bonifácio endossou na tentativa de criar uma nação homogênea correspondendo ao novo Estado do Brasil.

O século 19 agregou a noção de civilização à de catequização e em larga parte a substituiu. O “progresso” – para o qual os índios estavam “atrasados” – sucedeu à “civilização”, da República até o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois do “progresso”, veio o “desenvolvimento”. Em muitos sentidos, catequização, civilização, progresso e desenvolvimento são avatares uns dos outros na medida em que preconizam mudança cultural. Mas há diferenças significativas.

Etapas da cobiça

O historiador José Oscar Beozzo distingue com razão dois grandes períodos da política indigenista no Brasil: até cerca de 1850, os índios eram sobretudo cobiçados como mão de obra; a partir de 1850, cobiçavam-se sobretudo as terras deles.

“Desinfestar os sertões” do país dos seus índios passou a ser entendido como condição de progresso. Aldeá-los fora de seus territórios tradicionais era um modo de dar acesso às terras deles. O mapa das terras indígenas no Brasil de hoje é o mapa das terras que até recentemente não interessavam a ninguém.

Foi com a cobiça de suas terras que os índios passaram a ser considerados como entraves, empecilhos ao desenvolvimento. Agora um programa de assimilação passava a ser estratégico para tentar descaracterizar legalmente os índios enquanto sujeitos de direitos territoriais, reconhecidos pelo menos desde 1680 e inscritos em todas as Constituições brasileiras desde a de 1934.

As tentativas de “emancipação” dos índios das décadas de 1970 e 1980 repetiram estratégias do último quartel do século 19 que dissolviam aldeamentos a pretexto de que os índios estivessem misturados com o resto da população. “Desenvolvimento” foi o mantra do pós-guerra e em nome dele fez-se por exemplo a Revolução Verde [que disseminou novas técnicas agrícolas].

Outra ideia mestra, provocada pelos horrores do racismo nazista, foi a do direito à igualdade, inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, de 1948, e também na Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1957, essa respondendo ao racismo do apartheid. O direito à igualdade, essencial sem dúvida, de certa forma obnubilou outro direito fundamental, o direito à diferença.

Sartre já dizia que a forma de racismo liberal era aceitar a igualdade dos homens desde que despidos de qualquer especificidade cultural.

A grande inovação do final dos anos 1980 e que ganhou corpo nos anos 90 foi o reconhecimento desse direito à diferença. A grande introdutora desse direito no âmbito internacional foi a Convenção 169 da OIT, adotada em 1989, que revisava em grande parte a convenção de cunho assimilacionista de 1957.

Uniformidade nacional

No domínio da diferença, a questão da língua sempre foi sensível: é provavelmente o traço mais reconhecível de todo grupo étnico. Há pouco tempo ainda se proibia falar ou publicar em catalão na Espanha, com a consequência – curiosa, aliás – de que há toda uma geração catalã que não sabe escrever sua língua porque apenas a falava em casa, clandestinamente.

A ideia de que cada país deva falar uma única língua faz parte de uma concepção de Estado do século 18, assente em uma única comunidade homogênea em todos os seus aspectos: religiosos, linguísticos, culturais em geral. Ora, países como esses são a exceção, e não a regra.

Mas, durante pelo menos dois séculos, tentou-se no Ocidente dar realidade a essa utopia. No Brasil não foi diferente. Em 1755, o marquês de Pombal exigiu o uso do português e proibiu o do nheengatu, um tupi gramaticalizado pelos jesuítas e introduzido pelos missionários na Amazônia.

Nos últimos 20 anos, a situação mudou consideravelmente: na Constituição de 1988 se assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas no ensino fundamental e agora abundam cartilhas em línguas indígenas. Há alguns anos, o município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, reconheceu quatro línguas oficiais, das quais três são indígenas. E, agora, o IBGE anuncia que incluirá as línguas indígenas nas perguntas do próximo Censo.

Todas essas iniciativas marcam uma distância clara da ideologia assimilacionista de algumas décadas atrás. A diferença linguística – e o Brasil tem pelo menos 190 línguas indígenas – passou a ser vista como patrimônio. Dessas 190 línguas e dialetos, a grande maioria é falada por menos de 400 pessoas. Ora, a estrutura e a gramática das línguas encerram toda uma visão de mundo: Benveniste mostrou, por exemplo, que as categorias da filosofia de Aristóteles eram as próprias categorias gramaticais do grego. Calculem os riscos que corremos.

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA é antropóloga e professora da Universidade de Chicago.

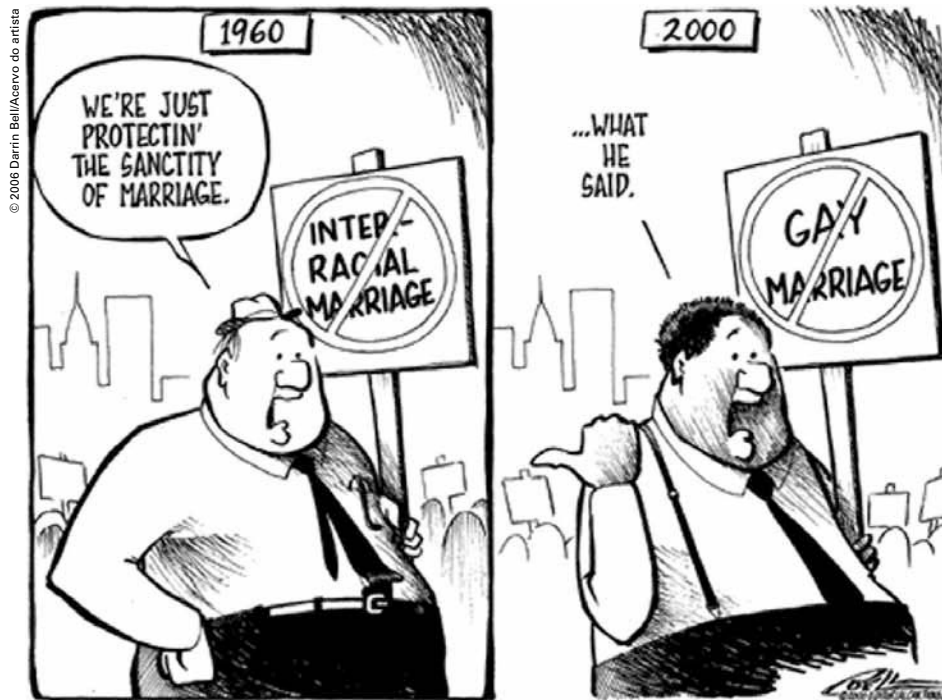
Fonte: Folha de S.Paulo, 12 jul. 2009. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1207200913.htm>. Acesso em: 30 mar. 2013.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Nesta seção, oferecemos atividades adicionais que poderão ser apresentadas aos alunos e trabalhadas em sala de aula.

Unidade 1

1. Observe os quadrinhos a seguir.



(1960) Nós estamos apenas protegendo a santidade do casamento. (Na placa de proibido está escrito: casamento inter-racial).

(2000) ...O que ele disse. (Na placa está escrito: casamento gay)

A tira acima ilustra várias questões discutidas na Unidade 1, relativas aos padrões familiares e principalmente ao preconceito e ao racismo. No quadrinho à esquerda, de 1960, vemos a atitude de um ativista contrário ao relacionamento amoroso entre casais de “raças” diferentes; no quadrinho da direita, de 2000, um ativista afrodescendente diz a mesma coisa, só que contra o casamento homoafetivo. A charge indica a semelhança entre a discriminação contra casamentos que eram (e ainda são) vistos como “não naturais”. Com base no que vimos na unidade, procure lembrar de situações semelhantes à mostrada no cartum, em que pessoas foram discriminadas por condutas supostamente “não naturais”. Anote suas observações e depois apresente-as aos colegas e ao professor.

Sugestão de resposta: Essa atividade propõe que o aluno reconheça nos quadrinhos um processo de discriminação e relacione-o com situações semelhantes em seu cotidiano. O objetivo aqui é que o aluno dirija um olhar crítico para sua experiência pessoal. A proposta é que o aluno faça um relato dessa experiência e compartilhe-a com os colegas, a fim de promover uma reflexão sobre as várias formas de preconceito a que as pessoas estão sujeitas. O ideal é que a atividade seja feita em grupo, a fim de que os casos relatados sejam mais produtivamente relacionadas ao conteúdo da unidade.

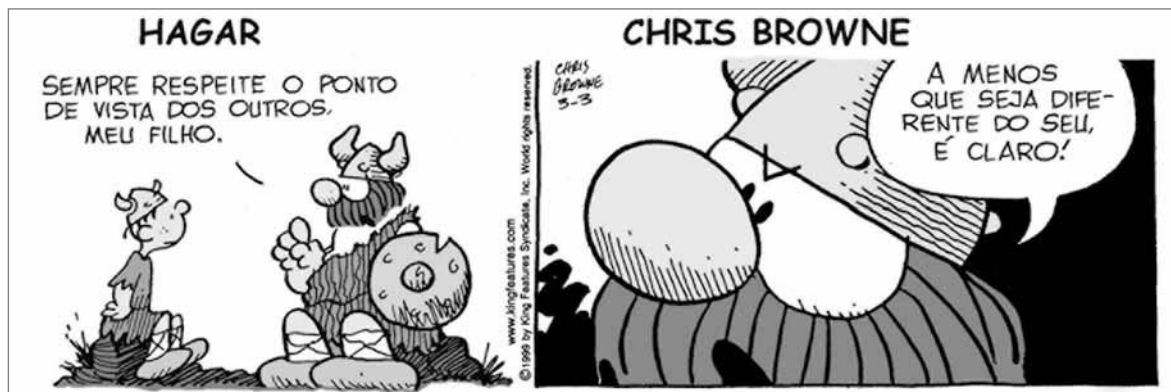
Uma atividade complementar para discutir essa questão seria assistir ao filme *Febre da selva* (1991), de Spike Lee, que trata de casamentos inter-raciais, e relacioná-lo com os relatos desenvolvidos no exercício.

Para promover uma discussão mais próxima do aluno, uma boa sugestão é o documentário *A negação do Brasil* (2000), de Joel Zito Araújo, que, embora não trate especificamente de casamentos inter-raciais, discute o racismo com base na imagem do negro na televisão, o que favorece muitas discussões em sala de aula. O autor do filme lançou também um livro (São Paulo: Senac, 2000) com o mesmo título.



Adrian Cooper/Cleumo Segond

2. Observe a tira a seguir.



Essa tirinha do Hagar expõe um dilema central para o entendimento da Unidade 1. Defina qual é esse dilema e escreva um texto comentando essa questão. Ao produzir seu texto, procure relacionar essa questão com o seu cotidiano, seja com exemplos semelhantes, seja com relatos de experiências relativas a esse dilema.

Sugestão de resposta: O dilema central exposto na tira de Hagar é o dilema do etnocentrismo. Hagar recomenda a seu filho que respeite o ponto de vista dos outros, em outras palavras, que não seja etnocêntrico. Entretanto, no segundo quadrinho, Hagar limita essa tolerância apenas aos pontos de vista que não sejam diferentes dos de seu filho. Ou seja, a tirinha acaba por renunciar ao relativismo quando só aceita a tolerância desde que os pontos de vista dos outros sejam semelhantes aos seus. Ao longo da Unidade 1 vimos que etnocentrismo e relativismo são dois lados da mesma moeda e como essa pode ser complexa. De certa forma, podemos afirmar que o tema central da unidade é uma reflexão sobre esse dilema, tão claramente exposto nessa tirinha. Ao escrever seu texto, o aluno tem oportunidade de observar que em vários momentos seus pontos de vista podem ser objeto de uma sanção etnocêntrica: por ser jovem, por ser mulher, por ser negro, descendente de imigrantes, homossexual, ou várias outras possibilidades. O esperado aqui é que o aluno relacione, de alguma forma, esse dilema com sua experiência de vida, a fim de avançar numa reflexão crítica sobre o etnocentrismo.

Uma atividade complementar para discutir essa questão seria assistir ao filme *Bicho de sete cabeças* (2000), de Laís Bodanzky, sobre um jovem que é internado por seus pais numa instituição para doentes mentais. O filme nos permite pensar sobre os limites da aceitação do “ponto de vista do outro”, pois o jovem tem o seu próprio ponto de vista atropelado pelas perspectivas de outras pessoas, supostamente “normais”. Os limites do etnocentrismo podem ser discutidos a partir desse trabalho. O conto “O alienista”, de Machado de Assis, trata do mesmo tema e pode complementar a discussão.

3. Considere a seguir um poema da goiana Cora Coralina (1889-1985).

Todas as vidas

*Vive dentro de mim
uma cabocla velha de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...*

*Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho,
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.*

*Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.*

*Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária. Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.*

*Vive dentro de mim
a mulher roceira.
- Enxerto da terra,*

*meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.*

*Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida -
a vida mera das obscuras.*

CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. Rio de Janeiro: Global Editora, 2006.

O poema acima expõe um ponto de vista feminino sobre o mundo, dando ênfase a atividades femininas ligadas ao campo, mas também falando do trabalho proletário, da prostituição, etc. A partir das referências do texto de Cora Coralina, faça uma pesquisa sobre a situação da mulher no campo brasileiro, seja no grande agronegócio, seja na agricultura familiar ou em outras situações. Procure relacionar sua pesquisa ao que você aprendeu na Unidade 1 sobre família, parentesco, naturalização das atividades femininas, preconceito e discriminação.

Sugestão de resposta: Essa atividade é uma forma de fazer os alunos refletirem sobre as relações entre os gêneros, tendo como ponto de partida a questão do trabalho feminino no campo, marcado pela radicalização da exploração da mão de obra feminina tanto fora como dentro de casa. Para auxiliar os alunos nesse trabalho seria interessante consultar o *site* <<http://mulheresdocampo.blogspot.com.br/>>, que apresenta programas para mudar a situação da mulher no campo. O documento produzido pela Secretaria de Políticas para Mulheres <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/campo-e-floresta>> também oferece dados importantes sobre o tema.

Para complementar essa atividade, podem ser muito úteis alguns livros da Livraria Antonio Gramsci <www.piratininga.org.br/novapagina/livraria.asp>, especialmente a obra a seguir.

A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio, de Christiane Senhorinha Soares Campos. Expressão Popular.

Um estudo detalhado e rigoroso que permite entender os múltiplos fatores que agem sobre os processos de produção, reprodução e perpetuação da pobreza na América do Sul. A pesquisa foca em uma das formas mais importantes da expansão do capitalismo e destruição do meio ambiente: os “agronegócios” da soja transgênica. A autora mos-

tra como tais processos afetam sobretudo as mulheres, e são legitimados por um discurso ideológico que os naturaliza.

4. Ao longo da Unidade 1, discutimos as relações entre cultura popular e cultura e a importância da cultura popular para os estudos antropológicos no Brasil. Agora é hora de produzir informações sobre a cultura popular da sua região. Proponha aos alunos uma pesquisa sobre manifestações da cultura popular (festas, danças, comidas, etc.) presentes na localidade onde fica a escola. A pesquisa pode ser completada por uma pequena exposição reunindo fotos, depoimentos, gravações de sons e relatos sobre a forma de expressão escolhida. A intenção é mobilizar os alunos a descobrir na própria experiência as riquezas da expressão cultural local e colocá-las em contraponto com o que aprendemos na Unidade 1.

5. Considere o seguinte trecho de um texto de Roberto DaMatta:

[...] quando um antropólogo social fala em “cultura”, ele usa a palavra como um conceito-chave para a interpretação da vida social. Porque, para nós, “cultura” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes desse código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas transformam num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. Podem, assim, desenvolver relações entre si porque a cultura lhes fornece normas que dizem respeito aos modelos mais (ou menos) apropriados de comportamento diante de certas situações. Por outro lado, a cultura não é um código que se escolhe simplesmente. É algo que está dentro e fora de cada um de nós, como as regras de um jogo de futebol, que permitem o entendimento do jogo e, também, a ação de cada jogador, juiz, bandeirinha e torcida. Quer dizer, as regras que formam a cultura (ou a cultura como regra) são algo que permite relacionar indivíduos entre si e o próprio grupo social com o ambiente onde vive.

DAMATTA, Roberto. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 123-124.

O trecho acima revela uma concepção de cultura que tem relação com o que lemos no capítulo 2. Explique por que, pensando principalmente na metáfora do jogo de futebol. Reflita também sobre como o esporte pode ser pensado a partir de uma ótica cultural e em que medida ele pode “dizer algo” sobre a sociedade que o produz.

Sugestão de resposta: O conceito de cultura exposto por DaMatta remete ao desenvolvimento desse conceito na antropologia estadunidense do final do século XX, quando a questão do código e do “receituário”

são muito relevantes. A cultura aparece como um conjunto de instruções para ação e, na concepção de DaMatta, também para as relações entre os indivíduos. A metáfora do jogo de futebol sugere que podemos ver a cultura como um conjunto de regras que todos conhecem, sem que isso implique em uma ideia estática de cultura. Afinal, como nos jogos de futebol, ainda que com as mesmas regras, os resultados são sempre imprevisíveis. Por outro lado, o futebol (como outros esportes) pode ser objeto de uma reflexão antropológica ou sociológica, ressaltando como determinadas preferências, estilos e especificidades podem dizer algo sobre a cultura. No Brasil, por exemplo, foi comum relacionar os processos de mestiçagem ao nosso estilo de jogar futebol; ou seja, a cultura brasileira pode ser vista em ação, por exemplo, na forma como jogamos futebol.

6. Leia a seguir um trecho do livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.[...]

Para aqueles teóricos que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. [...]

Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Este livro acrescenta uma nova dimensão a esse argumento: a afirmação de que naquilo que é descrito, algumas vezes, como nosso mundo pós-moderno, nós somos também “pós” relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade — algo que, desde o Iluminismo, se supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, 1. edição em 1992, Rio de Janeiro, 11. edição em 2006, 102 páginas. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

- **Elabore uma reflexão sobre o que o autor apresenta como uma fragmentação das identidades, a partir da leitura do capítulo 3. Procure relacionar essa reflexão sobre a identidade com as transformações do mundo no final do século XX, a partir de seus conhecimentos de História e Geografia.**

Sugestão de resposta: O texto de Hall expõe um contraste entre antigas identidades “estáveis” e novas identidades “fragmentadas”. O autor pressupõe que fenômenos que pensaríamos a partir de uma ideia de estabilidade e equilíbrio (como identidades nacionais, por exemplo), vem sendo colocados em risco pelas mudanças do mundo atual. Essas mudanças vão desde as novas formas de produção, aos avanços na comunicação (como a internet), formas globalizadas de cultura (como a universalização de valores em filmes estadunidenses). Tais mudanças abrem espaço para identidades complexas, que desafiam a estabilidade das velhas identificações. Hall acentua o fato de que mais do que herdar determinadas identificações com grupos, os indivíduos têm escolhido as próprias identidades a partir de suas experiências de vida.

UNIDADE 2 | SOCIEDADE

A **Unidade 2 | Sociedade** trata de temas centrais para a Sociologia e para as sociedades contemporâneas. Além da história do nascimento da disciplina e dos três grandes pensadores – Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx –, que estruturam o pensamento sociológico entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, a unidade trata do desenvolvimento da indústria, da constituição e reprodução do trabalho assalariado, das clivagens e segmentações sociais, da sociologia brasileira e termina com a discussão de temas contemporâneos do pensamento sociológico.

A imagem de abertura da unidade é um grafite de Banksy que mostra um televisor atirado por uma janela. Os temas discutidos na unidade sugerem vários ângulos para pensarmos essa imagem. Ao mesmo tempo em que a TV é arremessada pela janela, o que indica insatisfação com o conteúdo que a TV exibe e com a dominação que esse aparelho pode desenvolver em uma família, a televisão continua presa pelo cabo de energia, isto é, ainda está ligada e pode ser resgatada em algum momento, o que nos leva a pensar em quão dependentes as pessoas se tornaram das informações processadas e divulgadas pela TV. Outras questões podem ser levantadas a partir da imagem, por exemplo: Como os alunos interpretam essa imagem? Em que medida a televisão faz parte da vida de cada um? Quanto tempo cada aluno passa diante da TV? Que benefícios e que malefícios a televisão traz para as pessoas? Lance essas e outras questões ao iniciar a unidade e anote as respostas dos alunos. Ao terminar o estudo da unidade, será interessante refazer as mesmas perguntas e comparar os resultados, avaliando em que medida o aprendizado de Sociologia provocou mudanças nas ideias da classe.

CAPÍTULO 6 | PENSANDO A SOCIEDADE

Neste capítulo, abordamos a formação da Sociologia e os principais conceitos de seus autores clássicos. Do ponto de vista didático, descrevemos o processo de nascimento, o contexto geral de formação e as principais influências históricas que contribuíram para a gênese da Sociologia. Na sequência, analisamos as categorias sociológicas centrais do pensamento de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Em termos gerais, explicamos de que modo a Sociologia é fruto do desenvolvimento da sociedade capitalista. Ou seja, enfatizamos o aspecto histórico para a análise das teorias sociológicas e de seus conceitos. Em termos específicos, detalhamos metodologicamente as diferentes perspectivas dos autores clássicos. Desse modo, o capítulo permite um procedimento de aula que tem como fundamento a diversidade analítica e metodológica.

A respeito da imagem de abertura do capítulo, você pode destacar para os alunos que no grafite de Banksy, a frase que está sendo pichada é o famoso *slogan* político “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”, que vem do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels. A figura de colete amarelo que observa o pichador também é um trabalhador: carrega um escovão e um balde, o que faz pensar num empregado da limpeza pública. Podemos imaginar que essa figura enfrenta um dilema: como empregado, o dever dele é limpar a pichação. Mas ele é também um trabalhador, o que poderia levá-lo a concordar com o *slogan* que está sendo pichado e deixá-lo ali para que seus companheiros trabalhadores o leiam e se conscientizem de que devem se unir para melhor combater a exploração dos padrões capitalistas.

Importante lembrar que qualquer imagem supõe inúmeras leituras. Especialmente uma imagem como essa, criada justamente para provocar. Propositamente ambígua, como também são frequentemente os cartuns, ela pode ser lida das mais diversas maneiras. Se achar oportuno, estimule os alunos a dizer o que pensam, conversar e discutir entre si, sempre respeitando as opiniões expressas pelos colegas, mesmo que discordem delas.

1. O capitalismo e a formação do pensamento clássico

Neste primeiro item, a ênfase recai sobre a perspectiva histórica de análise da Sociologia e das ciências em geral no século XIX. Ou seja, procuramos mostrar como o desenvolvimento industrial e a herança da Revolução Francesa foram centrais para que a sociedade se desenvolvesse no sentido de consolidar o modo de vida capitalista e, particularmente, a produção do conhecimento e sua relação com a expansão da indústria.

Nesse contexto, assistimos à formação paulatina de diversas ideologias, construídas com base em interesses de grupos sociais diversificados, e às vezes conflitantes, da sociedade industrial. Seria um bom exercício comparar as atuais formas de vida social às formas de vida no século XIX, buscando exemplos de como as relações afetivas, pessoais e profissionais se manifestam hoje e

como se verificavam no século XIX, condicionadas pela indústria em ascensão. Evidentemente, essa discussão deve levar em conta as profundas transformações verificadas na sociedade industrial capitalista entre os séculos XIX e XXI.

É importante contextualizar, para os estudantes, de que maneira as ciências que reconhecemos como legítimas (em especial as Ciências Sociais) estão relacionadas muitas vezes à experiência europeia de sociedade. Para isso, podemos resgatar um pouco da história das Ciências Sociais, da história de países como França e Alemanha, e da história do Brasil. A aula pode ser iniciada com uma pergunta “disparadora”: Por que não temos brasileiros, mulheres ou negros entre os clássicos das Ciências Sociais, que veremos ao longo desse capítulo?

Com o auxílio de *sites* de referência, enciclopédias ou outras fontes que você possa selecionar, peça aos estudantes que reflitam sobre a época em que as Ciências Sociais foram estabelecidas como ciência (sobretudo nas décadas de vida de Durkheim e Weber), sobre o momento político que viviam França, Alemanha e Brasil. Com o auxílio de fontes, proponha também uma pesquisa rápida sobre a história das universidades no Brasil, em especial a Universidade do Brasil (atual UFRJ), a Universidade de São Paulo (USP) e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Em paralelo, investigando a questão proposta, peça aos estudantes que pensem que posições sociais mulheres e populações negras ocupavam na França, na Alemanha e no Brasil nas referidas épocas.

A partir dessa reflexão, os estudantes terão uma perspectiva analítica socio-histórica de como essa situação (não ter mulheres nem pessoas negras entre autores clássicos) foi produzida pela estrutura social desigual que vivíamos e, em grande medida, ainda vivemos.

As imagens que aparecem neste item foram escolhidas para complementar e enriquecer o texto informativo. Nas páginas 119 e 120, por exemplo, o aluno pode observar características do trabalho e de trabalhadores em diferentes épocas e avaliar semelhanças e diferenças, mudanças e permanências que ao longo do tempo caracterizaram e transformaram a organização social.

A seção **Você já pensou nisto?** (p. 119) convida o aluno a refletir sobre seu cotidiano, observando como seus modos de pensar, agir, trabalhar, etc., se relacionam com padrões herdados social e historicamente.

2. Émile Durkheim: coesão e fato social

Na tentativa de fazer da Sociologia uma disciplina científica, Durkheim adota como referência as Ciências Biológicas. Essa opção impõe, metodologicamente, a necessidade de precisão conceitual quanto ao que seria considerado científico. A definição de fato social segue esse procedimento, na medida em que Durkheim o considera uma “coisa”, tão passível de ser analisada quanto um órgão do corpo humano. Durkheim centra sua atenção no que seria ou não um fato social para determinar o que seria ou não objeto de análise da Sociologia. A Sociologia é para ele uma ciência dos fatos sociais e esses fatos são considerados “coisas”.

Com base em uma percepção evolutiva das coletividades humanas, Durkheim enfatiza a importância da divisão do trabalho. À medida que as sociedades especializam suas funções profissionais, criam laços de interdependência cada vez mais fortes. Haveria, com isso, um aprofundamento da coesão social por meio da divisão do trabalho.

Você pode aqui instigar os alunos a qualificarem o que seria um fato social dando vários exemplos possíveis, tais como: o Estado, o governo, a política, a escola, a educação, o casamento, o namoro, a festa, os esportes, os *shows*, os eventos televisivos, etc.

3. Max Weber: ação social e tipos ideais

Este item examina o conceito central de Max Weber, a ação social, e seu principal recurso metodológico, o tipo ideal. É importante mostrar aos alunos as diferenças entre Durkheim e Weber. A sociologia de Weber tem seu centro na análise da ação individual. Já a de Durkheim enfatiza a coerção que a sociedade exerce sobre as pessoas.

A importância da análise histórica em Weber também o afasta de Durkheim. A metodologia weberiana tem como ponto central o argumento de que a objetividade da pesquisa se fundamenta na capacidade do sociólogo em se distanciar do objeto estudado. A análise das ações individuais é mais objetiva na medida em que o pesquisador não faz juízos de valor em relação ao objeto estudado.

É nessa perspectiva que Weber constrói os tipos ideais: um recurso para a análise distanciada dos objetos sociológicos. Os tipos ideais constituem um recurso metodológico de investigação por aproximações que permite ao pesquisador um olhar analítico mais profundo, sem que haja interferência de juízos de valor sobre o objeto analisado.

Procure promover entre os alunos a construção de tipos ideais e examinar ações individuais, explicitando que tais ações são orientadas por uma análise prévia das ações de outros indivíduos. Por exemplo, a ação de desencadear uma greve em uma empresa se baseia em uma análise prévia das possibilidades de o patrão demitir os grevistas. A ação de pedir uma namorada em casamento está amparada na leitura de que é possível que ela aceite. Esses e outros exemplos, que você pode sugerir e discutir com os alunos, ajudam a aproximar o conteúdo teórico do cotidiano dos estudantes. Ninguém melhor do que o professor para usar exemplos significativos, coerentes com as características da localidade onde se situa a escola e com o universo de referência de seus alunos.

4. Karl Marx: trabalho e classes sociais

Ao se voltar também para os acontecimentos históricos, Karl Marx atribui especial importância às rupturas ao longo da história, ou seja, às revoluções. Para ele, a luta entre classes sociais opostas faz girar o ponteiro da História. Essas classes estão em choque e ocupam posições distintas na divisão social do trabalho. No capitalismo, os empresários têm os meios

de produção à sua disposição e forçam, com isso, a classe trabalhadora a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Marx entende que a reprodução social do capitalismo é uma necessidade da classe capitalista. As transformações sociais, políticas e ideológicas são realizadas com base nos interesses dessa classe. Há, assim, o compromisso de intensificar as formas de exploração do trabalho para garantir o controle dos trabalhadores e o aumento da produção de mercadorias e do lucro dos capitalistas. Em contrapartida, a luta dos trabalhadores amplia os limites da democracia e promove conquistas políticas e sociais que inicialmente os capitalistas se negavam a reconhecer.

Podem ser interessantes estimular entre os alunos um diálogo que coloque em confronto interesses distintos. Por exemplo, as greves de trabalhadores da indústria por melhores salários e a tentativa do capitalista de reduzir custos de produção e o número de trabalhadores empregados por meio da introdução de novas tecnologias produtivas.

Note que este capítulo apresenta a seção **Perfil** de três autores: Durkheim, Weber e Marx. Uma exceção em relação aos capítulos restantes, plenamente justificada pela importância desses autores na constituição do pensamento sociológico.

5. Sociologia: aspectos estruturais e conjunturais

A sociedade é composta de elementos estruturais e conjunturais/ocasionais. Essa relação é fundamental para demonstrar aos alunos que a sociedade é resultado de um processo histórico, como foi indicado no item 1.

Há mecanismos estruturais que são sempre repostos nas conjunturas e que garantem a perpetuação das sociedades. Ao mesmo tempo em que conferem à sociedade suas características centrais, os componentes estruturais são reconstituídos nas diferentes conjunturas com o rótulo da novidade. As relações familiares, a organização do trabalho e da política, o sistema educacional, a escola, a produção, o comércio, as religiões, etc., podem servir de exemplos para entender como a novidade é influenciada pelos aspectos permanentes de uma sociedade, de um modo de produção da vida em sociedade.

Para o aluno, é importante refletir de que maneira sua condição particular tem ressonâncias da história passada, de sua família, de questões que aparentemente não têm implicações diretas em sua vida. É importante explicitar, assim, que aquilo que somos e o que pensamos é um resultado histórico-social.

A seção **Você já pensou nisso?** (p. 130) traz essa noção para o dia a dia dos alunos ao propor uma reflexão sobre hábitos e costumes que nos parecem novos mas que de fato são herdados e têm fundamento na história da sociedade em que vivemos. Ajudar os alunos a identificar a presença de alguns desses hábitos e costumes na vida de todos os dias é um exercício que pode contribuir para a compreensão e a fixação desse conteúdo.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. A Sociologia se constituiu na Europa do século XIX como resultado de um esforço intelectual para explicar uma sociedade cada vez mais complexa, dinâmica e diversificada: a sociedade industrial capitalista. Ela nasceu como resposta a certas demandas e indagações diante das novas relações sociais inerentes ao processo de desenvolvimento da indústria.
2. Para Durkheim, há um processo de desenvolvimento da sociedade que está relacionado à divisão do trabalho. A intensificação da especialização do trabalho cria laços sociais de interdependência cada vez mais fortes, o que faz com que as sociedades com funções profissionais altamente diferenciadas e especializadas apresentem maior coesão social, se comparadas às sociedades de mesmo tipo com menor divisão do trabalho.
3. A ação social é objeto central da sociologia de Max Weber. Para esse autor, a ação social se define pela relação com outras ações sociais. Uma pessoa age orientando-se pela ação de outras. Uma ação social leva em conta como será recebida por outras pessoas ou por um conjunto de indivíduos. Portanto, a ação social é uma ação individual orientada pela ação de outras pessoas.
4. Para Marx, as sociedades se transformam historicamente com base no embate entre as classes sociais. Esse autor considera que há exploradores e explorados e que a classe explorada na sociedade capitalista vende sua força de trabalho em troca de um salário. A reprodução dessa situação ocorre com base na ampliação do lucro por meio do aumento da produtividade. Para tal, é necessário que novas formas de controle e exploração do trabalho sejam incorporadas à produção de mercadorias.
5. Todas as sociedades contam com componentes que podem ser entendidos como permanentes ou estruturais. Esses componentes estruturais são repostos continuamente, mas assumem a forma de novidades. Essas novidades são, em grande medida, renovações dos componentes estruturais. Assim, podemos dizer que as sociedades se reproduzem com base na repetição de antigos padrões repostos de diferentes formas. Como exemplos disso podemos citar o trabalho, a educação, a política, os conflitos sociais, a violência, entre outros.

Interagindo

Nessa letra da Legião Urbana, podemos notar a presença de aspectos estruturais e conjunturais. Renato Russo, o letrista da banda, descreve uma situação particular sobre como adolescentes costumam agir em uma fase da vida. Assim, ele fala de festas, moda, drogas, rebeldia e solidão, aspectos recorrentes na vida de um adolescente comum. No entanto, o letrista relaciona esses aspectos a uma forma permanente de comportamento. Diz ele: "Você é tão moderno/Se acha tão moderno/Mas é igual a seus pais/É só questão de idade/

Passando dessa fase/Tanto fez e tanto faz". Entendemos, com base na letra da canção, que o comportamento rebelde e intenso do adolescente tende a ser substituído por atitudes conservadoras, semelhantes às de seus pais. Ou seja, passada a fase rebelde, o jovem tenderia a reproduzir uma conduta social típica das famílias ocidentais. Deixando para trás sua rebeldia, acaba por se enquadrar nos padrões de comportamento aceitáveis pelo conjunto da sociedade.

Contraponto

A tira faz uma referência irônica ao lucro. No cartum, o capitalista procura fazer dinheiro ao criar uma necessidade que aparentemente o homem sentado não tinha. Com bases nos autores estudados, podemos afirmar que para Weber se trataria de uma ação social, pois o capitalista age motivado por um fim específico e orientando-se pela ação do outro, que está sentado à sombra da árvore. Karl Marx provavelmente explicaria que o capitalismo tem como característica a criação de novas mercadorias, de novas necessidades históricas e que a única motivação do capitalista é o lucro e a acumulação. Isso se revelaria no comportamento do capitalista da historinha, que abate a árvore para construir uma tenda de madeira e oferecê-la ao homem que antes não tinha necessidade dela. Já para Durkheim, o capitalista teria uma função específica na sociedade. Sua especialização é necessária e motivaria o desenvolvimento da sociedade capitalista.

SUGESTÕES DE LEITURA

Professor, caso não encontre algum artigo no *link* sugerido, faça a busca na internet pelo título do artigo e nome do autor.

WOOD, Ellen. As origens agrárias do capitalismo. *Monthly Review*, vol. 50, n. 3, jul./ago. de 1998. Tradução de Lígia Osório Silva. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo6612_merged.pdf>.

MASSELLA, Alexandre Braga. Uma leitura filosófica de Durkheim e Weber. *Rev. bras. Ci. Soc. [online]*. 2005, vol. 20, n. 57, p. 189-194. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100013&lng=en&nrm=iso>.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. Disponível em: *Rev. bras. Ci. Soc. [online]*. 2012, vol. 27, n. 79, p. 153-172. <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200010&lang=pt>.

HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. *Tempo soc. [online]*. 2001, vol. 13, n. 2, p. 1-20. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702001000200001&lang=pt>.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política*. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2465_merged.pdf>. (Acesso em: 4 abr. 2013)

CAPÍTULO 7 | O MUNDO DO TRABALHO

Procuramos analisar neste capítulo a centralidade do trabalho nas sociedades capitalistas. Mostramos como o trabalho é abordado pelos autores clássicos da Sociologia e como as reestruturações produtivas repõem socialmente, de diversas formas, o trabalho assalariado.

O processo de requalificação profissional dos trabalhadores é, assim, uma marca estrutural das sociedades nos séculos XX e XXI. Essas requalificações são fruto de uma necessidade do capitalismo de recompor sua lucratividade. Para isso, novas tecnologias, técnicas de trabalho e formas de gerência do trabalho são implementadas para melhor explorar a mão de obra.

A imagem de abertura do capítulo, outro grafite de Banksy, traduz um ponto de vista sobre a sociedade capitalista que pode ser relacionado ao mundo do trabalho: a ideia de que se vendem ilusões, apenas para serem rapidamente destruídas. A imagem tem um tom pessimista, similar ao dos sociólogos que se debruçaram sobre a questão do trabalho nas sociedades contemporâneas.

1. O trabalho em Durkheim, Weber e Marx

Neste primeiro item do capítulo, é fundamental que você retome o capítulo 6, no qual analisamos as características gerais do pensamento dos autores clássicos da Sociologia. Isso é necessário para que possamos abordar e problematizar o trabalho segundo as ideias de cada um desses autores.

Em Durkheim, observa-se uma relação entre a integração da sociedade e a divisão do trabalho. Ou seja, a especialização do trabalho e seu desenvolvimento são considerados positivos para a coesão social.

Em Weber, destaca-se a articulação entre certo tipo de crença religiosa (a ética protestante) e determinadas características dos agentes econômicos, tais como a dedicação ao trabalho, aos negócios e ao sucesso profissional. Ao lado disso, essa ética valoriza a prática de ganhos materiais, que informaria ao indivíduo sua condição de escolhido por Deus.

Em Marx, o trabalho assume a dimensão de atividade central que atravessa todas as sociedades. Destaca-se particularmente a importância do trabalho assalariado nas sociedades capitalistas, das quais ele é parte estrutural, pois é com base em sua exploração que o lucro pode ser obtido pelo empresário-patrão.

Uma atividade interessante seria propor aos alunos que façam um levantamento de diversos exemplos históricos de trabalho (escravo, servil, assalariado, familiar, artístico, etc.), e debatam em uma aula, com base nos autores clássicos, suas implicações para as sociedades em que estão (ou estiveram) inseridos.

Outra sugestão interessante para refletir sobre diferentes tipos de trabalho envolvidos na cadeia produtiva de uma mercadoria (**Você já pensou nisso?** da página 137), é realizar um projeto que envolva a classe toda. Primeiro, você deve pedir que a sala eleja um objeto que seja relevante na vida de todos os estudantes. A partir desse objeto, faça uma reflexão com os alunos sobre que tipos de trabalho estariam envolvidos na produção desse objeto,

desde a extração e preparação de diferentes matérias-primas até a comercialização do produto final, o departamento de *marketing*, etc. Liste estes tipos de trabalho na lousa. Divida a turma em grupos menores; cada grupo será responsável por investigar um dos tipos de trabalho que foram listados. Em sala de aula, após a pesquisa, é possível formar novos grupos, compostos de alunos que investigaram diferentes processos, para que elaborem um infográfico sobre a produção daquele objeto.

2. Força de trabalho e alienação

O *trabalho* para Marx deve ser diferenciado conceitualmente da *força de trabalho*. Essa diferenciação permite que se entenda como se forma o lucro capitalista com base na exploração do trabalho. O trabalhador coletivo vende seu trabalho, mas o capitalista paga pela força de trabalho que é apenas uma parte de todo o trabalho realizado. A outra parte é o lucro, que pode ser reinvestido na produção ou acumulado na forma de investimento financeiro. A parte embolsada pelo capitalista, Marx chama de mais-valia. Trata-se de um valor criado pelo próprio trabalhador e que não lhe é retribuído. Isso só é possível porque na relação entre as partes (capital e trabalho) há uma ocultação. O capitalista compra a força de trabalho, isto é, a capacidade produtiva do trabalhador, utilizando-a de formas variadas. O trabalhador acredita vender seu trabalho, mas é pago apenas por uma parte dele. Há, assim, uma forma de alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho.

É importante que você descreva logicamente essa relação, utilizando exemplos aritméticos e esforçando-se para dar exemplos próximos da vida cotidiana dos estudantes. Por exemplo: suponhamos uma fábrica de cadeiras na qual um operário seja pago para montar a cadeira, no final da linha de produção. Seu trabalho equivale a, digamos, 10% do trabalho acumulado na cadeira. Cada cadeira é vendida por 100 reais. Ou seja, 10 reais do valor da cadeira são o resultado do trabalho do montador. Esse trabalhador monta mil cadeiras em um mês: seu trabalho corresponde, portanto, a 10 mil reais, ou seja, 10% de 100 mil reais, valor total das cadeiras vendidas. Mas ele recebe como salário apenas mil reais. Dessa forma, ele recebe apenas uma parte do que seu trabalho produziu. Seu trabalho produziu um valor de 10 mil reais, mas ele recebe apenas mil. A diferença (descontados os custos de produção) é apropriada pelo dono da fábrica, é seu lucro. Marx chamava esse trabalho não pago de mais-valia. Esse exemplo explica a diferença entre trabalho e força de trabalho. O operário pensa receber pelo seu trabalho, mas na verdade recebe apenas uma fração daquilo que sua força de trabalho produziu.

3. Taylorismo e fordismo

Consideremos agora as grandes transformações produtivas nas sociedades capitalistas no século XX. Neste item, analisamos o taylorismo e o fordismo.

A questão mais importante deste item e do seguinte é destacar que tais transformações não são expressão de uma evolução natural das sociedades capitalistas. Elas são, na verdade, resultado de tensões, confrontos

e conflitos entre grupos sociais diversos, sobretudo entre os trabalhadores (proletariado ou classe operária) e os donos dos meios de produção (burguesia).

Assim, o taylor-fordismo não deve ser entendido com base em uma lógica de progresso social. Sua implementação tem diretamente a ver com a necessidade de aumentar as taxas de lucro. Para isso, Taylor e Ford tinham que retirar o controle do processo de trabalho das mãos dos trabalhadores. Feito isso, novas regras, formas de gerência, controle do tempo, movimentos e aparatos tecnológicos foram introduzidos para aumentar a produtividade. Esse duplo objetivo teve como meta aumentar a lucratividade das fábricas de automóvel (e, posteriormente, de outros ramos da indústria) desde o início do século XX.

Para facilitar a compreensão dos alunos, seria interessante mostrar com imagens e filmes como ocorreu a passagem da produção de tipo artesanal para a produção em massa e como isso criou uma nova estrutura social diretamente ligada a esse processo de produção e consumo. Ao mesmo tempo, é necessário mostrar também que essa nova forma de organizar a produção foi acompanhada de transformações políticas e sociais.

4. Toyotismo e neoliberalismo

Como complemento do item anterior, discutimos aqui uma das mais recentes reestruturações produtivas, conhecida habitualmente como revolução microeletrônica, que foi impulsionada pelas formas de organização toyotista do trabalho. Também fazemos uma rápida referência ao Estado de Bem-Estar Social.

Seria importante destacar as diferenças entre a produção taylor-fordista e a produção de tipo flexível toyotista. Nesta última há um intenso processo de substituição de trabalhadores por novas tecnologias ultrassofisticadas. A rigidez e a repetição do trabalho no fordismo são substituídas pelo acúmulo de funções produtivas que se concentram nos chamados “operários polivalentes”. A cadeia produtiva se torna mais flexível na medida em que a produção é diversificada e motivada pelas demandas do mercado.

Junto a essa nova configuração da produção, novas políticas de Estado são implementadas com o objetivo de institucionalizar essas novas relações de trabalho. Surge, com isso, o Estado neoliberal, que tem como característica central a flexibilização das leis trabalhistas e de proteção ao trabalhador. Configura-se um novo modo de vida, baseado na precarização do trabalho e em formas informais e terceirizadas de trabalho.

Você poderia fazer comparações entre os tipos de produção e os tipos de políticas estatais, demonstrando como as sociedades se reorganizam com o objetivo de conservar as relações capitalistas de produção. Talvez seja interessante organizar trabalhos em grupo, com o objetivo de mostrar como as condições de trabalho e de vida se alteram sem, contudo, alterar a estrutura social.

5. Novas modalidades de trabalho

Com a última reestruturação produtiva foram criadas funções que utilizam em larga escala a capacidade intelectual do trabalhador. Se antes a produção fordista era

simplificada, agora, com a introdução de máquinas ultrassofisticadas, tornaram-se necessários profissionais também ultraqualificados. Além disso, o setor de serviços se expande e requisita tipos de trabalho não manuais.

O trabalho de telemarketing talvez seja o exemplo mais significativo disso atualmente. Apesar de organizarem sua produção nos moldes de uma indústria de produção em série, as empresas de telemarketing têm como conteúdo de sua atividade a informação, ou seja, uma matéria-prima imaterial, não física.

Esse tipo de trabalho passou a ser considerado imaterial, diferente do trabalho das fábricas tradicionais, como, por exemplo, as de automóveis. Entretanto, a questão central é que, apesar da utilização da capacidade intelectual e do conhecimento dos trabalhadores, o trabalho imaterial continua a reproduzir as formas de exploração do trabalho. Isto é, esse tipo de trabalho ainda está inserido na lógica do trabalho assalariado.

Seria importante estabelecer paralelos entre empresas que utilizam os trabalhos material e imaterial, mostrando, por exemplo, a média dos salários dos trabalhadores envolvidos. Supostamente, trabalhadores que utilizam suas capacidades cognitivas têm salários maiores. No entanto, isso não ocorre na maioria das vezes. O trabalho de telemarketing e de atendente em *call centers* são exemplos de salários muito baixos na sociedade brasileira. Além disso, as condições de trabalho nesses setores são degradantes no que se refere à intensidade do trabalho, intervalos para descanso e doenças ocupacionais, como a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), a estafa e o estresse.

Além de notar uma variação crescente nos tipos de trabalho existentes, é possível notar também que recrutamento profissional não é “aleatório”. Quer dizer, há tendências concretas estudadas pela Sociologia e pela Economia sobre características de certos grupos profissionais, como, por exemplo, recortes de renda e localização espacial. Em termos de raça e gênero, principalmente, é possível afirmar que mulheres e pessoas negras têm menos acesso do que homens brancos a tipos de trabalho mais valorizados socialmente (e, portanto, mais bem remunerados). Dentro de uma mesma profissão é possível ainda perceber variações importantes nas funções desempenhadas por homens e mulheres, e pessoas negras e brancas, havendo inclusive grande variação salarial. Uma sugestão para trabalhar o tema em sala de aula, seria recorrer a fontes oficiais de dados, como o IBGE, e dividir os estudantes em grupos para compreenderem a distribuição racial e de gênero dos trabalhadores numa determinada carreira. Também há muitos artigos interessantes que podem ser encontrados no Google Acadêmico (scholar.google.com) para ajudar os estudantes na pesquisa.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. De formas distintas, Marx, Durkheim e Weber desenvolveram concepções sobre o trabalho. Para Durkheim, o trabalho é um fato social característico de todas as sociedades. Segundo esse autor, o desenvolvimento da divisão do trabalho promoveria a coesão social. Para

Weber, houve um encontro histórico específico que originou a formação do capitalismo. A ética protestante e o espírito capitalista depositaram no trabalho e no sucesso nos negócios a confirmação da escolha divina. Já em Marx, o trabalho, fator fundamental da história humana, assume formas particulares no capitalismo, contribuindo para a reprodução social desse sistema, mas também introduzindo nele tensões e conflitos que o obrigam a se renovar constantemente. Com base na exploração do trabalho assalariado, a estrutura social do sistema capitalista se reproduz e com ela a divisão da sociedade em classes.

2. O ponto central para responder a essa questão está na forma pela qual é composto o salário. Para assegurar o lucro do capitalista, o salário não pode ter um valor igual ao de todo o trabalho realizado pelo trabalhador. Marx indica, assim, que há uma diferença entre o que é comprado e o que é realmente pago ao trabalhador pelo capitalista. O capitalista contrata a capacidade do trabalhador, sua força de trabalho, ou seja, tudo o que ele pode fazer em determinada jornada de trabalho. No entanto, paga ao trabalhador apenas uma parte do trabalho realizado. Caso contrário, não haveria lucro na produção. Essa relação de aparente igualdade na compra e venda da força de trabalho conduz a uma alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho. Ele vende sua força de trabalho, mas recebe apenas por parte do trabalho realizado.
3. Para que a produção gere maior lucratividade ao capitalista, é necessário introduzir sempre novas formas de exploração e dominação do trabalho. O taylor-fordismo, como uma reestruturação da produção, tem como objetivo geral aumentar as taxas de lucro. Para isso, introduziram-se novas formas de controle do trabalhador, reduzindo trabalhos complexos a tarefas simplificadas e rotinizadas. Além disso, foi introduzida a linha de produção, que tinha como objetivo economizar o tempo de deslocamento do trabalhador entre as máquinas. No entanto, é importante salientar que essa nova produção em massa, com consumo também em massa, não é apenas uma forma de organização da produção dentro da fábrica. Ela se caracteriza como um novo modo de vida que ficou consagrado como *american way of life* (estilo de vida americano).
4. A produção taylor-fordista se caracteriza por ser uma produção em série, rotinizada e com grandes estoques produtivos. A produção e o consumo são, portanto, de massa. A produção no toyotismo está baseada na demanda e se caracteriza por baixos estoques. Além disso, há um processo de automação em que o trabalhador passa a operar várias máquinas e, por isso, demandam-se qualificações profissionais mais sofisticadas. No taylor-fordismo, ao contrário, a qualificação é muito baixa, já que as tarefas são muito simplificadas.
5. A expressão trabalho imaterial se refere a formas de trabalho que têm como característica central a utilização da capacidade cognitiva do trabalhador. Essa forma de trabalho demanda, portanto, uma elevada qualificação profissional. Trabalhos como os de programador de

software, telemarketing, jornalista, designer, publicitário, professor, editor, são exemplos de trabalho imaterial. Do ponto de vista da produção de mais-valia, ou do lucro, não há diferença formal entre trabalho material e imaterial já que os dois tipos constituem trabalho assalariado, ou seja, são acionados para aumentar as margens de lucro das empresas capitalistas.

Interagindo

1. A letra da canção de Marcos e Paulo Sérgio Valle, gravada pelos Paralamas do Sucesso, descreve a condição de vida das classes trabalhadoras no capitalismo, sobretudo, nas grandes indústrias e corporações. O trabalhador vive em função de seu trabalho e não tem tempo de ser, de viver, não tem tempo livre para nada. Diz ele: "Eu não tenho tempo de ter/O tempo livre de ser/De nada ter que fazer (...).Ah, Eu acordo pra trabalhar/Eu durmo pra trabalhar/Eu corro pra trabalhar". Até os períodos considerados de descanso, como o sono, os feriados e domingos, são formas de reposição física dos trabalhadores. São momentos em que se repõem as energias para o trabalho. Mesmo em condições de desemprego, o trabalho está em primeiro plano, isto é, na busca pelo trabalho, por um novo emprego, já que é com ele, e apenas com ele, que o trabalhador consegue se reproduzir socialmente. Por não possuir os meios de produção necessários para produzir sua própria sobrevivência, ele não tem alternativa senão a de vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Contraponto

Vimos neste capítulo que, segundo Marx, sob o capitalismo as diferenças entre as classes sociais são estruturais, ou seja, são necessárias para que o sistema continue existindo. Essa divisão entre classes tem como decorrência a segmentação dos trabalhadores, que são divididos por faixas salariais. A charge de Laerte representa uma das dimensões dessa segmentação: quanto menos ganha o trabalhador pior são suas condições de transporte na cidade. Poderíamos pensar que o mesmo ocorre com as condições de moradia, de lazer, de acesso a serviços, etc.

SUGESTÕES DE LEITURA

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Rev. katálysis [on-line]*. 2009, vol. 12, n. 2, p. 188-197. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200008&lng=en&nrm=iso>.

AMORIM, Henrique. Valor-trabalho e trabalho imaterial nas ciências sociais contemporâneas. *Cadernos CRH [on-line]*. 2010, vol. 23, n. 58, p. 191-202. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100012&lang=pt>.

BARROS, José D'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. *Tempo social [on-line]*. 2011, vol. 23, n. 1, p. 223-245. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100011&lng=en&nrm=iso>.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? *Lua Nova* [on-line]. 1991, n. 24, p. 117-150. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200007&lng=en&nrm=iso>.

RIESEBRODT, Martin. A ética protestante no contexto contemporâneo. *Tempo social* [on-line]. 2012, vol. 24, n. 1, p. 159-182 Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100010&lng=en&nrm=iso>.

(Acesso em: 4 abr. 2013)

CAPÍTULO 8 | CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, discutimos as noções clássicas de divisão social formuladas por Durkheim, Weber e Marx, tentando compreender algumas questões da sociedade em que vivemos. O exame dos grupos profissionais ou funcionais em Durkheim, dos estratos sociais em Weber e das classes sociais em Marx explicita as diferenças e as proximidades entre esses pensadores, cujas análises são úteis para compreender como as sociedades se dividem e como os interesses sociais se integram na construção de identidades coletivas.

A imagem de abertura do capítulo, um grafite de Banksy, representa uma mulher caindo no vazio agarrada a um carrinho de compras. Podemos relacionar essa “queda” às consequências da divisão social nas sociedades capitalistas: o consumo separa as classes sociais e ao mesmo tempo as define, o que pode ser visto como uma falta de alternativa. Podemos pensar o grafite como metáfora dessa queda, um jogo irônico com a sociedade de consumo.

1. A divisão da sociedade em Durkheim: grupos profissionais ou funcionais

Como vimos no capítulo 6, a teoria de Durkheim tem um aspecto claramente evolutivo que é conferido, sobretudo, ao desenvolvimento da divisão do trabalho social. É importante salientar que, apesar de Durkheim entender que o desenvolvimento dessa divisão é positivo, pois cria laços de interdependência entre as pessoas e os grupos sociais, a coesão social – caracterizada por crenças e costumes comuns – se enfraquece à medida que os valores morais são deixados de lado. Essa dinâmica de fortalecimento da especialização profissional e de enfraquecimento de valores sociais coletivos tende a caracterizar uma sociedade centrada nos grupos profissionais.

Para estabelecer uma mediação entre o que foi estudado e a realidade dos alunos, você pode levantar questões que relacionem essa dinâmica aos problemas enfrentados na região em que vivem, discutindo o que poderia ser entendido como grupos sociais caracterizados pela solidariedade orgânica e diferenciá-los dos que estão ligados por laços de solidariedade mecânica.

Os aspectos teóricos do pensamento de Durkheim serão mais facilmente apreendidos pelos alunos com a ajuda dos exemplos propostos na seção **Você já pensou**

nisto? (p. 153 e 154). Você pode aproveitá-los também para propor discussões em classe, de modo que os alunos compartilhem suas próprias vivências e conheçam as opiniões e experiências dos colegas. Nesses momentos de troca, reforce a importância de ouvir e respeitar as opiniões dos outros.

2. A estratificação social em Weber: classe, estamento e partido

Neste item, destinado ao estudo da estratificação social em Weber, analisamos como esse autor elabora tipos ideais de estratificação social. Para ele, os três tipos se concentram nas formas da classe social, do estamento (ou *status*) e do partido. Como nos lembra Weber, trata-se de tipos ideais e não de formas concretas. As formas concretas podem ter aspectos dos três tipos de estratificação. A classe social, para o autor, é definida pela situação de mercado que aproximaria determinados indivíduos. O estamento ou *status* está baseado no prestígio social, isto é, pertence à esfera de distribuição da “honra”. Já o partido tem sua marca na aquisição de poder. Essas formas de estratificação social se definem, assim, por critérios objetivos de divisão social.

É importante debater com os alunos situações concretas para exemplificar as três formas weberianas de estratificação social. Os operários de uma fábrica, ou os trabalhadores assalariados de uma fazenda, por exemplo, pertencem a uma classe social, pois seu lugar na estrutura da sociedade é definido por relações de mercado (o patrão paga preços de mercado para comprar sua força de trabalho). Os políticos profissionais, ao contrário, têm seu papel na sociedade definido pela luta por aquisição, manutenção ou ampliação do poder. Pertencem, portanto, à esfera dos partidos. Mais difícil é encontrar hoje grupos baseados exclusivamente no prestígio social (estamentos). Você pode propor ao professor de História, em uma atividade interdisciplinar, que participe de um debate na classe sobre a organização estamental da sociedade feudal europeia durante a Idade Média. Nessa época, o grupo formado pelos nobres tinha sua posição na sociedade determinada por considerações de nascimento e de honra. Configurava, assim, um estamento.

3. As classes sociais em Marx: contradição e dialética

Para definir as classes sociais em Marx recorreremos a duas categorias analíticas centrais em sua obra. A contradição e a dialética nos ajudam a entender como as classes sociais se definem com base na luta entre elas, isto é, em uma forma relacional de enfrentamento. O centro da análise de Marx está muito mais na luta, ou seja, na relação entre classes, do que em uma definição estática e ahistórica (fora da história, desprovida de história) da classe por ela mesma. Os conceitos de contradição e dialética são importantes, pois nos permitem questionar a realidade aparente das relações sociais. Se a realidade é expressão da classe dominante, os interesses dessa classe aparecem como interesses universais. Marx considera que essa comunhão de interesses sociais é apenas um momento da realidade. Na verdade, as causas histó-

ricas que definem as divisões sociais no capitalismo re-pousam na propriedade privada dos meios de produção, em mãos da burguesia, e na relação de exploração que essa classe exerce sobre a classe dos trabalhadores. Os interesses dessas duas classes são, portanto, opostos e mesmo antagônicos. Entretanto, apesar disso, na relação de luta e reprodução das classes estas contraem as formas de sociabilidade vigentes, não apenas econômicas, mas também culturais, simbólicas, ideológicas e políticas.

Talvez, um procedimento interessante para a compreensão das classes em Marx seja a comparação com os tipos ideais de Weber, mostrando como no caso de Weber as definições são menos dinâmicas e em Marx dependem da historicidade das lutas sociais.

4. As classes e os estratos sociais no século xx

Neste item, retomamos em parte o que havíamos discutido nos anteriores, tentando, com isso, avançar no sentido de compreender como a teoria da estratificação social de Weber e a teoria das classes sociais de Marx influenciaram o debate sociológico no século XX. Destacamos especificamente, aqui, o debate em torno do avanço científico e tecnológico, isto é, do papel da ciência e da tecnologia na formação de sujeitos sociais, particularmente no seio da classe trabalhadora. Notamos a presença da tese que indica a necessidade de recomposição do saber-fazer por parte do proletariado (ou seja, de seu conhecimento técnico) como estratégia política para retomar o controle do processo de trabalho.

Muitos autores elaboraram suas teses no pressuposto de que o desenvolvimento científico e tecnológico teria criado um grupo específico de trabalhadores, capaz, por sua qualificação profissional, de retomar o controle dos processos de trabalho e, portanto, político da sociedade. É importante frisar o determinismo tecnológico dessa tese. Ela atribui ao desenvolvimento científico, e não às lutas sociais, o elemento motivador da transformação política na medida em que pressupõe a formação de um sujeito político como resultado dos processos de automação da indústria na segunda metade do século XX. Seria importante relacionar aqui o desenvolvimento científico e tecnológico aos interesses sociais das classes, mostrando, sobretudo, que esse desenvolvimento não é neutro e atende aos interesses do mercado.

Uma maneira interessante de discutir a categoria “classe social” em sala de aula é trazer os critérios utilizados pelo IBGE para classificar as pessoas em classes e debatê-los. Até que ponto as pessoas realmente se identificam com a classe a que pertencem? Num país desigual como o Brasil, há desigualdades dentro de uma mesma “classe social”? Utilizando as reflexões de Weber, seria possível agrupar as pessoas de outras maneiras? Qual o sentido prático de se estabelecer uma divisão como a que é utilizada pelo IBGE?

Essa discussão pode servir como gancho para fazer uma oposição entre cidadania e consumo. Somos definidos pelo que consumimos, muitas vezes, e nos enxergamos como consumidores. Mas até que ponto essa é a melhor maneira de estarmos em sociedade? Até que ponto essa visão sustenta desigualdades sociais, pois

consideramos que pessoas que não consomem são “menos” cidadãos, de alguma maneira?

5. A dinâmica das classes médias: ocupação profissional e renda

Tocamos agora em outro debate importante nos dias de hoje: a discussão sobre as classes médias. Para autores do século XX, um novo contingente de trabalhadores (gerentes, administradores e diretores), marcados por uma atividade predominantemente intelectual, teria crescido muito durante o século passado. Esses profissionais não poderiam ser classificados como capitalistas nem como trabalhadores, pois não tinham, segundo as análises expostas, as características básicas dessas duas classes. Em meados do século XX, Wright Mills argumentou que uma nova classe média (gerentes) teria se constituído e que ela seria fruto do desenvolvimento tecnológico incorporado às indústrias e empresas de sua época. Nos anos 1970, Nicos Poulantzas responde a Mills, tentando escapar das armadilhas de sua classificação salarial.

Diversamente da análise weberiana de Mills, Poulantzas procura definir as classes, como o fez Marx, com base na luta de classes. Entretanto, chama a atenção para uma definição que leva em conta, além da esfera econômica, as esferas política e ideológica. Entende, assim, que o trabalho intelectual seria a característica central para a definição desses trabalhadores administrativos e de escritório em forte crescimento no capitalismo. Denomina-os de nova pequena-burguesia. É central aqui, relacionar as análises de Weber às de Mills e as de Marx às de Poulantzas para que um ciclo de compreensão seja fechado e as diferenças, explicitadas.

Essa discussão tem ressonâncias nos dias de hoje, sobretudo no Brasil, quando analisamos as políticas de inclusão social dos últimos governos. Há uma controvérsia entre os autores brasileiros no tocante à questão de se as pessoas beneficiadas com políticas assistenciais podem ou não ser consideradas como uma nova classe média. Como vimos, os argumentos são variados. No entanto, eles são expressão do que foi discutido neste capítulo, isto é, explicitam leituras de classe social e estrato social de Marx e Weber, servindo-nos, portanto, de exemplos históricos do que foi por nós exposto teoricamente no capítulo.

Para ampliar a discussão do **Você já pensou nisto?** (p. 162) pode ser destacado que uma das evidências de que alguns tipos de trabalho são considerados menos “dignos” que outros é a existência de profissões não regulamentadas, ou seja, não reconhecidas pelo Estado brasileiro. Os trabalhadores e trabalhadoras domésticas, por exemplo, apenas em 2013 conquistaram direitos que outras categorias profissionais já tinham desde a primeira metade do século XX, como o direito a férias e licenças-maternidade e paternidade. Um exame sobre os direitos, piso salarial e regulamentação de diferentes categorias profissionais pode dar uma dimensão real ao debate em sala de aula. Essas informações são importantes, pois ajudam os estudantes a perceberem que a categoria “trabalhador” não é, na prática, uma categoria homogênea no contexto do capitalismo global.

Você pode encerrar o estudo do capítulo com um debate em torno da formação das classes sociais ao

longo da história do Brasil: de que forma elas se estruturaram? Esta seria uma ótima oportunidade para compreender os processos de formação das classes sociais para além das determinações puramente econômicas. Para tornar a discussão mais produtiva e enriquecedora, você pode convidar o professor de História a participar de mais esse diálogo interdisciplinar.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. A divisão social para Durkheim é definida pelos grupos funcionais ou profissionais. Já a teoria da estratificação social de Weber tem como fundamento a classe (e dentro dela a situação de classe), o *status* (estamento) e o partido. A divisão social em classes, para Weber, está relacionada à condição econômica ou padrão material de existência dos indivíduos, isto é, tem base fundamentalmente econômica. Marx, finalmente, caracteriza classes sociais com base na relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção e nas lutas travadas por esses grupos em torno da distribuição da riqueza criada pelo trabalho.
2. O predomínio de uma ou de outra forma de solidariedade é um índice de como a sociedade está dividida e de que forma. Se o desenvolvimento da solidariedade orgânica é alto, como nas sociedades em que vivemos, podemos notar a presença de um variado conjunto de grupos funcionais ou profissionais que formam laços de integração social muito fortes. Não obstante, é importante lembrar que os dois tipos de solidariedade coexistem em quase todas as sociedades. Por isso, Durkheim sublinha a importância de investigar qual deles é predominante. Isso quer dizer que, mesmo em sociedades com especialização do trabalho muito desenvolvida, ou seja, com laços sociais característicos da solidariedade orgânica, a solidariedade mecânica também ocorre e forma igualmente grupos sociais. Podemos observar essas formas de sociabilidade em grupos que se integram com base em crenças sociais.
3. Para Weber, as relações de desigualdade são sempre relações de poder, distintas mas não completamente independentes umas das outras. A estratificação social tem três tipos distintos, mas não independentes: a classe (e dentro dela a situação de classe), o *status* e o partido. A estratificação social em classes está relacionada à condição econômica ou padrão material de existência dos indivíduos, isto é, tem base fundamentalmente econômica. A estratificação por *status* tem relação com o prestígio, com a posição social, o estilo de vida, a instrução formal. O partido é uma forma de estratificação na qual a distribuição de poder se dá pela capacidade de controle de uma organização.
4. Para Marx, a classe social é um conceito dinâmico que tem um fundamento econômico, mas não apenas econômico. No processo de formação das classes interferem diversos fatores, entre os quais fatores culturais, simbólicos, econômicos, políticos e ideológicos. O fundamento econômico do conceito de classes em Marx

tem por base as relações de produção entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção. Essa relação é expressão de uma forma de sociabilidade e as divisões que ela produz se manifestam também nos locais de trabalho. No entanto, as classes sociais, para Marx, não são tipos ideais weberianos, ou seja, não são formas estáticas sem historicidade. Na verdade, as classes se formam em meio a conflitos e lutas, nas quais se chocam os interesses das diversas classes. Trata-se, portanto, de um processo dialético, marcado por contradições e antagonismos. As lutas de classe estabelecem, assim, uma definição relacional de classe, isto é, só é possível definir classe quando se tem em conta a relação de luta entre as classes.

5. Entre aqueles que compartilham a concepção de classes sociais de Marx, as classes médias são vistas como um conjunto de grupos que se situam entre a classe capitalista e a classe operária. No caso das correntes que seguem a teoria da estratificação social de Weber, a preocupação, como vimos, está relacionada a critérios de classificação específicos para indivíduos e suas ações sociais. Entre os vários critérios, os mais utilizados são o de ocupação profissional (cargos, postos de trabalho e qualificação profissional) e o de renda. Para Wright Mills, as ocupações e situações de renda estão ligadas a situações de classe e caracterizam, com base no prestígio que têm, o *status* de seus ocupantes e os seus graus de poder.

Interagindo

1. De acordo com a leitura do atual capítulo, é possível afirmar que o autor da letra de música em questão está informado pelas definições de divisão social formuladas tanto por Durkheim como por Weber. Poderíamos dizer que para Durkheim, as classes sociais estão relacionadas aos grupos funcionais ou profissionais (psicólogos e empresários, por exemplo). Notamos, na letra da música, a presença de uma consciência coletiva que regula todos os aspectos da vida. O autor se refere a uma “sociedade falida e moralista” que teria relação, segundo ele, com a “pobreza de ideias”, ou seja, a moralidade estaria regulando as diferenças entre as classes que são fundamentadas pelos grupos funcionais ou profissionais. Já para Weber, as relações de poder, sociais e econômicas expressas na letra da música podem indicar estratos sociais diferentes. Para Weber, a sociedade descrita na letra da música relaciona os tipos ideais de classe (economia), *status* (prestígio) e (partido) poder. Mesmo que de uma maneira negativa, o autor reproduz a ideia de que as diferenças econômicas acabam por determinar uma sociedade “falida e moralista”.
2. Observando, de uma forma evolutiva, o desenvolvimento do processo produtivo como algo positivo, é possível afirmar que haveria uma influência do desenvolvimento científico e tecnológico na determinação das classes sociais. Com base nessa linha de pensamento ideológico, o sujeito político se formaria pelo avanço das forças de produção. No entanto, esse tipo de raciocínio deixa de considerar que essas mesmas forças produtivas são mecanismos que têm como objetivo

central aperfeiçoar o controle sobre os trabalhadores. Dessa forma, o desenvolvimento científico e tecnológico parece ser de interesse geral. Na prática, os investimentos nessa área se dão na medida em que empresas privadas buscam formas de alargar sua produção.

Contraponto

Na charge de Laerte vemos à esquerda, o gerente, ou administrador, e o capitalista dono da empresa (de cartola) e, do lado de fora (vemos pela janela) trabalhadores em greve. Há aqui uma mensagem explícita. Os gerentes, embora sejam trabalhadores assalariados, parecem “comprar” a ideologia dos capitalistas. Como vimos na seção sobre as classes médias, muitos autores entendem que o desenvolvimento das funções de gerência das empresas e indústrias no século XX criou um grupo de pessoas que não poderiam ser classificadas nem como capitalistas (pois não detêm os meios de produção), nem como proletariado (pois não executam funções manuais). Uma das saídas do impasse foi classificar esse contingente de trabalhadores pela sua ideologia. O gerente da charge é um assalariado como os trabalhadores em greve do lado de fora, mas sua ideologia o aproxima do capitalista, afastando-o dos interesses da classe trabalhadora.

SUGESTÕES DE LEITURA

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [on-line]. 2001, vol. 16, n. 46, p. 5-27. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000200001&lng=en&nrm=iso>.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Crítica Marxista*, 15, 2002. Disponível em: <www.unicamp.br/ce marx/criticamarxista/critical5-A-chauvel.pdf>.

SALLUM JR. Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova* [on-line]. 2005, n. 65, p. 11-42. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200002&lang=pt>.

SOUZA, Jessé de. *Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira*. *Lua Nova* [on-line]. 2005, n. 65, p. 43-69. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200003&lang=pt>.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social* [on-line]. 2004, vol. 16, n. 2, p. 7-34. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200001&lang=pt>.

(Acesso em: 4 abr. 2013)

CAPÍTULO 9 | SOCIOLOGIA BRASILEIRA

A Sociologia brasileira se estruturou nos anos 1930, sob forte influência da Sociologia francesa e da estadunidense. A influência cultural francesa, na verdade, já era muito forte bem antes desse período, acentuando-se com a chegada ao Brasil das teses positivistas e evolucionistas no final do século XIX.

Durante as primeiras décadas do século XX, o peso do passado colonial e imperial se fez sentir nas elaborações sociológicas que analisavam a formação social do Brasil. Em certa medida, a realidade brasileira se mostra herdeira das desigualdades sociais características daquele período.

Uma estratégia interessante para todo esse capítulo é observar como determinadas questões se reproduzem historicamente, embora alterando sua aparência. Relacionar períodos históricos diferentes mostrando suas particularidades pode ser uma boa maneira de explicitar as teses e questões centrais da Sociologia para cada conjuntura. Por exemplo, você pode relacionar o trabalho escravo dos períodos colonial e imperial com formas de trabalho semelhantes às da escravidão no Brasil contemporâneo.

1. Interpretações do Brasil

O final do século XIX e o começo do século XX foram fecundos quanto à tentativa de reconhecimento de uma identidade nacional. A discussão central girava em torno das características singulares que compunham a identidade da população brasileira. Autores como Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, entre outros, buscaram analisar essas características identitárias. A ideia de povo e nação mostraram-se, assim, como eixos da produção de conhecimento sobre nossa “natureza”.

Deve-se observar que os pensadores que interpretaram o Brasil nesse início de século foram importantes para os trabalhos da geração de 1930, abordada no item 2. Não porque a nova geração se baseasse neles para produzir suas próprias interpretações, mas porque serviram de interlocutores cujas análises ela procurou superar por meio de novas abordagens.

2. A geração de 1930

Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior são autores representativos de um momento em que a Sociologia alcança no Brasil *status* de ciência e se consolida academicamente. Tomando como base, respectivamente, as noções de miscigenação, cordialidade e economia mercantil, esses autores procuraram entender como o Brasil se formou e quais eram suas características marcantes. Integram uma geração que deixou uma forte herança, tanto do ponto de vista sociológico, quanto do ponto de vista social, haja vista a reprodução de muitas de suas ideias, tais como a da democracia racial, a da cordialidade e, por fim, a que enfatizava a importância do contexto de expansão do mercado europeu na formação do Brasil.

3. A escravidão e a questão racial no Brasil

Em que medida a escravidão condicionou a estrutura de preconceitos raciais e a desigualdade econômica no Brasil dos séculos XX e XXI? Segundo Florestan Fernandes, é possível relacionar os “ciclos” econômicos do período colonial no Brasil com formas de escravidão. Para esse pensador, as estruturas de dominação do período

colonial foram em grande parte preservadas no século XX, quando a sociedade brasileira começa a se industrializar e urbanizar. É importante destacar que essa herança da escravidão se manifesta também na difusão do mito da democracia racial no Brasil. Segundo Fernandes, trata-se de um mito que consolida a crença equivocada de que a situação de desvantagem social e econômica do afrodescendente no Brasil é fruto de sua incapacidade natural.

Essa questão pode ser enfrentada de vários ângulos. Você pode, por exemplo, discuti-la com os alunos com base em dados atuais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que mostram sensíveis diferenças entre as condições de famílias negras e brancas, tanto em relação a emprego, como a renda e a outros itens.

Neste item são citados vários autores que trataram da questão racial no Brasil. Estimule os alunos a consultar os respectivos verbetes na seção *Biografias* a fim de conhecerem um pouco da vida e da obra desses estudiosos. Se achar oportuno, você pode sugerir um aprofundamento das pesquisas, com base nos dados fornecidos nessas pequenas biografias.

4. Subdesenvolvimento e dependência econômica

O tema do subdesenvolvimento e da dependência econômica surge em um momento específico da história do Brasil. Entre os anos 1950 e 1970, com o desenvolvimento industrial e urbano, diversos autores começam a discutir sobre uma nova fase na qual o país teria entrado. Já nos anos 1950, Celso Furtado chama a atenção para a condição de subdesenvolvimento do Brasil. Entende que não se trata de uma fase que antecederia o desenvolvimento, mas de uma forma peculiar de estruturação da sociedade e da economia, deformada pela dependência em relação aos países desenvolvidos e pela manutenção de estruturas herdadas do passado colonial, como o latifúndio e a monocultura exportadora. Alguns anos mais tarde, entram em cena os teóricos da dependência, entre os quais Fernando Henrique Cardoso. Para esses autores, a dependência que se desenvolve entre as décadas de 1950 e 1970 difere da que prevaleceu entre o século XIX e os anos 1930. A nova dependência tem como eixo central a entrada de capital estrangeiro no Brasil para o desenvolvimento da indústria.

A questão do subdesenvolvimento ou da dependência pode ser explorada para que o estudante estabeleça relações entre o Brasil e outros países. Atualmente, o Brasil já não é visto como um país dependente. É mais ou menos consensual que ele faz parte hoje do grupo de países emergentes que avançaram no processo de industrialização autônoma, ao lado da Rússia, Índia e China (grupo conhecido por Bric, sigla formada pela primeira letra do nome desses países, incluindo o B de Brasil), ao qual se juntou mais recentemente a África do Sul. Entretanto, muitas das características do subdesenvolvimento analisadas por Celso Furtado ainda permanecem na estrutura social brasileira.

5. Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo

A reestruturação produtiva no Brasil, com sérios efeitos para a classe trabalhadora, tem particularidades, mas também reproduz aspectos das reestruturações ocorridas na Europa, Estados Unidos e Japão desde os anos 1970. No Brasil, ela foi aplicada de forma decisiva na década de 1990, contribuindo para o aumento do desemprego, a perda de conquistas trabalhistas e a terceirização. O número de dispensas de trabalhadores de seus empregos, a flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização e, sobretudo, o aumento do trabalho informal, do subemprego e das doenças do trabalho podem ser destacados como aspectos centrais das transformações na esfera do trabalho no Brasil nas últimas três décadas.

Você pode associar esses aspectos aos que foram trabalhados nas outras seções do capítulo, chamando a atenção para como o caráter precário das condições de vida e de trabalho faz parte da estrutura da sociedade brasileira desde sua formação na época colonial. Dados sobre as condições de trabalho podem ser encontrados no Dieese e no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e são uma fonte interessante para subsidiar e aprofundar o debate sobre essa questão.

Além das relações que podemos fazer sobre a exploração do trabalho em condições precárias e a escravidão ao longo do século XX (*Você já pensou nisto?*, página 179), é possível pensar com os estudantes sobre a existência, no século XXI, de trabalhadores em condições análogas à de escravidão. A ONG brasileira que é mais conhecida por sua militância pelo fim desse tipo de exploração é a *Repórter Brasil* (<<http://reporterbrasil.org.br/>>). Em seu *website*, a ONG disponibiliza diversas informações sobre este grave problema social, que podem ser exploradas pelos estudantes de diferentes maneiras. Há uma seção especial, chamada “Escravo, nem pensar!” (<<http://escravonempensar.org.br/>>) voltada especialmente a educadores e estudantes, repleta de sugestões e dados que podem ser trabalhados em sala de aula. Auxiliados pelos conhecimentos da área de Geografia, os estudantes podem explorar, por exemplo, o material chamado Mapa Social (<<http://reporterbrasil.org.br/mapasocial/>>), com o objetivo de elaborar soluções e ações que possam ser realizadas localmente para cooperar com a extinção do trabalho em condições análogas às de escravidão.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. Antes da formação da Sociologia como ciência acadêmica no Brasil, o que ocorreria apenas nos anos 1930, alguns autores, como Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, entre outros, discutiram o Brasil com o objetivo de desvendar e analisar as características que davam ao país sua unidade. A formação do povo e da nação, a miscigenação, a questão racial e a tristeza como traço característico da identidade nacional foram temas comuns nesse período.
2. A Sociologia brasileira se consolida nos anos 1930. Nesse período, se destaca um grupo de pensadores

que procuraram entender a formação do Brasil, suas características centrais e a influência de seu passado colonial. São representantes clássicos desse período, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Para compreender o processo de formação do Brasil, Freyre, influenciado pelo antropólogo Franz Boas, deu importância à questão da miscigenação e à questão racial, enfatizando a presença indígena e africana na formação da cultura brasileira e a democracia racial; Sérgio Buarque, pautado nos tipos ideais weberianos, argumentou que a cordialidade seria o traço característico do povo brasileiro. Já Caio Prado observou a relação do Brasil com a Europa, mostrando como a sociedade brasileira se forma economicamente com base na expansão do comércio europeu nos séculos XVI, XVII e XVIII.

3. Depois da abolição da escravidão em 1888, a inclusão do afrodescendente na sociedade capitalista brasileira reproduziu em boa medida preconceitos e discriminações sofridos no período anterior. Segundo Florestan Fernandes as estruturas de dominação social do período colonial foram preservadas no processo de modernização capitalista do Brasil. Para esse autor, a incorporação do negro na sociedade de classes se desenvolve pautada em desigualdades sociais que estão ligadas diretamente às diferenças de cor. Tais desigualdades podem ser observadas até os dias de hoje, seja em relação a níveis de salários, seja em relação a condições de vida, moradia, índices de violência, etc.
4. A relação de dependência do Brasil para com outras regiões do mundo teve início com a chegada dos portugueses, em 1500. Dependência em relação à metrópole nos termos do “pacto colonial” e, mais tarde, após a independência, em 1822, em relação a outros países europeus e aos Estados Unidos. Essa relação ganha novas feições entre 1950 e 1970. Celso Furtado entende o subdesenvolvimento do Brasil não como uma fase ou etapa que antecederia a do desenvolvimento, mas como uma forma de estruturação no interior do capitalismo mundial, marcada por um crescimento indireto, isto é, que ocorre com base nas demandas de países mais industrializados. Para Fernando Henrique Cardoso, o processo de industrialização no Brasil dos anos 1950-1970 não é típico apenas da sociedade brasileira, mas pode ser observado também em outros países da América Latina. Segundo ele, essa nova fase é marcada pela dependência industrial, isto é, pela transferência de capitais estrangeiros para o Brasil, trazendo para o país empresas multinacionais e reproduzindo formas de dependência industrial, financeira e tecnológica.
5. O trabalho no Brasil sempre foi precarizado, se o compararmos com o de países europeus, por exemplo. Não obstante, depois da industrialização dos anos 1950-1970 observa-se uma forma típica de precarização relacionada com o passado de desigualdades sociais, acentuadas, nas últimas três décadas, pela reestruturação produtiva. Integrado a uma organização da produção que responde a interesses internacionais, o Brasil reorganizou sua produção intensifi-

cando, sobretudo, a terceirização e o trabalho informal, subcontratado, com jornadas de trabalho excessivas e com rendimentos salariais muito baixos. Esse novo cenário reproduz o passado de desigualdades sociais que vem desde o Brasil colônia e que ganhou feições distintas durante o século XX, chegando ao começo do século XXI marcado pela precarização do trabalho.

Interagindo

1. A banda Mundo Livre S/A destaca na canção como a cultura africana exerceu influência no mundo. Segundo a letra da canção, vários foram os feitos da cultura africana, seja no norte, no centro ou no sul da América; seja na culinária ou nas artes. A questão “mas é o ariano que ignora o africano ou é o africano que ignora o ariano?” tem dupla dimensão. De um lado, a cultura africana se difundiu pelo mundo, a despeito dos desmandos, preconceitos e discriminações da ideologia ariana. A cultura africana tem, assim, uma importância fundamental para as sociedades contemporâneas. Ela “ignora” a ariana na medida em que continua a se manifestar. Em contrapartida, a ideologia ariana “ignora” a africana, pois não reconhece a importância desse legado e o encara de forma preconceituosa, pautada na diferença de cor.
2. Ao exaltar a cultura africana e sua influência no mundo inteiro, a canção combate frontalmente o preconceito de cor. Ela descreve alguns dos legados culturais que a cultura africana transmitiu ao mundo nos últimos séculos e mostra, ao mesmo tempo, que os africanos foram vítimas da violência do “ariano”, pois foram “levados para sofrer no norte”, no centro seu suor “fomentou” diversos gêneros musicais, e no sul “a inquietude negra” fez nascer outras tantas manifestações culturais.

Contraponto

A sociedade capitalista se consolidou e se expandiu no século XX com base no desenvolvimento de indústrias de massa e no consumo de massa. Dessa forma, houve uma padronização das necessidades sociais, dos gostos e dos comportamentos que fizeram com que a sociedade, mesmo muito diferenciada, se estruturasse com base em certos padrões, entre eles os habitacionais, comportamentais, artísticos, culturais, etc. Os trabalhadores, no caso do quadro de Tarsila do Amaral, foram inseridos em linhas de montagem que padronizaram suas funções produtivas. Do ponto de vista do aumento da produtividade não importavam as diferenças entre essas pessoas, mas sim o quanto elas poderiam produzir. Não obstante, é com base em diferenças de cor, de região e país que alguns grandes industriais estimulam a competição entre seus operários. Sabendo dessas diferenças sociais, eles incitam grupos de negros contra grupos de imigrantes, por exemplo, para obter ganhos de produtividade. Apesar de a sociedade capitalista se organizar com base num processo de padronização social, ela também opera com base em diferenciações sociais que reproduzem preconceitos, discriminações e desigualdades sociais de toda sorte.

SUGESTÕES DE LEITURA

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade [on-line]*. 2011, n. 107, p. 405-419. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lang=pt>.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. *Novos estudos CEBRAP [on-line]*. 2008, n. 80, p. 71-88. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-330020080001000006&lang=pt>.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos avançados [on-line]*. 1996, vol. 10, n. 26, p. 89-128. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141996000100014&lang=pt>.

FERREIRA, Bernardo. Do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã. “Revolução da independência” e história do Brasil em Caio Prado Jr. *Dados [on-line]*. 2008, vol. 51, n. 2, p. 489-509. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582008000200009&lang=pt>.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos avançados [on-line]*. 2005, vol. 19, n. 53, p. 371-377. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01034014200500010024&lang=pt>.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. *Revista brasileira de Ciências Sociais [on-line]*. 2011, vol. 26, n. 76, p. 39-62. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000200003&lang=pt>.

WEFFORT, Francisco. Nota sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional. *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971, p. 01-24. Disponível em: <www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/nota_sobre_a_teor_da_dependencia.pdf>.

(Acesso em: 5 abr. 2013)

CAPÍTULO 10 | TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA SOCIOLOGIA

Neste capítulo, analisamos alguns dos temas da Sociologia contemporânea. Procuramos abordar sobretudo os que se referem às transformações sociais ocorridas nos últimos quarenta anos. Trata-se, portanto, de um recorte histórico e teórico, já que seria impossível, nos limites de um livro didático para o Ensino Médio, considerar toda a vasta produção sociológica das últimas décadas.

É importante ter em mente que as explicações sociológicas elaboradas nesse período só se garantem teoricamente quando se explicita o edifício histórico-estrutural em que foram construídas. Observar esse recorte histórico e teórico pode ser o ponto de partida da reflexão a ser feita na sala de aula.

Nessa reflexão, destaque os aspectos geopolíticos que envolveram a elaboração das teses abordadas no capítulo, observando que em sua maioria elas foram desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos. O enunciado dessa relação entre o contexto geopolítico e a produção de novas explicações sociológicas já constitui, por si só, um bom tema de debate na sala de aula, sobretudo se pensarmos na difusão dessas teorias na América Latina e, particularmente, no Brasil.

1. Tempos de mudança

Neste primeiro item do capítulo, vimos que entre as últimas décadas do século XX e o começo do século XXI o mundo passou por grandes transformações. Conceitos e expressões desconhecidos até então, ou pouco utilizados, passaram a fazer parte da vida cotidiana. Globalização, neoliberalismo, terceirização, precarização do trabalho, robótica, microeletrônica, internet, crise ambiental, efeito estufa, aquecimento global são alguns deles. Entre os anos 1980 e 1990, a queda do Muro de Berlim, a revolução democrática no Leste europeu e a desintegração da antiga União Soviética puseram fim à Guerra Fria. Os Estados Unidos emergiram como a única superpotência e um pensador nipo-estadunidense, Francis Fukuyama, chegou a falar do “fim da história” e do “fim das ideologias”.

A história, entretanto, não acabou. Com o enfraquecimento dos sindicatos e a perda de conquistas trabalhistas, assistiu-se a um recuo de amplos setores da classe trabalhadora em escala mundial. Em contrapartida, novos conflitos e contradições entraram em cena: conflitos de ordem cultural e religiosa – como os que provocaram os atentados contra as torres gêmeas de Nova York, nos Estados Unidos, em 2001 –; conflitos de ordem política – como as manifestações contrárias ao Fórum Econômico Mundial, que se reúne anualmente em Davos, na Suíça –; dos que lutam pela preservação do meio ambiente; ou, ainda, dos que lutam pela liberdade e pela democracia – como os que promoveram a Primavera Árabe no Oriente Médio e no norte da África.

Você pode promover um debate com os alunos em torno da questão central desta seção: o que mudou e o que permaneceu no mundo atual em relação ao mundo em que viveram (e construíram suas teorias) Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber?

2. A Revolução Informacional

Como as tecnologias da informação e da comunicação libertam e, ao mesmo tempo, aprisionam as pessoas? Essa dupla dimensão talvez seja o melhor caminho para explorar o tema. Ao mesmo tempo que, idealmente, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) criam mais tempo livre – já que podemos fazer alguns tipos de trabalho, nos comunicar e agilizar os processos decisórios de qualquer parte do mundo – elas intensificam a produção e o estresse no trabalho, pois ampliam a jornada de trabalho, que extravasa e muito o horário fixado pela empresa.

A questão aqui é: as NTICs devem ser pensadas de maneira diferente ou estão ainda fundadas nas mesmas determinações sociais do lucro e do aumento da produtividade? Será que elas promovem um novo tipo de tra-

balho criativo e inventivo ou apenas aprofundam a exploração das capacidades intelectuais do trabalho coletivo?

Um caminho interessante para discutir a questão é orientar os alunos a contabilizar o tempo gasto por eles (ou por seus pais, vizinhos ou conhecidos) nessas atividades e comparar esse tempo com o que é gasto na produção de mercadorias em geral.

Apesar de as empresas e as classes sociais economicamente privilegiadas estarem quase totalmente integradas à “revolução informacional” no Brasil, ainda vivemos uma situação muito desigual no que diz respeito ao domínio dessas ferramentas. As “desigualdades digitais” são um tema interessante e que pode ser trabalhado tanto com professores de informática, quanto com professores de Filosofia (abordando a relação entre conhecimento e poder), de Matemática (desmistificando o funcionamento dos programas de computador, por exemplo, que se baseiam em linguagem binária e que praticamente todas as pessoas são capazes de aprender) e de Geografia (no trabalho com mapas e examinando os processos de globalização que acompanharam essa revolução). A publicação *Mapa das desigualdades digitais do Brasil*, de Julio Waiselfisz, disponível na internet (<www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/MapaDesigualdadesDigitais.pdf>) traz uma série de dados analisados sobre esse tipo de desigualdade. Essa publicação pode ser explorada de muitas maneiras em sala de aula, conectando diferentes disciplinas, como mencionado anteriormente. É importante ressaltar que diferentes níveis de domínio sobre ferramentas informacionais apenas ganham *status* de desigualdade porque há um poder social, econômico e político associado a tais habilidades, nos dias de hoje. Também é uma oportunidade para apresentar os estudantes à ideia de “sociedade da informação”.

3. Valorização e financeirização do capital

O capital se movimenta ao longo do tempo, adota formas e cresce ou se contrai em fases distintas. Essas fases estão relacionadas à luta travada com o trabalho. A partir dos anos 1970, teve lugar um processo de financeirização do capital que predomina até hoje. Seu objetivo era recompor e ampliar a lucratividade das empresas. É importante deixar claro que a relação entre produção e crédito (base da finança) é própria do capitalismo como sistema. No entanto, no período destacado o capital financeiro passou a predominar em relação ao capital produtivo.

Ao abordar esse tema em sala de aula, explique aos alunos o que são as bolsas de valores e como são elas que avaliam a dinâmica do mercado e podem projetar uma valorização ou desvalorização maior ou menor do que a da produção real. Uma descrição histórica de como ocorre o processo de globalização do capital poderia também enriquecer a discussão.

4. Modernidade e pós-modernidade

Para muitos autores, modernidade e pós-modernidade se entrecruzam. Haveria nas sociedades contemporâneas aspectos característicos dessas duas épocas? Ou o discurso pós-moderno seria um mecanismo de conformação das pessoas às novas modalidades de dominação no ca-

pitalismo? Como o tema é de muita complexidade, é fundamental começar pelas definições de modernidade e pós-modernidade. Feito isso, pode-se dialogar com essas perspectivas, assinalando seus limites.

É preciso delimitar, por exemplo, certo pessimismo quanto ao fim das grandes narrativas, das explicações generalizantes, haja vista um processo de heterogeneização social fruto das novas formas de trabalho e da diversidade das lutas políticas. Ao mesmo tempo, você pode abordar criticamente alguns modismos que estabeleceram o fim da história, das utopias e das ideologias, e relativizá-los à luz da necessidade de se pensar os limites que certas formas de luta política, como a ecológica, têm na sociedade capitalista.

Para expandir a discussão sobre o desenvolvimento da economia capitalista e as desigualdades no Brasil, um tema interessante é a mudança na configuração da distribuição de renda no Brasil a partir das políticas de renda de cidadania, como o Bolsa Família. Discutimos, no capítulo anterior, um pouco sobre as relações entre consumo e cidadania. Agora, podemos articular três vértices do debate, relacionando consumo, cidadania e desenvolvimento.

Você pode iniciar uma aula, por exemplo, colocando esses três conceitos no quadro e pedir aos estudantes que esclareçam o significado desses conceitos. É importante frisar que quando falamos de “desenvolvimento” podemos falar tanto da economia (desenvolvimento econômico) quanto de melhores condições de vida para a população de um país (desenvolvimento humano), sendo que ambas as interpretações em geral estão relacionadas no capitalismo moderno. A partir daí, pergunte aos estudantes as relações que eles enxergam entre os três “vértices”. Fomenta a discussão até que se toque no ponto de “políticas públicas” ou “Intervenção do Estado”. Escreva uma dessas duas palavras-chave no centro do triângulo.

Peça aos alunos para que, em grupos, pesquisem políticas públicas ligadas à distribuição de renda. Aqui cabem políticas como o Bolsa Família, ou políticas econômicas de microcrédito, cobrança progressiva de impostos, etc. Cada grupo deve escolher uma política pública dessas, executada local, regional ou nacionalmente, e fazer uma breve pesquisa compreendendo como ela funciona. Em especial, peça aos grupos que encontrem dados sobre mudanças sociais causadas pela política estudada, em zonas urbanas e rurais. É importante adaptar o conteúdo da pesquisa ao contexto de vida de seus alunos. Se você leciona em uma zona rural, por exemplo, talvez um enfoque nas políticas de microcrédito, de fomento à agricultura familiar, etc. sejam uma boa forma de conectar o conteúdo de Sociologia com o cotidiano de seus alunos.

Com as informações em mãos, peça aos estudantes que elaborem uma forma criativa de apresentá-las. Pode ser um poema, um vídeo, uma canção, um infográfico, uma maquete, um cartaz, um teatro de fantoches, etc.

5. As sociologias de Bourdieu e Habermas

Pierre Bourdieu em sua teoria da reprodução social entende que as práticas simbólicas são fundamentais para a compreensão das sociedades contemporâneas. Partindo, como Habermas, de uma crítica a certas teses economicistas de autores marxistas, Bourdieu explora as determi-

nações simbólicas como práticas sociais que, juntamente com as econômicas, proporcionariam a distribuição de bens materiais e simbólicos que configurariam as sociedades capitalistas e suas formas de integração social.

A noção de *habitus* como conjunto de determinações sociais que orientam a ação social é de significativa importância, sobretudo quando Bourdieu procura estabelecer os nexos causais entre a ação social e a estrutura social. O modelo da escola como reprodutora das desigualdades simbólicas, representadas socialmente como desigualdades econômicas, é exemplar para caracterizar o pensamento de Bourdieu. A distribuição de títulos, baseada em dons e méritos, reproduz culturalmente as desigualdades sociais, duplicando-as. A educação mostra-se, dessa forma, como um campo a ser explorado em sala de aula, em especial para desconstruí-la como instituição neutra e desinteressada.

A teoria social de Habermas é uma das mais complexas e inovadoras da segunda metade do século XX. Partindo do pressuposto de que a teoria marxista não conseguiria mais responder aos problemas das sociedades contemporâneas, Habermas desenvolve um arsenal analítico que resgata os clássicos da Sociologia para estabelecer um novo quadro de análise social. Sua teoria deve ser observada com base na relação entre o aspecto conservador das relações sociais capitalistas e um componente positivo e integrador dessa sociedade. De um lado, a racionalidade instrumental; de outro, o agir comunicativo são os aspectos centrais que dão à teoria de Habermas força analítica, sobretudo se observarmos a tese de que o desenvolvimento dessa racionalidade instrumental deve ser freado pela ação dos movimentos sociais na esfera pública.

Você pode propor aos alunos um debate interessante: como produzir as ações políticas de movimentos sociais para que o mundo da vida não seja integrado pelo sistema? Exemplos históricos de como isso se verifica ou não são essenciais para discutir o tema.

Aproveite a seção **Para saber mais** (p. 194), cujo tema é a Escola de Frankfurt, para estimular os alunos a consultarem as biografias dos autores destacados. É uma oportunidade para ampliar os conhecimentos da classe sobre alguns pensadores cujas ideias influenciaram profundamente o desenvolvimento da Filosofia, da História da arte, da estética e da crítica literária ao longo do século XX até nossos dias.

Para ampliar o debate do **Você já pensou nisto?** (p. 196) sugerimos que a competência discursiva, enquanto forma de pressão social e poder dos movimentos sociais ligados a direitos de minorias, também seja analisada de forma concreta com seus alunos, a partir do contato com aqueles que chamamos de **cyberativistas**. As pessoas que realizam militância pela internet, em geral dependem da competência discursiva para mobilizar outros em prol de sua causa. Você pode escolher uma causa social ligada ao cotidiano de seus alunos, por exemplo, e levar *blogs* de *cyberativistas* para a sala de aula como forma de colocá-los em contato com esse tipo de atuação política. Realizar uma entrevista sobre os sentidos do cyberativismo nos dias de hoje, com um desses blogueiros ou uma dessas blogueiras, também pode ser um interessante exercício individual ou em grupo.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. O que se convencionou chamar de Revolução Informativa não altera estruturalmente as relações sociais nas sociedades capitalistas: dessa maneira, o termo revolução deve ser relativizado. Em termos analíticos, alguns autores entendem que as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) seriam distintas das tecnologias e maquinários anteriores na medida em que demandariam uma participação ativa, criativa e inventiva do trabalhador. Seriam, assim, sistemas operacionais que, para funcionar adequadamente, requisitariam a capacidade de trabalho intelectual, não permitindo uma taylorização dessas atividades. Ou seja, esse tipo de trabalho seria diferente do trabalho rotinizado da indústria fordista no sentido em que estabeleceria uma real participação do trabalhador no processo de organização de suas atividades. Isso teria, segundo essa perspectiva, um desdobramento político. Na medida em que os trabalhadores passassem a controlar suas atividades, criar-se-ia um campo de possibilidades de novas ações políticas, sobretudo no que se refere à sua liberdade produtiva.
2. A financeirização da economia capitalista pode ser pensada como uma fase histórica de sua organização. Isso não quer dizer que os princípios centrais das finanças não fossem atuantes desde o início do capitalismo. Como Marx observou no século XIX, o crédito (capital portador de juros) é uma forma de potencializar a valorização do capital. Não obstante, essa forma de organização da economia política capitalista tornou-se predominante a partir dos anos 1970, com a tentativa por parte do capital de recompor suas taxas de lucro. Essa recomposição tornou-se possível, entre outros fatores, pela mundialização do capital, isto é, pela liberalização dos fluxos de capital pelo mundo. A financeirização fundamenta-se não no crédito sob a forma de capital portador de juros que é investido na produção, mas sob a forma de capital fictício, ou seja, um crédito que não é investido na produção e opera sob a forma de rendimento nas bolsas de valores. A ampliação desse tipo de capital fez com que se afirmasse o predomínio do capital financeiro em relação ao capital produtivo. Nesses termos, sob o signo do capital financeiro, o processo de valorização do capital se aprofundou nos últimos anos.
3. São vários os autores e teses que discutem as diferenças entre a modernidade e a pós-modernidade. Podemos afirmar que a modernidade é expressão de uma época histórica que tem como eixo central a crença no desenvolvimento racional e na possibilidade, proporcionada pelo conhecimento científico e pelo desenvolvimento econômico, de resolver os problemas da humanidade. Projetam-se, assim, as formas de conhecimento científico como meio de superar as limitações naturais e sociais impostas à humanidade. Esses princípios racionais seriam formas de compreensão universais e totalizantes. Inversamente, a pós-modernidade começa pela nega-

ção desse discurso universal e totalizante da modernidade. Segundo os autores que identificam nas sociedades contemporâneas o predomínio de uma época pós-moderna, as grandes narrativas explicativas perderiam o sentido frente à fragmentação, à efemeridade, à diversidade e à heterogeneidade das relações sociais observadas hoje.

4. Bourdieu entende que não é possível falar em práticas sociais se não se consideram tanto as determinações econômicas, quanto as determinações simbólicas. Isto é, esse autor procura incorporar a dimensão cultural para entender como a desigualdade social se estrutura nas sociedades contemporâneas. Segundo Bourdieu, as determinações de ordem simbólica são regidas pela distribuição do poder e são também constitutivas da integração social. Ele destaca a escola como instituição que exemplifica uma distribuição de títulos e méritos, ou seja, de divisões simbólicas que aprofundam as desigualdades econômicas. A educação escolar duplicaria a desigualdade social na medida em que reforçaria a desigualdade preexistente ao ingresso da pessoa na escola, transmitindo a ela uma aprendizagem aparentemente neutra, mas que de fato reproduz as relações sociais de dominação.
5. Para Habermas, há um processo evolucionário nas sociedades que têm como centro as formas de racionalidade. Segundo ele, há dois tipos de racionalidade que se confrontam nas sociedades contemporâneas. Um deles é o da racionalidade instrumental (econômica e burocrática); o outro é o da racionalidade linguística (solidariedade e identidades sociais). Nas sociedades capitalistas predomina a racionalidade instrumental, que tende a se desenvolver e invadir locais ainda preservados e nos quais prevalecem a solidariedade e a identidade de grupos sociais. Segundo Habermas, tratar-se-ia de um processo de “colonização” do mundo da vida pelo sistema, isto é, a racionalidade instrumental tentaria, com base no dinheiro e no poder, invadir essas esferas ainda não dominadas por ela. O agir comunicativo dos movimentos sociais desenvolvido na esfera pública poderia frear esse processo e impedir que a economia e a burocracia invadam esses espaços sociais.

Interagindo

1. O título e a letra da canção de Tom Zé e Gilberto Assis remetem a um descompasso entre aquele que pergunta e sua época histórica. O título, *Defeito 2: Curiosidade*, evoca algo que estaria fora do lugar. Como a curiosidade poderia estar fora do lugar nas sociedades capitalistas? Ser curioso aparece na letra como algo que não cabe no maquinismo das sociedades modernas. Há, nesse caso, um desajuste do ser humano em relação aos padrões de comportamento e de produção sociais. Esse desajuste, no entanto, não é entendido pelo autor como negativo. Vemos isso nas perguntas da canção: “*Quem é que tá botando dinamite/Na cabeça do século?/Quem é que tá botando tanto piolho/Na cabeça do século?/Quem é que tá botando tanto*

grilo/Na cabeça do século?”. Esses questionamentos se dirigem a uma rotina das atividades produtivas. O defeito aqui é um vazio a ser preenchido com curiosidade, inteligência, sagacidade e espírito crítico.

2. Botar dinamite na cabeça do século seria o mesmo que explodir o sistema. Tem relação com um processo crítico e revolucionário de contestação da lógica produtiva. Se relacionarmos essa expressão ao título do álbum de Tom Zé, *Com defeito de fabricação*, veremos que as expressões culturais e sociais que não se encaixam socialmente nos padrões de produção e reprodução sociais sob o capitalismo são abafadas. Se recorrermos à análise de David Harvey sobre o processo de radicalização da modernidade, no sentido de que hoje se observa um aprofundamento da intensidade do trabalho e do ajustamento da relação espaço-tempo para otimização da produção capitalista, perceberemos que a dinâmica de imposições multifuncionais das empresas e indústrias capitalistas faz com que o trabalho ocupe todo o tempo do trabalhador, até mesmo os horários destinados ao descanso e ao lazer. É comum que mesmo em fins de semana e nas férias os profissionais que executam trabalho imaterial recorram ao celular, *smartphone* ou *tablet* para responder a *e-mails* relacionados ao trabalho e executar serviços para a empresa da qual são funcionários.

Contraponto

1. As tecnologias de informação e comunicação abriram nos últimos tempos canais de sociabilidade desconhecidos até então. As trocas de *e-mails* e participação em redes sociais e *blogs*, os jornais, revistas e livros eletrônicos aos quais podemos ter acesso, são expressão de um novo momento da vida em sociedade que merece ser destacado. A utilização dessas novas tecnologias, contudo, não é por si só emancipadora ou libertária. Não têm fundamento as teses segundo as quais as novas tecnologias diminuem ou mesmo eliminam as desigualdade sociais. Na verdade, o desenvolvimento dessas tecnologias não se configura como algo neutro e que serviria ao interesse público. Apesar de terem uma dinâmica distinta das tecnologias tradicionais integradas às máquinas, essas NTICs ainda têm como objetivo aumentar a produtividade do trabalho, mesmo porque a jornada de trabalho também se dilata. De fato, nosso trabalho não termina quando saímos de nosso local de trabalho. Estamos ligados às nossas metas produtivas, via celular, *laptops*, *tablets*, etc., mesmo fisicamente distantes da empresa. A produção com as NTICs, apesar de criar novas formas de sociabilidade, que muitas vezes são entendidas como revolucionárias, aprofunda o processo de extração de mais-valia, quando permite, primeiro, uma dilatação do tempo de trabalho e, segundo, um controle do trabalhador para além do universo físico das fábricas e empresas. Portanto, clicar em *ok* na figura seria expressão de um movimento de contestação ao capitalismo que utiliza os próprios dispositivos tecnológicos do sistema para criticá-lo.

SUGESTÕES DE LEITURA

EAGLETON, Terry. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. *Crítica Marxista*, n. 2, 1995, p. 53-69. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica_Marxista_2.3.pdf>.

LÖWY, Michael. *Habermas e Weber*. *Crítica Marxista*, n. 9, 1999, p. 79-86. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica9parte4lowy.pdf>.

PINTO, Nelson Prado Alves. *O capitalismo financeiro*. *Crítica Marxista*, n. 5, 1997, p. 9-27. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica5parte1.pdf>.

ROSENFELD, Cinara L.; ALVES, Daniela. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. *Dados [on-line]*. 2011, vol. 54, n. 1, p. 207-233. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582011000100006&lang=pt>.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, 60-70. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782002000200005&lang=pt>.

(Acesso em: 5 abr. 2013)

CONCLUINDO 2

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Capítulo 6

1. a) As férias, a escola, o trabalho, como tantas outras atividades e instituições sociais são resultados de construções históricas. Tiramos férias, pois houve uma luta histórica para que o direito a férias fosse implementado em lei. As férias escolares também são um resultado histórico de como a educação foi organizada em nosso país. Trabalhamos 40 horas semanais, pois lutas históricas dos trabalhadores regulamentaram a jornada de trabalho em 8 horas por dia. Na tirinha, a rotina do personagem o força a descansar nas férias. No entanto, suas férias coincidem com as férias de muitas outras pessoas. Ele se vê em meio a um estresse parecido com aquele que tem em seu trabalho e se encontra, outra vez, com vontade de sair de férias, para tirar férias de suas férias!
- b) Vemos que a tirinha tem como cenário provavelmente o litoral, região de ocupação tradicional e pioneira no Brasil, mas que com o avanço da modernização e do capitalismo no Brasil, ganhou gradualmente uma importância como local de lazer dos trabalhadores brasileiros. Essa valorização levou a uma ocupação desordenada, destruindo grandes áreas de mata nativa e produzindo problemas ambientais.
2. a) É possível responder essa questão levando-se em conta a sociologia de Durkheim. Como, para o autor, a divisão do trabalho ou especialização profissional é um elemento positivo que cria uma interdependência entre os indivíduos, poderíamos dizer que, por um lado, com o aprofundamento da divi-

são do trabalho, mais produtos são criados e colocados no mercado à disposição do consumidor. Por outro, o consumismo pode ser visto como uma doença da sociedade que precisaria ser sanada. Assim, mesmo que Durkheim entenda que o desenvolvimento da especialização é positivo, ele apontaria o consumismo como um desvio funcional que precisaria ser corrigido. Vemos, portanto, tanto no trecho do texto quanto no filme, que há uma relação entre a variedade de produtos ofertados, vindos de trabalhos cada vez mais especializados, e de seu consumo desenfreado.

- b) O aumento da produtividade pode ser analisado dentro da teoria de Marx. Segundo esse autor, para que a classe capitalista aumente sua lucratividade é necessário também aumentar a produtividade do trabalho. Como a produção tem como finalidade a venda de produtos, quanto mais se produz mais se criam mecanismos para que a venda seja realizada. Podemos notar isso em comerciais televisivos e nas rádios, *outdoors*, revistas, cinemas, teatros que expõem produtos os mais variados. No texto do jornalista Daniel Piza, o autor se depara com um livro de história infantil que para ser narrada faz referência a vários produtos e modas específicas, isto é, uma história infantil que anuncia produtos para serem vendidos. Caso seja possível, indique ou reproduza trechos do filme *Surplus* (2003), do diretor Erik Gandini que mostra como se produzem necessidades que não são tão necessárias. Notamos, portanto, que a indústria se esforça para que seus produtos sejam consumidos e, com isso, o consumismo se torne uma prática social comum. O resultado desse processo, se pensarmos no meio ambiente, é que é cada vez maior o uso que fazemos de recursos naturais (minérios, água, madeira, etc.) para sustentar o consumo exagerado que é estimulado pelo capitalismo. O meio ambiente, portanto, pode ser visto como atingido diretamente pelo modelo cultural de consumo do capitalismo: ele é consumido em demasia e podemos imaginar que não é possível continuar nesse caminho sem nos defrontarmos com sérios problemas ambientais, como o efeito estufa.
- c) O consumo exagerado, ou o consumismo, é na maioria das vezes relacionado a um tipo de comportamento obsessivo. Comprar marcas famosas, produtos de grife, produtos baratos ou em promoção é uma ação que se orienta pela ação de outras pessoas. Assim, Weber nos auxilia no entendimento do consumismo, ao problematizar essa prática como uma ação que tem como base a motivação de outras ações individuais. Minha ação pode ser orientada, assim, pelas pessoas ao meu redor, pelas novelas, jornais, propagandas, grupos de indivíduos, etc., que compram muitos produtos, isto é, que são consumistas e legitimam minha ação individual.

Capítulo 7

1. a) Com base na leitura desse capítulo e do editorial e assistindo o curta-metragem *O Emprego*, é possí-

vel dizer que o trabalho é fundamental na vida social. A história do capitalismo é marcada por grandes transformações produtivas que geram novos postos e tipos de trabalho. No entanto, permanece, como elemento estrutural, a exploração do trabalho assalariado. No editorial da *Folha de S.Paulo*, há uma opinião controversa sobre a redução da jornada de trabalho. O editorial indica que se a jornada fosse reduzida os próprios trabalhadores sofreriam. Não obstante, do ponto de vista de quem trabalha, a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, configura-se como algo muito positivo. No filme, vemos materializado algo que, à primeira vista, não está explícito. Todos os objetos, todas nossas instituições, casas, prédios, escolas, religiões, crenças, esportes são construções humanas. De uma maneira geral, tudo isso é fruto do trabalho humano. Vemos na animação uma crítica à alienação, à exploração do trabalho geral no capitalismo, pois quando vemos uma mesa, um tapete, uma geladeira, um fogão, um carro ou qualquer outra mercadoria, não vemos os trabalhadores que as produziram, vemos apenas um preço. No entanto, todos esses objetos são expressão do trabalho, da exploração do trabalho assalariado.

- b) O editorial parece tratar a questão do emprego a partir do ponto de vista do capitalista, ou melhor, da estrutura capitalista. Não coloca em questão se a jornada de trabalho melhorará a vida dos trabalhadores. O centro da análise do editorial é se a economia capitalista vai ou não crescer, vai ou não ser prejudicada. A economia capitalista é, na prática, a capacidade de exploração do trabalho para gerar mais lucros. Isto é, o que parece importar no editorial é a manutenção das formas de organização do trabalho. Quando o editorial diz que o custo do trabalho se elevará, está fazendo referência a quanto o capitalista gastará com pagamento de salários. Se o custo do trabalho aumenta, diminui a parte dos lucros dos capitalistas. Nesse sentido, o editorial parece indicar a preservação das condições de trabalho no Brasil.
- c) Vimos que no século XX houve grandes transformações produtivas. Essas transformações produtivas foram acompanhadas por transformações políticas dos Estados e governos pelo mundo. Com a produção taylor-fordista surgiu um tipo de Estado (de Bem-Estar Social) que atendeu a certas reivindicações trabalhistas, como a regulamentação das jornadas de trabalho, do direito à greve, bem como de aumentos de salários diretos e indiretos (férias e seguro saúde). No entanto, esse tipo de produção era em série, isto é, se produzia em massa e, portanto, era necessário consumir em massa. O padrão social de consumo foi alterado. Ter uma família feliz era ter casa, carro e todos os eletrodomésticos possíveis. Cria-se, assim, um modo de vida completamente atrelado às formas de produção e de exploração do trabalho. Logo em seguida, em meados dos anos 1960, esse modo de vida começa a dar lugar a outro. Por conta do de-

créscimo das taxas de lucro, uma nova reestruturação produtiva é implementada. Junto a essa transformação, um conjunto de políticas neoliberais configura um novo modelo de Estado que vem atender aos interesses desse novo tipo de produção. Mais uma vez, um novo modo de vida, dentro da ordem capitalista, é formado. Agora, o Estado não privilegia as políticas trabalhistas e transfere para o mercado a responsabilidade de atender questões básicas como a saúde e a educação.

2. a) As reestruturações produtivas podem ser as maiores causadoras do desemprego. A substituição de trabalhadores por máquinas, isto é, de trabalho vivo por trabalho morto é essencial para aumentar a lucratividade das empresas capitalistas. Essas reestruturações produtivas têm dupla dimensão: ao mesmo tempo em que aumentam a produtividade, acelerando o ritmo da produção, estabelecem um maior controle do coletivo de trabalho.
- b) Vimos que a principal questão para Taylor era tomar o controle do processo de trabalho das mãos dos trabalhadores. Com isso, as empresas conseguem impor metas a serem alcançadas sem que haja muitas pressões por parte dos trabalhadores. Nesse sentido, as reestruturações produtivas são duplamente prejudiciais aos trabalhadores, pois aceleram a produção e reduzem seu controle no processo de organização da produção. O desemprego gera uma massa de trabalhadores em situação precária, levando a um aumento do descontentamento social com o modelo de sociedade capitalista. Por outro lado, as reestruturações acabam por diminuir o preço do salário, aumentar a produção e aumentar o lucro do capitalista. Esses processos resultam em diferenciações radicais entre as classes sociais.
- c) Um processo comum no mundo contemporâneo é a mudança da produção para países onde a mão de obra é mais barata e existe menos controle do mercado de trabalho, ou seja, a reestruturação produtiva é também uma mudança de lugares de produção levando desemprego para países centrais, como é o caso do que ocorreu na primeira década do século XXI.

Capítulo 8

1. a) De acordo com a notícia, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) teria aprovado a definição em classes da população brasileira. Um contingente de pessoas, pelo menos 54% da população, foi separado em um grande grupo, a “nova classe média”, e este, por sua vez, em três subgrupos, “baixa”, “média” e “alta”. Essa classificação situa-se na esfera da estratificação social, com influência da teoria de Max Weber. Para o governo brasileiro, a divisão social em classes apenas leva em conta a condição econômica ou o padrão material de existência dos indivíduos, isto é, tem base fundamentalmente econômica.
- b) Qualquer que seja a região em que more o aluno, verifica-se uma diferença de renda acentuada en-

tre as regiões. Se possível, consulte o rendimento mensal familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares da *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*, IBGE, 2011.

- c) As imagens contrapõem um trabalho manual, sem mecanização, em Campo Formoso, na Bahia e uma colheita mecanizada, em uma grande fazenda de Cuiabá. As imagens evidenciam o contraste entre os dois contextos. Auxilie os alunos a pesquisar as condições do trabalho rural do seu município e a quantificar a ocorrência do trabalho manual e da mecanização do trabalho e as consequências para as condições de vida do trabalhador nas duas situações.
2. a) A definição de classe utilizada para discutir a constituição ou não de uma nova classe média no Brasil nos últimos anos está ancorada em uma concepção marcadamente weberiana. Nota-se que um dos objetivos da classificação aprovada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) é definir o grupo de consumidores do país. Assim, foi considerado um estrato social em situação de vulnerabilidade, ou seja, de acordo com essa classificação imposta pelo governo, determinados estratos sociais ascenderam socialmente. Essa classe seria composta de indivíduos que tiveram seu poder de consumo aumentado e, nesse sentido, poderiam usufruir de mercadorias, bens de consumo em geral, que antes não lhes eram acessíveis. Tratar-se-ia, na verdade, de um grupo flutuante que tem a impressão de ser incluído, mas não têm garantias estruturais de que essa política terá longa duração e, no caso de seu fim, não teriam mecanismos para se manter como uma classe de fato. Seriam, portanto, estratos sociais que só teriam condições de ascender à condição de classe se fossem constituídas políticas estruturais de inclusão baseadas na educação, que poderiam garantir a permanência e a estabilidade desses indivíduos no mercado de trabalho. Dessa forma, as teses sobre a constituição de uma nova classe média valem-se de uma leitura aparente da realidade.
- b) A história brasileira é a história de uma grande divisão entre uma elite concentradora de renda, uma pequena classe média e uma grande massa de excluídos socialmente pelos diversos regimes de produção: desde o escravismo até a industrialização dos anos 70. Apenas nos últimos anos políticas de distribuição de renda permitiram a uma boa parte da população um acesso ao mercado de consumo. A exclusão social brasileira continua ainda muito grande, apesar de tudo e o fosso entre os mais ricos e os mais pobres continua grande.
- c) Para Marcelo Neri, o uso do termo funciona como “um espelho” uma vez que a sociedade estaria em um momento de transição, o autor projeta mais crescimento nos próximos anos para essa classe. Em contrapartida, para Marcio Pochmann, o aumento da renda e do poder de compra de uma parcela significativa da população não seria o su-

ficiente para defini-la como uma classe, seria necessário ainda que isso venha acompanhado de reformas nas políticas públicas para educação e emprego. Já o autor Jessé Souza critica o viés “economicista” das interpretações da realidade nacional, que restringiria o conceito de classe ao valor da renda e acentua o que ele chama de “invisibilidade da desigualdade” brasileira. Dessa forma, é possível afirmar que a definição de classe aprovada pelo governo, pautou-se, sem maior reflexão, em uma concepção economicista de classe.

- d) A imagem pode ser vista como mais próxima da abordagem de Jessé Souza, pois a charge quer evidenciar que a pobreza continua existindo. Como a intenção de Jessé de Souza é chamar atenção para a desigualdade ainda persistente, podemos aproximar a imagem dessa perspectiva sobre a classe média.

Capítulo 9

- a) Os críticos das cotas argumentam que esse sistema poderia produzir um desempenho menor dos cotistas em relação aos demais alunos, e que as ações afirmativas produziram o aumento dos conflitos raciais. Entendem também que uma sociedade em que todos são iguais perante a lei não deveria favorecer grupos específicos, pois isso contraria o próprio princípio da igualdade.
- b) O senso comum, como lembra Florestan Fernandes, diz que o negro não teria problema de integração social, que as oportunidades para negros e não negros são as mesmas e que o negro estaria satisfeito com sua condição social. Esse senso comum é formado, sobretudo, pela ideologia da classe burguesa branca e rica. Perpetuar esse tipo de raciocínio e aprofundar as desigualdades sociais é do interesse dos grupos dominantes num processo de perpetuação de seus privilégios de classe. As cotas raciais, contrariamente, têm o objetivo de romper com a reprodução social dessas desigualdades. Com base no texto podemos observar que o desempenho dos cotistas é superior ao dos não cotistas, o que elimina argumentos baseados em pressupostos que indicam a incapacidade dos cotistas para acompanhar o desempenho de não cotistas. As cotas procuram corrigir ou pelo menos minimizar as discrepâncias econômicas e sociais encontradas na sociedade brasileira. Não obstante, elas estão em um universo de medidas paliativas que só podem ter resultados estruturais quando forem associadas a políticas educacionais e de saúde pública que sustentem um processo de distribuição de renda.
- c) A imagem assume um ponto de vista favorável às cotas, baseando-se na ideia de que a situação atual dos brancos na sociedade relaciona-se à história de exploração do negro. Ou seja, é como se a atual sociedade fosse uma espécie de grande ação afirmativa para os brancos, fator que as cotas pretende reverter em alguma medida. Assim, a perspectiva sobre a desigualdade é que ela é dada de antemão, antes de

alunos brancos e negros concorrerem a vagas na universidade pública. As cotas seriam uma forma de mitigar essa desigualdade, e não uma forma de criar distinções nos direitos de brancos e negros.

Capítulo 10

1. Os movimentos sociais se diversificaram muito nos últimos anos. Os movimentos sociais tradicionais ligados ao trabalho industrial, sindicatos e partidos políticos, dominaram a cena política em quase todo o século XX. A partir dos anos 1970 começaram a surgir movimentos sociais para além daqueles oriundos das fábricas. Para muitos autores, entre eles Habermas, esses atores políticos são expressão de um processo em que as lutas coletivas ligadas ao socialismo foram superadas. Para ele, os movimentos sociais situados na esfera pública são heterogêneos e respondem a diversos tipos de interesses políticos. Com essas indicações projeta uma sociedade com atores políticos distintos dos sindicatos e partidos que davam base a luta pelo socialismo travada pelos partidos comunistas. Contrariamente a esse projeto, os novos movimentos sociais se caracterizariam por disputar espaço na cena política, tentando frear o desenvolvimento econômico e burocrático que se expressariam pelo dinheiro e pelo poder. Essas organizações políticas se ateriam, para o autor, a questões não determinadas pela esfera da produção, preocupando-se, sobretudo, com as dimensões cultural e simbólica. Nesse sentido, elas seriam a própria expressão de uma nova forma de luta política. Não obstante, na maioria das lutas sociais do Brasil das últimas duas décadas o fator de maior peso que contribui para os movimentos são as condições materiais de existência. As reivindicações salariais e de condições de trabalho, o acesso à terra e à habitação são os problemas sociais que levam a quase maioria de indivíduos a se organizarem politicamente. Isso demonstra que as lutas centradas na questão dos valores, da dimensão simbólica e da cultura ainda movimentam menos as ações organizativas, pelo menos no Brasil. No texto acima podemos observar que as questões raciais, étnicas, de acesso à terra, de condições salariais e de trabalho foram discutidas em conjunto. O Fórum Social Temático (FST) trouxe, assim, uma gama de assuntos políticos distintos para um mesmo fórum de discussão. A relação entre esses temas parece ser um dos encaminhamentos mais importantes desse fórum, ou seja, a de se articular essas bandeiras de luta em uma discussão mais ampla que tem a ver com problemas de ordem estrutural.

2. a) Segundo o texto do Jornal *O Diário do Nordeste* houve um aumento significativo no número de pessoas que passaram a morar sozinhas nos últimos anos. O texto traz indicações de algumas capitais do Brasil onde pode se observar esse processo. Segundo o texto, morar sozinho é uma expressão que começa com a modernidade e com o individualismo que lhe seria característico. Não obstante, traz ainda a indicação que é na pós-modernidade que se abriria a possibilidade de os indivíduos serem

felizes sozinhos, pois as sociedades contemporâneas se tornariam menos massificadas.

Há aqui uma incompreensão no que se refere à modernidade e à pós-modernidade. Com base nessa incompreensão se constrói um juízo de valor sobre o que seria a felicidade. Uma das características da modernidade, como o texto observa, é tornar a figura da humanidade o referencial histórico central. Nesse sentido, as explicações baseadas em crenças e dogmas são paulatinamente substituídas por motivações objetivas construídas no campo da ciência. No entanto, historicamente não podemos relacionar o advento da modernidade ao aumento no número de indivíduos que moram sozinhos. Tampouco é possível indicar que com a pós-modernidade as sociedades contemporâneas se tornaram menos massificadas. A massificação em nossas sociedades se aprofunda e a banalização dos modismos e padrões culturais nunca foram tão disseminados, sobretudo, através das novas tecnologias da informação.

b) Segundo a tabela, a distribuição de residências com apenas um morador por regiões é: Norte 9,2%, Nordeste 10,6%; Centro-Oeste 12,9%; Sul 13% e Sudeste 13,15%. Obtém-se esses valores com uma regra de três simples: o total de cada região é 100% e o valor das residências com 1 morador é x, como no exemplo para a região Norte:

Total 3 975 533 – 100%

Norte 364 681 – x%

$364.681 \times 100 / 3.975.533 = 9,2\%$

Ou seja, vemos que as regiões menos industrializadas são as que menos têm pessoas morando sozinhas, indicando que o aumento desse número de residências tem relação com o desenvolvimento da economia regional.

TEXTO COMPLEMENTAR

A força das classes – Atualidade do conceito de classe social

Castas, Estamentos & Classes Sociais

Sedi Hirano

Ed. Unicamp

A Nova Política de Classes

Klaus Eder

Tradução: Ana Maria Sallum

Estrutura de Posições de Classe no Brasil

José Alcides Figueiredo Santos

Ed. UFMG

Em uma época em que tantos afirmam a perda da validade analítica da noção de classes sociais e de sua vitalidade para a compreensão da textura social do capitalismo tardio, as obras aqui tratadas são um bom exemplo de sua força e atualidade categorial para pensar o mundo contemporâneo.

O livro de Sedi Hirano, em edição inteiramente revisada, trabalho ao mesmo tempo didático, sério e meticuloso, percorre comparativamente as noções de casta, estamento e classe social no pensamento dos dois gigantes

das ciências sociais, Max Weber e Karl Marx. O autor mostra como o primeiro é dotado de uma visão poli-histórica ou trans-histórica, enciclopédica, condensada metodologicamente em tipos ideais, enquanto o segundo, também enciclopédico, mergulha na história, navegando entre a dialética da universalidade e da particularidade, em busca de sua totalização analítica.

Hirano mostra que, enquanto para Marx a chave analítica está na produção social e exploração do trabalho, para Weber ela se encontra na ação social. De modo que as classes podem ser mais bem apreendidas pela posição dos indivíduos no mercado e pelas motivações oriundas da ação e relação sociais (Weber) ou pelas determinações particulares do modo de produção e reprodução da vida social e pelas engrenagens da exploração (Marx).

A partir dessas diferenças de fundo, Hirano redesenha as divergências entre Weber e Marx. Se, para o primeiro, conforme lembra Merleau-Ponty, a verdade sempre deixa uma margem de sombras, talvez pudéssemos acrescentar, no espírito do texto de Hirano, que, para Marx, é imperioso descortinar as sombras para se chegar à verdade.

Classe e ação coletiva

O denso texto de Klaus Eder, “A Nova Política de Classes”, avança diretamente na discussão atual sobre a extinção ou validade conceitual das classes e o faz por meio da seguinte afirmação teórica: a cultura é o elo perdido entre classe e ação coletiva. Sua hipótese central é que a noção de classe, despida de suas conotações tradicionalistas, de suas formas contingentes de manifestação histórica, consiste em uma determinação estrutural de “oportunidades de vida para categorias de indivíduos”, que “delimita espaços de ação”.

Modelado pela ideia da sociedade pós-industrial, Eder entra em cheio no debate. Seu interesse maior está em averiguar as configurações atuais dos movimentos sociais e a crise da sociedade de classes.

Sua proposta o leva a afirmar que o conflito de classes está se transformando num antagonismo fluido que perpassa a totalidade da vida social. E esse conflito compara os indivíduos e seu capital (econômico e cultural), resultando numa estrutura de classes altamente individualizada. Radicado menos na estruturação produtiva da ordem societal, o conflito de classes estaria acompanhado por práticas que geram uma ordem simbólica que o legitima, sendo que os símbolos dos que estão no topo da pirâmide social são os que clamam pela validade universal. Menos que conceituar a classe social e dar-lhe um caráter concreto, o autor lhe confere um estatuto lógico, opção teórica que por certo o aproxima de Weber e o distancia de Marx.

Nos dez capítulos do livro pode-se encontrar uma fenomenologia dos movimentos sociais que enfatiza a tese do radicalismo das classes médias e sua centralidade. O autor os classifica (a “classificação” é um recurso recorrente) em pelo menos dois tipos: os movimentos políticos (o dos jovens, o feminista, os anti-industrialistas) e os culturais (os movimentos antiburocráticos, relativos a ambiente, moradia e, em menor medida, o movimento estudantil). Detecta, então, que o centro dos conflitos de classe e dos movimentos sociais, cuja identidade tem

um forte componente cultural, vem migrando da temática da exploração do trabalho para o da exploração da natureza, o que o leva a polemizar diretamente com Marx, que teria “naturalizado” a relação homem/natureza.

Aqui é preciso fazer uma observação crítica: ao usar somente comentadores (como Schmidt, Cohen, Habermas, Elster), desconsiderando os “Grundrisse” ou qualquer outro texto da safra direta de Marx (que não é citado nem sequer uma vez), Eder é pouco convincente. Um sobrevoo, passando por Kurz, Dussel, Altvater e Mészáros, dentre tantos outros, o ajudaria muito a fazer uma interpretação mais criativa e não tão reducionista da questão ambiental e da natureza em Marx.

Ainda sobre as classes médias, há indicações teóricas sobre seu radicalismo, marcado pela “emergência da contracultura e das formas alternativas do mundo-da-vida e de associação”. Nesse novo campo, os movimentos sociais encontram seus nexos “identitários” em seus valores culturais que transcendem “o campo das relações industriais”.

O problema aqui, para fazer outro contraponto, é que a confrontação de nossos dias não pode ser resumida de modo restritivo entre “o burguês e o proletário”, mas entre o capital social total e a totalidade multifacetada e heterogênea do trabalho em escala global. Mas, é preciso concluir, o autor realiza uma reflexão necessária para que se compreenda (teórica e empiricamente) a sociedade de classes e suas relações com os movimentos sociais, num livro cuja edição é especialmente bem cuidada.

Em “Estrutura de Posições de Classe no Brasil”, Figueiredo Santos faz um mapeamento bastante abrangente da conformação das classes sociais no país, tomando como referência a análise de Erik O. Wright. Segundo o autor, enquanto o “enfoque weberiano assenta em um nexa causal entre a condição de classe e as chances de vida, que opera essencialmente mediante as trocas de mercado, [...] a perspectiva marxista defendida por Wright vai além dessa conexão, acrescenta de forma privilegiada a esfera da produção e, além disso, considera a interação entre a produção e o mercado, só que lhe permite pensar o conflito na distribuição, na produção e na articulação entre ambos”.

Articulando reflexão teórica e um mergulho empírico profundo no mapa social brasileiro, o autor oferece vários elementos para a compreensão do perfil de nossa sociedade de classes, particularmente da classe trabalhadora “ampliada” (abarcando os trabalhadores não qualificados, os qualificados e os supervisores não qualificados) e das classes médias, compostas pelos gerentes e supervisores com poder de mando e dominação. Segundo a pesquisa, os capitalistas totalizam 0,5%, os estratos médios (gerentes, supervisores e especialistas) somam pouco mais de 5%; os pequenos empregadores agrupam 3,5%, e os empregados domésticos somam 8,6%. Os trabalhadores proletarizados atingem 48% do total e, somados aos autoempregados (30%), perfazem quase 80% da totalidade das posições de classe.

O leitor encontra no livro um detalhamento que lhe permite fazer diversas ilações analíticas, como, por exemplo, conferir a área de sombra entre os estratos altos do proletariado e os segmentos inferiores da classe média,

ou ainda a classe trabalhadora “pura”, que compreende os assalariados com posição subordinada, sem autoridade ou qualificação, e a classe trabalhadora “ampliada”.

Santos confirma que o traço distintivo na América Latina é dado pelo crescimento da “informalização”, pela feminização do trabalho e pelo aumento dos pequenos negócios. E, se o desemprego foi crescente na indústria, os serviços experimentaram um elevado crescimento, particularmente entre 1985/90. O que, em vez de sinalizar para o fim da sociedade de classes, mostra que ela está se tornando complexa. Aqui e alhures.

Ricardo Antunes é professor de Sociologia na Unicamp e autor, entre outros livros, de *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo).

Fonte: *Folha de São Paulo*, 10 de maio de 2003. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1005200311.htm>. Acesso em: 4 abr. 2013.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Considere a imagem a seguir.



Essa questão lida com uma dimensão importante da vida em sociedade no sistema capitalista: a questão do individualismo. A Sociologia preocupou-se com o lugar do indivíduo na teoria social, e também nos diferentes sistemas sociais, indicando que a noção de indivíduo é relativa aos contextos sociais. Levando isso em consideração, bem como o conteúdo da Unidade 2, analise a imagem acima.

Sugestão de resposta: O individualismo é, para um conjunto de sociólogos, uma característica das sociedades modernas, compreendidas também como sociedades industriais. Nessas sociedades, o indivíduo se apresentaria como uma unidade de referência analítica, isto é, com base na análise do indivíduo, seria possível compreender formas de conduta e pensamento próprias de uma sociedade específica. Um tema significativo na obra de Durkheim é a questão do egoísmo, não como traço moral, mas como traço de autonomia que o indivíduo usufrui em determinada sociedade. Ou seja, em que medida a individualidade determina a

conduta social do indivíduo, mesmo que não esteja em nenhum momento sob as determinações de uma sociedade que impõe suas vontades ao indivíduo.

Como questão moral, o individualismo pode ser lido por vários ângulos. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, vemos o individualismo, como modo de vida, se desenvolver e ganhar importância. Os objetivos de ganho e lucratividade, estabelecidos como norte social no capitalismo, fundamentam-se na concorrência interna das classes sociais. Os capitalistas procuram aumentar seus lucros na medida em que estabelecem formas mais eficientes e eficazes de produzir em menor tempo e com custos mais baixos que outros capitalistas de seu ramo produtivo. Trabalhadores, por seu turno, em busca de melhores salários e compensações indiretas, concorrem entre si para conquistar melhores salários e condições de vida. Tanto no caso dos capitalistas como no caso dos trabalhadores o individualismo se desenvolve na medida em que a lógica produtivista deve guiar todo o processo, deixando de lado as noções de comunidade e de grupo.

Sugestão de filme para complementar a atividade:

Vida de inseto (Estados Unidos, 1998). Direção: John Lasseter e Andrew Stanton. Neste filme de animação, com a metáfora da vida das formigas, vemos um contraste constante entre a vida em sociedade e suas obrigações, os papéis sociais e o espaço para a individualidade. O filme oferece uma boa oportunidade para refletir sobre as teorias clássicas da Sociologia, sobre o papel da sociedade e do indivíduo.

2. Observe o cartum a seguir.



O cartum acima trata de uma questão importante na história da humanidade: a escravidão, nesse caso, da escravidão e exploração do trabalho indígena nas Américas. As potências coloniais espanhola e portuguesa basearam, a princípio, os modos de produção econômica nas colônias de exploração desse trabalho. A partir do conteúdo da Unidade 2 e dos seus conhecimentos de História, elabore uma reflexão sobre estratificação social e escravidão.

Sugestão de resposta: A escravidão existiu em muitos momentos da história, mas a escravidão como motor

de um sistema econômico é relativamente rara. O sistema colonial português, principalmente, com a exploração do açúcar, depois da mineração e por fim da cafeicultura foi um modelo de desenvolvimento econômico baseado na escravidão. O sistema implantado no Brasil foi modelo para sistemas semelhantes nas Antilhas e no sul dos Estados Unidos. A escravidão no Brasil resultou numa estratificação social duradoura e mesmo hoje, um século depois da abolição, sentimos os efeitos desse modelo econômico. Dados do IBGE confirmam que a situação econômica de negros e pardos continua pior que a de brancos. Isso pode nos fazer pensar em como a história do desenvolvimento brasileiro custou mais caro para alguns grupos sociais, como negros e indígenas, que sustentam reivindicações de direito justamente por conta dessas injustiças permanentes.

Sugestão de filmes para complementar a atividade:

Desmundo (Brasil, 2003). Direção: Alain Fresnot. O filme trata do dilema da miscigenação no Brasil do século XVI, quando a Coroa portuguesa chega a enviar órfãs para diminuir a miscigenação com indígenas no Brasil. Para o aluno, o interessante é a reconstituição cuidadosa da época, bem como o lugar do indígena nesse cenário.

Aguirre, a cólera dos deuses (Alemanha, 1972). Direção: Werner Herzog. Este filme também é um exemplo da relação dos conquistadores europeus (espanhóis) e os nativos da América.

- 3. Ao longo da unidade, vimos como as diversas formas de trabalho foram se transformando historicamente, chegando aos regimes de trabalho que conhecemos hoje em dia. Nesta atividade, propomos que alunos e professores investiguem de perto esses regimes de trabalho do mundo contemporâneo, por meio de uma pesquisa coletiva em sua própria região. Os alunos deverão escolher e investigar um regime de trabalho que consigam relacionar com as transformações citadas ao longo da Unidade 2. O trabalho escolhido deve fazer parte do cotidiano dos alunos (pode ser o de algum parente, amigo, vizinho, conhecido) e servir como ilustração para explicar as diversas modificações do trabalho no capitalismo. Sugerimos uma perspectiva histórica, ou seja, uma comparação entre o regime de trabalho escolhido e o trabalho como era feito anteriormente, a partir da memória dos entrevistados.**

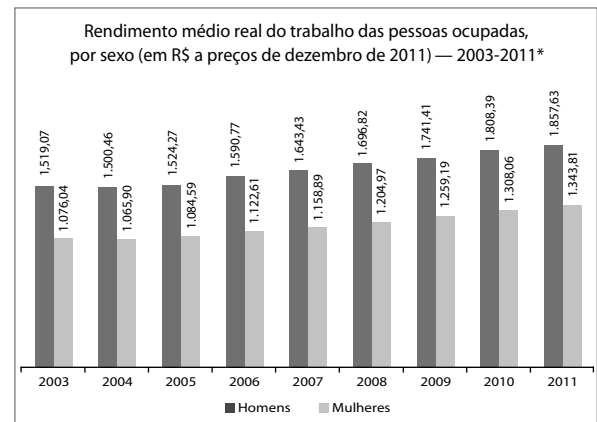
Sugestão de resposta: Essa atividade foi elaborada para propiciar conexões entre o conteúdo da unidade (e as questões de reestruturação produtiva) e a vida dos alunos. Não será difícil estabelecer conexões: tanto o trabalho imaterial (desde atendentes de *callcenters* até publicitários), como o trabalho mecanizado na agricultura são exemplos da reestruturação produtiva. Trabalhadores perdem empregos por conta desse processo, assim como os que os mantêm ganham mais atribuições; as demandas por educação são maiores e mais excludentes, etc. Constituir um mosaico de relatos diferentes sobre várias situações

deve ajudar o aluno a ver como a Sociologia lida com questões muito próximas de sua realidade.

Sugestão de filme para complementar a atividade:

Ou tudo ou nada (Reino Unido, 1997). Direção: Peter Cattaneo. O filme conta a história de seis desempregados, e se passa justamente num período de reestruturação produtiva e de crise de um sistema fordista-taylorista.

- 4. Na Unidade 2 vimos que a sociedade capitalista é dividida em classes e que os mecanismos que permitem identificar quem pertence a cada classe são objeto de discussão entre os sociólogos. Além das diferenças absolutas entre as classes, há outras diferenças sociais que resultam em rendimentos distintos. Vimos que no Brasil, negros e pardos têm menores rendimentos que brancos, por exemplo. Outra divisão de rendimentos, bastante significativa, é aquela entre homens e mulheres, presente no Brasil e em vários outros países. Mulheres têm salário menor que os homens, para as mesmas atividades. Observe os seguintes gráficos informativos produzidos pelo IBGE.**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

* Média das estimativas mensais.

No gráfico acima vemos a diferença entre os rendimentos de homens e mulheres de 2003 a 2011.

Razão do rendimento médio real do trabalho das mulheres em relação aos homens — 2003-2011*	
Ano	Razão da remuneração do trabalho entre homens e mulheres
2003	70,8%
2004	71,0%
2005	71,2%
2006	70,6%
2007	70,5%
2008	71,0%
2009	72,3%
2010	72,3%
2011	72,3%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

* Média das estimativas mensais.

Considerando esses dados, produza um texto que explique por que os rendimentos das mulheres são menores que os dos homens, por um lado e, por outro, por que a diferença tem diminuído ao longo do tempo.

Sugestão de resposta: A atividade fornece aos alunos as evidências de uma assimetria salarial entre homens e mulheres. Constatando essa assimetria, a tarefa é correlacionar a exploração do trabalho feminino, a dupla jornada de trabalho e os preconceitos aos salários mais baixos. Ao mesmo tempo, é importante identificar que o desempenho das mulheres no mercado de trabalho e as lutas feministas por direitos equivalentes têm sido responsáveis pela diminuição dessa diferença salarial, a ponto de ser possível prever que num ponto do futuro os salários entre homens e mulheres serão equivalentes.

Sugestão de filme para complementar a atividade:

Doméstica (Brasil, 2012). Direção: Gabriel Mascaro. Este documentário revela algumas dimensões do trabalho feminino, ao focar no trabalho das empregadas domésticas, profissão que mistura emprego e mundo privado, expondo as trabalhadoras a muitas formas de opressão e exploração.

UNIDADE 3 | PODER E CIDADANIA

A **Unidade 3 | Poder e cidadania**, oscila sempre entre dois polos: de um lado, a política como conflito, como poder, dominação e violência, com foco no Estado; de outro, a política como domesticação do poder pelos cidadãos através de movimentos sociais, lutas por redistribuição e reconhecimento, e a construção de leis e instituições que pressionam o Estado a atuar defendendo os interesses da sociedade.

A imagem que abre a unidade é ilustrativa dessa dualidade. Ela foi grafitada pelo artista inglês Banksy no muro que separa Israel e os territórios palestinos. A figura de um manifestante está prestes a atirar um ramallete de flores, na mesma atitude de quem joga uma bomba contra um inimigo. Por ter sido pintada em uma área de conflito político extremamente violento, a imagem pode ser entendida como um apelo ao pacifismo, mas certamente vai muito além disso. Banksy está retratando uma maneira de ver que não ignora que a política é sempre luta, sempre disputa. E é óbvio que o rapaz da pintura está lutando com todas as suas forças. Mas a imagem também destaca que a luta não é sempre, nem principalmente, violenta: muitas vezes, um ato simbólico (como atirar flores) ou um movimento cidadão bem organizado podem alcançar a vitória.

CAPÍTULO 11 | POLÍTICA, PODER E ESTADO

Oferecer ao aluno uma visão ampla dos conceitos fundamentais da Ciência Política é o principal objetivo deste capítulo. Boa parte desses conceitos foram elabo-

rados à luz do pensamento de Max Weber. Ora, a melhor maneira de explicar os conceitos weberianos é por meio de exemplos. Ao mesmo tempo, tomamos o cuidado de inserir o estudo dos autores contratualistas no âmbito de discussões mais concretas, e isso pode ser enfatizado na sala de aula. Por exemplo, quando começar a discussão sobre o pensamento de Hobbes, você pode lembrar a definição de Estado; ao introduzir o tema da democracia e explicar o que são eleições limpas, você pode lembrar o que Rousseau dizia sobre a necessidade de todos os cidadãos participarem da elaboração das leis; e assim por diante.

1. Política e poder

Estudamos aqui três conceitos fundamentais: política, poder e legitimidade. Uma vez definida a política como luta por participação ou por obter influência sobre o poder, passamos à discussão central do capítulo, que é a questão do poder. Chame a atenção dos alunos para a fragilidade da dominação que se baseia apenas na força. Ao explorar o capítulo, deixe claro que a dominação sobre muitas pessoas durante muito tempo sempre vai ser uma combinação de coerção (força) e consentimento.

A discussão sobre os tipos de dominação é importante sobretudo para abordar a questão da legitimidade – a crença de que é certo obedecer –, mostrando como podem ser variadas as fontes de legitimidade. Mais do que apenas decorar os detalhes de cada tipo de dominação, espera-se que o aluno se coloque um pouco no lugar de quem obedece por causa da tradição, das leis, ou do carisma a fim de compreender melhor esses diferentes comportamentos.

2. O Estado

Max Weber formulou o conceito de Estado como monopólio da violência legítima em determinado território. Ao abordá-lo, é preciso enfatizar os dois lados do conceito: o monopólio da violência (isto é, a coerção) e a legitimidade (o consentimento).

Além disso, acompanhamos a exposição desse conceito com uma breve história da formação do Estado Nacional Moderno, que enfatiza sua origem na guerra (isto é, na coerção). Mas, novamente, mostramos que a dominação do Estado não se mantém só pela força: para centralizar o poder, os monarcas europeus precisaram fazer concessões à burguesia que os financiava e ao povo, que lutou em suas guerras. Nessas circunstâncias, o Estado Moderno passou pouco a pouco por profundas transformações.

A seção **Perfil** destaca o pensamento de Maquiavel, em geral considerado fundador da Ciência Política. Ao estudá-lo, ressalte que a análise de Maquiavel recaía não sobre a política como deve ser, mas sobre como ela realmente é. Alguns exemplos de suas ideias, como a necessidade de o príncipe ter seu próprio exército, podem ser relacionadas ao conceito weberiano de Estado (monopólio da força legítima) e ao esforço dos Estados Nacionais Modernos de construção de suas próprias forças armadas.

Para trabalhar o **Você já pensou nisto?** (p. 214) destacamos algumas questões. Assim como as formas de dominação do Estado não dependem apenas da força, as formas de resistir a essa dominação também não se limitam a ela. Na história da criação de um Estado brasileiro, que começa com a imposição do Estado português aos nativos e aos negros escravizados, há dois momentos de resistência que podem ser trabalhados em sala de aula como exemplos disso.

Em primeiro lugar, podemos citar os quilombos e a luta de Zumbi dos Palmares como forma de resistência que extrapolava a força. Os quilombos não pretendiam dizimar os brancos, travar uma guerra, etc., mas criar uma outra organização social que não reconhecesse o poder do Estado escravocrata sobre si. Organizando suas próprias comunidades, de maneira independente, os quilombolas resistiam à dominação do Estado. Outras ações particulares estudadas em processos-crimes, por exemplo, evidenciam as práticas de resistência.

Em segundo lugar, podemos refletir sobre um dos motivos apontados pelo antropólogo Pierre Clastres (1934-1977) para que os portugueses tenham encontrado resistência na exploração da força de trabalho das nações indígenas que aqui habitavam. Segundo esse antropólogo, uma grande parte das sociedades nativas do Brasil tinha uma série de estruturas sociais que serviam para não haver nenhum tipo de concentração de poder (impedindo a existência de qualquer tipo de Estado) e, mais que isso, para recusar a imposição de modelos de organização vertical como o europeu. Dessa maneira, essas sociedades resistiam negando-se a trabalhar para produzir acumulação de recursos para outras pessoas (os colonizadores), por exemplo. Muitas vezes, diz o autor, essa resistência lhes custava a vida. De qualquer maneira, mesmo com a existência desses mecanismos de resistência, estudos como os do historiador e antropólogo John Monteiro (1956-2013), apontam que por duzentos anos a escravidão indígena sustentou o desenvolvimento econômico e a escravidão negra passa a ter peso a partir do final do século XVII.

3. Os contratualistas: o que o Estado pode fazer?

Neste item abordamos o pensamento de três dos principais contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau. As ideias sobre o Estado passaram da aceitação da autoridade absoluta do Estado (Hobbes) para a exigência de que o Estado garanta os direitos à liberdade e à propriedade (Locke), e, finalmente, para o princípio segundo o qual as próprias leis do Estado sejam feitas por todos os cidadãos (Rousseau). Descrever essa passagem é uma maneira de, ao discutir os autores, falar um pouco das transformações sofridas pelo Estado na Europa moderna, desde as Monarquias Nacionais até o Estado de Direito.

É importante explicar bem o que os três autores têm de igual e de diferente. Os três partem das mesmas premissas: há um estado de natureza, é estabelecido um contrato social, surge o Estado. Daí em diante é que começam as divergências.

O estado de natureza para Hobbes é a guerra de todos contra todos, diante da qual não há qualquer esperança de paz ou prosperidade. Para Locke, é um reino de paz, onde as pessoas já têm direito à liberdade e à felicidade. Para Rousseau, é um lugar de felicidade, onde todos estão contentes com o pouco que têm.

Para Hobbes, o Estado é fundado para encerrar a guerra de todos contra todos. Para Locke, para preservar os direitos à liberdade e à propriedade que já existem no estado de natureza. Para Rousseau, o Estado é instituído para compensar a perda da liberdade natural do “selvagem” (que chega ao fim quando surge a propriedade), que é substituída pela liberdade do cidadão.

Para Hobbes, o Estado pode fazer o que quiser, desde que garanta a segurança das pessoas. Para Locke, o Estado não pode agir a seu bel-prazer, sua liberdade de ação está restrita à garantia dos direitos naturais, à liberdade e à propriedade (se não o fizer, os cidadãos têm o direito de se rebelar). Para Rousseau, o Estado deve se restringir a cumprir as leis instituídas com a participação de todos os cidadãos.

4. Regimes políticos: a democracia

Começamos este item com a definição de regime político como conjunto de instituições, leis e valores que regulam a disputa pelo poder. Discutimos na sequência duas questões da máxima importância.

Uma delas envolve o conceito de democracia como sistema em que o Poder Legislativo e o chefe do Poder Executivo são escolhidos em eleições livres com a participação de mais de um partido. Deve-se dar ênfase à necessidade de as eleições serem livres, de a oposição ter plenas condições de apresentar suas propostas, de serem adotadas medidas para impedir a fraude eleitoral, de haver transparência e fiscalização na contagem dos votos, etc.

A outra questão se refere à diferença entre o parlamentarismo – sistema em que os eleitores escolhem os integrantes do Poder Legislativo, que por sua vez elegem o chefe do governo – e o presidencialismo – forma de governo na qual o presidente é eleito pelo voto direto ou por um sistema de votação indireta que envolve um colégio eleitoral mais amplo do que o Poder Legislativo (caso dos Estados Unidos). É necessário enfatizar que sob o parlamentarismo o Legislativo pode destituir o chefe do governo quando discordar de sua política, o que não ocorre no presidencialismo. No final da seção, discutimos rapidamente o conceito de regimes autoritários, importante para fazer o contraste com os democráticos e tornar seus traços mais nítidos.

Para aprofundar essa discussão, você pode convidar o professor de História para um debate interdisciplinar na sala de aula sobre formas de governo adotadas no Brasil ao longo de sua história, com ênfase no período republicano (a partir de 1889), marcadamente presidencialista, mas durante o qual foi experimentado o parlamentarismo (1961 a 1963). Vale lembrar também que em abril de 1993 foi realizado um plebiscito para definir a forma e o sistema de governo no Brasil.

A maioria dos eleitores optou pela República presidencialista.

Outra abordagem relevante pode partir da discussão de que ao contrário do que pensamos no senso comum, a democracia nem sempre tem representações igualitárias de todas as fatias da sociedade e grupos sociais. Quer dizer, o Estado democraticamente eleito não necessariamente tem representantes da diversidade que constitui a população que o elegeu. Quando analisamos, no Brasil, as características sociais daqueles e daquelas que ocupam posições importantes no Estado, fica claro que é um pedaço pequeno da população que ocupa de fato o Estado.

Em sala de aula, é possível trabalhar com os estudantes analisando os representantes legislativos, por exemplo, e elaborando um mapa ou um infográfico que evidencie a composição social, racial e de gênero desse grupo. Quantos parlamentares brasileiros são negros? Quantos são mulheres? Quantos são oriundos de famílias pobres? Quantos têm diploma de ensino superior? Quantos são oriundos de profissões tradicionais de elite (como direito, medicina, engenharia, economia)? Quantos são operários? Etc.

Este trabalho pode gerar um debate importante sobre as formas de dominação estatal que são realizadas por instituições que Louis Althusser (1918-1990) chamou de “*aparelhos ideológicos de Estado*”, como a família, a escola, a Igreja. Essa ideia pode ser combinada à noção de “*hegemonia*” desenvolvida por Antonio Gramsci e pela *função de reprodução social* atribuída à escola por Pierre Bourdieu. Esse rico debate ajuda a entender por que é tão difícil romper com a estrutura de poder entre diversos grupos em nossa sociedade.

5. Partidos políticos

Agora que o aluno já conhece os conceitos de Estado, poder e democracia, podemos nos dedicar ao estudo do conceito de partido político como associação voltada para a conquista do poder. Além de defini-los, abordamos a história dos partidos políticos como história da democracia de massas, da democracia com voto universal. Deve-se enfatizar que, por piores que sejam, os partidos são veículos de participação política e de propostas que procuram responder às demandas de setores da sociedade.

Em nossa exposição, fazemos referência às noções de esquerda e direita com o propósito de introduzir a questão dos sistemas bipartidários, existentes em várias democracias modernas. Discutimos também a dinâmica básica dos sistemas bipartidários, com partidos que começam radicais e moderam pouco a pouco seu discurso com o objetivo de conquistar os votos do centro do espectro político.

Deve-se lembrar ao aluno que processos semelhantes aos que ocorrem em países que adotam o bipartidarismo podem ocorrer também em situações de pluripartidarismo, caso se formem alianças que levem as diversas agremiações a atuar como se fossem dois blocos de partidos. Voltaremos a isso na discussão sobre política brasileira no capítulo 14.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. Para manter sua dominação, o detentor de poder precisa conquistar a legitimidade, isto é, o consentimento dos cidadãos de que é certo obedecer a ele.
2. Para Weber, o Estado é um conjunto de instituições que exercem o monopólio da violência (ou força) legítima no interior de determinado território. Ou seja, é preciso que a população aceite que só o Estado tem o direito de usar a violência em determinadas circunstâncias.
3. Para Hobbes, o estado de natureza era a guerra de todos contra todos, na qual não havia qualquer garantia de direito à vida ou à propriedade. Para sair dessa situação, as pessoas teriam concordado em abdicar de sua liberdade e obedecer ao Estado, que deveria, então, garantir sua segurança. Para Locke, as pessoas no estado de natureza já tinham direito à liberdade e à propriedade. Havia, entretanto, o problema de quem seria o juiz quando as pessoas discordassem sobre quem teria direito a quê. O Estado teria sido criado, portanto, apenas para garantir o exercício do direito à liberdade e à propriedade já existentes no estado de natureza. Dessa forma, qualquer coisa que o Estado fizesse que desrespeitasse esses direitos seria injustificada, e daria aos cidadãos o direito de se rebelarem contra ele.
4. No parlamentarismo, os eleitores votam nos candidatos que vão compor o Poder Legislativo (o Parlamento). Uma vez eleitos, os parlamentares escolhem o chefe de governo (primeiro-ministro), que pode ser destituído por eles, caso haja discordâncias graves em relação à política de governo a ser aplicada. Já sob o presidencialismo, o chefe do Executivo (presidente da República) é eleito diretamente pelos cidadãos ou por um colégio eleitoral mais amplo do que o Poder Legislativo e escolhido pelos eleitores (caso dos Estados Unidos). Além disso, o presidente só pode ser afastado do poder pelo Parlamento quando pesam contra ele acusações provadas de violação da Constituição ou de diversos tipos de crime. Nesse caso, o Poder Legislativo pode mover contra ele um processo de *impeachment* (impedimento ou impugnação de mandato). No Brasil, o presidente Fernando Collor foi acusado de corrupção e obrigado a renunciar ao cargo em 1992 diante de um processo de *impeachment* contra ele que tramitava no Congresso Nacional. Entretanto, o Parlamento não pode afastar o presidente em caso de discordâncias em relação à política de governo.
5. Porque os partidos de esquerda e de direita precisam, para se eleger, obter os votos do centro, isto é, das pessoas que não são nem muito de esquerda, nem muito de direita. Para isso, eles tendem a moderar seus discursos e abrir mão de pontos mais radicais de seus programas de governo.

Interagindo

1. Ao rejeitar a paz que não tenha também “voz”, isto é, o direito de participar politicamente e de emitir a própria opinião, a canção se alinha claramente à concepção de Rousseau, que só considerava legítimo o Estado cujas leis fossem feitas de acordo com a vontade geral. Se a canção tivesse afinidade com Hobbes, aceitaria qualquer paz que o livrasse da guerra de todos contra todos.
2. O objetivo do jogo é medir o quanto as pessoas estão dispostas a perder para punir um ditador que consideram injusto. Em termos puramente racionais, o povo deve aceitar qualquer oferta maior que zero (ou aceita, ou não recebe nada). Sabendo que essa seria a escolha racional do povo, o racional para o ditador é oferecer apenas 1 real.
Mas os resultados desse experimento (realizado diversas vezes em vários países) costumam mostrar que o povo frequentemente recusa ofertas, preferindo punir o ditador que lhe fez uma proposta ruim, mesmo que isso lhe custe algo. Muitas vezes, o ditador, já sabendo que isso vai acontecer, faz propostas maiores do que 1 real para tentar garantir que o povo aceite o que ele oferece.
Quando os alunos revelarem o resultado dos lances que jogaram (quem levou quanto em cada rodada), você deve transmitir a eles a explicação acima e mostrar como seus lances mostram que eles não aceitam um ditador que consideram injusto e estão dispostos a perder dinheiro para derrubá-lo.
O jogo do ditador sugere que o governo precisa negociar, precisa sempre tentar convencer o povo a aceitar sua dominação, sob o risco de não ser obedecido.

Contraponto

A charge de Angeli dá a entender que o Estado brasileiro é corrupto, e que essa corrupção é o resultado de milhões de atos de corrupção em toda a sociedade. Há duas interpretações possíveis sobre as pessoas que compõem o gigante: elas podem ser todos os políticos corruptos, que, somados, formam um grande sistema de corrupção; mas também podem ser cidadãos corrompidos, que se esqueceram de seus deveres cívicos e que, quando se juntam para formar o Estado, geram um Estado igualmente corrompido. Deve-se deixar que o aluno decida entre essas hipóteses.

SUGESTÕES DE LEITURA

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. *Rev. Sociol. Polit.* [on-line]. 2011, vol. 19, n. 40, p. 149-157. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011>>.

BOBBIO, Norberto. Ética e política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 25, abr. 1992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000100006>>.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. *Lua Nova* [on-line]. 2007, n. 71, p. 11-39. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452007000200002>>.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa ocidental. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [on-line]. 2012, n. 7, p. 349-385. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>>.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio e LIMONGI, Fernando. O que mantém as democracias? *Lua Nova* [on-line]. 1997, n. 40-41, p. 113-135. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-6445199700200006>>.

(Acesso em: 4 abr. 2013)

CAPÍTULO 12 | GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA

Com o avanço do processo de globalização, há hoje em curso, lentamente e de maneira incerta, uma nova política global. Os eventos a que fazemos referência neste capítulo são muito recentes, ainda não há um consenso formado sobre muitos dos temas relacionados a esse processo. O importante aqui não é memorizar conceitos, mas ter uma ideia do processo principal, que é o da formação de relações sociais que atravessam vários países.

O capítulo aborda também algumas noções sobre uma área importante relacionada à Ciência Política, as relações internacionais, analisadas sob uma ótica diferente da que é utilizada em outras disciplinas.

Se, por um lado, a proximidade do tema dificulta a discussão conceitual, por outro torna mais fácil encontrar acontecimentos e temas no noticiário que podem ser usados como exemplos em sala de aula. Para ficar apenas nos primeiros anos do século XXI, exemplos de assuntos correlacionados podem ser o tráfico de drogas, o terrorismo internacional, a crise do euro, a crise financeira de 2008 e a Primavera Árabe.

1. O conceito de globalização

Um conceito de globalização que deve ser explicado com certo cuidado é o de Anthony Giddens. Para esse sociólogo inglês, a globalização pode ser entendida como uma intensificação de relações sociais mundiais que ligam lugares distantes, de modo que acontecimentos em um lugar são influenciados por eventos ocorridos muito longe dali, e vice-versa. Essa ideia de processos ocorridos em um país que influenciam vários outros deve ser trabalhada com o uso de exemplos.

Além disso, é importante explicar o que são os problemas globais, isto é, problemas que não podem ser resolvidos apenas por um Estado. Essa ideia é chave para entender os temas com base nos quais a política global vai ser organizada e apresentada nas seções posteriores do capítulo.

É necessário enfatizar que a globalização não é apenas um processo econômico, mas também cultural. Além disso, fora da área econômica será mais fácil encontrar exemplos próximos do cotidiano dos alunos.

Você pode, por exemplo, propor exercícios que encorajem os alunos a reconhecer fenômenos globais em seu dia a dia: a transferência de jogadores de futebol para o exterior, as músicas em inglês que fazem sucesso,

o fato de que a grande maioria dos filmes que eles já viram no cinema é produzida nos Estados Unidos, etc.

2. A governança global

Abordamos aqui algumas ideias centrais sobre relações internacionais, disciplina que vem se tornando importante em muitos debates nas mais diversas áreas, desde a da normatização de padrões industriais até a do direito internacional.

Um aspecto crucial nessa discussão é a passagem do sistema de governança global de Westfália – pelo qual os Estados são reconhecidos como únicos agentes das relações internacionais, soberanos em seus territórios e encarregados de resolver suas divergências diretamente entre si (geralmente pela força) – para um sistema de governança global que inclui as organizações internacionais e a ideia de que há valores fundamentais que devem ser respeitados por todos os Estados e por outros agentes da política internacional além dos Estados (como os movimentos sociais, que serão discutidos mais à frente).

Há duas estratégias importantes a serem utilizadas aqui:

a) relacionar os assuntos discutidos ao que o aluno aprendeu nas aulas de História, em especial sobre a história do segundo pós-guerra (1945 em diante);

b) mostrar que a presença das organizações internacionais em nosso cotidiano é bem maior do que geralmente se pensa. Lembrar o caso da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), da administração internacional da internet, da regulação internacional da aviação comercial, etc.

3. A globalização e o Estado

Atualmente, as empresas e corporações multinacionais têm cada vez mais liberdade para escolher onde querem investir. Isso limita as opções de política econômica de cada Estado (que, quando adota medidas que desagradam o capital internacional, corre o risco de não receber mais investimentos).

Por outro lado, as organizações internacionais não são, em si, democráticas (não elegemos o secretário-geral da ONU, por exemplo), e sempre implicam, em algum grau, em sacrifícios da soberania nacional. Deve-se enfatizar, entretanto, que em alguns casos pode ser do interesse nacional sacrificar um pouco a soberania para obter a resolução de problemas globais.

O trilema de Rodrik deve ser utilizado como instrumento para esquematizar os dilemas de como conciliar democracia, soberania e globalização. Segundo esse esquema, é impossível tentar ter mais das três ao mesmo tempo: sempre que escolhermos duas temos que sacrificar a terceira; e sempre que tentamos recuperar a que perdemos, somos obrigados a sacrificar uma das duas primeiras. Não é necessário que o aluno decore a expressão “trilema de Rodrik” ou o aspecto formal do esquema: o mais importante é que ele perceba as difíceis escolhas entre valores a que somos levados pela globalização.

4. Movimentos sociais globais

Como foi estudado na seção anterior, em muitas áreas a globalização estabeleceu limites relativamente estreitos para a ação dos governos. Ao mesmo tempo, surgi-

ram problemas globais que não podem ser resolvidos apenas por um país. Na tentativa de enfrentá-los, setores da sociedade constituíram movimentos sociais que atuam simultaneamente em diversos países.

Abordamos aqui dois tipos de movimento, que podem atuar juntos, mas não se confundem:

- O primeiro é formado pelas ONGs e outros movimentos globais voltados para a resolução de problemas específicos (ambientais, de saúde, de direitos humanos, etc.). Exemplos concretos desse tipo de movimento são a ONG Médicos sem Fronteiras e o Greenpeace. Exemplos como esses são necessários para dar ao aluno uma ideia de como funciona uma ONG internacional.
- O segundo tipo é formado por movimentos que colocam em discussão a própria globalização, como os alterglobalistas e o movimento *Occupy Wall Street* (Ocupe Wall Street). Não há como aprofundar muito a discussão sobre o programa desses movimentos, mas é importante frisar que defendem um maior controle sobre a ação do grande capital. Também é importante enfatizar que esses movimentos ainda estão em seu começo. Não sabemos ainda como eles vão se desenvolver, quais serão suas propostas concretas, e se serão mesmo uma força decisiva nas relações internacionais.

Na Unidade 1 do livro, comentamos rapidamente sobre os estudos pós-colonialistas, que criticavam a pouca voz dos grupos oprimidos e minorias sociais nas pesquisas de cientistas sociais. Para refletir sobre as ONGs internacionais é interessante destacar a seguinte questão: nós nos posicionamos de maneira colonialista, ou seja, retirando a agência, a autonomia e a responsabilidade de certos sujeitos por suas próprias ações, julgando-nos mais dignos de decidir por eles do que eles mesmos? Em que situações?

O exemplo da legislação francesa sobre o uso do *hijab* em escolas públicas é um exemplo interessante, assim como nossa própria percepção do que seja ou não adequado, de maneira geral, às mulheres muçulmanas. A revista *Vida Simples*, edição de março/2013, trouxe uma reportagem que pode ser utilizada como disparador para uma discussão sobre o assunto em sala de aula (“O que aprendi com as mulheres muçulmanas”, veja na seção **Texto Complementar**).

Esta também é uma oportunidade para discutir dilemas em que pesquisadores de Ciências Sociais frequentemente se encontram, ao tentarem balancear sua ética pessoal com a alteridade para compreender a cultura do outro. Até que ponto certa prática cultural deve ser aceita? Até que ponto é preciso intervir? Como definir se uma prática fere direitos humanos ou não? Tais questões remetem ao que foi visto na Unidade 1, especialmente no capítulo 2. Elas podem – e devem – ser discutidas em sala de aula, pois permeiam o fazer e o pensar sociológico.

5. O Brasil e a globalização

Como conclusão do capítulo, utilizamos os conceitos abordados anteriormente para discutir o caso brasileiro. Podemos fazer a discussão repetindo a ordem das seções anteriores.

No que se refere à globalização econômica, deve-se enfatizar que o Brasil precisa ter mais o que oferecer na competição global além de mão de obra barata, mesmo porque países mais pobres oferecem mão de obra a um custo ainda mais baixo. Ao mesmo tempo, é preciso combater nossas desigualdades históricas. Essa equação é de difícil solução, mas o caminho para resolvê-la passa necessariamente por uma educação de qualidade extensiva a toda a população.

Ao passarmos para a discussão sobre governança global, deve ser abordada a luta do Brasil para fazer parte do Conselho de Segurança da ONU na qualidade de membro permanente, e mostrar como a atuação de tropas brasileiras no Haiti se insere nesse processo. Outro tema importante relacionado ao Brasil e à governança global é o Mercosul, que representa uma tentativa de integração regional muito importante para nossos interesses econômicos e estratégicos.

Finalmente, é importante mostrar que o Brasil é palco da atuação de diversos movimentos sociais globais, em especial o dos ambientalistas. Pode-se lembrar, por exemplo, as conferências internacionais sobre meio ambiente realizadas em território nacional, e do papel desempenhado pelas ONGs nesses eventos.

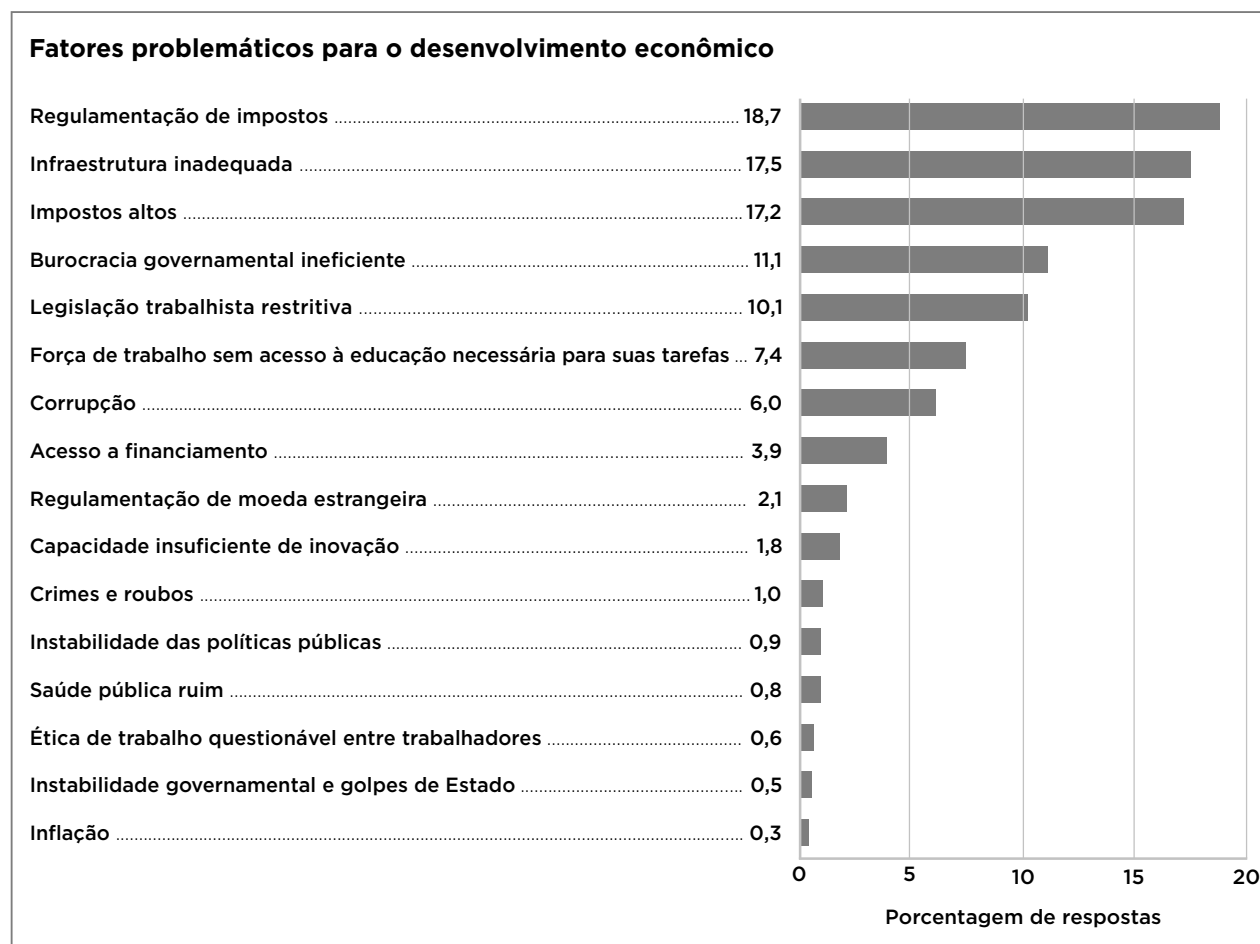
Você pode promover um debate interdisciplinar na sala de aula sobre o tema da relação do Brasil com a

globalização, convidando o professor de Geografia para participar dele. Pode-se dividir a classe em dois grupos, um pró e outro contra a globalização e colocar em confronto os argumentos dos dois grupos.

O mapa da competitividade econômica (p. 239) pode ser explorado de muitas maneiras em sala de aula. Uma abordagem interessante é entender os critérios utilizados pelo Fórum Econômico Mundial para analisar cada país. Escreva na lousa, para que os alunos vejam, uma série de fatores que o WEF considera como “problemas” para o desenvolvimento econômico dos países como um todo. Veja no quadro desta página.

Quais destas coisas eles acham que são os maiores problemas do Brasil, para seu desenvolvimento econômico? Peça para que reorganizem a lista de acordo com sua opinião, da questão mais problemática para a menos. Dê um tempo para que façam esse exercício, individualmente ou em dupla, discutindo com os colegas se possível.

Em seguida apresente o seguinte gráfico, retirado do relatório de competitividade econômica do WEF, que mostra quais são os problemas mais graves do ponto de vista das empresas e do capitalismo global. Peça que comparem com a própria percepção, refletindo sobre divergências entre os interesses de empresas e grandes corporações e os interesses de cidadãos do país.



Fonte: Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2012-2013/>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revedo

1. Segundo Giddens, a globalização é a intensificação de relações sociais mundiais que ligam lugares distantes, de modo que acontecimentos em um lugar são influenciados por eventos ocorridos muito longe dali, e vice-versa.
2. Porque as duas guerras mundiais causaram tamanha destruição e sofrimento que tornou-se evidente a necessidade de mecanismos para organizar a relação entre os Estados e diminuir o risco de novos grandes conflitos. As atrocidades da Segunda Guerra Mundial, em especial o holocausto dos judeus, reforçaram a convicção de que há alguns valores básicos que os Estados não podem desprezar. Além disso, o risco de uma guerra nuclear, que poderia destruir a espécie humana, tornou ainda mais importante a procura de mecanismos de resolução pacífica de conflitos.
3. Porque, com a globalização as empresas multinacionais podem escolher livremente onde e quando investir. Naturalmente, elas evitam investir em países onde os impostos ou os salários sejam mais altos. Assim, torna-se difícil para o eleitorado de cada país votar a favor de propostas que levem a aumentos salariais (ou de outros direitos trabalhistas pagos pelas empresas) ou de impostos (que podem ser necessários para financiar políticas sociais mais generosas), pois haverá o risco de empresas saírem do país, enfraquecendo sua economia.
4. Porque a crise ambiental, sob a ação do “efeito estufa”, pode provocar catástrofes em todo o planeta. Essa possibilidade tem levado muitas pessoas e mesmo países a mudar certos hábitos com o objetivo de fortalecer processos de proteção e preservação ambiental. No centro dessas mudanças estão os movimentos ambientalistas. Além disso, a natureza não reconhece as fronteiras entre os países. Sob a ação das correntes marinhas, um vazamento de petróleo na costa brasileira, por exemplo, pode poluir o mar do Uruguai ou mesmo de regiões mais distantes. Assim, a regulação ambiental precisa ser realizada por diversos países ao mesmo tempo, e os movimentos ambientalistas internacionais podem ser importantes para fazer com que isso ocorra.
5. Porque os países mais pobres podem atrair investimentos por meio da oferta de mão de obra ainda mais barata do que a brasileira, enquanto os países mais ricos podem atrair investimentos por meio de sua capacidade de produzir tecnologia, sua mão de obra altamente qualificada e suas instituições consolidadas. Se o Brasil não quiser empobrecer sua população para competir com os países pobres, precisa investir em capacitação para poder competir com os países ricos.

Interagindo

Na canção de Manu Chao, a nacionalidade dos imigrantes indica claramente tratar-se de trabalhadores vindo dos países mais pobres e menos competitivos

globalmente (como é possível ver no mapa de competitividade global), que se dirigem a países mais desenvolvidos em busca de melhores oportunidades. Esses trabalhadores muitas vezes vivem como imigrantes ilegais sem acesso aos direitos mais elementares, e sofrem discriminação racial e cultural. Por contraste, empresas multinacionais têm grande facilidade de se instalar em outros países, que muitas vezes competem pelo direito de recebê-las. Isso mostra claramente como a globalização, da maneira como se desenvolveu até agora, favorece muito mais a mobilidade do capital do que a mobilidade do trabalho.

Contraponto

Há várias respostas possíveis, dependendo da opinião do aluno sobre a natureza das relações sociais no mundo virtual (um tema sobre o qual as pesquisas ainda não são de modo algum conclusivas). Se o aluno pensar que os contatos virtuais podem, sim, estabelecer relações fortes entre as pessoas, deve argumentar que as possibilidades da política que utiliza as novas tecnologias são boas, pois os manifestantes pela democracia permanecerão mobilizados. Se, ao contrário, considerar que as relações virtuais são superficiais demais para embasar a atuação política, pode manifestar ceticismo com relação às possibilidades políticas das novas tecnologias.

SUGESTÕES DE LEITURA

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Opções estratégicas: o papel do Brasil no sistema internacional. *Lua Nova* [on-line]. 2001, n. 53, p. 135-157. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452001000200007>>.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. *Lua Nova* [on-line]. 1995, n. 35, p. 73-111. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451995000100004>>.

HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global. *Lua Nova* [on-line]. 1991, n. 23, p. 145-194. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000100010>>.

KUNTZ, Rolf. República, direitos e ordem global. *Lua Nova* [on-line]. 2003, n. 60, p. 45-55. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010264452003000300003>>.

MORIN, Edgar. A Europa unida entre a associação e a barbárie. *Lua Nova* [on-line]. 1999, n. 46, p. 197-213. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451999000100009>>.

(Acesso em: 5 abr. 2013)

CAPÍTULO 13 | A SOCIEDADE DIANTE DO ESTADO

Embora ligada à questão do poder, a política é um campo multifacetado do agir humano. No capítulo 11, nós a estudamos do ângulo do Estado e dos processos de luta pelo poder político. Agora, nosso centro de interesse é o cidadão, seus direitos e deveres e o modo pelo qual participa da política (para além do voto), que pode levá-lo até mesmo a derrubar o governo.

1. A luta pela cidadania

Considerando mais de perto o conceito, a cidadania pode ser vista como a capacidade de ser reconhecido como integrante de um país, e de ter os direitos e deveres resultantes dessa condição. Aqui a chave é a ideia de ser aceito pelos demais habitantes do país e conhecer os deveres e direitos que isso implica.

Na análise de T. H. Marshall, a cidadania é vista como um processo histórico que envolve três dimensões de direitos: civis, políticos e sociais.

Sugerimos que você ilustre sua exposição com exemplos concretos que se relacionem à vida do aluno. Para explicar os direitos civis você pode utilizar o exemplo da liberdade religiosa (liberdade de consciência, direito de escolher livremente uma religião, direito ao ateísmo, etc.) ou da liberdade econômica (direito de comprar e vender, de escolher o trabalho segundo as oportunidades de mercado que ele oferece, etc.). O exemplo mais claro de direitos políticos é, sem dúvida, o direito ao voto. No que se refere aos direitos sociais, você pode citar os direitos trabalhistas e o direito à educação pública e à saúde, garantidos pela Constituição brasileira de 1988.

É provável que durante a discussão surja a questão do desrespeito aos direitos no Brasil. Sabemos, por exemplo, que o atendimento nos hospitais públicos é ruim, que as desigualdades sociais são imensas, etc. Essa discussão deve ser encorajada, pois sugere que os alunos entenderam o que são os direitos enunciados por Marshall.

2. Os movimentos sociais

Ao fazer sua exposição sobre movimentos sociais recorra a exemplos próximos do cotidiano dos alunos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Movimento Negro, Movimento Sindical, etc. Explique também o que é uma mobilização social, e sua importância para a definição dos direitos que devem compor a cidadania.

Para uma visão geral do que são os movimentos sociais, sugerimos que você enfatize seu repertório característico de ações: passeatas, formas de organização (ONGs, etc.), campanhas (inclusive pela internet), abaixo-assinados, etc.

Também é importante mostrar que os movimentos sociais estão historicamente associados a conquistas concretas: fim da discriminação racial, direitos das mulheres, dos LGBT, etc.

Entre as ações mais importantes dos movimentos sociais, cabe destacar a luta por redistribuição da renda (que pretende corrigir injustiças econômicas e desigualdades sociais) e a luta por reconhecimento de direitos (que, além de procurar corrigir injustiças culturais, mobiliza forças contra a discriminação e o preconceito). No último capítulo, abordamos novamente essas questões na discussão dos valores pós-materialistas.

Para abordar o **Você já pensou nisto?** (p. 251) propomos algumas reflexões adicionais. A maior parte dos movimentos sociais hoje em dia convive com o que chamamos de “dilema da interseccionalidade”. Isso quer dizer que mesmo movimentos sociais que buscam a redistribuição precisam, em seu interior, lidar com grupos de minorias que nem sempre são representadas no movi-

mento como um todo da maneira como gostariam. Isso acontece em vários movimentos sociais e deve ser mencionado aos alunos.

No movimento negro, por exemplo, há uma reivindicação histórica das mulheres negras por reconhecimento, já que muitos dos postos de poder nesse movimento são ocupados por homens, e muitas de suas reivindicações não consideram especificidades das mulheres. O mesmo acontece no movimento de trabalhadores e operários, por exemplo.

No movimento LGBT, as lésbicas em geral são sub-representadas e invisibilizadas, assim como as pessoas transgêneras, que precisam reforçar suas causas o tempo todo. A parcela negra e pobre da comunidade LGBT também não alcança grandes posições de poder no movimento.

No movimento feminista, há uma disputa antiga das mulheres negras em serem reconhecidas, incluídas nas organizações, causas e bandeiras de um movimento que começou como um movimento branco de mulheres de classe social privilegiada. As mulheres trabalhadoras, assim como as lésbicas e as transgêneras, também acabam precisando disputar fortemente espaços no feminismo, que muitas vezes as exclui.

Isso não quer dizer que esses movimentos não sejam válidos. Mas os representantes de diversas minorias têm feito um trabalho importante reafirmando que esses movimentos não são verdadeiramente transformadores se não adotarem uma perspectiva interseccional, quer dizer, uma perspectiva de luta que considere a articulação de múltiplas formas de opressão entre as pessoas. Para as pessoas que militam pela interseccionalidade nesses movimentos, não adianta muita coisa conquistar direitos para as mulheres, por exemplo, se na prática esses direitos só se aplicarem a uma parcela pequena das mulheres (brancas, heterossexuais, de classe privilegiada, etc.).

3. Problemas da ação coletiva

Nesta seção, discutimos raciocínios formais que podem parecer difíceis de entender. Por isso, o uso de esquemas visuais (como a tabela *O problema do carona*) é indispensável. Um ponto a ser enfatizado: quando algo é do interesse de todos, algumas pessoas podem tentar pegar carona no esforço alheio, calculando que, se os outros vão lutar por aquilo em que todos estão interessados, elas próprias não precisam se dar ao trabalho de se mobilizar. Naturalmente, se todos pensarem assim o objetivo comum não será alcançado.

Os temas abordados aqui servem de introdução à discussão subsequente sobre capital social (que é, justamente, uma forma de estabelecer confiança entre as pessoas e superar o problema do carona).

O problema do carona sugere que muitas vezes o interesse da maioria não será alcançado porque ela não vai se organizar. Nesses casos, há o risco real de “captura do Estado” por grupos minoritários e bem organizados, que colocariam o Estado a seu serviço.

4. Capital social e participação cívica

A discussão do tema deste item exige que o aluno tenha entendido uma questão levantada no item anterior:

como pessoas individualistas e racionais podem não agir conjuntamente em situações nas quais isso valeria a pena para elas? Uma das soluções para esse problema é estabelecer relações de confiança (isto é, dar bons motivos para que as pessoas não suspeitem que os outros são caronas), o que é possível, entre outras maneiras, por meio da participação cívica.

Para explicar o que é participação cívica, procure relacionar esse conceito com as atividades sociais em que os alunos e suas famílias se engajam: desde grupos que se reúnem regularmente para jogar futebol até igrejas, grupos culturais (corais, escolas de samba, etc.), sindicatos e associações de bairro.

A participação cívica é importante em várias situações, como nas ações em grupo que ela promove e pela vigilância (ou mesmo a possibilidade de punição) que os integrantes de um grupo exercem uns sobre os outros. Dessa forma, um carona pode, por exemplo, ser expulso ou isolado do grupo e proibido de participar de suas atividades.

O capital social está associado a diversos resultados sociais positivos, como baixa criminalidade e outros. Entretanto, a Ciência Política ainda não tem clareza sobre essa relação: o capital social produz esses efeitos positivos ou apenas ajuda a sustentá-los uma vez que eles já existam? Vale lembrar que a associação entre pessoas pode também ter um aspecto negativo, como ocorre quando um aluno é isolado de sua turma por grupos influentes de colegas, ou no caso de movimentos sociais racistas.

Para ampliar as possibilidades de estudo desse tema, você pode pedir aos alunos que se reúnam em grupos e pesquisem diversos movimentos sociais. A pesquisa não deve recair apenas nos movimentos mais conhecidos, alguns dos quais já foram mencionados no item 2. É importante investigar também movimentos locais e regionais, mais próximos do cotidiano dos alunos. Nesse levantamento, os alunos devem relacionar os objetivos e algumas ações de cada movimento. Para terminar, devem classificá-los em positivos ou negativos, explicando as razões dessa classificação.

Outra possibilidade de trabalhar a ideia de participação cívica e capital social de Putnam é a elaboração, com os alunos, de um mapa inspirado no mapa da página 256, embora sem a mesma validade científica. O mapa dos seus estudantes será estimado. Para isso, será preciso preparar uma pesquisa.

Pense, com os alunos, nas atividades cívicas mais comuns e relevantes para as comunidades e bairros onde moram. Com base nisso, criem um questionário. Como tarefa de casa ou em tempo de aula, os estudantes devem aplicar esse questionário a uma população previamente definida por vocês (pode ser todos os alunos da escola, por exemplo, ou as famílias completas dos estudantes de cada turma de Sociologia, etc.). Os resultados podem ser tabulados e apresentados em forma de mapa (um “mapa da escola”, por exemplo) ou infográfico.

Após a produção do mapa, você pode discutir com eles que resultados eles acham que obteriam se realizassem a mesma pesquisa no bairro onde moram. Caso deseje, pode ser um interessante projeto a se fazer com

a turma: mapear a participação em atividades cívicas nos bairros onde moram seus estudantes.

5. As revoluções

Você pode começar sua exposição com a concepção marxista de revolução (segundo a qual, para ser classificada de revolução, a tomada do Estado precisa desencadear mudanças nas relações de produção e colocar uma nova classe no poder), e enfatizar que há várias concepções possíveis de revolução.

Mais do que decorar a definição de revolução formulada por Charles Tilly (“a transferência, pelo uso da força, do controle sobre Estado, combinando uma situação revolucionária e um desenlace revolucionário”) é importante entender que ela supõe transformações aceleradas que passam pela derrubada do governo. Trata-se, portanto, de uma ruptura.

Os conceitos de situação revolucionária e desenlace revolucionário constituem apenas portas de entrada para a reflexão sobre a distinção entre o que ocorre durante a revolução (pelo menos dois grupos importantes em disputa, a adesão a um deles por parte importante da população, a incapacidade do governo em administrar os conflitos ou reprimi-los) e o que acontece quando a chegada ao poder do grupo rebelde produz um novo regime estável (os revolucionários passam a controlar o Estado e seus meios de repressão, integrantes do antigo governo mudam de lado, etc.).

É importante entender a relação estabelecida por Tilly entre regimes políticos mais ou menos democráticos e mais ou menos capazes e a probabilidade de uma revolução começar (mais provável em regimes pouco democráticos e com baixa capacidade governamental) e se consolidar (mais provável em regimes pouco democráticos e de capacidade governamental média).

Por que isso é importante? Em primeiro lugar, porque pode ajudar o aluno, em suas aulas de História, a entender, por exemplo, por que ocorrem revoluções depois de guerras (quando o Estado está fraco). Em segundo lugar, porque deixa claro que, com a progressiva democratização (supondo que ela ocorra, o que nem sempre é uma certeza), revoluções violentas se tornam cada vez mais raras, e abrem-se mais e mais vias para a solução negociada dos conflitos.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Reverendo

1. Os três tipos de direito descritos por T. H. Marshall são: direitos civis, relativos ao exercício da liberdade individual (exemplos: direito de ir e vir, direito à propriedade); direitos políticos, relativos à participação nas decisões políticas (direito ao voto, direito de ser eleito para cargos públicos); e direitos sociais, relativos à obtenção de um mínimo de bem-estar econômico e àquilo que, em uma determinada sociedade, é considerada uma vida digna (exemplos: direito à saúde, direito à educação, direitos trabalhistas).
2. A luta por redistribuição (de renda ou de bens) se refere ao esforço de corrigir injustiças econômicas:

por exemplo, a luta dos sindicatos por melhores salários, a luta pela redistribuição da terra, a luta contra a pobreza e a desigualdade de renda. A luta por reconhecimento se refere ao esforço de corrigir injustiças culturais, como práticas de desrespeito ou discriminação das pessoas baseadas na cor de sua pele, em sua crença religiosa, no gênero a que pertencem ou em sua opção sexual.

3. O problema do carona ocorre quando seria do interesse de todos participarem de algum esforço coletivo; como todos sabem disso, algumas pessoas deixam de dar sua cota de sacrifício, esperando que os outros se sacrifiquem por elas, ou seja, procuram pegar carona no esforço alheio. Se todos pensarem assim, o resultado que seria positivo para todos não será obtido.
4. Capital social é o conjunto de normas, redes de contatos pessoais e relações de confiança que ajudam os cidadãos a superar os problemas que envolvem a ação coletiva.
5. Para Charles Tilly, as situações revolucionárias seriam mais comuns nos países de baixa democracia e baixa capacidade governamental. Os desenlaces revolucionários seriam mais prováveis nos países de baixa democracia e capacidade governamental média.

Interagindo

1. O tema do reconhecimento pode ser encontrado no começo do *rap*, no resgate da memória histórica dos afrodescendentes brasileiros. Ele aparece em outros trechos, em especial no que começa em “Dignificar” e termina em “pretidão”. A necessidade de mobilização social é mencionada repetidas vezes, em especial no trecho que vai de “Da militância” até “sem voz”. E a necessidade de que todos participem para que a ação coletiva dê certo é reconhecida tanto no trecho que vai de “a derrota se esconde” até “acordar”, que fala dos que escolhem não participar, quanto no verso “E que nós nos ajude”, paráfrase do popular “Que Deus nos ajude” na qual MV Bill enfatiza que será necessário um esforço coletivo para conquistar os resultados desejados.

Contraponto

- a) Resposta pessoal.
- b) A pergunta pode ser vista como uma ironia, pois em geral a dificuldade é fazer parte de uma minoria e não da maioria. Outra maneira de ver a questão seria que pessoas discriminadas e agredidas em razão de sua escolha sexual precisam fazer “muito esforço” para serem fiéis às suas opções. É o esforço de enfrentar o preconceito, o desrespeito e os estereótipos associados às orientações sexuais LGBTs. Os homossexuais precisam, sim, fazer esforços para lutar contra a discriminação, o que não é o caso dos heterossexuais.
- c) Resposta pessoal.

SUGESTÕES DE LEITURA

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova* [on-line]. 2009, n. 76, p. 49-86. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>>.

DUNN, John. Revolução 2008-?. *Lua Nova* [on-line]. 2008, n. 75, p. 199-214. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000300009>>.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. *Lua Nova* [on-line]. 2003, n. 59. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000200004>>.

Mc ADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova* [on-line]. 2009, n. 76, p. 11-48. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>>.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Oeiras, n. 33, set. 2000. Disponível em: <www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007&lng=pt&nrm=iso>.

(Acesso em: 4 abr. 2013)

CAPÍTULO 14 | A POLÍTICA NO BRASIL

Nosso principal objetivo neste capítulo foi oferecer ao aluno uma visão ampla da política brasileira. A primeira parte é mais histórica, a segunda inclui maior quantidade de material retirado de pesquisas de textos atuais de Ciência Política. O que se espera do aluno é que ele saia da leitura do capítulo com um domínio razoável tanto da história política brasileira quanto dos mecanismos atuais de disputa política em nossa sociedade. O objetivo é situar o aluno para que ele compreenda melhor as discussões políticas contemporâneas.

1. Estado e cidadania no Brasil

Temos aqui duas ideias principais, baseadas nos trabalhos de José Murilo de Carvalho e Simon Schwartzman.

A primeira delas é a do peso da herança colonial sobre a luta pela cidadania no Brasil. Escravidão e poder dos grandes proprietários rurais são temas que o aluno já pode ter estudado nas aulas de História. Agora eles podem ser reapresentados de modo a dar maior ênfase à questão dos direitos, no caso da escravidão, e à questão da administração de justiça, no caso dos grandes proprietários.

Já o tema do Estado patrimonialista deve ser novidade para o aluno. A ideia central é a pouca distinção, no Estado que herdamos de Portugal, entre o público e o privado e a consequente utilização do Estado como se fosse propriedade dos ocupantes de cargos públicos. Para atualizar o tema, você pode mostrar aos alunos como a confusão entre público e privado pode levar a níveis insuportáveis de corrupção política.

A segunda ideia importante do capítulo foi formulada por José Murilo de Carvalho, segundo o qual a cidadania

no Brasil não foi conquistada na mesma sequência descrita por Marshall (nessa ordem: direitos civis, políticos e sociais). No Brasil, diz ele, os direitos sociais foram conquistados antes dos direitos políticos, o que teria reforçado a ideia de que o máximo que o povo pode esperar é que o chefe do Executivo (o presidente, seja ou não ele um ditador) lhe “conceda” direitos.

Finalmente, é muito importante enfatizar a ruptura representada pela Constituição Federal de 1988, que restituiu os direitos políticos e proclamou direitos civis e sociais que, entretanto, ainda estão sendo implementados com grandes dificuldades.

Como conclusão, você pode convidar o professor de História para um debate interdisciplinar sobre um dos seguintes temas: 1) as conquistas trabalhistas sob o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o problema proposto por José Murilo de Carvalho sobre a quebra, no Brasil, da sequência descrita por Marshall; 2) a corrupção no Brasil é um problema endêmico, fora de controle e independente do partido que exerce o poder?

2. A origem da moderna democracia brasileira

A transição para a democracia foi feita no Brasil por meio da negociação com forças que apoiaram o regime militar e em um contexto de severa crise econômica.

Há dois riscos a serem evitados aqui: por um lado, não se deve esquecer a importância dos acordos pelo alto, entre as elites políticas, para a eleição de Tancredo Neves e José Sarney. Mas também não devem ser menosprezados os altos níveis de mobilização popular, principalmente no movimento Diretas Já.

Duas consequências básicas da forma pela qual foi conduzida a transição democrática são importantes para a compreensão pelos alunos das seções a seguir e para o estudo do período nas aulas de História: em primeiro lugar, a sobrevivência, no período democrático, de partidos e políticos que disputavam eleições durante o regime militar; em segundo lugar, o fato de que a transição durante a crise econômica gerou grande frustração popular – justamente no momento em que a população conquistou o direito de reivindicar seus direitos, o governo não tinha muitos recursos para satisfazer as diversas demandas da sociedade civil.

3. Os partidos políticos

O tema desta seção proporciona ao aluno um primeiro contato com alguns fatos básicos de nossa história partidária (resumidos no quadro *Evolução dos partidos políticos brasileiros desde 1945*, página 274). Espera-se que esse conhecimento seja útil não apenas para a compreensão dos períodos históricos em pauta, mas também para a assimilação de uma perspectiva de longo prazo de nossa história política, com melhor percepção entre os vínculos que ligam diferentes forças políticas em vários períodos históricos.

Contar a história dos partidos políticos no Brasil é contar a história das vicissitudes de nossa democracia. Resumidamente: até a revolução de 1930, as eleições eram fraudadas; entre 1930 e 1937, o experimento de liberdade política passou por sucessivos períodos de cri-

se e turbulência e ocorreu durante um momento de colapso da democracia em diversos países; entre 1937 e 1945, o país mergulhou nas sombras do Estado Novo; sob a democracia do segundo pós-guerra, a sociedade brasileira conquistou diversos direitos e liberdades, mas um novo retrocesso ocorreu em 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto e uma ditadura militar se instalou no país.

Com todos esses percalços, até a redemocratização iniciada em 1985 não houve tempo suficiente de democracia no Brasil para os partidos se consolidarem.

4. Uma democracia “normal”?

É bem provável que os alunos tenham sido expostos à ideia segundo a qual a política brasileira é caótica, todos os políticos são corruptos, não há diferenças entre os partidos, etc. Entretanto, segundo pesquisas de cientistas políticos, não é bem assim.

Para discutir essa questão, um primeiro passo pode ser descrever o sistema político brasileiro, com destaque para os poderes Legislativo (Congresso Nacional) e Executivo (presidente da República) como os dois grandes atores. É preciso também explicar ao aluno o que é o presidencialismo de coalizão, dada a circunstância de que raramente o partido do presidente tem maioria no Congresso, o que o obriga a montar amplas alianças com diversos partidos.

O passo a seguir é mostrar que o presidencialismo de coalizão funciona razoavelmente: os partidos têm perfis ideológicos mais ou menos claros e votam mais ou menos disciplinadamente. Desse modo, com a formação de alianças entre os partidos o presidente consegue aprovar a maioria das leis que propõe.

Finalmente, é interessante notar o quanto a competição eleitoral brasileira se assemelha ao modelo de convergência para o centro em sistemas bipartidários. Essa tendência é geralmente considerada um sinal de estabilidade dos sistemas políticos, por favorecer a moderação ideológica.

Um bom exercício de aplicação desses conhecimentos seria propor aos alunos uma pesquisa sobre como funciona o sistema político na cidade em que vivem, ou na cidade da escola. Algumas questões podem ser formuladas previamente para orientar a pesquisa: quem é o prefeito da cidade e a que partido está filiado? Seu partido tem maioria na Câmara Municipal? Quais são as agremiações políticas ali representadas? O prefeito se apoia em um só partido, ou em uma aliança de partidos? Caso haja aliança, quais são os partidos que dela participam? Que vantagens isso tem representado para a população? Você e os alunos podem propor também questões orientadoras. Para finalizar o trabalho, peça aos alunos que escrevam um texto com as conclusões a que chegaram.

Para abordar o **Você já pensou nisto?** (p. 276) destacamos outras reflexões: a ideia de “transparência” na política tem sido cada vez mais reivindicada no Brasil. Isso é um desdobramento da democratização do país, mas também tem relações com o desenvolvimento tecnológico e suas múltiplas possibilidades de oferecer transparência. É importante notar, porém, que a corrup-

ção não acontece apenas dentro do Estado, mas muitas vezes vem de uma relação do Estado com o setor privado. Há muitas maneiras de ser corrupto, em qualquer uma dessas duas esferas.

A ONG Transparência Brasil disponibiliza *on-line* muitas informações e dados sobre ambos os tipos de corrupção (<www.transparencia.org.br/>), mas também sobre uso do dinheiro público, ocupação de cargos legislativos, entre outros aspectos do funcionamento do Estado que precisam ser acessíveis à população. A Controladoria Geral da União realiza um trabalho parecido no governo federal. A gestão estatal dos municípios, porém, muitas vezes é deixada de lado no quesito “transparência”.

Para trabalhar em sala de aula, pode ser utilizado o guia “Olho Vivo”, elaborado pela CGU e disponível *on-line* (<www.cgu.gov.br/olhovivo/>), que ajuda a população a entender como funciona o uso correto do dinheiro público, a fim de fiscalizar os governantes eleitos. Há uma série de publicações disponíveis no *site*, que ajudam a compreender outras formas de controle social e institucional do uso de recursos públicos. Novamente, é interessante ressaltar aos alunos a relação entre poder, informação, conhecimento e desenvolvimento tecnológico.

5. O problema da corrupção

A corrupção é, provavelmente, o que os alunos mais associam à política no Brasil. Você pode complementar a exposição do tema com exemplos concretos de escândalos de corrupção, tanto na esfera federal como na estadual e na municipal.

A partir do exemplo dado pelo mapa na página 277, você pode iniciar com os estudantes uma discussão sobre as pequenas corrupções de nosso cotidiano. Faça com eles um levantamento de atitudes que sobrepõem o interesse individual ao interesse público, tentando se aproveitar disso de alguma maneira (por exemplo, ultrapassar a velocidade permitida no trânsito em uma via e, quando receber a multa, colocar os pontos na carteira de outra pessoa; sonegar impostos; etc.). Pode ser uma boa oportunidade para retomar Sérgio Buarque de Holanda (o homem cordial) e refletir com os alunos sobre o “jeitinho brasileiro”.

As atitudes listadas por vocês podem gerar uma reflexão coletiva sobre a corrupção de nossos próprios círculos sociais, pensando sobre como contribuimos com essa forma de pensar o Estado que permite tantos deslizes.

É importante chamar a atenção para o quanto é difícil pesquisar a corrupção, e para a imperfeição dos vários métodos existentes, como sondagens de opinião, pesquisas e levantamentos sobre a percepção das pessoas em relação à corrupção. O mapa feito com base na pesquisa da Transparência Internacional é apenas uma primeira aproximação ao tema.

Duas questões devem ser enfatizadas:

a) a hipótese proposta por José Murilo de Carvalho, segundo a qual a corrupção no Brasil pode ser parcialmente explicada pelo fato de que no século XX o Estado brasileiro cresceu muito, mas foi pouco submetido à vigilância democrática;

b) pesquisas como a de Sérgio Praça mostram que alguns dos escândalos de corrupção revelados pela imprensa levaram à adoção de melhorias nas leis e instituições destinadas a diminuir o risco de corrupção.

É essencial enfatizar ainda o quanto a democracia e a participação cidadã na fiscalização das autoridades são importantes no combate à corrupção.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revedo

1. São, principalmente, três obstáculos: a escravidão, que negava à grande parte de nossa população os mais elementares direitos; o poder dos grandes proprietários rurais, que administravam a justiça em suas fazendas conforme seus interesses; e o Estado patrimonialista herdado de Portugal e administrado como se os bens públicos fossem propriedade dos ocupantes de cargos públicos.
2. Porque grande parte das demandas da sociedade não puderam ser atendidas pelo poder público, às voltas com a escassez de recursos motivada pela crise econômica, no mesmo momento em que a transição democrática abria espaço para as reivindicações populares.
3. Uma das razões para isso foi a continuidade, sob novos nomes, dos dois partidos permitidos pela ditadura militar. Tanto a Arena quanto o MDB mantiveram sua estrutura relativamente intacta. O PMDB (ex-MDB), por exemplo, continua a ser, ainda hoje, um dos principais partidos políticos do Brasil, além de ter dado origem ao PSDB. Os principais partidos políticos de direita, por sua vez, também tiveram origem na Arena: o DEM (ex-PFL) e o PP (ex-PPR, ex-PPB).
4. Em 1994 e 1998, o PFL (atual DEM), de direita, se aliou ao PSDB (de centro), que conquistou a presidência em ambas as vezes. Já o PT (de esquerda), venceu as eleições em 2002 e 2006 aliando-se primeiro ao PL (direita) e depois ao PMDB (centro).
5. Porque, no decorrer do século XX, o Estado brasileiro se tornou cada vez maior, assumindo diversas novas tarefas: educação, previdência social, desenvolvimento econômico, etc. Isto é, o Estado concentrou em si mais recursos, o que significou novas oportunidades para corrupção. Ao mesmo tempo, na maior parte desse período, não houve democracia no Brasil, o que fez com que a vigilância da população sobre o governo fosse muito mais difícil. Dessa forma, a combinação de mais oportunidades para roubar com menos vigilância provavelmente favoreceu o crescimento da corrupção.

Interagindo

Na letra do samba-enredo, os “vinte anos que alguém comeu” são uma referência ao regime militar (1964-1985), que sufocou a sociedade durante pouco mais de duas décadas. As demandas por direitos sociais expressas na música (saúde, educação, salários mais altos) foram muito pouco atendidas, em especial nos primeiros anos da redemocratização, quando os governos precisaram lidar com a crise econômica herdada do regime militar.

Contraponto

O aluno pode citar um ou mais dos seguintes fatos: a derrota do movimento Diretas Já!, com a eleição do primeiro presidente civil após o período militar (Tancredo Neves) pelo colégio eleitoral e não pelo voto direto; a permanência de políticos importantes ligados ao regime militar em postos de poder nos novos governos democráticos; e a crise econômica dos anos 1980, que frustrou muitas das demandas por novos direitos sociais.

SUGESTÕES DE LEITURA

CARVALHO, J. M. . Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-359, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2029>>.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400002>>.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova [on-line]*. 2011, n. 82, p. 17-60. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ln/n82/a03n82.pdf>.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos Cebrap*, nº 76, nov. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300002>.

SALLUM JUNIOR, Brasília. Transição política e crise de estado. *Lua Nova [on-line]*. 1994, n. 32, p. 133-167. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451994001000008>>.

(Acesso em: 15 abr. 2013)

CAPÍTULO 15 | TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA CIÊNCIA POLÍTICA

Quais são os desenvolvimentos mais recentes da Ciência Política internacional? Dada a variedade dos temas, não é possível apresentar aqui uma pesquisa exaustiva desses desenvolvimentos. Podemos, entretanto, transmitir aos alunos alguns dos principais debates em andamento e seus resultados provisórios. Não é preciso dizer que as conclusões dos estudos abordados não são definitivas, já que sua discussão pela comunidade acadêmica ainda está em andamento.

1. Uma nova visão do poder

Instigantes e inovadoras, as ideias de Michel Foucault sobre o poder são objeto aqui de uma rápida exposição. Evitou-se conscientemente sobrecarregar o aluno com conceitos. Chamamos a atenção para três pontos que consideramos fundamentais:

1) Foucault abriu novas oportunidades de pesquisa para a Ciência Política, como o estudo de relações de poder em prisões, hospitais e escolas, e a relação entre o poder e o conhecimento científico;

2) para Foucault, o poder na sociedade moderna é exercido de maneira mais sutil e mais complexa do que nas sociedades tradicionais. Na sociedade moderna o poder está presente (poder-se-ia dizer que é onipresente) em toda uma rede de instituições, saberes, e técnicas de disciplina e administração. Um exemplo disso é a transformação das técnicas de punição aos criminosos, cuja ênfase na punição corporal foi substituída pela prisão moderna, na qual diversos saberes acadêmicos colaboram para administrar, vigiar, punir, disciplinar e tentar reeducar o preso;

3) mesmo em áreas onde a modernidade abre maiores espaços para a prática da liberdade, como no campo da sexualidade, Foucault chama atenção para o fato de que ali também há saberes e práticas administrando o corpo, exigindo que ele se adeque a certos padrões de beleza, higiene e saúde.

A regulação do corpo, citada por Foucault como exemplo do biopoder, pode ser vista de muitas maneiras em nossa sociedade. Em geral, a adolescência é um período da vida em que estamos verdadeiramente suscetíveis a tais regulações. Partindo da reflexão do **Você já pensou nisto?** (p. 284), você poderá desenvolver um trabalho com seus alunos sobre coisas que eles acham certo e errado que pessoas façam com o próprio corpo e refletir sobre a aderência deles a certas normas e padrões. É importante notar, com eles, que algumas formas de usar e transformar o próprio corpo são mais aceitas ou mais condenadas se realizadas por mulheres, por pessoas pobres, etc. Há regulações que se articulam com a opressão simbólica das minorias. Esse tema pode gerar um debate importante em sala de aula. O caso da Marcha das Vadias, por exemplo, pode ser trazido como exemplo para explicar de que maneira a incidência de estupros em nossa sociedade é usada como forma de poder e controle sobre o corpo das mulheres.

2. Classe social e voto

Que fatores levam as pessoas a votar dessa ou daquela maneira? É sempre importante mostrar que esses fatores não determinam com certeza em quem cada um vai votar: assim, por exemplo, muitas pessoas votam de maneira diferente da maioria das outras pessoas de sua classe social. Os estudos aqui abordados mostram fatores (como classe social, ou adesão a valores pós-materialistas) que influenciam a probabilidade de pessoas diferentes votarem em um ou em outro candidato.

Um desses estudos revela que a influência da classe social a que as pessoas pertencem tem declinado nos países desenvolvidos. Muitos autores argumentam que isso se deve a transformações recentes na economia, como a mecanização da produção. Essas mudanças diminuíram o tamanho da classe operária tradicional – que trabalhava em fábricas, etc., e era a grande base de apoio dos partidos de esquerda.

Esse efeito tem sido mais forte onde os partidos moderaram muito seus discursos, isto é, onde a diferença entre os partidos se tornou menor. Com a diminuição do tamanho da classe operária, os partidos de esquerda precisaram mudar sua orientação, com o objetivo de obter mais votos entre outras classes sociais. Dessa forma, distanciaram-se de algumas ideias que interessavam aos eleitores operários.

Isto é, ao mesmo tempo que as transformações da economia tornavam a estrutura de classes mais complexa, os partidos de esquerda moderaram seu discurso, e a lealdade da classe operária a esses partidos diminuiu.

Não sabemos se essas tendências vão continuar, ou se o voto de classe pode voltar a se tornar tão importante quanto já foi. Também é fundamental deixar claro que, mesmo com as tendências recentes, a classe social a que a pessoa pertence ainda influencia de maneira importante a maneira pela qual ela vota.

3. Os valores pós-materialistas

Passamos agora a estudar as ideias de Ronald Inglehart sobre a mudança cultural ocorrida nos países desenvolvidos nas últimas décadas. Sua premissa básica é relativamente simples: quando um país é pobre, a população vive sujeita ao risco real de cair na miséria ou passar fome. Diante disso, sua principal preocupação é evitar esse risco. Porém, quando o país se desenvolve, o perigo de cair na miséria diminui muito (em parte por causa do crescimento econômico, em parte devido a políticas sociais de proteção aos desempregados). Nessa nova situação, as pessoas começam a se preocupar mais com questões pós-materialistas (isto é, menos ligadas ao interesse econômico imediato), relacionadas à qualidade de vida e às liberdades individuais: questões ambientais, defesa da liberdade de orientação sexual, igualdade de gênero, etc.

As mesmas ressalvas discutidas na seção anterior se aplicam aqui: não sabemos se a tendência de importância crescente dos valores pós-materialistas vai continuar a se fortalecer ou se vai ser revertida. Também é preciso destacar que fatores econômicos continuam a ter influência decisiva nas eleições.

Um ponto fundamental a ser enfatizado é que muitas pessoas que se preocupam com questões pós-materialistas não precisam esperar o desenvolvimento econômico para defenderem suas ideias (isso é um mal-entendido possível). O que Inglehart afirma é que, com o crescimento econômico, a possibilidade de elas conquistarem mais simpatizantes para suas causas torna-se maior.

Quais são as discussões pós-materialistas mais recorrentes hoje? Partindo dos debates da seção **Você já pensou nisto?** (p. 288), peça aos estudantes para que façam uma breve pesquisa em jornais, revistas e portais de notícias na internet, refletindo sobre os temas mais disputados atualmente na política. O *site* Vote na Web (<www.votenaweb.com.br>) pode ser útil, pois traz diversos projetos de lei, polêmicos ou não, e pergunta se as pessoas concordam com o projeto. É possível se inspirar ali, mas também discutir as reações das pessoas a certos projetos, nas caixas de comentários. Caso seja interessante para a dinâmica de suas turmas, vocês podem eleger um dos temas e promover um debate sobre um projeto de lei. Uma parte da turma ficará encarregada de defendê-lo, munindo-se de argumentos, informação e pesquisa, enquanto a outra ficará encarregada de atacá-lo, fazendo o mesmo.

4. A nova filosofia política

Temos nesta seção um rápido panorama da filosofia política atual. Nosso objetivo ao introduzi-lo aqui foi dar uma ideia das teorias, concepções e problemas que influenciam as atuais pesquisas, assim como o contratualismo clássico, por exemplo, influenciou as pesquisas em outros momentos. Escolhemos para nossa exposição dois grandes filósofos contemporâneos, John Rawls e Robert Nozick, por sua importância e por representarem tendências políticas opostas.

Rawls pode ser explicado em duas partes. Na primeira, ele define a “posição originária”, situação em que todos os integrantes da sociedade se reúnem para decidir sobre a distribuição de bens e direitos. Se quisermos conhecer quais são as regras mais justas para determinar a distribuição de bens e direitos na sociedade, diz Rawls, devemos nos perguntar: se tivéssemos que optar por essas regras sem saber que lugar ocuparíamos na sociedade, quais delas escolheríamos?

Assim, se tivéssemos que escolher que regras determinariam a distribuição de bens econômicos, quais escolheríamos caso não soubéssemos se seríamos ricos ou pobres? Se quiséssemos estabelecer os direitos das minorias e não soubéssemos se pertenceríamos ou não a uma delas, por que regras optaríamos? Uma das possibilidades mais interessantes dessa discussão é incentivar os alunos a pensarem um pouco mais como se estivessem na posição originária de Rawls.

A segunda parte é a discussão de quais seriam, para Rawls, os princípios escolhidos pelas pessoas na posição originária. Seriam os seguintes:

1) todas as pessoas teriam direito ao conjunto de direitos que podem ser exercidos por todos igualmente, isto é, cujo exercício por uma pessoa não prejudica em nada seu exercício por outra. Por exemplo, meu direito de defender minhas opiniões, ou de ter minha religião, não prejudica seu direito de defender suas opiniões, ou de ter sua religião;

2) as desigualdades só seriam aceitas se satisfizessem duas condições:

a) as posições que oferecessem maior remuneração e prestígio deveriam estar abertas a todos, independentemente de raça, gênero, religião, orientação sexual, etc.;

b) a desigualdade deveria importar em maiores benefícios para os mais pobres.

A teoria de Nozick pode ser enunciada de maneira mais simples: o importante não é a distribuição de renda, mas saber se ela é resultado do exercício dos direitos pelas pessoas. Somos todos proprietários de nós mesmos, e, portanto, de nosso trabalho, e, portanto, dos frutos de nosso trabalho. Se uma distribuição de renda for muito desigual, mas resultar do livre intercâmbio dos frutos do trabalho das pessoas, nada haverá de errado com ela.

O exemplo do atleta, aqui representado pelo jogador de futebol Neymar (Nozick utilizou o jogador de basquete Will Chamberlain, ídolo nos anos 1970), pode ajudar bastante o aluno a entender a filosofia da Nozick.

Uma boa forma de aprofundar esse tema seria dividir a classe em dois grupos e promover um debate entre eles. Um dos grupos defenderia a teoria de John Rawls; o outro, a de Nozick.

5. Instituições políticas e desenvolvimento econômico

É sempre importante lembrar ao aluno que a divisão entre as Ciências Sociais (e entre as ciências em geral) não é absoluta, e que o diálogo interdisciplinar tem produzido ótimos resultados. A Ciência Política, por exemplo, dialoga o tempo todo com a História, a Sociologia e a Filosofia Política. Nesta seção, o diálogo é entre Ciência Política e Economia.

Com a palavra, portanto, dois economistas: Daron Acemoglu e James Robinson. A ideia fundamental dessa dupla é que instituições inclusivas, que abrem espaço para mais pessoas participarem em pé de igualdade tanto da economia quanto do Estado, favorecem o desenvolvimento econômico.

Para crescer, as economias modernas dependem de inovação e concorrência. A probabilidade de que essas duas condições se verifiquem ao mesmo tempo cresce à medida que aumenta o número de pessoas diferentes dispostas a investir seu capital em novos produtos e novas técnicas de produção. Logo, instituições econômicas inclusivas favorecem o desenvolvimento econômico. Entretanto, dificilmente a competição será livre e justa se o Estado for controlado por um pequeno grupo, ou por um ditador. Nesse caso, é provável que quem controla o Estado aproveite seu poder político para se apropriar de uma parte desproporcional da riqueza da sociedade. A democracia, forma de governo na qual mais gente pode participar das decisões políticas, torna isso mais difícil. Portanto, instituições políticas mais inclusivas favorecem o desenvolvimento econômico.

O contrário das instituições inclusivas são as instituições extrativas, que extraem a riqueza da sociedade para beneficiar as elites. Pode haver crescimento sob instituições extrativas, mas ele dificilmente se manterá por muito tempo, porque as instituições extrativas não favorecem a inovação e a livre competição.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revedo

1. Nas sociedades tradicionais, prevalece o castigo corporal como punição. Nas sociedades modernas, prevalece a prisão e formas de administrar, disciplinar e reeducar o preso, baseadas em diferentes formas de saber técnico.
2. Por um lado, as mudanças na produção industrial diminuíram o tamanho da classe operária tradicional, forçando os partidos de esquerda a procurarem eleitores em outras classes sociais. Por outro lado, à medida que os partidos de esquerda moderaram seu discurso para atrair eleitores de outras classes sociais, a fidelidade da classe trabalhadora a esses partidos também diminuiu.
3. Porque, enquanto as pessoas viverem sob o risco de cair na miséria ou experimentar a fome, é provável que deem prioridade a evitar esse risco. Porém, quando ele diminui, é provável que elas passem a se preocupar mais com questões ligadas à qualidade de vida e à liberdade individual, como os valores pós-materialistas.

4. Em primeiro lugar, as posições mais privilegiadas da sociedade devem estar abertas a todos, sem discriminação por razões de raça, religião, orientação sexual, etc. Em segundo lugar, um aumento de desigualdade deve sempre implicar melhoria na situação dos menos favorecidos.

5. O desenvolvimento econômico depende de uma economia dinâmica, na qual haja inovação e livre competição. Ou seja, ele ocorre quando aumenta o número de pessoas diferentes dispostas a investir seu capital em novos produtos e novas técnicas de produção. Dificilmente isso acontecerá se o Estado estiver sob controle de uma pequena minoria. Nesse caso, é provável que essa minoria use o Estado para se apropriar da riqueza da sociedade, o que é ruim para o desenvolvimento no longo prazo.

Interagindo

A ideia central da canção é que as pessoas desejam não apenas sua sobrevivência material (“comida”, “dinheiro”), mas também condições para uma vida de boa qualidade, como o acesso à cultura e ao lazer (“Diversão e arte”, “balé”), liberdade para viver sua sexualidade (“fazer amor”) e condições para a realização pessoal (“felicidade”). Ela ilustra, portanto, a ideia de que, com o progresso econômico, as pessoas passam a dar mais peso à qualidade de vida e à liberdade pessoal.

Contraponto

Há, naturalmente, mais de uma resposta certa. Se o aluno concordar com a tese, pode argumentar, entre outras coisas, que o crescimento da desigualdade criaria nos mais pobres a sensação de que os ricos não estão preocupados com o destino dos menos favorecidos; ou poderia criar entre os ricos a sensação de fazer parte de uma elite que não inclui os mais pobres. Nas duas situações, a cooperação e o acordo razoável entre as classes se tornaria menos provável, e, caso fosse necessário, demonstrar união nacional durante uma crise (uma guerra, uma crise econômica, uma catástrofe natural), a solidariedade entre os integrantes da sociedade talvez fosse menor do que seria se a desigualdade fosse mais baixa.

Se o aluno discordar, pode argumentar que tanto os ricos quanto os pobres concordam com as regras do jogo e devem aceitar seu resultado, mesmo que desfavorável à maioria; ou que a desigualdade pode ser compensada se a mobilidade social for alta, o que faria com que quem sobe hoje pode descer amanhã, e vice-versa, caso em que pobres e ricos sempre teriam em mente a possibilidade de amanhã estar no lugar do outro. Nessas circunstâncias, talvez o sentimento de pertencer a uma mesma sociedade não fosse tão enfraquecido.

SUGESTÕES DE LEITURA

ACEMOGLU, Daron. Nenhum país está condenado a ser pobre para sempre. Entrevista à revista *Época* de 30.3.2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Mundo/noticia/2012/03/daron-acemoglu-nenhum-pais-esta-condenado-ser-pobre-para-sempre.html>>.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a Teoria do Poder. *Tempo Social*, 7 (1-2): 105-110, out. 1995.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. Voto e Classe: notas sobre alguns estudos recentes. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200007>>.

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. *Lua Nova*, São Paulo, n. 25, abr. 1992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000100003>>.

RIBEIRO, Ednaldo. A consistência das medidas de pós-materialismo: testando a validade dos índices propostos por R. Inglehart no contexto brasileiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, ago. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922007000200006>>.

(Acesso em: 5 abr. 2013)

CONCLUINDO 3

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Capítulo 11

1. a) Por vários motivos, por exemplo: mesmo que haja entre nós quem entenda muito mais sobre uma determinada questão, isso não quer dizer que entenda mais sobre todas. Mesmo que alguém saiba mais que todos nós, nada garante que, se lhe dermos poder absoluto, ele vai governar de acordo com seu saber, e não de acordo com seu interesse. E, finalmente, sobre muitos dos assuntos políticos mais importantes, ninguém é tão mais sábio assim que os outros.
 - b) Porque a igualdade política exige que todos tentem ser igualmente bem informados sobre as decisões que precisam ser tomadas. Se isso não acontecer, vamos acabar perdendo poder para pessoas que se informam mais do que nós, e que talvez governem segundo seus próprios interesses, e não segundo os nossos. Além do mais, se estivermos mal-informados, diminui as chances de que nossa decisão conjunta seja a melhor possível.
 - c) A charge mostra pessoas que recusam a atividade política, em desacordo com o que se espera de uma cidadania ativa. Elas, entretanto, não deixam de ser governadas ou “feitas de palhaças”: só deixam de saber quem está governando, quem está “lá tocando”, e como é determinado o governo de suas vidas.
2. a) A ideia de que devemos compreender a política como ela é, e não apenas como gostaríamos que ela fosse. Somente quando aceitarmos que não apenas a política, mas também o mundo, é imperfeito, seremos capazes de pensar em soluções possíveis.
 - b) Não. O herói de Weber é justamente o homem ou a mulher que são capazes de compreender o mundo com todos os seus defeitos e continuar tendo coragem para lutar por suas ideias e seus projetos.
3. a) A dominação de Antônio Conselheiro parece ser uma mistura de dominação carismática (a crença nas qualidades extraordinárias do líder) e dominação tradicional (a autoridade como defensora das tradições).
 - b) As tropas do governo se pretendiam defensoras da dominação racional-legal, onde o que vale é a lei. Entretanto, quando levamos em consideração, por exemplo, o fato de que as eleições da Primeira República eram amplamente fraudadas (isto é, realizadas com completo desprezo pela lei), vemos que o Estado brasileiro não estava organizado de acordo com esses princípios.
 - c) Sim, uma vez que a República, ao mesmo tempo que desafiava valores tradicionais, se mostrava incapaz de se legitimar como regime político moderno.

Capítulo 12

1. a) Entre os exemplos de problemas de saúde global estariam as epidemias globais. O progresso dos meios de transporte faz com que as pessoas possam se deslocar com muito mais facilidade e velocidade muito maior entre diferentes regiões e países. Se essas pessoas estiverem carregando dentro de si micro-organismos causadores de doenças, essas doenças rapidamente espalhar-se-ão pelo mundo. Quando surge uma epidemia global, a Organização Mundial de Saúde procura organizar a reação dos diferentes países.
 - b) Respostas pessoais.
 - c) Um dos fatores propulsores da globalização é a enorme ampliação das possibilidades de viajar pelo globo. Uma das consequências dessa maior mobilidade é que pessoas infectadas com doenças altamente contagiosas podem levar consigo o risco de infecção para onde forem.
2. Por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a Al Qaeda faz guerra sem ser um Estado (é o que Nye Jr. chamou de “privatização da guerra”). Em segundo lugar, porque a Al Qaeda não reconhece a autoridade de cada Estado em seu território: tem como objetivo eliminar a pluralidade dos Estados e instituir um governo mundial de caráter religioso.
3. a) Uma vez que o Estado não consegue mais controlar a economia dentro de seu território, deixa de ser tão importante fazer parte de um Estado grande e que, até outro dia, era capaz de administrar a economia do país. Nesse caso, alguns povos podem preferir formar Estados menores, que são também incapazes de administrar a economia (são menos capazes ainda, na verdade), mas que talvez reflitam melhor suas características culturais, seus problemas regionais, etc.
 - b) O separatismo do século XIX era causado, entre outras coisas, pela pequena integração entre as diversas partes do território nacional. Por contraste, o separatismo na era da globalização se dá porque a integração entre os territórios dos diversos países avançou tanto que enfraqueceu a possibilidade de seu controle pelos Estados Nacionais.

Capítulo 13

1. Há várias respostas possíveis. Se o aluno escolher Weber, deve justificar sua resposta usando material do capítulo anterior, enfatizando a necessidade de se abraçar a ética da responsabilidade, de pensar sobretudo nas consequências das decisões políticas para a vida dos governados, mais até do que nos valores individuais do governante. Se o aluno escolher Tocqueville, pode usar como justificativa o que estudou sobre o trabalho de Putnam, sobre os benefícios da participação cívica, o reforço da confiança e do capital social, e as várias consequências positivas do capital social (referentes à criminalidade, sonegação de impostos, etc.). Se escolher os dois (o que seria uma resposta bem mais difícil, e isso deve ser levado em conta na correção), deve combinar os dois argumentos de alguma forma, por exemplo: dizendo que maior participação política dos cidadãos significa maior vigilância sobre os líderes, que então terão maior probabilidade de se comportar responsabilmente.
2. Se o aluno concordar que a internet pode causar essa diminuição da participação cívica, pode argumentar, por exemplo, que as pessoas na internet passam a maior parte do tempo procurando coisas que lhes interessam individualmente, consumindo vídeos e jogos, por exemplo, e mantendo relacionamentos superficiais em salas de *chat* e redes sociais, ao invés de dar atenção aos amigos e familiares de seu mundo social concreto. Se o aluno discordar da tese de que a internet causa o declínio da participação cívica, pode argumentar que, na verdade, outras formas de participação cívica surgem com a internet, desde as redes sociais (onde talvez, na opinião dos alunos, os relacionamentos não sejam tão superficiais quanto se pensa) até as possibilidades de se organizar politicamente através da internet (ciberativismo, etc.).
3. A reportagem mostra que os imigrantes haitianos não podem reivindicar os direitos trabalhistas de que dispõem os trabalhadores brasileiros porque não são reconhecidos como cidadãos possuidores de direitos. Dessa forma, a falta de reconhecimento impossibilita a participação na redistribuição tornada possível pelos direitos sociais e trabalhistas.

Capítulo 14

1. Percebemos que, após uma grave crise nos anos 1980, em que a inflação subiu muito, os governos democráticos brasileiros conseguiram reduzir bastante a inflação a partir do meio da década de 1990 (governo Fernando Henrique Cardoso), e fizeram progressos importantes na diminuição da desigualdade nos anos 2000 (governo Luís Inácio Lula da Silva). Como notou bem Amartya Sen, foi pelo exercício da democracia que os governantes brasileiros foram aos poucos se adaptando à necessidade de responder aos problemas nacionais (sob pena de não serem eleitos se não o fizessem).
2. Espera-se que o aluno faça o seguinte encadeamento: em sociedades como a escravista brasileira, as elites não reconhecem os oprimidos como parte do

povo, e não manifestam interesse em sua educação. Portanto, a herança colonial escravista pode ter influenciado o pouco investimento em educação que caracterizou nossa história. Uma vez que, como argumentou Gunter Axt, a educação é fundamental para o desenvolvimento da democracia, temos aí um exemplo de como a escravidão, ao formar uma elite com pouco interesse na educação popular, prejudicou o desenvolvimento de longo prazo da democracia no Brasil.

3. Os escravos libertos não receberam nem terra nem educação, os dois recursos que teriam tornado possível sua plena incorporação à sociedade da época como cidadãos.

Capítulo 15

1. a) A grande desigualdade social brasileira tem como consequência que pessoas de diferentes classes sociais têm riscos muito diferentes de cair na miséria ou de passar fome. Assim, é possível que, no Brasil, haja um descompasso entre a adesão rápida a valores pós-materialistas nas classes média e alta e uma adesão mais lenta entre os mais pobres, para quem a segurança econômica deve permanecer a principal preocupação. É possível, inclusive, que haja conflitos entre os dois setores em função dessa diferença de valores.
b) A charge mostra a sobreposição de problemas ambientais e sociais, que é especialmente aguda em países como o Brasil, onde os problemas ambientais começam a ser enfrentados ao mesmo tempo em que grande parte da população ainda não conta com o nível de conforto material que, segundo Inglehart, lhe permitiria passar a se preocupar com questões de liberdade individual e qualidade de vida.
2. A teoria de Acemoglu e Robinson prevê que instituições mais inclusivas, em que mais pessoas têm a possibilidade de participar em pé de igualdade tanto da vida econômica quanto da vida política, produzem mais desenvolvimento econômico. A introdução das urnas eletrônicas fez com que mais brasileiros pudessem, efetivamente, participar da vida política. Como resultado, os políticos tiveram interesse em atender seus interesses, promovendo políticas que os beneficiaram diretamente e, uma vez que uma população mais saudável é algo benéfico para o desenvolvimento, favoreceram o desenvolvimento econômico.

TEXTO COMPLEMENTAR

O que aprendi com mulheres muçulmanas

Era o ano de 2005. Aos dezoito anos, eu partia para minha primeira viagem internacional. O destino era Hamamet, uma cidade no litoral da Tunísia, para onde estava indo como parte da delegação brasileira de jovens de um evento. A primeira dúvida foi se eu, como estrangeira, deveria usar véu ou alguma vestimenta muçulma-

na nas ruas. Imaginei as mulheres de niqab e burca na praia (as vestimentas que mais cobrem o corpo). Na minha cabeça, Tunísia, Afeganistão e qualquer país muçulmano tinham culturas e regras parecidas, sendo árabes ou não.

Pesquisei e descobri que a Tunísia é considerada um dos países muçulmanos mais “ocidentalizados” em relação a sua cultura. Eu não precisaria usar nenhum véu no calor de 40 °C, e apenas uma parte pequena da população feminina de fato usava niqabs ou burcas. Fiquei mais tranquila.

Chegando lá, o calor era extremo. Os tais quarenta graus referiam-se à sombra. E eu me peguei num incômodo enorme em relação às jovens mulheres que conheci. Todas elas, embora não usassem nem mesmo hijabs (o véu que cobre apenas o cabelo), vestiam saias longas, com calças compridas por baixo, sapatos fechados com meia, e blusas de mangas compridas. Meu espírito feminista não se conformava. Como era possível alguém sentir-se mais confortável daquela forma, naquele clima, do que como eu estava, de shorts, camiseta e chinelos? Desconfiei que aquelas jovens que eu conhecia eram obrigadas ou pressionadas a usarem as tais roupas por alguém ou alguma instituição. Perguntei. Não. Elas podiam escolher se usavam aquelas roupas ou roupas “ocidentais”, mais abertas. Tampouco eram ortodoxas, “radicais”. Nada disso. Enfim, num momento mais discreto, perguntei a uma delas se ela não sentia calor, se não preferia usar roupas mais frescas. O diálogo que se seguiu foi um dos maiores aprendizados da minha vida.

“Sim, tenho calor. Roupas frescas poderiam até ser uma boa”, disse ela. E perguntou se eu me depilava. Respondi que sim, que é esse o costume em meu país. “Se não me depilar, vou me sentir estranha, suja; não vou me sentir atraente”, falei. Então ela disse: “Exato. É exatamente assim que me sinto em relação a essas roupas.”

Meu queixo caiu. Esse curto diálogo me mostrou o quanto eu estava sendo arrogante ao considerar que a minha opção era necessariamente mais livre e mais esclarecida do que aquela feita pelas muçulmanas (mais tarde, essa lição me ajudaria também a entender as cristãs e judias ortodoxas). De quebra, me ajudou a ver que mesmo as minhas escolhas não eram assim tão livres e esclarecidas quanto eu imaginava. Nenhuma escolha é.

Preconceitos repetidos

Em outros eventos internacionais e, mais tarde, visitando também a Turquia, tive a oportunidade de conviver com várias outras mulheres muçulmanas. Çigdem, Aïda, Renata, Amália, Grim, Zarnigar. Escutar o que elas têm a dizer foi a segunda lição.

Escutando, pude perceber uma série de preconceitos que, sem notar, sustentamos e reproduzimos sobre sua existência. Para começar, os países muçulmanos não são homogêneos; eles têm regras e legislações muito diferentes entre si. Diferentemente da Tunísia, que é mais tranquila nesse sentido, no Afeganistão, sob o regime Talibã, ou no Irã, sob a ditadura, há códigos de vestimenta estritos para mulheres, que devem usar a burca, no primeiro país, e cobrir-se no mínimo com hijab, no segundo. Nesses países, também os homens preci-

sam vestir trajes específicos – e até turbantes, dependendo de sua posição social –, além de deixar as barbas longas.

Com nomes que bem poderiam ser brasileiros, Renata Fauzia e Amália Izzati nasceram na Indonésia, país com a maior população muçulmana do mundo, ultrapassando os 200 milhões. Renata, que é urbanista, mora na Coreia do Sul, onde faz pós-graduação. Amália hoje mora em Oslo, Noruega, onde cursa uma pós-graduação em Direito da Tecnologia da Informação. Renata usa o véu, mais especificamente o al-amira. “Eu uso o véu pois é obrigatório que as mulheres muçulmanas cubram toda sua pele, exceto o rosto e as mãos, em público. A ideia é nos protegermos do assédio sexual masculino”, conta. Amália, apesar de ter uma formação ortodoxa, assim como Renata, não usa o véu. “Eu sei que deveria usar o véu, em tese, e cobrir minha cabeça e meu corpo, mas uma parte do meu coração simplesmente não conseguia aceitar algo que eu não queria fazer”, diz.

A jornalista Grim Shady, que vive em Dhakha, Bangladesh, seu país natal, usa um khimar diariamente. Seus argumentos para usá-lo não são nada tradicionais. “Me cobrir é muito libertador no louco mundo da moda de hoje. No fim das contas, a moda é um negócio. As mulheres são o alvo dessa indústria, que quer fazê-las comprar mais e mais roupas, sapatos, bolsas, maquiagens, acessórios. Se você consegue sair desse esquema, não sente mais o fardo. É muito libertador pra mim não ter de me preocupar se meu cabelo está bonito, se estou na moda da estação. Tenho meu próprio jeito de ficar bonita. Minha autoconfiança é suficiente pra me sentir completa como ser humano”, afirma.

Çigdem Şeftalioğlu, que nasceu e vive em Istambul depois de ter feito pós-graduação em Administração na Itália, resume estas diferenças. “Há duas interpretações do Islã sobre isso: uma diz que se você acredita no Islã, deve usar o véu. A outra diz que é uma escolha inteiramente sua”, diz. “A minha interpretação é de que se trata de uma questão essencialmente política. Em alguns países as mulheres usam o véu porque são obrigadas por lei. Na Turquia, é uma decisão pessoal. Por isso aqui vemos muitas mulheres tanto com, quanto sem o véu.” Çigdem é uma muçulmana não praticante, assim como no Brasil conhecemos católicos não praticantes. Isso significa que a pessoa tem uma formação com base religiosa, mas não pratica a religião e seus rituais, como o uso do véu ou o jejum no Ramadã.

Jejum e sexo

Jejuar no Ramadã também é uma prática com diferentes interpretações. As indonésias Renata e Amália fazem jejum, e enxergam um sentido nesta prática. “É uma prática que estimula o autocontrole”, diz Renata. Aïda Merabet, que é algeriana e terminou seu MBA em Administração recentemente, escolhe a cada Ramadã se vai jejuar ou não. Ela também não usa o véu nem nenhuma vestimenta ortodoxa, mas se considera uma muçulmana praticante. “O jejum tem um propósito, e eu acho que posso avaliar se preciso desta experiência a cada Ramadã, ao invés de simplesmente jejuar por hábito”, conta. Çigdem simplesmente não jejuar. Já Zarnigar Khwaja, estudante paquistanesa da Harvard School of Business e muçulmana não praticante, como Çigdem,

gosta da prática do jejum. “Gostaria de jejuar mais. É uma ótima prática de autocontrole e para aprender a lidar com nossos desejos materiais. O motivo pelo qual não o faço é pessoal, uma escolha, mas sei que não necessariamente é a melhor para o desenvolvimento do meu caráter”, diz.

O único ponto em que todas parecem concordar é o sexo. “A virgindade é algo importante para a comunidade muçulmana”, diz Çigdem. Grim explica o sentido dessa importância: “para as mulheres muçulmanas, o corpo não é a primeira coisa em jogo quando buscamos um companheiro. A personalidade é mais importante para encontrarmos um parceiro para a vida.” Renata conta ainda que, para as mulheres de culturas mais ortodoxas, mesmo namoros, beijos e outros tipos de contato físico estão proibidos antes do casamento: “A maioria das minhas amigas ortodoxas se casam sem namorar; minha vida amorosa, pelo contrário, é muito parecida com a de uma mulher não muçulmana, exceto pela falta de atividade sexual”, diz. Estas são apenas algumas mulheres muçulmanas, claro, e pode haver outras que discordem disso.

Aos poucos, convivendo com estas mulheres, descobri que o Islã é como qualquer outra religião. Sua prática depende de interpretações subjetivas, que estão ligadas a outros aspectos de diferentes culturas ao redor do mundo. Ser muçulmana significa coisas diferentes para cada uma delas, em termos de suas práticas cotidianas e, claro, nos termos da legislação do país onde vivem. “Infelizmente quando se fala em ‘mulher muçulmana’ os ocidentais imediatamente imaginam uma mulher afegã usando a burca. Recomendo que olhem as imagens das mulheres afegãs que viviam há 50 ou 60 anos atrás. Elas eram exatamente como as ocidentais e já eram muçulmanas naquela época.

Elas usam a burca agora porque vivem sob o regime Talibã, que é extremista. Não é um problema do Islã, da religião muçulmana, mas do extremismo de alguns grupos”, reflete Çigdem.

Fonte: MOSCHKOVICH, Marília. O que aprendi com mulheres muçulmanas. *Vida Simples*, São Paulo: Abril, fev. 2013. p. 54-59.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Assista ao filme *Tudo pelo poder* (Estados Unidos, 2011). Direção: George Clooney (veja indicação e sinopse do filme no capítulo 11, página 225). Você acha que o personagem interpretado pelo ator Ryan Gosling tem a vocação para a política descrita por Weber (veja a questão 2 do *Concluindo*, p. 301) ou ele é apenas um oportunista? Ou os dois aspectos estão representados nas ações do personagem?

Sugestão de resposta: Não há resposta única. Se o aluno quiser defender o protagonista, pode argumentar que ele continuava acreditando nas propostas do candidato, mesmo tendo descoberto que ele era uma pessoa ruim, e que não desistiu de implementar essas propostas mesmo depois de ter compreendido que

estava cercado de gente jogando sujo. Se o aluno quiser criticar o protagonista, pode argumentar que ele em vários momentos se comportou movido por vaidade, orgulho, e desejo de vingança, e não pelo interesse público. Na mesma linha, o aluno também pode argumentar que algumas coisas que o personagem faz são tão erradas que nenhum objetivo político poderia justificá-las.

2. Assista ao filme *Gandhi* (Reino Unido, 1982), dirigido por Richard Attenborough (veja sugestões de filme, p. 263). Depois de assistir ao filme, produza um texto, pensando em vários aspectos discutidos ao longo da Unidade 3: como Gandhi utiliza seu exemplo moral para inspirar as pessoas a se organizarem, como consegue isso sem recorrer à violência, e na importância de sua pregação (infelizmente, nem sempre ouvida) em favor de reconhecimento igual para as diversas religiões e culturas que compõem a sociedade indiana?

Sugestão de resposta: Essa atividade tem intenção de despertar uma reflexão presente no filme: é possível fazer uma revolução pacífica? Qual o poder dos movimentos sociais? Como se transforma uma situação de opressão como a que vivia a Índia? Portanto, o texto a ser produzido serve como um impulso para despertar uma reflexão sobre a importância dos movimentos sociais na transformação do mundo.

3. Preste atenção na seguinte análise da sociedade brasileira proposta pelo economista e ex-ministro Celso Furtado:

Nas sociedades em que a difusão da civilização industrial foi uma consequência de sua inserção no sistema de divisão internacional do trabalho – sociedades em que se configura o fenômeno da dependência – os efeitos sociais do processo acelerado de acumulação adquirem características próprias. Na etapa primário-exportadora, a acumulação do sistema produtivo é de pouca magnitude, o que significa que a grande maioria da população permanece no sistema tradicional de dominação social. A atividade política limita-se à luta pelo excedente, o qual se divide entre aqueles que exercem alguma tutela sobre a massa trabalhadora, mediante o controle do acesso à terra, e os que controlam os canais de comercialização e têm acesso direto aos centros metropolitanos de poder. Em tais situações, o desenvolvimento institucional não exigia grande criatividade [...].

FURTADO, Celso. Criatividade Cultural e Desenvolvimento Dependente. In: *Ensaios sobre Cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. p. 46.

Com base na descrição acima e nos conceitos elaborados por Acemoglu e Robinson, como você caracterizaria as instituições do Brasil no período que Furtado chama de “etapa primário-exportadora” (isto é, anterior à industrialização)? Explique sua resposta.

Sugestão de resposta: A descrição de Celso Furtado espelha claramente a definição de Acemoglu e Robinson de instituições extrativas, voltadas apenas para a extração de recursos em favor de uma pequena

elite. A política, por exemplo, se limita a disputas dentro da elite. Note que, para Furtado, uma sociedade assim “não exige grande criatividade”, ao contrário de uma sociedade industrial moderna, que exige cons-

tante inovação e dinamismo, só possíveis, segundo Acemoglu e Robinson, sob instituições que garantem a participação de cada vez mais cidadãos tanto na economia quanto na política.

4. Considere a tira a seguir.



RICARDO COIMBRA 2012

Levando em consideração essa tirinha, discuta a relação entre poder econômico e representação política na sua região. Você concorda com ela? Desenvolva uma pequena pesquisa para descobrir se os representantes políticos da sua região (deputados estaduais e federais) estão ligados a grandes grupos econômicos ou não.

Sugestão de resposta: A tirinha sugere que a capacidade que um cidadão tem de transformar a sua realidade é limitada pelo poder econômico. De fato, o poder econômico (grandes empreiteiras, bancos, grupos de mídia, etc.) têm mais capacidade de influenciar a realidade que um cidadão sozinho. No entanto, como vimos na Unidade 3, os movimentos sociais podem produzir transformações, ainda que em contraposição ao poder econômico. De certa forma, a tirinha induz a uma visão muito pessimista da política. A atividade de pesquisa sugerida permite que o aluno perceba claramente quais são os vínculos econômicos, sociais e políticos dos representantes legislativos de sua região. Isso possibilita uma reflexão crítica sobre o poder econômico, os movimentos sociais e a política na sua região.

Sugestão de filme para complementar a discussão: *O informante* (Estados Unidos, 1999). Direção: Michael Mann. O filme conta a história de um pesquisador que trabalhou na indústria de cigarros e resolveu denunciar as empresas produtoras de cigarro por esconderem informações sobre os males que o tabaco causa à saúde. O pesquisador tenta ir à imprensa contar sua história, mas esbarra em inúmeras dificuldades devido ao imenso poder econômico das empresas de cigarro, que exercem influência tanto sobre os políticos (que poderiam fazer leis para desincentivar o fumo) quanto sobre a própria mídia. É importante observar, entretanto, que em uma democracia desenvolvida há coisas que o poder econômico não pode fazer (como, por exemplo, matar o protagonista do filme, ou o jornalista que o ajuda a contar sua história).

Após muitos conflitos e dificuldades, a verdade vem à tona, e as empresas de tabaco são obrigadas a pagar grandes indenizações. Dessa forma, percebemos que, embora as diferenças de poder econômico introduzam grandes distorções na democracia moderna, elas não anulam completamente a possibilidade da ação política transformadora.

5. **Assista *Mauá, o Imperador e o Rei*, filme de 1999 dirigido por Sérgio Rezende (veja indicação e sinopse do filme no capítulo 14, página 281). Mauá sonha com a industrialização do Brasil, mas o tempo todo tem que se envolver com dificuldades políticas. Um tema recorrente do filme é a dificuldade de separar, no Brasil, a atividade econômica privada e o governo. Em que medida os problemas de Mauá podem ser atribuídos ao tipo de Estado que herdamos dos portugueses? Explique que tipo de Estado é esse, e indique trechos do filme que justifiquem sua resposta.**

Sugestão de resposta: O filme retrata o Estado patrimonialista brasileiro, em que não há distinção clara entre público e privado. O esforço de Mauá em se tornar um grande empresário privado esbarra na necessidade de agradar seus patronos políticos e evitar a ação de seus adversários, que, tanto uns quanto outros, não veem com bons olhos o enriquecimento que não seja compartilhado com o Estado. O próprio Mauá passa a depender de parcerias com o governo, e daí em diante sua sorte passa a depender das flutuações da vida política nacional. Há vários exemplos que refletem essa ideia no filme, desde a necessidade de perdoar uma dívida grande a pedido de um político influente até o pedido do governo para que Mauá emprestasse dinheiro para o governo do Uruguai.

6. **A presidente Dilma Rousseff é a primeira mulher a comandar o Estado brasileiro. Embora esse fato represente um grande avanço, a participação das mulheres na política ainda é muito pequena. Apenas uma pequena parte dos candidatos eleitos no Brasil**

são mulheres. A desproporção entre população feminina e candidatas eleitas é maior, por exemplo, que a diferença salarial entre mulheres e homens. E é muito maior que a diferença entre homens e mulheres na participação no mercado de trabalho.

Considerando essas informações, organizem uma pesquisa sobre a participação feminina na política em sua cidade. Há vereadoras mulheres? Há associações civis coordenadas por mulheres? Em caso afirmativo, procure saber quais são as dificuldades das mulheres na política local e quais as perspectivas. Se não há mulheres na política na sua região, tente entender por que isso acontece, conversando com mulheres que fazem parte de partidos políticos de sua cidade.

Sugestão de resposta: Essa atividade tem a intenção de despertar nos alunos um olhar crítico para o lugar da mulher na política brasileira, começando pela política local. A mera busca por representantes mulheres na Câmara ou em associações vai demonstrar como a participação ainda é pequena. Colher alguns depoimentos sobre a situação da mulher na política local pode ajudar os alunos a ter uma compreensão mais sofisticada do mundo da política ao seu redor.

7. *Persépolis* (França, 2012). Direção: Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud, foi inspirado nas histórias em quadrinho autobiográficas de Marjane Satrapi e conta a história de uma jovem crescendo no Irã, experimentando tanto a esperança de liberdade durante a revolução iraniana de 1979, quanto a decepção e a indignação à medida que o governo iraniano se torna cada vez mais opressivo, em especial com relação aos direitos da mulher. A protagonista passa a encontrar então, em seu cotidiano, formas de lutar contra a dominação que lhe é imposta. Nos países ocidentais, a exclusão da mulher da política pode se dar de maneiras muito mais sutis, mais disfarçadas, do que no Irã. Por exemplo, é possível que acreditemos em estereótipos que afirmam que as mulheres são fracas e indecisas, atributos que não queremos em um líder. É fácil perceber que essa imagem não corresponde à realidade, como prova a existência de grandes líderes políticas, tanto de direita (como a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher) quanto de esquerda (como a ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland). Mas também vale considerar a ideia expressa na imagem a seguir, com texto da escritora e poeta estadunidense Alice Duer Miller (1874-1942):

Why We Oppose Votes For Men

1.

Because man's place is in the army.

2.

Because no really manly man wants to settle any question otherwise than by fighting about it.

3.

Because if men should adopt peaceable methods women will no longer look up to them.

4.

Because men will lose their charm if they step out of their natural sphere and interest themselves in other matters than feats of arms, uniforms and drums.

5.

Because men are too emotional to vote. Their conduct at baseball games and political conventions shows this, while their innate tendency to appeal to force renders them particularly unfit for the task of government.

—Alice Duer Miller, 1915

Alice Duer Miller, the American novelist and poet, lived from 1874 to 1942.



Por que somos contra o voto masculino

1. Porque lugar de homem é no exército.
2. Porque nenhum homem que é macho de verdade aceita resolver qualquer questão se não for brigando.
3. Porque se os homens aceitarem adotar métodos pacíficos as mulheres não mais os admirarão.
4. Porque os homens perderão seu charme se saírem de sua esfera natural e se interessarem por outras coisas que não envolvam armas, uniformes e tambores.
5. Porque os homens são emocionais demais para votar. O comportamento deles quando assistem jogos de beisebol e convenções políticas mostra isso, enquanto que sua tendência inata a apelar para a força os torna particularmente inaptos para a tarefa de governar.

Você acha razoável o argumento (que é, naturalmente, apresentado ironicamente) de que os homens não têm lugar na política? Em que esse argumento é diferente da ideia de que as mulheres são fracas e indecisas? Afinal, essas ideias sobre como são homens e mulheres servem para alguma coisa na hora de escolher bons políticos?

Sugestão de resposta: Há várias respostas possíveis, mas espera-se que o aluno perceba que é problemático utilizar estereótipos de gênero na escolha das lideranças políticas; afinal, embora tanto as tarefas domésticas quanto a atividade militar sejam perfeita-

mente dignas, é tão injusto dizer que “lugar de mulher é na cozinha” quanto que “lugar de homem é no exército”, e não há porque acreditar que haverá melhores líderes entre os homens ou entre as mulheres.

8. Assista ao filme *O senhor das armas* (Estados Unidos, 2005). Direção: Andrew Niccol. Nesse filme, o personagem Yuri Orlov (inspirado em uma figura real, o traficante de armas russo Viktor Bout) se estabelece como o mais importante traficante de armas internacional. Através de sua história, vemos a organização de uma rede criminosa global. Os principais fregueses do protagonista são novos Estados

africanos, afetados por terríveis e violentíssimas guerras civis. Durante o filme, o protagonista é perseguido por um agente do governo norte-americano que quer levá-lo preso para os Estados Unidos. Em certo momento, percebemos que, na verdade, a rede criminoso faz parte do jogo da política internacional tradicional entre Estados. Em que momento isso fica claro?

Sugestão de resposta: Quando, após finalmente ser preso pelo agente de polícia, o protagonista é libertado por ordem superior. Nesse momento, ele explica que as armas que vende são frequentemente distribuídas por governos poderosos (inclusive os norte-americanos), que são os grandes produtores internacionais de armas.

9. **Assista *Diamantes de Sangue*, filme de 2007 dirigido por Robert Zwick (veja indicação e sinopse do filme, no capítulo 15, página 299). Antes da guerra civil retratada no filme, Serra Leoa foi governada por muitos anos por ditadores (e, antes disso, por colonizadores) que se limitaram a extrair a riqueza do país e explorar sua população de agricultores, sem promover reformas que favorecessem a participação da população seja na economia, seja na política do país. Ao final do filme, é difícil não ter a**

impressão de que, para a população de Serra Leoa, foi ruim que diamantes fossem descobertos em seu país; sem eles, talvez os vários grupos que destruíram o país buscando o controle da mineração não tivessem incentivo, ou dinheiro, para lutar. Mas talvez as coisas pudessem ter sido diferentes: em Botswana também há muitos diamantes, mas graças a acordos políticos entre as diferentes tribos, e da manutenção da democracia em Botswana, isso não causou uma guerra civil.

Observe, no filme, o comportamento do líder do exército rebelde. Você acha que ele planejava, caso conseguisse alcançar o poder, promover instituições inclusivas em Serra Leoa?

Sugestão de resposta: Claramente não. Há vários sinais disso. Em primeiro lugar, o extremo autoritarismo do líder rebelde, e o descaso com que trata seus soldados, muitos deles jovens e crianças recrutados à força. Isso não sugere uma grande preocupação com o bem-estar do povo de Serra Leoa. Temos a impressão de que a possibilidade de continuar explorando o trabalho dos mineradores e vendendo os diamantes para empresas multinacionais (isto é, a manutenção de instituições extrativas) era o projeto dos vários grupos que lutavam na Guerra Civil.

anotações

6. REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Seguem abaixo artigos sobre temas atuais e de interesse do professor.

Texto 1: A leitura nas Ciências Humanas

Angela B. Kleiman

Ph.D. em Linguística pela University of Illinois, EUA, desenvolve pesquisas sobre leitura e ensino. É professora titular colaboradora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Como todo professor que leciona uma disciplina cujo volume de leituras é muito elevado, você já deve ter se sentido frustrado alguma vez por seus alunos não conseguirem compreender sua matéria. O fato é que muitos deles não se interessam por ela porque têm grandes dificuldades para entender a informação no texto, conforme apontam os resultados de diversos testes de leitura.

A importância da leitura para a vida cotidiana e, sobretudo, para a vida na escola, espaço de aprendizagem e desenvolvimento intelectual por excelência, é inegável. Se o desinteresse de alguns alunos se deve ao fato de não terem consolidado seu hábito de ler, vale a pena o professor de História, Geografia, Filosofia ou Sociologia conhecer o que está envolvido no ensino da leitura e como essa capacidade pode ser desenvolvida, a fim de ajudar seu aluno. Lembremos que os professores de todas as disciplinas são também professores de leitura, pois são modelos de como ler os textos de sua área. Além disso, vale lembrar que é objetivo explícito nos currículos das disciplinas de Ciências Humanas o desenvolvimento de competências de leitura. No currículo de Filosofia, por exemplo, lemos, entre as habilidades visadas no 1º bimestre da 2ª série “desenvolver habilidades de leitura, escrita e planejamento investigativo para autonomia intelectual”¹⁰.

Apesar de toda sua importância, a leitura parece estar perdendo espaço na vida de um número expressivo de estudantes brasileiros, em parte por causa das novas mídias e novas tecnologias, em parte pelo acesso limitado que muitos alunos têm a livros, jornais, revistas e bibliotecas.

*Considerados esses fatos, e para poder planejar algum tipo de intervenção didática, é importante que os professores das disciplinas da área das Ciências Humanas conheçam as principais **competências de leitura** esperadas do aluno, que precisa ter acesso a textos em prosa sobre assuntos polêmicos, reflexivos, complexos e abstratos, como os textos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Entre essas competências, temos:*

a) **saber localizar informações explícitas:** *o professor de Ensino Médio não precisa se preocupar demais com esta competência, pois é a mais exercitada pelo professor, pelo livro didático e a mais básica de todas as competências; muitas vezes o aluno aparenta entender porque suas respostas exigem apenas que reconheça palavras semelhantes na pergunta e no texto, como no exemplo a seguir:*

Texto¹¹: “... o endeusamento de rótulos representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo”.

Pergunta: O que representa o endeusamento de rótulos?

Resposta: Representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo.

b) **inferir nas entrelinhas:** *é a capacidade menos visada, a julgar pelo número de perguntas que demandam inferência no livro didático, e a mais importante para a formação do leitor independente. A inferência é demonstrada quando o aluno consegue tirar conclusões e perceber intenções, e é praticada quando são feitas perguntas precedidas pelas palavras **como** e **por que**: “Por que, segundo o autor, o endeusamento de grifes representa uma vitória do capitalismo?”. A inferência também é praticada quando são feitas perguntas que demandam uma **opinião** baseada na leitura do texto: “Você concorda com a opinião do autor, de que o endeusamento de grifes representa uma vitória do capitalismo? Justifique”.*

c) **usar elementos não verbais, como gráficos, tabelas e figuras, para compreender o texto:** *hoje os textos são multimodais, ou seja, recorrem a mais de uma modalidade: além de fotos, mapas, gráficos, ilustrações, tabelas, esquemas, infográficos, há diversos elementos gráficos, como tipografia, diagramação, cor, tamanho das fontes. O uso de todos esses recursos tem uma função, um sentido, e, na maioria das vezes, torna a leitura mais dinâmica. O livro didático pode ter um papel essencial nesse entendimento e o professor pode explorar essa leitura no próprio material; por isso é importante dirigir o olhar do aluno para sua organização: capítulos, geralmente subdivididos em tópicos e subtópicos bem destacados por cores, tamanho das letras, posição na página, etc.*

d) **estabelecer relações e comparar dados:** *trata-se de uma das competências mais importantes na leitura crítica, geralmente pouco praticada em sala de aula,*

¹⁰ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 124. Disponível em: <www.redeosaber.sp.gov.br/portais/Portais/43/Files/CHST.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2013.

¹¹ SINGER, André. Ostentação. *Folha de S.Paulo*, 16 fev. 2013. p. 2.

que abrange saber distinguir causas de consequências e fatos de opiniões relativas a ele; reconhecer diferenças no tratamento dado ao mesmo tema em dois textos diferentes; tirar conclusões. Para desenvolver tal competência, o aluno deve ser capaz de perceber detalhes, como a seleção de vocabulário e os tipos de exemplos usados, e o professor pode ajudá-lo fazendo perguntas sobre esses aspectos.

- e) **identificar o tema de um texto expositivo ou informativo:** essa competência envolve também perceber as marcas que o autor e seus editores vão deixando nos títulos e subtítulos e na repetição de palavras, a fim de indicar que uma informação é mais importante do que outras, que é o tema ao qual as demais estão relacionadas. Chamar a atenção para o título e pedir hipóteses sobre o tema com base nele ou em uma ilustração são estratégias que podem ajudar o aluno nessa percepção. Por exemplo: há na primeira página do jornal uma chamada para o texto de opinião já mencionado, que se intitula “Autêntico, funk expõe vitória do capitalismo”. Logo em seguida, repete-se a frase sobre a vitória do capitalismo, citando – e portanto destacando – um trecho do texto de opinião: “Mas é mister observar que o endeusamento de rótulos representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo”. Quando finalmente se lê o trecho no texto original, escondido no penúltimo parágrafo, parte do tema já foi repetida três vezes.

Munidos desses conhecimentos, os alunos podem, de fato, ser orientados para a leitura de textos mais complexos das Ciências Humanas. Entretanto, para além desse saber, é importante destacar três princípios de caráter metodológico e didático, que devem ser levados em conta em relação à leitura:

1. Facilitação do texto

Todos nós evitamos fazer aquilo que é desagradável e procuramos fazer aquilo que nos dá prazer. Isso não é diferente quando se trata da leitura. Quando o aluno tem dificuldade para compreender a língua escrita, a atividade de leitura se torna desagradável. Dessa forma, se não existe alguém para orientá-lo, são poucos os que insistem nessa atividade, principalmente se não conhecem as vantagens e satisfações que a aprendizagem trará no futuro.

Acontece que, como em toda prática, quanto mais se lê, mas fácil vai ficando a atividade. O aluno que lê muito pouco desiste assim que encontra as primeiras dificuldades. Ou seja, quem mais precisa praticar é quem menos o faz; no entanto, o único meio de melhorar é pela prática. Mas, se os alunos não leem bem aquilo de que não gostam, leem bem o que gostam. A chave consiste, portanto, em fazer com que a leitura exigida pela escola se torne uma atividade menos penosa e mais prazerosa.

Tornar o contato com a leitura prazeroso exige a convivência contínua com professores que contagiem com seu entusiasmo por ela e com bibliotecários prestativos e generosos trabalhando em bibliotecas bem aparelhadas. Re-

quer também acesso a um grande acervo: livros, revistas, jornais, hipertextos, inclusive os gêneros menos valorizados, como resumos ou versões condensadas, divulgações em revistas para adolescentes, histórias em quadrinhos, revistas noticiosas; enfim, textos mais acessíveis, que despertem uma curiosidade inicial e o desejo de ler.

Embora os conteúdos a serem ensinados sejam importantes, o professor pode levar para a aula textos literários ou jornalísticos que têm ou tiveram papel importante no seu letramento e na sua formação. Pode levar textos dos quais ele mesmo gosta, para mostrar aos alunos seu gosto pela leitura, e deve demonstrar suas próprias estratégias de leitor, fazendo perguntas que requeiram pensar, modelando aquelas que ele próprio se faz antes de começar a ler e explicando para seus alunos o que foi que lhe agradou ou chamou a atenção.

2. Flexibilização do currículo

Em áreas que se caracterizam pela presença forte de conteúdos estruturadores e pelo objetivo de engajamento social e atuante no mundo globalizado atual, a flexibilização do currículo é viável.

Numa disciplina como a Geografia, por exemplo, se um determinado conceito, como o aprofundamento da noção de território brasileiro, esteja previsto para o terceiro bimestre da 2ª série do Ensino Médio¹², um acontecimento amplamente noticiado no primeiro bimestre que tem a ver com o território nacional deveria ser motivo para a alteração da ordem dos conteúdos ou para a substituição de um contexto de exemplificação por outro. Fatos que já são conhecidos dos alunos – seja qual for a mídia – tornam a aprendizagem dos conceitos abstratos mais fácil, porque o conhecimento prévio permite ancorar e estruturar o novo. Isso sem contar com as possibilidades de leituras interdisciplinares desses assuntos, o que também se constitui num elemento facilitador.

Quase diariamente há acontecimentos notáveis que requerem simplesmente que o professor passe a acreditar que os conceitos de sua matéria (densidade demográfica, por exemplo) e as práticas relevantes (como a leitura de mapas) possam ser ensinados – e, portanto, atingidos os objetivos do currículo – mesmo quando o foco no conteúdo determinado para esse período é momentaneamente mudado.

No início de 2013, por exemplo, a presença francesa no Mali e a queda de um meteoro na Rússia foram eventos que ocuparam as manchetes dos jornais: os textos jornalísticos poderiam servir tanto para a introdução de conceitos abstratos quanto para o exercício de habilidades consideradas importantes na disciplina, como desenvolver “a capacidade de associar padrões de desenvolvimento econômico e social às maneiras de realizar o controle preventivo de situações de risco naturais” ou “identificar elementos histórico-geográficos que expliquem o desencadeamento de conflitos étnico-culturais no mundo contemporâneo; ou a expansão do islamismo na África”¹³.

¹² SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 102. (3º bimestre, 1ª série do Ensino Médio).

¹³ Op. cit., p. 110 (2º bimestre, 3ª série do Ensino Médio).

Isso tudo é possível desde que a flexibilização do currículo passe a se constituir em um princípio didático valorizado.

Quando um acontecimento noticiado na mídia passa a ter um lugar central na aula, o aluno entra em contato, via leitura, com outras histórias que provavelmente terão muito mais chance de mudar sua forma de pensar sobre o próprio mundo e que ilustram muito melhor do que qualquer texto científico os conceitos de globalização e de transformação do espaço geográfico decorrentes das novas tecnologias de comunicação. Isso porque na grande maioria das vezes, os alunos só têm contato com esses textos científicos na escola, enquanto que um acontecimento noticiado mundialmente está mais próximo de sua realidade. Caberia portanto ao professor, nesse caso, mostrar aos alunos a relação entre o conceito abstrato encontrado no texto do livro e os fatos vividos pela sociedade, estejam eles apresentados em jornais, músicas, novelas, filmes. Trata-se simplesmente de não descartar aquilo que o aluno já conhece e que pertence a uma cultura de massa não valorizada pela escola.

3. (Re)contextualização situada

Esse princípio está ligado ao de flexibilidade, uma vez que somente um currículo mais flexível permite a (re) contextualização situada de conceitos e princípios básicos de uma determinada disciplina. O princípio envolve a abordagem de conceitos que são diretamente relevantes para a situação social do aluno, o que envolve, necessariamente, uma recontextualização de conceitos abstratos para a vida social.

Em relação a uma disciplina como a Sociologia, por exemplo, cujo princípio estruturador é uma atitude metodológica – de estranhamento e desnaturalização do fato social – mais do que um conjunto de conteúdos¹⁴, o caráter especial do olhar sociológico, seletivo, distante, que refrata a realidade observada¹⁵, pode ser desenvolvido se o aluno, mesmo aquele com dificuldades de leitura, puder construir um olhar comparativo tomando como um dos pontos de comparação fatos vivenciados, relevantes para seu próprio contexto e situação. Tais fatos, novamente, são recorrentemente encontrados em matérias jornalísticas sobre fenômenos sociais conhecidos dos alunos, mas que ele ainda não observou pelo prisma do olhar sociológico.

Um exemplo disso é o texto de opinião já citado, sobre o funk “Ostentação”, um canto falado que, em lugar de fazer denúncia social (como o rap), “exalta o poder de consumo que chegou às camadas de menor renda nos últimos anos”¹⁶. Conteúdos como “cultura, consumo, consumismo e comunicação de massa” ou “construção da identidade pelos jovens”¹⁷, que têm por finalidade levar o adolescente a compreender as formas em que “os jovens

se relacionam com a sociedade de consumo e a produção de cultura”¹⁸, podem partir do processo de desnaturalização da prática de consumo que o referido texto de opinião (ou qualquer outro sobre a cultura juvenil local) promove, e a relação crítica do jovem pode ser desenvolvida tanto em relação a esse fenômeno cultural da periferia quanto à atitude da elite brasileira ao lamentar a perda de valores que outros grupos sociais jamais demonstraram. O estranhamento advindo da reflexão crítica será o prisma usado na leitura, qualquer que seja a opinião do aluno, e o instrumento pelo qual será atingido será um texto jornalístico, atual, contextualizado e que permite o reposicionamento do próprio aluno.

Com base nos três princípios discutidos – facilitação do texto, flexibilização do currículo e (re)contextualização situada – o professor das disciplinas de Ciências Humanas pode fazer uso dos enormes acervos à nossa disposição, graças às novas mídias e tecnologias, até encontrar o texto e o tema que terão grande apelo com o aluno e o motivará a fazer mais leituras, aumentando suas chances de se tornar mais um leitor à vontade com as múltiplas práticas letradas.

Pelo fato de ser leitor proficiente, muitas habilidades leitoras parecem óbvias para o professor, como se fossem naturais a qualquer ser humano. Entender o sumário, o índice remissivo e o funcionamento do livro didático, por exemplo, ou falar sobre a importância da leitura das imagens para a construção do sentido do texto não são estratégias óbvias para o aluno que ainda tem dificuldades para compreender o que lê, mas podem, mesmo que tardiamente, ser aprendidas e exercitadas, especialmente com textos relevantes para a área e para a vida social do aluno.

Texto 2: Materiais didáticos digitais

Ismar Frango Silveira

Coordenador da CEIE – Comissão Especial de Informática na Educação
SBC – Sociedade Brasileira de Computação

Desde tempos remotos, o ser humano tem se defrontado com a necessidade de criar ferramentas com propósitos diversos, sendo o principal deles, possivelmente, o de facilitar a sua vida. Os computadores, essas valiosas ferramentas do nosso tempo, tão presentes e necessários no nosso dia a dia, não parecem ter a mesma presença no cotidiano das escolas, apesar de todo o seu potencial.

Sabemos que as escolas brasileiras enfrentam muitos problemas, para cuja resolução a ação do professor é fundamental. E isso se aplica também ao uso efetivo de computadores no ensino. Não se trata de nós, professores, ensinarmos nossos alunos a usar os computadores, a navegar na internet ou a usar aplicativos – como editores de texto ou planilhas. Isso eles já sabem (melhor

¹⁴ Op. cit., p. 135.

¹⁵ Caracterização do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, segundo SARANDY, Flávio M, Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio. *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, n. 5, out. 2001. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm>. Acesso em: 24 fev. 2013.

¹⁶ SINGER, André. Ostentação. *Folha de S.Paulo*, 16 fev. 2013. p. 2.

¹⁷ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Currículo do Estado de São Paulo*: Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 144. (2º bimestre, 2ª série do Ensino Médio).

¹⁸ Op. cit., p. 144 (2º bimestre, 2ª série do Ensino Médio).

que nós, geralmente) ou podem aprender de maneira autônoma, sem a nossa ajuda. Lembremos que nossos alunos são o que se convencionou chamar de **nativos digitais** – crianças e adolescentes que nasceram em um mundo imerso em tecnologia.

Mesmo que – por condições sociais, geográficas ou culturais – esses alunos não tenham pleno acesso a computadores e internet em suas casas, o mundo no qual eles vivem propicia uma série de oportunidades para que tenham contato com a tecnologia e para que esta venha a fazer parte de suas vidas, como aconteceu com o rádio e a TV para outras gerações. Grande parte de nós, professores, pertence ao grupo que se denomina **imigrantes digitais** – nascemos em uma época em que os computadores não eram onipresentes e tivemos contato com essas tecnologias depois do nosso processo de letramento. De maneira similar a pessoas que imigram para outro país, podemos até dominar a “língua” do mundo digital, mas, para nós, ela não é nativa.

E o que esperam os nativos digitais de nós, imigrantes digitais, como seus professores? Na verdade, o que sempre esperaram: que os ensinemos dentro de nossas áreas de conhecimento, mas preferencialmente na “língua” que lhes é familiar. E de que maneira podemos nos comunicar nessa “língua” que não é familiar – e por vezes, nem mesmo amigável – para muitos de nós?

Uma questão que logo nos vem à mente é: para que fazer isso? Por que razões utilizar computadores em sala de aula? Podemos listar algumas das (muitas) razões:

- **Motivação:** o uso de computadores em si não garante uma motivação maior dos alunos. Esse uso deve ser cuidadosamente planejado e estar em sincronia com as demais atividades da disciplina. Em outras palavras, levar os alunos para a sala de computadores para atividades genéricas, sem foco, como “fazer pesquisas na internet”, costuma ter pouca ou nenhuma eficácia. Entretanto, o uso de computadores com objetivos bem claros e diretamente associados aos tópicos do plano de ensino tende a ser uma atividade motivadora e com um bom potencial de impacto no aprendizado dos alunos.
- **Novas possibilidades de experimentos:** há muitos casos de atividades que requerem recursos específicos (como laboratórios de experimentos), ou que trazem algum tipo de risco (é o caso de algumas atividades de Química e Biologia, por exemplo) e que poderiam ser realizadas com simuladores virtuais, com segurança e sem custo. Há ainda atividades que não poderiam ser executadas em condições normais, para as quais distintas ferramentas computacionais podem ser usadas.
- **Aprendizagem autônoma:** os alunos podem desenvolver atividades fora do horário de aula com as ferramentas aprendidas com o professor, ou mesmo outras ferramentas buscadas e encontradas por eles na internet.

Dessa maneira, os recursos digitais trazem um conjunto de novas possibilidades ao professor por proporcionar situações didáticas diferenciadas, que, de outro modo, não poderiam ser implementadas em sala de aula. Tais recursos não vêm substituir o material didático tradicional: muito pelo contrário, sua função é complementar o material já comumente utilizado pelo professor, ampliando as possibilidades do fazer docente.

E que recursos existem para ser usados? Há vários tipos de recursos, cada um com uma série de possibili-

dades didáticas. O Ministério da Educação entende por recursos digitais “vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicações, mapas, jogos educacionais, animações, infográficos, páginas web e outros elementos”. Eles podem ser assim classificados:

- **Livros digitais** ou e-books: são versões digitais de livros em papel, ou de obras completas pensadas para o formato digital. Podem ser estáticos (como os livros em papel, contêm textos e imagens) ou dinâmicos (podem incluir vídeos, animações, simulações ou qualquer outro conteúdo dito multimídia – ou seja, que agrega várias “mídias”, ou formas de representação da informação).
 - **Softwares educacionais:** são programas de computador feitos especificamente para fins educacionais. Em sua maioria, necessitam de instalação nos computadores (o que não é – ou não deveria ser – exatamente um problema), mas muitos são planejados para utilização sob orientação do professor, visando um resultado de aprendizagem mais efetivo. Um exemplo gratuito desses softwares é o GeoGebra (para aprendizagem de Matemática; <www.geogebra.org>).
 - **Objetos de aprendizagem:** na prática, correspondem a todo e qualquer elemento digital que possa ser usado e reutilizado em situações de aprendizagem – de um texto em PDF ou um conjunto de slides a um simulador virtual, incluindo nessa definição também animações, vídeos, jogos digitais e outros tipos de recursos. Apesar de vários desses objetos serem encontrados de maneira simples por meio de buscadores da internet, existem repositórios deles, que fornecem mais informações (chamadas “metadados”) sobre cada um, como autores, público-alvo, sugestões de uso, etc. Em âmbito nacional, o MEC mantém o Banco Internacional de Objetos Educacionais (Bioe; <objetoseducacionais2.mec.gov.br>), vasto repositório com grande variedade de objetos de aprendizagem.
 - **Recursos educacionais abertos:** seguem a mesma linha dos objetos de aprendizagem, com a ressalva de que os elementos, além de utilizados e reutilizados, podem também ser modificados e adaptados livremente. O site <rea.net.br> traz uma série de informações a respeito.
- Porém, que tipos de computadores são necessários para trabalhar com esses elementos? Muitos deles encontram-se disponíveis para uma variedade de dispositivos, desde computadores desktop (de mesa) e notebooks, a até mesmo tablets e smartphones. Já alguns softwares educativos apresentam algumas exigências técnicas para instalação (tipo específico de sistema operacional, quantidade mínima de memória no computador, etc.), enquanto alguns objetos de aprendizagem necessitam que determinados plugins (programas adicionais) estejam instalados.

Equipamentos e programas, entretanto, nada mais são do que ferramentas. E, como foi dito no início deste texto, ferramentas são criadas com o intuito de facilitar o nosso dia a dia. Assim, mais importantes que as ferramentas, são as pessoas que irão utilizá-las: os professores dispostos a ressignificar o seu papel como formadores de cidadãos plenamente aptos a tirar proveito das tecnologias de nosso tempo; e os alunos, que poderão manejá-los como veículos de informação, interação social, entretenimento e aprimoramento intelectual.

Texto 3: O processo de avaliação

Profa. Dra. Edna Maura Zuffi
Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação -
Universidade de São Paulo (USP)

Quando éramos alunos, muitas vezes criticávamos as formas de avaliação pelas quais tínhamos de passar na escola, fosse porque elas nos causavam um grande frio na barriga, ou porque não concordávamos com os critérios adotados por nossos professores para a atribuição de notas.

De fato, o processo de avaliação da aprendizagem, que deve ser articulado com o planejamento e com o ensino propriamente, é complexo e sempre será passível de críticas e novas sugestões. Entretanto, o que vemos frequentemente é que, ao nos tornarmos professores, reproduzimos em nossas propostas avaliativas aquilo que vivenciamos no passado. Em geral, ainda é comum constatar nos escolas um enfoque meramente classificatório e meritocrático, com ênfase em propostas que não raras vezes reduzem a avaliação ao momento das provas mensais e bimestrais, sem proporcionar aos alunos uma real reflexão sobre sua aprendizagem.

Uma restrição à aplicação única de provas tradicionais, nas quais se espera que os alunos resolvam questões ou problemas muito similares àqueles trabalhados em classe, com enunciados diretos e sem exigência de grande elaboração por parte dos estudantes – é que, em geral, por uma questão de tempo, apresentam um número mínimo de itens, entre perguntas, exercícios e problemas, conforme as características da disciplina. Quase sempre essas provas não apresentam a abrangência necessária dos conteúdos, habilidades e valores a serem avaliados. Se, por coincidência, um aluno tiver a sorte de ter estudado mais a matéria relativa às questões selecionadas, ele poderá obter sucesso, enquanto outro, em situação inversa, poderá obter uma nota baixa, mesmo que ambos tenham um nível equivalente de compreensão real do assunto.

Muitos colegas professores utilizam outros mecanismos para ajudar a melhorar as notas dos alunos, como os trabalhos extraclasses ou a atribuição de pontos adicionais para os que têm frequência em aula. Esses mecanismos seriam muito importantes para a avaliação formativa dos estudantes se não fossem usados apenas como um paliativo superficial para a promoção dos alunos, acabando por camuflar seu real estado de aprendizagem. Em muitos casos, os trabalhos apresentados são apenas textos copiados da internet, sem nenhuma revisão ou reflexão por parte dos estudantes, e a mera adição de pontos pela frequência em sala de aula não deixa claro para eles como foi sua participação efetiva nas atividades. Outras vezes, os professores aplicam diversas “provinhas” com o intuito de favorecer a “avaliação continuada”, sem, entretanto, mudar o caráter das questões e das tarefas a serem realizadas. Assim, é justificado o uso de tais artifícios como se fossem o que os autores costumam chamar de “avaliação formativa”, porém esta engloba muito mais!

A avaliação formativa é um contraponto à visão daquele técnico e meramente classificatória. Alguns pesqui-

sadores trazem considerações importantes sobre a avaliação como processo de mediação da aprendizagem. Uma ação avaliativa mediadora envolveria a análise, nas situações-problemas propostas ao educando, das hipóteses por ele formuladas, de suas ações e manifestações, visando essencialmente sua maior compreensão dos conceitos e das habilidades que estão em jogo. Tais processos mediadores objetivariam encorajar e orientar os alunos à produção de um saber qualitativamente superior, pelo aprofundamento das questões propostas, ao gerarem oportunidades de novas vivências, leituras ou quaisquer procedimentos enriquecedores do tema que se trouxe na avaliação. Nessa perspectiva, “ser avaliado” passa a ter outro significado. É a possibilidade que o aluno terá de refazer o que não fez certo, ou de melhorar o que foi feito. Os erros cometidos pelos estudantes não mais assumiriam um caráter de penalidade, mas se transformariam em tópicos de discussão e geração de novos saberes, ultrapassando dificuldades que se manifestaram numa primeira tentativa. Nessa nova proposta, o aluno não deve aceitar passivamente a correção do professor, sem saber qual seria um caminho alternativo para evitar os erros, ou por que eles ocorreram. Por sua vez, o professor deve traduzir em linguagem clara para os interessados os detalhes sobre o desempenho da classe, dizendo o que deveria ter sido feito para a melhoria dos resultados, indicando aspectos específicos sobre erros e também sobre formas consideradas adequadas de resposta.

Um problema muito comum com a aplicação única de provas tradicionais é que, muitas vezes, os professores as veem como um fim em si mesmas e não aproveitam os momentos imediatamente posteriores à correção para gerar uma atividade investigativa e mediadora de novas aprendizagens. Com as práticas de avaliação formativa, propõe-se um foco maior na compreensão real dos conteúdos e procedimentos avaliados, e não somente para aqueles alunos que usualmente se saem bem nas provas, mas também para aqueles que não apresentam bom desempenho, os quais podem ter outras chances de aprender com seus erros.

Relatamos, aqui, uma experiência realizada em universidade brasileira¹⁹ com professores do Ensino Fundamental e Médio, na qual se propôs que os alunos, após a resolução das provas, recebessem-nas corrigidas e as refizessem, resolvendo as questões que deixaram em branco ou as que resolveram de modo incompleto ou incorreto, sem terem acesso aos gabaritos. Assim, os alunos teriam de estudar mais os conteúdos envolvidos nas provas, depois de repetidos retornos com indicação de erros e acertos, até que aprendessem o suficiente para resolvê-las integralmente. Para isso, poderiam utilizar as fontes que quisessem: cadernos, livros didáticos ou outros materiais. Só receberiam auxílio dos professores caso não conseguissem resolver sozinhos alguma questão após várias tentativas. Essa experiência foi realizada em uma escola com as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, mas poderia ter sido feita com qualquer outra. E os resultados foram muito positivos quanto ao desempenho desses alunos nas avaliações

¹⁹ Para mais detalhes, ver: GIELFI, Ophelia Amélia Simões et al. A avaliação escolar como recurso para mediação da aprendizagem: uma experiência no ensino fundamental de uma escola pública. *Anais do X CEPFE – Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores*, p. 5598-5605.

posteriores, tanto dentro da própria escola quanto em avaliações externas, ou em olimpíadas acadêmicas.

Principalmente no Ensino Médio, é frequente vermos um enfoque excessivo à pedagogia do exame, na qual “resolver provas” para o preparo aos exames vestibulares, com seus modelos e suas propostas tecnicistas, torna-se a questão primordial, quase que independentemente do processo de ensino e aprendizagem. A nota domina quase tudo e é em função dela que se vivencia a prática escolar. Na medida em que estiver polarizada pelos exames, a avaliação não cumprirá sua função de auxiliar nas decisões para a melhoria da aprendizagem. Não queremos dizer, com isso, que avaliações de caráter classificatório não possam ser realizadas, mas outras propostas também precisam ser vivenciadas pelos alunos.

A avaliação educacional deve ter também um caráter de diagnóstico da situação de aprendizagem, tendo em vista o avanço e o crescimento dos educandos. Ela envolve juízo de valores, baseados em critérios preestabelecidos e caracteres relevantes da realidade em que se insere, considerando também as diferenças étnicas, socioculturais e econômicas que podem interferir nas condições de desempenho de certas classes ou escolas, o que demanda uma tomada de posição sobre o objeto avaliado e decisões sobre o andamento do processo de ensino e aprendizagem. A avaliação não é neutra!

Para se efetivar esse caráter diagnóstico, é muito importante que o professor tenha consciência dos objetivos que quer alcançar com determinadas unidades de ensino, para que possa inserir, no processo avaliativo, atividades que verifiquem se esses objetivos foram realmente atingidos. Para isso, a avaliação não pode deixar de ser racional, rigorosa e impessoal, em certo nível possível – aqui no sentido de que o professor deve deixar de lado preconceitos e julgamentos pessoais que possam interferir drástica e negativamente em sua forma de avaliar as atividades de cada aluno. Não deverá verificar a aprendizagem com base em mínimos possíveis, mas sim em mínimos necessários para tornar cada um mais qualificado, dentro da realidade social em que se insere. Luckesi²⁰ nos fornece um ótimo exemplo para refletirmos: digamos que um aluno, numa escola de pilotagem de Boeing, fosse aprovado com nota 10 (dez) em decolagem e nota 2 (dois) em aterrissagem; portanto, média geral 6 (seis). Você viajaria com esse piloto? Se por um lado ele teve a média mínima atendida para sua aprovação, o conhecimento necessário para pilotar não foi alcançado. É nesse sentido que o autor coloca que, muitas vezes, os mínimos possíveis não são suficientes na aprendizagem, principalmente quando esta envolve o desenvolvimento de questões técnicas que presumem a responsabilização do aprendiz. O mesmo se poderia dizer de um técnico de laboratório que deve aprender sobre o manejo de determinados produtos químicos: se ele aprende apenas o mínimo sobre as substâncias, suas propriedades e reações possíveis, e não o necessário para exercer sua função, poderá causar danos a outras pessoas ou aos equipamentos. É nesse sentido que o professor deve usar a avaliação como um diagnóstico realista das habilidades e conhecimentos adquiridos pelo estudante, dentro dos objetivos educacionais planejados para o contexto social em que a formação se insere.

O que ocorre na prática da avaliação, em geral, é que dificilmente os professores definem com clareza o que se espera da conduta do aluno, após ter se submetido a uma determinada aprendizagem. Isso pode dar margem a uma variabilidade no processo que depende mais do estado de humor do professor do que de um julgamento das condições de progresso e potencialidades do aluno. Então, faz-se necessário delimitar quais são os dados relevantes que são compatíveis com o objeto a ser avaliado e os objetivos previamente estabelecidos. Aí está o verdadeiro caráter da avaliação formativa, em sua faceta diagnóstica, pois esta leva em conta os rumos que já foram tomados e as perspectivas de ampliação das potencialidades dos alunos, com as tomadas de decisões sobre as próximas ações de ensino a serem desenvolvidas para que os alunos aprendam mais.

Além da avaliação do professor, nesta perspectiva, também é interessante que os alunos se autoavaliem, a fim de estabelecerem um julgamento crítico sobre a própria aprendizagem, verificando as atividades que efetivamente realizaram, o nível de empenho que empregaram nelas, as dificuldades que apresentaram e por que acham que as tiveram. Também é interessante que o professor avalie os recursos disponíveis no processo de ensino, sua própria atuação nesse processo e por que uma atividade pode não ter atingido os objetivos esperados.

O professor deve estar ciente de que o tipo de avaliação escolhida depende dos objetivos que quer atingir. Por exemplo, quando ele tem a necessidade de classificar muitos alunos e avaliar se estes dominam aspectos técnicos da área em estudo, os testes de múltipla escolha podem ser uma boa opção. Já as questões de resposta discursiva devem ser propostas quando se deseja avaliar habilidades de expor, organizar e sintetizar conhecimentos. Outro recurso são as fichas de registro, que podem ser individuais ou de um pequeno grupo, para anotar comportamentos, problemas disciplinares, nível de participação e todo o processo de resolução de uma situação-problema ou de determinada tarefa investigativa. A avaliação feita por meio de trabalhos práticos com o uso de computadores e software educacional pode ser particularmente interessante. Também as exposições orais de resultados de pequenos projetos podem ajudar o professor a avaliar aspectos mais amplos do desenvolvimento dos alunos, como sua capacidade de expressão oral e visual em público, os valores que eles destacam como relevantes na execução do projeto, sua capacidade de organização em grupos de trabalho etc. Os exercícios para serem realizados como tarefa extraclasses podem ajudar a verificar se o aluno está tendo progressos parciais durante o desenvolvimento de um determinado conteúdo. Finalmente, o uso de provas tradicionais, mas com a retomada posterior de suas questões para uma atividade de reflexão dos alunos, individualmente ou em grupo, pode ser importante para dar um fechamento e promover a síntese de uma unidade de ensino. Outro recurso tecnológico de que algumas escolas dispõem são as filmadoras e os vídeos, para uso em determinadas aulas de caráter mais investigativo, que podem ajudar o professor a ter um acompanhamento mais detalhado do desenvolvimento de seus alunos, durante essas atividades.

²⁰ LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

A variação desses procedimentos, mas não necessariamente de todos, pode compor um panorama mais fiel sobre a situação de cada aluno, ao longo de vários momentos do processo de ensino e aprendizagem, além de lhe fornecer oportunidades de mostrar o desenvolvimento de habilidades mais diversificadas. Pode também ajudar o professor a replanejar ações de ensino que envolvam determinados conteúdos que não foram assimilados de forma significativa, com a revisão do que foi selecionado, do método utilizado, das atividades realizadas e das relações estabelecidas em sala de aula.

Além dessa variedade de procedimentos de avaliação, salientamos também a importância de dar um retorno mais detalhado aos alunos e seus pais sobre o desempenho em cada um desses momentos, ampliando com os primeiros os momentos de reflexão sobre a própria aprendizagem.

Para finalizar, observamos que o professor precisa encontrar uma forma mais coesa de avaliar o aprendizado, levando em conta o projeto pedagógico de sua escola, e esta deve gerar mecanismos de planejamento, para tentar promover a recuperação daqueles que não foram capazes de aprender em algum período, conciliando diferentes lógicas de avaliação escolar, diferentemente do que ainda se vê no modelo tradicional, ainda o mais utilizado nas escolas. Para tanto, não podemos deixar de levar em conta a necessária preparação dos professores e da comunidade envolvida na escola, como pais, coordenadores e gestores. Sem isso, a chance de sucesso do uso da avaliação formativa para a aprendizagem significativa será muito reduzida.

A coexistência complementar entre o processo classificatório e o formativo nas avaliações do Ensino Médio poderia ser uma prática sem conflitos, uma vez que, ao mesmo tempo em que atenderia às normas e determinações do sistema escolar vigente, com o preparo para exames classificatórios externos, poderia auxiliar o aluno para uma compreensão maior e mais duradoura dos conteúdos.

Isso poderia ser realizado, por exemplo, durante um bimestre, em cinco fases:

I) com a aplicação de testes diagnósticos sobre os conhecimentos prévios dos alunos, no início de uma unidade de ensino, a fim de verificar se o planejamento realizado pelo professor necessita de algum ajuste previamente à sua execução;

II) com o uso da avaliação continuada, através de situações-problemas em que os alunos teriam seus desempenhos parciais registrados em um diário do professor, ou de desenvolvimento de atividades de laboratórios e exercícios extraclasse, variando-se os procedimentos avaliativos;

III) com uma avaliação mais classificatória por testes ou questões dissertativas, que verifique se os objetivos mais globais do assunto dessa unidade de ensino foram alcançados;

IV) com a retomada das questões tratadas na avaliação classificatória, para que os alunos tenham realizá-las novamente, por exemplo, em atividades extraclasse, com posterior discussão em sala de aula sobre erros, acertos e dificuldades encontradas;

V) e, finalmente, com a avaliação pessoal do professor e dos alunos (autoavaliação) a respeito do próprio desempenho, assim como das dificuldades e facilidades

pedagógicas encontradas no desenvolvimento desta unidade, por parte do professor.

Os critérios de avaliação em cada etapa deverão ser estabelecidos com ciência prévia dos alunos e, se necessário, renegociando-os, conforme as especificidades dos conteúdos tratados naquela unidade e, também, levando-se em conta a realidade social e cultural dos estudantes, que deve se refletir nos objetivos de ensino. Fornecer uma receita para isso seria imprudente, uma vez que os professores é que detêm o conhecimento dessa realidade, mais do que ninguém, e essas condições variam infinitamente.

É claro que, conhecendo a realidade das salas de aula brasileiras – em que o número de alunos é grande e os professores precisam se dedicar, muitas vezes, a diversas escolas simultaneamente, com uma carga horária de trabalho extensiva –, sabemos que se torna muito difícil realizar todas essas fases em todas as unidades de ensino. Nossa sugestão aplica-se a uma situação mais próxima do ideal, em que o trabalho extraclasse do professor seja valorizado adequadamente. Nos casos em que isso não seja possível, sugerimos que pelo menos em alguma unidade de ensino do ano se apliquem todas as etapas, a fim de que o professor possa verificar os efeitos de uma avaliação mais formativa, que os alunos possam ter experiências pedagógicas mais ricas e que lhes desenvolvam maior senso crítico. Ou ainda, quando isso também não for possível, que em cada unidade de ensino se diversifique o método de avaliação, aplicando-se duas ou três dessas etapas.

Ficam, então, estas sugestões para aqueles que desejam fazer a diferença em sua escola: com a discussão sobre novas práticas avaliativas, a formação e experimentação dos professores, com registros e reflexões sobre suas novas experiências, e com o envolvimento dos pais e alunos, a avaliação poderá se tornar um processo mais prazeroso, realista e eficiente, dentro das disciplinas específicas e da escola como um todo.

LEITURAS COMPLEMENTARES SOBRE O TEMA

HAGA, M. S. et al. A avaliação e o seu potencial pedagógico para a mediação da aprendizagem. *Anais do X CEPFE – Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores*, p. 5585-5597.

HAGA, M. S.; HAGA, K. I. Fundamentos de avaliação formativa: os conflitos e as conciliações entre as diferentes lógicas. *Anais do IX Congresso Estadual Paulista para Formação de Educadores*, Águas de Lindoia, SP, CD-ROM, 2007.

HOFFMANN, J. *Avaliação: mito e desafios: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 1991.

KRASILCHIK, M. As relações pessoais na escola e a avaliação. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Org.). *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. p. 165-176.

PERRENOUD, P. *A avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem: entre duas lógicas*. Rio Grande do Sul: Artmed, 1999.

_____. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, A.; NÓVOA, A. (Org.). *Avaliações em educação: novas perspectivas*. Portugal: Porto, 1993. p. 171-191.

HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
Música: Francisco Manuel da Silva

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!



Este livro didático é um **material consumível**, que pode ser **mantido com você** após o final do ano letivo. Cuide bem do que é seu por direito.